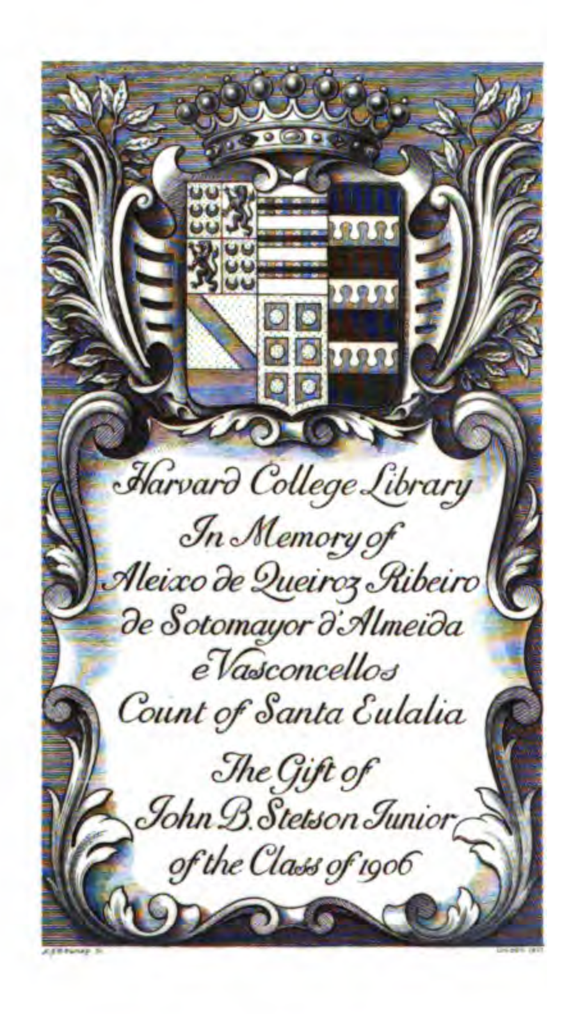
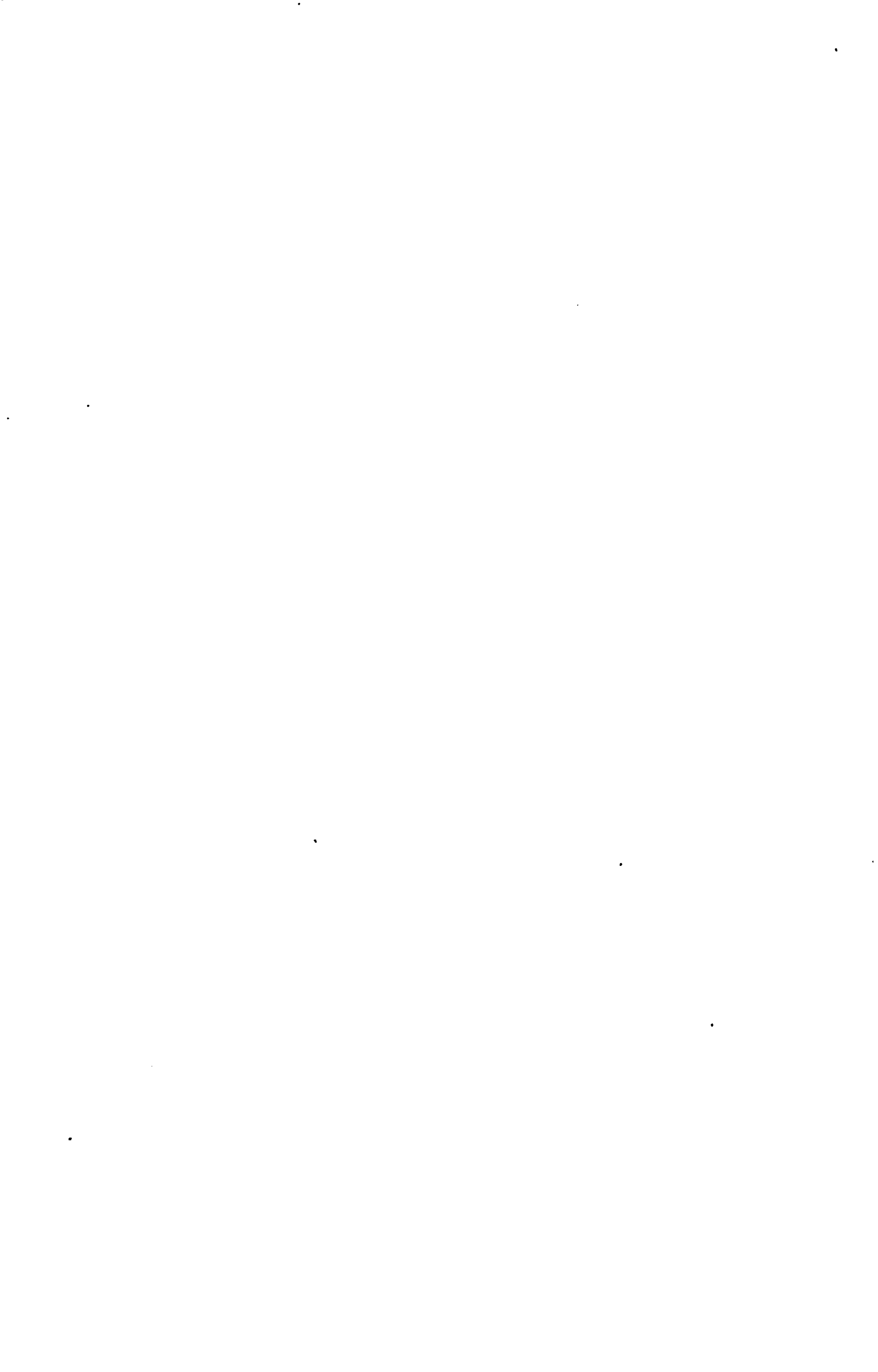
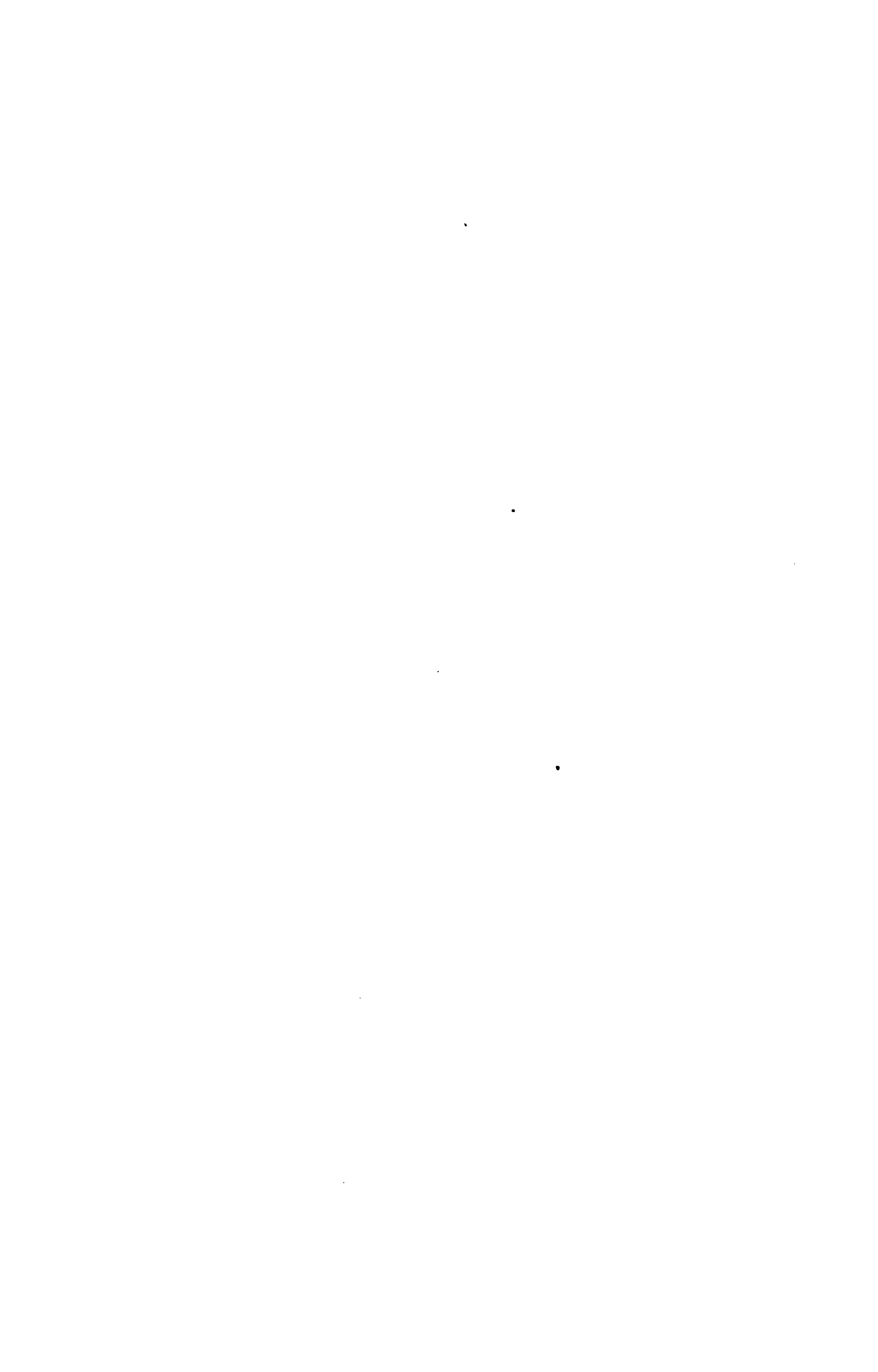

Harvard College Library
In Memory of
Aleixo de Queiroz Ribeiro
de Sotomayor d'Almeida
e Vasconcellos
Count of Santa Eulalia
The Gift of
John B. Stetson Junior
of the Class of 1906







HENRIQUE SCHÆFER

HISTORIA DE PORTUGAL

VERTIDA FIEL, INTEGRAL E DIRECTAMENTE

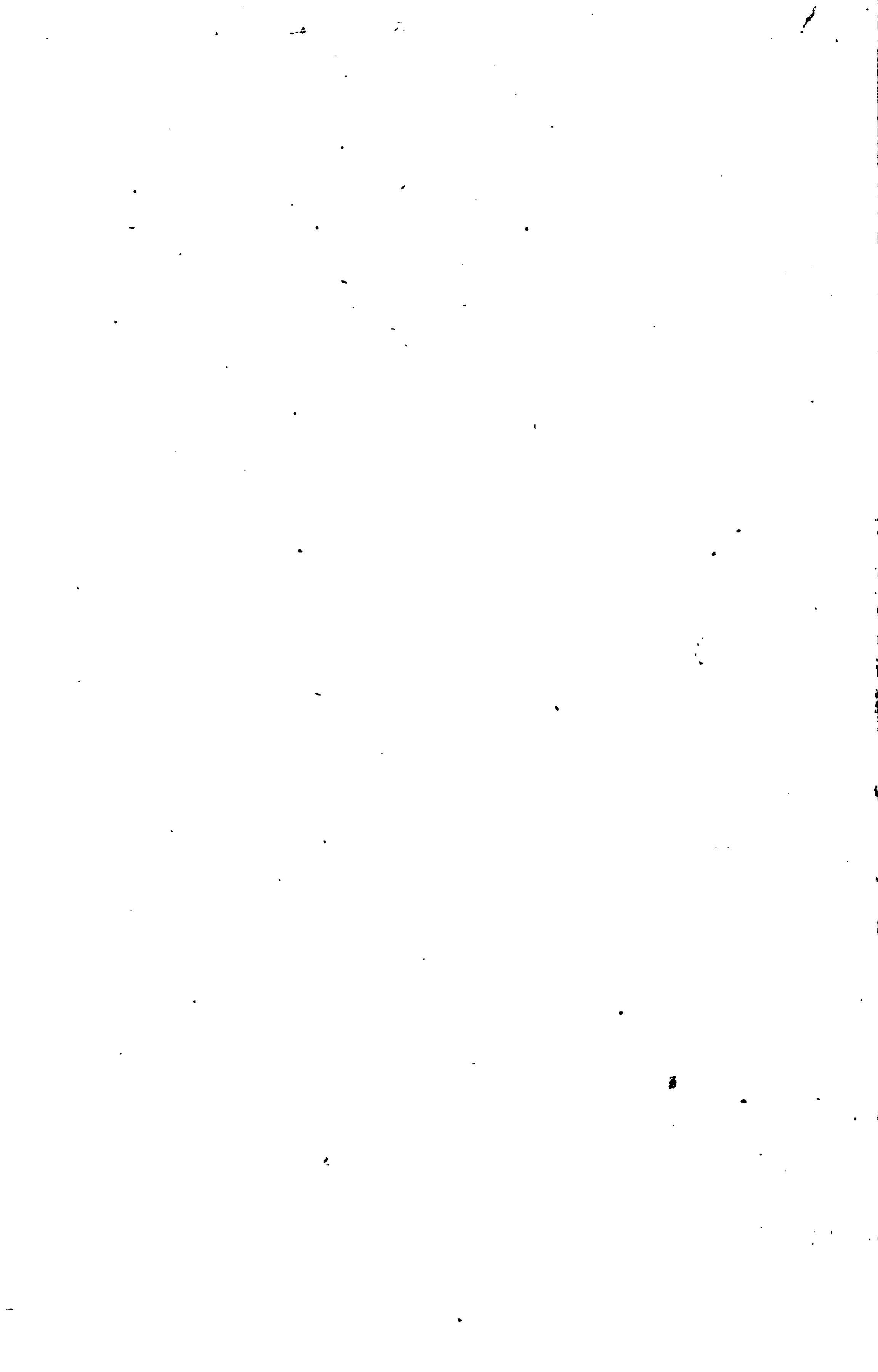
EDIÇÃO PORTUGUEZA

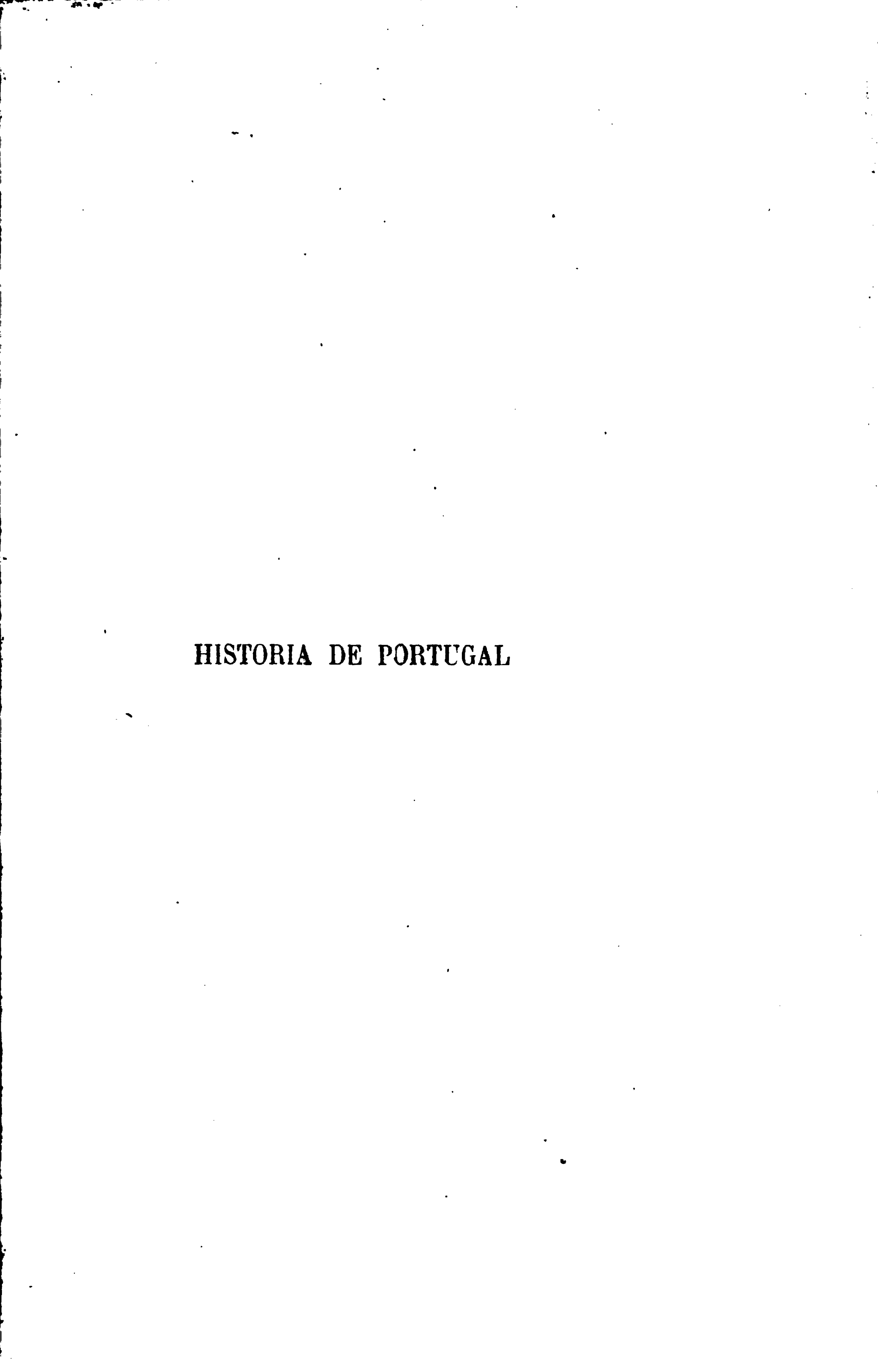
POR

J. PEREIRA DE SAMPAIO (BRUNO)

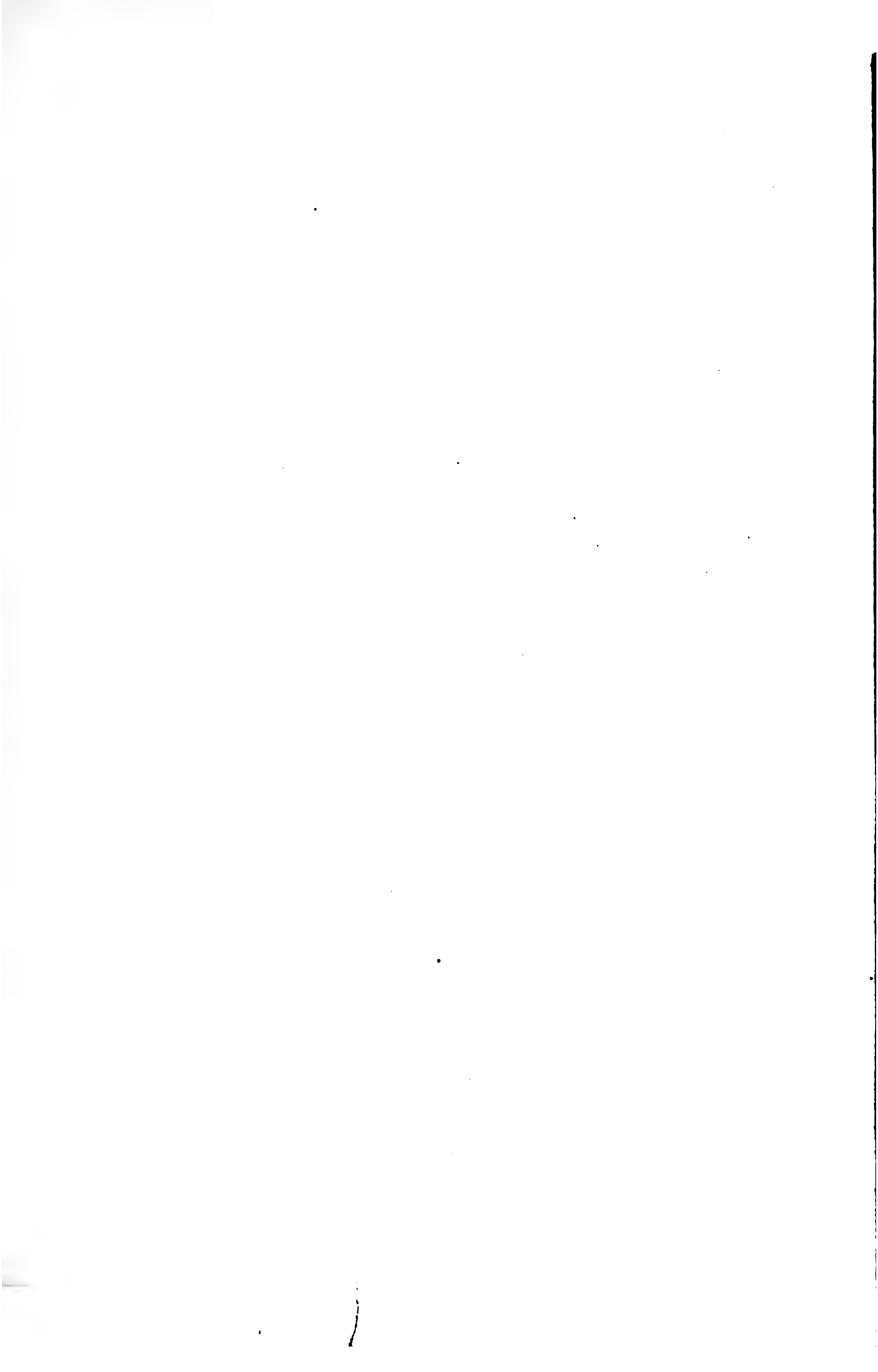
VOLUME II

PORTO
ESCRIPTORIO DA EMPREZA EDITORA
414, Rua do Bomjardim, 414





HISTORIA DE PORTUGAL



HENRIQUE SCHÆFER

HISTORIA DE PORTUGAL

DESDE A FUNDAÇÃO DA MONARCHIA
ATÉ Á REVOLUÇÃO DE 1820

VERTIDA FIEL, INTEGRAL E DIRECTAMENTE

POR

F. DE ASSIS LOPES

CONTINUADA, SOB O MESMO PLANO, ATÉ AOS NOSSOS DIAS

POR

J. PEREIRA DE SAMPAIO (BRUNO)

VOLUME II

PORTO
ESCRIPTORIO DA EMPREZA EDITORA
444, Rua do Bomjardim, 444

1893



Typographia da Empreza Litteraria e Typographica
178, RUA DE D. PEDRO, 184 — PORTO

PRIMEIRO PERIODO

Desde a extincção da legitima linha dos borgonheses até o fim da edade media, ou da morte de D. Fernando ao passamento de D. João II.

(DO ANNO DE 1383 A 1495)

LIVRO I

DESDE A MORTE DE D. FERNANDO ATÉ O PASSAMENTO DE D. JOÃO I

Épocas do interregno e da regencia. Advento de D. João ao throno, guerra e paz com Castella. As primeiras conquistas e descobertas na costa de Africa.

(DE 1383 A 1433)

Encontramo-nos perante uma abundancia de factos e acontecimentos que offerecem assumpto para um quadro extremamente rico. O filho natural de um monarcha, sem espectativa ao throno, elevado a alta dignidade pelo povo, sob um violento protesto; em breve erguido ao solio; coacto em seguida a sustentar com a espada o seu direito, que se contesta; abandonado pela fidalguia do reino, n'aquelle tempo o nervo da massa guerreira; com o auxilio unicamente dos cidadãos e de um amigo de alta nobreza de sentimentos; o povo, que vê no seu rei a sua obra e a sua gloria, e, alevantando-se com todas as suas energias juvenis, se julgava capaz dos mais audazes planos e das maiores emprezas para alcançar a victoria sobre o inimigo, superior em forças; presenteado pelo imperante com filhos que, de espirito fogoso e fogoso ardôr, impellem o pae já envelhecido mas sempre susceptivel—ao primeiro passo para o caminho da grandeza historica de Portugal: de certo eis um quadro immensamente opulento! Quão incomprehensivel se fôsse traçado em espaço curto! Quão custoso não seria o abrangel-o com a vista, se não se destacassem os grupos! *Na frente,* o confuso tropel dos partidos, d'entre que destaca a figura tranquilla do mestre da Ordem, captivando successivamente as miradas que o não deixam mais, antes o acompanham pelos degraus até ao throno. O *centro* é formado

pela sangrenta lucta com Castella; e mesmo no meio a batalha de Aljubarrota; mais ao lado, de espaço a espaço, os embaixadores que negociaram a paz. *No fundo,* bem ao longe, ostenta-se Ceuta, com as suas altas muralhas e torres; sobre o forte a bandeira de S. Vicente; á direita perde-se a vista no mar infinito, que occulta as descobertas e o poderio de Portugal.

CAPITULO I

ÉPOCAS DO INTERREGNO E DA REGENCIA ATÉ Á ELEVAÇÃO DE D. JOÃO I AO THRONO

(DE OUTUBRO DE 1383 A MARÇO DE 1385)

1) Desde a morte de D. Fernando até á nomeação do mestre da ordem de Aviz para *Defensor* e *Regedor* do reino.

A rainha D. Leonor regente. Infelizes tentativas de obter a corôa para a rainha de Castella, D. Beatriz. Assassinato do conde de Ourem em Lisboa. Revolta n'este ponto a favôr do mestre da ordem de Aviz. A rainha affasta-se para Alemquer. João é nomeado, por um violento movimento popular, para *Defensor* e *Regedor* do reino. As suas primeiras disposições, seus expedientes e medidas financeiras.

D. Fernando morreu sem descendentes masculinos; sua unica filha, que lhe dera D. Leonor, e casada com o rei Juan I, de Castella, ainda não tinha filhos ao tempo do seu fallecimento. Os que mais direito possuiam ao throno eram os irmãos de D. Fernando, D. João, duque de Vizeu, em seguida o infante D. Diniz, ambos filhos de D. Ignez de Castro. Expulsos da sua patria pelas intrigas da rainha D. Leonor, viviam em Castella. O rei Juan I, assim que houve conhecimento do obito de D. Fernando, mandou prender o infante D. João e encerral-o no Algazar de Toledo, «não porque tivesse emprehendido qualquer cousa contra o rei de Castella, mas porque este receava que houvesse portuguezes que quizessem acclamar rei melhor a D. João do que á rainha D. Beatriz, sua esposa, e porque desejava antes d'isso apanhar posse do reino.[1]» N'estas cir-

[1] *Chronica del Rey D. Juan I*, por D. Pedro Lopez de Ayala, Madrid, 1780. An. 1383, cap. 8. O chronista castelhano accrescenta: *é que fasta que todo esto fuese asosegado, que le queria tener preso, porque non le ficiese bollicio. E asi lo fizo decir al dicho Infante Don Juan.*

cumstancias, tomou as redeas do governo a rainha viuva D. Leonor, como regente e governadora, conforme fôra estipulado no convenio que firmou o rei D. Fernando no momento do consorcio de D. Beatriz com o monarcha de Castella.[1] Exerceu desde logo todo o poder regio[2], substituindo o titulo que usava nos documentos publicos em vida de D. Fernando: «*Dona Lionor pella graça de Santa Maria, Rainha de Portugal e do Algarve*» pelo de «*Dona Lionor pella graça de Deos, Rainha, Governador, e Regedor dos Regnos de Portugal e do Algarve*», com o assentimento dos senhôres e leterados do seu conselho. Immediatamente apoz o passamento do rei retirou-se D. Leonor para uma habitação no intimo da cidade e recebeu, em um aposento escuro e forrado de preto, as condolencias de todos. Entre lagrimas e soluços violentos[3], queixava-se, a cada um que entrava, da sua immensa desgraça e, fingindo-se acabrunhada, porque sabia a opinião desfavoravel que se fazia d'ella, alludia amargamente á sua infinita dôr, se não se olvidasse agora a maledicencia que a tinha ferido em vida do rei.[4]

N'esta occasião tambem compareceram os vereadores de Lisboa perante a rainha, apresentando seus requerimentos. Chamaram a attenção sobre alguns abusos introduzidos no reinado anterior, sobre os diversos prejuizos que haviam soffrido os subditos, mercê das despezas extraordinarias, e tudo isto por falta de bons conselheiros, porque tinham sido governados sem consultas dos nacionaes, mas apenas ao arbitrio de estrangeiros, «que nos seus conselhos em todas as cousas miravam mais ao proprio proveito e lucro que ao bem

[1] Sousa, *Provas*, T. I, pag. 296 e seg. Vol. I, pag. 418 d'esta nossa Historia.

[2] ... *husamdo de toda jurdiçom e senhorio, em quitar menageens, e apresentar egreias, confirmando seus boons husos e costumes aas villas e çidades, que lho requerir emviarom, como tem husança de fazer huum Rei, quando novamente comeca de regnar; obedeeçemdolhe os fidalgos e comuum poboo, como á sua Rainha e senhora, em todallas cousas.* Fernão Lopes, *Chron. d'El Rei D. Fernando*, cap. 173.

[3] *(que ás mulheres não faltão quanto lhes servem)* accrescenta indecorosamente Nunes de Liaõ. (*Cronica del Rey D. João*, cap. I.)

[4] Fernão Lopes, «l. c.», cap. 173.

estar e á honra do reino». Pediram para serem incluidos no conselho da rainha alguns prelados, oriundos do paiz, mas não gallegos, ou castelhanos, e de cada comarca dois «*homens bons*», cidadãos circumspectos, para cuidar dos negocios do governo com estes e com o conselho; para assistir com elles, uma ou duas vezes por semana, na Relação, afim de se despachar as petições e se ouvir o que tinham feito e resolvido nos outros dias; para não confiar aos judeus ou mouros cargos publicos, como succedera, contra a lei e em detrimento do paiz, no reinado anterior etc.[1] A rainha, satisfeita no seu intimo pela occasião desejada de se mostrar condescendente aos chefes da capital e de poder excitar esperanças, prometteu em tudo remedio[2], voltando «*os bons da cidade*» tão satisfeitos com a resposta da rainha como com o que lhe haviam dito. Conforme os membros do conselho municipal exprimiram a esperança «de começar com ella vida nova», assim parecia confiar aguardadamente todo o reino. Nobres e plebeus obedeciam á rainha. Em breve, porém, tudo se alterou, principalmente por culpa da propria D. Leonor.

Assim que o rei de Castella houve conhecimento da morte de seu sogro, pediu a sua sogra para o fazer acclamar rei e sua filha rainha. Esquecendo-se de que era contra o convenio, deixou-se induzir ao primeiro erro da sua regencia: deu conhecimento d'esta pretensão aos grandes do reino e intimou as cidades e povoações a levantar a bandeira em prol de sua filha, a rainha de Castella. Nenhum povo autonomo se curva voluntariamente sob o sceptro de um soberano estrangeiro; muito menos o portuguez ao castelhano, cujo soberbo olhar á sua antiga patria offende sempre o brio com que o luso se lembra da sua independencia, adquirida gloriosamente, ainda que restricta a um pequeno recinto. Acordava

[1] Mais petições, vejam-se em Lopes, *Chron. d'El Rei D. Fernando*, cap. 173, pag. 502 e 503.

[2] Com respeito aos judeus, empregara já em tempo do rei diligencias para os affastar dos cargos publicos e, como não fôra bem succedida, demittira logo depois do fallecimento d'aquelle o tesoureiro e almoxarife da alfandega d'essa cidade de Lisboa e todos os funccionarios hebraicos, conforme elles eram sabedores. *Lopes*, «l. c.», cap. 174.

assim, novamente, a antiga exasperação; as ultimas guerras e aggravos viviam na memoria; as feridas ainda sangravam e mesmo ao mais prudente irritava a desleal quebra do convenio. Quando, por mandado de D. Leonor, todos os fidalgos em Lisboa montaram, em um determinado dia, nos seus cavallos, para, como era de costume nas successões ao throno, atravessarem, em cavalgada festiva, as ruas, e Henrique Manoel de Villena, conde de Cea e Alcaide mor de Cintra, castelhano de origem e tio dos reis de Castella, á frente de um numeroso sequito, sahia do palacio, e, desfraldando a bandeira, começou de exclamar as vozes de: *Real, Real, pela Rainha D. Brites de Portugal!* [1], rompeu o povo com tanta violencia que o conde não poude passar além da cathedral com o estandarte. Debalde mandou vozear apenas as palavras: «*Real, Real!*» (não se sabia para quem); o povo, resoluto na sua excitação impetuosa, queria proceder energicamente. «Foi porventura para o entregarmos ao castelhano que os nossos antepassados, diziam uns para os outros, conquistaram Portugal com tanto sangue e tantas vidas?» Mesmo na alta nobreza se ouviam brados desfavoraveis a Castella; e Alvaro Pires de Castro, conde de Arrayolos e Alcaide mor de Lisboa, irmão de D. Ignez de Castro, exclamou: «*Real, Real, a quem pertencer o reino que o tome!*» Alludia assim a seus sobrinhos, os infantes D. João e D. Diniz, residentes em Castella, especialmente ao mais velho, assaz estimado pelo povo. Muitos comprehenderam a allusão e pronunciaram os seus nômes. O conde de Cea, ameaçado de imminentes perigos se avançasse, desistiu da empreza e voltou para o paço.

Scenas similares, ainda mais tempestuosas, ellas se viam em Santarem e Elvas. Na primeira d'estas povoações, o alcaide apenas se poude salvar da ira publica, e com os seus sessenta cavalleiros, quando desfraldou a bandeira a favôr da rainha D. Beatriz, apenas pela fuga rapida. Todos levantaram um viva, unanime, ao infante D. João; e teria sido, sem duvida, rei, caso houvesse podido regressar á patria. Em Elvas o povo assaltou até o burgo, logo que o alcaide, Alvaro Pereira, atravessou as ruas da localidade com o estandarte e exclamando a favôr da rainha. Quando o soccorro, cha-

[1] A traducção litteral não dá completamente a idéa da proclamação.

mado de Castella, chegou, já o castro fôra entregue, tendo os castelhanos de se retirar sem nada lograrem haver feito. Assim foi repellida a rainha D. Beatriz, e ao mesmo tempo o dominio[1] de Castella, em muitas cidades de Portugal; os interesses castelhanos aqui soffreram a primeira derrota.

No emtanto, o estranho rei, com este mau successo, não se estorvou para novas tentativas. Como sabia que todos os nobres e grandes do reino se reuniam em Lisboa a assistirem ás exequias que se celebravam, como de usança, um mez depois da morte do soberano, aproveitou esta occasião para os attráhir a si por meio de cartas. Ao mesmo tempo, dirigiu-se, por escripto, ás cidades e povoações mais nobres do reino, exhortando-as a reconhecerem, segundo o contracto de casamento, solemnemente firmado, os seus direitos e os de sua esposa á corôa de Portugal, e enviou, para se assegurar do exito desejado, um muito prudente e fino cavalleiro de Santiago, como embaixador, a Lisboa, sob o pretexto de dar os pezames a sua augusta sogra. Mas toda a prudencia e geito persuasorio do cavalleiro, apezar de ser recebido com toda a amabilidade pela rainha, seus partidarios e pela maiór parte da nobreza, naufragaram na suspeita e desagrado do povo.

Esta reunião deu, pelo contrario, motivo a scenas que abateram qualquer esperança de D. Leonor e do rei castelhano, fizeram dirigir os olhares dos portuguezes para um homem e obtiveram votos para um pretendente, que, pouco notado pelos seus inimigos, em breve erguido pela affeição popular, subiu ao mais alto grau. O assassinato de um favorito da rainha D. Leonor, justamente odiado, deu o signal para a inesperada revolução. Um encadeamento singular liga a culpa de dois homens com o seu castigo. O instrumento d'este ultimo foi corôado; torna-se a soberba e a fortuna de um povo, que um dia se havia de sentir independente, poderoso e feliz sob o seu sceptro vigoroso e justo. Quem poder perseguir a cadeia occulta que prende os acontecimentos terrestres a uma organisação superior vê operar infinitamente a acção humana. Passado meio seculo de trabalho meritorio, não é a morte de D. João que lhe põe termo. Um

[1] ... *pois em consequencia vinha el Rey de Castella su marido.* Nun. de Liaõ, cap. 2, pag. 9.

dos seus valentes filhos prepara a grandeza de Portugal nas quatro partes do mundo — o infante *real*; o filho do mestre da ordem de Aviz, sem outros meios senão um espirito egual, talvez nunca tivesse passado os limites do hyppodromo de cavalleiro; difficilmente haveria aberto os caminhos do mundo.

Ás exequias em Lisboa veio, entre outros, o conde de Ourem, João Fernandes Andeiro, aquelle valido da rainha, de quem o leitôr se lembrará do governo de D. Fernando; então já odiado e desprezado como estrangeiro, tambem por causa da sua immensa influencia, que exercia sobre o rei e ainda mais sobre a rainha; especialmente graças a seu escandaloso convivio com esta. O medo da vingança de D. Leonor e um certo receio pelo rei (apezar de que este, em um momento que lhe permittiu vêr a sua deshonra, atravez o veo de sua cegueira, ordenou que matassem aquelle, sendo, porém, despersuadido pelas representações illusorias do seu secretario particular) [1] detiveram muitos em pôr a mão no nobre criminoso; e quando o conde de Barcellos, João Affonso Telles de Menezes, irmão da rainha, altamente indignado, por motivo da vergonha que o conde de Ourem causava pelo desaforo da sua intimidade, em publico, com sua irmã, se propoz, de combinação com alguns outros, punir, com a vida, o profanador, a este o salvou o olhar perspicaz da rainha, que velava por elle, escapando assim ao perigo. Entretanto, pensavam sempre alguns em affastar o odiado, e procuraram uma occasião propicia; o conde, porém, apresentava-se sempre, com o seu sequito e os seus creados, tão cautelosamente rodeado e protegido que frustrava as intenções de seus inimigos. Depois da morte de D. Fernando, desappareceram quaesquer considerações que suspendiam o acto sobre sua vida, ficando á vingança um campo mais livre. A execução quedou reservada para um homem, a quem o feito (considerado glorioso) havia de grangear os corações lusitanos e que devia servir aos seus inimigos de terrôr e a elle proprio de primeiro degrau para ascender ao regio estrado.

Nenhum dos fidalgos desejava mais vivamente, por varias rasões, a morte do conde do que Nuno Alves Pereira; já no reinado

[1] *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o Governo del Rey D. João I*, por Joseph Soares da Sylva. Lisboa, 1730. T. I, pag. 95.

anterior jurara, com seu irmão, o prior do Crato, e com o conde de Barcellos, a morte d'aquelle; não poude, todavia, pôr em obra o seu proposito. N'esta occasião tambem as exequias o chamaram a Lisboa; e compareceu, como unico aprestado, com um sequito de trinta escudeiros, bem armados, e alguns de a pé. Finda a cerimonia e parecendo que passava o lance sem aproveitado, consultou Alvares seu irmão. Ambos tiveram por prudente fallar com o mestre da ordem de Aviz, porque elle, como irmão do rei, participava da deshonra, e melhor que nenhum outro poderia vingal-a. Era, além d'isso, o unico que, por seu nascimento[1] e pela sua bravura, podia ser eleito para defensor do reino, ameaçado por Castella. Entregue a estes pensamentos, encontrou-se Alvares, no castello real, com seu tio Ruy Pereira, cavalleiro de eguaes ideas, e manifestou-lhe o seu plano. Aquelle, tendo mais intimidade com o mestre de Aviz, encarregou-se de lhe communicar o proposito. Foi ouvido com toda a attenção, e o mestre da Ordem mandou chamar immediatamente à sua presença Alvares; agradeceu-lhe a bôa-vontade e o zelo pela defesa do reino, a favôr de que, se o achassem apto, sacrificaria a sua propria vida. Com referencia ao conde, prometteu fazer o que exigiam; «não ousava ainda, accrescentou, fallar tanto a esse respeito n'esta entrevista.» A tal declaração respondeu Ruy Pereira, o que é repetido por todos os historiadores de D. João: «Senhôr, não sabeis o que isto é. Quando tencionava casar, todos fallavam e diziam que eu queria casar com Violante Lopes e, depois de casados, já ninguem fallava do nosso casamento. Estão n'este caso estes senhôres e gozam largo as suas infamias; por isso já não se falla tanto d'elles com outr'ora». A leve sorriso acceitou o grão-mestre similhante resposta; recommendou a Nuno Alvares que se preparasse, com toda a sua gente, para matar no dia seguinte o conde. Emquanto que com zelo Alvares organisava tudo, que lhe parecia necessario, recebeu do grão-mestre instrucções para suspender quaesquer preparativos, até nova ordem. Irritado por vêr

[1] O mestre da Ordem, nascido no dia 11 de abril de 1375 (Soares da Sylva, T. I, pag. 4 e seg. e *Noticias chron. da Univers.*, pag. 274 e seg.) era filho natural que ao rei D. Pedro dera Theresa Lourenço, da Gallisa (Sousa, *Hist. gen.*, T. II, pag. 3) depois da morte de D. Ignez.

de novo demorada a justa causa, dirigiu-se immediatamente a casa do mestre; todas as representações fôram baldadas, porque aquelle, parecendo-lhe intempestiva a execução, queria esperar ensejo mais favoravel. Alvares despediu-se incommodado e retirou-se para Santarem, onde vivia seu irmão. Mais uma vez escapava o conde ao perigo. Mas estava tomada a resolução no intimo do grão-mestre: devia ser impellido por outrem á acção.

Em Lisboa existia n'aquelle tempo um cidadão altamente considerado e rico, Alvaro Paes, outr'ora chanceller mor do rei D. Pedro, depois de D. Fernando, e tão estimado e respeitado era por este rei que vivia a mór parte do tempo no palacio real; e, quando a edade e doença o detiveram em casa, ordenou o monarcha, para aproveitar a circumspecta experiencia do ancião, que os funccionarios da cidade nada fizessem de importante sem o seu conselho. Frequentes vezes, por isso, se realisavam sessões em sua habitação. Um dos nobres que o visitavam regularmente era o conde de Barcellos, irmão da rainha. Sabendo Paes quanto o conde sentia a deshonra de sua irmã e quanto odiava o seu cumplice, disse-lhe, um dia, entre outras cousas: «Vossa irmã, esquecendo-se d'onde descende, o que deve a si propria, ao rei, seu esposo, e egualmente a vós e vossos parentes, é a causa da desconsideração em que vivem ella e vós, por mercê do seu convivio, agora, mais que nunca, livre e escandaloso com o conde de Ourem. Digo-vos: do seu agora mais livre convivio, porque está persuadida de que, depois da morte do rei, não existe ninguem a quem tenha de prestar contas e se deixa dominar, olvidando a bôa fama de ambos, apenas pelas praxes dos seus desejos, como se julgasse que ninguem lhe possa dictar leis. Esta queixa, esta censura não é só minha, mas de toda a nobreza, de todo o povo e — prouvera a Deus que assim não fôsse — de todo o mundo. Senhôr, pertence-vos vingar tal infamia, apagar uma nodoa que só com sangue póde ser lavada. — Chegou o momento da vingança, que é justificada perante Deus, concluiu Alvaro Paes; não o percaes, senhôr! Olhae á vossa bôa fama e egualmente ao bem do reino!» O conde de Barcellos opinou pela execução; «mas, continuou o conde, ninguem me parece mais proprio para isso do que o mestre de Aviz; porque, como irmão do rei, fere-o mais aquella deshonra do que a mim, e ainda

está tão vigoroso que, se emprehender esta obra, executal-a-ha certamente».—Com o assentimento de Paes, procurou, sem demora, o mestre de Aviz; communicou-lhe as declarações d'aquelle e o seu proprio alvitre; mostrou-lhe quão pouco segura estava a sua vida emquanto o favorito existisse e recordou-lhe a sua prisão em Evora por incitamento do valido. «Se a vossa innocencia, concluiu, não era sufficiente para vos livrar de perigos, tambem não será bastante para evitar o vosso assassinato. Não quizereis frequentes vezes agradecer a vossa vida a um milagre—uma vida que não pertence só a vós, mas a todo o reino, na qual se fixam, mais que nunca, todas as esperanças e que, para a destruir, tanto desejam instantemente a inveja e a ambição, o odio e a crueldade». O grão-mestre achou fundadas estas representações e justificada a empreza; mas não occultou, a si nem ao conde, as grandes difficuldades da execução nem as más consequencias do insuccesso. «Falha o golpe?, observou, logo paira a espada desembainhada sobre as nossas proprias cabeças; qualquer violencia, qualquer crueldade parece então justificada, para desgraça de todo o reino». «Arriscada era tambem a obra n'uma cidade em que a excitação do povo seria um novo perigo e a sua affeição muito duvidosa». Com referencia ao povo affastou Alvaro Paes todos os receios do grão-mestre; seguro da sua auctoridade e influencia na cidade, prometteu até o auxilio das massas. Finalmente, declarou aquelle, retirando-se do campo das duvidas e considerações para o terreno das resoluções: «Alvaro que faça os preparativos, que elle fará o resto.» O ancião chorava lagrimas de alegria; deu um passo atraz e disse com voz commovida e affavel: «É verdade, filho, que estais resolvido a tal empreza?» E, quando aquelle replicou: «Sim, estou, e nada me fará retroceder!», veio Alvaro, cheio de jubilo, ao seu encontro, beijou-o e disse-lhe: «Agora, filho e senhôr, vejo a differença que existe entre os filhos de reis e os outros homens.» Em seguida, combinaram ambos a fórma de pôr o seu proposito em execução e o que devia succeder depois d'essa.

O grão-mestre não tardou em participar ao conde de Barcellos, a Ruy Pereira e a outros fidalgos da sua confiança e de egual coragem a sua resolução; todos lhe prometteram auxilio. A questão principal era o applauso do povo; por isso o grão-mestre continuou as

suas conferencias com Alvaro Paes, que, firmando-se no odio commum contra D. Leonor e o conde, se esforçava por inclinar os cidadãos á empreza. Concordaram em que dariam os seguintes passos: Emquanto que o grão-mestre chegava a palacio para matar o conde, devia um pagem, Gomes Freire, que costumava acompanhal-o sempre, correr, perpassando, pelas ruas, aos gritos de: «Ide ao paço a soccorrer o grão-mestre, que o querem matar». Assim que o pagem chegasse á casa, um pouco affastada, de Alvaro Paes, este havia de partir com os seus amigos e creados, como se quizesse acorrer em ajuda do grão-mestre, e levar comsigo todos que encontrasse na rua, para no feito tomarem parte, pondo assim a cidade em movimento e o grão-mestre fóra de perigo. Tornava-se indispensavel o auxilio do povo, por causa dos numerosos partidarios e dos muitos cavalleiros respeitados que eram inseparaveis do poderoso favorito e que estavam sempre promptos a defendel-o, especialmente por via d'aquelles trinta escudeiros, vindos do condado de Ourem para assistirem ás exequias. Um leve presentimento do que lhe succederia em Lisboa aconselhava-lhe precaução. Na noite em que morreu o rei, partiu elle, impellido pelo seu bom ou antes mau espirito, á pressa para o seu condado de Ourem. Logo em seguida, como os outros fidalgos, convidado pela rainha para as exequias, deixou, apezar dos rogos e avisos da esposa, que coisa má agourava, o seu asylo; foi por Santarem, onde seu sogro lhe aconselhou, com egual receio, a que desistisse da viagem a Lisboa. Recebido se viu no paço com a respeitosa attenção que a lisonja ou o medo costumam tributar a um poderoso favorito; pela rainha com o affecto de uma anciosa amada. Começou logo a tractar com elle todos os negocios e assumptos do reino.

Devido á ameaçadora attitude, tomada pelo rei de Castella, depois da morte de D. Fernando, pareceu medida primeira e urgente a defesa dos limites de Portugal. Nomearam-se para este fim immediatamente *Fronteiros,* dando a cada um o competente numero de lanças. O grão-mestre João ficou encarregado da defesa das regiões da sua Ordem e da restante comarca entre Tejo e Guadiana, recebendo no proprio momento os necessarios poderes e instrucções. Partiu immediatamente de Lisboa e pernoitou em Santo Antonio do Tojal, tres legoas distantes d'alli. D'onde enviou o seu veador, um

cavalleiro da Ordem, incumbido de dizer á governadôra «que, em consequencia da sua rapida partida, lhe faltavam ainda algumas auctorisações, as quaes, com a permissão da rainha, iria receber no dia seguinte». A regedôr respondeu, na presença do conde (já era noite, bastante tarde): «que podia vir, quando quizesse, que lhe seria dado immediatamente despacho». O grão-mestre voltou, tranquillo, no dia seguinte, e descobriu ao commendador de Jurumenha, Lourenço Martins, que o tinha educado, a Vasco Lourenço, Lopo Vasques, futuro commendador mor de Aviz, Ruy Pereira, que o esperavam no caminho, e a Fernando Alvares, que lhe levava a resposta da rainha, a secreta intenção do seu regresso. Ordenou ao ultimo que corresse adeante, a dizer a Alvaro Paes «que tencionava executar o que tinham combinado e que não se esquecesse do que lhe promettera». O cavalleiro cumpriu o seu mandato com tanta rapidez que ainda poude encorporar-se no sequito do grão-mestre antes de attingirem o palacio. Chegados aqui, apeou-se o grão-mestre com seus companheiros e 25 escudeiros; todos aprestados como para uma viagem ou melhor para uma guerra. Subiram até á antecamara da rainha. Quando o porteiro os viu, determinou annuncial-os á sua senhôra e, como tivesse deixado a porta aberta, adeantou-se o grão-mestre; os outros quizeram seguir; fôram detidos, porém, pelo porteiro. «Que tens tu a dizer?» disse-lhe aquelle. Entrou, pois, n'esse instante e com elle o seu sequito. A rainha e suas damas achavam-se sentadas no estrado; n'um banco estavam o conde de Barcellos, seu irmão, o conde de Arrayolos, Alvaro Pires de Castro, Fernando Affonso de Zamora, fidalgo nobre de Castella, Vasco Peres e outros magnates; o conde de Ourem, que atélli se assentava no logar superior do banco, ajoelhara deante da rainha e fallava tão baixinho com ella que os outros nada podiam comprehender. Feitos os usuaes cumprimentos de cortezia, assentaram-se.

O grão-mestre, interrogado pela rainha ácerca do motivo de sua volta, mostrou como não era sufficiente a força que lhe fôra dada para defesa d'uma provincia qual é o Alemtejo, e demonstrou isto tão singela e claramente que desappareceu qualquer suspeita que podesse haver suscitado na rainha o seu regresso. Mandou chamar na mesma ensancha o escrivão da puridade, para apresentar as

listas dos vassallos e logo lhe indicar os que fôssem exigidos pelo grão-mestre. N'este em meio, convidavam os condes de Barcellos e Arrayolos (com mais insistencia, o conde de Ourem) o grão-mestre para jantar; agradeceu este a todos e disse, desviado d'esses, em voz baixa, ao conde de Barcellos: «Conde, ide d'aqui, porque quero matar o conde de Ourem.» «Não irei, mesmo por isso, replicou aquelle, porque apenas estou para vos coadjuvar em vosso intento.» O grão-mestre, porém, pediu-lhe novamente que se affastasse, esperando-o em casa, onde jantaria com elle, assim que tudo se consummara. Entretanto, tambem o conde de Ourem, que, por motivo da volta do grão-mestre e da forma da sua apresentação, nutria uns certos receios, ordenou aos seus (os quaes tinham descuidadamente deixado as armas depois da partida de João) que, com os ausentes, se apresentassem aprestados diante do paço, para o fim de o acompanharem á sahida. Aquelles breve se affastaram e o conde achou-se só, fiado na sua segurança a dentro do palacio. Tambem um tal aspecto devia inquietar a rainha, que não poude suffocar a observação de censura: «É um bom costume dos inglezes não trazerem armas em tempo de paz, mas ataviarem-se como as damas; trazem armas só em épocha de guerra e manejam-as como homens e com tanta valentia conforme é conhecido de todos.»—«É verdade, senhôra, replicou o grão-mestre; estão desculpados, porque quasi todo o tempo têm guerras e necessitam das armas. Nós, porém, temos quasi sempre paz e, se não as usassemos n'esta éra, não as saberiamos manejar quando necessario fôsse.» Com estas conversações chegou a hora do jantar. Os fidalgos da rainha pediram vénia, sendo o primeiro o conde de Barcellos.

O grão-mestre ficou com os seus companheiros. Notando isto, o conde dirigiu-se a elle e disse: «Deveis, em todo o caso, jantar comnosco». Aquelle agradeceu novamente o repetido convite; e, como o valido se quizesse affastar, disse-lhe o mestre de Aviz, sem alteramento de voz e de rosto: «Não vádes, eu irei antes; mas desejo fallar primeiramente comvosco». Em seguida, despediu-se da rainha, sem o mais pequeno indicio de commoção; tomou o conde pela mão e foi com elle para a antecamara. Seguiram-o os seus companheiros, primeiro Ruy Pereira e Lourenço Martins. O grão-mestre e o conde postaram-se, sósinhos, a uma janella, e o primeiro disse

para o segundo poucas palavras mas incomprehensiveis. N'este momento, puxou o mestre pela espada e vibrou-lhe na cabeça um golpe que não teria sido perigoso, se Ruy Pereira, que estava mais proximo do conde, não lhe houvesse dado uma punhalada quando elle pretendia salvar-se no quarto da rainha. Este segundo golpe fêl-o cahir redondamente no chão. O mestre de Aviz prohibiu aos seus (os quaes suspendiam as suas espadas sobre o moribundo) que o ferissem mais, «para que o que era justiça não parecesse crueldade e não existisse a vingança além da morte». Mas ordenou immediatamente a dois cavalleiros que fechassem os portões do palacio, e ao seu pagem, Gomes Freire, mandou o percorrer das ruas na fórma combinada.

O alvoroto motivado por este assassinato foi tão grande que se notou na camara da rainha. Alguns julgaram que fôsse gente, de regiões affastadas do reino, que viesse em lamentações, como era uso, dar os pesames á rainha. Ella, porém, pelo medo e amôr, de espirito mais perspicaz, presentiu cousa peor e mandou indagar a causa. Quando lhe annunciaram a morte do conde, exclamou, cheia de espanto: «Ó virgem Maria, acode-me! Mataram o melhor servidor! A sua innocencia não o poude salvar. O que me attribuiram por sua causa, prometto demonstrar como verdadeiramente falso perante Deus e o mundo, e irei ámanhã a S. Francisco, onde, n'uma grande fogueira, provarei publicamente a minha innocencia, como nunca foi visto no globo em taes accusações!» A rainha, porém, pensou melhor e deixou de o fazer.

Vendo que o mestre de Aviz ordenara o fechar dos portões do palacio, mandou-lhe inquirir: «se tambem tinha de morrer?» «Dizei á rainha, minha senhôra», respondeu esse, tranquillamente, «que aqui não vim para offender a sua pessoa, mas apenas para castigar aquelle que tanto o tinha merecido, podendo, portanto, ficar socegada». «Se assim era», replicou ella, «que saia e se affaste da minha casa!» O mestre de Aviz calou-se.

Emquanto que as pessoas do paço, sabendo da morte do conde, fugiam, percorria o pagem do grão-mestre as ruas a cavallo. A seus gritos de soccorro, tudo se pôz em movimento, tudo pegou em armas. Assim veio o pagem até casa de Alvaro, que montou logo a cavallo e, acompanhado dos seus, percorreu tambem as travessas

da localidade. O aspecto desusado (já ha muito que o ancião não montava) e o appello para salvarem o mestre de Aviz, feito por elle e pelos seus, enchia os beccos de gente. No tumulto, cada um impellia o outro, para ser o primeiro a salvar a vida do mestre ou a vingar o seu trespasso; porque muitos o julgavam já morto. Quanto mais crescia a onda, reforçada por novos montes, tanto mais inflammavam a ira e a sêde de vingança. Quando chegou junto do palacio e encontrou as portas fechadas, a furia não teve limites. Em gritos freneticos, uns queriam escadas para subir ás janellas; outros, machados, para arrombar as portas; outros, fogo, para incendiar o alcacer. As mulheres eram as primeiras que traziam apetrechos para o incendio e destruição; indignadas contra a culpada do seu sexo, proferiam as mais acres invectivas e imprecações contra a rainha. Debalde gritavam, receosos d'aquella turba ameaçadora, os companheiros do grão-mestre, debalde gritavam do castello: «que socegassem, porque o mestre de Aviz vivia e o morto era o conde Andeiro!» Com mais impetuosidade bradavam aquelles: «Pois bem, se vive, que appareça!» Quando o tumulto augmentou, o mestre de Aviz assomou á janella do sitio onde a multidão era mais compacta e onde Alvaro se achava mais proximo. «Amigos, disse, socegae; estou, louvado Deus, ainda vivo.» Mas a freima ardia tão cega; os gritos, de que era morto, tão desordenados que ainda duvidavam, apesar de o estarem vendo. Foi reconhecido, finalmente, e o povo rompeu no mais vivo jubilo. Muitos choravam lagrimas de alegria e parecia que desapparecera todo o odio, toda a vingança; n'outros eram estes os sentimentos predominantes. «Porque matou só o conde, e não, ao mesmo tempo, a rainha, a traidora adultera?» ouvia-se dizer. Com carinhoso cuidado fallavam outros para o grão-mestre: «Senhôr, abandonai este palacio, em que não vos julgamos seguro emquanto lá estiverdes. Affastae-vos da criminosa, comquanto lhe destes a vida que lhe deverieis ter tirado!» Assim se inclinava a melhor parte do povo mais ao amor e affeição ao grão-mestre, cuja conservação tomou a seu cargo; e aquelle perigo de vida, de que parecia salvo, valeu-lhe mais do que um glorioso triumpho sobre os seus inimigos. João tranquillisou a excitada turba (a sua presença protegia evidentemente a vida da rainha e dos seus partidarios); deixou, depois, convencido, por testemunhos indubita-

veis, da submissão do povo, o palacio real, e percorreu, montado, sob o jubilo de uma multidão immensa, as ruas. O povo cercava-o: «Governae-nos, senhôr!» exclamavam; «que quereis que façamos?» O mestre de Aviz expressou repetidas vezes o seu agradecimento por esta submissão. «Desejo apenas, accrescentou, que me conserveis esta estima que acabaes de testemunhar-me; agora já basta e deixae-me na companhia do conde de Barcellos e de seus amigos.» —Assim chegou á habitação do conde, a quem tinha promettido, antes da morte de Andeiro, ser seu hospede.

Dispunham-se a assentar-se á meza, quando chegou a noticia de que o bispo da cidade se encontrava em perigo de vida, porque o povo o queria assassinar; pedia-se soccorro rapido. O grão-mestre promptificou-se immediatamente; foi detido, porém, pelo conde. «Não era esse o seu mister, só tinha que concluir o que começara, sem pôr em risco a sua auctoridade por uma acção que, ainda que fôsse misericordiosa, seria, comtudo, inutil, visto como já chegaria tarde ou porque não poderia subjugar a plebe». Por estas e outras considerações não deixaram o mestre de Aviz seguir o impulso do seu coração; o bispo foi victima innocente da terrivel furia da turba.

Martin, homem de distincta erudição e muito escrupuloso no cumprimento dos seus deveres, mas, como castelhano (era oriundo de Zamora), odiado pelo povo, havia sido transferido, em 1379, graças aos seus meritos, da cadeira episcopal de Silves para a de Lisboa e habitava um edificio junto ao claustro bispal, para poder assistir mais pontualmente a todos os officios espirituaes. Estava elle sentado á meza com dois hospedes, um tabellião de Silves e o prior de Guimaraens, que tinham vindo visital-o, quando o estrepito do povo na rua attrahiu a sua attenção e os obrigou a irem ao convento proximo e, depois de fechadas as portas, a subirem á torre, para vêr o que occorria na cidade e que lhes era completamente desconhecido. N'este momento passava Alvaro Paes, rodeado da multidão que acompanhara o grão-mestre. Gritaram aos que se encontravam na torre que tocassem os sinos. O bispo, desconhecendo o motivo do alvoroço popular e receando augmental-o, hesitou em cumprir a ordem. A turba tornou-se impetuosa, e augmentou-lhe a exasperação quando toparam com as portas da egreja fechadas. Em

poucos momentos se arranjou uma escada, se forçou uma janella e se abriram as portas. Aos que entraram disse-se que subissem á torre, para vêrem quem era que se recusava a tocar; e, se fôsse o bispo, mandou-se-lhes que o precipitassem a pique. O sacerdote, fiado na sua innocencia, mandou subir alguns cidadãos respeitaveis da cidade, um procuradôr e um alcaide, a quem apresentou as suas justificações. O povo, porém, que não ouviu taes desculpas e que não via a victima desejada, que considerava no bispo, no castelhano, um partidario da rainha, um cumplice da supposta conspiração contra a vida do grão-mestre, enfurecia-se e proferia terriveis ameaças. «Porque hesitais?» gritavam áquelles cidadãos, que, cheios de terrôr, vacillavam entre o susto do frenesi da multidão e o hediondo crime, «sois egualmente traidôres como aquelles? Bem! ficai certos; se lá vamos, não são esses os unicos que hajam de ser lançados de ahi abaixo». Os cidadãos arrojaram então o infeliz bispo, com os seus amigos, egualmente innocentes, da torre a fundo. No seu cadaver saciou a furibunda canalha a sua sanha. Rasgaram-lhe os vestuarios; ataram-lhe as pernas a uma corda, e o corpo nú foi arrastado, sob as mais abominaveis imprecações e ultrages, pelas ruas até o rocio. Os restos, roidos pelos cães, só fôram sepultados no dia seguinte. Egual sorte tiveram os dois amigos do bispo.

Estava consummado o acto revoltante, quando o grão-mestre de Aviz e o conde de Barcellos fôram consultar, depois da refeição, o conde Alvaro Pires de Castro e Ruy de Pereira sobre o que se havia de fazer apoz os acontecimentos do paço. Resolveu-se, e foi approvado unanimemente pelos restantes hospedes, que o grão-mestre voltasse a palacio e pedisse perdão á rainha do facto passado com o conde. Pretendia-se, com este passo, causar não tanto na rainha mas no povo uma bôa impressão. Rodeado dos mesmos amigos e saudado com eguaes felicitações como de manhã, foi o mestre de Aviz ao regio alcaçar e entrou, com o seu sequito armado, no quarto da imperante. Ao vêl-o, esta quedou vivamente commovida. «Que ousadia!» disse; «assim se entra no aposento da rainha, sem permissão e armado? Deveis estar todos na conjura!» Aquelles calaram-se; «seja, porque Deus assim o quer!», disse a monarcha. Assentou-se e mandou assentar os outros. O mestre de Aviz, tendo a seu lado os dois condes, ajoelhou diante d'ella. Pediu-lhe perdão

não por matar o valido, que tanto merecera a morte, mas por ter sido no sagrado de sua residencia. Não fôra seu intento offendel-a, mas libertar o reino d'esse instrumento da perdição, que começara a operar já no tempo do rei e amparado por elle, e agora, não menos favorecido por ella, vinha exercendo tão grande influencia. Se não tivesse intervindo, elle, o povo haveria procedido, causando maior prejuizo, e, certo, poupada não ficaria nem a sua dignidade nem a sua vida. Lembrava-lhe como o conde frequentes vezes attentara contra a sua existencia e como outróra conseguira a sua condemnação a decapitação no carcere em Evora; e, comtudo, não era a vingança que brandia a sua espada, mas o zelo e o amôr por um paiz em que nascera e que seu irmão quasi perdeu, porque deixava fazer o que queria ao conde, o qual, agora, na posse de um poder illimitado, tinha os meios e, como castelhano, a vontade de entregar o reino ao rei de Castella e, conforme se sabia, captara muitos portuguezes para esse fim. Attendendo, pelo menos, a este justo motivo, devia perdoar-lhe a sua culpa. A sua graça saberia merecel-a pelos seus serviços futuros.[1] A rainha calou-se; e tambem nada disse quando o conde de Arrayolos fallou a bem do mestre de Aviz, fazendo-lhe sentir quanto era offensivo o seu silencio, e ainda quando o conde de Barcellos, exaltando o nascimento e serviços do mestre de Aviz bem como os motivos da sua acção, censurou mais asperamente o mudo desprezo e a recusa obstinada da rainha. Como, finalmente, visse que não podia deixar de responder, disse, com forçado sorriso: «Para que, irmão, este cuidado tão inutil como fingido? Para que hei de eu ao mestre perdoar-lhe o que elle já perdoou a si proprio? Ninguem procura o que já tem. Seja perdoado! Fallemos de outra coisa». João beijou-lhe a mão, agradecendo. «O que se diz, continuou ella, ao facto de o rei de Castella estar resolvido a entrar em Portugal? Não o creio; mas, se tal succedesse, o que vos parece que lhe deveriamos fazer?» — «Por agora», replicou aquelle, «deveis, cuido, dissuadil-o de um tal proposito e fazer-lhe sentir em carta o inconveniente d'isso advindouro». «E suppondo» retorquiu a rainha «que eu lhe escrevo tal e que elle, apezar

[1] Vêr toda a allocução nas *Memor.*, T. I, pag. 134, de Sylva.

de tudo, não proceda conformemente assim, pergunto mais que devemos fazer então?» «Não posso convencer-me», respondeu o grão-mestre, «de que o rei, se vós lhe apresentardes as razões que se oppõem á sua empreza e elle souber que ella é contra a vossa vontade, não faça o que lhe disserdes; se, porém, obrar o contrario, então tendes vassallos e armas com que possais forçal-o a desistir das suas intenções». «Não é mau conselho», redarguiu D. Leonor, com um sorriso ironico. «Quando o rei, meu senhôr, ainda vivia e se encontravam reunidas todas as forças do reino, não era possivel impedir os victoriosos progressos das armas castelhanas, e agora que, com a sua morte, ficaram tambem anniquiladas todas as esperanças, o reino se vê retalhado em partidos, não só no des pojo de meios pecuniarios como tambem de chefes, e que, além d'isso, se tracta de uma guerra contra um tão poderoso exercito e contra uma tão justa causa, como a do monarcha de Castella, que é inquestionavelmente senhôr e herdeiro d'este reino, pelo consorcio com minha filha,—agora é que poderia Portugal offerecer resistencia, se o rei meu genro quizesse attacal-o? O embate eguala a um sonho, se se pode sonhar em cousas tão palpaveis». A estas ultimas fallas da rainha, que denunciavam tão claramente as suas disposições e intentos, levantou-se o conde Alvaro Pires e disse aos outros dois: «Vamo-nos, porque a rainha, nossa senhôra, não acha agrado algum n'esta conversação, ou não deseja por agora que se falle n'isso». Immediatamente todos se inclinaram e sahiram. Á sahida ficou a porta aberta e D. Leonor viu o cadaver do conde. Profundamente commovida perante tal espectaculo, disse, voltada para o grão-mestre e seus companheiros: «Que crueldade! Não foi bastante tirar-lhe a vida? Não podia, pelo menos, a compaixão, commum a todos os homens, impellir-vos a sepultar esse corpo, tão fidalgo como vós?» Retrocedeu, lagrimas suffocaram-lhe a voz; os outros partiram, como se nada ouvissem. O cadaver, coberto com um velho tapete, ficou todo o dia estendido; ninguem ousava pôr-lhe a mão, para o dar á terra. Ao anoitecer, mandou a rainha que se depositasse o corpo na egreja de S. Martinho, a mais proxima do paço. O conde orçava quasi pelos 40 annos quando morreu e era um homem de extrema belleza e de aptidões pouco vulgares. Passadas estas scenas de terrôr, tornou-se á rainha a estada no palacio

horrorosa, trocando-a n'essa mesma noite pela residencia na alcaçova, ou fortaleza, onde se julgava, além d'isso, mais segura.

Passando da furia e violencia sanguinosa successivamente para a conversação tranquilla, juntava-se o povo o resto do dia em grupos, commentando os acontecimentos. O mesmo foi no dia seguinte. Só de espaço a espaço se inflammava sua ira novamente contra aquelles que se atreviam a reprovar o succedido ou a não obedecer ás novas resoluções. Os mais circumspectos e prudentes congregam-se para conferenciar sobre os meios de defesa, caso o rei de Castella quizesse invadir Portugal com mão armada. Reconheceram a necessidade de um chefe e commandante; e nomeava-se o infante D. João herdeiro e successor do reino, manifestando-se, porém, ao mesmo tempo o receio de que o autocrata de Castella não só o não deixasse soltar, mas até que o mandaria matar, bem como a seu irmão D. Diniz. Depois de longa consulta e discussão, concordaram todos em que ninguem no reino, para sua defesa, seria mais apto do que o mestre de Aviz; o qual devia ser eleito rei, porque tambem era filho do rei D. Pedro, como os outros. Uma resolução tomada no dia seguinte devia assegurar ao soberano proposto os meios para se pôr firme no throno, resolução tão bizarra como injusta e altamente perigosa para o socego da capital. Para conservar ao principe a sua auctoridade, não só era necessario tropa como tambem dinheiro; para obtel-o decidiu-se o saqueo de todos os judeus da cidade. Incidiam as vistas principalmente sobre dois dos mais opulentos, Judas, que fôra *Thesourero mor* do rei D. Fernando, e sobre seu confidente David. Juntavam-se grupos nas ruas, afim de fazerem em execução a nova medida de fazenda. Andava isto no conhecimento de muitos para que unicamente aos judeus fôsse segredo. Dirigiram-se, por isso, os ameaçados ao mestre de Aviz, afim de lhe implorarem o auxilio em sua afflição (já todos se habituavam a procurar protecção só junto d'elle). Este, porém, lembrando-se da sua posição, recambiou-os para a rainha. Elles, então, tanto e tão afincadamente rogaram que os condes de Barcellos e Arrayolos, que estavam presentes, se interessaram por elles, montando os tres os seus cavallos e encaminhando-se para o sitio onde já innumeras pessôas se apinhoavam, reunidas, para saquearem os judeus, a favôr do grão-mestre. Com muito custo conseguiram demover a multidão do

seu proposito, que ella considerava como prova do zelo e da estima que votara ao mestre de Aviz. Este avançava, porém, involuntariamente, como se fôsse de proposito, para o seu fim; pisava já a estrada e cada acontecimento se lhe volvia favoravel. Quando no caminho se encontrou o juiz do crime da cidade e lhe disse: «que mandasse clamar pelas ruas, em nôme da rainha, que, sob pena, ninguem causasse mal aos judeus», replicou aquelle: «que o faria, não em nôme da rainha, mas no seu (do grão-mestre)»; e, apezar de este lh'o prohibir, ordenou o juiz desde então que se publicassem todas as suas notificações officiaes a titulo do grão-mestre. A sua prudente recusa foi louvada pela multidão como modestia e desinteresse; e grangeou-lhe o animo de todos. «Que duvida temos em proclamar este homem rei?» dizia um, ouvindo-se phrases similares (que o mestre tambem ia escutando), emquanto que a turba o acompanhava á cathedral, onde desceu, com o conde, para assistir á missa. O povo dispersou e os judeus estavam salvos; o mestre de Aviz ganhou em ambos os partidos.

A rainha não podia desconhecer que o seu adversario subia diariamente no favôr do povo, fortificando-se sempre mais; mas occultava o seu despeito sob a mascara do agrado para com os seus offensores. Habil na arte da dissimulação e de gran-dextreza de espirito, sabia espargir, pelo encanto da sua belleza e donaire, uma certa amenidade sobre tudo que dizia e assim insufflar em seu discurso uma força seductora. Passadas que fôram, depois da morte do conde, as primeiras tormentas da sua alma, parecia que tambem tinham desapparecido os sentimentos do odio e da vingança, tão proprios da sua situação; a sua costumada sisudez e prudencia venceram novamente. Nos poucos dias que ainda se demorou em Lisboa depois do assassinato do favorito, não só evitou tudo o que ameaçasse trahir o seu rancôr contra o mestre de Aviz e seus partidarios, que o ajudaram n'aquella acção, e que lhes podesse ser desagradavel, como lhes testemunhou a sua graça e lhes conferiu as suas dadivas. Quem não conhecesse o caracter da rainha ou quem não o podesse perscrutar tomaria como provas de benevolencia e generosidade o que era o illusorio manto do seu odio mortal contra João e seus amigos.

No emtanto, não lhe passara desapercebido que esta conducta

no futuro lhe seria tão difficil como penosa. Com todas estas provas da sua graça, difficilmente converteria os partidarios do mestre de Aviz e muito menos mudaria a opinião do povo; aquelles testemunhos davam aos addictos do mestre uma importancia especial aos olhos da plebe e aos seus proprios. Pareciam, na auctoridade crescente de que essa clientella gozava, antes homenagens da rainha, que traduziam a sua fraqueza e necessidade. Além d'isso, deveria sentir-se offendida, de dia para dia, pelos signaes de adhesão que a turba offertava ao mestre de Aviz e não julgar-se segura dos attaques d'este como d'aquella. Resolveu partir para Alemquer, povoação sua, 8 legoas ao norte de Lisboa. Os grandes da côrte—entre elles seu irmão, conde de Barcellos—muitos fidalgos, empregados da casa, todos os desembargadores e ministros a seguiram para alli. Tambem os dois judeus, cujo despojo o mestre de Aviz evitou, Judas e David, se encorporaram, disfarçados, no sequito.

O mestre de Aviz ficou na capital; mostrou, porém, n'aquelles dias a intenção de deixar Portugal e ir-se para Inglaterra. Porque, quando soube que ancoravam no porto de Lisboa dois navios bretões, que em breve partiriam para suas paragens, deu ordem de fretar um dos dois, para sua passagem. Parece que fôram a partida de D. Leonor da capital; a inesperada quantidade de partidarios, que formaram o seu sequito; a importancia de alguns homens, que se declararam, n'essa occasião, a favôr da rainha e a acompanharam—o que fez nascer similhante idéa no espirito do mestre. Melhór duvidoso é o seu motivo, o seu verdadeiro fim. Aquelles que veem na pessoa do mestre mais o homem politico astuto dizem que elle apparentava aquelle intento e espalhava similhante boato para conhecer a inclinação dos portuguezes, grangear e inflammar vivo o ardor do povo, sem chefe e amparo, e impellir á resolução os animos ainda vacillantes. Os que conheciam melhor o mestre de Aviz, diz Sylva, não duvidavam de que elle houvesse, de facto, tido a idéa de se affastar de Portugal; e, em verdade, rasões existiam que recommendavam a sua ausencia tanto quanto a sua apparencia serviu a seus planos. O grupo de D. Leonor fortificou-se e tornou-se poderoso pela importancia pessoal de alguns partidarios, como pelo seu numero; e alguns homens, atélli ao lado do mestre, abandonaram-o e passaram-se para as bandas da rainha, como Vasco Porcalho, Mar-

tim Anes de Barbuda, commendador da sua Ordem, Garcia Perez Craveiro de Alcantara e outros. Muito mais havia de sentir o mestre a retirada do conde de Barcellos, que trabalhava agora com tanto ardor pelos negocios da irmã como se mostrara activo na morte do valido. A consideravel facção da rainha foi roburisada pelas forças do rei de Castella, que, chamado por D. Leonor, era impellido ainda mais pelo proprio proveito do que pelo pedido de soccorro de sua sogra. Mas o mestre de Aviz tinha que temer mais a vingança e astucia de D. Leonor do que o poder dos grandes de Portugal e a valia, ainda maior, do rei de Castella. Se aquella era implacanda (porque a ferida aberta resultava incuravel), esta via-se inexhaurivel, pois que tinha ao seu dispôr todos os dotes do espirito e todos os encantos da belleza feminil. O modo attencioso que a rainha agora adoptava em sua conducta para com o mestre de Aviz e seus partidarios occultava um veneno mais perigoso do que a ira e dôr, que manifestou no lance do trucidamento do conde. Attestava a sua capacidade e geito em representar qualquer papel, e a subtileza da sua vingança. O que não haveria a temer d'esta!

Em vida de D. Fernando, fôra o mestre encarcerado, a instigações da rainha, a quem nunca offendera, apenas por causa do receio de que elle a *podesse* restringir em sua influencia. Méramente um acaso o salvou da pena capital, que lhe estava sentenciada pela imperante. O que podia o mestre de Aviz então esperar, depois de haver morto o favorito da soberana, que governava agora só, de lhe haver morto esse valido que participava da sua estima e culpa e que lhe fôra um dia mais caro do que a dignidade do throno e a santidade do matrimonio, que não receou macular por sua causa? Só o affastamento da sua esphera de acção parecia salvar o grão-mestre; e, quando elle resolveu ou pretextou fazel-o, justificou a rainha mesmo o seu receio e cuidado, esforçando-se, ainda antes da sua partida, por lhe preparar ardilosamente a morte.

Assim que soube que elle tencionava embarcar, mandou chamar á sua presença o patrão do navio; tentou grangeal-o por meio de promessas e presentes; e exigiu d'elle, quando sahisse do porto, levando o grão-mestre, que desembarcasse, sob qualquer pretexto, a guarnição na costa da Atougia. A perdição de João era logo segura e certa; se ficasse sósinho no navio, sem equipagem, naufra-

gava; se o abandonasse, no littoral se encontraria tropa da rainha para o prender e, se resistisse, para o matar. Parece que o inglez concordou com a proposta, porque duas vezes remetteu a rainha de Alemquer para Atougia um fidalgo, com uma força militar, na supposição de que aportasse o mestre. A Providencia, porém, não quiz que assim succedesse.

O boato de seus intentos assaz inquietou os habitantes de Lisboa. Previam todos os tormentos que cahiriam sobre elles, se a rainha D. Leonor ou o rei de Castella' se apoderassem da cidade. Ainda não estavam esquecidos os ajuntamentos tumultuarios que se haviam realisado para evitar o consorcio de D. Fernando com D. Leonor. Tinham offendido muito a rainha com discursos aviltantes e sahidas affrontosas, mas favorecido e coadjuvado o mestre de Aviz, quando matou o conde de Ourem. Extremamente exasperada por isto tudo, proferira a rainha, segundo se affirmava, a ameaça de que destruiria Lisboa e mandaria cobrir a sal o logar deserto; o medo e a desconfiança fizeram acreditar em similhante comminação. Não menos receavam a vingança do rei de Castella, cuja bandeira se recusaram a arvorar e cuja successão ao throno não quizeram reconhecer; o ultraje á rainha, sua sogra; o crime hediondo commettido na pessoa do bispo de Lisboa, oriundo de Castella, eram factos que não podiam esperar perdão. Amparo e salvamento só os aguardavam do grão-mestre; reunia, em sua pessoa, a illustração, energia e auctoridade, sendo os seus sentimentos, para elles do commum, um penhôr de sua segurança. Apresentaram-lhe os perigos que tinham de esperar da vingança de D. Leonor e do rei de Castella; manifestaram-lhe o seu desejo de o reconhecerem como seu senhôr e defensor; prometteram pôr á sua disposição os rendimentos das alfandegas e almacens e todos os thesouros publicos da cidade; offereceram-se para lhe darem immediatamente a posse da terra e seus fortes e asseguraram-lhe que as outras localidades e povoações do reino seguiriam sem hesitação o seu procedimento. O mestre de Aviz animou os cidadãos, mas recusou, amavelmente, os seus offerecimentos e comprometteu-se apenas a demorar alguns dias a sua partida (seria para se preparar melhor ou para submetter aquelles a uma prova?) Então o povo redobrou nos seus pedidos, nas suas supplicas; seguia-o quando elle sahia, cercava-o quando parava; segura-

vam as redeas do cavallo, tomavam-lhe das abas do vestido; chamavam-lhe o defensor, o protector.

Estas provas de affeição e confiança, mais ainda as exhortações de alguns amigos e partidarios, cujo amôr da patria era tão manifesto como experimentada sua illustração, obrigaram o grão-mestre, ou pareciam obrigal-o, a pensar nos meios de poder ficar em Portugal, sem perigo para a sua pessoa e ao mesmo tempo activo para o bem do reino. Com o intuito de reflectir mais profundamente n'este assumpto, chamou Alvaro Paes e alguns dos seus partidarios maiormente importantes. «Que pensassem de novo maduramente n'este thema e que imaginassem o meio mais rapido e seguro a adoptar para que se não ateasse uma guerra que o perdesse, perdesse os seus e o reino.» Discutiram por muito tempo: finalmente julgou-se que o casamento da rainha com o mestre de Aviz removeria quaesquer obstaculos e evitaria todas as desavenças. Durante um determinado lapso, assim se dizia, pertencia o governo á rainha. Entretanto podia succeder que D. Brites désse um filho ao rei, o qual, segundo o accordo, deveria ser educado em Portugal; o grão-mestre seria então regente, com a rainha D. Leonor, e ficaria governador do reino, quando o principe alcançasse a edade precisa. A dispensa para este consorcio concedel-a-hia facilmente o papa, por motivo e idéa da paz. Não agradou a proposta ao mestre de Aviz e combateu-a. Como todos, porém, viam n'isto um excellente recurso, não quiz oppôr-se, por melhór espaço, aos conselheiros, que tanto insistiam. «Apezar de, concluiu o mestre, não só julgar a proposta inconveniente, como tambem inutil, porque a rainha, por que a conhecesse, o não acceitaria, estava de annuir, sem embargo, a tudo quanto lhe aconselhavam, isto para fugir á censura de que antepunha um ponto de honra pessoal ao bem do reino.» Em seguida, escolheu-se para irem fallar com a rainha Alvaro Gonçalves Camello, futuro prior do Crato (ou, como então se dizia, do Hospital) e Alvaro Paes; como a rainha tinha a este ultimo um odio mortifero, foi uma selecção imprudente, se se pretendia alcançar um exito feliz á embaixada, astuciosa, porém, se, como Sylva julga, foi encaminhada, pelo proprio mestre, para a rainha se desgostar da proposta, pela pessoa que a apresentava. O mestre não se enganou em sua supposição. Os enviados fôram recebidos pela rainha com agrado

apparente; as suas propostas, porém, immediata e decididamente rechaçadas.

Emquanto que aquelles se encontravam em Alemquer, excitou a noticia da approximação do rei de Castella das fronteiras de Portugal um grande movimento entre o povo. Enviar, por esta causa, deputações á rainha, a todos pareceu inutil. «O que temos a esperar de lá?» dizia-se; «que fazer senão nomear o mestre da ordem de Aviz para defensor do reino?» Todos lhe pediram que occupasse aquelle cargo, e o mestre, por fim, mostrou-se a isso inclinado. «Para um negocio tão importante, declarou, ser tractado com a maxima reflexão, deviam reunir-se, ao dia seguinte, na egreja de S. Domingos, convidando ao congresso as pessoas principaes da cidade, afim de que todos discutissem qual a maneira de defender o reino e quaes os meios que se deveria empregar». Compareceu um grande numero de cidadãos, mas poucos da nobreza. «Não receava, disse o mestre de Aviz para a assembléa, arriscar a minha vida pela minha permanencia, mas temia que perigasse a vossa. Como desejaes, porém, que participe das tormentas que ameaçam o reino, fico aqui, não como vosso superior, como quereis, mas como vosso companheiro, a que sou obrigado; porque tornar-me-hia culposo do maior crime, caso respondesse á vossa estima com ingratidão e, depois de vós vos haverdes exposto a tantos perigos por minha causa, não vos auxiliasse nas vossas afflicções. Urge agora considerar se é do vosso agrado que eu vá ou fique; e, se concordardes no que tantas vezes me tendes proposto, pensae na fórma da nossa defeza e isso já, porque a proximidade do inimigo exige rapida execução e não dá margem a grandes discursos». Applausos estrondosos interromperam o silencio do concurso, e foi geral o jubilo do povo quando viu realisados os seus desejos e esperanças. Dirigiram ao mestre de Aviz os titulos mais honrosos: «Unico pae da patria, unico protector da liberdade, sublime gloria da nação portugueza!» E sob estas expressões de alegria e dedicação foi eleito *defensor* e *regente* do reino, e se lhe conferiram poderes illimitados.

O mestre conservou, no meio do geral enlevo do povo e seus partidarios, o costumado ponderamento. Não só ao extase do instante, não só a uma classe da sociedade é que elle queria agrade-

cer a sua elevação. Não lhe passou, pois, desapercebido que faltava no ajuntamento a mór parte da nobreza. Por isso ordenou que se désse conhecimento a todos, quer presentes quer ausentes, de que se reunissem, ao dia seguinte, na casa da camara, para tomarem a ultima resolução n'este assumpto.

Assim succedeu. O mestre mostrou de novo á numerosa assembléa a difficuldade da empreza e pediu para dizerem, francamente e sem lisonja, a sua opinião. Uns confirmaram a escolha feita; outros condemnavam-n'a urbanamente, indicando os raros meios que havia para o coadjuvar. «Com tão poucos elementos querer resistir ao rei de Castella, seria justificar a tyrannia que elle depois exercitasse. Se já se temiam as forças ainda ignoradas, quanto mais quando fossem conhecidas e avançasse o monarcha provocado, não como um soberano que vem tomar posse do paiz que chama seu, mas como um autocrata decidido e aprestado a exercer vingança n'um reino sublevado.» Estas e similhantes objecções, sob que muitos da nobreza occultavam o seu receio ou a sua adhesão ao partido de Castella, irritaram e indignaram a multidão excitada. Via n'isto um attaque ao alto protector, que já haviam grangeado e escolhido, com o poderoso auxilio de quem já se julgavam seguros, e insistiam, de impeto, com aquelles para que concordassem na escolha do povo. Da parte da nobreza houve, porém, evasivas, discussões isoladas e segredos. Apresenta-se um tanoeiro, Affonso Annes Penedo, de mão na espada e diz-lhes: «De que tractaes ahi? Pensaes em adherir ao que todos concordam? Tendes talvez algum outro, além do mestre de Aviz, que vos defenda contra o poder de Castella? É certo que n'isto não sois portuguezes». Como ninguem respondesse, a sua voz tornou-se mais ameaçadora, os seus gestos mais furiosos. «Que fazeis ahi? Ou vós concordais com o que se vos diz ou dizei então o que quereis! N'este assumpto só tenho a arriscar a vida; quem não quizer annuir, saiba que paga immediatamente com a sua». A turba repetiu estas palavras, lançadas pelo tanoeiro á sua agitação torrentuosa, e os nobres, atemorisados, reconheceram, unanimemente, o mestre como defensôr e regente do reino. Um documento publico, que se passou, da sua eleição e nomeação (16 de dezembro de 1383) foi assignado por todos. Concederam ao seu escolhido um poder bem difficil de differençar do regio.

Dispersava já a assembléa quando chegaram os enviados que voltavam de Alemquer. Alvaro Paes felicitou o mestre pela sua eleição para defensor e entregou-lhe a carta da rainha (que concordava com a sua resposta verbal). Sem a ter aberto e sem haver fallado antes com Alvaro Paes, rasgou-a o mestre á vista de todos. Fôsse qual fôsse o seu motivo, subiu muito, por este publico rompimento com a rainha, no conceito do povo; e deveria, com tal decisão propria e com esta espontaneamente arbitraria declaração de guerra, satisfazer-se a si mesmo, pela fraca condescendencia que mostrara, n'um assumpto que reprovou, para com seus conselheiros. Como se o mestre, com este acto, se tivesse elevado sobre si mesmo, conforme o povo o elevara acima d'elle e consoante o augmentara de vassallo a soberano, tomou, immediatamente, disposições que tinham por fim patentear a sua nova situação e dignidade e proclamal-a. Ordenou que se alterasse o brazão regio, collocando-o sobre a cruz da Ordem dos cavalleiros de Aviz, de fórma que apenas ficassem visiveis as suas extremidades. Nos diplomas publicos, decretos e ordenações, usava o titulo de: «D. João, por graça de Deus, filho do mui nobre rei D. Pedro, mestre da cavallaria da ordem de Aviz, Regedor e Defensor dos reinos de Portugal e Algarve», alliando assim, n'isto como em tudo, com prudencia, a dignidade e insignias do chefe da Ordem e do regente do reino.

Mais importante foi a escolha dos altos funccionarios do Estado. Para ministros *(do Despacho)* nomeou o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente e o futuro arcebispo de Lisboa, João Affonso de Azambuja; para chanceller mor, o doutor João das Regras, um distincto jurisconsulto e discipulo de Bartolo, que viera, no anno de 1382, de Bolonha para Lisboa.[1] A exacta circumspecção do joven soberano, que fez escolher precisamente estes homens, causou admiração. Até aqui, segundo parece, apenas cavalleiro e guerreiro, conhecedor das armas, mostrou na escolha dos funccionarios civis o tacto da velhice experiente e o provado criterio de homem de Estado. Abrangia, pois, com sua vista, os trabalhos de um cargo difficil e amplo, como media a capacidade do individuo para resolver esses misteres e a sua actividade propria para tal faina. Apezar de insistentemente,

[1] Sylva, «l. c.», cap. 114.

com a guerra inevitavel diante dos olhos, se vêr compellido a dirigir a sua attenção apenas a talentos guerreiros e a preferir a espada ao sceptro, não descurava, comtudo, mesmo na pugna, a importancia d'esta parte da administração do Estado; e escolheu, assim, cuidadosamente os funccionarios civis até os cargos inferiores, primeiro que nomeasse *um* commandante (um que valesse tanto como um exercito) e um conselho de guerra de muitos membros. Para desembargadores do paço nomeou João Gil, um licenciado dos direitos e Lourenço Esteves o mais novo, cujo pae gozara a confiança do rei D. Pedro; para *Vedores da Fazenda*, dois homens de reconhecida actividade, circumspecção e saber, não fallando de outras nomeações. O logar de corregedor de Lisboa foi preenchido por um negociante da cidade, bem como o cargo de thesoureiro da moeda e de almoxarife dos redditos reaes. Emquanto que o defensor escolhia os altos funccionarios principalmente entre os cidadãos da capital (para o que o reconhecimento e esperanças que n'elles depositava com vista ao futuro o obrigavam a attender á sua maior illustração), dirigiu egualmente os seus cuidados á gerencia municipal e organisou. para similhante fim, um conselho de vinte e quatro membros em Lisboa, auctoridade esta que existiu até aos tempos modernos sob o nôme de *Casa dos vinte e quatro*.

O preenchimento dos cargos publicos com partidarios do defensor e o receio de acções inquietadoras, tudo isto obrigou os servos e affeiçoados da rainha que tinham ficado em Lisboa a partirem para Alemquer. Muitos deixaram a sua fortuna e bens nas mãos de amigos e parentes; outros occultaram-os nos conventos, como fez a condessa de Barcellos, que mandou esconder o seu riquissimo thesouro debaixo da porta principal da egreja de S. Domingos, onde, comtudo, foi descoberto. Encontraram-se, aqui e alli, consideraveis sommas e preciosidades. O que entregavam ao regente, dava-o elle a seus partidarios. Quando alguns o censuraram por isto, aconselhando-o a que ficasse com tudo, disse-lhe Alvaro Paes: «Senhôr, quereis acceitar um conselho que fará progredir a vossa causa? Dae o que não é vosso, promettei o que não tendes e perdoai a todo aquelle que não poderdes castigar.» D. João seguiu o admoestativo apophtegma. Tanto os bens moveis como os immoveis d'aquelles que se tinham ausentado com a rainha ou que haviam passado para o

rei de Castella, os dava elle ás pessoas da sua clientella, em Lisboa e em toda a parte do reino onde se declaravam a seu favôr[1]; preenchia não só logares vagos, como tambem aquelles cuja vacancia estava proxima; perdoava todos os crimes (menos traição e a violação da fé, e estes mesmos, quando houvessem sido commettidos antes da sua elevação a defensôr), obrigando apenas os criminosos, emquanto durasse a guerra, a servirem no exercito montados e armados á sua propria custa.

Com este processo attrahiu o defensor muita gente; augmentou o seu partido mas não os seus meios pecuniarios, que eram totalmente insufficientes. O thesouro regio estava exhausto, como o reino. A prodigalidade inutil de D. Fernando e as guerras constantes não só haviam devorado as sommas que D. Pedro lhe legara como tambem os rendimentos do seu proprio reinado. Sem dinheiro, porém, não podia D. João encarregar-se da defesa do reino, nem sustentar-se a si proprio e á dignidade de defensor. Isso viram os habitantes de Lisboa e concederam-lhe mil libras.[2] Varios particulares davam-lhe voluntariamente o emprestimo que lhes pedia e tambem as Ordens lhe offertaram, além do que tinham cedido para a primeira quantia, mais setenta marcos de prata.[3] O clero não só contribuiu para aquelle donativo como forneceu da Egreja os vasos que podia dispensar. Ao completo dos duzentos e oitenta e sete marcos de prata, que se apuraram — para aquelles tempos somma avultada — deu a Sé de Lisboa oitenta e sete. Esta importancia, junta a novecentos marcos de prata, que D. João colheu, mandou-a elle entregar ao thesoureiro da moeda, Micer Persival, que tambem nomeou seu thesoureiro.

Com estes poucos meios começou o mestre a difficil tarefa. Ainda não avançara muito na nova carreira dispendiosa, que já a guerra devorara não só aquella somma como tambem os redditos

[1] Como motivo do sequestro dos bens, costumava indicar nas cartas de doação: *«Por quanto anda em nosso deserviço com João, que se chama Rey de Castella.»*

[2] Mil *dobras*. Lopes, *Chron. d'El Rey D. João I*, Part. I, cap. 49 e 50. *Elucid.*, Supplem., pag. 50. Sylva, «l. c.», T. I, cap. 195 e 196.

[3] O marco de prata valia então 2:600, o marco de ouro 6:000 réis.

*

correntes; as suas despesas excediam muito as receitas e o afflicto regente recorreu á desgraçada medida fazendaria, que a ignorancia d'aquella época e mesmo a maior crise financeira deixavam ainda como unico recurso, a diminuição do quilate, a peoração da moeda. Mandou cunhar libras, com o valor das que circulavam, mas de tão pequeno quilate que só tinham duas onças; e, quando este não foi sufficiente, fôram cunhadas até de *uma* onça apenas. Chamava-se a estas libras librinhas, para as differençar das outras.[1] O mesmo fez o regente com relação aos reaes de prata, dos quaes mandou cunhar primeiramente de nove dinheiros *(Reaes de prata de Ley de nove dinheiros)*, valendo setenta e dois d'estes um marco; depois de seis dinheiros *(de Ley de seis dinheiros)*; mais tarde, de cinco, com o mesmo valor; e finalmente, até de *um* dinheiro, dos quaes um valia dez soldos em cobre e vinte prefaziam uma libra.[2] Não obstante ter sido sempre nociva uma tal peoração da moeda e apezar de odiada em Portugal em qualquer outro tempo, mostrava-se, todavia, tambem agora, a par da convicção da indispensabilidade d'esta medida, o amor do povo pelo defensor, trazendo muitas pessoas os primeiros reaes de prata que mandara distribuir, como reliquias ou como meio preventivo contra doenças, ao pescoço.

Tão singular como arriscada foi outra medida financeira de D. João, que permittia aos possuidores de prata mandal-a cunhar por sua conta na casa da moeda, sem que pagassem por isso qualquer cousa á Fazenda Real. Muitas auctoridades e particulares fizeram uso de similhante permissão; entre estes, figura outrosim João das Regras, o grande jurisconsulto e, segundo parece, não muito leigo nas finanças mas que, defendendo zelosamente a causa do seu senhôr, se lembrava por egual de si proprio.

Emfim, o defensor exigiu e obteve de todo o reino um subsidio, cobrado por sizas geraes.

[1] Cousa similhante aconteceu em Castella no reinado de Henrique II.

[2] A mais pequena moeda que D. João I mandou cunhar foi *Seitis*, como memoria da conquista de Ceuta, segundo alguns affirmam, segundo outros *Sextis*, porque cada uma valia a sexta porte de um real. Sylva, T. I, c. 38.— Se D. João mandou cunhar moeda de couro?, nega-o, com rasões sufficientes, o auctor do *Elucid.*

Assim que se viu na posse dos meios precisos, fixou os vencimentos aos ministros, aos funccionarios e servos da sua casa. Resgatou todos os portuguezes que havia presos pelos castelhanos, tornando-se em toda a parte um bemfeitor liberal, pois que necessitava de attrahir os corações de todos, primeiramente, antes de poder armar os braços em favôr da sua causa e da de Portugal. Uma pessôa ainda podia fazer vacillar os animos, porque dependia d'ella a justificação de todos os passos do Mestre—o infante D. João, preso em Castella. Ao primeiro não escapou este facto e parece que bem cedo encaminhou as cousas para tal fim. Por este tempo, voltava, mercê da affeição invencivel ao seu senhôr, para Castella, disfarçado, um escudeiro do infante, que, receando ser captivo como seu amo, fugira para Portugal. Como não podesse fallar a seu patrono, pediu ao frade confidente, o confessôr do preso, que lhe dissesse o que se passara em Portugal e como «o Mestre fôra forçado a tomar o governo do paiz, reconhecendo, porém, sempre, que elle pertencia ao infante e que defendia o reino unicamente para este». Em seguida, diz a chronica, mandou o infante animar o Mestre pelo escudeiro «para continuar na empreza começada, se desejava vel-o liberto; porque de outra forma não esperava a sua redempção». Diz-se que lhe manifestara isto tambem por escripto. Incumbiu o seu escudeiro de dizer, a todos os seus partidarios e servos, que estivessem do lado do Mestre, seu irmão; só d'elle podia vir o seu salvamento. De facto, passaram todos os amigos do infante para o Mestre, quando aquelle declarou em Portugal as instrucções que recebera. O defensor ainda foi mais longe; mandou pintar a imagem do principe, algemado no carcere, nas bandeiras e estandartes. Proclamando assim a todo o mundo o seu intento de conservar o reino a seu irmão, uniu a si todos os affeiçoados ao infante; grangeou, com esta prova de dedicado affecto fraternal e desinteresse, os corações de todos os portuguezes; excitou a compaixão pelo preso, o amôr pela hereditaria casa reinante, o odio contra o oppressor e a aversão ás algemas de Castella.

Assim foi o Mestre aproveitando sabiamente as circumstancias e os acontecimentos, dirigindo e dispondo os homens á sua vontade, ganhando não só mais terreno como terreno mais firme. Por movimentos tumultuosos do favôr popular, foi elevado a defensor do

reino; mas, apezar do poder e importancia d'esse amparo, não esqueceu a sua inconstancia e esforçava-se por adquirir mais adeptos da classe das altas condições. A escolha cuidadosa dos funccionarios do Estado e de sua casa dava-lhe poderosos sustentaculos, que o esclareciam com seus conselhos e conhecimentos. Pelo seu auxilio, regulou a administração, fortificou a ordem em começo. Para as despezas com a defesa do paiz, para as necessidades da casa e uma liberalidade pouco livre, como a exigia a situação do homem de fortuna, estavam abertas as fontes acima mencionadas. Quasi tudo foi feito por sua iniciativa, pela sua prudencia e circumspecção. A sua personalidade attrahente, com o seu poder sereno mas irresistivel, rodeou-o de alguns talentos e braços valentes. Tanto esta como uma feliz sorte deram-lhe tambem uma cousa rara, um verdadeiro amigo no ponto culminante da felicidade e de elevada categoria—Nuno Alvares Pereira—um dos varões mais excellentes que Portugal ha produzido.

3) Desde a nomeação do grão-mestre para defensor e regedor do reino até ao exilio da rainha D. Leonor para Castella.

Revoltas do povo portuguez em prol do defensor; seus preparativos e disposições contra o rei de Castella. Juan, depois de juntar, solemnemente, em Toledo o titulo de rei portuguez com o de rei de Castella, entra em Portugal. Sua entrevista com a rainha D. Leonor em Santarem; ella renuncia á corôa de Portugal, a favôr do rei e da rainha D. Beatriz. Tomam estes dois pé em Portugal. Situação e contra-medidas do defensor. Dissensões entre a rainha e o rei e conspiração contra este. A rainha é desterrada para Tordesillas.

Quando D. Leonor soube que o mestre de Aviz fôra acclamado defensor e regente do reino; logo que viu augmentar, todos os dias, o prestigio d'este e diminuir, em egual proporção, o seu; e desde como se não julgou, finalmente, já segura em Alemquer, resolveu partir para Santarem, uma das praças mais fortes do reino, quatorze legoas distante de Lisboa e apenas sete de Alemquer. Tendo, porém, ainda na memoria a revolta havida quando tencionaram arvorar a bandeira a favôr da rainha D. Brites, incumbiu o alcaide mor da cidade de examinar, primeiro, a disposição dos animos; Gonçalo Vasques de Azevedo, esquecendo a offensa recebida, uma

occasião, da rainha, dispoz os cidadãos a favor d'ella e preparou-lhe, por parte dos nobres da cidade, uma recepção affavel.

Logo depois da acclamação do mestre a defensor, enviou a rainha, receando as consequencias d'este acontecimento, cartas aos commandantes e aos principaes do seu partido nos differentes logares do reino, ordenando que acclamassem sua filha, a rainha D. Brites, como legitima herdeira do throno e defendessem os seus direitos contra a ousada pretensão do povo, que escolhera o grão-mestre. Ao mesmo tempo escreveu a seu genro, o monarcha de Castella, a que apressasse as suas marchas, para castigar os revoltosos, cuja desobediencia já subira a teimosia, não só em Lisboa, como tambem em muitas outras villas e povoações do reino, nas quaes o defensor contava assaz de partidarios, principalmente entre a plebe.

Na capital governava, de facto, o mestre; apenas o burgo, cuja defesa a rainha confiara a seu irmão, o conde de Barcellos, alcaide mor de Lisboa, ainda estava em poder de D. Leonor. Não tanto pelo burgo em si mas como forte da capital, fazia o defensor convergir as suas vistas para elle, que, finalmente, pelas ameaças e seu grande partido em Lisboa, conseguiu forçar a entregar-se. Quando o soccorro se tornou impossivel, exclamou a rainha que: «quem no futuro houvesse a cidade havia de ter tambem o burgo».

Estes factos: a carta de D. Leonor; a entrega do burgo; aos olhos do povo, a primeira derrota do partido do rei; a entrada hostil do imperante de Castella produziram uma excitação extraordinaria em todas as cidades e povoações. Por toda a parte se dividia a população em partidos, que se oppunham todos hostilmente, a principio por palavras, em breve, porém, por acções. Em Lisboa a nobreza chamava aos habitantes, por escarneo, o povo do Messias, que esperava que elle viesse, para o livrar do poder de Castella. Em troca, intitulava o povo os nobres «traidores» e «rebeldes» (scismaticos). Não tardou muito que em todas as povoações os fidalgos, na mór parte partidarios de Castella, tivessem o mais terrivel inimigo no povo, que, cheio de indignação contra elles, luctava com o maximo ardimento pelo defensor, que elle proprio escolhera. Viam-se massas de plebe sem chefes, sem armas, gentes quasi núas, expugnar em poucas horas castellos e alcaceres, cuja conquista reis anteriores experimentaram, em vão, durante mezes, com forças

consideraveis. Assim fôram tomados Portalegre e Extremoz. Em Beja, n'uma revolta, motivada pela exigencia da imperante em se receber o rei de Castella na cidade, foi morto pelo povo o almirante Micer Lançarote Pezagno, descendente d'aquelle genovez a quem o rei D. Diniz conferira a dignidade hereditaria de almirante [1], unica e simplesmente por se tornar suspeito de affeiçoado á rainha.

Cousa mais hedionda aconteceu em Evora. O povo, pouco depois, deu logar á plebe, que satisfez as suas paixões sem nenhuma especie de temor. Primeiramente, levantaram-se os habitantes, com alguns nobres, contra as cidadellas que occupava o alcaide mor de Evora a bem da rainha. Como estas eram difficeis e custosas de tomar por motivo das suas muralhas e torres, usavam de um estratagema muito vulgar n'aquelle tempo; atavam as mulheres e creanças do inimigo e, collocando-as sobre carros, conduziam-n'as até á entrada do forte, com a ameaça de as queimar á sua vista, caso os sitiados não se entregassem. Sob nuvem de gritos horriveis, lançava-se fogo ás portas. Tendo o alcaide conhecimento da ira do povo, entregou o castello, sob a clausula de poder sahir, incolume em sua honra, da cidade e forte, com a guarnição. A localidade foi immediatamente tomada, saqueada e arrasada, quedando apenas as ruinas.—Estava conseguido o fim, mas não saciada a ira. Sem o alvo commum e sem governo, cada um procurava o objecto para victima do seu odio. A vingança, tão sanguinaria como cega, cahiu sobre muitos innocentes. Primeiramente, affastaram-se os mais nobres da cidade, escolhidos, pouco antes, para chefes e de quem ainda se receavam. Fôram obrigados a partir para Lisboa e a fazer serviço sob as ordens do defensor. Obedeceram elles com medo da multidão desenfreada. Durante similhantes scenas tempestuosas recolhera á cidade a abbadessa do convento dos benedictinos não longe de Evora, com suas sorores. Houve alguem que, de entre a multidão, exclamou: «Morra a traidora abbadessa, parenta e serva da rainha!» Segundo outros, ella fôra que expressara algumas palavras censurando os excessos da turba. Logo marchou a frenetica multidão para sua casa; e, não a encontrando alli, foi para a cathedral, onde ouvia missa, com as suas freiras. Sabendo do perigo que corria, re-

[1] Vol. I, pag. 274, d'esta nossa Historia.

fugiou-se no edificio proximo, collocando diante de si o sacrario, em que recolhidamente se guarda o Santo dos Santos, como um transcendente protector. Debalde exorava o deão, debalde intercediam todos os ecclesiasticos por ella; as lagrimas, as lamentações da abbadessa e suas irmãs não commoveram as furibundas gentes. Arrancaram-lhe o tabernaculo; tiraram-n'a do refugio e arrebataram a infeliz pelas arcadas da egreja. Um impudente despiu-a com desafôro cynico. Assim foi arrastada, sob ultrages, da casa de Deus, pelas ruas, para a praça publica da cidade, onde cahiu morta, com uma pancada na cabeça. Ainda no seu cadaver se commetteram crimes. Na noite seguinte, alguns tementes do Altissimo sepultaram o desfigurado corpo, secretamente, na cathedral. Foi assim que as exigencias de D. Leonor ás cidades effectuaram o contrario do que pretendiam. Uniram, em toda a parte, o povo, não a prol mas contra a rainha; excitaram-o á resistencia, ao attaque, aos excessos mais revoltantes. Ainda que o defensor detestasse, como homem e amigo do seu paiz, similhantes violencias da plebe e lamentasse as victimas, não lhe podia, comtudo, desagradar a aversão que os portuguezes mostravam á rainha, tão pouco affeiçoada á sua patria, e votavam ao rei de Castella. No perigo que se approximava d'este lado, tinha elle de firmar sobre tal aversão o seu plano e as suas medidas de defesa. O seu poder baseava-se no povo e seu sentimento; o titulo que lhe dera indicava o cargo que lhe confiara e a esperança que alimentavam. O povo teria subjugado, de certo, os adversarios no paiz; a tempestade, porém, que de fóra se approximava das fronteiras de Portugal, só podia ser combatida com as armas na mão e com um bom chefe á frente. Já n'este lance se deviam tomar as disposições. O defensor preparou-se; começava o segundo acto da sua actividade publica.

Escreveu, ás cidades e povoações: que o reino estava, como deviam saber, rente no cairel do abysmo, o rei de Castella em marcha para d'elle tomar posse e para submetter, contra os convenios firmados e contra as suas solemnes promessas, os portuguezes ao sceptro castelhano. A todos se apresentaria isto tão duro e tão inaudito que antes desejariam encarar a morte do que cahir na servidão, e que elle se dispunha, já, para amparar o reino e seus habitantes, a tomar o cargo de regente e defensor. Esperava fazer isto

e protegel-os, de futuro, com a ajuda de Deus. Pedia-lhes, porém, que, como bons lusitanos, se declarassem a favôr de Portugal e não se importassem com as cartas da rainha e do autocrata de Castella. —As lettras do defensor influiram poderosamente no animo do povo; uniam e excitavam os habitantes de toda a parte; em breve, a plebe se encontrava possuida de *um só* pensamento, de *uma só* vontade. No Porto, cidade bastante povoada, conhecido o contheudo da carta, desfraldou-se a bandeira a prol do defensor.

Ao mesmo tempo, enviou este uma embaixada ao rei de Inglaterra, para lhe sollicitar seu auxilio e obter a devida permissão de poder recrutar forças n'aquelle paiz. «Se o rei concedesse, declarou o defensor, estaria, quando Portugal se visse livre e liberto de seus inimigos pela sua espada, ao seu dispôr todo o auxilio que os portuguezes lhe podessem prestar por mar e terra. Se o duque de Lancaster (tinha ido pessoalmente á côrte de Londres) quizessse apoderar-se dos reinos de Castella e Leão, que lhe pertenciam, por parte de sua esposa, seria agora o ensejo favoravel e todo o Portugal se ergueria, prompto a coadjuval-o». Foi concedido o pedido; muitos inglezes, satisfeitos por isto, offereceram e emprestaram dinheiro aos embaixadores. Foi enviada immediatamente uma força militar conforme exigia a necessidade da occasião. As cartas do rei ao defensor continham, além d'isso, ainda grandes offerecimentos.[1]

Entretanto, tambem o soberano de Castella manifestara a sua vontade de mandar valer com as armas as suas pretensões á corôa portugueza. Assim como ordenara o prender, quando houve conhecimento da morte do rei D. Fernando, a seus irmãos D. João e D. Diniz, assim se assenhoreou tambem da pessoa de seu proprio irmão consanguineo Alfonso Henriques, filho natural do rei Henrique. Sendo elle (declarou o rei, em Montalvan, ao conde que então se topava em Zamora e que ahi fôra chamado), sendo elle casado com D. Isabel, filha do rei D. Fernando, podia este facto, apezar de ella ser illegitima, induzil-o a levantar pretensões ao throno de Portugal, em prejuizo manifesto do direito que elle proprio adquirira por seu casamento com D. Brites. Ainda que infundadas, essas pretensões podiam, comtudo, ser um obstaculo para as suas; e, afim de evitar este

[1] Sylva, cap. 186.

caso, tornava-se necessaria a sua prisão. Mas, ainda que a captura não lograsse ser justificada mesmo como precaução, era um castigo pelas cartas que escrevera, consoante fôra sabido, sobre este assumpto, para Portugal. O conde, surpreso d'essa falsa accusação, queria justificar-se, mas de balde. Foi entregue logo ao arcebispo de Toledo e levado, com sua esposa, para essa cidade, onde ambos estiveram presos muitos annos. Fôram sequestrados todos os seus bens nas Asturias, sendo entregue á egreja de Oviedo[1] o territorio de Ureña.

Em seguida, o rei assistiu, com a rainha, ás exequias de seu sogro na cathedral de Toledo; trocou, ao dia seguinte, o fato de luto pelo vestuario de gala e appareceu, na mesma egreja, com extraordinaria pompa. Depois de tomar assento no esplendoroso throno, approximou-se o arcebispo, vestido tambem de gala, e, seguido do capitulo e clero, alcançou-lhe o estandarte que ostentava as armas de Castella sobre as de Portugal, depondo-o depois aos pés do rei. Para, segundo o uso, agitar o estandarte, chamou o monarcha Vasco Martins de Mello, que viera com a rainha D. Brites para Castella, afim de o investir, na mesma occasião, com a alta dignidade de alferes mor de Castella e Portugal. Mas aquelle respondeu: que «muito agradecia ao rei a honra que lhe queria dispensar; não podia, todavia, acceital-a, porque era vassalo, de nascença, do rei de Portugal e seu guarda mor, e, como podesse romper a guerra entre ambos os reinos, não queria carregar com a deshonra de pegar em armas contra seu senhôr natural.» O rei reprimiu a sua ira e deu a dignidade a um outro, que immediatamente exclamou «pelo rei de Castella e Portugal!» e agitou o estandarte, debaixo de toques de corneta, até á entrada da cathedral; fóra da egreja, montou um palafrem, para repetir nas ruas o mesmo grito. O facto de elle cahir, com o cavallo, que se espantara, e de rasgar o estandarte, foi considerado como um infeliz presagio. Passada esta solemne acclamação, deitou o rei novamente luto e partiu de Toledo para Montalvan.

Aqui decidiram entrar immediatamente, com um exercito, em

[1] Pedro Lopez de Ayala, *Cronica del Rey D. Juan el Primeiro*. Madrid, 1780. «Anno 1383», cap. 7. Sylva, Tom. III, cap. 200, pag. 1111.

Portugal, para avassallar este reino. Apresentado o projecto do rei aos seus conselheiros, dividiram-se os votos. Uns, á frente Pedro Fernandez de Velasco, senhor de Breviesca, camareiro mor do monarcha, homem de muita prudencia e probidade, extremamente verdadeiro e franco, persistiam em que o soberano guardasse a convenção firmada com D. Fernando, porque assim tinha jurado. A entrada em Portugal, com uma grande força, em que não se poderia evitar oppressões e derramamento de sangue, criar-lhe-hia odio, e a invasão, com uma pequena força, causar-lhe-hia perigo. Propuzeram ao principe remetter uma embaixada a Portugal mostrando-se propenso a cumprir aquelle tractado. Se os portuguezes desejassem alguma mudança para bem e gloria da sua nação, tambem elle se promptificaria a isso, caso condissesse com a sua honra e direito. Elle esperaria nas proximidades de Portugal, em Salamanca, os seus embaixadores. Aconselhavam mais os mentores a que se recebessem condignamente os enviados e se apresentassem liberalmente para grangear os animos lusos. Que o rei lhes fizesse sentir que sua sogra já era, segundo o tractado, regente do reino e que elle estava disposto a cumprir esse ponto do accordo. Se os portuguezes quizessem, no emtanto, uma outra fórma de governo, se desejassem nacionaes para Regedor ou Regedores, tambem, sem detrimento dos seus direitos, concordaria n'isso. N'esta proposta votaram os mais prudentes entre os conselheiros do rei. Não duvidavam que d'essa fórma socegariam e attrahiriam os lusitanos; reconciliariam os interesses de Castella e Portugal e alcançariam, finalmente, as intenções do rei. E, de facto, talvez Juan houvesse assim adquirido pacificamente a posse de Portugal, se seguira este conselho de guardar religiosamente o convenio jurado e se tractasse com mais prudencia não só os seus partidarios em Portugal, como os portuguezes em geral. Porque D. Leonor era completamente odiada pelo povo, parecia não haver motivo para repellir a rainha D. Brites, a quem se prestara homenagem. Mas o rei era novo e inexperiente, soberbo e altivo. A opinião dos que lhe representavam aquelle tractado como prejudicial á sua honra e contrario ao seu direito, como nullo e invalido, que o animavam, a elle, rei, a invadir immediatamente, com grandes forças, o paiz, mal preparado, «para fazer valer o seu direito», agradava mais ao caracter e ás inclin-

ções do soberano.[1] O voto do bispo da Guarda, Affonso Correa, que acompanhara a rainha D. Brites de Portugal, e que adquirira muita consideração na côrte de Castella, como seu chanceller[2], dava a similhante alvitre um peso especial. Correa offereceu-se a entregar ao rei o burgo da cidade forte da Guarda, seu bispado, dizendo que todos os nobres e poderosos eram seus amigos. Emfim, ao monarcha garantia o melhor acolhimento na séde do seu bispado.

Para dispôr os animos a favôr do soberano, foi o bispo, adeante, para a Guarda. Não conseguiu, porém, obter a annuencia do commandante do castello; ficou, pelo contrario, quando o rei entrou na cidade, onde foi recebido pelo bispo e pelo clero em procissão, nos primeiros dias de janeiro de 1384, com vinte e cinco a trinta cavalleiros da sua comitiva diaria, aos quaes seguiram, em breve, algumas cem lanças, muito tranquillo na cidadella, deixando o principe em duvida sobre a favôr de quem se declarava. O soberano teve, finalmente, com elle uma conferencia, mas não obteve a entrega do forte, que o alcaide mor não abandonou emquanto aquelle se demorou na Guarda. Nos dias seguintes, vieram, da comarca, ao acampamento regio, alguns ricos homens e fidalgos, aos quaes o rei tomou o juramento de fidelidade, pelos burgos e fortes que lhes estavam confiados. Prestaram homenagem á rainha e ao rei, seu marido, com a condição de serem observados os pontos do contracto, conforme tinham sido estabelecidos com o rei D. Fernando. O rei quedou pouco satisfeito com esta condição; menos contentes ficaram os fidalgos com o principe, que, de aspecto, seriamente desagradavel, parco em palavras, ainda mais reduzido em dadivas, era exactamente o contrario do que devia ser, para impellir um povo estranho á submissão voluntaria, para curvar os portuguezes ao sceptro de Castella. «Mas, assim que chegaram á presença do rei, logo combinaram, entre si, de o abandonarem novamente, conforme muitos d'elles fizeram em seguida».[3]

[1] Ayala, «ann. 1383», cap. 9. Nunes do Lião, cap. 15. Sylva, Tom. III, cap. 201.

[2] Perdeu no futuro o bispado da Guarda pelo facto de ter seguido a rainha D. Brites, sendo indemnisado em Castella com a cadeira de Segovia. Colmenares, *Hist. de Segov.*, cap. 27, § 11, 12.

[3] Palavras de Ayala, «ann. 1383», cap. 11.

Emquanto que o defensor mais pensava em grangear corações do que cidades e burgos e se regosijava de cada novo affeiçoado, que adquiria, tanto como de uma victoria, mandava o rei de Castella a sua attenção apenas ao sujeitar violento de Portugal, deixando-se seduzir a penetrar, cada vez mais, no interior do paiz. Nos ultimos dias do anno de 1383, escreveu a rainha D. Leonor ás cidades e povoações do reino, dizendo, entre outras coisas, que, segundo o convenio, tomara o governo e que, dedicando-lhe immediatamente todo o seu cuidado, dissuadira seu genro do proposito de conquistar o reino, isto em cartas successivas.[1] Na mesma occasião dirigiu-se, em sentido totalmente diverso, ao monarcha; e escreveu, repetida e mais insistentemente, quando houve conhecimento da chegada do rei e da rainha á Guarda. Animava ambos, de novo, a invadir o paiz com um exercito e a encontrar-se com ella em Santarem; instigava-os a vingar-se, antes que a sublevação e seu chefe, o grão-mestre, ganhassem maior importancia; assegurou que lhes eram affeiçoadas as povoações mais valiosas, as primeiras pessoas do reino, como tambem seus irmãos e parentes poderosos, e que todos esperavam anciosamente a chegada de ambos, para lhes entregarem os burgos e fortes, consoante já lhes tinham offerecido os seus animos. Era proposito manifesto de D. Leonor que o rei a vingasse, no mestre de Aviz e seus partidarios, nos habitantes de Lisboa, que tanto a injuriaram e offenderam, principalmente nas mulheres d'esta cidade, cuja aspera censura não podia olvidar. «Costumava dizer que, emquanto não possuisse um tonel cheio das suas linguas, não teria completa satisfação das suas offensas». Satisfeita a sua vingança, socegada a nação pelas armas do rei e depois de este voltar para Castella, esperava continuar em seu governo a seu prazer. O rei Juan parecia rebaixar-se a servo das suas intenções; marchou sem demora para Santarem.

As experiencias que fez n'esta marcha deviam sêr-lhe muito instructivas. Em Coimbra, onde era alcaide mor um irmão da rainha D. Leonor, o conde Gonçalo, e onde se encontrava seu tio, Gon-

[1] O resto das cartas era preenchido com queixas sobre o grão-mestre que matara o conde quasi na sua presença; sobre o desenfreamento do povo motivos do seu affastamento da capital para Alemquer etc.

çalo Mendes de Vasconcellos, com outros fidalgos, não só não foi cumprimentado, como nem sequer o deixaram entrar na cidade, do que ficou muito surprehendido, porque esperava do irmão da rainha e do tio de sua mulher uma recepção affavel e a immediata entrega da povoação e forte. Egual dissabôr soffreu em Thomar, onde lhe recusaram o accesso ao burgo, depois de o mestre da ordem de Christo, um sobrinho da rainha D. Leonor, abandonar a sua residencia alli logo que se approximou o rei. Quando o autocrata avançou para Santarem, deliberou D. Leonor, depois de combinar com os seus a fórma da sua recepção, ir cumprimental-o fóra da cidade e hospedal-o no convento dos dominicanos. De luto rigoroso e lacrimosa, foi ao encontro do regio par, 12 de janeiro de 1384. A sua sêde de vingança apoderara-se-lhe tanto da alma; ennevoou tanto o seu olhar, geralmente brilhante, que, descurando qualquer decencia, entregou toda a sua paixão a governo estranho e serviu de instrumento áquelle que *ella* para isso escolhera. Acabara de saudar sua filha e genro, e logo começou as suas queixas sobre o grão-mestre, exigindo vingança. O rei prometteu desaggraval-a. No comenos, entrou a treva; e D. Leonor quiz voltar para a cidade; o rei, não attendendo a sua recusa, offereceu-lhe cortezmente, e á sua esposa, o braço e conduziu-a para a residencia que lhe fôra destinada no convento dos dominicos.[1] Confiou a guarda da cidade a duzentos soldados que haviam chegado antes d'elle.

Durante a noite foi discutido o plano de vingança, agora o unico alvo de D. Leonor e para o rei um meio desejado. Juan representou-lhe «como o feliz exito da sua empreza dependia unicamente de que fôsse sô um a administrar e a dispôr dos meios existentes, pois dois reinantes causariam confusão e achariam pouca obediencia; como a rainha D. Leonor mesmo aproveitaria se desistisse, por agora, do governo do reino, para que elle conseguisse consolidar o primeiro, deixar seguro o segundo e D. Leonor podesse, desde logo, recompensar, mais livremente, os fieis vassallos, e castigar os renitentes». A rainha accedeu, não attendendo ás representações, dos seus, de «que o rei só tinha, manifestamente, em mira não o seu mas apenas o proveito d'elle e de que ella não podia, sem consen-

[1] Fernão Lopes, *Chronica del Rey D. João*, Part. I, cap. 53.

timento dos estados do reino, desistir da gerencia que lhe passara D. Fernando». Sustentou a rainha «dever entregar sem hesitação o governo ao genro e á filha, senhôres, de jus, da nação, segundo o direito e a vontade do fallecido rei»; mandou chamar, ao dia seguinte, um tabellião e desistiu solemnemente, em um documento, do governo de Portugal, a favôr do rei e da rainha de Castella.

Estes entraram, em seguida, á frente de um numeroso sequito e de todas as tropas, na cidade; o burgo, com o forte *(Alcaçova)*, foi entregue ao rei, que nomeou, desde logo, dois castelhanos para commandantes, e preencheu, a despeito dos portuguezes, todos os logares vagos ou declarados vagos, ulteriormente, em castelhanos. O rei escolheu Santarem, um dos melhores logares do paiz, provido de toda a qualidade de viveres, proximo do coração do reino, da capital, a que se dirigia, de raiz, a attenção, — escolheu Santarem provisoriamente para residencia da côrte, para séde do governo, para nucleo de reunião das forças que chegavam successivamente de Castella, como para ponto de partida de suas maiores emprezas. Dos ministros e funccionarios de D. Leonor, que a tinham seguido a esta cidade, conservou alguns, menos talvez por se recommendarem como servos da rainha, do que por causa da sua experiencia e pela falta, momentanea, de castelhanos aptos. De novo foi collocado apenas um procurador do rei ou das suas finanças e um funccionario castelhano, que devia auxiliar o *Corregedor da Corte* nas suas funcções officiaes. Lourenço Annes Fogaça, porém, o chanceller mor, a quem o rei exigiu os sellos, para n'elles mandar unir as armas castelhanas com as portuguezas, e entregar-lh'os novamente, ausentou-se, sob um pretexto qualquer, com seu escrivão, e entrou ao serviço do grão-mestre, que empregou ambos estes homens em embaixadas importantes, o primeiro para Inglaterra, o segundo para o Porto. O escudo d'armas foi dividido em duas metades, uma com as armas de Castella e Leão, a outra com as de Portugal e Algarve; e circumdadas com o titulo: *Joannes, Dei gratia Rex Castellae, Leonis et Portugalliae.* Nas ordenações e decretos intitulava-se o rei: *D. João por graça de Deos Rey de Castella, e de Leão, e de Portugal, e de Toledo, e de Galliza* [1] etc. Exerceu em

[1] Sylva, T. III, cap. 205.

Portugal, tanto quanto o reconhecia a elle e á rainha, todos os direitos e actos de soberano, assim como cunhar e pôr em circulação algumas especies de moedas com aquellas armas.

D. Leonor, apezar de feita delicadamente prisioneira, estava nas melhores relações com o rei; deu-lhe muitas preciosidades que recebera de seu marido. O exemplo da sua submissão para com o monarcha exerceu alguma influencia nas altas classes. Muitos fidalgos e grandes passaram para seu lado e não poucos já o tinham acompanhado para Santarem.[1] A maior parte da nobreza de Portugal virou-se a suas bandas; e, assim, tambem, uma quantidade de burgos e fortes cujos commandantes pertenciam á fidalguia. O rei mandou alguns nobres para os respectivos territorios, afim de evitar, com a sua presença, quaesquer novidades e desordens; os que ficaram fôram attrahidos e captados com cargos no exercito e na administração, bem como com o dobrar do soldo. O seu conselho e a propria experiencia recommendaram-lhe um outro processo; e diligenciou desvanecer a opinião dos lusos de que elle só queria collocar em Portugal os seus servos e compatriotas. Pouco a pouco, se viu o principe na posse de muitas cidades e povoações em todo o reino[2]; algumas já antes da sua entrada em Portugal se tinham declarado a seu favôr, mas um grande numero o reconheceu mais tarde.

E, todavia, apezar de o rei de Castella contar no rol dos seus partidarios com os commandantes e senhôres de tantos fortes e burgos, obedeciam quasi todos os concelhos ao mestre de Aviz e alguns foram mesmo tão longe no seu zelo que depozeram os seus alcaides, tomaram a cidadella e implantaram o pendão do Defensor. O rei viu-se forçado a mandar guarnição para os logares seus, afim de reprimir o povo e proteger os alcaides mores. Estas guarnições,

[1] Sylva, T. III, cap. 206, diz os nômes de todos.

[2] Na *Estremadura:* Santarem, Torres novas, Ourem, Leiria, Montemor o velho, Feira, Penella, Obidos, Torres vedras, Alemquer, Cintra. *Entre Tejo e Guadiana:* Arronches, Alegrete, Amieira, Campo major, Olivença, Portel, Moura, Mertola e outras. *Entre Douro e Minho:* Braga, Lanhoso, Guimaraens, Valença, Caminha e outras. Em *Tras-os-Montes:* Bragança, Vinhaes, Chaves, Monforte, Montalegre, Mirandella e outras. Na *Beira:* Castello Rodrigo, Almeida, Penamacor, Guarda, Covilhão, Celorico e outras. Sylva, pag. 1016.

porém, hostilisavam e roubavam aquellas das localidades e regiões proximas que se haviam declarado a prol do Defensor, ateando assim o facho da guerra em todas as zonas do reino. Por toda a parte se reunia a plebe, cheia de odio, contra Castella e, para sua propria defesa, offerecendo alegremente corpo e alma ao chefe eleito por elles. Este não descansara, entretanto. Depois de ter escripto, como se frisou, a todas as cidades e povoações do reino, e de se assegurar do auxilio de Inglaterra, endereçou o seu olhar principalmente para a capital do reino. Na verdade, com esta, segundo parecia, este se salvava ou eil-o de sossôbro.

Na previsão de um cêrco de Lisboa pelo inimigo, tractou de prover a cidade com viveres. D'isto encarregou Nuno Alvares Pereira, que, á frente de trezentos cavalleiros e alguns infantes, juntou, com a sua costumada rapidez e actividade, uma porção de alimentos, dos arrabaldes, e conduziu-os para a povoação, sem embargo dos obstaculos que lhe criava o inimigo. Tambem o defensor mandou fortificar melhor a cidade, porque, não podendo oppôr-se ao inimigo com um exercito em campo livre, era obrigado a procurar n'ella a sua segurança e amparo. Durante os preparativos, um feliz acontecimento trouxe inesperadamente abundantes provisões á cidade. Algumas embarcações castelhanas, carregadas com fornecimentos, entraram na bahia de Lisboa, impellidas pela tempestade ou na supposição de encontrarem aqui já o exercito castelhano. Sabendo o Defensor d'este facto, mandou apromptar a toda á pressa alguns navios e attacar n'um instante aquelles. Renderam-se sem defesa (1 de fevereiro de 1384) e forneceram assim a cidade inimiga com tudo o de que ella mais necessitava. O povo rejubilou da rica preza, e do prejuizo e damno do inimigo. Via no feliz successo um bom presagio para a lucta em começo.

Irritado por este facto, mandou o rei Juan marchar mil cavalleiros escolhidos, commandados pelo mestre de Santiago, contra Lisboa, afim de alvorotar a cidade, evitar o soccorro e começar o cêrco. Acamparam no Lumiar (8 de fevereiro), uma legoa distante de Lisboa. Mas a sua insufficiencia, com relação á cidade; a força, ainda diminuta, do Defensor permittia a ambos apenas que ferissem insignificantes escaramuças, sem exito. Passados 14 dias, decidiu o Defensor, com a approvação dos seus conselheiros, attacar, ao dia

seguinte, no acampamento, os castelhanos que, pelo lado do Lumiar, causavam algum prejuizo á cidade e arredores. Quando se divulgou este intento, abandonaram os castelhanos o acampamento, com tanta pressa que não só deixaram a preza como até os generos mais necessarios, dirigindo-se parte para Alemquer, parte para Torres vedras. Encontrou-se apenas vestigios da fuga, «o acampamento abandonado, os tachos ao lume, a carne no espeto».[1] Aos castelhanos só faltou socego para comer.

Se aqui se tornaram alvo do escarneo, em Santarem volveram-se objecto do odio e da aversão. A principio irreprehensiveis para com os seus hospedes, em breve se fizeram senhôres, tyrannos d'elles. Tiravam o que lhes agradava, expulsavam os donos das suas casas e obrigavam-os a affastarem-se, apenas com o mais necessario. Mandavam sahir os homens das habitações, retinham as mulheres e filhas ou deshonravam-as, á vista do marido, do pae; manietavam outras, de noite. A resistencia era ameaçada com a morte. Muitos, finalmente, abandonaram casa e bens e fugiram para Lisboa ou para outra parte do paiz. Os que ficaram, sujeitos a todas as extorsões, maus tractos e tormentos, dirigiram-se, por escripto, ao Defensor, pedindo, implorando soccorro, salvação do captiveiro. Ouvia e sentia aquelle os seus pezares, mas nada podia fazer. Muito debil em forças para por terra soccorrer os afflictos, por mar não podiam seguir ávante os navios, mercê das aguas baixas, mais que até ao porto de Mugem, 2 legoas distante de Santarem. E estava elle certo de que o grito por soccorro não fôsse em parte astucia dos castelhanos? Assim um bando de desgovernados guerreiros aos animos os affastava de um rei, a quem a prudencia recommendava attrahil-os e captival-os pela brandura. Todavia, a superioridade estava de seu lado. O povo nas cidades e povoações era affeiçoado ao Defensor, adorava-o quasi; mas achava-se, nos seus circulos, sem chefe, sem guia. O serviço militar d'esse tempo, longe de se basear, principalmente, no povo, tinha o seu ponto de apoio e a sua força vital no fidalgo, com o seu sequito. D'esse, os principaes affastavam-se do grão-mestre para seguir o rei de Castella, ou se arredavam de ambos, esperando o resultado das coisas e a maior vantagem possivel

[1] Lião, cap. 18.

*

da sua decisão (por um ou outro). Alguns nobres e grandes estavam, é verdade, do lado do Defensor, um Pereira, por exemplo, de firme lealdade, impavido no meio do perigo, um dos que possuiam grande energia, sinceridade e bom senso; mas tambem havia um conde Alvaro Pires de Castro (e filho), que estava cheio de rancor contra o rei, que encarcerara e affastara do throno o infante D. João, seu sobrinho. Vêr este sobrinho no throno era a esperança e a soberba do tio; ao mesmo tempo, o conde, cioso do grão-mestre, feliz rival do infante, invejava a auctoridade do Defensor, que o obscurecia e, por isso, secretamente, contra elle, óra se regosijava dos successos obtidos pelo rei, óra temia que a sua victoria completa fechasse para sempre ao infante a porta do carcere. Que podia o mestre esperar de taes partidarios? Bem poucos contara, se não incluisse os duvidosos! O rei Juan, pelo contrario, como já se notou, via de seu lado quasi todos os fidalgos e grandes de Portugal, e a sua lealdade era, pelo menos, tão segura como a perspectiva, que se lhes offerecia, em caso de muita infelicidade, de o poderem seguir para Castella. D. Leonor, na melhor harmonia com seu genro, prometteu-lhe fazer passar para sua banda os fidalgos irresolutos e os condes seus parentes; e escreveu [1], instigada por elle, sob este motivo, a seu irmão Gonçalo Telles, conde de Neiva e a seu tio Gonçalo Mendes de Vasconcellos, dos quaes um governava o forte de Coimbra, o outro a cidade. Eram tantas a importancia da cidade e cidadella de Coimbra que não se podia desistir de uma nova tentativa de as grangear a ambas, ainda que o rei já experimentara, na sua marcha, a incomplacencia dos dois commandantes.

Antes, porém, que chegasse a resposta de Coimbra, suscitaram-se discordias entre D. Leonor e o rei. A grande differença dos seus caracteres; o modo severo, concentrado do monarcha; a maneira franca e licenciosa da rainha, mais livre do que era proprio a uma mulher da sua posição e a uma viuva de tão pouco tempo; o egoismo calculadôr, junto á sêde ardente de vingança; o obstinado orgulho a par da vaidade e irasciveis emoções — taes diversidades deviam antes affastal-os do que os approximar um do outro; só a precisão mutua os ligara. D. Leonor dera, n'um momento, em que

[1] Quanto ao contheudo das cartas, Sylva, T. III, cap. 211.

obedecia mais á voz da sua paixão do que á extensividade da dadiva, demais ao rei para que não se arrependesse bem cedo e esperasse, pelo menos, um infinito reconhecimento á sua desmedida liberalidade. O rei Juan, porém, que primeiro tivera em vista, unica e simplesmente, o assumpto do presente, não via depois tambem outra coisa, e mostrou ás esperanças que nutrira a doadôra uma certa indifferença. Assim podia o mais pequeno motivo trazer o rompimento entre ambos. Estava vago o logar de chefe dos judeus, do rabbinado mor em Castella. D. Leonor pediu similhante cargo ao monarcha para aquelle Juda, que fôra thesoureiro mor de D. Fernando, homem muito rico e confidente da rainha. O rei desculpou-se; e nomeou, a pedido de sua esposa, para este logar, David Negro, a quem D. Fernando dispensara egualmente a sua especial benevolencia. Se a liberalidade de D. Leonor foi immensa para com o rei, a sua ira e exasperação não conheceram limites. Queixou-se amargamente ás pessoas que a rodeavam. «Se o rei não quer conceder uma coisa tão insignificante, a primeira que lhe peço, a uma mulher, rainha e mãe, que lhe fizera tantos beneficios, que abdicou do governo a seu prol,—que favôres tenho, tendes vós que esperar d'elle? Verdade, verdade, que o mestre de Aviz nunca isso faria; e quiçá andeis melhor se vos juntardes a elle, vosso legitimo senhor. D'elle podeis esperar mais provas da sua graça». De facto, seguiram alguns o seu conselho e entraram para o serviço do grão-mestre. D. Leonor escreveu, segundo se diz, secretamente, ás cidades e, principalmente, para Coimbra «que não se entregassem, apezar de lh'o ter recommendado por escripto, porque tudo quanto fizera fôra forçadamente». [1]

Entretanto, chegara de Coimbra a resposta á missiva anterior, Dizia o conde Gonçalo: «que se promptificava, assim como seu tio, a obedecer á intimação. Mas, como existissem na cidade partidos, que não tinha a força sufficiente de subjugar, tornava-se necessario que o rei se approximasse com um exercito, para que elle effectuasse, pelo medo, o que não se conseguiria por vontade». A este aviso, marchou o rei Juan, com um exercito reforçado, e acompanhado pelas duas rainhas, para Coimbra. No caminho, sabendo o que

[1] Liaõ, cap. 19. Sylva, T. III, cap. 212.

D. Leonor dissera, mandou vigial-a por castelhanos. Queixando-se ella d'isto, replicou-lhe elle tranquillamente: «que era apenas para sua segurança». A rainha callou-se, mas no seu intimo fervia a vingança.

Chegados defronte de Coimbra, aquartelou-se o rei, com os grandes, nos conventos e casas em redôr junto da margem do Mondego, de além da ponte. O exercito cohibiu-se de todos os excessos por que se tornara tão odiado em Santarem; e evitava toda e qualquer hostilidade contra a cidade; alguns grandes de Castella iam até algumas vezes lá, conversavam e comiam com os condes Gonçalo e Gonçalo Mendes. O rei esperava a toda a hora a entrega; os commandantes apenas respondiam com evasivas. Mandou-lhes fazer importantes promessas; eram incorruptiveis, não receavam as ameaças. Por fim, tomou posição hostil; feriram-se ainda algumas escaramuças, que nada resolveram. Assim se passaram varios dias. O soberano viu-se entretido com subterfugios e resistencia, illudido, injuriado. Suspeitou de intrigas da rainha; em breve deveria saber que ella ainda forjara coisa peor contra elle.

O pezar que se lia no rosto de D. Leonor, a forma indigna como a tratavam excitavam a compaixão. Assim como ella, talvez existissem outros que imaginassem os meios de melhorar a posição á rainha. D'est'arte nasceu na alma de D. Brites de Castro, filha do conde Alvaro Pirez de Castro e dama da rainha de Castella, a idéa de livral-a, á sua amiga D. Leonor. Caso não foi por esta mesmo suscitada tal phantasia no animo de D. Brites.[1] Em cuidados pela afflicta rainha, tomou a resolução de libertar a sua protectora, com o auxilio de um fidalgo da côrte, Affonso Henriquez, por quem era ternamente amada. Exigiu de Affonso, como prova do seu amôr, que tirasse, com a ajuda de seu irmão, o conde Pedro de Trastamara,

[1] A primeira hypothese acceita-a Lopes, a segunda Sylva. A favôr da opinião do segundo falla o projectado casamento da rainha com o conde Pedro de Trastamara, irmão de Affonso. A *promessa* d'este consorcio não podia ter sido offertada por D. Brites sem prévia combinação com D. Leonor; uma simples *esperança* talvez a desse D. Brites, facilmente, (ou levianamente), de voto proprio. Ella conhecia o caracter de D. Leonor e porventura julgasse as suas idéas sobre amor e casamento pelas suas proprias.

a rainha do poder do rei e a levasse para a cidade, onde festejariam a sua união. Prometteu-lhe que D. Leonor, como recompensa da sua liberdade, offerecia sua mão ao conde Pedro, com quem compartilharia o governo, quando d'elle tomasse novamente posse; porque, para isso, auxiliariam seus irmãos, seus numerosos parentes e partidarios. Affonso, satisfeito por poder testemunhar o seu amòr a D. Brites, assegurou o seu mais activo concurso e recebeu o encargo de fallar a seu irmão, assim como D. Brites quiz informar a rainha (se esta, como é provavel, não foi a auctora ou sabedora do plano). Assim se fez, e Affonso foi incumbido de grangear o conde Gonçalo, commandante de Coimbra, para a empreza; tambem elle prometteu a sua cooperação. Afim de illudir o rei, fingiu-se que se havia entabolado negociações para a entrega da cidade, e D. Leonor fez ver ao imperante quanto seria necessario e util para similhante fim a sua entrevista com seu irmão, o conde Gonçalo. O rei concordou; tomou, porém, receando uma traição, as suas precauções, para que o conde podesse fallar á irmã, mas não tiral-a do seu poder. Não obstante esta precaução, conseguiu a astuta D. Leonor entender-se com seu irmão. Depois d'esta entrevista, entreteve o rei com esperanças, emquanto que tomava as disposições necessarias para a execução do projecto. O conde D. Pedro preparara-o da seguinte forma: coadjuvado por alguns conspiradores, mataria o monarcha; prenderia a esposa e fugiria com D. Leonor para a cidade, onde se acclamaria rei, depois de com ella casado. Com o mestre de Aviz, se entenderiam mais tarde. Occultou-se ao conde Gonçalo o regicidio projectado, o casamento da irmã e a subida ao throno de Pedro; só lhe disseram que era necessario libertar a rainha D. Leonor do poder do rei e leval-a para a cidade. Foi o mesmo que se communicou tambem ao irmão dos franciscanos que, sob o pretexto de negociar a entrega da cidade, levava as participações secretas do conde Gonçalo á rainha D. Leonor e ao conde Pedro.

O plano da conspiração foi trahido, contra sua vontade, por este mesmo irmão. N'um convivio intimo com aquelle David Negro, a quem o rei acabara de conceder o logar de rabbino mor, e receoso de que elle e sua familia soffressem prejuizo com a entrada projectada da rainha na cidade, aconselhou-o, por escripto, a «que abandonasse em um certo dia o acampamento do rei e fòsse para a

cidade». O judeu, inquieto e desconfiado, suspeitou coisa má; e, jurando guardar sigillo, saccou do amigo o segredo. Segundo o plano, devia o conde Gonçalo, a um signal dado na povoação, fazer uma sortida, na noite seguinte, contra o acampamento castelhano e, emquanto, ao toque das trombetas, Pedro, com seus guerreiros, resistindo apparentemente, obrigava o conde á retirada, havia de entrar a rainha, com a sua comitiva, na cidade. Que se devia fazer nova sortida, attacar o exercito, matar o rei e prender a rainha D. Beatriz, não sabia o irmão e, por isso, tambem o não soube o judeu. Mas o que lhe tinham contado era sufficiente para o ir participar immediatamente ao rei. Juan, surprehendido com similhante noticia, não queria acreditar que cabeça fôsse seu primo [1], o conde, a quem nunca offendera. N'esta duvida, chamou-se e interrogou-se a rainha: «Senhôr, disse, sempre receei este homem, desde que o vejo em tão intimo convivio com minha mãe». Immediatamente ordenou o monarcha ao seu confidente conde de Mayorca de se aprompta com sua gente, para prender ou pôr morto o conde Pedro, com aquelles que o seguissem, caso tencionasse avançar, essa noite, contra a cidade. Os preparativos e movimento no acampamento regio ficaram a cargo de um escudeiro, a quem o conde Pedro confiara o seu plano e que devia vigiar todos os passos na habitação real; suspeitou este de que estava descoberto o segredo e informou seu amo. Pedro e Affonso Henriques procuraram salvação na fuga. Correram sobre a ponte para a cidade; mas, como não trouxessem a rainha e Gonçalo desconfiasse de um ardil, não os deixou entrar e ficaram, pelo suburbio, no convento de Santa Cruz. Entretanto, o rei, velando no seu aposento, e armado, esperava o signal prefixo na cidade; sabendo da fuga do conde e da sua estada nos arredores, mandou 1.000 lanças atravessar o Mondego, n'uma parte baixa, para capturar o conde. Pedro, porém, avisado a tempo pelo conde Gonçalo, ainda se poude escapar. N'essa mesma noite mandou o rei prender o judeu Juda, confidente da rainha D. Leonor, e Maria Pires, sua camareira, por suspeitos de saberem tambem do projecto. Ao romper do dia, fôram levados á barra do autocrata e

[1] O pae do conde Pedro de Trastamara, o grão-mestre Fradique, era filho do rei Affonso XI e de Donna Leonor Nuñez de Guzman.

confessaram, ameaçados com a tortura, na presença da rainha D. Brites, do infante de Navarra, do rabbino mor David e do escrivão da puridade, que notava as suas declarações, o plano inteiro da conspiração, com todas as minudencias. Retorquindo affirmativamente á pergunta do rei sobre: «se diriam a mesma coisa na presença da rainha D. Leonor?», mandou-se que entrasse esta. Entrou, apezar de presa, sósinha e de passo firme, no gabinete, sem medo, resolutamente. O rei ordenou ao escrivão que lêsse as declarações de Juda á rainha. Ella ouviu; em seguida volta-se para Juda, dizendo-lhe: «Mereces o nome que tens, porque me vendeste». Negou tudo com firmeza e rompeu em queixas contra o soberano. Pouco impressionado com taes lastimas, deu este ordem a que conduzissem D. Leonor para o seu aposento e conferenciou com os conselheiros sobre a pena a applicar-lhe. Alguns eram da opinião de que não estava sufficientemente provada a sua culpa para poder castigar a sogra, de quem recebera grandes provas de benevolencia. Outros declararam que o rei não só a devia affastar de sua casa, mas até removel-a do reino; porque assim havia de tecer sempre contra elle, apezar de prisioneira, as suas intrigas e agora muito mais, pois que já nada tinha a perder. Seguiu o autocrata o ultimo alvitre, que condizia melhór com o seu caracter; e expulsou a rainha para um dos conventos de freiras em Tordesillas, a dentro de cujas muralhas, antes e depois, muitas da sua posição e do seu sexo, chorando culpas ou castigos immerecidos, acabaram, consoante D. Leonor, os seus ultimos dias. [1]

Assim desappareceu aquella formosa dama da scena em que por longo tempo representou um papel não pouco valioso e sempre interessante. Extremamente encantadora para que não captivasse e attrahisse todos que lhe estavam mais proximos; demasiadamente activa e prudente para que não impellisse muitos para a sua esphera de acção, foi, para a sua época, de bastante influencia para ainda hoje merecer a nossa attenção e desculpar as paginas que lhe dedicamos. Dotada de graças physicas e de faculdades de espirito, devia não só á sua circumspecção como muito á natureza, e á sua feliz

[1] Liaõ, cap. 20, 21. Sylva, T. III, cap. 213, 214.

sorte, uma coisa, como que mais brilhante e rara, que lhe deu a corôa. Infelizmente não se satisfez; D. Leonor ligou aos gozos que o solio lhe permittia alguns prohibidos, tornando-se, assim, a propria auctora dos pezares de que era a culpada e dos seus prazeres puniveis. Além do seu intimo, ergueu-se um outro vingador da sua infidelidade e matou, quasi a seu lado, o seu amante e connivente. O seu coração sangrava. Mas, em vez de se levantar, da profundidade da sua dôr, purificada e ennobrecida pela cruel expiação, anhelava vingança. A sua paixão apenas mudara de objecto; a planta venenosa da culpa rebentava de novo e, como, outr'ora, succumbiram sua liberdade intima e costumes feminis na ardencia do amor, assim, agora, na chamma do odio. Diligenciando satisfazel-o, perdeu o seu poder, os seus direitos incontestados, a sua liberdade externa. Cega de sêde de vingança, deu uma cousa de que não podia estar privada e, na verdade, não queria privar-se. Porque esperava receber, outra vez, fortalecido e em bom estado o que, diminuto e ameaçado, como estava, difficilmente poderia ser mantido por ella e que, um momento cedido, ainda que condicionalmente, quasi que não era jamais restituido de vontade. Foi o mesmo braço a quem ella entregou o sceptro para a vingar que a privou d'esse sceptro; e, quando, desenganada, comprehendeu o seu erro, a sua posição opprimida e as intenções do rei, e pensava na revindicta, a derrubou, tendo ella jurado destruil-o. Quando a rainha desthronada já nada mais dominava senão o seu interior, mostrou corajosa resolução e animo viril. Pena é que a historia nos não deixe lançar uma vista de olhos na cellula que ella habitou em Tordesillas, e no seu viver intimo entre essas muralhas.

Assim que D. Leonor foi conduzida para Tordesillas, mandou o rei tratear a sua camareira Maria Pires, para d'ella saber onde a rainha guardava os seus thesouros e joias. Foram encontradas, segundo as suas indicações, em casa de um homem respeitavel de Santarem, a quem a rainha as confiara. Na alegria sobre o precioso achado, o rei deu a liberdade á camareira e perdoou a Juda, sob pedido de David.

3) Desde a expulsão de D. Leonor de Portugal até á elevação do defensor ao throno

Nuno Alvares Pereira, nomeado commandante das forças no Alemtejo, obtem a primeira victoria. Longo e demorado cêrco de Lisboa e triste partida do rei e exercito castelhanos. Conjura contra o grão-mestre e sua salvação.

Liberto d'estes perigos e cuidados, dirigiu o rei a sua attenção á guerra, a qual havemos tambem nós outros de seguir. No emtanto, a quantidade de acontecimentos militares e alternativas; a abundancia de feitos pessoaes e emprezas communs dos portuguezes e seus inimigos (tanto quanto estas influiam no paiz e povo d'aquelles), tudo nos obriga á restricção do mais essencial e importante. Só a isto se póde dedicar o detalhe em que se manifesta o caracteristico, que desenvolve e estampa o andamento dos acontecimentos, o espirito dos esforços humanos e o seu variado encadeamento. Incidentes, de menos importancia e, comtudo, membros medianeiros d'aquelles poderosos élos a que está suspensa a sorte dos povos e estados, devem necessariamente notar-se, mas aqui — na historia de um governo, em que se liga tanta coisa e que exige o seu sitio, para mandar valer o seu direito e a sua parte honrosa na grandeza crescente de Portugal e sua elevada gloria — n'este pequeno espaço só logram ter uma rapida menção.

Lisboa foi e ficou sendo primeiramente o ponto dos esforços e actividade guerreira; e, como o defensor tudo empregou para a conservação da cidade, assim o rei de Castella para a sua conquista. Na sua posse via este o triumpho final da sua causa e aquelle o unico meio, a unica esperança e penhôr da victoria e da corôa. Na supposição de um cerco, esforçou-se o defensor, como se relatou, por fortificar a localidade e fornecel-a com sufficientes viveres, coadjuvando-o com bravura Nuno Alvares Pereira, em toda a parte o braço direito d'aquelle. Mas dentro em pouco se viu forçado a dividir e, dividindo-as, a enfraquecer as suas pequenas forças guerreiras, que, reunidas, não pareciam sufficientes para resistir ás energias de Castella. Com a agradavel noticia de que no territorio de Entre Tejo e Guadiana muitos portuguezes se tinham declarado a seu favor e haviam extorquido pela força os burgos áquelles que os queriam conservar para o rei de Castella, espalhou-se, ao mesmo tempo, a desoladora nova de que Juan orde-

nára ao almirante Fernando Sanches de Toar a que partisse, depois do apresto de uma frota com destino a Lisboa, por terra para Alcantara, para se unir com o grão-mestre, Juan Alfonso de Guzman, conde de Niebla, com Pedro Alvarez Pereira, prior de S. João, e outros, afim de se guerrear as povoações que fôssem contra Castella, devastando o paiz, e ligar-se depois com elle para o cerco de Lisboa, objectivo principal das suas operações. No Alemtejo já aquelles tinham entrado, assolando; e as povoações afflictas, dirigindo-se ao defensor, pediam um chefe, para, unidas sob o seu commando, expulsarem o inimigo do paiz. Fôram propostos muitos para este cargo; mas n'um levanta-se esta, no outro aquella duvida; ao defensor ninguem parecia mais proprio para similhante posto do que Nuno Alvares, ou Pereira como os portuguezes o chamavam, simplesmente. Mas o mancebo, de vinte e quatro annos, achava-se tão honrado, pela consideração do defensor, e tão erguido, pela propria confiança em si, para que não houvesse invejosos; e João das Regras offerecia-se, segundo parece, a patrocinar a sua propria inveja e a dos outros, para hostilisar similhante escolha. Reportava-se á juventude e inexperiencia de Nuno, pelo que toca ao da guerra, e alludia a seus irmãos, que serviam no inimigo exercito castelhano. O defensor, porém, mais pacifico, mais circumspecto e confiando na propria mocidade, como na de Nuno, persistiu na escolha; nomeou-o, desde logo, para chefe militar no Alemtejo; e ordenou aos commandantes dos burgos e praças o dever de prestar-lhe obediencia como se fôsse a elle proprio. A seu pedido, o defensor deu-lhe todos os poderes para outhorgar a outros os bens d'aquelles que fôssem contra elle, e recompensar com dinheiro e promoções os que bem o servissem.

Foi egualmente auctorisado a ceder burgos e a exercer poderes judiciarios. Além d'isso, lhe permittiu o defensor o escolher quarenta nobres, dos seus guerreiros, para a sua empreza. Com estes e mais duzentas lanças, fóra muitos homens respeitados de Evora e Beja, que se tinham refugiado junto do defensor e se uniam agora a Nuno Alvares, partiu este para o Alemtejo. Com desgosto se desiste do prazer de o seguir quasi como testemunha ocular n'essa campanha e, luctando e vencendo com elle, de admirar novamente o joven heroe nas situações mais variadas e difficeis. Só podemos indicar a

direcção das suas marchas e as suas emprezas, mencionados os seus feitos e virtudes, mas não descrevel-as.

Depois de haver submettido os seus guerreiros a uma prova e de se ter assegurado da sua vigilancia e lealdade, diante de Setuval que lhe fechara as portas, mandou que elegessem, de entre si, um conselho (um membro de cada cidade ou comarca), com o qual conferenciava; nomeou os sub-commandantes do seu pequeno exercito, os funccionarios da sua comitiva e o capellão que dizia missa todos os dias. Desde então os seus o intitulavam «Senhor»,—titulo que atéqui se dava em Portugal apenas aos reis e condes. Chegando a Evora por Montemor, convocou todos os que estavam obrigados ao serviço da guerra n'esta provincia; compareceram poucos, porém; a incerteza e o medo detiveram os outros. Nuno Alvares contava, ao todo, apenas mil homens; augmentou, comtudo, dentro em pouco, o seu exercito a tresentos cavalleiros, com *besteiros* e mais de mil infantes. Soube que os castelhanos haviam reunido no Crato e a melhor parte da nobreza uma porção maior de infantes e mil cavalleiros escolhidos, para cercar a fronteira. Nuno resolveu attacal-os, apezar do seu numero. Era o primeiro encontro com o inimigo, o primeiro combate de cujo successo dependiam a opinião publica e a confiança dos seus guerreiros. Estes, porém, principalmente os que vieram depois, receosos e desanimados, negavam-se a entrar na peleja contra o espesso adversario, até que a irresistivel força do seu verbo os impelliu a «acompanhal-o a consagrar a sua vida ao serviço do grão-mestre». Recobrado o animo por seu discurso, simples mas energico, novamente para a briga, Nuno desceu, á frente da tropa, do cavallo e ajoelhou junto do estandarte, dirigindo o olhar piedoso para a imagem de Jesus crucificado, com a sua santa mãe e o apostolo João, e por baixo S. Jorge e S. Thiago, de mãos postas elevadas para o Salvador [1]. Vencidos pelo seu exemplo, todos se lançam de joelhos para a oração; todos choram commovidos. Nuno levanta-se em seguida, põe o capacete, toma a lança que lhe offerece um pagem. Com poucas palavras de

[1] Para descripção mais exacta d'esta imagem, que Nuno Alvares mandou pintar no estandarte, com que algumas vezes venceu, veja-se Sylva, T. II, cap. 125.

confiança, endereçadas a Deus e aos seus,— e com o grito: «Portugal e S. Jorge!» e do inimigo «Castella e Santiago!», começou o combate de ambos os lados (abril de 1334). A cavallaria castelhana, ainda que a força principal do inimigo, não supportou o attaque vigoroso dos infantes portuguezes. Muitos ginetes vergaram e os castelhanos fugiram desordenadamente. Assaz deparou com a morte, entre elles o grão-mestre de Alcantara e muitos nobres. Maiores que a victoria fôram as consequencias; Nuno Alvares desanimou o inimigo; confirmou-se ao amigo: a fama dos seus feitos echoou bem longe, e muitos lusitanos, até este lance vacillantes nas suas opiniões, collocaram-se, animados, sob o seu estandarte. Em seguida, tomou-se Arronches, com muito despojo em cavallos e armas, e occupou-se Alegrete, em nôme do defensôr. Depois de tão grande fadiga, concedeu Nuno Alvares alguns dias de repouso ao seu exercito.

Elle proprio, porém, incansavel e não esquecendo a cidade por causa das conquistas de burgos, tencionava tractar do recrescimo das forças navaes, quando esteve em risco de ser preso, nos territorios de Cintra, pela condessa de Cea, por amor á rainha, sua inimiga encarniçada. Trahiram o plano; e Nuno Alvares generosamente protegeu a sua inimiga da vingança que os seus, por amôr ao seu chefe, queriam exercer n'ella. Parecia que os seus adversos lhe proporcionavam perigo e tentação unicamente para dar ensejo a que elle exhibisse e patenteasse as suas explendidas virtudes. Assim mandou, quando já era conhecido em geral o seu embaraço pecuniario, o rei offerecer-lhe astutamente, por terceiro, um judeu rico, mil dobras. Nuno Alvares, porém, quando alguns dos seus o aconselharam a que acceitasse, respondeu: «logo que se soubesse que elle tinha acceitado os offerecimentos que, como era sabido, se faziam com o consentimento do rei, tornar-se-hia duvidosa a sua lealdade e poderia dizer-se, um dia, com apparencias de verdade, que alguem existia com quem elle não tinha cumprido os seus deveres». Despediram-se do judeu delicadamente; e Nuno Alvares continuou a mostrar-se tão invencivel em coragem e estratagemas militares como em lealdade e rectidão. Tomou, por astucia, a importante praça de Monsaras, onde o desleal alcaide mor (a cuja mulher e familia Nuno Alvares concedeu a liberdade) hasteara a bandeira do rei de Castella, e pouco depois, fez, sem receio, do lado de Elvas, frente

aos castelhanos que o tinham provocado com as suas forças superiores, abandonando depois o campo, quasi junto das muralhas de Badajoz, por detraz das quaes se haviam retirado.

Esta audacia de um renitente cavalleiro merecia punição, aos olhos do monarcha; a auctoridade decahida dos castelhanos exigia reparação; o Alemtejo, na maior parte revoltoso, um obstaculo para qualquer emprehendimento, devia, primeiro que tudo, ser subjugado. A *um* enorme esforço cumpria o anniquilar Nuno Alvares, de uma vez, submettendo a provincia ao sceptro estranho. Pedro Sarmento, o mavortico *Adelantado mayor* da Galliza, recebeu a incumbencia e permissão de escolher, em todo o exercito do soberano, tantos guerreiros quantos lhe parecesse necessarios. Á frente de seiscentas lanças, que escolhera, reuniu-se á guarnição do Crato, cujo prior se offereceu a acompanhal-o; e marchou contra Nuno Alvares. Este foi informado, pelo defensor, do numero da força inimiga; compunha-se de duas mil e quinhentas lanças, seiscentos ginetes (cavallaria ligeira) e de uma muito maior quantidade de infantes e bésteiros. Os nômes mais distinctos brilhavam no exercito de Castella. Nuno Alvares quasi que não podia apresentar quinhentas e trinta lanças; e contava, por junto, quinhentos infantes e bésteiros. Comtudo, avançou contra o inimigo e esperou-o pouco distante de Evora; formou as suas forças em ordem de batalha durante todo um dia, elle proprio tendo tomado apenas um golo de vinho e um bocado de pão, que lhe dera um soldado.

No dia seguinte avistou-se o inimigo, e tão numeroso era que, formado em ordem de batalha, abraçava quasi a força portugueza, impedia o soccorro de Evora e fechava a retirada para lá. E, todavia, em logar de um attaque hostil pelo exercito castelhano, convidam amavelmente Nuno Alvares a passar-se. «Rodeado e sem esperanças de auxilio, disseram-lhe que não maculasse a sua coragem e a sua famosa nomeada com uma tão manifesta temeridade; que, pelo contrario, passasse para o partido que lhe pertencia, para o serviço do rei que lhe era tão affeiçoado». Replicou Nuno Alvares «que sustassem as repetidas tentativas. Que não era homem que alterasse qualquer medida, uma vez tomada depois de maduro ponderamento; mas elles, para satisfazer a provocação que lhe fizeram, que executassem a sua palavra empenhada, senão que os persegui-

ria sempre o medo ou a deshonra da falta de cumprir. Como tinham força montada e elle apenas infantes, que o attacassem; senão, que se desmontassem, para que os attacasse elle». Mas os castelhanos nem tinham vontade de aggredir nem de se deixarem investir; e retrocederam, quando entrou a noite, successivamente, receando menos os terrores da escuridão do que os inimigos á luz do dia, promptos a baterem-se, porque aquella occultava o seu rubor e esta, porém, patenteava a sua lividez. N'um logar affastado fizeram alto; e Nuno Alvares, que esperara dois dias e uma noite o adversario, tendo dado satisfação á sua propria pessoa e cumprido com o seu dever, foi para Evora, afim de se fornecer de mantimentos; e soube, quando quiz procurar os castelhanos ao dia seguinte, que tinham tomado a estrada de Viana, mostrando a sua coragem na devastação e saque do paiz. Pedro Sarmento marchou, com seis centas lanças, para o cerco de Lisboa, onde foi recebido friamente pelo monarcha [1], por não ter correspondido ás esperanças que n'elle depositara. Nuno Alvares seguiu-o até alli e representou, depois de ter finalisado gloriosamente o episodio no Alemtejo, um papel importante durante um certo tempo no grande drama que se passou dentro e fóra de Lisboa.

Esta cidade e seus arrabaldes tornaram-se, entretanto, o logar de uma viva actividade guerreira. O rei Juan, que escapará, com felicidade, á conjura, tinha avançado, com o seu exercito, de Coimbra para Santarem. Depois de chamar a si, convencido da insufficiencia das suas forças, ainda uma ajuda, de mil cavalleiros, de Castella, partiu, no dia 10 de março de 1384, de Santarem e invadiu a comarca de Lisboa. Em Arruda houve conselho para saber se devia cercar Lisboa ou fazer guerra por todo o reino. Alguns votaram contra o primeiro ponto, porque rebentara no exercito a peste (que já tinha victimado o grão-mestre de Alcantara e alguns cavalleiros) e mais devastaria n'um tropel densamente numeroso; o assedio de Lisboa, com quanto o lado do mar, por causa da grande distancia da frota castelhana, estivesse aberto e franco, pouco exito poderia surtir; parecia, pois, mais recommendavel e instante do que o sitio da cidade a sujeição dos muitos renitentes que havia pelo

[1] Sylva, T. II, cap. 123-133.

paiz todo afóra. Outros opinavam que a conquista da capital acarretaria por consequencia o dominio de todo o reino; para a cabeça do paiz estavam dirigidos todos os olhares; n'ella se encontravam o grão-mestre, o centro do grupo, e seus mais poderosos partidarios. Além d'isso, faltariam, dentro em pouco, os mantimentos á excessiva população. O rei era do primeiro parecer; seguiu, porém, o ultimo, porque o votou o mór numero, o indicaram os mais respeitados defensores.[1] Como o aconselhassem a que não procedesse ao sitio sem que a frota castelhana, cuja chegada se esperava, podesse cortar, pelo fio da agua, todo o auxilio e conducção á cidade, demorou-se no Bombarral, uma aldêa proxima de Obidos, algum tempo, e approximou-se depois de Lisboa até o Lumiar (6 de maio), onde passou alguns dias, dispersando as suas forças pelos logarejos circumvisinhos.

A noticia do apresto da frota castelhana em Sevilha obrigou o defensor a ter sempre promptos os navios fundeados no porto de Lisboa, para impedir, juntamente com os outros que aguardava do Porto, a entrada de embarcações inimigas e defender a barra. O arcebispo de Braga foi nomeado pelo defensor para tractar do equipamento, e da tarefa se desempenhou com a maior sollicitude. A cavallo, as vestes prelaticias sobre o armamento, e de lança em punho e riste, instigava, óra aqui óra alli, todos ao trabalho. Quando algum se desculpava de «que era sacerdote ou frei», respondia-lhe: «tambem eu sou sacerdote, frei e arcebispo, o que é mais ainda». Egual actividade desenvolvia no mar, logo que sua presença se tornava necessaria nos bateis. De geito que em pouco tempo estavam aprestados sete navios, treze galeras e uma galeota. O defensor nomeou para commandante d'estes barcos o alcaide-mor de Monsaras, Gonçalo Rodrigues de Sousa, e entregou-lhe, em acto solemne, o estandarte, com as armas reaes, depois de o ter mandado benzer de fórma identica na cathedral. No dia 14 de maio partiu a frota do porto, para se juntar com os navios do Porto.

Emquanto que Juan esperava no Lumiar a chegada da esquadra castelhana, fizeram alguns dos seus officiaes, com seus soldados, uma correria pelo valle de Santa Barbara; e fôram postar-se

[1] Ayala, «ann. 1384», cap. 7.

no alto de S. Gens (hoje *Nossa Senhora do Monte)*, de bandeiras desfraldadas, provocando os habitantes de Lisboa com gritaria e mofas. Em seguida, dirigiram-se para a porta de Santo Agostinho, onde se topava postado o conde Alvaro Pirez de Castro com uma grande força. Os portuguezes fizeram uma sortida e bateram os castelhanos. Os altivos pendões foram arrastados pelos fugitivos; alguns hespanhoes cahiram mortos; outros quedaram presos e, entre estes, um capitão, que foi tractado com muita galanteria pelo defensor (enviou-lhe immediatamente algum fato seu), muito diverso do tratamento que, em taes casos, os portuguezes recebiam do soberano de Castella. O feliz successo d'esta, em si, insignificante escaramuça, com que principiaram as hostilidades diante de Lisboa, elevou alguma cousa a coragem e a confiança dos portuguezes em si proprios.[1]

No mesmo 26 de maio, apresentou-se a esquadra castelhana. Dois dias depois fez o rei dizer, por intermedio de alguns fidalgos, ao defensor: que mandasse alguns cidadãos e cavalleiros ás torres da porta de S. Antão, onde tencionava fazer uns protestos e declarações, antes de começar as hostilidades. Aquelle, porém, respondeu-lhes: «que se affastassem immediatamente, senão que os mandava affastar, elle.» Os fidalgos affastaram-se vagarosamente, porque esperavam a chegada do rei. Pouco depois, avançou este, com todo o exercito, e demorou-se quasi todo o dia no monte Olivète. Já antes da sua chegada se travara um combate ardente entre castelhanos e portuguezes, no qual pouco depois tomaram parte o monarcha e o defensor; a cidade achava-se em grande movimento. Vendo, no emtanto, os castelhanos o curto resultado e o grande prejuizo com que luctavam contra os lusos, cobertos pela cidade, suspenderam as hostilidades.

Entretanto, entrara, em 29 de maio, toda a esquadra hespanhola, composta de quarenta navios e treze galeras, no porto de Lisboa; e Juan acampou logo no dia seguinte diante da capital. Seu exercito compunha-se de quinhentas lanças, não contando as que occupavam Santarem e outras praças; de mil *Cavallos ginetes*, cujo commandante era Alvaro Pirez de Gusman; de seis mil *Besteiros* e numerosos infantes, cujo numero augmentava diariamente. O rei

[1] Lião, cap. 28.

mandou installar a sua residencia junto do convento das religiosas da ordem de *Santiago da espada* (mais tarde *dos Santos o Velho)*, n'uma casa de madeira. Ao pé muitas barracas, para elle e sua comitiva; o exercito acampou nos suburbios, em Alcantara e Campolide, e por todo o territorio da cidade, em tendas, collocadas em linha, formando ruas grandes e regulares, que, pela sua quantidade e pelas armas variadas que ostentavam, lhes dava um aspecto alegre. Como as povoações do arrabalde estavam sujeitas ao rei, forneciam em abundancia o acampamento com mantimentos, por mar e terra. Mesmo muitos artigos, como pannos e seda, de que havia lojas de mercancia, existiam em abundancia. Valentes postos de cavallaria guardavam o arraial, para que ninguem podesse sahir da cidade sem sêr visto; e duas galeras cruzavam-se constantemente diante de Almada, afim de se impedir todo o soccorro ou conducção por este lado. Ao longo da cidade, desde Cataquefaras (Remolares) até á Porta da Cruz, pousava a esquadra fundeada em boa ordem, navio diante de outro, e ligados por meio de um cabo forte, para que não podesse escapar-se qualquer embarcação.

Assim estava Lisboa cercada por mar e terra. Apezar da grande accumulação de gente, por isso que muitos da comarca se tinham refugiado para aqui, com os seus melhores haveres, não faltaram mantimentos,—dos quaes se fizera o abastecimento tanto quanto possivel. As muralhas da cidade fôram restauradas, e encheram-se setenta e tres torres com armas, projectis e grande quantidade de pedras. O numeroso povo guerreiro, dividido nas torres sob o commando dos seus chefes e com as innumeras bandeiras ondeantes, offerecia um aspecto animado, magnifico. Grupos de cavalleiros e arcabuzeiros vigiavam a cidade, e cada companhia de guerreiros tinha um sino para dar o signal convencionado. Os habitantes de Lisboa estavam possuidos do melhor animo. Entregues ao seu defensor, que escolheram, mostravam-se cheios de valôr e confiança em si proprios e impacientes de se medirem com os castelhanos, provocando-os, muitas vezes, das muralhas abaixo, pelo escarneo e insolencia. Ordem exemplar, cuja alma era o defensor, reinava em tudo que se referisse á defesa da povoação. Nenhum estado se retrahia aos pesados deveres; sacerdotes e frades corriam aos signaes dados; faziam guardas de noite nas torres ou rondavam as mura-

lhas.[1] Aos dois extremos da localidade, mandara-se construir, na margem do rio, duas fortes e grandes estacadas, uma contra Santos o Velho, onde acampava o rei, a outra contra o convento de Santa Clara, limite do arraial inimigo.

D'este modo estava a grande e mui populosa Lisboa bem fortificada e bem defendida; a sua gente possuida de coragem e de esperança de victoria; o seu chefe tão capaz de defender a capital do reino como digno de a dirigir. Todavia, não lhe era facil a tarefa. Um exercito consideravel ameaçava a cidade pelo lado do mar, tendo (cheio da soberba confiança que lhe inspirava a idéa da superioridade) á sua frente o rei, a flôr da nobresa de Castella e Portugal; provido abundantemente de viveres e de toda a especie de mantimentos e auxiliado por uma forte esquadra que cortava á cidade toda a mente de auxilio e conducções pela via salgada. Não á hoste aquella, mas só ao observador despreoccupado e experiente, que não conta unicamente o numero, mas que interroga o espirito que o anima, e que observa, a par da acção das forças humanas, uma coisa mais elevada e incalculavel, é que se tornava possivel o levante de duvidas. Quando alguns castelhanos perguntaram a Fernando Alvares, guerreiro muito experiente pelas suas campanhas em França e outros paizes: se lhe parecia possivel que o mestre de Aviz podesse continuar com tão poucos meios a defesa da cidade contra a força do rei de Castella, que não era só auxiliado pelo seu exercito mas tambem pela maior parte dos portuguezes e por muitos estrangeiros?, respondeu: «meus senhôres, sou velho e tenho alguma experiencia; vi muitas guerras começadas com vivo ardôr e grandes meios não serem bem succedidas; outras, porém, que, pelos seus exiguos recursos, parecia não virem a ter bom termo, conseguiram alcançal-o; e isto é a unica coisa que vos posso dizer».

O lado mais fragil da cidade cercada era, evidentemente, a sua força naval, que, ainda para mais, se encontrava ausente n'essa occasião. Com impaciencia esperava o defensor a esquadra do Porto, para onde enviara os navios de Lisboa. Um dos commandantes, Ruy Pereira, foi encarregado, pelo defensor, de pedir aos habitantes do Porto que o auxiliassem com navios, mantimentos e dinheiro na

[1] Lopes, Part. I, cap. 116.

defesa de todo o reino e d'elles proprios contra o rei de Castella. Promptamente se prestaram a isso, e deram provas de actividade e zelo. Com o intuito de mostrar ao defensor sua sinceridade, não só em acções como tambem em conselhos, recommendaram o conde Gonçalo, que estava na posse de Coimbra, para commandante de toda a esquadra, «porque assim assegurar-se-iam d'esta importante cidade, poderiam resolver-lhe a guarnição, com similhante escolha, a auxilial-os, e o conde, ainda que não entrasse para o serviço do mestre, lhe ficaria devendo sempre esta attenção».[1] Seguindo tal conselho, escreveu Ruy Pereira, em nôme do defensor, ao conde e mandou-lhe entregar a carta pelo abbade de Paço de Sousa, seu favorito, d'aquelle. Convencido pelas representações do abbade, e quando se fallou de Rodrigues de Sousa, que já estava nomeado commandante para os navios de Lisboa, socegou com a observação de que este se tornára suspeito de traidor intento, qual nada menos do que o de entregar a esquadra portugueza nas mãos dos castelhanos. Declarou-se, pois, o conde prompto a tomar o partido do mestre e a commandar a armada, se elle lhe desse as terras que haviam pertencido á rainha D. Leonor, sua irmã. Esta resposta, participada, com urgencia, pelo Ruy Pereira e seus amigos ao defensor, collocou-o em grande embaraço, porque já dera essas terras a Nuno Alvares Pereira. Este, porém, sabedor dos acontecimentos, não hesitou, juntando á rara lealdade ainda mais raro desinteresse, em declarar a seu senhôr: «se tal lhe fôsse de alguma utilidade, que se promptificava a ceder-lhe não só essas leiras como todas as que possuia».[2] O defensor deu então os bens de que a generosidade de Nuno o deixava novamente dispôr ao conde, ligando ainda a elles outras terras e rendimentos.

Quando o rei de Castella soube que a esquadra do Porto era esperada em Lisboa, reuniu em conselho o seu *Almirante mayor*, Fernando Sanchez de Tovar, e o *Capitano mayor de las naves*, Pedro Afan de Ribera, com os seus chefes, na egreja *dos Santos*, e perguntou-lhes, depois de haverem jurado sobre o missal, fechado, que guardariam sigillo: se seria mais conveniente combater a es-

[1] Sylva, T. III, cap. 223.
[2] Id., *ibid.*

quadra portugueza no rio ou no mar alto? «Queria discutir isto com os seus conselheiros (dos quaes tres estavam presentes).» O almirante e os commandantes das galeras votaram, dando as suas razões, a favôr do segundo ponto. «É essa tambem a minha opinião, disse o rei, como a d'estes fidalgos, e quero que se faça». Depois de uma pequena discussão ainda, fechou-se a consulta. Levantou-se o camareiro mor do rei, Pedro Fernandes de Velasco, o mesmo que já antes adquirira a nossa consideração como conselheiro prudente, recto e franco do seu monarcha, e declarou: que não se tratava *onde* mas *se* se devia combater a esquadra portugueza; era este o ponto duvidoso e arriscado. Se o rei via na victoria da sua armada logo a conquista da cidade, elle descobria, pelo contrario, nos seus habitantes, que, por tal victoria, teriam de chorar tantos amigos e parentes, subir o odio até ao extremo contra o principe, transformando-se o seu proposito de defesa em sêde de vingança, a sêde de vingança em ferrenha obstinação. E, ainda que o rei sahisse vencedôr, que utilisaria elle de um dominio sobre corpos, se os corações o repelliam? Porque a paz de um Estado não dependia do poder do soberano sobre os vassallos, mas do amor dos vassallos pelo soberano, o poderio, esse, o mais nobre, e, demais a mais, sobre novos vassallos. Os outros, que procuravam agora a esquadra castelhana, estavam resolvidos a morrer ou vencer; e contra tal gente era difficil luctar. Velasco ainda se referiu ás consequencias, caso a frota castelhana fôsse vencida, e recommendou, n'esta incerteza, um accordo entre o rei e o grão-mestre, segundo o qual este deveria ter o seu poder no reino, e aquelle ficar sendo seu senhôr. O rei, porém, fiando-se, com soberba, na superioridade das suas forças navaes, persistiu na resolução que tomára.[1]

Em 16 de janeiro, duas galeras veleiras, que estavam de vigia, por ordem do rei, na foz do Tejo, trouxeram a noticia da approximação da esquadra portugueza. Os marinheiros castelhanos exultaram de alegria, não podendo quasi esperar, com a sua confiança jactanciosa, a facil victoria e a immediata conquista da cidade. Em Lisboa, porém, reinava a maxima incerteza sobre a causa d'este movimento jubiloso na esquadra inimiga, até que um negociante

[1] Liaõ, cap. 31. Sylva, T. III, cap. 225.

patriota do Porto emprehendeu a arriscada empreza de vir de Cascaes (5 legoas de Lisboa), onde chegára a esquadra em 17 de junho, n'um bote, de noite, a trazer a noticia ao defensor e a informal-o, simultaneamente, da duvida em que os chefes estavam sobre a entrada da armada. O defensor deu-lhes logo as necessarias instrucções. A sua alegria, porém, turvou-se um pouco com a noticia de que as galeras em que vinha o conde Gonçalo estavam, sim, bem equipadas, mas que faltava aos navios homens e armas. Tambem a população da cidade soube, com o sentimento mixto de alegria e receio, da chegada da esquadra; o soccorro proximo manifestava agora bem a proximidade e a grandeza do perigo; e n'uma enorme agitação velaram de noite, sob cujo manto bate sempre mais febril o pulso das impressões tormentosas. Assim que raiou o dia, correram homens de todas as classes; mães lacrimosas, com seus filhos nos braços, para as egrejas, para diante dos altares, a implorar o auxilio do ceu contra o inimigo tão poderoso e que tão perto se encontrava. O proprio defensor fez a sua devoção matutina á divindade; e correu da egreja á margem do Tejo, para equipar, com o fim do auxilio da esquadra, os navios que houvesse. Embarcou no primeiro aprestado, apezar de todas as advertencias dos seus.

Entretanto, ao romper do dia, levantara ferro a esquadra castelhana, consideravelmente reforçada, e collocara-se em ordem de batalha diante de Restello[1], com a prôa para Almada. Diante das muralhas de Nossa Senhora da Graça e S. Vicente, collocára o rei a cavallaria, para occupar os sitiados e evitar o seu auxilio.

Pelas nove horas da manhã, começára a maré a encher, entrava a esquadra portugueza: na frente, cinco navios, levando o maior a seu bordo Ruy Pereira, com setenta cavalleiros e quarenta bésteiros; seguiam-se dezesete galeras e depois mais doze naus. O vento era-lhes favoravel á entrada. Quando Ruy Pereira, homem de extraordinaria presença de espirito e de ousado e elevado animo emprehendedor, viu collocada a armada inimiga á margem do rio, sem que denunciasse a sua intenção, dirigiu-se, com o seu navio, para ella; os outros quatro bateis seguiram-o. Mas os castelhanos

[1] Assim se chamava então o logar onde depois se edificou o convento real em Belem.

estavam pouco dispostos a travar lucta; e elle virou para os lados de Almada. As naus castelhanas, porém, vendo aquelles descobertos e que os podiam tomar debaixo de vento, lançaram-se, com cinco navios, levando á frente a grande nau Juan Arena, sobre as galeras. Receoso por estas, dirigiu-se Pereira, tão acertada como ousadamente, acto continuo, para aquelle lado e abalroou com a grande nau. Tres navios portuguezes travaram peleja com cinco castelhanos e uma grande caracca. Desenvolveu-se uma pugna encarniçada e não tardou que a guarnição de ambas as partes, no confuso da briga, formasse *uma* massa, que era impellida insensivelmente pelo vento e pela enchente, desde o Restello onde principiára a lucta até os vãos de Almada e Cacilhas.

Emquanto que Pereira pelejava com aquelle seu ardor e heroismo, passaram as galeras lusas, sem que a esquadra castelhana o podesse ter evitado ou lograsse aproximar-se-lhes. O heroe, não podendo supportar já o calor da furiosa lucta, abriu o capacete para tomar ar; n'este instante, uma frecha hostil acertou-lhe tão mortalmente que o derrubou. O navio, onde se encontrava, cahiu em poder do inimigo, assim como os outros dois. A morte de Pereira foi muito sentida pelo defensor e muito chorada por toda a cidade; mas a esquadra estava salva. Navegou para Lisboa, seu porto de salvamento, perseguida pelos navios castelhanos, mas sem prejuizo, porque estes, tocados pelo vento, não podiam alcançar as galeras lusitanas e estas não queriam abalroar com as inimigas, pois que cada galera castelhana era acompanhada por um navio com forças a bordo, que, em caso de necessidade, lhe prestavam auxilio. Com intima alegria viu o mestre, da margem, approximarem-se as galeras. Soccorrel-as foi-lhe impossivel. Elle mettera-se, comtudo, com quatrocentos guerreiros, a bordo de uma nau genoveza que se encontrava no porto, mas que não podia governar-se convenientemente, por ter muito pouco lastro e por estar muito accumulada de gente. Vento contrario e a enchente frustaram todos os esforços e obrigaram-n'o a desembarcar, com a sua força. As pequenas embarcações e botes, que o tinham acompanhado cheios de força armada, soffreram os mesmos revezes. Chegadas diante de Lisboa, lançaram tranquillamente ferro, desde as Tarracenas até a Porta do mar. A esquadra castelhana retirou-se para o Restello, como vence-

dora porque arrancara tres navios ao inimigo. Mas tambem a armada portugueza se podia vangloriar de ter alcançado o seu fim — qual o de prestar soccorro á afflicta Lisboa. A perda de tres navios foi o sacrificio do triumpho sobre uma força muito superior; o cadaver de Pereira o thema da magoa e pezar, mas, ao mesmo tempo, da ufania dos portuguezes, um glorioso monumento do heroismo lusitano.

Emquanto que o defensor mandava restaurar a esquadra para fazer frente á castelhana, soube, ainda não tinham passado oito dias depois da peleja, que se haviam ajuntado mais vinte e um navios e cinco galeras á esquadra inimiga, contando esta agora sessenta e um bateis e, além das caraccas, dezeseis galeras e uma galeota. A grande desegualdade de forças fez com que o defensor desistisse d'aquelle plano[1]; teve que cingir-se á defesa de Lisboa. Mesmo á povoação fronteira, Almada, que lhe era tão affecta, não poude enviar soccorro.

Não deixou o rei de Castella de notar a importancia de Almada pela sua alta posição e burgo afortalezado. Em diversas occasiões mandara investir-lhe, com energia, mas debalde. Os habitantes, muito longe de vacillarem, com medo dos ataques, na affeição ao mestre, pareciam tanto mais resolutos a soffrer e tentar tudo a favor d'elle e sua causa. Muniram-se com mantimentos para seis mezes; não tardou, porém, que sentissem a falta de agua, porque havia apenas uma cisterna e a povoação estava apinhada de estranhos, refugiados para alli (partidarios do mestre que não podiam passar para Lisboa). Exasperado pela resistencia tenaz, resolveu o rei tractar pessoalmente do cerco. Mas o ataque geral que, com a sua assistencia, se fez á povoação foi tão infructifero como todos os seguintes, e Juan voltou para o seu acampamento diante de Lisboa, entregando a continuação do ingrato assedio a dois dos seus chefes de campo. Mas jurou aos almadenses que haveriam de sentir o gume da sua espada, mesmo que entregassem a povoação. O cêrco durava já havia dois mezes; e a falta de agua tornava-se, de dia para dia, mais tormentosa. Do burgo, do lado do mar, foram lançados 40 cavallos para o fosso, porque já não se lhes podia dar de beber. Cosia-se o

[1] Ayala, «ann. 1384», cap. 8. Lião, cap. 31, 32. Sylva, T. III, cap. 227.

pão e cosinhava-se só em vinho; bebia-se agua estragada que se apanhara no inverno, suja pelas lavagens de roupa e pelos cadaveres, em decomposição, de animaes, causando nojo o seu aspecto e cheiro. E esta mesma agua tinha de se buscar fóra, debaixo de perigo, descendo-se, pela treva, ao fio da trama de cordas, para a ir recolher nas proximidades do inimigo, sendo-se frequentemente atacado por este. Infelizmente não podiam, n'esta situação angustiosa, nem transmittir nem receber noticias do grão-mestre. As fogueiras que accendiam de noite annunciavam-lhe, é verdade, que elles se topavam afflictos, mas não diziam de que provinham as suas angustias; uma das barcas, carregada com armas e munições e enviada pelo defensor, de noite, para Almada, foi tomada pelos castelhanos. Era, pois, cada vez maior o perigo em que se encontravam os sitiados; mas a sua coragem não diminuia.

Quando um cavalheiro gascão, do exercito castelhano, sabendo do estado precario dos sitiados, conduziu junto das muralhas, preso a uma corda, o regedor de Almada, aprisionado em uma escaramuça, e exhortou os habitantes a submetterem-se ao seu legitimo rei, ameaçando, caso resistissem, de matar o regedor e todos os outros prisioneiros, responderam: «o rei poderia mandar matal-os, mas elles é que por cousa alguma do mundo entregariam o burgo». Aconselharam o fidalgo a affastar-se com o prisioneiro; todavia, como elle não cessasse de os exhortar a que se rendessem, arremessaram-lhe uma frecha, que o prostrou.

Assim como em Almada se cogitava nos meios de transmittir noticias ao defensor, assim pensava este em Lisboa no modo de soccorrer os afflictos almadenses. Mas por fórma alguma encontrava um recurso. Um homem, que chegara com a frota do Porto e oriundo de Almada, declarou que atravessaria a nado o Tejo e levaria aos seus compatriotas as noticias que o grão-mestre lhe confiasse. Recebeu ordens verbaes e por escripto; lançou-se, de noite, resolutamente ao rio e chegou, felizmente, junto dos seus patricios, que ficaram maravilhados. O defensor pedia informações da sua situação e animava-os a sustentarem-se o maior tempo possivel. Representaram-lhe que elles, quasi exhaustos, não sabiam como prolongar a sua existencia; e o ousado nadador voltou na mesma noite. Passados tres dias, appareceu novamente em Almada. «Com profunda

dôr soubera o grão-mestre dos seus tormentos; como, porém, não via a mais pequena esperança de breve soccorro, que se rendessem ao rei nas melhores condições possiveis». Outra vez ainda levou a mensagem a Almada, de maneira que o seu vigoroso braço atravessou seis vezes as vagas do Tejo n'uma largura de mais de tres quartos de hora. Os almadenses dispunham-se a fazer a entrega do forte; o monarcha, porém, não attendia condições, uma vez que a situação critica dos sitiados não lhes permittia resistirem por muito mais tempo. Depois de tres dias de troca de mensagens, obtiveram do rei, a pedido da rainha, o perdão; garantiu-lhes a vida e as propriedades. No dia 1 de agosto, foi entregue a fortaleza aos soberanos de Castella, que passaram, n'uma galera, para Almada e que voltaram para o seu acampamento apoz o envio para alli da necessaria guarnição.[1]

Depois de tomada a fortaleza de Almada, podia o castelhano dirigir todas as suas forças exclusivamente contra Lisboa e, sem receio, até certo da victoria, fazer frente ao grão-mestre; preferiu, porém, introduzir-se na cidade pela astucia e traição. Em accordo secreto com Pedro de Castro, filho do conde Alvaro Pires de Castro, foi delineado o plano de entregar Lisboa nas mãos do rei. Como áquelle fôra confiada, depois da morte do conde, a guarda das muralhas da porta de Santo André até á porta de Santo Agostinho, podia com facilidade executar o plano. Mas tal projecto foi trahido antes da execução. Por essa época adoeceu gravemente João Lourenço da Cunha, primeiro marido da rainha D. Leonor, e declarou, em sua confissão, ao sacerdote, que alguma cousa sabia do que se tramava contra o mestre e a terra. Fez (porque o confessor lhe negava a absolvição) chamar aquelle, descobrindo-lhe, entre outros pontos, o plano da conspiração, com todos os detalhes, a hora em que se havia de deixar entrar os castelhanos na cidade (na noite de 15 de agosto) e os signaes convencionados. O defensor tomou logo as suas precauções e mandou prender, n'essa mesma noite, D. Pedro e seus cumplices. Quando se tornaram conhecidos estes acontecimentos, o povo de Lisboa exigiu, unanimemente, e em altos brados, a morte de D. Pedro; o defensor, porém, tranquillisou-o,

[1] Lião, cap. 33. Sylva, T. III, cap. 220.

sem, comtudo, ceder aos seus desejos. Mas expulsou da cidade, poucos dias depois, todos os servos e vassallos de D. Pedro, como tambem alguns gallegos e castelhanos seus affeiçoados, a quem, por sua ordem, se quitou primeiramente as armas.[1]

Assim ao rei falhou tudo quanto combinara contra a cidade, tanto a persuasão e astucia como a força. Viu frustrado este projecto inglorioso, como antes a tentativa de evitar a entrada da armada portugueza. E ainda um outro que fizera, em 27 de julho, de se apoderar, por um ataque inesperado, das galeras portuguezas e de assaltar, ao mesmo tempo, a cidade pelo lado do mar.[2] Forçar a cidade a render-se por meio da fome, parecia ser o unico meio —um meio seguro, segundo os calculos humanos, ainda que não o mais glorioso para uma tal força de terra e mar. As necessidades que começava a sentirem-se em Lisboa, augmentadas continuamente pelo cerco por mar e terra, não faziam duvidar o rei do resultado desejado d'esta medida. Emquanto, porém, pensava em prejudicar os inimigos, foi elle proprio atacado em muito maior escala. Uma epidemia pestilente alastrava-se, mais e mais, no acampamento dos castelhanos, victimando muita gente em pouco tempo, altos e pequenos. Medo e terror se apossou dos grandes de Castella; com o intuito de pôr termo ao cerco, propozeram ao rei um accordo com o grão-mestre, tornando-se mais insistentes quanto maior era o perigo. O rei Juan accedeu alfim e enviou, depois de ter alcançado do defensor um salvo conducto, seu camareiro mor, Pedro Fernandez de Velasco, pessôa de sua confiança, á porta de Sancta Catharina, onde o mestre o esperava. O defensor exigiu ficar com a regencia até que a rainha D. Beatriz tivesse descendentes, compromettendo-se a renunciar logo que assim succedesse. O rei queria, porém, nomear um castelhano que partilhasse a regencia com o grão-mestre[3] —idéa que este decididamente repelliu como contraria aos deveres contrahidos para com os seus concidadãos. Em seguida separaram-se.

O rei viu-se illudido nas suas esperanças e sensivelmente ferido

[1] Liaõ, cap. 34. Sylva, T. III, cap. 228.
[2] Sylva, T. III, cap. 229.
[3] Ayala, «ann. 1384», cap. 9

no seu orgulho. Melhor resultado de uma conferencia com o mestre esperava obter o prior de S. João, Pedro Alves Pereira, que se dizia amigo d'aquelle. Comtudo, o rei offendido, apezar da consideração em que tinha o prior, só lhe deu consentimento para este passo decorrido algum tempo, quando a peste grassava com maior intensidade no abarracamento. A resposta do defensor foi egual á que dera a Velasco; e o rei de Castella, por isso indignado, jurou não levantar o cêrco, sem que tivesse coagido a cidade de Lisboa a render-se, pela fome ou pelo assalto. O prior, porém, tanto mais melindrado quanto maior era a confiança com que fallara do seu poder sobre o grão-mestre, ao mesmo tempo convencido de que não lhe poderia dirigir mais sensivel golpe do que subtrahir-lhe *aquelle* que a opinião publica designava como seu principal esteio — seu irmão Nuno Alvares Pereira, procurou inspirar a este suspeitas contra seu chefe. Escreveu a seu irmão, que ao tempo pousava pelo Alemtejo, que o mestre tractava de um accordo com o rei de Castella sem se lembrar de quem tão grandes serviços lhe prestara; por isso, ficaria no desagrado do rei. Nuno Alvares Pereira desvendou, porém, a intenção traiçoeira d'estas linhas e respondeu: «se o mestre, meu senhôr, tracta um accordo com o rei, eu o conheço como tal que só o firme para honra sua e dos seus; admiro-me, porém, que tu, apezar de viveres ha tão pouco tempo entre os castelhanos, estejas já tão bem acastelhanado».[1]

Entretanto, a carestia em Lisboa subiu, dentro em pouco, aos horrores da fome, porque estavam cortadas as communicações e a cidade se via cheia de gente; além de seus cidadãos, da força que defendia a terra e da tropa que viera do Porto com a armada, comprehendia muitos habitantes dos logares e comarcas proximas, refugiados, com medo do exercito castelhano. Fôram os pobres os primeiros a sentir a fome; e decidiu-se mandal-os sahir da cidade bem como a todos que não podessem pegar em armas e que diminuissem os alimentos indispensaveis aos defensores de Lisboa. Os primeiros d'estes infelizes foram recolhidos no acampamento castelhano; sabendo, porém, o rei que os tinham feito sahir por causa da fome, mandou reconduzil-os novamente para a cidade. Em breve,

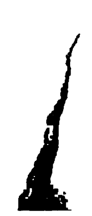
[1] Lião, cap. 35.

os ricos se viram atacados pelo mesmo perigo que os pobres; por dinheiro algum se obtinha um pão; cosia-se elle do bagaço de azeitona e de todas as raizes etc. A fome desenhava-se tanto nas pallidas faces do rico como nas do pobre; mas cada um esquecia a sua propria miseria, quando os gemidos das creanças, que imploravam debalde os transeuntes, trespassavam o ouvido e o coração; quando a mãe, que ainda creava, sem alento e forças, rompia em commovedores prantos, por causa da morte do seu ente querido.[1] E, comtudo, não se encontrava uma pessoa, entre tanta e tão diversa gente, que lembrasse ao defensor a entrega da cidade ou um accordo com o inimigo; a confiança que n'elle depositavam repellia mais esta idéa do que o receio de vingança do rei. Preferiam supportar os rigores da fome; e, «quando soava o signal, pegavam em armas e reuniam-se com tanta viveza e coragem como se se levantassem de um banquete».

Grande abatimento, pelo contrario, reinava no arraial dos castelhanos, onde a peste devastadora, que começara nas classes baixas, já havia alcançado o circulo dos grandes, dizimando sem piedade tanto estes como aquelles. Não tardou que rebentasse tambem na esquadra. Aconselharam, por isso, os commandantes de mar e terra o seu rei a levantar o cerco e a voltar n'outro melhor ensejo; elle, porém, não concordou, porque, conhecedôr da precaria situação da cidade, esperava, de hora a hora, que se entregasse. Por outro lado, sabia o defensor da grande mortalidade no acampamento e esperava a partida do inimigo. N'estas hesitações e esperanças, devastava a peste sempre mais horrivelmente, fallecendo por dia cento e cincoenta a duzentos e acima de homens; em pouco tempo se contava mais de dois mil dos melhores cavalleiros, fóra muitos capitães, tres grão-mestres de S. Iago e um grande numero das pessoas mais elevadas, entre elles, o almirante de Castella, o acima mencionado camarero mayor do rei, Pedro Fernandez Velasco, um nobre egualmente distincto pela sua illustração e eloquencia.[2]

[1] Lião, cap. 37.

[2] Ayala, «ann. 1384», cap. 11. Como uma particularidade notavel referem os escriptores portuguezes que, dos muitos lusos que se conservavam no acampamento como prisioneiros ou como partidarios do rei, nenhum foi atacado



Os cadaveres dos grandes eram abertos, cobertos de sal e expostos ao ar, em seus feretros; ou então ferviam-se, para conservar os ossos e mandal-os levar para as sepulturas dos seus antepassados, em Castella.

O rei Juan ainda hesitava na esperança de que a fome forçaria emfim os sitiados á entrega. Estes, porém, viam, em seu espirito, os sitiantes abandonarem e partirem do acampamento, a todo o momento, apavorados, pelo terrôr da peste. Debalde aconselhava o herdeiro de Navarra, o infante Carlos, que se topava no sequito do rei seu cunhado, repetida e incessantemente, a este «que não tentasse Deus, que levantasse o cerco e abandonasse Portugal, emquanto que os seus exercitos continuavam a lucta contra o grão-mestre, e que voltasse, logo que a epidemia tivesse desapparecido, para concluir a conquista». Juan, posto que reconhecesse a razão d'estas representações, persistiu na sua affirmativa, «de que podia esperar a toda a hora a entrega da cidade, attendendo ao estado precario em que ella se encontrava». A sua fatal tenacidade teria feito, provavelmente, mais victimas, se o ceu não se compadecesse do povo castelhano e do portuguez e se o monarcha, ferido pelo susto da perda da sua amada esposa e obrigado a levantar o funesto assedio, não pozesse termo ás devastações da peste e concorrentemente livrasse a população de Lisboa da profunda miseria. Quando se manifestaram na pessoa da rainha os primeiros symptomas da doença que grassava, resolveu o rei, finalmente, levantar o acampamento. Para não deixar cousa alguma de valor aos portuguezes, mandou lançar-lhe fogo, ao dia seguinte, e marchou, em 5 de setembro, para Torres vedras. Enviezando o seu ultimo olhar das eminencias que sobrepujam a cidade, exclamou: «Oh! Lisboa, Lisboa! ainda hei de ver-te lavrada pela charrua». O cerco durou quasi cinco mezes completos, desde 6 de maio, data em que o rei chegou ao Lumiar, até 3 de setembro, dia em que se levantou o assedio referido.

Em Santarem, para onde partira de Torres vedras em 14 de outubro, passou o autocrata revista ao seu exercito, que se encon-

pela mortifera peste, nem quando os castelhanos, ou por maldade ou por fazerem uma experiencia, obrigavam os prisioneiros portuguezes a deitarem-se nas camas dos doentes.

trava em deploravel estado e muito reduzido; designou os commandantes para as fortalezas que lhe ficaram fieis, sob a necessaria guarnição, e marchou, em seguida, com a restante força, para as fronteiras de Castella. Cortejo bem lugubre! Todos os que conduziam os despojos de seus senhôres ou parentes, victimas da peste, para Castella—precediam, em uma certa ordem, affastados do corpo do exercito, o rei. Cada cadaver era conduzido, em caixão forrado de preto, sobre bestas de carga, rodeado pelos servidores a pé, vestidos de luto, e seguido por aquelles que o tinham acompanhado em vida, a cavallo, levando suas bandeiras e armaduras. Assim seguia, em longa fila, um cortejo, apoz outro; e por fim o rei, taciturno e abatido. Diante de si via estendidos, nos ataudes, muitos dos nobres da sua côrte, muitos bravos cavalleiros, que, como elle, cheios de orgulho e esperança na victoria, haviam marchado em contra de Lisboa. Ao pae anhelante, á esposa e mãe inquietas restituia os restos inanimados, as ossadas do sem gloria fallecido no acampamento, em vez de cahido da queda do combatente glorioso. O castigo celeste parecia baixara sobre o joven rei, que, obstinadamente, havia cerrado os seus ouvidos aos conselhos dos avisados, affrontando a Providencia. Na fronteira de Castella, cada prestito funerario se dirigiu para a residencia do fallecido; o rei foi para Sevilha, para onde abalou tambem a esquadra em 28 de outubro.[1]

O regozijo (causado pela partida do rei) em Lisboa foi «tão grande como é de esperar de homens que voltam da morte á vida, do temor de uma cruel servidão á esperança da liberdade.»[2] As mais fervorosas orações de graças fôram, por isso, dirigidas a Deus, que assim os salvara. Todos os sacerdotes e todos os addictos ás Ordens, á frente o bispo da cidade, João Escudeiro, que, revestido com as suas vestes sacerdotaes, conduzia o Santissimo, apoz o defensor, a nobreza e os cidadãos, tudo descalço, caminharam, em procissão, para o convento da Santissima Trindade, onde o Mestre Fr. Rodrigo de Cintra, da Ordem Seraphica, então muito festejado pregador e depois confessor do rei D. João, em discurso cheio de fogo, comparou os acontecimentos succedidos com os destinos miraculosos do

[1] Sylva, T. II, 241.
[2] Lião, cap. 38.

antigo povo da Biblia e elevou os rejubilantes corações dos seus ouvintes até ao Creador. [1]

A nova felicissima encheu de alegria todos os amigos do mestre, especialmente Nuno Alvares Pereira, que, tanto de longe como de perto, sempre vivera, obrara e combatera por elle. Sem temor e confiando em Deus, vemol-o, vindo de Palmela, atravessar o Tejo, n'um escaler, por entre a frota inimiga, para exprimir a seu tão amado senhor o jubilo que sentia em seu intimo.[2] N'esta occasião, aconselhou o defensor a que os cavalleiros e fidalgos do seu partido lhe prestassem de novo homenagem, visto que as disposições de alguns nobres pareciam suspeitas. Em seguida, o defensor os reuniu no convento de S. Domingos; representou-lhes que era necessario o bom accordo na acção para bem da defesa dos logares que possuia e para a conquista dos que eram affeiçoados ao rei, e recommendou-lhes a deliberação de um novo imposto que cumpria levantar para custeamento das despezas da guerra. Concordaram em que o assumpto fôsse discutido nas côrtes que deveriam ser convocadas para Coimbra. A homenagem, porém, teve logar, a 6 de outubro, no palacio real, onde residia o mestre. Todos os fidalgos e cavalleiros, prelados e auctoridades municipaes juraram reconhecer o defensor como seu senhôr, e o servil-o e soccorrel-o contra o rei de Castella; aquelle, porém, prometteu respeitar os seus direitos e regalias e velar pela administração da justiça. Em breve se provou como eram fundadas as previsões de Nuno Alvares Pereira, desconfiando de alguns fidalgos, e quão pouco se julgaram ligados varios d'elles, apezar d'este novo juramento de homenagem.

Os cuidados do defensor dirigiram-se, em primeiro logar, para os habitantes de Lisboa. Testemunharam gloriosamente a sua submissão; supportaram com firmeza todos os tormentos do longo cerco; expuzeram, em parte, vida e bens na sua causa e por tudo isto adquiriram os mais justos direitos ao seu reconhecimento. O senso da gratidão era tão natural ao mestre que não se fazia necessario vir

[1] Tomou por thema as palavras de Tobias, cap. 8, v. 17: *Benedicimus te, Deus Israel, quia non contigit nobis quemadmodum putabamus; fecisti enim nobiscum misericordiam tuam, et exclusisti a nobis inimicum persequentem nos.*

[2] Sylva, T. III. cap. 235.

a politica tecer-lhe tal recommendação; só aconselhava que submettesse o assumpto ao juizo dos grandes e nobres. Com o seu consentimento, mostrou a sua gratidão, tanto quanto, como elle se expressava, o permittiram por então as circumstancias e meios, libertando os habitantes de Lisboa de alguns impostos municipaes e do pagamento da *Portagem* e outros direitos de mercadorias, exportadas da capital para qualquer outro sitio do reino ou importadas d'este para venda ou uso proprio na capital. Tambem, a suas instancias, permittiu que fôsse demolido o castello (Alcaçova) situado n'uma eminencia junto ao palacio real.[1]

Em seguida e mal o inimigo se retirou, tractou o defensor de se apoderar das praças fortes nas proximidades de Lisboa. Principalmente convergiu a sua attenção para Cintra; a empreza, porém, naufragou n'uma inundação extraordinaria e n'uma terrivel tempestade. Em compensação, Almada abriu, com prazer, as suas portas ao defensor, e Alemquer foi tomada de assalto.

Em seguida avançou-se ao cêrco de Torres vedras, que, bem fortificada e defendida por uma numerosa guarnição e por um valoroso commandante, o castelhano Juan Duque, affrontou todos os ataques. O mau resultado do sitio; a chegada de tristes noticias, a prisão do grão-mestre da ordem de Christo em Torres novas, o incendio de algumas embarcações, no porto de Lisboa, por duas galeras castelhanas, entradas de noite, e outros revezes dos portuguezes —deveriam desgostar o defensor; mas, apezar de os sentir profundamente, o seu aspecto era sereno. Superior a todas as incontinencias da guerra, mostrou aos seus quanto eram naturaes e inevitaveis; e os abatidos, animados de nova esperança, elevaram-se na coragem do mestre. Em toda a parte eram o mestre, a sua presença de espirito e firme vontade, sua intrepidez e incansavel energia o que tornava invenciveis os adversarios do rei. Elle só formava o ponto de reunião; era a alma das suas emprezas, o nucleo da sua resistencia; sem elle tudo era fraco, isolado e nullo. O corpo vigoroso da parte contraria cahia impotente assim que fosse decepada a cabeça que o dirigia. Isto reconheceu o rei Juan; e, como não ousava oppôr-se abertamente, com a espada na mão, ao temivel adver-

[1] Lião, cap. 38.

sario, pensou n'um ataque secreto e traiçoeiro. Se o rei se podesse vencer a tomar tal caminho—assassinio por meio de mão amiga—(não lhe haveria de custar, porque já uma vez fôra bem succedido), podia esperar o conseguimento do seu fim. O mestre, muito nobre e generoso para nutrir a mais pequena desconfiança contra os que o circumdavam, depositava em alguns mais fé do que a que os outros podiam tolerar; á excepção de Nuno Alvares, não lhe cabia entregar-se absolutamente aos condes e fidalgos que o rodeavam, muito menos dos de origem castelhana. Ao defensor devia, demais, ser conhecido que a expulsa rainha D. Leonor expressara em Castella: «que todos os dentes do grão-mestre abalavam, menos um só». O que ella notara com astucia feminil não se pejou elle de aproveitar com a traição mais despresivel. Escreveu secretamente a Pedro, conde de Trastamara: «que ambos eram filhos de irmãos e que não tinham outro maior inimigo do que o grão-mestre, a quem servia, em logar de o combater». Pedia ao conde que se passasse para seu lado e que matasse, emquanto estivesse em Portugal, o mestre. Promettia perdoar-lhe tudo o que anteriormente succedera e recompensal-o ricamente; insinuava-lhe que se entendesse com os seus amigos, aos quaes egualmente assegurava recompensas. O conde communicou o segredo ao já mencionado filho do conde Alvaro Pirez de Castro, D. Pedro, e a dois outros nobres, de Castella, do partido do defensor. Alfonso de Baeza e Garcia Gonzalves de Valdes fôram os que se encarregaram de matar o mestre. Outros ainda lhes prometteram auxilio, especialmente Ayres Gonzalves de Figueiredo e o conde Gonçalvo, irmão de D. Leonor, a quem o mestre, como se referiu, presenteou tão liberalmente com possessões e que, com os outros, pouco antes, prestara a sua homenagem.

N'esta occasião, os dois ultimos tornaram-se suspeitos por uma outra falta para com o mestre. Este occultou, porém, os seus pensamentos e a sua resolução, emquanto que os seus amigos inquietavam os dois nas suas conversas secretas. Como o defensor se encontrasse n'aquella occasião ameaçado de um ataque do inimigo, ordenou que todos os capitães se reunissem, com as suas forças, no dia 8 de Janeiro de 1385, para que podesse passar revista aos seus exercitos. Os primeiros que compareceram resultou sêrem, casualmente, o conde Gonçalo e Ayres Gonzalves; por ordem do defen-

sor, fôram retidos na sua tenda. Os conjurados, ao tomarem conhecimento d'esta nova, julgaram descoberta a conspiração e evadiram para os castelhanos. Um d'elles, Garcia Gonzalves de Valdes, foi preso na fuga e, depois de haver confessado, á força de tractos, a conjura, com todas as suas minudencias, viu-se condemnado a morrer queimado. Ao conde Gonçalo e Ayres Gonzalves conduziram-os para Evora e dos bens dos fugitivos distribuiram-se entre os partidarios do defensor.[1]

Depois d'esta salvação, de que o grão-mestre podia rejubilar, cheio dos mais nobres sentimentos, continuou ainda por algum tempo o cerco de Torres vedras, se mal que sem o resultado appetecido. Chamado por circumstancias mais imperiosas, levantou este assedio. Approximava-se a época em que as côrtes se deviam congregar e onde havia a discutir os assumptos mais importantes para o mestre e para a patria.

[1] Lião, cap. 42. Sylva, T. III, cap. 238, 239.

CAPITULO II

REINADO DO REI D. JOÃO I

(DE 1385 A 1433)

ELEVAÇÃO DE D. JOÃO AO THRONO. GUERRA E PAZ COM CASTELLA. CONQUISTA DE CEUTA E PRIMEIRAS DESCOBERTAS DOS PORTUGUEZES. CORRELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DO ESTADO. MORTE DO REI E DO SEU CONDESTAVEL.

1) Reunião das côrtes em Coimbra. Elevação do grão-mestre ao throno; seus primeiros actos governativos (Pereira-condestavel). Exigencias das côrtes e resoluções do rei.

Quando o grão-mestre se approximou de Coimbra, todos se adeantaram ao seu encontro, em solemne prestito. Chegado à cathedral, foi recebido pelo bispo de Lamego (o de Coimbra achava-se, casualmente, ausente) e o capitulo e conduzido á capella mór, sob o hymno religioso do *Te Deum.* Concluida sua oração, toda a nobreza o acompanhou a palacio real (Alcaçova) (no futuro o edificio da Universidade).

Sobre o fim da convocação das côrtes e da chegada do defensor havia as mais variadas opiniões. Alguns affirmavam: que era sua intenção corôar-se; com o zelo pela defesa da patria, cobria apenas a sua ambição de dominio. Outros opinavam que, para a conservação e segurança do reino, necessario se tornava pezar bem os meios de defesa. Muitos estavam convencidos de que, afim de se poder continuar a guerra, forçoso era prescrever e taxar impostos, votados ao custeamento das despezas, o que não podia succeder sem o consentimento das côrtes. Alguns julgavam, finalmente, que o mestre tomava a regencia, para, no futuro, a passar ao infante D. João. Fôsse qual fôsse o objectivo que o defensor tivesse em mira, o in-

tento do povo era proclamal-o rei n'estas côrtes, o que se deduz dos plenos poderes outhorgados conformemente, pelas cidades e logares que não estavam na mão do monarcha castelhano, aos seus representantes. Porque todos eram do mesmo theor dos concedidos pela cidade de Lisboa aos seus procuradores, onde se declarava: «que lhes conferiam o poder, por si e em seu nôme, de proclamarem rei e senhôr d'este reino o mui nobre senhor D. João, mestre da ordem de Aviz, de prestarem-lhe homenagem como a seu senhôr e rei e de receberem d'elle a promessa de que guardaria e conservaria os seus direitos e regalias».[1]

Antes de começarem as sessões, foi discutida pelos prelados, fidalgos e deputados das cidades a defesa e fórma do governo do reino e a escolha de um rei. Organisaram-se pela diversidade de opiniões dois partidos principaes. A uns só lhes parecia justo que o infante D. João, filho legitimo de D. Pedro e irmão do fallecido rei D. Fernando, fôsse proclamado rei; emquanto prisioneiro estivesse, o mestre tomaria as redeas do governo. Caso morresse o infante, deveria o sceptro passar ao infante D. Diniz ou ao mestre ou a quem melhores direitos possuisse.

Consoante outros, os direitos de João ao accesso ao throno, no estado de embaralhamento em que tudo se encontrava, apenas provocariam discordia e a ruina do reino. D'este parecer, com seus irmãos, era Martim Vasques da Cunha, fidalgo, que, pela personalidade e partido, lançava um pezo importante na balança. O maior numero dos nobres e quasi todo o povo tinham, pelo contrario, por justa, necessaria e util a eleição do grão-mestre para exercer o cargo de rei. D. João era encarcerado, sem esperança de obter a liberdade; se o elegessem, todavia, mais certa quedava a sua prisão por toda a vida ou segura sua morte, pois que se via em poder d'aquelle que aspirava ao reino. Ainda mesmo que elle tivesse tido direito a este throno, o havia perdido, por isso que, no reinado de D. Fernando, pegara em armas contra a sua patria; e, como emigrado e inimigo, não podia exigir o governo. Assim se exprimiam já antes da abertura das côrtes os alvitres; e o defensor poude assim conhecer os seus amigos e adversarios.

[1] Sylva, T. I, cap. 39.

Logo que os deputados dos tres estados se reuniram[1] e tomaram os seus assentos, se alevantou o doutor João das Regras, investido no cargo de chançarel mor; homem que, para obter os seus fins, dispunha de um profundo saber em jurisprudencia, de muita perspicacia e subtileza[2], de uma eloquencia arrebatadora e de copiosa auctoridade. Em um longo discurso expõe que o reino não tinha herdeiro legitimo; que o povo estava auctorisado a proceder à eleição de um rei; e que ninguem a merecia mais que o mestre da ordem de Avis. Com todas as minudencias, proprias do assumpto, procurou o oradôr provar que D. Beatriz não podia succeder no solio, porque não era filha legitima do rei D. Fernando, visto a rainha D. Leonor haver sido casada primeiramente com João Lourenço da Cunha, que, por seu turno, estava aparentado com o rei. Disse, pois, que D. Leonor concebera e dera á luz D. Beatriz em adulterio, e que D. Beatriz e seu marido tinham violado, pela sua entrada hostil em Portugal, o convenio, solemnemente jurado, com o rei D. Fernando, segundo o qual se ligava a sua successão ao throno a certo tempo e condições. Quanto ás pretenções do infante D. João e de seus irmãos, os filhos do rei D. Pedro e de D. Ignez de Castro, não tinham rasão de ser, porque não houvera da parte dos paes um matrimonio legitimo[3], nem o podia ter havido, visto como eram ambos parentes e visto como ainda D. Ignez fôra madrinha de baptismo do infante D. Luiz, filho de D. Pedro e de sua esposa D. Constanza.[4] Abstrahindo de todos estes impedimentos legaes e por todos conhecidos e mesmo que houvesse direito ao throno por banda dos infantes, estes o teriam perdido desde que exercido houvessem contra a sua patria as mais crueis hostilidades, em ligação com os ini-

[1] Entre os ecclesiasticos presentes achavam-se o arcebispo de Braga, os bispos de Lisboa, Lamego, Porto, Coimbra e Guarda, o prior de Santa Cruz e outros prelados. Tanto estes como o maior numero de fidalgos e procuradores das cidades são mencionados nas *Memorias* de Sylva, T. IV, *Collecção* etc., «Documentos 7 e 8», e na continuação da *Monarchia Lusitana,* de Manoel dos Santos, Parte VIII, cap. 29 e 33.

[2] Um ladino faz-causas — diz Schmauss, na «Introducção para a comprehensão do estado de Portugal», Parte I, pag. 390.

[3] Veja-se o vol. I, pag. 354 e seg.

[4] Idem, pag. 343.

migos do reino. Tudo o que fôra apresentado já, antes da abertura das côrtes, como se relatou, contra os principes, o expôz o orador agora, com mais ardimento; e accrescentou o barbaro assassinio de sua esposa, de que se tornara culpado o infante D. João [1], a crueldade praticada contra subditos portuguezes, que lhe imputava. «Como, por todas estas rasões, se topa vago o throno portuguez e como os portuguezes não só tinham a possibilidade mas tambem o direito de escolher um rei, e como as leis primitivas e principaes do Estado (leis que o rei D. Fernando não poude alterar) excluiram os estrangeiros, não havia outro que merecesse mais o ser elevado ao throno do que o mestre de Avis, que não só era digno d'elle como o solio lhe devia a sua existencia, por quanto, para sua defesa, expôz muitas vezes a sua vida e tomou, para a conservação do reino, a regencia, sempre prompto a sacrificar a existencia e a liberdade, e porque, emfim, aspirava a empunhar o sceptro unicamente com o fito de o fortificar em terreno lusitano.»

Nem todas estas rasões, todavia, nem a auctoridade e eloquencia do orador conseguiram inclinar a prol da eleição do grão-mestre o fidalgo Martim Vasques da Cunha e mais alguns nobres, seus parentes e amigos; não porque duvidassem dos seus serviços e sua capacidade ou porque lhe fôssem menos affeiçoados, mas porque já convencidissimos eram de que o throno pertencia, de direito, ao infante D. João e que se devia esperar a sua soltura ou o seu passamento, continuando o mestre, como até aqui, na regencia e sustentando a guerra.

A consideração de que gosava Martim Vasques attrahiu um grande numero de votos para o seu lado; e a sua opposição occasionou vivos debates e acções tumultuosas. «Vós podeis, exclamou em uma d'ellas, eleger para rei a pessoa que vos aprouver, e servirei o que escolherdes, auxiliando-o na defesa do reino; mas jamais podereis dizer que votei pelo mestre». A uma tal resolução contra este só se podia oppôr uma decisão a seu favôr como a apresentou Nuno Alvares Pereira. Ficaram considerados desde logo os dois cavalleiros, nos segmentos e divisões dos membros das côrtes, como os chefes dos dois extremos. Certamente que as apaixo-

[1] Idem, pag. 404.

nadas expressões que trocaram teriam conduzido a actos graves e sérios, se a circumspecção do mestre não houvesse sabido acalmar os espiritos irritados, se não ordenasse a Nuno Alvares (que, no seu zelo pelo seu senhôr, só via o amigo ou inimigo d'elle, amando aquelle, odiando este), por meio de representações, que tivesse moderação. E, apezar de tudo, Nuno Alvares declarou, uma occasião, ao grão-mestre que, sendo Martim Vasques o unico que se oppunha e tornava opposicionistas a outros, elle se decidia a tirar-lhe a vida, se o mestre assim o desejasse, para pôr termo á dissensão. «Deus te preserve de tal!, replicou o grão-mestre, Martim Vasques não obra por odio contra mim, mas por amizade para com o infante, meu irmão, e porque assim o julga de direito.» Não obstante, Nuno Alvares mal podia subjugar o seu resentimento; e, vendo um dia dirigirem-se Martim Vasques, seus irmãos e parentes para o paço do defensor, afim de lhe fallarem, tambem logo para alli foi, com a sua comitiva e com mais de trinta escudeiros armados. O grão-mestre, conhecendo a natureza arrebatada de Pereira, receou qualquer acto desagradavel. Entrou, porém, cortez e placidamente, e fallou da mesma fórma com o defensor; Martim Vasques, comtudo, e os demais cavalleiros affastaram-se, pouco a pouco. Mais tarde, o mestre contou o succedido ao seu chanceller e exprimiu seus receios; fallaram sobre as intenções de Martim Vasques. «Seu affecto por vosso irmão, replicou João das Regras, torna-o cego para com as rasões mais evidentes, mas a primeira vez que nos encontrarmos reunidos dir-lhe-hei cousas que antes queria occultar e que darão o ultimo golpe na causa do infante.»

Na proxima sessão levantou-se de novo João das Regras e fallou com maior ardimento e mais emphase. «Não comprehendia como em themas tão claros, expostos consoante fôram, ainda houvesse quem duvidasse e contradissesse; mas, poisque assim succedia, tinha de corroboral-os com documentos originaes, que, por consideração para com as pessoas respectivas, atélli occultara. Era, porém, movido a fazel-o pela contradicção obstinada e pela alta importancia do assumpto. Com peças justificativas desejava agora provar que os infantes D. João e D. Diniz não só não tinham direito á successão ao throno como tambem não o possuiam sequer aos bens paternos, pois que não eram filhos legitimos nem fôram declarados legitimos, con-

forme já anteriormente o havia demonstrado». Immediatamente apresentou os referidos documentos.[1] Fizeram uma profunda impressão sobre os cavalleiros, até esse instante incredulos. Seus olhos, fracos para a critica, resultaram mais credulos do que seus ouvidos, aguçados por diversos acontecimentos. Martim Vasques foi o primeiro que se declarou vencido pelos diplomas apresentados. «Então, senhôres, continuou o doutor, como tenho provado que não é aquelle o successôr ao throno que vós julgaveis o legitimo e que um tal não se encontra, nada mais nos resta do que attender e eleger a quem mais relevantes serviços prestou ao reino. Entre outras qualidades, são principalmente tres as que se exigem de um bom rei: elevado nascimento, nobreza de alma e amôr pelos seus subditos e pela patria. Que estas qualidades se reunam na pessoa do mestre em mais alto grau do que em outro qualquer do reino, a propria inveja o deve confessar. Quanto ao seu nascimento, é filho de rei; a excellencia do seu animo a provou no perdão ás offensas, no soffrimento de revezes e no generoso sacrificio pelos outros. Da sua bondade e amôr pelos subditos, todos que se acham reunidos o podem attestar, porque não ha nenhum que não recebesse d'elle beneficios e bemfeitorias; e quantas vezes expôz a sua vida pela patria?!» O orador concluiu dizendo que por isto deviam venerar e estimar o grão-mestre, como se fôsse seu pae, e obedecer-lhe, como a seu soberano, e que, finalmente, o elegessem, em nôme de Deus e sem demora, para seu rei.

Se os documentos apresentados, pela força magica da escripta, tinham avassallado o espirito dos cavalleiros, a eloquencia do orador subjugou-os completamente. Até os mais activos partidarios do infante D. João fôram attrahidos pelo jubilo geral; e, no momento do enthusiasmo, resolveu-se dar immediatamente conhecimento ao

[1] Em primeiro logar uma pretendida carta secreta do rei D. Affonso IV ao arcebispo de Braga, que se encontrava em Roma, para lhe obter do papa a repulsa á legitimação, pedida pelo infante D. Pedro, do seu enlace com D. Ignez de Castro; em seguida, a recusa do papa á supplica do infante; depois uma missiva do rei D. Pedro, em que roga ao pontifice Innocencio VI a legitimação de seus filhos nascidos de D. Ignez e uma outra do mesmo Santo Padre onde declara que nem o matrimonio nem os filhos seriam jámais legitimados.

grão-mestre da vontade da assembléa; todos os prelados, fidalgos e procuradores dos municipios se dirigiram desde logo ao castello real.

O defensor agradeceu-lhes a sua dedicação, que os levava a conferir-lhe a alta dignidade; declarou-lhes, porém, que não se julgava com forças para a exercer e que bem sabiam que a não podia acceitar, pela sua baixa extracção e estirpe e por causa do seu juramento e voto; continuaria, porém, emquanto vivesse, a guardar o reino, na qualidade de defensor. Se vencesse o rei de Castella, conforme esperava em Deus, obteria, como simples cavalleiro, muita honra; mas, se, ao contrario, succumbisse, n'esse caso a sua desgraça e culpa seriam menores do que se vencido fôsse como rei. Que deliberassem, pois, sobre o dinheiro e tropa necessaria para a defesa do reino e que não se demorassem com qualquer outra cousa diversa.

Esta resposta do grão-mestre a todos causou tristeza. Receando que elle, sem o scepto real, empunhasse com menos energia a espada de defensor e que os seus vassallos lhe dedicassem menor zelo e fidelidade, e impellidos, ao mesmo tempo, pelo proximo inimigo, e sem esperança a soccorro, renovaram com mais instancia os seus pedidos. Os males de Portugal só achariam remedio se elle fôsse seu rei; sob a sua protecção esperavam vencer e affrontar todos os perigos. Que os não abandonasse e que não deixasse cahir na escravidão um paiz florescente, que seus antepassados tinham conquistado com o seu sangue. Offereceram-lhe os seus bens, as suas vidas, e prometteram-lhe obter do Santo Padre a abrogação dos seus votos e a permissão de matrimoniar-se. Ainda que a sua recusa fôsse a mais sincera, o defensor não poude resistir a taes pedidos e promessas, convencido das necessidades da patria e penetrado da sua intima vocação e das suas proprias forças. Cedeu. Toda a assembléa se entregou á mais ruidosa alegria. Eram, sobretudo, os olhos de Nuno Alvares que mais scintillavam. Ainda que sempre se reprimia, n'este momento de emoção não poude conter as suas palavras. «D'esta vez», ouviu-se dizer, «será o grão-mestre meu *senhôr rei*, a prazer de Deus, e para desgosto de quem n'isso pezar sentir.»

No dia 6 de abril de 1385 foi o defensor, sob o jubilo do povo e no docel das maiores solemnidades, proclamado rei. Em todas as cidades e povoações do reino, fieis ao mestre, retumbou o echo do regozijo, principalmente em Lisboa. Como os seus habitantes tinham

sido os que mais operaram e se sacrificaram por elle, fôram elles tambem os que mais se déram, n'esta occasião, ao vivo enthusiasmo. Em uma solemne procissão realisada, elevaram aos céus as suas acções de graças. O novo soberano, por seu lado, não se esqueceu do que era devedor á capital e do que esta tinha a esperar d'elle. Não só confirmou os seus privilegios e immunidades, de que gozava, e lhe satisfez todos os pedidos que dirigira ás côrtes como ampliou, sem que a cidade o pedisse, o seu districto e jurisdicção, addicionando-lhe um grande numero de logares e villas. De fórma similhante se mostrou reconhecido para com a cidade do Porto, que rivalisara com a capital em dedicação e soccorro activo. O que Lisboa fôra entre as cidades, o mesmo foi Nuno Alvares Pereira entre os cavalleiros, ao grão-mestre. Nenhum o excedeu, nenhum o egualou em affecto e dedicação desinteressada, em fidelidade inflexivel, em zelo incansavel e activo. A estas virtudes e meritos alliava capacidades pouco vulgares, em uma edade, já abundante em feitos, mais rica em esperanças, que communicava o fogo, benefico e intimo, aos dois contemporaneos; porque Nuno Alvares Pereira tinha apenas dois annos menos que o rei, de vinte e sete. O monarcha não podia collocar a seu lado no throno um vassallo mais digno; por isso, confiou ao joven heroe experimentado o posto mais erguido no exercito (condestavel) e ao servidor mais sabio a dignidade mais alta da casa real (mordomo mor). Por este mesmo tempo preencheu o imperante os restantes cargos do Estado e da Côrte. Alvaro Pereira foi nomeado *marichal;* Gil Vasques da Cunha, *alferes mor;* João Fernandez Pacheco, *guarda mór;* Affonso Furtado, *capitão mor do mar;* Estevão Vasques Philipe, *anadel mor;* João Rodriguez de Sá, *camareiro mor;* João Gomez da Silva *copeiro mor;* Lourenço Anes Fogaça, então como commissionado na Inglaterra, *chançarel mor* (durante a sua ausencia exerceu o doutor João das Regras este logar); Affonso Martins, anteriormente alcaide mor de Pombeiro, *escrivão da puridade;* Lourenço Martins, *thesoureiro mor,* etc.[1]

Em seguida, ordenou o rei que as côrtes continuassem seus trabalhos. N'esta sessão, os cidadãos de Lisboa, que havia pouco

[1] Os restantes vejam-se em Sylva, II, cap. 108. Ácerca dos logares consulte-se o capitulo sobre os cargos do Estado e da Côrte.

tinham excedido todos os outros em zelo pelo mestre, assignalaram-se, infelizmente, pelas exigencias que fizeram ao rei, deslustrando, com o egoismo que manifestaram, a muita dedicação que lhe haviam dispensado. Como o soberano, diziam os deputados da cidade, conhecia a grande estima que os habitantes de Lisboa lhe dispensavam, mais que todos os outros, devia, em recompensa pela sua affeição e pelos serviços prestados, admittir no seu conselho um dos seus concidadãos, que elles deveriam escolher. E, caso se exigisse que das outras cidades se tomassem alguns para este serviço, cumpria-lhe adoptar um dos tres que lhe apresentassem; no mesmo lance, apresentaram tres do Porto, tres de Coimbra e egual numero de Evora. Como outro reconhecimento pela sua provada dedicação, rogaram ao rei de fixar para sempre a sua residencia em Lisboa, o melhor ponto do reino; de elevar a cidade á categoria de séde das auctoridades superiores do paiz; e de entregar o sello regio (q. d. a dignidade de chançeller mor) a um dos oriundos da terra, porque aquelle só podia ser confiado a uma pessoa de confiança e como taes eram os seus cidadãos.—Os deputados dos municipios pediram ao rei, entre outras cousas, o não admittir no seu conselho nenhum servidor da rainha, nem lhe dar collocação na sua casa ou em Lisboa (contra a qual, como a sua soberana, estavam exasperados), por isso que quasi todos tinham manifestado a sua má vontade. Indicaram-lhe os homens a que poderia conferir os principaes negocios da governança.[1] Exigiram mais que o rei não declarasse a guerra ou estabelecesse a paz sem a sua approvação. Isto dizia respeito a todos; e por isso fôra cumprido tambem pelos reis antecedentes; e, porque D. Fernando, seu irmão, se desligasse d'esta regra, acarretou tanto mal sobre o paiz. Finalmente, pediram ao autocrata que não forçasse ninguem a casar contra sua propria vontade, o que acontecera, devido a cartas regias, no reinado de D. Fernando e da rainha D. Leonor, a qual obrigara muitas mulheres a unirem-se com homens que não eram do seu agrado e que depois lhes dissiparam

[1] D. João, Bispo de Evora; Ruy Lourenço, deão de Coimbra; Diogo Lopes Pacheco, Vasco Martins de Mello; os doutores João das Regras, Gil Docem, Martim Affonso e João Affonso de Azambuja. Encontramos estes homens depois na comitiva do rei.

suas fortunas. A isto replicou o rei: Guerra e paz só seriam resolvidas com o seu concurso; que jámais obrigaria pessoa alguma a casar, e, caso escrevesse, a muitas instancias, tal recommendação, a qualquer seria licito deixar de observal-a, podendo fazer o que lhe aprouvesse. Quanto ao proprio consorcio, que, segundo o desejo d'elles, não poderia egualmente ter logar sem o seu consentimento, exigia, para a sua pessoa, a mesma liberdade que aquelles exigiam para os vassallos; comtudo, dar-lhes-hia conhecimento, quando tencionasse casar-se.[1] Com justiça repelliu o rei uma pretensão que tolhia inconvenientemente a sua liberdade pessoal.

O principe tinha de tolerar, porém, que estabelecessem tão estreitos limites ao seu poder, porque os que os fixavam fôram os que o ergueram ao throno e os que ahi o podiam sustentar. Elle não necessitava menos d'elles para se conservar no solio do que d'elles precisou para lhes galgar os degraus. O seu poderoso inimigo tinha-se retirado apenas para reunir novas e valiosas tropas contra elle. Portugal em breve se viu ameaçado por outros perigos.

2) Guerra com Castella; paz.

Os logares mais importantes da região de Entre Douro e Minho cahem no poder do rei D. João. Combate junto de Trancoso. Batalha decisiva de Aljubarrota. Suas immediatas consequencias. Irrupção do Condestavel na Estremadura (combate junto de Valverde) e completa submissão do norte de Portugal pelo rei D. João. Chegada do duque de Lancaster e sua alliança com este monarcha; casamento com sua filha. Invasão commum, mas sem resultado, dos alliados em Castella. O duque vae para Bayonna e o rei prosegue na submissão das povoações, em Portugal, que combatiam a favôr de Castella. Armisticios e tractados de paz permutam com hostilidades; a paz de 1411.

Logo que as côrtes deram por terminados os seus trabalhos, resolveu o rei partir para o Porto, para de alli submetter alguns logares d'esta comarca que ainda dependiam do rei de Castella. Tal-

[1] Soares da Sylva, *Memorias*, T. IV, *Collecç. dos Documentos*, Doc. 7, 8 e T. I, cap. 40-43. Sousa, *Provas*, T. I, pag. 340, *Num.* 2, 3. Fern. Lopes, *Chron. do Senh. D. João I*, P. I, cap. 174 e seg.; P. II, cap. 1. Nun. de Lião, *Cron. del Rey D. João I*, cap. 44-48. Ayala, *Cron. de Rey D. Juan el Primero*, «ann. 1385», cap. 6.

vez lhe parecesse conveniente aproveitar sem demora o zelo, que acabava de reanimar, dos seus partidarios e prender a si, ainda mais, pelo enthusiasmo que lhe causaria a sua presença, a população do Porto, que tão prompta se mostrara em auxilial-o. Antes de encetar a sua viagem, recebeu a noticia do advento de uma grande parte da armada castelhana em frente da capital e que se esperava tambem a restante, por quanto o rei de Castella, assim que chegou a Sevilha, mandou equipar logo alguns navios, destinados a um novo cerco de Lisboa.[1] Para logo o condestavel se offereceu a marchar, com grandes forças, contra a armada; conferenciou, porém, a conselho do seu senhôr, primeiramente com os mais experimentados maritimos do Porto, e foi instruido de que em Lisboa nada poderia fazer de util para o reino e para o rei. Tencionando passar para Santiago (afim de satisfazer a sua devoção e, ao mesmo tempo, as necessidades da guerra), conquistou no seu caminho, e com o exercito reforçado durante o trajecto, alguns pontos affectos ao rei de Castella, como Neiva, com a sua praça forte; Vianna, em cuja conquista perdeu o seu alferes, então o homem mais alto e mais vigoroso de Hespanha, com o cognôme de o «Frederico»; Villa Nova de Cerveira e Caminha, que, em seguida, se entregou voluntariamente. Quando o rei D. João, emfim, apparece na região de Entre Douro e Minho e junta, sempre que julga necessario, as suas forças com a do condestavel, vê-se o partido de Castella cada vez em maior aperto. O rei, partindo do Porto, onde fôra recebido com as maiores festas pelos habitantes, apoderou-se do logar de Guimaraens. Pouco depois, da praça forte. Sob o auxilio do condestavel, obriga a renderem-se-lhe os fortes de Braga, logo que a cidade abriu voluntariamente as suas portas, e submetteu, por meio de um estrategema, a praça de Ponte de Lima.[2] Estavam, pois, nas mãos do rei D. João as localidades mais importantes de Entre Douro e Minho; pelo caminho de Braga volta para Guimaraens. Em breve se amplia o theatro da guerra, e a lucta se tornou mais importante. Approximava-se a hora de decisão. Um extraordinario combate prefacia aquella unica batalha que decidiu da independencia de Portugal.

[1] Ayala, «ann. 1384», cap. 12.
[2] Ayala, «ann. 1385», cap. 7. Lião, cap. 49, 50, 51.

O rei Juan de Castella ordenara, de Cordova, a todos os cavalleiros e grandes do reino, que se reunissem, com as suas tropas, para, de novo, entrarem em Portugal. Desejando elle proprio atravessar a fronteira pelo lado de Badajoz, destacou o arcebispo de Toledo, Alfonso Tenorio, e alguns vassallos para Ciudad Rodrigo, afim de d'alli invadirem o territorio portuguez e causarem os maiores estragos possiveis pela devastação dos campos e vinhas. Não tardou que avançassem em Ciudad Rodrigo quatrocentas lanças escolhidas, com os seus ginetes, bésteiros e infanteria. Entre os seus chefes, todos fidalgos de alta linhagem, se distinguia Juan Rodriguez de Castañeda, cavalleiro de grande valôr e arrogante orgulho. Certo da victoria, affastava todas as duvidas apresentadas pelos outros chefes contra a invasão n'este ponto; mostrava-lhes como a discordia separava os fidalgos portuguezes d'aquella comarca e facilitava o triumpho. Diligenciou assim, inspirar aos seus camaradas a mesma confiança que o animava. Avançaram, pois, por Almeida, que ainda era do partido de Castella, Pinhel, que era de Portugal, para Viseu, roubando tudo, inclusivamente os thesouros e o serviço de prata das egrejas. De facto, viviam os mais considerados fidalgos portuguezes d'esta região, na maior parte alcaides mores das praças fortes, principalmente Gonçalo Vasquez Coutinho e Martim Vasques da Cunha, com seus irmãos, em hostilidade. Um d'elles, João Fernandes Pacheco, sentindo, profunda e dolorosamente, quanto era prejudicial e deshonrosa a discordia que deixava assolar, ás suas vistas, pelo inimigo, o paiz em que tinham nascido e onde abrigavam os seus haveres, fez as suas representações a Vasquez da Cunha e conseguiu reconcilial-o. Não foi, todavia, tão bem succedido com Vasques Coutinho, que não se decidia a uma empreza commum contra os castelhanos, porque não queria combater sob a bandeira do seu competidôr, que o egualava em nascimento. Cunha declarou então, apezar de orgulhoso da sua numerosa comitiva e confiado no auxilio de seus poderosos irmãos e na riqueza dos seus dominios, que estava prompto a seguir sob as ordens de Coutinho. A bem do reino e do rei, conceder-lhe-hia a honra de commandante e a gloria de um exito feliz, que Deus houvesse de conferir-lhe. Um banquete, em que elle tomou parte, na casa de Coutinho, com seus irmãos e Pacheco, confirmou a reconciliação. Logo depois, se deci-

diu atacar o inimigo. Apenas com tresentas lanças, reunidas apressadamente, um pequeno numero de infantes, pouco exercitados, e, alheios á arte, de muitos camponezes dos arrebaldes, em ordem de batalha, fôram esperados os castelhanos a meia legua distante de Trancoso, onde necessariamente tinham de passar. O inimigo appareceu na força de quatro centos cavalleiros escolhidos, de muitos bésteiros e numerosa infanteria. Como tivessem durante alguns dias exercido livremente a pilhagem, conduziam muitos despojos, rebanhos de gado e mais de setecentas bestas de carga, trazendo toda a qualidade de preza, homens e mulheres prisioneiras. Cuidando apenas d'esta carga, quizeram os castelhanos evitar o inimigo; este, porém, approximou-se mais. Apenas permittiu a escolha entre lucta ou fuga, com a perda da enorme riqueza. A vergonha d'este ultimo partido fel-os escolher o primeiro.[1]

Os cavalleiros castelhanos, até duzentos montados, apearam-se. Collocaram-se lentamente em ordem de batalha e investiram, a um signal das trombetas, com furioso impeto, mas em desordem, contra os portuguezes. Ao ardor do ataque correspondeu a firmeza da resistencia. Desenvolveu-se uma justa encarniçada, que durou desde pela manhã até á tarde. Do lado dos castelhanos havia a superioridade, em que estava ao mesmo tempo o estimulo da honra ou vergonha, e a sua coragem se inflammou, não pouco, logo no começo quando, já antes do combate, os aldeãos portuguezes principiaram a fugir, sendo em parte mortos pelos ginetes hespanhoes ou repellidos de encontro á massa guerreira lusitana. O nucleo portuguez, ao contrario, pelejou, em posição inabalavel e com muito ardor, pela existencia e honra propria e do rei. Ambos os partidos testemunharam, pela acção, que estavam resolvidos a vencer ou morrer; porque a briga não cessou senão quando os cadaveres dos chefes (só escapou o commandante dos cavalleiros) e dos quatro centos cavalleiros escolhidos, cada escudeiro junto do seu senhôr, cobriam o campo da batalha. Apenas os palafrens, os pagens que guardavam os cavallos e alguns infantes, que fugiram para as montanhas, poderam escapar a tão horroroso destino. Um unico fidalgo foi poupado (pela espada de Gil Vasques), para que desse conhecimento dos

[1] *E con verguenza de esto ovieron de ir á pelear*, diz o castelhano Ayala.

mortos. Parece inacreditavel o que relatam os historiadores lusos que, alem dos aldeãos trucidados na fuga, nenhum portuguez cahiu n'esta batalha.[1] Com abundantes despojos, voltaram os vencedores jubilosos para a sua patria, attribuindo a honra do triumpho a Vasques da Cunha, não tanto por ter vencido o inimigo mas a si mesmo, sacrificando o seu amor proprio ao bem geral. N'este enthusiasmo, não foi esquecido João Fernandes Pacheco, o nobre que apertara as mãos, para se reconciliarem, dos dois adversarios, conseguindo com isto a empreza commum. Este serviço, prestado por Pacheco, foi devidamente apreciado pelo rei D. João, porque aquelle espalhou uma semente que deu a este abundantes fructos. O combate de Trancoso, o mais caracteristico, talvez, que se deu entre portuguezes e hespanhoes, diminuiu o poder de Castella, tirando-lhe a melhor parte da flôr de sua nobreza; abalou a confiança dos castelhanos e excitou a coragem dos portuguezes á temeridade audaciosa[2]; esta acção prejudicou aquelles e aproveitou a estes mais na opinião publica do que na realidade e foi um preludio importante da decisiva batalha de Aljubarrota, em que os reis resolveram, luctando, o que na outra tinham preparado cavalleiros contra cavalleiros.

Ao mesmo tempo em que o exercito de Castella invadia Portugal pelos lados de Ciudad Rodrigo, conduzira o rei hespanhol as suas hostes, vindo de Badajoz para a fronteira portugueza. Acamparam diante de Elvas, porque lhe tinham assegurado que a exiguidade em abastecimentos breve obrigaria este logar a render-se. Elvas deixou, apezar da proximidade do inimigo, as suas portas abertas, e a guarnição sahia quasi todos os dias para pelejar com os castelhanos. Assim se passaram tres semanas até que o monarcha, cansado do cerco sem exito, e surprehendido pela noticia da grande perda em Trancoso, levantou o acampamento e marchou para Ciudad Rodrigo. Antes, porém, manchou ainda a sua memoria, mandando decepar, por vingança contra a cidade, a um dos habitantes, as mãos e enviando-o assim mutilado para Elvas. Só a ameaça do commandante do forte, de que procederia de egual maneira com oitenta

[1] Tambem Ayala cita este facto, *Cron.*, «ann. 1385», cap. 8.

[2] *E cobraron los de Portogal con esto, é con otras dichas que avian avido ante desto, esfuerzo é orgullo*, Ayala, *Cron.*, «ann. 1385», cap. 8.

prisioneiros castelhanos, se o rei d'esse modo continuasse, o deteve de praticar outras crueldades nas proximidades da cidadella. Comtudo, antes de elle chegar a Aronches, mandou mutilar da mesma fórma mais dezesete prisioneiros portuguezes e assim proseguiu sua rota com similhantes atrocidades. Os proprios castelhanos censuravam este processo, pelo menos como inconveniente. Tal acção enxovalhou o seu nôme; desviou-lhe os animos (que se iam acolher sob as ordens do philanthropo rei portuguez) e incitava á vingança, que facilmente os lusos podiam satisfazer, para grande prejuizo dos castelhanos. Em Ciudad Rodrigo formou o rei Juan, comquanto já tivesse, provavelmente, tomado a sua resolução, conselho com os seus para se decidir se devia invadir Portugal, ou continuar na guerra de diversa maneira. Alguns aconselhavam o primeiro alvitre, outros votavam contra. Estes lembravam ao autocrata que ainda não se encontrava completamente curado da sua doença; a irreparavel perda de guerreiros experientes soffrida diante de Lisboa pela peste e em Trancoso pelo inimigo; a falta de chefes aptos, que alli tinham cahido; a mocidade e inexperiencia dos que se topavam no acampamento; o perigo, quando se quizesse fazer a primeira tentativa com elles n'uma batalha principal; a resolução do grão-mestre e dos seus partidarios; até a necessidade em que estes se viam de arriscar tudo n'uma batalha decisiva; a sua coragem e orgulho depois dos desastres dos castelhanos; e a grave indisposição das guarnições hispanicas nas praças portuguezas, mercê do atraso de seus soldos. Admoestaram por isso o rei a não tornar tudo dependente do resultado de um unico combate. Advertiram-o a que permittisse antes que elles continuassem a guerra, em diversos pontos de Portugal ao mesmo tempo, com forças separadas, e elle proprio, porém, que voltasse a Castella, afim de adquirir os meios necessarios para elles e para a guarnição em Portugal.[1] Este prudente conselho não obteve a acquiescencia do rei, que, ao contrario, resolve decididamente invadir Portugal com todas as suas forças e offerecer batalha ao mestre. Entrou, pois, desde logo, na comarca da Beira, tomou Celorico (21 de julho) e avançou ante Coimbra, onde acampou o exercito. Tambem n'este caminho causou o rei a maior indignação pela sua

[1] Ayala, «ann. 1385», cap. 11. Lião, cap. 54.

*

crueldade, mandando cortar, segundo relatam os historiadores portuguezes, a homens indefesos, a mulheres e até a creanças, as mãos ou a lingua. Com a mais profunda aversão vêem os lusitanos arder, como por ordem do rei, muitas egrejas; e quando Juan mandou incendiar a ermida de S. Marcos, no campo da batalha de Trancoso, desde os alicerces, como se quizesse destruir a recordação da batalha de S. Marcos (conforme se denominava então), erigiu com este facto no logar incendiado um monumento da sua pequena e mesquinha vingança. O portuguez ligava a mais orgulhosa recordação ao nôme de Trancoso e desde então desprezava tanto n'este sitio, quando por elle passava, o rei de Castella como respeitava os cavalleiros castelhanos alli cahidos com gloria. De Coimbra passou o monarcha, com o exercito, para Leiria, onde se reuniram os commandantes de Santarem, Obidos, Alemquer e de outros pontos do seu partido, bem como os capitães dos navios ancorados diante de Lisboa. Em Leiria soube Juan que o rei de Portugal tencionava dar-lhe batalha.

D. João só recebeu em Guimaraens a noticia de que o soberano de Castella fazia pé de invadir Portugal vindo de Badajoz, e que já estavam ancorados no porto da capital quarenta navios castelhanos, dez galeras, doze barcas grandes e cinco embarcações mais pequenas, com viveres. Ao receber taes avisos, o rei D. João conferenciou com o condestavel, que, impaciente de se bater com o principe de Castella, foi de parecer que se offerecesse batalha aos castelhanos para pôr termo aos constantes tormentos sob que gemia o povo, por causa das repetidas incursões inimigas. «O poder de Castella, dizia elle, é sem duvida grande; maior, porém, é o de Deus, que até agora não tem abandonado o nosso rei.» Ambos concordaram; e o monarcha foi immediatamente ao Porto, afim de reunir forças. Depois de congregar o seu exercito, levantado em diversas praças, juntou-se, em Abrantes, com o condestavel, que lhe trouxe do Alemtejo seiscentos cavalleiros, dois mil infantes e tresentos bésteiros. Para conhecer as opiniões dos principaes do seu exercito e para os não conduzir a uma guerra contra vontade, pediu-lhes que declarassem se seria conveniente offerecer ao inimigo batalha em campo livre ou se melhór, evitando esta, guerreal-o por diversos pontos? (Chamado isto *guerra guerreada*). A maior parte votou

contra a batalha, porque o exercito castelhano era demasiadamente superior ás forças portuguezas e aconselharam o rei a dirigir-se para o Alemtejo e invadir Castella pelo lado da Andaluzia, depois que o rei castelhano houvesse penetrado em Portugal hostilmente. Este abandonaria immediatamente Portugal para defender o seu reino, e o rei poderia então demorar a batalha decisiva, por meio de marchas e contra-marchas, até que chegasse o soccorro esperado de Inglaterra ou se concluisse uma convenção. Contra esta proposta se oppõe decididamente o condestavel com muitas rasões. Disse que era alvitre cobarde; e mostrou como aquelles que esperavam sêr defendidos pelo rei «desanimariam e se entregariam ao inimigo.» Lembrou o que o rei promettera aos habitantes de Lisboa quando lhes exigiu forças e o que poderiam esperar d'elle; como esta cidade cahiria irremediavelmente nas mãos do inimigo e a traição, que começava a descortinar-se, se ostentaria abertamente, «se o rei de Portugal fôsse a Sevilha para alli derrubar algumas oliveiras.» Para os habitantes de Lisboa, que tanto soffreram pelo rei e pelo reino, tristissima recompensa seria «se fôssem agora abandonados sem chefe, sem tropas, sem defesa, definhando á fome, quaes cães desprezados.» Com a queda de Lisboa a guerra terminaria e Portugal ficaria subjugado. Tão necessario era não permittir ao rei de Castella que avançasse até á capital que, ainda que fôsse mais diminuto o seu exercito, cumpria marchar-lhe ao encontro e onde quer que fôsse topado se lhe deveria dar batalha. Que não demovessem, pois, o rei do bom proposito que tinha concebido; quanto a elle, não o fariam vacillar na sua resolução. Em seguida, inclinou-se perante o monarcha e retirou-se para o seu alojamento.

No dia seguinte, mandou, depois de ter ouvido missa, tocar as trombetas, e partiu, com os seus guerreiros, sem dizer cousa alguma a seu senhôr ou a qualquer pessoa, direito a Thomar, para onde devia seguir o rei de Castella. D. João quedou surprehendido; os outros insistiram para que castigasse devidamente tanto desdem e tamanha desobediencia. O rei, porém, conhecedôr da natureza d'aquelle homem, da sua alma pura e nobre, ainda que revestida de uma certa rudeza, não attendeu os seus conselheiros. Pelo contrario, apresentou tambem aos seus as razões que tornavam necessaria uma guerra e incutiu-lhes a esperança de victoria, prometten-

dô-lhes «que aquelles que, por escarneo, o appellidavam *rei de Avis* em breve o chamariam, vertendo lagrimas, rei de Portugal». Conseguiu crear em todos elles o desejo do combate. Foi chamado, a toda a pressa, o condestavel, para dar outrosim o seu parecer. O condestavel replicou, publicamente, ao enviado do rei que não gostava de demoradas consultas, que não renunciaria ao seu proposito de não deixar passar o rei de Castella e que não recuaria um palmo sem lhe ter dado batalha. Por isso pedia ao soberano a graça de o deixar seguir seu caminho, porque estava resolvido a combater, com os bons portuguezes que tinha a seu lado. Se Sua Alteza quizesse lá ir, o esperaria em Thomar. Nada fazia retroceder Nuno Alvares; grande foi, porém, o seu jubilo quando soube que o rei se uniria a elle no indigitado ponto. Assim que chegou, passou o principe revista ás tropas. Para conhecer a força e o estado do exercito inimigo, mandou o condestavel prender um escudeiro portuguez do castelhano. Interrogou-o secretamente e prohibiu-lhe, sob pena de morte, o revelar ao rei ou a qualquer outro o estado verdadeiro da hoste inimiga. Ordenou-lhe, pelo contrario, que fallasse mal d'ella e que dissesse «que 100 lanças portuguezas valiam mais do que 1000 castelhanas». O escudeiro não contribuiu pouco, com as suas declarações, para animar os lusitanos. Entretanto, enviara D. João outro escudeiro ao acampamento hispanico, sob o pretexto de fazer algumas representações ao rei (e de o demover a partir) ou de desafial-o para a batalha; de facto, porém, para investigar das forças adversas. Tambem o rei recommendou muito especialmente ao escudeiro (cujas representações não tiveram resultado junto do monarcha de Castella) que representasse aos seus compatriotas o mais diminuta possivel a força dos castelhanos.

Em seguida, se dirige o exercito portuguez, na melhor ordem, por Ourem (em 12 de agosto), sobre Porto de Mos, onde acampou. No dia 14 de agosto, ao alvorecer, déram as trombetas o signal para a partida; o condestavel assistiu, logo de manhã, á missa; recebeu, na sua tenda, como todos os que o desejaram, a communhão e se dirigiu, com a vanguarda, para uma planicie (distante d'aquella villa uma pequena legoa) onde se deu a batalha. Quando o rei seguiu com a sua rectaguarda já aquelle tomava uma posição vantajosa. O exercito collocára-se, em ordem de peleja, no caminho por

que tinham de passar os castelhanos, com a frente para Leiria, de onde se esperava o inimigo. Só depois das dez horas, intervallo que foi habilmente aproveitado pelo rei em animar os seus e em conferir a muitos a dignidade de cavalleiro, se apresentaram os primeiros inimigos. Logo em seguida se avistou, em maiores extensões, massas compactas; suas armas e brilhantes armaduras, feridas pela luz, scintillavam fulgurantemente. Parecendo aos portuguezes que se multiplicavam, não sem um certo receio viam estes a sua approximação. Mas o sol ardente que batia no rosto dos castelhanos, bem como o vento e poeira a fustigal-os, os incommodava seriamente e por isso se voltaram, quando, ao meio dia, fôram de encontro aos portuguezes, com mira a Aljubarrota, para o lado do mar. A estes já parecia que os castelhanos tentavam evitar uma batalha e eil-os exclamando: «elles fogem e não querem bater-se». Depois de terem vingado uma bôa distancia, fizeram alto. Deliberavam. O rei encontrava-se doente e, conduzido em uma liteira, encostado a um cavalleiro, ouvia as opiniões dos seus conselheiros. Pedro Lopez de Ayala representou-lhe: que o dia declinava e que o soldado nada tinha comido ou bebido; que se via sob a fadiga da marcha e extenuado do calor e que uma grande parte dos bésteiros quedava junto da bagagem. Como estavam bem armados, ficando em excellente ordem, que lhes permittisse que passassem n'este logar a noite. Se o inimigo sahisse da sua posição para os atacar, estariam promptos para os receber; se permanecesse na mesma, seria uma prova do medo de que estavam possuidos. Era de esperar tambem que muitos portuguezes, receando a superioridade dos castelhanos, fugissem durante a noite. Para se demorarem mais tempo faltavam-lhes, além d'isto, os mantimentos.[1] Concordando com Ayala, se exprimiu um cavalleiro francez muito distincto, que se encontrava como embaixador do rei de França junto de Juan, velho de muita experiencia e circumspecção, adquirida em muitas batalhas. O monarcha parecia concordar. Os conselheiros mais novos, porém, taxavam qualquer precaução, qualquer demora de cobardia; e viram no presumido direito e na superioridade dos castelhanos uma segura garantia do triumpho. Outros oppunham-se a uma peleja.

[1] Ayala, «ann. 1385», cap. 14.

Ainda que eram poucos os portuguezes, elles combateriam desesperadamente, olhando apenas a victoria ou morte. Luctar com homens assim, não era conveniente, e vencer tão poucos, não traria honra alguma ao rei; ser vencido por elles, porém, seria um desdouro. Que seguisse, pois, e avançasse sobre Lisboa; os portuguezes dispersar-se-hiam, e, primeiro que se reunissem novamente, estaria a cidade nas mãos do rei, e, com ella, o reino. O conde de Majorga, de origem portugueza, sentiu-se offendido ao ouvir dizer que não era honra alguma vencer tão poucos portuguezes. O sangue lusitano corria pelas veias do vassallo do rei estranho e elle persuadiu ao autocrata que a sua honra exigia que acommettesse briga com os lusos. Ainda que as suas razões fôssem pouco persuasivas, impressionaram mais alguma cousa o joven soberano, arrastando irresistivelmente a sua impaciente ambição. Resolveu-se a dar peleja.[1]

Os portuguezes estavam, desde pela manhã, em ordem de batalha; contavam apenas mil e sete centas lanças (dos quaes muitos não estavam capazmente armados), oitocentos bésteiros e quatro mil infantes—uma pequena força, como era de esperar, visto que a maior parte de Portugal seguia a bandeira castelhana ou tinha de a seguir; D. João sequer contava com pessoas fidalgas entre os seus partidarios e esses poucos de baixas condições e diminutos haveres. Attendendo a esta pequena força, dividiu-a o rei apenas em duas filas. Na frente estava o condestavel com os escudeiros para o defender e á sua bandeira; na ala direita, a divisão dos enamorados «amorosos» *(Ala dos Namorados)*, de pavilhão verde, forçados, pelos seus juramentos, a conservarem inabalaveis o posto em que tinham sido collocados.[2] A ala esquerda era formada, além dos portuguezes, por varios estrangeiros, principalmente por alguns arcabuzeiros inglezes, ao todo duzentos cavalleiros, tantos quantos contava a ala direita. Na rectaguarda estavam collocados, nas duas alas, bésteiros e infantes, de fórma que podessem auxiliar aquelles e incommodar os inimigos. Um espaço regular separava a frente da rectaguarda, cuja extremidade, constituida de infantes e bésteiros, se encostava áquella. Ahi se encontravam o rei, com

[1] Liaõ, cap. 56.
[2] *Elucid.*, T. II, pag. 168.

setecentas lanças, rodeado da sua guarda de corpo, e o pavilhão real, com a respectiva guarda. A rectaguarda ainda se apoiava ás bagagens: os pagens com os cavallos, bestas de carga e viveres, e os serventes. Infantes e bésteiros cobriam e protegiam as costas, bem como os lados, da rectaguarda.

Na distancia de dois tiros, estava postado o exercito castelhano, que, segundo Lopes,[1] escriptor da maior confiança, contava oito mil cavalleiros, seis mil lanças e dois mil ginetes, oito mil bésteiros e quinze mil infantes, ao todo trinta e nove mil homens; numero que não parece exaggerado, pensando-se que o rei convocou para esta importante campanha toda a nobreza de Castella e Leão, com as suas forças; que o infante Carlos, cunhado do rei, lhe conduziu muitos guerreiros de Navarra; que a maior parte e os mais nobres fidalgos portuguezes (exceptuando os que tinham ficado como commandantes nas praças fortes) combatiam a seu lado, e que, além d'isso, eram a seu soldo muitos francezes (bearnezes e gascões). Immensa era a bagagem, os escravos e a fila de carros e bestas de carga, não parecendo, por isso, inacreditavel a antiga lenda, de que o exercito castelhano contava oitenta e sete mil homens e o portuguez onze mil, incluindo a quantidade de pagens, servos, moços etc.[2] Assim podiam os castelhanos collocar na frente mil e seiscentas lanças e em cada ala sete centos cavalleiros, entre elles nobres da mais alta estirpe e todos os fidalgos portuguezes, que diligenciavam postar-se nas primeiras filas para se mostrarem ao rei Juan como vassallos fieis e valorosos. Todo este numero de castelhanos estava, de resto, além d'isso, completa e perfeitamente armado; e dos atavios, brilhantes e esplendidos, transparecia a hierarchia e riqueza dos numerosos cavalleiros hespanhoes e francezes. Tudo parecia reunir-se para desanimar os portuguezes, a quem faltava, em parte, armamento completo. Mas os seus peitos estavam cobertos e broquelados do mais fino aço, e o seu rosto brilhava de uma viva alegria, que, segundo disse Mossem Jean de Monferrara ao rei D. João, dava esperança de victoria, uma alegria que elle, em sete batalhas a que assistiu, nunca vira n'um tão

[1] *Cronica*, P. II, cap. 37.
[2] Lião, pag. 243.

pequeno numero, promptos a luctar contra tantos e tão bem armados. Era com esta animadora coragem, com esta elevada confiança propria que o rei e o condestavel contavam principalmente. Isto era o que elles se esforçavam por erguer e inflammar cada vez mais. Emquanto que o condestavel percorria, a cavallo, a frente, diligenciando inspirar nos seus a valentia que o animava, expressavam os discursos exhortantes e o rosto prazenteiro do rei a esperança do triumpho por uma fórma tão convincente que desapparecia qualquer sombra de duvida e os combatentes aguardavam com impaciencia o começo da batalha.

Foi chamado tambem em auxilio o effeito da religião e da fé, (que, n'aquella época e sobre este povo, operava com tanto poderio). Montou a cavallo o arcebispo de Braga, em suas plenas vestes, de cruz alçada, annunciando a absolvição concedida pelo papa Urbano VI a todos que pelejassem contra os scismaticos (que eram os castelhanos, partidarios do anti-papa Clemente VII). É verdade que, no campo castelhano, dois bispos e alguns dominicos exhortavam á lucta e promettiam a todos que combatessem os portuguezes a absolvição, denominando a estes egualmente de scismaticos. Os chefes dos castelhanos, porém, julgavam-se tão certos da sua victoria que tinham por desnecessarias as exhortações aos seus guerreiros, e chamavam aos portuguezes temerarios e desassizados, por ousarem esperar um inimigo tão superior em forças. Assim começou o soberbo exercito contra o escarnecido punhado (14 d'agosto).

De ambos os lados soaram as trombetas e, sob os gritos de: «Castella e San-Thiago! Portugal e S. Jorge!», fez-se o ataque com impeto. Immediatamente estava a vanguarda portugueza como debaixo de uma chuva de settas, arremessadas do numero immenso de bésteiros hispanicos; muitos lançavam pedras. Ao mesmo tempo, empregavam os ginetes castelhanos todos os esforços para romper a ordem dos carros, mas debalde. Estavam tão habilmente collocados que impossivel era approximar-se-lhes. Notando os castelhanos que os portuguezes combatiam a pé, o que não tinham esperado nem desejado, quebraram, a toda a pressa, as suas lanças, para mais facilmente as manejarem; logo, porém, se arrependeram. Prestes se abandonaram as lanças e se tomaram as massas e se usou do *estoque,* que então se empregava. O combate tornou-se encarni-

çado junto do estandarte do condestavel, no logar em que elle depois mandou edificar a ermida de S. Jorge — lucta ardente e sangrenta. De um lado tractava-se da defesa e independencia da patria, da sua libertação do ameaçadòr jugo castelhano; do outro, da sujeição do povo resistente e orgulhoso; da vingança de derrotas humilhantes, de perdas dolorosas.

Esperava-se esmagar, com a enorme massa de guerreiros, o punhado de portuguezes; e, de facto, a vanguarda lusitana, com as suas fracas filas, não podia resistir á do inimigo, superior em força. Romperam-se as fileiras. Em breve, uma longa brecha deixou penetrar a mór parte da vanguarda castelhana; o estandarte de Castella desfraldava-se junto do pavilhão do soberano portuguez; a briga enfurecida formara alli o seu foco. Com redobrado ardor, atacaram, immediatamente, as alas do exercito luso (uma commandada por Mem Rodriguez, a outra por Antão Vasques) os invasores, sustentando-se com firmeza entre as primeiras e segundas linhas. Quanto mais subia a coragem dos felizes invasores, quanto mais difficil e, por outra banda, mais importante a posição e tenacidade das alas portuguezas, tanto mais violento e impetuoso era o choque dos dois partidos; ao longe ouvia-se o retinir das pancadas. Foi principalmente sobre a *ala dos namorados* que os castelhanos dirigiram os seus golpes. Assim, ella bastante soffreu. Quando o rei viu batidas as primeiras phalanges e o condestavel em tal aperto, dirige-se para alli, apressadamente, com o seu pavilhão. «Ávante, cavalleiros» exclamava, com voz retumbante, «São Jorge e Portugal! Eu sou o rei!» (Sua armadura o não distinguia dos outros). Chegado ao local onde se embaraçavam, em perigo, os seus companheiros na lucta, apeou-se, atirou a lança para o lado e começou a manejar a hacha tão habil e vigorosamente «como qualquer cavalleiro que abrazasse por adquirir gloria com sua arma.»[1] «O rei fez prodigios de valor, e derribou tres ou quatro dos mais nobres, pelo que todos o arreceavam.»[2] Com bastante custo, escapou ao golpe mortal. Entretanto, tornava-se a briga mais renhida e a furia dos combatentes subiu,

[1] Lião, pag. 254.

[2] Froissart, livre III, chap. 21, na *Collection des Chroniques françaises*... par J. A. Buchon. Tom. IX, pag. 419.

fervente. No tumulto da refrega foi derribada a bandeira real de Castella e, com esta, desappareceu aos castelhanos o seu guia, até essa occasião seu signal de victoria. Alguns cedem, e ouve-se o grito: «Os castelhanos fogem, elles já fogem». Assim era.

Quando o rei de Castella viu derribada a sua bandeira, voltarem-se muitos dos seus, tomarem dos cavallos onde e como os achavam, montal-os e fugirem,—resolveu tambem, antes de perdida totalmente a batalha, salvar a sua pessoa. Seu mordomo mór, Pedro Gonzalves de Mendoza, que, prevêndo o resultado da pugna, começada contra a sua opinião e a dos mais antigos conselheiros, não se tirara do lado do rei para o soccorrer em toda a parte que fôsse necessario, levantou-o da mula que, em vista do seu incommodo, montara, collocou-o sobre um cavallo e pôl-o ao abrigo de perigo. Debalde o exhortava o autocrata a que não voltasse para o campo da batalha; em vão o avisaram os fugitivos de que tudo estava perdido: «queria morrer combatendo, disse, para que as mulheres de Guadalajara não lhe podessem exprobar o haver conduzido seus maridos e filhos á morte, volvendo elle incolume.» Correu, pois, para a zona da freima e morreu gloriosamente na lucta.

Já uma grande parte da cavallaria hispanica e infanteria cobria o ponto da pugna; quasi todos os portuguezes da vanguarda, que primeiro se tinham encontrado com os castelhanos, jaziam no solo, quando o rei ordenou ao condestavel que corresse em soccorro dos infantes da rectaguarda. Aqui o grão-mestre de Alcantara, Nuñez de Guzman, com a sua cavallaria ligeira, cahira sobre o flanco dos bésteiros e infantes portuguezes, que defendiam as bagagens. Os atacados defenderam-se, todavia, tão bem que os cavalleiros, muito longe de lhes causarem prejuizo, eram elles os prejudicados. Desviaram até os portuguezes de um grande perigo, impedindo que a infanteria lusitana fugisse, caso lhe passasse por mente, e forçando-a a defender-se desesperadamente.[1] A apparição do condestavel, que

[1] *E aun, segund dicen, ovo otro danno,* diz uma testemunha ocular, o castelhano Ayala, *que los peones de Portugal fuyeran, salvo por los de caballo de Castilla que estaban á sus espaldas de aquella parte, é non podiam salir: é asi forzadamente se avian á defender é pelear. E esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar en las batallas, que nunca ome debe poner á*

nunca fôra vencido, no meio dos bésteiros inflammou, de novo, a sua coragem; a sua posição era tão ameaçadôra que aquelles não ousavam approximar-se mais. Ficou, pois, incolume a rectaguarda lusa, podendo concluir as alas, com a força reunida, a derrota da vanguarda hispanica, que não era auxiliada pelas suas alas respectivas.[1]

Os castelhanos perderam toda a esperança e todo o desejo da lucta[2]; e, quando viram o monarcha evadir-se, os seus subjuga-

su enemigo en las espaldas ninguna pelea, por le dar lugar para foir. «Cronica del rey D. Juan el Primero»,—ann. 1385 — cap. 14.

[1] N'este ponto differem as informações dadas pelos castelhanos das dos portuguezes. Os primeiros affirmam que um fosso, uma cóva impedira as alas do exercito de irem em soccorro da vanguarda, que, abandonada e luctando sósinha com a vanguarda e ambas as alas dos portuguezes, ficára em desvantagem contra estas forças reunidas. *Los de la avanguarda,* diz Ayala (*Chron.*, «ann. 1385», cap. 14, pag. 234), *tenian grand aventaja, ca todos, con ayuda de los Peones que tenian en las sus alas, peleaban con la avanguarda de Castilla sola: e los de las dos alas de Castilla non peleaban, ca non pudieron pasar los valles que tenian delante.* Similhantemente o rei Juan I, n'uma carta dirigida ás auctoridades municipaes de Murcia (datada de Sevilha, a 29 de agosto de 1385; em Francisco Cascales, *Discursos historicos de Murcia,* pag. 196), em que dá parte da promettida noticia sobre a sua derrota, indica como causa principal d'esta a desfavoravel posição do seu exercito: 1) *un monte cortado, que les daba hasta la cinta;* 2) *en la frente de su batalla una cava tan alta como un hombre hasta la garganta;* 3) *que la frente de su esquadron estaba tan cercada por los arroyos que la tenian al rededor, que no habia de frente de trecientas y quarenta á quatrocientas lanzas.* (O rei que se encontrava doente, a ponto de vir n'uma liteira e de ser passado, antes da briga, para uma mula, e que fugiu com os primeiros do campo da batalha, viu isto tudo com os proprios olhos ou fôram os seus que lh'o disseram?) Os historiadores portuguezes negam que tal cóva existisse e asseveram que o terreno da peleja era espaçoso e completamente plano, «*como hoje se vê do mesmo lugar da batalha*», accrescenta Nun. de Lião (pag. 250). De resto, a diversidade das narrativas não se refere ao *facto,* mas apenas ás suas *explicações.*

[2] Não pode deixar de ser notada uma observação que n'este lance fez Froissart: *Voir* («vrai») *est que à cheval de première venue ils sont de grand bobant* («orgueil») *et de grand courage et hautain et de dur encontre à leur avantage et se combattent assez bien à cheval. Mais si très tôt comme ils ont jeté deux ou trois dardes et donné un coup d'épée et ils voient que leurs ennemis ne se déconfissent point, ils se doubtent* («effrayent») *et retournent les freins de leurs chevaux et se sauvent qui sauver se peut. Encore jouèrent-ils là de ce tour et de ce*

dos pôr todas as bandas, e filas de seus irmãos estendidas pelo campo da batalha, apossou-se d'elles o pavôr de um funesto destino; fugiram. Em pouco tempo se encontravam os victoriosos a sós no terreno da peleja. Os fugitivos salvaram-se da melhor maneira que poderam; por diversos geitos, comtudo pouco favorecidos pela planicie desprotegida, mais, porém, pela noite, que se adeantava. Ao dia seguinte, viram-se expostos ainda ás perseguições dos camponezes, que derrubavam sem piedade os perdidos e indefesos onde e como os encontravam, e mais crueis se exhibiam para com os portuguezes que haviam combatido por Castella. Mesmo nos braços dos parentes, dos amigos, que imploravam piedade para os miseros, grandes ou pequenos, eram assassinados desapiedadamente; e de nada valeu a Diogo Alvares Pereira sêr irmão do festejado condestavel e que o rei lhe désse para guarda Egas Coelho; foi trucidado á sua vista. Segurança, ainda que prisioneiros, só a encontrariam os indefesos no exercito portuguez, que, porém, segundo o uso da guerra n'aquelle tempo, ficou ainda alguns dias no logar da victoria.

Aqui, o rei, extenuado pelos immensos esforços que empregara, estendeu-se sobre um ordinario, rustico banco, para descansar, até que lhe trouxessem um cavallo. Veio Antão Vasques de Almada, com o pavilhão real que conquistara e, com elle joguêteando, o offereceu ao monarcha. D. João sorriu-se e mandou que o guardassem. Logo em seguida um pagem conduziu á presença do principe um castelhano, de Madrid, prisioneiro, que mudara de vestes para não o conhecerem. O autocrata ordenou-lhe que montasse uma mula, e foi com elle ao campo da batalha, afim de d'esse ouvir os nômes dos fallecidos hespanhoes mais nobres. Á vista do cadaver de um camarada conhecido e amigo, o cavalleiro castelhano lamentava-se, desempenhando com profunda dôr a incumbencia que lhe fôra commettida. O numero dos mortos era muito grande. Só de lanças

métier, car ils trouvèrent leurs ennemis durs et forts et aussi frais á la bataille que doncques que point en devant ne se fussent combattus en la journée, dont ils en furent plus émerveillés et ébahis. «Chroniques», liv. III, chap. 21, na *Collection des Chroniques nationales françaises...* par J. A. Buchon, T. IX pag. 419.

contavam-se 2.500[1]; proporcional era a quantidade dos infantes. Muitos d'estes, que escaparam da derrota, encontraram, no trajecto, na grande distancia até aos primeiros logares da fronteira de Castella, seu acabamento. Entre os primeiros, viam-se os mais nobres, os mais considerados do exercito castelhano, de toda a Castella — em grande porção, porque os seus nômes enchem paginas inteiras das chronicas castelhanas e portuguezas. Todas as familias de Castella se encontravam de luto; não havia uma casa que não pranteasse o pae, o filho, o dono, filhos, irmãos e parentes.

Dos fidalgos do exercito portuguez (dos quaes poucos estiveram ao lado do monarcha) tinham fallecido apenas alguns; dos infantes cahiram uns 150, e estes não só na batalha mas tambem n'uma briga posterior, que se travou por motivo das pratas e da capella de Juan I que um certo numero de cavalleiros castelhanos tentára salvar.

Os victoriosos lograram abundante tomadia de ouro, prata e outros objectos de alto valor, de cavallos e armas. Porque o rei e os grandes não se tinham abastecido (de tudo que era necessario para as commodidades da vida) apenas para uma pequena, mas sim para uma maior demora no reino, em que, de futuro, pensavam gozar a sua nova patria como novos senhôres.

Tal foi o resultado da batalha que tomou o seu nôme da pequena aldeia de Aljubarrota, não longe do campo da acção, e que conferiu por isso àquella uma celebridade immorredoura, — batalha decerto a mais memoravel que se deu entre exercitos christãos na peninsula. A grande superioridade do rei vencido e as diminutas forças do victorioso; dois chefes jovens (o rei com apenas 27, o condestavel com 24 annos) a baterem-se contra commandantes experimentados e distinctos em brigas anteriores; o pequeno espaço de tempo (não mais do que meia hora) em que foi decidida a victoria e com ella o importante pleito — a successão de dois reinos e novamente a independencia de Portugal: tudo isto assegura á batalha de Aljubarrota o interesse do futuro.

Os que n'ella tomaram parte entregavam-se agora tanto mais á alegria ou tristeza quanto mais, pouco antes, tinham estado pos-

[1] Segundo Fer. Lopez, *Chron. del Rey João*, Part. II, cap. 37.

suidos de medos e receios, ou de esperanças e desejos. Emquanto que sobre Castella se espalhava o luto, havia em Portugal o maior regosijo. Principalmente era Lisboa que mais rejubilava, porque «a cidade estimava, qual mãe, o rei e n'elle via a sua obra».[1] Os seus habitantes o tinham eleito para seu defensor, e lhe haviam pedido para ficar entre elles. Contribuido haviam mais que todos os cidadãos das restantes cidades para seu accesso ao throno. Por isso mesmo deviam temer tanto mais aquelle que pretendia esse solio e que, por vingança, ameaçava a cidade com a destruição. A sua sorte estava intimamente ligada á do rei; sustentava-se ou cahia com elle. Eis o motivo por que os seus visinhos viram partir com profunda inquietação o soberano para uma lucta que não decidia menos da sua sorte do que da dos moradores. Elles tinham implorado, em solemnes procissões e publicas preces, o auxilio do Todo Poderoso; e homens esclarecidos e piedosos cuidavam, nas reuniões das auctoridades municipaes, do aproveite do momento de um mais alto enthusiasmo do povo para extirpar, por meio de prohibições, usos e costumes antigos, supersticiosos e escandalosos. Por um estatuto promulgado, em assembléa, na camara de Lisboa, a 14 de agosto de 1385 (no dia da batalha de Aljubarrota), fôram interditas, sob pena de expulsão da localidade e seus territorios, na cidade e seus arrabaldes, todas as feitiçarias, conjurações diabolicas, signaes magicos e typos de escrita *(Carantulas)*[2], interpretações de sonhos e meios sobrenaturaes contra as doenças dos homens e animaes.[3] Eram egualmente prohibidos os cantos do anno novo *(Janeiras)*, plantar *Mayas*. arremessar-se no primeiro dia de janeiro cal ás portas etc. Todo aquelle que emprestasse para as mascaradas—janeiras e mayas—fatos, enfeites e pelles, deveria perder estes objectos. Como um costume pagão, vedou-se o uso de se arrancar os cabellos no lance

[1] Lião, cap. 265.

[2] *Elucid.*, T. I, pag. 235.

[3] Desoito annos depois, em 19 de março de 1403, decretou o rei para todo o reino, «que ninguem usasse de vara de condão para procurar ouro, prata ou outros quaesquer bens, que se não traçasse circulos magicos, que se não olhasse para um espelho ou outros objectos (para predizer o futuro), sob pena de fustigação em publico. *Ordenaçoens do Senh. Rey D. Affonso V*, Lib. v, tit. 42.

da morte de um parente, ainda que fôsse proximo; o transgressôr d'esta ordenação devia pagar trinta libras e conservar o morto durante oito dias em casa. Duas vezes no anno se deveria proceder a pesquizas sobre taes delictos. Ao mesmo tempo se pensou seriamente em refrear as immoralidades introduzidas.

Tomaram-se medidas energicas contra «um peccado muito vulgar n'esta cidade, o concubinato e mancebia de homens casados *(barreguice)*, tão pernicioso para a povoação, tão abominavel perante Deus e tão prejudicial para os corpos e almas.» Nenhum homem casado podia sustentar uma *barregda*, sob pena de pagar cincoenta libras pela primeira transgressão, cem libras pela segunda e da perda, pela terceira vez, de todos os bens, moveis e immoveis, a favor da mulher legitima. Além d'isso, foi outrosim prohibido toda a blasphemia contra Deus, a Virgem Santissima e os Santos etc.; e recommendou-se a mais rigorosa observação dos domingos e dias santificados.[1] Assim serviu para os habitantes de Lisboa o medo como meio de corrigir a superstição e a immoralidade. Quando chegou a noticia da brilhante victoria do rei, repetiu-se, em jubilo, o que antes fôra praticado por pavôr; homens e mulheres, de todas as classes, caminharam descalços, em peregrinagem, a Nostra Senhora da Escada, então o logar de devoção mais frequentado. E, como antes da peleja se fizeram publicas promessas, assim foi determinada uma procissão annual a Nostra Senhora da Graça, para eterna memoria do triumpho de Aljubarrota, e, além d'isso, um sermão na cathedral, em que se tractaria do maravilhoso combate e se glorificaria a victoria.[2] Á devoção acompanharam-a na capital os festejos de regosijo; as restantes cidades, mesmo as occupadas pelos

[1] Sylva, *Memorias*, T. IV, *Colleeç. de Documentos*, «Doc. 37». Fern. Lopes, *Cronica del Rey D. João* I, Part. II, cap. 4.

[2] Tambem degenerou, quando se perdeu, no prolapso do tempo, o melhor entendimento, pelo povo, d'esta festa. *Victoriae huius memoriam gens Lusitana anniversariis sacris instaurat, sed pervigiliis et bacchanalibus magis quam christianae disciplinae simili laetitia. Orator è suggestu declamantis in morem, in Castellae ignaviam invehitur; Lusitanorum virtutem effert praeclaraque facta; ac ne a verborum quidem obscoenitate aliquando abstinet. Consequitur astantium risus magnus plaususque. Turpe dictu, sed danda venia, ob partam retentamque ejus proelii eventu patriae libertatem.* Mariana, «lib. 18», cap. 9.

castelhanos, manifestaram o seu jubilo. Portugal festejava a sua restauração.

E, comtudo, a independencia ainda não estava bem defendida, a lucta ainda não era terminada. O silencio mortal que em Castella se seguiu á derrota podia significar a surda incubação da vingança; e a esta, mais violenta do que a cobiça a uma segunda corôa, era dado trazer novos perigos e maiores tempestades sobre a Lusitania. Todavia, o resultado d'esta batalha, estudado detidamente, deixava antever a conclusão da guerra. O nobre sangue de Castella jorrára em Aljubarrota. A prostração e o desalento que um tal golpe deviam originar nos castelhanos, o soberbo orgulho, a elevação moral, o vivo exaltamento dos portuguezes, sob o pavilhão victorioso do seu grão-mestre e rei — davam e offereciam ás emprezas e successos ulteriores uma direcção e intima necessidade que manifestavam tão claramente as suas causas como deixavam prever o resultado final. Depois d'esta direcção decisiva, o historiador apenas precisa de marcar o seguimento das cousas por meio de indicações simples. O interesse, decahido, mal se aviva, uma ou outra vez, não pelos successos e emprehendimentos valiosos, mas pelos feitos guerreiros que, sem consequencias palpitantes, attrahem o leitor, mercê de seu singular encanto.

CONSEQUENCIAS IMMEDIATAS DA BATALHA E ACONTECIMENTOS QUE LHE SUCCEDERAM

Em continua fuga, apenas acompanhado de poucos amigos, chegou o rei, ainda doente, pela meia noite, a Santarem (onze grandes legoas distante de Aljubarrota), abatido e totalmente desanimado. Não se julgando, porém, aqui seguro, apezar de a cidade e fortaleza ainda se encontrarem nas mãos dos castelhanos, embarcou, na mesma noite, com alguns dos seus, em um batel, e partiu para Lisboa (15 de agosto), demorando-se, n'este porto, em um navio, até tomar uma galera (17 de agosto), que, acompanhada de outras tres, o conduziu para Sevilha, onde desembarcou propositadamente de noite (22 de agosto)[1]. Quando se soube que e como o rei chegara, levantaram-se

[1] Ayala, «ann. 1385», cap. 15.

em toda a cidade as maiores lamentações, que se renovavam todos os dias e que obrigaram, por fim, o acabrunhado monarcha a mudar a sua residencia para Carmona. Elle manifestou a sua propria dôr pelo luto e com mandar revestir todos os seus aposentos de preto.

Seguindo seu senhôr, chegara, na manhã immediata ao dia da batalha, a Santarem o grão-mestre de Alcantara, Nunez de Guzman, com os restos da cavallaria castelhana; e, como não encontrasse já o imperante, passou logo o Tejo e partiu para Castella. A elle se juntaram em Santarem todos os castelhanos e partidarios do autocrata, o commandante e a guarnição da fortaleza, approximadamente 3000 cavalleiros e um grande numero de infantes. Santarem e sua fortaleza estavam novamente livres. Quando o rei de Portugal deu entrada n'esta villa já todos os castelhanos se tinham retirado. Tres dias e tres noites se demorou o principe, para satisfazer os costumes da época, no campo da batalha, até que o ar, empestado pelos innumeros cadaveres, expostos ao sol, o forçou a retirar-se. Em seguida, abalou, com o seu exercito, por Alcobaça, para Santarem, coroado de gloria e sob o ajoujo de ricos despojos, que, porém, como o condestavel, desprezou, dando a cada um o que tomado tinha. Com o maior regozijo foi elle aqui recebido e muito especialmente pelo grão-mestre da ordem de Christo, pelo prior da ordem de cavallaria de S. João e pelo irmão do condestavel, Rodrigo Alvarez Pereira, que, prisioneiros na batalha de Torres Novas, estavam sob custodia n'esta villa. Logo que o rei de Portugal foi sabedor de que as egrejas e conventos se encontravam repletos de castelhanos, que não ousavam sahir, e que, além d'isso, um grande numero de prisioneiros se via na maior miseria, pela falta de mantimentos e mesmo d'agua, ordenou que fôssem soltos sem resgate e se lhes désse salvo-conductos até á fronteira do reino. O monarcha aproveitou a sua estada em Santarem para áquelles que melhór se haviam distinguido no combate os recompensar com dinheiro, terras e castellos. Aos heroes a quem mais reconhecidamente devia e a quem mais affeiçoado era pensou o soberano em conferir o titulo de «Conde», distincção mais elevada de um fidalgo; o condestavel, porém, só a acceitava, caso o principe não conferisse tal dignidade a outro durante a sua vida. D. João assim o prometteu. D'est'arte se tornou Nuno Alvares Pereira conde de Ourem e senhôr de todas

*

as villas, terras e rendimentos que o conde João Fernandes possuia.[1] Foi a mais ampla concessão que atélli fizera qualquer rei da peninsula a vassallo, sem que este fôsse seu filho ou parente.[2] As distinctas qualidades e seus serviços a favôr do proprio senhôr pareciam justificar e recommendar uma tal prova de gratidão. O publico reconhecimento d'aquellas subtrahiu o condestavel, quasi em toda a parte, á inveja, e trouxe ao monarcha o louvor dos bons, pelo penhôr que outhorgou de gratidão.

No emtanto, Alvares Pereira não era homem que descansasse á sombra dos louros adquiridos; o socego, eis a sua morte. Elle unicamente vivia para obrar em emprezas audazes e feitos extraordinarios. O momento em que Castella se occupava só com a sua tristeza e com os seus prejuizos e em que a sua coragem estava paralysada pelo terror e desanimo, resolveu o condestavel[3] aproveital-o para espalhar, por meio de outros e temerarios golpes de mão, espanto e cuidados, para fazer brilhar de novo a gloria das armas portuguezas e para facilitar, entretendo a Castella meridional, ao rei D. João o completo submettimento do norte do paiz. Já em setembro recrutou as tropas da comarca de Evora; e, quando reuniu mil lanças e

[1] O documento de concessão ao condestavel diz: ... *Comitatum de Ourem cum omnibus terris, villis et locis, quas Joannes Fernandes de Andeiro habebat tempore suae mortis, qualicumque modo... cum omni sua jurisdictione civili et criminali, mero et mixto imperio .. et cum omni dominio alto et baxo, cum omnibus redditibus, foris etc... sicut nos habemus de jure vel de consuetudine... et sicut ea habuerunt Reges ante nos... et praecipimus omnibus habitatoribus in dictis villis, ut ei obediant et suis chartis et mandatis, et faciant pro illo sicut faciunt pro nobis... nihil nobis reservando nisi as alçadas, quas ab ipso venerint, quas mandamus ut veniant coram nobis, et correctionem, quam mandamus ut corrigant nostri correctores in dictis terris.* Além do condado de Ourem, do rei recebeu Villa Viçosa, Borba, Evoramonte, Estremoz, Portel, Montemór o novo, Almada, Porto de Moz e mais algumas povoações, Sacavem, com os bens reaes, o serviço (o imposto) que os judeus pagavam em Lisboa, todos os rendimentos que o rei percebia na cidade de Sylves e no logar de Loulé no Algarve. Sylva, *Memorias*, T. IV, *Collecç. dos Documentos*, Doc. n.º 28; Confirmação de uma doação anterior, Doc. n.º 29. — Sousa. *Provas*, T. III, pag. 515-518, Num. 34, 35, 36.

[2] Lião, pag. 277.

[3] Segundo Ayala, cap. 18, foi por ordem do rei.

dois mil infantes, mandou prevenir os grandes de Castella das regiões visinhas e os mestres das ordens de Santiago e Alcantara de que tencionava invadir Castella, afim de que não podessem dizer que não estavam preparados para similhante ataque. Decidiram marchar contra os portuguezes, e desde logo se puzeram em armas os seus exercitos e as forças vindas das cidades da Andaluzia. Antes, porém, de estarem preparados, passara o condestavel a fronteira luzitana e tomara, sem resistencia, Badajoz (2 de outubro). Em Garcia o encontra um trombeta, que, em nôme dos senhôres castelhanos, o reptava para a lucta, entregando-lhe ao mesmo tempo um certo numero de varas, uma de cada nobre. Com o bom humor que lhe era peculiar, acceitou-as o condestavel, ordenando o agradecer-lhes o repto e ainda mais as varas com que tencionava castigal-os a todos. Ao arauto mandou entregar cem dobras em ouro. Em seguida avançou Nuno Alvares Pereira contra Valverde e, em breve, estava, apezar de os castelhanos se terem vangloriado de o procurarem na fronteira, quinze leguas dentro de Castella, sem ser aggredido pelo proximo exercito, superior em forças, para o qual toda a Andaluzia, com as cidades de Sevilha e Jaen e alguns territorios do Aragão, havia contribuido com os seus respectivos elementos. Quando uma parte dos castelhanos galgara o Guadiana, e a outra ainda se encontrava do lado de cá, para cortarem a passagem aos portuguezes, na esperança de os subjugar, marchou o condestavel contra elles. Não tardou que o seu pequeno exercito se visse envolvido de uma immensa quantidade do inimigo; apenas em um lugar ficou uma abertura. O condestavel percebeu a intenção do adversario; postou immediatamente a sua vanguarda, os flancos e a rectaguarda (carros, gado, prisioneiros no centro) como para uma batalha e passou primeiro com a vanguarda, depois com as demais secções, por um perigoso váo sobre o rio, apoz haver rompido passagem, ao cabo de um pequeno e encarniçado combate.

Tambem na opposta margem o aguardavam dez mil castelhanos, mas tanto n'esta como na outra não se deram senão ligeiras escaramuças. O inimigo procurava, evidentemente, sem embargo da sua superioridade, evitar uma peleja decisiva, para que se offerecera algumas vezes tempo e local. A situação do condestavel não era, por isso, menos perigosa, e só um Alvares Pereira, coadjuvado pela

sua fama e exercito, se poude subtrahir a este perigo, com a presença de espirito e heroicidade que elle n'esta occasião desenvolveu. Custa, pois, alguns esforços o renunciarmos ao prazer de acompanhar o homem extraordinario, passo a passo, ou antes vôo a vôo, até ao pincaro da sua actividade guerreira. Magôa a renuncia de apresentar mais circumstanciada e claramente como foi que elle, com a sua vanguarda, tomou uma altura, occupada pelos castelhanos; como assaltou uma segunda, ainda mais bem occupada; e, finalmente, como repelliu de uma terceira o inimigo, muito superior em forças. Doe o não dizer como elle, em seguida, depois de por uns momentos descansar da extrema fadiga que empregara, vendo a sua rectaguarda em aperto, deixando o estandarte, para ir em seu auxilio, a salva, a conduz immediatamente um pouco mais adiante e logo se apressa a alcançar a vanguarda. Como elle, de cima de uma collina ingreme, notando a approximação de novas forças, do grão-mestre de Santiago e Alcantara e outros grandes de Castella, uma porção immensa, terrivel, como elle avança no mesmo momento, com a sua pequena vanguarda, contra elles, como lucta, é ferido e como ainda, enxergando, sob as frechas e lanças inimigas, ao longe, a sua rectaguarda em novo e maior perigo, se arranca da briga sangrenta e, deixando o estandarte, vae salvar e defender novamente aquelles e, depois de lhes incutir o animo,—desapparece. Como um cavalleiro, enviado pelo afflicto grupo em busca de quem já era julgado perdido, o vae encontrar, entre dois rochedos, de joelhos, os olhos dirigidos ao céu em fervorosa reza (um pouco distante seu pagem, com o cavallo e a lança), recebendo, em seguida ao descriptivo da penosissima situação, a seguinte resposta: «ainda não é tempo, é preciso aguardarem mais um pouco, até que tenha concluida a minha oração». Como um segundo mensageiro lhe refere o perigo em que se topavam os seus, a morte e os ferimentos de muitos e o condestavel não lhe dá resposta, continuando, tranquillo, em sua devoção, até que, corrido um pouco de espaço, se levanta, volta, mais alegre, para junto dos seus, animando-os de novo. Como em seguida, ao avistar, sobre o cume da montanha, muitas bandeiras hostis, entre as quaes sobresahia o estandarte do grão-mestre de Santiago, ordena ao seu alferes que plantasse junto d'este o seu pavilhão, elle proprio atravessa as massas guerreiras

que tinham apertado tanto a sua hoste e que agora, como deferencia, lhe abriam caminho, e, impellido pelo ardor da batalha com o inimigo, encontra no grão-mestre um digno adversario, até que este, rompendo-se as suas fileiras, cahiu do cavallo, ferido de morte. Como o seu trespasso, a sua bandeira derribada deu o signal aos castelhanos para a fuga; como o condestavel persegue os fugitivos até á noute, voltando, cheio de gloria, com o seu exercito, para Portugal, na manhã seguinte. Faltas d'esta natureza são dignas de desculpa, respondeu o rei D. João, quando Nuno Alvares lhe exorou vénia de ter invadido Castella sem sua licença.

O numero dos castelhanos que combateram contra o condestavel resultou maior do que o dos que entraram na batalha de Aljubarrota.[1] Foi decerto maior, mas constava de menos cavalleiros e muito mais camponezes. A esta massa faltavam chefes, ordem, acção planeada e unidade; por outro lado, o terrôr da derrota de Aljubarrota tolhia os castelhanos, emquanto que os portuguezes brandiam, graças a este nôme, as armas corajosamente. E, comtudo, pertenciam ao vencedôr de Valverde louros impereciveis. Antes que Castella se podesse restabelecer do golpe soffrido em Aljubarrota, foi ella ferida por este segundo[2], que, menos sangrento que o primeiro, impressionou, todavia, a opinião publica. O nôme de Valverde era desde então tão desagradavel para os castelhanos e tão grato aos portuguezes como Aljubarrota; e estes triumphos estavam na mesma relação que o condestavel para com o rei; a victoria de Aljubarrota foi regia, a de Valverde foi verdadeiramente cavalleirosa.

A ousada e feliz invasão do condestavel deu ao monarcha a liberdade necessaria para colher, sem obstaculos e com mais rapidez, os fructos da victoria obtida em Aljubarrota. A frota castelhana, ancorada atéqui diante de Lisboa, partiu para Castella, a 13 de setembro, com todos os partidarios do rei que dentro se haviam refugiado. E a maior parte das cidades e fortalezas até então na posse de Juan passaram, corrido pouco tempo, para o poder dos victoriosos. Com

[1] Liaõ, cap. 64, pag. 287.

[2] *E esta fué una grand desaventura entre todas las otras que acaescieron en esta guerra despues que fué comenzada.* Ayala, «ann. 1385», cap. 18, pag. 240.

a cidade de Santarem, que foi a primeira que elle tomou sem resistencia, submetteu todas as praças fortes d'esta comarca. Os seus commandantes cahiram, em batalha uns, outros fugiram, com o rei, para Sevilha; os restantes obtiveram de D. João salvo-conducto para se retirarem, entregando-lhe os burgos e povoações, sem correr sangue. Outro tanto aconteceu nas comarcas de Entre Douro e Minho e Tras os Montes, onde, além de alguns fortes, ainda se encontrava, sobre tudo, Chaves nas mãos dos castelhanos. [1] Para terminar a resistencia e submetter as povoações desobedientes, marchou o rei D. João, com o seu exercito, de Santarem, primeiramente contra Leiria, povoação abandonada pelos hespanhoes, em cujo castello encontrou muitas preciosidades da rainha D. Leonor, que ahi as occultara; depois, sobre Coimbra e Porto, contra Chaves, que era defendida, a favor de Castella, por um importante fidalgo portuguez. O cerco, começado em janeiro de 1385, continuou, com grande actividade, de dia e de noite. Nas proximidades da Galliza e Castella tencionava o rei D. João, se o imperante de Castella viesse em soccorro de Chaves, offerecer-lhe uma batalha e, se não, ir então, com a maior força possivel, submetter ao seu sceptro as povoações rebeldes dos arrabaldes. Para este fim emprazou as cidades de Lisboa, Coimbra e Santarem e outras a enviarem-lhe os seus contingentes.

Emquanto que D. João atacava Chaves e esperava aquelle soccorro, appareceu-lhe, por outro lado, a perspectiva a diverso auxilio, que o enchia de jubilo, e aos seus adversarios de grande inquietação. Um cavalleiro inglez foi portador do informe de que o duque João de Lancaster projectava passar a Hespanha, para fazer valer, novamente, como marido da infanta D. Constanza, filha mais velha do rei Pedro, os seus direitos ao throno de Castella. [2] Os enviados portuguezes, que D. João, depois de nomeado Defensor, mandara a Inglaterra, afim de se assegurar da sua amizade, ainda alli se demoravam e podiam dar muito maior pezo ás suas pretensões pela noticia do advento de D. João ao throno e não muito depois da sua victoria sobre o rei de Castella. Suas instancias, para com o duque de Lancaster, em que aproveitasse um tão favoravel

[1] Ayala, «ann. 1385», cap. 17.
[2] Vide o vol. I, a pag. 395.

momento para se apoderar de Castella fôram auxiliadas pelos pedidos e lagrimas da duqueza. Pouco depois, o soberano de Inglaterra firmou com o rei D. João de Portugal uma alliança[1]; permittiu ao duque passar á peninsula, com tropas, para o que este mandou, pelo cavalleiro enviado, pedir ao principe lusitano alguns bateis. D. João reconheceu a importancia de um tal ataque ao flanco do seu adversario e ordenou que se aprestassem em Lisboa doze navios e seis galeras.[2]

Entretanto, partiram de Lisboa, tambem, as forças requisitadas pelo rei; o condestavel acorreu, outrosim, com os seus, vendo-se os sitiados em Chaves aggredidos, ininterrupta e violentamente, por forças numerosas. Chamaram o rei em seu auxilio; mas elle proprio aconselhou-os a que capitulassem. Depois de um assedio de quatro mezes, entregou-se Chaves; a guarnição retirou-se, com suas armas, mas escarnecida pela plebe. A povoação foi concedida pelo autocrata ao condestavel. D'aqui dirigiu-se D. João a Almeida; passou, na margem do Velariça, revista ás suas tropas e notou que commandava agora um exercito mais numeroso e mais bem armado do que em Aljubarrota. Accommette, pois, Braganza, que logo, como Chaves, arvora a sua bandeira por elle; passa sobre o Douro e toma Almeida, importante como logar da fronteira, que, mau grado ficar em uma planicie, estava bem fortificada, isto em poucas horas para o mesmo ponto que Juan de Castella sitiara debalde, com todos os apetrechos de guerra, durante sete semanas, no reinado de D. Fernando.

O rei avançou então sobre a fronteira, para sitiar Coria: os portuguezes bateram até Plazencia e Galisteu. Coria, porém, bem defendida por força numerosa e bem protegida por muralhas e torreões, affrontou pertinazmente os ataques e canhoneio dos portuguezes.[3] No exercito lusitano reinavam carestia, desanimo e doenças,

[1] Thom. Rymer, *Foedera* etc. Ed. III, emend. studio G. Homes. Hagae Com., 1739. Vol. III, pars. 3, pag. 203.

[2] Lião, cap. 65.

[3] Foi aqui onde o rei D. João, descontente com o serviço de alguns cavalleiros portuguezes, lhes fez, gracejando, a observação: « hoje faltaram os bons cavalleiros da Tavola-redonda; se cá tivessem sido, tomada teriamos a povoa-

mercê da proximidade do Alagon, junto do qual fôra estabelecido o acampamento. Passado o inutil cerco, de tres semanas, partiu o imperante, com o seu exercito, para Portugal.[1]

Durante a sua estada em Lamego, recebeu a noticia da chegada do duque de Lancaster, que, acompanhado de sua esposa Constança, de sua filha Catharina e ainda da princeza Filippa, filha mais velha do duque mas do seu primeiro matrimonio, desembarcara, a 25 de julho de 1386, na Coruña, com mil e quinhentas lanças e outros tantos arcabuzeiros[2], fôra reconhecido rei em Santiago, depois da sua entrada, e tivera bom recebimento pelo maior numero de grandes e fidalgos da Galliza. Assim que o duque pisou o terreno hespanhol, desenvolveu-se uma activa correspondencia entre elle e o rei de Portugal. Combinaram sua entrevista em Porto do Mouro; e no dia dois de novembro concluiram ambos, na grande e magnifica tenda tomada pelo rei D. João, na batalha de Aljubarrota, a seu regio adversario, um convenio para se prestarem mutuamente soccorro. O rei obrigou-se a auxiliar o duque na conquista de Castella e este prometteu coadjuvar aquelle na conservação de Portugal. Com duas mil lanças, mil bésteiros e dois mil infantes, que se encarregou de sustentar á sua custa durante oito mezes, queria o rei em pessoa ajudar o seu alliado na conquista de Castella. De sua parte, o duque se compromette, logo que esteja de posse do reino, a ceder certas povoações, com seus dominios, ao rei de Portugal e a lhe restituir o que elle tivesse dispendido com o armamento e com a campanha. O consor-

ção». Ferido por esta phrase, replicou um dos fidalgos presentes — Mem Rodriguez de Vasconcellos —, immediatamente, ao monarcha: «Senhôr, não faltaram os cavalleiros da Tavola-redonda; aqui está Martim Vasques da Cunha, que vale bem um Galaad; aqui Gonçalo Vasquez Coutinho, que é tão bom como Tristram; aqui João Fernandez Pacheco, tão bom como Lancelot (e assim comparou os restantes) e eis-me, que me julgo egual a Key. Não faltaram, como acabaes de dizer, os cavalleiros, mas faltou, sim, o bom rei Arthur.» Logo retrucou o rei «que não exceptuara o rei Arthur, porque era tão bom companheiro da Tavola-redonda como qualquer outro»; deu depois uma direcção jocosa á conversação e encaminhou-a a outro assumpto.

[1] Ayala, «ann. 1386», cap. 5. Lião, cap. 66.

[2] Ayala, «ann. 1386», cap. 6. Segundo *Fernando Lopes*, são duas mil lanças e tres mil arcabuzeiros, transportados em uma esquadra de cento e oitenta navios.

cio de D. João com a filha mais velha do duque, a princesa Filippa, devia assegurar esta alliança. Os federados prepararam-se immediatamente para entrar, conforme o accordo, nos primeiros dias da primavera, com os seus exercitos, em Castella, tomando-se, ao mesmo tempo, os preparativos para a celebração do matrimonio. Por todo o reino repercutiu o estrepito das armas, o arruido dos armamentos mavorticos, a par de felicitações e preparativos festivaes, em egreja e casa, para a celebração da mais bella obra pacificadora na vida humana. Em 11 de fevereiro de 1387, realisou-se o casamento na cathedral do Porto, com grande pompa; a sua esposa estabeleceu depois o rei estado proprio; determinou-lhe os necessarios rendimentos e formou sua casa com fidalgos inglezes e portuguezes.

No meio d'estas disposições, festejos e torneios, effectuados por occasião do enlace, passara já o praso determinado á ida para Castella, e por isso apressaram agora a partida. A rainha despediu-se de seu pae e de seu esposo e foi para Coimbra, afim de cuidar, juntamente com os desembargadores e prelados que o rei lhe designara como adjuntos, dos negocios do reino. D. João partiu, em 25 de março, com tres mil lanças, dois mil bésteiros e quatro mil infantes, portanto com mais forças do que era obrigado a fornecer, como previsão para sua segurança, caso a reconciliação do duque com o rei de Castella lhe proporcionasse qualquer perigo. O duque apenas contava com seis centas lanças e egual numero de arcabuzeiros, tristes fragmentos d'aquella hoste vigorosa que conduzira á Galliza e que tão diminuta ficou pelas pestes, combates e, em parte, por ataques de emboscada.[1] Depois de os alliados terem passado o Douro, sobre uma ponte de barcas, avançaram em cima de Alcanizes, primeiro logar castelhano; e foram até Benavente de Campos, sitio cercado de muralhas, distante quatorze leguas da fronteira. Entretanto, enviara o rei de Castella, privado pela ultima derrota dos seus melhores guerreiros, tudo o que podéra reunir de castelhanos e francezes para Benavente, Villalpando, Valenza e outros pontos ameaçados; e pareceu preoccupar-se apenas com a defesa do reino, evitando, pelo seu desalento, uma batalha.[2] Benavente, defendida por uma

[1] Ayala, «ann. 1387», cap. 1, 2.
[2] *Por las quales razones los de nuestro Consejo, é los nuestros Caballeros*

forte guarnição, offereceu pertinaz resistencia ao exercito portuguez, que não conduzia nenhum material de cerco, o qual foi levantado, passados oito dias, pelo rei D. João. Em compensação, submetteu alguns logares e praças fortes dos arrebaldes e avançou contra a bem defendida Villalobos. Emquanto que o acampamento aqui se encontrava, succedeu que dezoito cavalleiros portuguezes, á sua frente Martim Vasques da Cunha, perdidos por causa do denso nevoeiro, se encontraram com quatrocentos cavalleiros castelhanos e numerosa infanteria. Logo que os avistaram, occuparam uma pequena eminencia que havia na planicie, desceram dos cavallos e cavalgaduras, collocaram estas em redor de si, a si proprios no centro, unidos uns aos outros, de lança em punho. Opinaram então quanto seria necessario dar conhecimento aos outros, que estavam no acampamento; nenhum, porém, queria ser o embaixador, todos diziam que era preciso pelejar. Perguntou aqui um escudeiro, Diogo Pirez do Avellal, «o que seria mais honroso e de mais valentia — ajudar a combater ou atravessar uma massa tão compacta de inimigos, para ir buscar soccorro ao arraial?» Foram unanimes em exaltar o ultimo partido. Continuou o escudeiro: «Se assim é, executal-o-hei!» Montou immediatamente o seu cavallo e eil-o que se lança corajosamente entre os adversarios. Muitas lanças se dirigiram contra elle, mas nenhuma o alcançou. Deitado sobre o ginete, voou, atravez as fileiras contrarias, incolume, e levou a mensagem ao acampamento.

Entretanto, tinham os castelhanos cercado aquella eminencia, disparando grande quantidade de dardos; mas atiravam muito baixo para acertarem nos portuguezes ou acertavam só nos cavallos e bestas de carga, de que algumas cahiram. Não ousaram approximar-se mais, porque os portuguezes reenviavam-lhes as lanças castelhanas.

son de parecer, que al presente non diesemos la batalla á nuestros enemigos, sino que les ficiesemos guerra à la larga etc., diz o proprio rei Juan, n'uma carta á cidade de Murcia (Cascales, *Dic. VIII*, cap. 17). E Ayala (na *Cron. del Rey de Juan el Primero*, «ann. 1386», cap. 8): *E lo que fincó deste invierno estovo el Rey de Castilla en ordenar todas las cosas que cumplian para defendimento del Reyno: ca él non tenia en voluntad de lo poner por batalla estonce; mas solamente guerrear, é defender el Regno.*

Assim succumbiram quarenta hespanhoes e muitos cavallos, emquanto que os lusos perderam apenas um dos seus camaradas, que, sahindo do circulo para apanhar lanças, foi morto. Pouco a pouco, se desfez o nevoeiro; e os castelhanos, enxergando uma força commandada pelo condestavel, vindo do arrebalde em auxilio dos seus camaradas, retiraram-se apressadamente. Pouco depois se rendeu tambem Villalobos.

Mau grado esta conquista e outros feitos brilhantes, D. João I não poude dissimular que tal campanha não era nem feliz nem honrosa e que, com similhantes meios e por analogo caminho, inaccessivel se volvia o seu fim. Nenhuma das povoações de que se haviam approximado e que tinham sido intimadas, nenhuma se entregara voluntariamente; nem uma só das que ficavam mais no centro do reino se mostrou inclinada a reconhecer como rei o duque. Conquistar, porém, as cidades e as povoações, umas apoz outras, e assim todo o reino, era uma empreza sem termo, inexequivel com as parcas forças de que dispunham os alliados; o pequeno exercito estava, além d'isso, enfraquecido e diminuia diariamente, pelas doenças e pela falta de recursos. O rei de Castella, comtudo, ainda que momentaneamente exhausto, dominava um grande reino e dispunha de consideraveis meios; facilmente se podia restaurar. As suas relações de amizade com a França haviam-lhe conduzido já numerosas forças d'aquelle reino, e agora estava elle esperando a chegada de dois mil homens de cavallaria.[1]

Tudo isto o monarcha sabia e d'isso fallava ao duque. Apenas dois caminhos, observou o primeiro, restavam: ou ir buscar mais tropa a Inglaterra ou entabolar um accordo com o rei de Castella. O ultimo ponto pareceu ao duque o mais vantajoso. Já na occasião em que, logo depois do seu desembarque, enviou um arauto ao principe castelhano, intimando-o a reconhecer os seus direitos a Castella, o rei lhe propoz, por uma embaixada, recebida em Orense pelo duque, o matrimonio do principe herdeiro de Castella com D. Catharina, unica filha da duqueza D. Constanza (filha do rei Pedro de Castella). Este projecto, todavia, ainda que não desagradasse ao duque, foi, não obstante, posto de parte, por causa da alliança

[1] Ayala, «ann. 1387», cap. 3. Liaõ, cap. 70.

contrahida com o rei de Portugal.[1] Elle podia, comtudo, reapparecer. N'estas circumstancias, resolveu-se a retirada para Portugal; mas sem offerecer mostras de que se pretendia terminar a guerra. Os alliados, porém, voltaram por outro caminho; no dia 15 de maio, passaram o Douro, não longe de Zamora, e chegaram, atacados repetidas vezes pelo inimigo, entre Salamanca e Ledesma, e costeando Ciudad Rodrigo, a alcançar Almeida, primeira praça forte de Portugal. Emquanto que o condestavel se dirigia para o Alemtejo, afim de proteger esta provincia, emprehendia o rei uma romaria a N. Senhora da Oliveira, em Guimaraens, conforme promettera antes da sua invasão em Castella. O duque anhelava por vêr sua filha em Coimbra.

Na sua viagem para esta cidade, foi alcançado, em Trancoso, pelos enviados do rei de Castella, portadores das propostas de paz. O rei Juan propunha novamente ao duque o matrimonio de sua filha D. Catharina com o principe herdeiro de Castella; e prometteu a ella dar-lhe, como dote, certas cidades e povoações em Hespanha, e ao duque pagar, como indemnisação, seiscentos mil francos em ouro. Em compensação, deviam o duque (e sua esposa) renunciar a todas as suas pretensões a Castella e depôr o titulo de rei que tomara. Para discutir mais detalhadamente as condições, foi convidado o duque a vir a Bayonna, que então pertencia ao rei d'Inglaterra; n'este logar deviam os plenipotenciarios do autocrata de Castella tractar definitivamente o convenio com o duque. Assim aconteceu. Depois de visitar a filha em Coimbra, embarcou, com a sua familia, no Porto (fins de setembro) e estava em poucos dias em Bayonna[2]—distante assaz do rei de Portugal para, como tencionava Juan, quedar affastado da sua influencia. Como filho e successor de um rei que se apossara violentamente da corôa, não julgava Juan o seu ramo fortalecido bastante, no throno de Castella, para resistir, serenamente, a todas as inquietações com que era ameaçado pelo ramo derrubado, que ainda existia. Se bem que o duque se esforçasse com pouco exito em submetter Castella, o rei Juan tinha de pensar, sériamente, em reconciliar o seu perigoso adversario e não podia impedir quaes-

[1] Ayala, «ann. 1386», cap. 9 e 10.
[2] Ayala, «ann. 1387», cap. 6. Lião, cap. 71.

quer sacrificios para se assegurar de uma posse tão incerta. Sem outro competidor, o rei D. João exigia apenas o que o de Castella possuira pouco antes, a que levantava direitos mal duvidosos e que abandonara depois da desafortunada batalha de Aljubarrota, no seu estado de angustia desesperante. Não exigia a corôa de Castella nem a podia reclamar; se elle tinha passado da defesa de Portugal ao ataque de Hespanha, foi apenas para o amedrontar, com o intuito de facilitar aquella. Só exigia e sustentava o que era seu ou chamava seu; e, se o deixassem n'isto tranquillo, tambem não inquietaria o que fôsse de outrem. Quando alguns lhe aconselharam o matrimonio com D. Catharina de Lancaster, em vez de com D. Filippa, fazendo-lhe antevêr a perspectiva á corôa de Castella, replicou: «que era um consorcio de discordia; quem o contrahisse nunca sahiria da guerra; e, ainda que desistisse de uma tão grande acquisição como era o reino de Castella, seria considerado um cobarde, acarretando sobre si, para sempre, o ferrete da infamia. Estava, porém, disposto, depois de vencido o seu inimigo, a continuar briga por tanto tempo o de que se carecesse até que fôsse conquistado tudo o que se lhe tirara e que lograsse viver em paz; em seguida, governaria, na tranquillidade, o reino com toda a justiça.[1]»

Já então o rei expressou o parecer de que o consorcio de D. Catharina com o principe das Asturias accomodaria honrosamente as desgraçadas dissidencias, para ambas as partes,[2] e por isso via tranquillamente passar a Bayonna o duque, sob taes planos. Como dote de sua filha Filippa e como indemnisação convencional das despezas de campanha em Castella, o duque cedeu ao rei D. João todos os logares que se haviam declarado, na Galliza, por elle ou que tinham sido conquistados por sua arte[3]. Mas estas povoações voltaram, depois de o duque ter sahido de Hespanha, para o poder do rei de Castella, jubilosas por terem obtido do soberano o perdão; e o rei D. João, pouco inclinado a uma acquisição em que era tão contestado e duvidoso o seu direito, parece desistir logo d'ella. Verdade

[1] Lião, cap. 68, pag. 306.
[2] Idem, *ibid.*, pag. 307.
[3] Conforme o castelhano Ayala, «ann. 1387», cap. 7. É de admirar que isto não fosse mencionado pelos historiadores portuguezes.

é que não muito depois elle tomava Tuy e outros logares na Galliza, mas, como veremos, por causas differentes e por motivo muito diverso. Fiel á sua maxima de se contentar com o que julgava necessario para a consolidação do seu dominio e com o que reputava seu, elle circumscreve-se a reconstituir Portugal nos seus antigos limites, dando-lhe dentro d'essa mesma peripheria a sua anterior unidade e fóra do seu perimetro a sua inteira independencia.

Logo que o rei, nas côrtes convocadas para Braga[1], pelo outono de 1387, concluiu alguns negocios do reino, principalmente a concessão de se levantarem Sizas duplicadas, por um anno, para custeamento das despesas da guerra, pelos municipios, marchou, janeiro de 1388, com um pequeno exercito, contra Melgaço, praça forte na fronteira da Galliza, que ainda obedecia a Castella, e obrigou-a a render-se depois de um cerco de cincoenta e tres dias[2]. Tomou de assalto, pelo outono, treze de outubro do mesmo anno, Campo mayor, entre o rio Tejo e o Guadiana, depois de um cerco de quatro semanas, interrompido, porém, algumas vezes pelas hostilidades com a praça visinha de Badajoz. O castello ainda resistiu, esperando auxilio de Castella, mas, como o não recebesse, entregou-se egualmente, em um de novembro.

Quanto foi o prejuizo da batalha de Aljubarrota, quammanha a depauperação que a ella se seguiu, só agora se manifestava, clara e abertamente. Algumas praças fortes em Portugal oppozeram, durante mezes, resistencia ao vigoroso rei D. João. Esperavam seu libertamento; imploravam auxilio de Castella; mas aquelle por quem combatiam e se dispunham a sacrificar-se os deixava esperar e implorar em vão. Estava quebrada a força do seu exercito, mortos os melhores chefes e de maior confiança.[3] Depois do terrivel golpe, o rei Juan abandona os seus melhores apoios em Portugal; e, como é atacado no proprio reino, tambem falta uma opposição decidida,

[1] Lopes, P. II, cap. 131.

[2] Do globo dos combatentes, entre a guarnição e os sitiantes, excitou um vivo interesse o desafio, por parte de uma mulher do povoado, e seu duello com outra do acampamento. A segunda ficou victoriosa.

[3] Ayala dil-o expressamente em diversas occasiões, p. ex. «ann. 1388» cap. 3, pag. 279; cap. 5, pag. 289, 290.

um auxilio energico. A fraquêza de Castella manifestou-se, desde então, em negociações prolongadas, em repetidos armisticios e sua violação, em pouco serios tractados de paz e em indecorosos estupros d'esses accordos. O imperante do Estado castelhano, depois que a derrota em Aljubarrota poz destruidas todas as suas esperanças a Portugal, lembrando-se do vencedor, não aspira mais á sua corôa, mas não pode subjugar durante muito tempo a humilhação recebida: patenteia a sua soberba em exaggeradas pretensões. A elle, comtudo, só lhe era licito o sustental-as com uma teimosia fatigante; e costumava, quando aquellas suas exigencias não eram satisfeitas nos convenios que firmava, cumprir esses mesmos tractados negligentemente ou mesmo rompel-os. Comprehende-se, pela leitura insipida das negociações repetidamente entaboladas e dos acontecimentos secundarios, rarissimamente dignos de interesse, o desgosto que se apossaria do rigoroso D. João pela lenta demóra tediosa de um pleito, de direito, em que estava já lavrada a sentença; é-nos permittido sentir outrosim as suas repugnancias.

ARMISTICIOS, NEGOCIAÇÕES DE PAZ, NOVAS HOSTILIDADES; A PAZ DE 1411

O rei acabara de encerrar as côrtes de Lisboa (março de 1389)[1] quando os enviados de Castella, que o procuravam entre o Douro e Minho, lhe pediram um armisticio, o qual lhe foi concedido. Terminado o praso, D. João resolve submetter a importante fortaleza de Tuy na Galliza. Um cavalleiro d'este reino, Payo Sorrodea, a quem fôra confiada a defesa da praça, offereceu-a ao rei D. João, com o intento de o attrahir ardilosamente para dentro das muralhas de Tuy, segundo alguns, de accordo com o rei de Castella. Aquelle avançou, de facto, diante de Tuy; suspeitou, porém, de uma dupla traição e propôz-se tomar pela força o logar. Como se espalhasse o boato de que o rei de Castella resolvera soccorrer a praça com elementos guerreiros, D. João reforçou o seu exercito a toda a pressa; a noticia, porém, era falsa e o rei portuguez obrigou Tuy a render-se, graças a um assalto mais vigoroso. Payo Sorrodea presta o

[1] *Memor. de Litteratura Portug.*, T. II, pag. 69.

juramento de vassallo ao vencedor; fugiu, comtudo, logo em seguida, secretamente, para o rei de Castella.[1]

Depois da tomada de Tuy, voltaram os mesmos enviados, o confessôr do rei de Castella e dous doutores de direito, a Portugal, com o fim de prolongarem e ampliarem o armisticio antecedente. Em Monção, situada na zona de Entre Douro e Minho, concluiu-se, entre os enviados castelhanos e portuguezes, o prior Alvaro Gonçalves Camelo e Lourenço Annes Fogaça, chanceller mor do principe, um convenio por seis annos, de fórma que o rei de Castella, como alliado da França, e o rei de Portugal, como alliado da Inglaterra, entrassem no accordo[2], firmado por egual periodo entre o rei de França e o rei de Inglaterra; mas, para os tres annos seguintes, seriam convidados os monarchas da França e da Inglaterra a entrarem na convenção entre os soberanos de Castella e Portugal como alliados reciprocos. Em virtude d'esta tregoa, cessam todas as hostilidades, por mar e terra, entre ambas as partes. O rei de Portugal obriga-se a restituir Salvaterra e Tuy ao de Castella e este promette ceder Noudar, Olivença e Mertola, no Alemtejo, Castello Rodrigo, Castello Mendo e Castello Melhor na Beira. Como garantia, seriam immediatamente entregues ao prior do Crato o logar de Sabugal e a cidade de Miranda, que ainda estavam egualmente em poder dos castelhanos.[3] O convenio foi ratificado por ambos os monarchas.

Logo no anno seguinte occorreram alterações em Castella, que não podiam deixar de ter influencia nas relações entre essa e Portugal. O rei Juan falleceu, graças ás consequencias de uma funesta queda do cavallo abaixo; e legou o reino a seu filho Henrique III. Durante a sua menoridade, administrava um conselho de regencia, formado de certo numero de grandes do reino e procuradores das cidades. Esta circumstancia, a situação penosa de Castella tornavam necessaria uma paz duradoura com Portugal, a cujo throno, como facilmente se comprehenderá, o joven Henrique, filho da

[1] Ayala, «ann. 1389», cap. 5. Liaõ, pag. 346.
[2] Concluido em 18 de junho por tres annos; desde 16 de agosto de 1389 á mesma data de 1392.
[3] Ayala, «ann. 1389», cap. 6. Fernão Lopes, Part. II, cap. 141. Sylva, *Memorias*, T. II, cap. 190, 191.

rainha Leonor (filha do rei Pedro IV de Aragão), primeira mulher de seu pae, podia ter muito menos pretensões do que este.[1] Apezar de serem muito desfavoraveis as condições apresentadas pelos portuguezes á embaixada castelhana, Henrique mostrava-se, depois de haver já renunciado ao titulo de rei de Portugal, disposto a acceital-as, com o intuito de obter para Castella repouso e segurança do exterior. Não chegaram a accordo sobre a paz, mas concluiram pelo espaço de quinze annos um armisticio, que, no essencial, se assimilhava a uma paz definitiva. Segundo esse armisticio, em ambos os reinos os prisioneiros de guerra deveriam ser restituidos á liberdade. Um certo numero de religiosos, Franciscanos e Dominicanos, ficou encarregado de os procurar e libertar. Se alguma pessôa se recusava a libertar taes prisioneiros, que estivessem em sua casa, recorria-se á auctoridade judiciaria; e, quando este meio não produzisse resultado, pertencia ao rei respectivo effectuar a sua soltura, por meio de uma ordem especial. Depois de decorrido o praso de seis mezes, pagava-se, por cada prisioneiro retido, mil *dobras cruzadas*, cujo valor, caso não fôsse satisfeito no periodo do semestre, seria extrahido em bens. O rei de Castella não podia prestar auxilio nem á rainha D. Brites nem ao infante D. João e D. Diniz ou seus herdeiros, ou a outro qualquer que levantasse pretensões á corôa de Portugal. Como arrhas d'este tractado, empenhou o rei de Castella doze fidalgos do seu reino, o soberano de Portugal seis; e, além d'isto, o primeiro entregou dois, o segundo um cidadão, como refens, de cada uma das principaes cidades do seu governo, que eram rendidos todos os quatro annos. Fôram confiados á guarda do prior D. Alvaro Gonçalves, no castello de Santarem, onde era alcaide mor.[2]

Immediatamente fôram postos em liberdade os prisioneiros castelhanos que havia em Portugal; não succedeu outro tanto aos portuguezes que estavam em Castella. Aqui fôram escondidos em segredo, retidos publicamente ou enviados para juizes estrangeiros; muitos morreram na miseria; maltractaram-se até os proprios monges em alguns logares. Debalde reclamava o rei D. João junto da

[1] Ayala, *Cronica del Rey D. Enrique Tercero*, «ann. 1393», cap. 8.
[2] Ayala, «ann. 1393», cap. 13. Liaõ, cap. 75. Sylva, *ibid.*

côrte adversa. Quando, passados tres annos, o rei de Castella ainda demorava a execução do convenio, declarou-lhe aquelle: que procuraria a devida satisfação, como contra um que não cumprisse o accordo estipulado, e que se indemnisaria do seu prejuizo em logares e povoações castelhanas. O autocrata Henrique cahira, successivamente, n'uma divida de 250.000 dobras, somma que não podia ser satisfeita por intermedio de bens moveis, mas apenas por uma cidade ou povoação. Logo, o rei D. João tomou e occupou, por geito de uma manha estrategica, a cidade de Badajoz, e tambem Albuquerque[1], em 13 de janeiro de 1393, dia da Ascensão. Dizia elle «que não fizera isto para quebrar o tractado, mas para possuir um penhôr ás suas reclamações; logo que o rei as satisfizesse, restituir-lhe-hia a cidade». Henrique entabolou novamente, graças a uma embaixada, negociações, espalhando-se, ao mesmo tempo, o boato de que se preparava para a guerra; fidalgos castelhanos entraram hostilmente em Portugal e incendiaram Viseu. Bastou um pequeno movimento de D. João, com o seu exercito, a repellir aquelles para além da fronteira; o rei, comtudo, recebeu, na sua volta, por Coimbra, a dolorosa noticia de que alguns fidalgos, Martim Vasquez da Cunha, João Fernandez Pacheco e seus irmãos, Gil Vasquez da Cunha, Egas Coelho e João Affonso Pimentel, se haviam voltado para Castella, entregando a Henrique os fortes e burgos que possuiam. Elles julgavam-se desconsiderados e que os seus serviços (prestados ao rei e á patria) não estavam devidamente reconhecidos e recompensados. Olhavam com inveja para o condestavel, a quem o rei accumulara, tão abundantemente, com bens e distincções: todos tinham, além d'isso, os seus motivos particulares, ou julgavam tel-os, contra o soberano. Os fidalgos fôram recebidos em Castella de braços abertos e presenteados, pelo imperante, com consideraveis possessões.[2] Era bem manifesto o procedimento de Henrique; d'elle não havia a esperar o cumprimento das condições do tractado.

O soberano de Portugal resolve então tomar Tuy, situado na Galliza, depois de Badajoz decerto a praça fronteiriça mais importante para Portugal e que estivera já por algumas vezes em seu po-

[1] Fern. Lopes, Part. II, cap. 197. [2] Liaõ, cap. 78.

der. Partiu de Coimbra; passou em Ponte de Lima revista a seu exercito, no qual contava, além de numerosos infantes, quatro mil lanças; atravessou, de noite, o Minho, onde perdeu quinhentos homens, o maior prejuizo em toda a guerra; conquistou Salvaterra e avançou a cercar Tuy. A praça, fortemente apertada, pediu ao seu rei auxilio. Henrique formou conselho com os grandes do paiz; elaborou-se o plano: o infante D. Diniz devia acceitar o titulo de rei de Portugal, reunir todos os portuguezes residentes em Castella e entrar com elles na sua patria. Lisonjeavam-se a si e a elle com a esperança de que alli muitos seriam os que se lhe juntassem. Henrique encarregou-se de soccorrer, em toda a brevidade, o burgo de Tuy com um exercito, o mais forte possivel; ao mesmo tempo se espalhou o boato de que elle, em pessôa, avançaria para dar batalha ao seu adversario. O mestre da ordem de Santiago foi incumbido de reunir forças guerreiras e de marchar, com ellas, para o Alemtejo, emquanto que uma armada, breve a equipar, deveria seguir em direcção a Lisboa. Esperando-se assim illudir o rei de Portugal para o remover do cerco de Tuy, exhortavam-se os sitiados á perseverança, promettendo-lhes tambem soccorros rapidos. De facto, reuniu-se e aprestou-se com toda a rapidez o exercito castelhano. Ruy Lopez de Avalos, *adiantado* de Murcia, partiu, com numerosa força, para libertar Tuy, espalhando ao mesmo tempo o boato de que o rei partiria tambem para alli. O infante D. Diniz avançou contra a Beira, com duas mil lanças. Uma frota, de vinte e sete navios e duas galeras, sahiu do porto de Santo André, na Biscaya, com destino a Portugal; outra, de treze galeras e outros tantos navios, commandada pelo almirante Diogo Hurtado de Mendoza, deixôu Sevilha, afim de se reunir com aquella no porto de Lisboa. Portugal parecia sob a ameaça do maximo perigo. No emtanto, D. João, de tudo informado, continuou tranquillo o cerco, prompto a offerecer batalha ao rei de Castella no seu proprio paiz, e accrescentou— «se eu vier a triumphar n'esta, como espero em Deus, então irei dar uma segunda batalha ao novo rei de Portugal, meu irmão D. Diniz». Nuno Alvares, que se topava em Monte mor o novo, com os seus guerreiros, foi tambem chamado. Para jubilo dos sitiados, adeantara-se Ruy Lopez do Avalos com as suas forças e tambem o rei fremia de regosijo da esperança de uma breve decisão. De facto, se

approximou Avalos do acampamento inimigo, mas apénas — para se retirar de novo sem ter emprehendido a minima cousa. O infante D. Diniz, que se intitulava rei de Portugal, invadiu a Beira, com os fidalgos lusitanos, cujos chefes eram os já mencionados fugitivos; fez saber, n'uma carta, dirigida a muitos portuguezes, consoante a rainha D. Brites lhe abdicara os seus direitos ao throno e conforme elle esperava, com o auxilio do rei, alcançal-o; e intimava-os a reconhecerem-o como seu soberano, promettendo aos obedientes grandes recompensas. Mas ninguem se declarou por elle. O condestavel escreveu, pelo contrario, ao infante uma missiva, cheia da mais sensivel censura, e pediu-lhe que o esperasse, porque em breve estaria com elle. D. Diniz julgou, porém, mais conveniente fugir a um tal convite e seguiu (apezar de tanto lhe pedirem os portuguezes, que o rodeavam, a fineza de esperar o condestavel, para se medir com elle), seguiu os conselhos prudentes dos castelhanos em cuja memoria ainda se incrustavam gravados os dias instructivos de Aljubarrota e Valverde; elle voltou, assim, para Castella, onde não escapou aos motejos do povo.[1] A esquadra castelhana parece que causou algum prejuizo aos portuguezes, se, contra as affirmações expressas de historiadores lusitanos — de que tambem a frota tornara a sahir de Lisboa sem nada haver emprehendido —, ligarmos com esta campanha e tomarmos como verdadeiras as asserções de escriptores hespanhoes — de que cinco galeras castelhanas bateram sete portuguezas, apresando quatro, pondo duas em fuga e mettendo uma a pique[2], — isto por maio de 1397. Concedendo que tal acontecesse, ficaram os grandes preparativos de Castella muito áquem do seu objectivo e não conseguiram sequer interromper, por um momento, o cerco de Tuy, porque este continuou, inalteravel, pelo rei, até que a praça se rendeu, em consequencia de um vivissimo ataque. A guarnição obteve a licença de retirar, com suas armas; muitos bens e preciosidades,

[1] *Rey D. Diniz, aonde is?*, lhe exclamavam os lacaios e moços de cavallariça, quando elle passava para o seu castello.

[2] Ayala, *Cron. del Rey D. Enrique Tercero* — Nota y Suplemento —, pag. 582. Fernan. Perez de Guzman, *Generaciones, Semblanzas, e obras de los Reyes D. Enrique III, e D. Juan II*, cap. 9, pag. 589 e sua *Crónica del S. Rey D. Juan II*, Valencia, 1779.

recolhidas da cidade e arrabaldes para a egreja principal, se tornaram o despojo do vencedôr (25 de julho de 1398).

Pelo mau resultado d'esta campanha e pela perda de duas tão importantes praças fronteiriças, como são Badajoz e Tuy, disposto a contractar a paz, o rei de Castella enviou um genovez, habil e muito versado em negocios, Messer Ambrosio de Marinis, que se encontrava, por aquella época, na côrte, ao rei D. João, sob o cabo do anno de 1398, afim de entabolar, de novo, negociações de paz. O enviado propôz um armisticio de um mez ou quinze dias, para, durante este praso, se decidir a questão por arbitros, escolhidos d'ambas as partes. D. João concordou sem a menôr hesitação, e fôram apurados pelos castelhanos Ambrosio de Marinis e pelos portuguezes o condestavel Pereira. Parecia tomar-se a sério a paz. Os enviados reuniram-se na pequena ilha do Guadiana junto de Olivenza; cada um com sua comitiva de cincoenta cavalleiros armados, quedaram a alguma distancia. As negociações tiveram começo a 8 de fevereiro de 1399, rompendo-se, porém, pouco depois, nas desmarcadas exigencias exhibidas pelos castelhanos.[1]

Em seguida, o rei de Portugal combina com o seu condestavel uma nova invasão em Castella, para se apoderar de Alcantara. A empreza falhou e avivou, mais do que nunca, no monarcha o desejo de terminar a contenda, tão desagradavel como prejudicial. Para esta mira fôram o arcebispo de Lisboa e o doutor Martim Docem a Segovia, onde se encontrava o rei, junho de 1400, e receberam d'elle condições escriptas para cuja acceitação não chegavam os seus poderes e que eram mais um provocante escarneo do que o desejo de alcançar uma composição amigavel. Os castelhanos exigiam do rei de Portugal quarenta mil dobras, cada anno, emquanto vivessem Henrique e sua filha, pelo prejuizo soffrido mercê do rompimento do armisticio de quinze annos; o equipamento annual de dez galeras, para seis mezes, e de mil cavalleiros para o exercito, ambas as cousas de conta propria e emquanto existissem os dois reis; na guerra com os mouros, o auxilio pessoal do principe portuguez etc. Afim de n'um pleito que, a par do bem publico, se relacionava tambem com a dignidade do reino e do rei se ouvir a voz do paiz, convocou D.

[1] Lião, cap. 80. Sylva, *ibid.*

João os seus representantes para Santarem e apresentou-lhes aquellas condições. As côrtes pronunciaram-se com tanta justiça como dignidade, permittindo que se permutasse praça por praça, prisioneiros por prisioneiros, que se despedisse os refens, que se declarassem nullas as multas pendentes; aquellas clausulas indevidas, porém, foram rejeitadas. No sentido das declarações dos Estados, se redigiram os poderes com os quaes Docem voltou para Segovia, e o rei Henrique retirou as iniquas exigencias que fizera. Concluiram, sob condições, no essencial eguaes ás do primeiro armisticio, um tractado por dez annos. Trocaram-se reciprocamente as povoações e prisioneiros e deram-se novos refens, em logar d'aquelles que acabavam de ser despedidos.

Assim terminou a guerra. A paz definitiva, comtudo, foi firmada onze annos mais tarde. Pela paz, sempre a esposa de Henrique, D. Catharina, irmã da rainha D. Filippa de Portugal, se pronunciara, sem, não obstante, vêr satisfeito o seu desejo em vida do rei. Henrique falleceu a 25 de dezembro de 1407. Desde então teve a rainha como tutôra do successor ao throno, ainda na menoridade, e como regente do reino, em commum com o infante Fernando, maior influencia. A esta a aproveitou para estabelecer uma paz duradoura para ambos os reinos e com casas ligadas pelo parentesco. Conseguiu que se realisasse uma entrevista, de plenipotenciarios portuguezes e castelhanos, na fronteira de ambos os paizes, entre Castello Rodrigo e San Felices; os castelhanos elevaram, de novo, as exigencias a pontos que os portuguezes, como elles diziam, preferiam antes viver em lucta aberta com Castella do que concluir uma paz tão humilhante e prejudicial. Os emissarios retiraram-se. Em vão diligenciou a regente, possuida do mais sincero anhelo de uma conciliação pacifica, reatar as negociações interrompidas; o rei persistiu na sua declaração de que não tornaria a enviar mais embaixadas depois de tantas tentativas infructiferas. Á força de reiteradas representações, conseguiu a regente que remettesse ainda mais uma vez deputados a Castella; elle fez-lhe saber, ao mesmo tempo, que aguardava uma rapida decisão, para a paz ou para a guerra, e promove o sentir das hesitações com que fôra entretido até aqui, apresentando-se-lhe todos os dias condições nescias e injustas.

Os plenipotenciarios portuguezes ainda tiveram, comtudo, de

luctar com os conselheiros do rei e com a imperatriz, que, como cunhada do monarcha e irmã da rainha, diligenciava a paz e amizade e, como regente e mãe do futuro successor, todo a possivel vantagem para este e para o reino. Finalmente, declarou ella, na presença de muitos grandes, aos enviados portuguezes: «que, de accordo com o infante Fernando, com os conselheiros reaes, grandes e procuradores do reino, trabalhara a bem de conseguir a paz, que tanto desejavam para socego dos seus Estados, para prol do seu filho e para seu proprio contentamento.» As principaes condições da paz, que se firmou acto continuo, fôram, além das já marcadas no armisticio, as seguintes: — O rei de Portugal perdôa áquelles que, no tempo do rei D. Fernando, entraram para o serviço de Castella e que não reconheceram por seu legitimo senhôr a D. João quando foi elevado ao throno; restitue-lhe seus bens patrimoniaes e elles perdem apenas as possessões de pertença da corôa. Este perdão não é extensivo, todavia, áquelles que, depois de haverem prestado homenagem ao principe, o tornaram a abandonar. Da mesma fórma procede o rei de Castella com os vassallos castelhanos fugidos para Portugal e que possuem seus bens alli. Pelo successor ao throno, ainda com sete annos só de edade, assignaram a rainha e o infante, os prelados e grandes do reino o tractado de paz e obrigaram-se, por um juramento, a proceder de maneira que o rei cumpra o convenio e que o assigne.[1]

Um obstaculo, importante, do pacifico accordo foi sempre a pretensão, dura e verdadeiramente rara, de que o rei de Portugal se obrigasse a soccorrer, com um certo numero de galeras e com tropa, o de Castella na guerra contra os mouros. Esta exigencia repelliu-a D. João sempre com firmeza. «Se a coadjuvação, dizia, deve ser prestada por amizade, então não se necessita de nenhumas obrigações por tractado; visto como uma ajuda, prestada por amizade, deve ser livre; mas serviço imposto já não é favor.» Demais, repetiu elle á rainha — que a certificava de que auxiliaria, quando existisse paz entre Portugal e Castella, com todas as suas forças o rei então amigo contra os mouros, como elle tambem esperava outro tanto do visinho. E, de facto, mostrou-se o mestre, quando pouco depois da

[1] Sylva, T. II, cap. 192. Lião, cap. 81.

conclusão da paz a regente, n'uma carta affavel, lhe pedia dez ou doze galeras para a guerra contra os sarracenos, antes afim de experimentar os seus sentimentos do que por verdadeira necessidade, desde logo prompto a corresponder a seus desejos. Mais de uma vez elle offereceu, de livre talante, á rainha D. Catharina, e mais tarde ao rei Juan II, o seu auxilio contra os descridos; agradeceram-lhe seu brinde, promettendo-lhe escrever, apoz, o que, porém, nunca aconteceu.[1]

Não tardou que o rei D. João, por sua propria conta, emprehendesse a guerra contra os infieis—na Africa. Parecia que alli era livre, até obrigatoria a peleja de todo o soberano christão contra elles; em Granada affigurava-se que era considerado só direito e dever de Castella. Mas antolha-se provavel que, graças áquelles negociamentos e pretensões, se dirigisse, pela primeira vez ou, pelo menos, mais a miudo, para os mahometanos o olhar do rei de Portugal.

3) Conquista de Ceuta

Motivos e causas da campanha. Grandes preparativos e sigillo d'este fim. Receios dos estados visinhos. Morte da rainha D. Filippa. Partida da frota, seus accidentes. Tomada de Ceuta e importancia d'esta possessão. Distincções conferidas, aos infantes D. Pedro e D. Henrique, pelos seus feitos heroicos. Volta do rei e da frota para Portugal.

A paz com Castella concedeu a Portugal a tranquillidade de que tanto necessitava e ao monarcha o descanso dos extraordinarios esforços do seu primeiro governo em reinado. D. João podia agora entregar-se serenamente ao prazer que lhe conferia a contemplação da sua familia. De seus filhos, tres haviam chegado já a vigorosos mancebos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, tão diversos em suas disposições e capacidades quanto todos eguaes por virtudes, cheios de amôr e veneração pelo seu insigne pae e repletos de ternura para com sua nobre e generosa mãe, todos tres de puros sentimentos e coragem cavalheiresca, susceptiveis de maior elevação

[1] Lião, cap. 81, pag. 391 e 392.

e animados do enthusiasmo pela gloria e grandeza de Portugal. Na côrte, como no numeroso circulo da familia, seguiam, á paz, obtida com difficuldade, festa sobre festa e torneios sobre torneios (para os quaes eram convidados até cavalleiros estrangeiros), afim de dar aos jovens infantes ensejo de se distinguirem e de se tornarem dignos das honras de cavalleiro a que aspiravam. Mas todos estes apparatosos exercicios de cavallaria, todo o fausto dos combates do prazer não satisfaziam aos infantes; elles anhelavam de se extremarem, mais que todos os outros cavalleiros, na verdadeira lucta a valer com o inimigo da patria ou da christandade e de se mostrarem como prole digna do festejado progenitor. Mas, para isso, não se encontrava lance. Com Castella vivia Portugal em paz; e uma guerra com a visinha Granada, a que o rei não parecia contrario, não podia ser emprehendida sem o infante Fernando de Castella, que n'esta occasião dirigia todo o seu cuidado á successão ao throno da Aragonia. Achando-se, certo dia, os infantes e o conde de Barcellos discutindo tal assumpto, indicou-lhes João Affonso, veador da fazenda do rei, homem muito estimado por este e altamente circumspecto, que estava presente, a conquista de Ceuta como o fim mais digno para os seus esforços e como um premio sublime de coragem heroica de christãos. Recommendou-lhes que fallassem sobre isso com o rei.

Como uma faisca incendiadôra, passou tal idéa pelas almas dos infantes, que, sem demora, a fôram apresentar ao monarcha. Pediram, assaltaram o pae que não deixasse de aproveitar uma tão bôa occasião de bem servir a Deus, abrindo-lhes, ao mesmo tempo, o campo da honra. De principio, D. João sorriu-se de tal proposta; mas, estudando-a com mais attenção, se lhe tornou melhor comprehensivel e cada vez novamente convidativa quanto fundo n'ella meditava. Ainda se lhe juntavam outros motivos a favôr da empreza. «Se bem que, explica, muitos annos depois, o infante D. Henrique a seu irmão D. Duarte, quando este subiu ao throno, a opinião geral é que a empreza contra Ceuta se fez para nos armar com as honras de cavalleiro, julgo, comtudo, considerando a grande prudencia do rei D. João e sua magnanimidade, que aquillo só foi pretexto; porque, depois do serviço a Deus, era motivo principal que, como elle dizia, não se perdesse no seu reino o exercicio das armas, que re-

putava certo e seguro penhôr do engrandecimento da sua corôa e do seu Estado». [1]

Emquanto que o rei pezava, com sabia circumspecção, o pró e contra das rasões, escutava simultaneamente os alvitres e pareceres de outros. Não foi para apavorar os infantes nem para os demover a renunciarem ao seu plano, mas unicamente para submetter a uma prova o seu zelo, para ouvir suas opiniões e argumentos e para se satisfazer a si proprio que D. João lhes oppunha uma série de objecções e difficuldades. «Vós pensaes talvez, disse o rei, que a demora da minha resposta provem de um certo embotamento e que as fadigas de tão longas guerras, que tive de sustentar já com as forças quebradas pela edade, tenham amortecido o natural ardor guerreiro. Mas illudis-vos; porque estou muito longe de querer evitar aquellas fadigas e hesito unicamente para as poder supportar mais seguramente. Primeiro, desejava investigar—porque é a inicial cousa que se deve aperceber—se a empreza é do agrado do Todo-Poderoso, e não póde haver n'isto duvida alguma, porque se dirige contra os inimigos de Deus! Em seguida, reflecti sobre a fórma mais segura de a pôr em obra, no que deparei com tantissisimas difficuldades. Principalmente com cinco. Em primeir logar, as grandes despezas que a empreza exige e os poucos meios que o reino offerece. Debalde invocaria a coadjuvação das municipalidades, que a não poderiam prestar, esgotadas como estão das guerras anteriores; com toda a justiça, se queixariam de terem de contribuir para uma guerra que não é necessaria, como a antecedente, mas sim voluntaria. Uma outra difficuldade é a falta de elementos militares. A empreza exige grande numero de guerreiros e o paiz não os tem; para os engajar do estrangeiro, faltam os meios pecuniarios. Mas, ainda mesmo que se encontrasse a força necessaria, de onde viriam os navios para a travessia? Não existem no reino e só se podem haver, do estrangeiro, com custo e a pezo de ouro. Arriscado é, além d'isso, deixar o reino sem defesa; porque facilmente poderia o inimigo, sob qualquer pretexto, romper a paz estipulada, aproveitando o momento favoravel de vingar prejuizos anteriores e conquistar

[1] Ruy de Pina, *Chronica do S. Rey D. Duarte*, cap. 11, pag. 107, na *Collecção de Livros ineditos de Hist. Port.*, Tom. I.

sem um golpe um reino pelo qual tanto pelejou. Assim perderiamos, para haver o que não nos pertence, aquillo que com tanto sangue adquirimos e que é unicamente nosso. Outro ponto. A conquista de Ceuta facilitará a de Granada; isto seria o mesmo que proporcionar ao inimigo os meios de accrescer as suas forças, para que as voltasse hostilmente contra nós. Finalmente, dado que de tudo sahissemos bem e tomassemos a cidade, como sustental-a?»[1]

O rei recommendou estes pontos á consideração dos infantes e esperou pela sua resposta. Apezar de abatidos, oppozeram ás opiniões de seu pae algumas replicas. O infante D. Henrique foi o que se exprimiu com mais vivacidade, e, por isso, o principe lhe pediu que no dia seguinte desse a sua opinião sobre o receio de que o rei de Castella arrebatasse Granada emquanto os portuguezes conquistavam Ceuta. O infante fez lembrar a seu pae o tempo em que este usava do titulo de rei, não tendo mais que a cidade de Lisboa, sem os seus fortes, e havendo contra si todo o reino; —que, apezar d'isto, com o auxilio de Deus e com o vigor do seu proprio braço, conquistou todo o paiz, sem embargo de toda a resistencia dos grandes de Portugal e de um tão poderoso adversario como era o rei de Castella. Tambem agora, ainda que Granada cahisse em poder d'aquella, não faltaria ao rei o poder não só para se defender de qualquer aggravo como para tomar uma posição offensiva. Não seria justo, pois, renunciar á guerra contra os infieis porque d'isso podesse advir qualquer vantagem ao rei de Castella; os mouros eram inimigos naturaes e os castelhanos, porém, apenas de occasião. A conquista de Ceuta não perturbaria a paz; pelo contrario, consolidal-a-hia, porque de um tal feito de armas elevar-se-hiam o poder e auctoridade de Portugal. A tomada de Ceuta facilitaria, de facto, a conquista de Granada; mas, ainda que o imperante de Castella não o comprehendesse, a acquisição d'aquelle reino não seria facil, e muito difficil seria a sua conservação. Decerto Deus, por cuja fé se intentava tão gloriosa empreza, velaria sempre pelo rei, afim de que seus inimigos não lhe causassem qualquer damno.

Enlevado por estas palavras do infante, que considerava suas,

[1] *Gesta Regis Johannis de bello Septensi...* per Matth. de Pisano, na *Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza*, T. I, pag. 15. Sylva, pag. 1400.

o rei aperta em seus braços o muito amado filho, abençoando-o paternalmente. Enthusiasmado, declara-lhe que estava resolvido, com a ajuda de Deus, a emprehender a conquista; e, como fôra elle o primeiro a declarar-lhe esta idéa, que fôsse elle tambem o primeiro a communicar a sua resolução a seus irmãos. Ainda no mesmo dia marcharam todos para o paço, na mira de renderem ao rei as suas graças.

O primeiro trabalho foi, pois, investigar secretamente da situação e posição da cidade, dos seus recursos e obras de defesa, conforme exigia o tentamen. O rei escolheu para isso dois homens competentissimos, o prior da ordem dos hospitalarios, Alvaro Gonçalvez Camello, e Affonso Furtado, capitão mór do mar, aquelle para examinar tudo que se relacionava com a cidade, este o que se referisse á marinha. Como pretexto, serviu a sua missão junto da rainha Blanca de Sicilia, viuva do rei Martinho, para lhe propôrem como marido, em vez do infante D. Duarte, herdeiro do throno, com quem desejava casar, o infante D. Pedro, o qual já era sabido que ella recusaria. Os embaixadores aportaram, com as suas galeras, em Ceuta, para se fornecerem de agua e outros mantimentos, como era então uso, e aproveitaram a sua estada, de quatro dias, para cumprirem a missão secreta. As suas propostas não fôram, como se esperava, acceites. D'isto deu a embaixada, quando voltou a Portugal, ao rei e seu conselho, que se topava reunido, a devida relação e participou depois áquelle, em segredo, as observações que fizeram em Ceuta.

Restava agora uma outra difficuldade, e não pequena, a D. João, para vencer. Duvidava de que a rainha desse o seu consentimento para a expedição voluntaria de seus filhos mares afóra; sabia, por outro lado, a consideração que o povo tinha por D. Filippa e quanto o seu consenso assegurava de antemão o applauso da turba[1] e não queria, além d'isso, contrariar a sua já enferma esposa e preparar-lhe qualquer desgosto. Conseguiram, finalmente, os infantes vencer as objecções apresentadas por sua extremosa mãe; não só approvou o proposito de seus filhos como se encarregou até de de-

[1] ... *tantae enim opinionis apud populum erat, quod solum illud recte factum videbatur, quod ipsa comprobasset.* Matth. de Pisano, «l. c.», pag. 21.

terminar o rei a que annuisse aos seus desejos. Animado por isso, D. João descobre, a sua esposa, que elle proprio tinha vontade de acompanhar os infantes á guerra. D. Filippa reprova, porém. «Tão justos me parecem os desejos dos meus filhos quanto mal cabidos os vossos. Meus filhos ainda não conquistaram nenhuma honra e teem, para a adquirir, de expôr as suas vidas ao perigo; vós, porém, já estaes seguro dos vossos triumphos e já adquiristes mais glorias que todos os reis do vosso tempo. Não é, pois, de bom conselho o ir, sem que a necessidade o obrigue, expôr n'uma hora aquillo que com o trabalho de tantos annos adquiristes. Vossa avançada edade exige que vos occupeis antes com o governo do vosso reino e com assumptos espirituaes e que deixeis vossos filhos procurar o que a sua edade e inclinação reclamam.» O rei respondeu: «Essas objecções reportam-se áquelles que ambicionam apenas honras terrestres, mas a mim guia-me o pensamento de que manchei as minhas mãos com o sangue de christãos, ainda que por uma causa justa, e que não darei satisfação a mim proprio emquanto não as lavar no dos infieis e tiver expiado a minha culpa libertando, com o meu proprio, para o consagrar a Christo, um templo em que Mahomed é venerado.»

Subjugada por estas rasões e cheia de piedade, retorquiu a rainha: «Não me opponho ao serviço de Deus; peço, pelo contrario, a esse proprio Deus que vos proteja em vossa expedição.»

Finalmente, D. João desejou ouvir o alvitre do condestavel, sabendo bem que, se este, pela sua conhecida experiencia da guerra e pela grande auctoridade, não approvasse a campanha á Africa, todos julgariam mais prudente abandonal-a e mostrariam pouca vontade de o coadjuvar. O rei teve occasião de fallar com o condestavel no Alemtejo; seu conselho em breve deveria tornar-se decisivo.

Haviam decorridos tres annos desde que D. João discorrera pela vez originaria com o infante sobre a expedição contra Ceuta quando elle, apertado por este, convocou emfim os seus conselheiros a Torres vedras, para objectivo similhante. Ao condestavel exprimiu, antes, o receio de que aquelles votassem contra, por medo dos perigos, quando lhes exhibisse o plano; ao que Pereira respondeu que o assumpto não devia ser apresentado á discussão como uma coisa duvidosa, mas que o offerecesse como objecto já decidido e unica-

mente para tomarem conhecimento, e que fizesse que fôsse elle o primeiro a votar.

Logo que o rei, n'esta assembléa, fez jurar a todos os conselheiros que guardariam segredo da communicação que lhes ia fazer e logo que apresentou a sua proposta, intimou o condestavel a que désse o seu parecer. Comtudo, este só tomou a palavra quando o herdeiro ao throno, a quem elle a cedia por ser alli o segundo depois do rei e conforme o uso da época, lhe rogou que fallasse. Nada mais tinha que fazer, disse Pereira, senão agradecer a Deus de lhe haver prolongado a vida até este momento, em que podia assistir ainda a uma tão grande como santa empreza; e pediu, beijando a mão ao rei, lhe concedesse tomar n'ella parte. Em seguida, o infante D. Duarte declarou: «Depois que um homem de tanta experiencia e de tão profundo conhecimento da arte da guerra exprimiu a sua opinião, elle só podia expressar o prazer que experimentava em se encontrar n'uma edade em que se sentia capaz de trazer com honra as armas e de servir o rei.» D. Duarte beijou a mão do soberano e assim os outros infantes, em tudo concordando com elle. Depois d'estes actos nenhum dos conselheiros ousou fallar contra a empreza.

Guiados pela convicção de que o exito feliz da campanha dependia, em primeiro logar, do segredo que se guardasse, todos concordaram em que era necessario, para do verdadeiro fim desviar os olhos do mundo. simular um outro. Foi por isso resolvido que o rei exigisse do conde de Hollanda uma satisfação e indemnisação ou que se declarasse guerra por causa das piratarias que os hollandezes se tinham permittido e diariamente permittiam contra os portuguezes. Fernão Fogaça, veador do infante, foi mandado immediatamente como embaixador á Hollanda; recebeu, porém, ao mesmo tempo o encargo de narrar em confidencia ao conde as intenções exactas do monarcha. Aquelle sentiu-se em extremo lisonjeado por esta demonstração, e representou, na assembléa publica onde o enviado apresentou as queixas e ameaças do seu senhôr, de accordo com Fogaça, perfeitamente o seu papel. Os conselheiros pediram ao conde, apparentemente indignado, que desse uma resposta affavel ao enviado, por consideração ás disposições em que se encontravam o rei e povo portuguez e seu posto seguro para com Castella. Elle ameaçava ex-

teriormente, e pelo enviado, sob reserva, endereçou os mais amigaveis protestos a seu senhôr; as piratarias cessaram desde ess'hora.

Entretanto, o rei mandara engajar nas costas da Galliza, Biscaya, Inglaterra e Allemanha todos os navios que se podesse avir, e o boato do equipamento de uma esquadra lusitana percorreu, engrossando, todos os paizes da Christandade. Quanto maior a auctoridade do rei D. João, tanto mais se espalhava a sua nomeada, com tanta mais curiosidade se perguntava em toda a parte qual o fim e intento de tão grandes aprestos. O rei mandou se fizesse correr que seus filhos D. Pedro e D. Henrique commandariam a esquadra, sem se declarar decididamente que se destinava á Hollanda, comquanto fôsse desejo seu que todos isto acreditassem. O infante D. Henrique foi encarregado do levantamento de tropas na Beira, o conde de Barcellos no Entre Douro e Minho; para ponto de embarque d'estas forças, destinou-se o Porto. As forças, de mar e terra, da Extremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve deviam ser levantadas pelo infante D. Pedro e embarcar em Lisboa. Ao principe D. Duarte, então já de edade de vinte e dois annos, confiou o rei a administração da justiça e rendimentos; elle proprio colheu a seu cargo a esquadra, e emprazou, por cartas dirigidas aos fidalgos e senhôres no reino, a estarem promptos, com as suas hostes, para a guerra, sob o commando de seus filhos. Tudo isto pôz todo o Portugal em grande movimento; todos os pensamentos, toda a conversação e actividade pareciam mover-se em volta d'este ponto. A excitação era tanto mais poderosa quanto mais anciosos estavam pela solução do enorme enigma, quanto mais desejavam saber o sincero alvo de tão grandes esforços e preparativos. Tanto o povo como a nobreza se perdiam em conjecturas[1]; o mais verosimil parecia uma expedição militar á Hollanda, porque guardavam d'este intento o maior sigillo.

O movimento em Portugal communicou as suas vibrações aos proprios paizes visinhos. Em Castella não se acreditava que um ataque á Hollanda exigisse tão grandes preparativos; receava-se, não

[1] Suppunha-se que fôsse Napoles ou Sicilia, onde os infantes iriam esposar as rainhas viuvas; pensou-se tambem em Jerusalem, porque o rei desejava cumprir uma promessa feita na batalha de Aljubarrota; alguns até fallavam de uma cruzada contra o anti-papa em Avignon etc.

obstante a paz com Portugal, pelo proprio paiz e parecia confirmar-se este receio, quando de Lisboa alguns negociantes genovezes escreveram aos seus conhecidos em Sevilha que, tão variadas quaes fôssem as opiniões sobre o destino da armada portugueza, os mais prudentes julgavam que ella fôsse dirigida áquella cidade; que, por isso, era conveniente que pozessem as suas mercadorias em logar seguro. Depois de longos debates, na côrte castelhana, resolveu-se que a tutôra do joven monarcha enviasse uma embaixada a Portugal, afim de inquirir das disposições do rei D. João e de lhe pedir o renovamento, segundo o convindo, do juramento a prestar no tractado de paz com Castella. A promptidão com que o rei correspondeu a esta intimativa e a bôa acolhida que os enviados acharam na côrte portugueza, eis o que dissipou toda a suspeita. Quando o rei do Aragão soube d'estes accidentes em Castella, não duvidou por mais tempo de que as miras de D. João se dirigiam contra os seus Estados e mandou, desconfiando do conde de Urgel e dos aragonezes, egualmente uma embaixada ao autocrata de Portugal, para que este declarasse quaes as suas intenções. Mas tambem o rei da Aragonia foi tranquillisado por o portuguez.

Se os soberanos christãos da peninsula temeram os preparativos de Portugal, muito mais receava agora o rei de Granada, visto o susto dos primeiros ser infundado. Todos os offerecimentos que elle fez, no tempo em que necessitava do auxilio do estrangeiro, tinham sido rejeitados; porque, quando o mestre estava em guerra aberta com Castella, quiz o rei de Granada presenteal-o mais de uma vez com o seu auxilio, mas o pretendente jamais o acceitou. Por outro lado, este nunca concluia uma paz ou um armisticio que o rei mouro lhe propozera. Por isso, muito maior e mais fundado era então o receio do sarraceno, uma vez que parecia não existirem dissensões entre o de Portugal e um soberano christão e terem sido tranquillisadas, como aquelle sabia, as côrtes de Castella e Aragão, pelo rei lusitano, sobre os seus preparativos. N'estas circumstancias, pareceu ao chefe de Granada mais prudente enviar egualmente embaixadores á côrte portugueza para desviar o perigo, que ameaçava. Estes representaram que seu senhôr nunca déra motivos a hostilidades; pelo contrario, que provara sempre a sua dedicação ao rei; que os subditos de ambos os paizes tinham gosado

sempre de commercio mais livre, que apenas n'esta occasião fôra interrompido pelos preparativos de Portugal. Pediram por isso ao rei que os tranquillisasse quanto á desconfiança de que estavam possuidos, dando-lhes uma certa garantia para que o commercio entre ambos os reinos proseguisse como anteriormente. D. João respondeu que o rei de Granada não tinha motivos para suspeitar e que o objectivo dos seus preparativos era outro. Os embaixadores não serenaram, porém, e dirigiram-se, segundo as instrucções e o uso do seu paiz, á rainha, sollicitando a sua mediação para com o rei de Portugal. D. Filippa os despediu observando-lhes que entre os soberanos christãos não era costume as mulheres intrometterem-se nos negocios de seus maridos, principalmente em assumptos publicos e do Estado; para estes objectos tinham elles os seus conselheiros. Que dirigissem o seu rogo ao rei e, se fôsse justo, certamente seriam attendidos. Vendo mallogrados todos os esforços, as grandes promessas que tinham feito á rainha e em seguida aos infantes, a captando prol da sua mediação, volveram os emissarios penalisados. Os mouros, desconfiados e receosos, collocaram as costas de Granada em estado de defesa.

Entretanto, estava prestes a fazer-se de véla a esquadra do infante D. Henrique, que já fôra chamado pelo rei. Brilhantemente equipada, guarnecida com numerosa marinhagem, trazendo todo o sequito do infante ataviado em suas tintas, os serviçaes de cada senhôr adornados com as respectivas côres e divisas, chegou a frota, ondeando suas flamulas, ao porto de Lisboa, onde a esperava e foi recebida no meio do mais ardente jubilo pelo infante D. Pedro, que se topava a bordo da sua esquadra. Entre os muitos nobres e senhôres que acompanhavam o infante D. Henrique, chamou a attenção o nonagenario Ayres Gonçalvez de Figueiredo, que, não tendo sido chamado, se reunira ao infante, com muitos escudeiros e numerosos homens de pé[1], tornando-se a imagem mais commovedôra do vivo

[1] Quando o infante viu a primeira vez o velho guerreiro, disse-lhe, admirando-o: «Á vossa edade conviria mais o repouso do que a guerra». «Longe de mim; replicou o venerando ancião, emquanto a energia vital percorrer os meus membros, emquanto não me abandonarem as forças, não cessarei de seguir o rei, meu senhôr, para onde quer que elle vá». Matth. de Pisano, pag. 32.

enthusiasmo que animava a nação, até á edade mais avançada dos seus membros. A vasta fama do rei, a necessidade, imperiosa, de acção, o espirito aventureiro da época attrahiam, de longinquos paizes, cavalleiros e nobres ás bandeiras do festejado principe. Assim offereceram um duque e um barão allemão (os nômes são desconhecidos) os seus serviços. O primeiro, porém, retirou-se, porque o rei não quiz e não podia dizer-lhe o fim da expedição; o barão ficou e prestou, com quarenta nobres, valorosos cavalleiros, optimos serviços. Além d'estes, distinguiram-se, entre os fidalgos estranhos, tres senhôres francezes e um rico inglez, que chegara, com quatro ou cinco navios, muitos arcabuzeiros e outras forças, para se reunir á expedição.

Tudo estava prompto para a partida quando um triste successo, acontecido na familia real, demorou o proseguimento da empreza, tornando até duvidosa a sua execução. Do meio do movimento que se agitava no porto, do centro da vida jubilosa na frota e na cidade, vemo-nos repentinamente transportados para junto do leito mortuario de uma dama que, já attrahente pela sua personalidade, ainda mais pela sua influencia benefica sobre a pessoa do rei, sobre os seus sentimentos e emprezas, pelas elevadas qualidades que soube depôr, como mãe, em seus filhos (só uma mãe o saberia fazer), captiva a compaixão do homem como do politico.

Durante a estada do rei e da rainha em Sacavem, morreram algumas pessoas, da peste, que se alastrara em Lisboa. Concordaram os dois em abandonar immediatamente este sitio, tomando o caminho de Odivellas; a rainha ainda se demorou, um pouco, para ouvir missa, sendo atacada, já na egreja, do mal, sem julgar que a doença que a investira era a epidemia que grassava. A molestia em pouco espaço tomou taes proporções que os medicos declararam inefficazes todas as receitas, antevendo os infantes e o rei o proximo desenlace. Sentindo breve a sua hora extrema, a rainha ainda se dirigiu a seu esposo, com o pedido de poder entregar a cada um dos seus filhos uma das tres espadas, enfeitadas de ouro e pedras preciosas, que o rei mandara preparar para o serviço d'estes cavalleiros. Quando, ao dia seguinte, se reuniram todos em volta do leito da rainha, junto da qual se viam as espadas, ella, apezar de atormentada com dôres violentas, tomou um dos gladios e entregou-o

ao primogenito, dizendo-lhe: «Meu filho, Deus, que te destinou para successôr de teu pae, quer tambem que governes o reino com justiça, sem o que não pode existir. Qual os edificios que, retirando-se-lhes os fundamentos, desmoronam; qual os navios, que, faltando-lhes os remos, se afundem, assim se anniquilam reinos, que não são governados com equidade. Por isso, toma esta espada e lembra-te sempre de que nasceste para futuro rei, para proteger os teus subditos e não para governal-os como escravos. Só faças o que o direito e a razão de ti exigirem: castigar aquelles que, segundo a lei, commettem crimes, para que a insolencia dos malfeitores e criminosos não progrida, evitar qualquer iniquidade dos grandes contra os pequenos e assegurar a cada um o que de direito lhe pertence». Cheio de respeito e commovido, tomou D. Duarte a espada da mão materna e prometteu fazer tudo quanto em suas forças coubesse. Em seguida, disse ella, dirigindo-se ao infante D. Pedro: «A ti confio esta espada, para que defendas donzellas e viuvas, onde possas, e que tu sempre protegeste com tanto zelo, para que lhes seja conferida a devida honra; porque é dever de um principe generoso proteger e amparar as mulheres a quem a natureza negou a força». A terceira espada foi entregue ao infante D. Henrique, com as seguintes palavras: «Seja sempre teu cuidado dispensar protecção áquelles que expõem a sua pessoa ao fogo e ao ferro, para bem do Estado, e não hesitam preferir a uma vida commoda uma morte gloriosa». Tambem D. Henrique prometteu, de joelhos, seguir a exhortação materna. Com toda a doçura de uma estremosa mãe, recommendou a moribunda, aos infantes D. Pedro e D. Henrique, que estimassem e respeitassem seu irmão D. Duarte, o qual receberia o reino depois da morte de seu pae. Que o reconhecessem como seu senhôr, visto que, segundo a vontade divina, fôra o primeiro que vira a luz, e que, além d'isso, era, conforme sabiam, tão justo, tão dôce e tão benevolo que os tractaria sempre como seus amigos e companheiros. Elles protestaram assim cumprir e depois ainda ella admoestou os tres a que conservassem, de futuro, a mesma estima que até á occasião haviam testemunhado, mutuamente, que se lembrassem sempre que tinham sido creados n'um só seio materno, que haviam repousado em identico berço e que nos mesmos compartimentos tinham gozado dos mesmos cui-

dados e de todas as delicias da juventude, recebendo a mesma educação.

No decimo dia da doença, o infante D. Pedro, a quem a rainha recommendara a protecção das mulheres e donzellas, se chegou, como representante de sua irmã D. Isabel, junto do leito de sua mãe e pediu-lhe que concedesse, como dote, a sua filha os bens que possuisse. A rainha assim o consentiu e a doação fez-se na presença do monarcha. Os infantes debalde pediram ao rei que abandonasse aquelle logar, para fugir á dôr que lhe causaria a vista da esposa moribunda e se esquivar ao perigo que adviria á propria pessoa; D. João declarou, porém, que não abandonava na morte aquella que fôra em vida tão bôa companheira, antes de excellente vontade desceria com ella á sepultura. Por fim, os rogos e representações urgentes dos infantes e seus conselheiros o demoveram, depois de se despedir, commovido, da rainha, a atravessar o Tejo e a logo retirar-se para um pequeno sitio chamado Alhos Vedros.

Desligando-se da vida terrestre e pensando na futura, a rainha entrega-se, nos seus ultimos dias, a piedosas meditações sobre a inanidade da vida humana; no decimo terceiro, ella pergunta aos assistentes: «Que vento sopra tão forte e bate tão violentamente o lado da camara?» «É vento Norte», responderam os infantes. «Julgo ser vento favoravel á vossa viagem, que, sem duvida, terá logar no dia de S. Thiago.» Ainda faltavam oito dias e uma partida tão rapida parecia impossivel n'estas circumstancias. Como, porém, se effectuou, sem se esperar, n'esta data, julgou-se vêr n'aquellas expressões da rainha uma predicção, sahida de seus labios moribundos. Approximava-se seu acabamento. «Agradeço-vos, Senhôra, disse, elevando seus olhos ao azul e espalhando-se pelo seu rosto um suave sorriso, o vos terdes dignado visitar a esta vossa serva, antes de ella sahir de sua prisão». Em seguida, ergueu ainda mais uma vez as mãos ao ceu, deixou-as pender sobre o peito e, cruzando-as, exhalou o ultimo suspiro.[1]

Uma desolação indescriptivel se seguiu a este momento no palacio, na cidade, em todo o paiz. A estima e veneração que as vir-

[1] Matth. de Pisano, pag. 33-35. Gomes Eannes de Zurara, cap. 44, Part. III, da *Chron.* de Fern. Lopes.

tudes da rainha haviam inspirado em todos os corações fizeram sentir com profunda dôr a grandeza do prejuizo e consagraram á fallecida as mais ardentes lagrimas. Como seu fallecimento coincidisse com um eclipse do sol, que durou quasi duas horas, viu o povo n'isto a tristeza da terra e do proprio ceu por causa do passamento de tão amada princeza.

D. Filippa, casada com o rei desde os seus[1] vinte e oito annos (2 de fevereiro de 1387), tinha sessenta e quatro annos quando falleceu. No seu traje, tão longe da vã ostentação como da negligencia affectada, muito chã no seu porte e gestos; em seu semblante, a côr e a expressão da castidade virginal, os olhos sempre baixos, como exigia a decencia d'aquella época; pouco fallava e só quando e como lhe parecia proprio e necessario, mas sempre com doçura e modestia; apenas pela grave dignidade e pela firmeza de suas palavras se reconhecia a soberana. Bem fazer era a pura neccessidade da sua alma e de sua religião; era seu trabalho favorito evitar qualquer discordia ou dissensão e estabelecer a paz entre os seus vassallos. Moderada em todos os gozos, só se permittia o mais indispensavel ao seu regrado viver; observava com tão demasiado rigor as prescripções da Egreja sobre o jejum que, não sendo muito forte, arruinou assim a sua saude. Consagrava algumas horas do dia ás orações e ás obras de devoção; adquiriu tal certeza nos exercicios divinos que estava apta a instruir os seus proprios capellães. O resto do tempo destinava-o a trabalhos domesticos e á educação de seus filhos. Tal como as mulheres das classes inferiores, cuidava dos assumptos de uma dona de casa e exigia que as que a rodeavam fizessem o mesmo. Assim como ella propria era um modelo de decoro e de parcimonia, assim tambem distinguia as mulheres ornadas d'estas virtudes d'entre as outras e admittia-as em sua côrte. Summo cuidado dedicava a rainha ao ensino e á educação de seus filhos. Ministrou-lhes um ensino mais abundante e mais alto do que o que era usado nas côrtes christãs da peninsula; e esta instrucção, ligada ao seu habitual decoro, era um fructifero exemplo para as classes gradas e circulos superiores. O porte, a convivencia, o tom e a linguagem ennobreceram-se. A côrte tornou-se uma escola dos mais

[1] Sousa, *Hist.*, T. II, pag. 29.

nobres e puros costumes e de um movimento intellectual mais subido.[1] Era de admirar que no meio de taes elementos, e sob a direcção materna, progredissem cinco filhos e se tornassem n'aquella época e n'aquella côrte um ornamento e o orgulho de uma familia real? E não seria D. Filippa merecedôra de um logar honroso na historia do povo a quem deu, educou e formou taes homens?

Devido ao excessivo calôr e á rapida putrefacção do cadaver, fôram os restos immediatamente dados á sepultura, celebrando-se, logo no dia seguinte, os devidos funeraes. Depois d'esta cerimonia, os infantes retiraram-se, com os cavalleiros que haviam assistido, para Restello[2], onde se encontrava o monarcha e ahi lhe exprimiram, vertendo lagrimas, o seu sentimento. Á pergunta: «O que resolvera elle referentemente á empreza contra Ceuta?», respondeu: «que sua dôr o impossibilitava de pensar em qualquer outra cousa. Que o infante D. Duarte reunisse os seus conselheiros e com elles discutisse o que se deveria emprehender. Que lhe communicassem o resultado da sua consulta e que elle faria então o que melhor lhe parecesse.»

A assembléa, segundo suas opiniões, dividiu-se em dois grandes partidos. Os infantes, com quatro conselheiros, votaram pela partida, conforme havia sido primeiramente determinado pelo monarcha. Tão grandes esforços, diziam, não deviam resultar estereis; e o passamento da rainha não póde obstar a uma empreza que já se tornara conhecida de todo o mundo. Os outros opinavam pelo adiamento de uma expedição de que dissuadiam tão maus presagios. Receavam, além d'isso, mais rapido desenvolvimento da peste entre tão compacta massa de gente. Fatigados, por fim, de discussões, submetteram ambos os partidos os seus alvitres ao rei. D. João decide-se pela partida e fixou-a logo para o quarto dia, animando a todos com a esperança de uma victoria. Não se harmonisando o luto com as armas, ordenou que depozessem os trajos de dó e vestissem fatos claros para exhortarem o coração e alegrarem a vista. Como por effeito de uma magica, se viu tudo transformado: os in-

[1] Lião, pag. 417, 418. Sousa, *Hist. gen.*, T. II, pag. 31, onde se encontra tambem o epitaphio existente na Batalha, tal como o rei o indigitara.

[2] Onde se levantou mais tarde Belem.

fantes, os grandes do reino e cavalleiros em vestes bordadas a ouro e prata e com armamentos brilhantes e seguidos de uma comitiva não menos fulgurante. Nos navios, onde fervia grande movimento, fluctuavam coloridas flamulas e pavilhões, e o som das trombetas annunciava estrepitosamente a sêde pela briga e a proximidade da partida. Os guerreiros fôram avisados pelos arautos para dispôr suas armas e acharem-se promptos a toda hora.

No quarto dia, segundo estava determinado, embarcou o rei (23 de julho) na galera commandada pelo conde de Barcellos, e mandou ancorar, ao dia seguinte (24 de julho), em Sancta Catharina, para apressar a concentração de todas as forças. Em seguida, passou, no dia de S. Thiago (25 de julho), para o seu proprio navio, e mandou o corneta dar um signal, que foi repetido a bordo de todos os bateis. Em poucos minutos toda a expedição ia mar em fóra. O commando supremo das galeras tomara-o o rei, e o das naus de linha o infante D. Pedro.[1] O governo do reino e a vigilancia sobre os infantes ainda jovens fôram confiados ao mestre de Avis, Fernão Rodriguez de Sigueira.

A armada para aquella época era consideravel; contava trinta e tres naus de linha, vinte e sete galeras de tres remos, com trinta e duas de dois, e cento e vinte pequenas embarcações. A raridade e belleza d'este aspecto, o mysterio e segredo da expedição, em que tomavam parte tantos nobres e grandes, os infantes tão amados do povo, o esperançoso successôr ao throno, e o festejado rei, tudo isto attrahiu milhares de pessoas, de Lisboa e arredores, para o porto e provocou as mais variadas observações e os mais vivos sentimentos.[2]

Vento favoravel impelliu a frota para o mar alto (26 de julho) e a levou para diante do cabo de S. Vicente, em frente do qual os navios abateram respeitosamente as flamulas, navegando, de seguida, para a bahia de Lagos, onde passaram a noite. Ao romper do dia (foi no domingo 28 de julho), depois de ter formado curia,

[1] Pelo que diz aos commandantes inferiores bem como aos mais considerados fidalgos da expedição, veja-se Matth. de Pisano, pag. 38; Lião, pag. 422.

[2] ... *quidam ad littora concurrere, et manus ad coelum tendentes, a Deo pro suis victoriam exposcebant.* Matth. de Pisano, pag. 39.

por isto, com os seus conselheiros, mandou o rei declarar qual o fim da expedição. Um sacerdote disse, em sua prédica, as idéas do monarcha e deu conhecimento da bulla, que D. João couseguira obter do Santo Padre, a todos que tomassem parte na campanha contra os infieis. Os guerreiros se prepararam então, pela fruição do Santo Sacramento da communhão, para a veneranda cruzada; seguidamente, continuaram o seu caminho até Faro; onde permaneceram até ao dia sete de agosto, por causa da calmaria. No dia nove, pouco antes de se fazer escuro, avistaram os portuguezes a costa da Mauritania. O rei mandou virar de prôa, porque, não desejando ser visto, só queria atravessar de noite o Estreito; e toda a armada lançou ferro, na tarde seguinte, diante de Algeziras (10 de agosto), com grande espanto dos mouros em Gibraltar e arredores. Foi aqui decidido marchar no dia doze de agosto contra Ceuta. Já a frota ia mar em fóra, com direcção á cidade, quando se levantou grande temporal e, obrando juntamente com a corrente do Estreito, impelle as naus de linha para Malaga, permittindo apenas ás galeras e pequenas embarcações o alcançarem com grandes esforços a cidade de Ceuta. Inquietos pela presença d'estes estrangeiros, fecharam os habitantes as portas da cidade, collocando-se em grupos sobre as muralhas mais por curiosidade do que por vontade de a defenderem.

Não tardou, porém, que os receios dos mouros se tornassem mais sérios, e Çala-ben-Çala, seu chefe, de accordo com seus conselheiros julgou da maior necessidade reclamar auxilio das povoações proximas. Previa-se, nos ataques, mais provocadôres do que prejudiciaes, que alguns campeadôres dirigiam de riba das muralhas, o preludio de uma grave peleja. Afim de se aguardarem os navios que tinham sido arrojados sobre Malaga, o rei dirigiu-se para o lado da cidade que tem o nôme de Barbaçote; como elles se demorassem, enviou ao seu encontro o infante D. Henrique e resolveu proceder a desembarque logo que estivesse reunida toda a esquadra. Outra violenta tempestade fez falhar novamente o seu plano e D. João viu-se forçado a procurar diversa posição — 16 de agosto — porque a situação desfavoravel do sitio não permittia a permanencia dos buques. Emquanto que as galeras dobravam com grande difficuldade o cabo de Almina, cruzavam no alto mar as naus de linha, que não manobrav i tão depressa. Finalmente, logo que o tempo abonançou, os

navios dirigiram-se sobre Algeziras, para onde tinham voltado as galeras; fôram, porém, arrojadas, de segunda vez, pela corrente contra Malaga. D'este desastre se regozijavam os mouros, tanto como os portuguezes o sentiam dolorosamente. Mas só a myopia dos homens viu n'isto uma felicidade para aquelles e uma desgraça para estes; esse mesmo infortunio preparou aos infieis a perda da cidade e facilitou aos christãos a conquista.

Tendo os sarracenos tomado a retirada da frota como uma partida definitiva, despediram logo os seus auxiliares, que começavam a tornar-se-lhes pezados: segundo se affirma, eram dez mil homens, na mór parte numidas, homens ávidos de pilhagem e guerreiros.[1] Em verdade, tambem os portuguezes julgavam voltar para Portugal quando se viram, por ordem do rei, tão affastados do seu alvo; D. João, comtudo, não era homem que se deixasse apavorar pelas difficuldades, que se deixasse desviar do seu intento por quaesquer obstaculos. Embarcando, n'um pequeno baixel, com os seus mais intimos conselheiros e chegando-se, para que todos o ouvissem, a uma curta distancia da esquadra, apontou aos seus guerreiros as grandes despezas e esforços que, consoante elles sabiam, tinha occasionado similhante expedição e como aproveitara a sua estada em Barbaçote para investigar do estado da cidade e da costa; que declarassem, pois, se se havia de marchar contra Ceuta ou contra outro qualquer ponto. Nos debates sobre analogo assumpto destacavam tres opiniões differentes. Uns (todos os infantes, o condestavel, o mestre dos hospitalarios e poucos mais) reputavam contrario á honra do rei a renuncia à conquista de Ceuta; outros propunham a tomada de Gibraltar; os terceiros exigiam a retirada para Portugal. D. João prometteu tornar conhecida mais tarde a sua resolução; ordenou, porém, que se encontrasse prompta a esquadra. Quando toda a frota era reunida, foi a terra, sentou-se no chão e declarou aos conselheiros, depois de terem tomado logar em seu redor, quanto seria vergonhoso deixar de parte a grande cidade de Ceuta, o alvo de desejos tão ardentes e de tantos annos, para conquistar o insignificante ponto de Gibraltar; a Portugal, porém, não voltaria antes de submetter Ceuta. «Ainda hoje — disse D. João —

[1] Matth. de Pisano, pag. 43.

partirei para alli; quero desembarcar amanhã e proseguir immediatamente na empreza, até que Deus me permitta conseguir o seu fim». Vendo os conselheiros o rei e os infantes tão resolutos e obstinados, não ousaram contradizel-os. Uma viva disputa se suscitou sobre o local mais conveniente para desembarque. O rei queria estabelecer o acampamento sobre a alta de Almina, contra o que todos se levantaram, porque era aberto o lado da cidade que deitava para o deserto e porque os mouros podiam, sem impedimento, fazer as suas sortidas, chamar os auxiliares e prover-se de todos os necessarios. Aos olhos do rei, todas estas razões deviam ceder perante a sua convicção de que sobre Almina, não necessitando de fossos e trincheiras, só tinha a combater os habitantes de Ceuta, sem recear os auxiliares, que estavam chegando. O successo mostrou a exactidão com que o monarcha indagara e examinara a situação da cidade antes de desencadear-se a tormenta. Assim como tinha de agradecer áquella tempestade a partida dos auxiliares, assim á escolha d'este posto favoravel talvez todo o resultado da empreza.

O rei escolhera uma brilhante assistencia. Já em Lisboa lhe pedira o infante D. Henrique que lhe fôsse concedido o ser o primeiro a desembarcar quando a esquadra chegasse diante de Ceuta. Seu pae addiara a resposta até esta occasião, em que, lembrando-se da supplica de seu filho, sedento de feitos, lhe confia a execução do fragmento principal do scopo. O rei desejava ancorar ainda em este mesmo dia nos baixios de Ceuta; por outro lado, o infante, com parte da armada que trouxera do Porto, devia, na noite seguinte, dirigir-se ao alto de Almina, que ficava quasi mil passos distante do logar escolhido, para desembarque, pelo rei, lançar ahi ferro e, ao romper do dia, mandaria equipar a sua força para poder desembarcar rapidamente, a um signal dado pelo soberano. No caso de que os muros, á vista da maior parte da frota em direcção a Ceuta, corressem para este lado, com mira a evitar o desembarque, podia o infante obter sem obstaculo a costa, occupar Almina; e, caso os mouros se voltassem para alli em defesa, podia o infante sêr defendido pelas tropas do rei. D. Henrique correspondeu com a mais denodada coragem a esta confiança honrosa.

Quando os habitantes de Ceuta aperceberam a approximação da

frota, os principaes correram á residencia de Çalá-ben-Çalá, para, de accordo com elle, tomarem as necessarias medidas. Este, de avançada edade e circumspecto, previu um mau resultado. A empreza de um rei de tanta nomeada, que batera com pequenas forças tantas vezes Castella e que, em parte, conquistara para si proprio Portugal e que agora, em pessoa, com seus filhos, com a flôr do seu exercito e com uma importante esquadra, tencionava executar esta expedição, que tão habilmente conservara secreta até ao momento em que não se esperava quaesquer soccorros, devia incutir certos receios ao ancião. Os seus confidentes, a quem declarou o seu intento de fugir ainda na mesma noite, a custo o detiveram d'este passo. Ordenou que fôssem occupadas com numerosa força as muralhas da cidade que deitassem para o lado onde fundeara a frota e que se collocassem em todas as janellas das casas luzes para dar a Ceuta o aspecto de uma cidade bastante povoada. Esta disposição offereceu aos portuguezes um espectaculo mais deslumbrante do que amedrontador.

Ao romper do dia via-se o rei, armado, de cotta de malha, cingindo a espada e defendido por um capacete, passar de navio para navio, de rosto prazenteiro, animando todos e inflamando-os com a esperança de um triumpho. Prohibiu que pizassem a costa antes do desembarque do infante D. Henrique em Almina. Alli, porém, já todos esperavam o signal de desembarque, e com muito maior impaciencia o aguardavam quando o sol dardejava já raios ardentissimos e o grito de guerra dos mouros na costa os provocava á lucta. Então João Fogaça, veador do conde de Barcellos, não poude supportar por mais tempo a demora e dirigiu-se no seu barco para terra; Ruy Gonçalez, mais tarde veador da infanta D. Isabel, que saltou primeiro em terra, lançou-se tão impetuosamente sobre os mouros que lhe oppunham resistencia que deixou espaço livre para os portuguezes que o seguiam. Foi então que o infante D. Henrique passou, com dois outros, para um barco, mandando dar o signal para o desembarque geral e alcançando a terra, acompanhado de muitos guerreiros, emquanto que Ruy Gonçalez e mais um cavalleiro allemão, impellido na briga com o inimigo, lançava pelo pó um mouro de immensa estatura e extraordinaria força — aos olhos dos infieis presagio funesto. Tambem D. Duarte se dirigiu

n'este lance, com alguns guerreiros (outros estavam detidos pela prohibição do rei, que, relativo a sua esquadra, tomava as suas disposições), n'um barco a Almina, onde se tornava cada vez mais ardente a peleja, porque os inimigos sahiam em grandes massas da cidade e atacavam com impeto os portuguezes. Os dois irmãos D. Duarte e D. Henrique encontraram-se e reconheceram-se no meio do combate, e os seus esforços reunidos conseguiram, finalmente, repellir o inimigo e occupar o alto de Almina.

Foi aqui que o infante D. Henrique quiz esperar a chegada do rei, conforme elle tinha determinado; mas D. Duarte fez sentir a seu irmão o perigo da demora e ambos os infantes resolveram conduzir de novo contra o inimigo as suas tropas, já desembarcadas. Fôram recebidos pelos mouros com firme coragem e uma lucta ainda mais encarniçada que a primeira que se travara. No meio da massa de mahometanos e christãos destacava um combatente de extraordinaria estatura, de côr preta, cabello crespo, dentes alvissimos e grandes labios grossos, similar aos ethiopes mas não nascido em Ceuta, caminhando nú, sem outra arma mais que a sua funda, a qual manejava, porém, com terrivel violencia.[1] Assim acertou em Vasco Martins, fidalgo do sequito do infante D. Henrique, que ficou como petrificado, mas que, recuperando pouco depois as forças, se lança de novo entre o inimigo e fére, com sua lança, o africano. Vendo os sarracenos lançado por terra o gigante, subjugado e inanimado, fôram accommettidos de panico, recuaram um passo, sendo investidos então com dobrada coragem pelos lusitanos. Breve batidos em debandada e perseguidos, correm até junto da parte de Almina, precipitam-se na cidade e com elles Vasco Martins, o primeiro lusitano, que logo é seguido por outros, uma vez que a confusão e precipitação não permittiram aos fugitivos fechar os portões. Os infantes D. Duarte e D. Henrique entram em seguida na cidade e apoderam-se, por propostá do primeiro, com, pouco mais ou menos, quinhentos homens, de um posto elevado. Entretanto, haviam desembarcado, dos navios do infante D. Henrique, cavalleiros e peões, que correram, parte para Almina, parte para a cidade, em soccorro dos seus; o infante, suffi-

[1] Matth. de Pisano, pag. 49, 50.

cientementemente reforçado para se poder assegurar de um resultado feliz, não queria gastar mais tempo ocioso n'aquelle ponto (era quasi meio dia). Accordaram em occupar diversas posições da cidade, para que os mouros não ganhassem espaço de se reunir e assentar em um plano. D. Duarte, que depôz porção da sua armadura mercê do calor, investiu logo com a parte alta da cidade, Cesto chamada, e occupou-a; D. Henrique tomou pela estrada principal; os outros avançaram contra varios sitios, todos empregando os maiores esforços e supportando grandes combates, porque todas as ruas e logares da cidade se encontravam repletos de mouros.

Entretanto, tinham esperado bastante tempo o signal de desembarque os que se viam a bordo da esquadra do rei, comquanto estivessem menos preparados do que deviam e o principe se esforçasse continuamente por estabelecer melhor ordem. Quando viram as forças do infante D. Henrique desembarcarem aos grupos e avançarem contra Almina, os inimigos abandonarem os seus postos sobre as muralhas e correrem para aquelle lado, julgaram que se tractava do destino de Ceuta; o infante D. Pedro entendeu, apezar de que o rei não tivesse ainda voltado da sua visita aos muitos navios, não dever demorar mais e mandou, quando soube da partida de D. Duarte, dar o signal para se mostrarem promptos. O soberano apparece, finalmente, e ordenou que se fizesse o desembarque o mais breve possivel. «Sim, senhôr», diziam os fidalgos, que impacientemente tinham procurado o rei, «agora que a cidade se acha tomada, podemos partir e colher alguma honra.» Assim como os fidalgos da esquadra do monarcha se queixavam de não terem podido participar da honra, assim os soldados de não terem tomado parte no despojo. O desembarque fez-se agora com a maior rapidez e o imperante avançou com o seu exercito, para deante da porta oriental da cidade, onde fez alto, dispersando depois os chefes, com suas respectivas forças, para diversos pontos da praça. Tambem estas tiveram que desempenhar penosa tarefa e sustentar grandes brigas, visto que todas as ruas e logares publicos se pejavam de inimigos, que combatiam pelos seus haveres, pela sua fé e pela sua patria. A gloria do dia pertence, porém, sobre tudo, aos infante D. Duarte e D. Henrique e aos valentes soldados do ultimo. Fôram elles os primeiros que desembarcaram em terra inimiga, que romperam a resistencia

do adversarios o qual. de uso, empregava no primeiro ataque todo o seu impeto, toda a sua furia. D. Henrique, principalmente, praticou n'este dia feitos que pareciam prodigios. Mais de uma vez se expoz a perigos taes que d'elles, segundo o que a todos se afigurava, só se podia salvar (como de facto se salvou) por milagre. Assim o viram atravessar, com a viseira baixa e coberto pelo escudo, uma ala de quinhentos christãos em debandada, avançando contra os mouros que os perseguiam e investindo-os com tal ardor que os fez retroceder; os christãos em fuga, logo que o reconheceram, cobrando novo animo, volvem sobre si e imitam, no vigor do ataque, o seu exemplo.

Só na construcção particular das cidades mouriscas, nas suas estreitas e tortuosas travessas, encontramos a explicação de como era possivel que um unico homem se podesse defender contra tal quantidade de gente armada.[1] Sem duvida que os outros chefes, o condestavel Pereira, o mestre da Ordem de Christo, Lope Dias, Pedro de Menezes e muitos outros, se mostraram n'esta occasião dignos da sua antiga gloria. Do mencionado nonagenario se refere expressamente que todo o dia, sem descanso, empunhou as armas; mas a historia não nos conservou a descripção dos seus serviços em Ceuta, porque o contemporaneo a quem devemos a noticia da conquista da cidade pertencia ao sequito do infante e se esforçou, portanto, em relatar os feitos do seu senhôr e outrosim os de D. Duarte.[2]

Por volta do anoitecer, cessou o combate e da parte dos portuguezes ficou assente o restringirem-se a vigiar cuidadosamente durante a noite o castello, a fim de o aggredir no dia seguinte. Os soldados que fôram escolhidos para espia notaram que nem sobre a muralha nem no interior do forte havia um posto ou guarnição; e deram d'isto o devido conhecimento ao rei. Immediatamente foi incumbido João Vaz de Almada, que conduzia a bandeira de S. Vicente, a mesma que a cidade de Lisboa arvorava, de a plantar

[1] Matth. de Pisano, pag. 53. Liaõ, pag. 446, 447.

[2] Sobre a fixação do tempo da expedição, veja-se, principalmente, Francisco Leitão Ferreira, nas *Noticias chronol. da Universidade de Coimbra*, pag. 323 e seg.

sobre a torre mais alta da cidade. Quando se dispunha a forçar a porta do castello, dois homens se mostraram sobre a muralha, um genovez e um biscainho. «Não empreguem tanta força, lhe bradaram em castelhano, nós a abriremos!» Eram os unicos que tinham ficado. Çala-ben-Çala, desesperando da defesa do castello contra tal inimigo, como de um breve soccorro, partira, com os seus, com suas mulheres e filhos e com os melhores haveres, pela porta do norte da cidade, dirigindo-se para as povoações proximas. Pelas sete horas, estava a cidade totalmente despojada de sarracenos; muitos tinham achado alli a sua morte, outros haviam fugido. Doentes, velhos, algumas mulheres e creanças, que não podiam abandonar suas habitações ou que não queriam separar-se do seu querido berço natal, fôram levados para os navios, assim como todos os prisioneiros. Affirmam os portuguezes que só morreram oito christãos; o numero dos mouros que succumbiram não foi dado com exactidão (e não podia ser). É indicado, porém, como muito grande, o que parece assaz provavel e crivel, attendendo á população da cidade, ao rapido ataque, ao odio dos christãos contra os infieis. Muito consideravel foi o despojo em ouro, prata e outros objectos preciosos, incalculavel a quantidade de mercadorias que cahiram nas mãos dos lusos. Mas o guerreiro muitas cousas desperdiçava, em vez de d'ellas tirar proveito, porque, na cega inimizade e não se lembrando que tudo era seu, destruia muito objecto util e precioso.

Ainda que se tivesse talvez calculado extremo diminuto o despojo que a cidade offerecia n'este momento, era, comtudo, assaz importante para Portugal a acquisição de Ceuta, mais valiosa do que poderia parecer á primeira vista. A cidade destacava como importante em si e pela sua posição e relações com o estrangeiro, sob o ponto de vista commercial e politico. Muito importante para o presente e muito mais ainda para o futuro de Portugal.

Ceuta passava pela cidade mais bella e populosa da Mauritania.[1] Notavel pelos seus edificios, mesquitas e estabelecimentos scientificos, era circumdada, ao mesmo tempo, por arredores agradaveis e ferteis, em que se destacavam innumeros chalets. Extensas vinhas offereciam uma rica colheita para passas, tanto mais estima-

[1] Leo Afric., III.

das e apreciadas quanto viam prohibido o gozo do vinho os mahometanos. A cidade era a séde de varias industrias; aqui se faziam os mais perfeitos trabalhos d'aquelle tempo em couro, seda e ferro, e d'este ultimo artigo progrediu muito a manufactura. Pela sua posição, resultava um magnifico emporio para a Africa e a Europa; o grande deposito e mercado onde Alexandria descarregava as suas indicas especiarias odoriferas, a Hespanha, França e Italia todo o seu superfluo, levando em troca artigos de que necessitavam. Prosperidade extraordinaria era o fructo d'este grande movimento e commercio, que foi destruido momentaneamente pela conquista e dominação dos christãos, mas que com facilidade poderia ser restabelecido, se os portuguezes estivessem habilitados para taes ensanchas. Elles consideravam, porém, Ceuta apenas o ponto inimigo, de onde sahiam em tempos anteriores amiudadas vezes os numerosos enxames de arabes e mouros que inundavam e aterrorisavam o sul da Hespanha e o Algarve. Eram passados aquelles tempos e não havia que recear taes invasões; mas Ceuta tinha ainda um certo poder sobre estes paizes. Navios lusos e hespanhoes, como as outras embarcações christãs, que atravessavam o Estreito, tinham de tocar no porto de Ceuta e satisfazer um certo direito maritimo, imposto de ancoradouro, se não queriam ser tractados como inimigos pelos bateis mouros qué cruzavam na costa. E não era apenas d'esta fórma que Ceuta se oppunha hostilmente a Portugal e a Hespanha; sempre que os mouros de Granada se topavam em aperto ou que incommodassem os visinhos christãos, encontravam prompto auxilio e soccorro dos de Ceuta; esta cidade offerecia sempre um seguro refugio, recebia em todo o tempo o afflicto inimigo do christão, assim como enviava guerreiros, sedentos de peleja e ávidos de pilhagem. Com algum motivo era denominada a chave do christianismo e o terror de Hespanha.[1]

O pequeno numero de heroes lusitanos quebrou esta chave e desfez este phantasma dos ultimos seculos. A sorte e o destino de Ceuta fôram mudados repentinamente. Na posse dos portuguezes, tornou-se desde então mas foi a chave dos paizes do Islam, o terror dos mahometanos. Desde este momento devia sêr o baluarte do

[1] Lião, pag. 458.

christianismo na costa d'Africa, e para o rei D. João, primeiro conquistador, uma garantia de que seus successores adquiririam, em guerras constantes com os infieis, novas e mais extensas regiões para a fé christã, ao mesmo tempo um desejado terreno para combates e uma escola pratica para a nobreza de Portugal, sedenta de lucta, fazer os seus exercicios cavalleirescos. «N'esta empreza, declarou o rei, fôra sua intenção, quando se fallou da conquista de Ceuta, servir a Deus e restituir á Egreja a cidade que tão hostil se tornara á christandade, a que outr'ora pertencera. Ceuta devia, pois, ser conservada ao christianismo, para que outros soberanos christãos ou os futuros reis de Portugal se sentissem impellidos a continuar, pelo seu santo zelo, a conquista de Africa e a arrancar das mãos dos infieis os paizes que anteriormente os christãos haviam possuido. Assim se evitaria tambem que os lusitanos, pela ociosidade que sempre segue á paz, cahissem em inacção e enervamento, soffrendo as suas forças e conhecimentos no manejo das armas. O que Carthago fôra para Roma, deveria ser Ceuta para os portuguezes. Todos os dias fôra instado pelos seus cavalleiros para que lhes concedesse a permissão de partir para paizes estrangeiros afim de alli se exercitarem; agora tinham lucta onde podiam satisfazer o seu desejo em proveito do serviço da Divindade e sem maior dispendio, não fallando n'outras vantagens que offerecia a posse d'esta cidade.» Conseguiu-se este fim; e a primeira empreza militar dos portuguezes contra uma affastada potencia viu-se coroada do mais glorioso triumpho.

Foi egualmente a primeira expedição maritima, o primeiro feito de armas sobre esse elemento onde os portuguezes pela primeira vez se não sentiam seguros; e sua frota, não se podendo governar, foi impellida pela corrente do Estreito, no qual, porém, breve deviam ficar victoriosos e senhores afamados. Ceuta tornou-se para os portuguezes o ponto de partida a outras conquistas na costa de Africa; e a tomadia d'esta cidade, que encheu de alegria e admiração todos os paizes christãos no mar Mediterraneo, foi a mãe de planos grandiosos, emprehendimentos audazes e feitos admiraveis. Ao espirito e actividade da nação se abriu um novo campo, se deu outro orientamento. Expedições maritimas eram desde então o sonho dos portuguezes e Ceuta despontava, por assim dizer, o primeiro

élo da longa cadeia que navegadores portuguezes estenderam em redor da costa de Africa e cujo ultimo fuzil dourado se encravava no paraizo das Indias. Elevado pensamento e um espirito de extensa actividade dominavam na solemne transformação do templo mahometano em templo christão, que se realisou logo depois da conquista, na solemne outhorga da espada de cavalleiro, que D. João n'este templo deu a seus filhos; D. Henrique, o insigne navegador, merecendo-a, foi investido na desejada dignidade de cavalleiro em o logar d'aquella parte do mundo em que pouco depois devia fundar a sua immortalidade.

No primeiro domingo depois da tomadia da cidade foi a mesquita consagrada, com grande pompa, e celebrada a primeira missa por todos os ecclesiasticos que havia no exercito. Um *Te-Deum*, acompanhado de duzentas trombetas, fóra os timbales e outros instrumentos, annunciava por toda a parte o triumpho do christianismo sobre o Islam. Os sons solemnes de dois grandes sinos, roubados n'outro tempo pelos mouros em Lagos, procurados agora, com interesse, por filhotes d'este lugar e restituidos ao seu antigo mister, produziam nos guerreiros uma certa emoção e chamavam-os a piedosas devoções.

Em seguida os infantes se dirigiram para os seus aposentos. afim de se revestirem de suas ricas armaduras, e voltaram pouco depois para a egreja, aos accordes de uma magestosa musica guerreira, todos os tres-jovens, de estatura elegante, belleza viril e nobre presença, decorados de brilhantes adornos militares, acompanhados de uma longa fila de senhôres e fidalgos ricamente vestidos. O rei D. João estava profundamente commovido por este espectaculo; a lembrança de sua fallecida companheira (que tão ardentemente desejava assistir á consagração a cavalleiros de seus esperançosos filhos) arrancava-lhe dos olhos lagrimas brilhantes. Chegado o cortejo á egreja, ajoelhou, em primeiro lugar, o infante D. Duarte perante o rei; desembainhou a espada, que lhe dera sua mãe para esta solemnidade, beijou-a e entregou-a a seu pae, que com a folha da mesma lhe applicou a pancada ritualistica. A mesma cerimonia se repetiu com os outros infantes, que, osculando, reconhecidos, a mão do rei, voltaram para suas comitivas, afim de conferir a varios nobres do seu sequito identica dignidade á que tinham acabado de

receber de seu progenitôr e senhôr, como muitos outros. Assim o infante D. Pedro armou cavalleiro aquelle Alvaro Vaz de Almada, sem presentir que este nobre o seguiria depois com apaixonada fidelidade até á morte. Das mãos de D. Duarte recebeu a dignidade de cavalleiro o conde Pedro de Menezes, nomeado, a pedido do infante, pelo soberano, commandante de Ceuta, recebendo assim o tão espinhoso como honroso encargo de defender, com uma pequena mas escolhida guarnição, que lhe deixaram, uma grande cidade, situada no centro do paiz dos infieis, contra inimigos ferinos, addicto a conservar uma conquista, realisada mais pela surpreza do que pela superioridade de forças, reunidas, de um poderoso exercito.

Ainda de Ceuta o rei mandou espalhar a noticia da sua victoria, sobre os infensos do christianismo, por toda a costa do reino de Castella e annuncial-a ao rei do Aragão por uma embaixada. Em seguida regulou todos os negocios da cidade, exhortando ao commandante que bem tractasse os guerreiros que ficavam, assim como a estes aconselhou obediencia para com aquelle. «Uma verdade vos recommendo, disse o rei, despedindo-se do conde, e que devereis ter sempre presente como a prescripção maior: em todas as vossas disposições seja o serviço de Deus a primeira cousa e o principio. Dou-vos plenos poderes para governardes a terra como se fôsse eu proprio que estivesse aqui; para nomeardes funccionarios da justiça e dos redditos reaes e obrardes tudo o que, segundo a vossa consciencia, entenderdes por bem do sitio. Não exijo de vós o juramento de fidelidade pela cidade e pelo castello, porque tenho em mente confiar-vos não só Ceuta como todas as outras povoações que Deus nos houver de dar n'este paiz. De nada mais vos encarrego por emquanto, porque sei e conheço a circumspecção com que o Altissimo vos dotou e que não vos será tão difficil julgardes e realisardes os melhoramentos como custoso é para mim apontal-os n'este momento».[1] Repetidas vezes, o rei exhortou, na despedida, o commandante a que se assegurasse dos corações de seus cavalleiros e subordinados; «porque», accrescentou, «o governo pela violencia nunca é seguro. Aquelle proceder adoptei desde o começo da minha inge-

[1] *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, escrita por Gomes Eannes de Zurara, cap. 7, na *Collecção de Livros ineditos de Hist. Portug.*, T. II.

rencia no Estado e, graças a Deus, sempre me encontrei bem, como sabeis».[1] Em seguida, se separa[2]; a dois de setembro de 1415, levantaram ferro, com destino á patria.

Chegados a Tavira, o rei fez chamar seus filhos, para recompensar, conforme se expressava o soberano, os grandes serviços que haviam prestado n'esta campanha, exceptuando D. Duarte, que, na qualidade de successor e herdeiro de seus Estados, nada mais podia receber. Elevou o infante D. Pedro á dignidade de duque de Coimbra, e D. Henrique á de duque de Viseu; este ultimo, em razão das suas diligencias para o equipamento da esquadra no Porto e para a tomadia de Ceuta, tambem a senhôr da Covilhãa. Todos que serviram o rei fôram accumulados de presentes e despedidos em Tavira com os protestos do mais benevolo reconhecimento; os navios estrangeiros receberam com prodigalidade o seu frete e voltaram jubilosos para seus paizes.

Seguidamente o rei continuou sua viagem até Evora, onde esperavam a chegada de seu pae os infantes D. João e D. Fernando, que, em virtude de sua mocidade, tinham ficado em Portugal. Acolytados de seu preceptor, o mestre da Ordem de Aviz, e de todos os habitantes da cidade, fôram ao encontro do rei e acompanharam-o, ao estrepito dos hymnos, entoados por copia de mulheres e creanças que o precediam, até o palacio, onde o aguardava a infanta D. Isabel, rodeada das damas da côrte e da cidade. Tudo chorava, commovido. A felicissima volta do festejado pae de sua patria, que, com este triumpho sobre os infieis, coroou as suas anteriores victorias; a vista dos seus filhos, queridos e florescentes, cujos feitos diante de e em Ceuta justificavam as rutilantes esperanças da nação guerreira; o regresso feliz e glorioso de todos os militares (apenas muito poucos é que não tornaram a vêr sua terra), que aqui abraçavam o irmão ou pae, alli a irmã ou esposa; o seu retorno de uma empreza que, a principio pelo mysterio e sigillo em que fôra envolvida, alarmou os espiritos e os encheu de um certo receio e que, depois pela direcção inesperada e pela rapidez da exe-

[1] *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, escrita por Gomes Eannes de Zurara, cap. 9, na *Collecção de livros ineditos de Hist. Portug.*, T. II.

[2] A tocante despedida dos portuguezes veja-se *ibidem*, cap. 10.

cução (a travessia pouco mais durou do que um mez, a tomadia da cidade duas horas)[1], a todos surprehendeu, e que, mercê da audacia dos actos, causou admiração e regosijo pelo diminuto numero de victimas—tudo isto acordou as mais variadas emoções, as quaes, reunidas, constituiram um sentimento poderoso de jubilo, que, por longo, animou serenamente toda a nação. O *Te Deum*, celebrado pelos guerreiros christãos na principal mesquita de Ceuta, foi o canto festivo do reinado de D. João, entoado ao declinar glorioso da sua vida agitada e tempestuosa. Annunciava aos portuguezes o seculo da sua grandeza. Quando o monarcha mandou plantar a flamula de S. Vicente sobre o castello de Ceuta, abriu aos lusitanos um mais vasto horisonte e marcou-lhes melhór remontado fim; desde então a sua vista alonga-se sobre o cabo de S. Vicente. No promontorio sagrado, porém, (o *Promontorium Sanctum* do antigo mundo) se colloca, nos annos seguintes, o infante D. Henrique, cravando o seu olhar nas agitadas vagas, contemplando a immensidade dos mares e meditando n'um novo mundo.

4) Possessões e relações exteriores de Portugal

Occupação de Ceuta. Primeiras descobertas e estabelecimentos portuguezes. Relações de Portugal com outros estados christãos.

Nenhum soberano portuguez entreteve até esta época tão variadas relações com o estrangeiro como D. João. Sua, a principio tão duvidosa, perspectiva á corôa; a superioridade e hostilidade de seus rivaes e adversarios; a necessidade de auxilio estrangeiro; a incerteza mesmo ainda no throno, tudo junto o impelliu e forçou a procurar em outros paizes allianças. Suas relações com o estrangeiro multiplicaram e augmentaram quando tomou uma posição successivamente mais firme e mais energica e quando adquiriu a consideração dos soberanos da Europa occidental, quando conseguiu estreitar ligações familiares com monarchas estranhos e obter o seu auxilio para a conservação do seu novo ramo real, despertando, finalmente, no seu povo um espirito emprehendedor, que, depois de

[1] Gom. Eannes de Zurara, cap. 10. pag. 243.

ter domado o mar a quebrar-se na costa de Portugal, seu nativo limite, alcança no extremo da Africa a primeira victoria e toma posse do terreno, caminha, de descobertas em descobertas, á margem d'esta parte do mundo, até chegar a possessões cuja amplitude fez esquecer ao globo a pequena patria e a esta—a si mesma.

CEUTA É SUSTENTADA

Os mouros não poderam supportar a dôr que lhes causava a perda d'este logar. Convencidos da sua importancia, para suas zonas africanas como para o reino de Granada, sentiram profundamente o grave prejuizo e inquietavam sem cessar a guarnição dos christãos; os sarracenos fugidos e os dos logares visinhos não os deixavam descansar um dia e procuravam promover-lhes o maior prejuizo possivel. Apezar de que o rei ordenara ao commandante da praça, o conde de Menezes, de não sahir da cidade com as suas forças sem se vêr em grande perigo, estas com desagrado o supportavam, quando turbas de mouros cingiam a cidade e as provocavam, escarnecendo-os, á lucta. Algumas vezes os fidalgos lusitanos, com permissão do commandante, faziam a sua sortida impetuosa para vingar tal motejo, e manter á coragem dos portuguezes e bravura cavalheiresca dos christãos o devido respeito. Sempre se retiravam os inimigos em numero mais diminuto e desanimados para as suas habitações. N'estas repetidas brigas os cavalleiros luscs praticavam feitos como os gregos e romanos quasi não executavam melhor em seus aureos cyclos, por ambição de gloria e amor á patria e pelo seu espirito bellicoso; os portuguezes os praticavam tambem por zelo santo de sua fé, pela vocação da cavallaria, pelo sentimento da sua honra, pela sua fidelidade e dedicação para com seu senhôr e rei. Bem mereceram estes feitos serem consignados, por ordem do rei D. Affonso v[1], e inscriptos na historia do conde Pe-

[1] De Gomes Eannes de Zurara na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, impressa pela primeira vez na *Collecção de livros ineditos de Hist. Port.*, Tom. III. A historia da conquista de Ceuta, pelo mesmo auctor, fórma, como se sabe, a terceira parte da *Chronica de D. João I* por Fernão Lopes, Lisboa, 1644.

dro de Menezes, tropheus em redor do seu busto heroico, como prova do que é capaz uma diminuta força animada por um *unico* espirito, que se entrega com confiança cega á direcção de homem que, egualmente distincto em circumspecção, espirito e coragem, consagrou estas qualidades ao desempenho do seu dever. Por este corajoso guia e aquella hoste de cavalleiros foi defendida e sustentada Ceuta contra os ataques diarios dos mahometanos.[1]

Desde o anno de 1419 augmentaram os perigos e tormentos da cidade. Até este tempo nem a praça fôra formalmente sitiada, nem os mouros se tinham reunido em maior numero para a sua conquista; pelo contrario, esperavam sempre dizimar os portuguezes, pouco a pouco, por combates continuos ou forçal-os, pela fadiga, a evacuar o ponto. O não se fazer com maior exercito um cêrco em fórma, como era desejo de todos os sarracenos, tinha a sua razão nas divisões e dissidencias que entre elles surgiam. Mulei Buzaide e seu irmão Aco disputavam entre si o dominio de Fez; e, por outro lado, vivia o rei de Marrocos com um poderoso grande do seu reino em questão. Assim se viam os principaes do paiz atidos nos seus proprios reinos, impossibilitados de dirigir as suas forças para a reconquista da cidade.

Como entre os principes mauritanos era o rei de Granada o que mais dolorosamente sentiu a queda de Ceuta, porque se via, além dos grandes prejuizos soffridos em navios e homens que elle, como mouro, diariamente tinha de experimentar dos christãos, privado de todos os soccorros que lhe prestavam, na guerra incessante com a Castella visinha, os reinos de Marrocos e Benamarim, seus auxiliares no dominio,—elle pediu áquelles principes, por isso, que compozessem as suas desintelligencias e voltassem o seu odio, como as suas armas, contra os christãos, para restabelecer a honra da sua terra e de sua fé. O rei de Granada repetidas vezes e por amiudadas embaixadas os fez intimar para se unirem e defenderem Ceuta.

Quando, por fim, Buzaide matou seu irmão e restabeleceu o socego em seu reino, conseguiu o chefe de Granada reconciliar o soberano de Marrocos com seus vassallos rebeldes; diligenciou, por

[1] *Chronica do Conde D. Pedro*, cap. 77 etc.

meio de negociações com Çala-ben-Çala, antigo senhôr de Ceuta, e com os restantes principaes dos mouros, fazer que o dominio d'esta praça fôsse cedido á corôa de Granada e compromettia-se a avançar, com todas as suas forças, de mar e terra, contra os christãos. D'esta fórma conseguiu a união dos mouros e demovel-os a cercarem Ceuta por lado de mar e terra. No emtanto, foi levantado o cerco depois de repetidos ataques e sensiveis perdas de vidas por parte dos mouros, não por se renunciar totalmente á reconquista da cidade, mas para reunirem novas e maiores forças. De facto, appareceram os sarracenos com um exercito ainda mais numeroso.

Os poucos portuguezes que se encontravam em Ceuta, nos ultimos apertos e desesperando da defesa da grande cidade contra um inimigo tão superior em elementos, pediram auxilio a D. João, que lhes enviou o infante D. Henrique, o qual, acompanhado pélo infante D. João e pelo conde de Barcellos, conduziu ao afflicto uma pequena hoste. Devido a esforços reunidos e heroicos dos dois commandantes, ficou derrotado o poder dos infieis, n'uma guerra encarniçada, retirando-se apressadamente o seu reduzido exercito. Tambem n'este assedio os portuguezes fizeram prodigios que tocavam as raias do impossivel. Os campeadores sem excepção fôram eclipsados pela brilhante bravura e audacia, pela circumspecção, que tudo vigia, tudo domina, de Pedro de Menezes, commandante de Ceuta, amado por todos, estimado por todos pela obediencia e celebrado por todos como o maior capitão d'aquelle tempo.[1] Assim justificou da mais bella fórma a grande confiança que lhe dispensara o rei D. João, quando lhe entregou a importante cidade de Ceuta.

Logo que o monarcha se despediu então do conde, prometteu-lhe que voltaria, na primavera seguinte, se Deus o ajudasse «porque o que tinha feito não era a conquista, mas apenas o seu *começo*».[2] O principe não voltou, mas as suas palavras fôram mais propheticas

[1] Liaõ, cap. 97. O conde foi vinte e dois annos governador de Ceuta, *«governando-a»*, diz Zurara, designando em poucas palavras a actividade do nobre, *«como Cavalleiro em que avia grande prudencia, e não menos ardideza, nunca sendo vencido, nem desbaratado»*. «Chron. do Conde D. Pedro», cap. 40, pag. 625.

[2] Gomes Eannes de Zurara, «l. c.», cap. 9.

do que elle proprio pensaria. Outro veio; seu filho, egualmente digno e celebre, se encarregou da continuação da grande obra, e executou-a gloriosamente.

O INFANTE D. HENRIQUE

Primeiras descobertas e estabelecimentos dos portuguezes. Descoberta da Madeira e Porto Santo. Circumnavegação do cabo Bojador.

Tanto para a conquista da cidade de Ceuta como para as futuras viagens dos portuguezes para a Africa, a que assistiu, D. Henrique buscou, dos prisioneiros e negociantes mouros, informações sobre a costa occidental e o interior da Africa.[1] Seus conhecimentos geographicos, que o guiávam n'estas informações, iam-se amplificando e aperfeiçoando cada vez mais; e, esclarecido por elles, assentava successivamente os planos que já bem cedo teriam occupado o espirito juvenil do infante. Glorificar-se, e a sua patria, pela descoberta de novos paizes[2]; obter para Portugal maiores possessões e dar-lhe novas fontes de receita; alcançar para o commercio melhor vasta amplitude e diversidade; merecer ao mesmo tempo o louvor da christandade e o reconhecimento da Egreja[3]: eis o elevado fim

[1] D'esta fórma obteve noticias não só dos paizes dos Alarves que limitavam com o deserto, por elles denominado Sahara, como tambem mesmo sobre regiões habitadas pelos Asenegi que tocavam com os negros de Jalof, onde começa o paiz Guinea a que elles appellidavam Guinanha. *«Da Asia»*, de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição. Lisboa, 1778. Dec. I, liv. 1, cap. 2.

[2] *... como muy leal vassallo dos Reis e da Coroa de Portugal, desejoso do acrecentamento, gloria, e louvor delles.* Ruy de Pina, *Chron. do S. Rey D. Affonso*, cap. 144, na *Collecção de livros ineditos de Hist. Port.*, T. I, pag. 486.

[3] Quão pequenos fôram os incentivos religiosos que impelliram os infantes ás suas emprezas contra os mouros em Africa, quam grandes fôram, porém, apezar da sua piedade christã e veneração pela Egreja, as considerações pela prosperidade de Portugal, que determinaram seus projectos e actos, provam-os as declarações dos infantes D. Pedro e D. João, quando fôram consultados pelo rei D. Duarte sobre a continuação das conquistas na Africa. Vide suas respostas em Ruy de Pina, *Chron. do S. Rey D. Duarte*, cap. 17 e 19, na *Collecção de livros ined.*, T. I. O infante D. Henrique não era de certo o menos esclarecido entre seus irmãos.

que o infante, segundo parece, se propozera e que poderia satisfazer seu ardente desejo de gloria e de saber, como a seu zelo pelo engrandecimento e pela honra de Portugal.

Com o ardente amor com que aquellas paixões o inflammavam, com a perseverança e seriedade que reclamavam a grandeza e difficuldade do plano, se dedicava, desde então, o infante ao estudo da cosmographia e astronomia[1], perseguindo simultaneamente, com cuidado, os vestigios de viagens maritimas anteriores, que elle encontrava indicadas nos escriptos dos antigos. Para lograr entregar-se socegadamente a estes estudos e poder guiar melhor as emprezas a que se devia dedicar, estabeleceu D. Henrique, depois do regresso de Ceuta, a sua residencia no Algarve, no cabo S. Vicente (o *Promontorium sacrum* dos antigos), onde fez construir na bahia de Sagres uma villa, Terça-Nabal ou Tercena-naval, mais tarde denominada geralmente apenas a *Villa do infante*, ficando situada em frente do elemento cujo constante aspecto lhe representava sempre as seductoras perspectivas que lhe era offerecendo como os perigos, urgicos a vencer, que lhe escondia e sobre o qual elle procurava a grandeza de Portugal e sua propria immortalidade. Os consideraveis rendimentos da Ordem de Christo, dos quaes podia dispôr na qualidade de grão-mestre, garantiam-lhe abundantes meios para executar os seus planos. Provido de estes recursos e conhecimentos, fortificado por um espirito audaz e emprehendedôr e por uma perseverança inabalavel no proseguimento dos seus planos, resolveu o infante ampliar, aos lados do sul, a navegação portugueza e enviar, para este fim, annualmente, dois e tres navios á cata de descobertas. Na costa occidental da Africa, para onde se dirigiram primeiramente os olhares de D. Henrique e a que estavam limitados pela sua ignorancia os maritimos, que não ousavam affastar-se do continente, era o cabo de Não o ponto mais extremo até onde se tinha chegado. Ninguem se atrevia a transpôr este ponto, devido a um terror tradiccional, e entre os maritimos corria o seguinte proverbio: «*Quem passar o Cabo de Não, ou tornará, ou não*». Os navios enviados por D. Henrique chegaram a passar o temivel cabo e a avançar

[1] Barros, Dec. I, liv. 1, cap. 16. Damião de Goes, *Chronica do Principe D. João*, Coimbra, 1790, cap. 7.

mais adeante sessenta legoas, tocando no de Bojador[1]; mas durante um certo tempo ficou sendo este posto o extremo das suas viagens. A grande resaca, causada por um recife, que se estendia, mais de seis legoas, pelo mar, junto ao cabo, situado umas quarenta legoas mais para o oeste (que a costa até aqui conhecida), enchia a todos que se lhe approximavam de receio e pavor; desviando-se mais para o mar, porém, receavam perder de vista a terra. De volta, sustentaram algumas pelejas na costa com os mouros para conduzirem ao infante, pelo menos, um signal de triumpho sobre os inimigos dos christãos. Os ardentes desejos de D. Henrique não fôram satisfeitos.

Foi então que dois dos seus cortezãos, João Gonsalvez Zarco e Tristão Vaz Texeira, que, por occasião da conquista de Ceuta, haviam pelejado, gloriosamente, sob as vistas do infante e dos quaes o primeiro fôra por elle armado cavalleiro, se offereceram para dobrar o temido cabo. D. Henrique mandou equipar uma barca e ambos se fizeram de véla em 1418. Antes de terem alcançado a costa da Africa, fôram surprehendidos por uma violenta tempestade e viram-se, depois da bonança, arrojados muito fóra da sua derrota e em presença de uma pequena ilha, a que déram, por piedosa alegria da sua salvação, o nôme de Porto Santo. Encontraram a ilha muito fertil, provida de bôa agua, e de grande salubridade. Jubilosos por esta descoberta, se retiraram e a descreveram ao infante e seus compatriotas em côres tão favoraveis que muitos, como elles proprios, se offereceram para alli se estabelecerem. Entre estes se contava o escudeiro do infante D. João, Bartolomeu Perestrello, a quem D. Henrique, como a cada um dos descobridores, mandou equipar um navio, provendo-os abundamente de plantas, sementes e de tudo o necessario para uma colonisação. Entre outras cousas levou Perestrello uma coelha prenhe, que deitou durante a viagem, no meio de grande alegria dos marinheiros, que n'isto viram um feliz presagio da fertilidade da sua nova colonia. Mas esta benção breve se volveu n'um pernicioso flagello. Os coelhos em pouco tempo se multiplicaram em tão demasiada quantidade que destruiram todas as sementeiras e plantações na ilha; muitos dos portuguezes, fati-

[1] De *bojar*.

gados dos esforços inuteis, voltaram para Portugal, entre elles tambem Perestrello.[1]

João Gonsalves e Tristão Vaz ficaram, para examinar mais de perto o objecto que já desde muito occupava a sua attenção. Uma massa similhante a uma nuvem, que se apresentava no horizonte longinquo e que nem se dividia nem mudava de posição, inclinava os observadores a julgarem que fôsse terra. Afim de obter maior certeza, embarcaram, uma formosa manhã, nos pequenos barcos construidos na ilha, abundante em madeira, dirigiram-se para o alvo da sua curiosidade e descobriram uma ilha muito maior (8 de julho de 1419), a que deram o nôme de Madeira, em rasão das densas florestas de que era coberto o seu solo. Quando os dois descobridores voltaram para Portugal com a agradavel noticia, dividiu o infante, sob o consentimento do rei, a ilha em duas *capitanias*, dando, *de juro e herdade*, a Gonçalves aquella onde, junto da *Camara dos Lobos*, tinha saltado primeiro em terra; e a outra, chamada Machico, a Tristão Vaz. Perestrello foi nomeado governador de Porto Santo.

No anno seguinte se conduziram os dois navegadores e Perestrello, cada um com tudo o que era necessario á nova colonisação, providos em abundancia, para as suas capitanías (1420). Gonsalves, que do lugar *Camara dos Lobos* toma para si e seus descendentes o appellido Camara, fundou, não longe do mencionado logar, Funchal, presentemente capital da ilha. Como a extraordinaria densidade e extensão do matto, que cobria o solo, difficultavam altamente a sua cultura, mandou deitar fogo, junto de Funchal, a um troço das arvores; mas o incendio derramou-se com tal impetuosidade que, segundo contam, ardeu durante sete annos, devorando quasi todas as madeiras da ilha. A fertilidade do solo ultrapassou todas as esperanças. A canna de assucar, transplantada da Sicilia para esta ilha, produziu n'um terreno de tres legoas, durante alguns annos, mais de sessenta mil arrobas[2], pela quinta parte da colheita que pertencia ao grão-mestre da ordem de Christo. Não menos ferazes foram as cêpas que D. Henrique mandou transportar de Chypre para a Ma-

[1] Barros, Dec. I, liv. 1, cap. 2.
[2] Uma arroba é proximamente a quarta parte do quintal.

deira. O trigo semeado, segundo Cadamosto, deu, no principio, a rasão de sessenta por um, e a serragem, pelo infante estabelecida para aproveitar a madeira poupada pela queima, forneceu o reino e outros alguns paizes em abundancia com as mais bellas madeiras.[1]

Ainda que este grande beneficio não se realisasse logo nem se tornasse notavel de antemão á vista de um observador ordinario, não podia, comtudo, quedar occulto á perspicacia do infante e devia incender ainda mais o seu zelo. E, não obstante, notamos, depois da descoberta das duas ilhas, uma suspensão de doze annos nas viagens, cujo motivo, segundo parece, se deve procurar unicamente nas extremas difficuldades que se atravessavam sempre diante do activo espirito emprehendedor do infante. Por um lado, D. Henrique luctava com o limitado conhecimento da nautica e com a falta de meios maritimos; por outro, com o prejuizo da opinião publica e com os alvitres predominantes dos portuguezes, que eram contrarios ás suas emprezas. Verdade é que a bussola, aperfeiçoàda por Flavio Gioja, no principio do seculo quatorze, facilitou as navegações em mar alto; mas sempre era um acto perigoso emquanto os maritimos, perdida de vista a terra, não sabiam servir-se das observações astronomicas, afim de determinarem o logar onde se encontrassem e emquanto, principalmente, não tinham cartas maritimas que lhes designassem a sua posição para com zonas conhecidas e a direcção a tomar. O infante reconheceu a necessidade de constituir, em primeiro logar, navegadores instruidos, mandando-lhes ministrar os necessarios conhecimentos e aptidões. Por este motivo, chamou de Majorca o mestre Jacome, «homem summamente instruido na arte da navegação e que preparava cartas e instrumentos, para instruir os portuguezes na sua sciencia».[2] Se foi o proprio infante, o

[1] Barros, *Dec.* I, liv. 1, cap. 3. *As navegações de Luiz de Cadamosto*, cap. 4 na *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações ultramarinas*.. publicada pela Academia Real das Sciencias. Lisboa, 1812. Tom. II. Num. 1 e 2, pag. 9.

[2] Barros, *Dec.* I, liv. 1, cap. 16. Francisco de Borja Garção-Stockler (*Ensaio historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal*. Pariz, 1819. Pag. 16) dá a chamada de Jacome como feita em 1438; ignoramos a auctoridade em que se baseia.

que é provavel[1], que traçou as primeiras cartas hydrographicas, ou se foi seu irmão, o infante D. Pedro, que as trouxe das suas viagens (de 1424 a 1428)[2], talvez de Veneza, onde lhe dispensaram grandes distincções e o presentearam com as narrativas das viagens de Marco Polo na Asia[3], é incerto. Mas quasi que não poderá haver duvida se D. Henrique fez uso de cartas nas viagens de descoberta que mandou tentar, ainda que não fôsse logo na primeira. Elle proprio via, de certo, bem claro n'aquillo que ficara obscuro ao maritimo ordinario, porque os precisos conhecimentos se encontravam ainda pouco espalhados. Tornar, pois, essas noções mais publicas foi o que motivou o convite ao mestre Jacome; além d'isso, o infante, nas suas proprias pesquizas, haveria de desejar o auxilio de um homem instruido e experiente. Os seus esforços, reunidos, deveriam diminuir as difficuldades que o estado da sciencia da navegação em Portugal antepunha ás suas emprezas. Maiores obstaculos encontrou na opinião que os seus compatriotas formavam d'estas viagens de descoberta. Julgavam-as estereis, até perniciosas para Portugal.

Os paizes, dizia-se, que o infante mandava procurar eram nada menos do que desertos, eguaes aos da Lybia, como provavam as sessenta leguas de costa antes do cabo Bojador. Grandes sommas se dissipariam inutilmente e, sacrificando-se, amiudadas vezes, os marinheiros, suas viuvas e orphãos seriam lançados na miseria. Ainda que se topasse com zonas tão ferteis como as duas ilhas já descobertas, em Portugal havia terreno bastante que, sem gastos e perigos tão grandes, podia ser cultivado e aproveitado. Os reis anteriores tinham attrahido estrangeiros afim de povoarem o reino; o infante, pelo contrario, extirpava do paiz os indigenas, para colonisar ermos desertos, a preço de muitas fadigas. O exemplo d'aquelle melhor processo ainda pouco antes fôra dado por seu pae, que conferira a região de Lavra, ao pé de Coruche, a um allemão, Lambert

[1] Garção-Stockler, «l. c.», Not. 11, pag. 99.

[2] *Memoria sobre dois antigos Mappas Geographicos do Infante D. Pedro, e do Cartorio de Alcobaça*, por Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litter. Port.*, T. VIII, 2, pag. 275 e seg.

[3] *Ibidem*, pag. 276.

de Orches (?), para a cultivar, com a obrigação de attrahir colonos da Allemanha.[1]

Estes juizos e opiniões desfavoraveis não fizeram vacillar o infante em suas convicções, nem apagar o ardor do seu elevado enthusiasmo pelas viagens; mas embaraçaram-o muitas vezes e demoraram a execução dos seus planos. Perseguido constantemente pelos grandes projectos que occupavam seu espirito[2], mandou equipar, em 1432, uma barca e entregou o commando d'ella a seu escudeiro, natural de Lagos, Gilianes, a quem já no anno anterior enviara a descobertas. Pouco favorecido pelo tempo, Gilianes aportou então ás ilhas Canarias e, nos diversos ataques contra seus habitantes, aprisionou alguns, com os quaes se fez de volta para Portugal. O infante mostrou-se pouco satisfeito com estas proezas e Gilianes, descontente comsigo proprio, tomou o proposito, n'esta segunda viagem, de expôr a sua vida a todos os perigos, não se apresentando nóvamente ao amo emquanto não podesse trazer-lhe uma noticia agradavel. Dominado por similhante pensamento, deixou o solo patrio; seguiu, favorecido por um mar tranquillo e por vento de feição, direito ao temido cabo, dobrou-o com facilidade e deu-lhe o nome de Bojador. Encontrou a terra deshabitada, mas muito agradavel, plantou, no logar do desembarque, uma cruz e levou comsigo, para sua patria, um vaso, cheio de terra, com algumas plantas que alli encontrara. Sob alegria e distincções foi recebido o feliz Gilianes na côrte do principe, que via «alcançado o fim tão desejado e procurado com tantos esforços», e que considerava as plantas apresentadas «um fructo e um signal do paiz promettido».[3]

Comquanto esta passagem, diz Barros, hoje em dia não seja tida por difficil, era considerada, n'aquelle tempo, como um grande feito e havia taes que a reputavam um dos trabalhos de Herkules; ella destruiu a falsa opinião que toda a Hespanha nutria a este respeito e inspirou coragem áquelles que não haviam ousado até agora proseguir n'essa descoberta.

[1] Barros, *Dec.* I, liv. 1, cap. 4.

[2] *Com tudo, porque sentia em si hum estimulo de virtuosa perfia, que o não leixava descansar em outra cousa.* Barros, ibid.

[3] Barros, *ibid.*

O regosijo de D. Henrique sobre este feliz successo dos seus esforços partilhou-o seu irmão o rei D. Duarte. Um dos primeiros actos do governo d'este soberano foi o conferir ao infante um publico testemunho do reconhecimento dos seus serviços e dar-lhe, logo depois da sua subida ao throno, (D. João fallecera no dia 14 de agosto) por toda a vida as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta. Segundo um documento de 26 de setembro de 1433[1], o rei conferiu-lhe estas ilhas para sua posse, com direito a todos os rendimentos e com a jurisdicção criminal e civil, sendo, porém, concedida a appellação á *Casa do Civil* em Lisboa para julgamentos implicando pena de morte ou mutilação[2]. Em um documento de 26 de outubro do mesmo anno[3], o rei concede, para sempre, á ordem de Christo estas ilhas, com todos os bens espirituaes.[4]

Depois d'analogos factos devia esperar-se um proseguimento mais rapido das descobertas começadas; mas logo apoz o começo do reinado de D. Duarte succederam eventualidades, seu curto reinado foi seguido de agitações, que desviaram[5] tanto o infante como seus marinheiros, por longo espaço, d'aquellas emprezas e que tambem affastam a nossa attenção d'este assumpto.

RELAÇÕES EXTERIORES DO REINO DE PORTUGAL COM OS OUTROS ESTADOS CHRISTÃOS DURANTE O REINADO DE D. JOÃO I

Relações com Castella, Aragão e Navarra, Borgonha, França e Inglaterra

Emquanto que Portugal se esforçava por ampliar suas possessões graças a emprezas d'alem mar, sua situação para com o visinho

[1] Sousa, *Provas*, T. I, pag. 442. Num. 23.

[2] Para melhor designar a fórma da posse servirá o seguinte trecho do documento: *damos lugar ao dito Iffante D. Henrique que elle possa quitar parte ou todo do dito foro aos q vierem aas ditas Ilhas morar em sua vida do dito Iffante porque no dito tempo lhe temos de todo feita merce com tonta q des pois da morte do dito Iffante elles paguem o dito foro segundo em elle he contheudo* etc.

[3] Sousa, *Provas*, T. I, pag. 444, Num. 25... «*rezalvando q fique pera nos e para a Coroa de nossos Regnos o foro o dizimo de todo o pescado q se nas ditas Ilhas matarem e todollos outros direitos reaes.*

[4] Confirmado pelo papa Eugenio IV no anno de 1445, pelo rei D. Affonso V nos de 1449 e 1454. Sousa, *Provas*, T. I, pag. 443-445, Num. 24, 25 e 26.

[5] Dam. de Goes, *Chron. do Principe D. João*, cap. 8.

reino de Castella era consolidada cada vez mais por D. João I. A paz, estabelecida no anno de 1431, fixou, finalmente, as relações, que por tanto tempo vibravam sempre em oscillação, entre os dois Estados e as duas casas reinantes. Ficou estatuido no tractado de 1411 que o joven rei de Castella, pelo qual a regente e os grandes do reino tinham assignado o documento, logo que attingisse a edade de 14 annos, confirmasse pela sua propria assignatura aquelle convenio.[1] Comtudo, as missões portuguezas, que, repetidas vezes, fôram remettidas, em 1419, à côrte castelhana, para exigir o cumprimento d'esta promessa, encontraram difficuldades e obstaculos. A rainha pacificadora tinha morrido entretanto, e voltaram sem nada obterem, ainda que com a promessa de uma breve solução por uma embaixada, que se deveria enviar[2]. Finalmente compareceu, a instancias do rei D. João, um embaixador, Alonzo de Cartagena, deão de Santjago, e demorou-se um anno completo em Portugal, porque aquelle persistia tenazmente na sua exigencia de que a paz fôsse confirmada da maneira por que fôra concluida pela rainha D. Catharina e pelo infante Fernando. Depois de muitas discussões, accordaram em que o tractado lograsse valôr, com o nôme de paz, até que o rei tivesse alcançado a edade de vinte e nove annos. Se qualquer das partes não quizesse sustentar a paz por mais tempo, só poderia declarar a guerra passado anno e meio depois da declaração.[3] Por esta fórma proclamou-se solemnemente, em ambos os reinos, a paz, de facto apenas um armisticio[4], que se transformou alguns annos depois em verdadeira paz. No anno de 1431, portanto tres annos antes de expirar aquelle praso (de 6 de março de 1434 até ao fim), fez D. João representar, por meio de uma embaixada, ao rei de Castella, quão ardentemente desejava vêr, em sua avançada edade, Portugal e Castella assegurados por uma paz duradoura e as casas reinantes unidas pela amizade. Suas representações d'esta feita obti-

[1] Vide supra.

[2] *Crónica del Sennor Rey D. Juan II en Castilla y en Leon, compilada por Fernan Perez de Guzman.* Valencia, 1779. Fol. «Anno 1418», cap. 4; «anno 1419», cap. 8 y 9. Sylva, *Memorias,* cap. 192.

[3] F. Perez de Guzman, «anno 1423», cap. 2.

[4] Guzman, «anno 1431», cap. 4.

*

veram melhor successo. Alguns grandes de Castella de bôamente teriam querido ainda n'esta occasião vingar a perda dos seus e a vergonha da derrota de Aljubarrota; mas duvidou-se, no conselho do rei, se este, depois da morte de D. Brites, que não deixara descendentes, ainda teria direito ao reino de Portugal. Uma nova briga com este paiz, a par das pelejas que Juan II sustentava com os soberanos do Aragão e da Navarra e com o chefe de Granada, parecia, ademais, seriamente arriscada.[1] N'estas circumstancias, o monarcha de Castella mostrava-se, com seus conselheiros e procuradores das villas, inclinado á paz. O tractado assignou-se, a 30 de outubro de 1431, em Medina del Campo e foi ratificado, a 17 de janeiro de 1432, pelo rei de Portugal, em Almeirim. Ambos os principes, com seus herdeiros, o infante D. Henrique e D. Duarte, o juraram solemnemente.

Entre Portugal e Castella devia, para todo o sempre, reinar paz e amizade. O rei de Castella desiste, por si e pelos seus descendentes, do reino de Portugal e de todas as possessões d'esta corôa. Os dois soberanos restituem mutuamente as villas e lugares que n'aquella guerra houvessem conquistado um ao outro. Igualmente fôram trocados os prisioneiros. Aos fidalgos delinquentes e vassallos é concedido o perdão, o reintegramento nos seus bens e a livre residencia em qualquer dos reinos. Todos os prejuizos causados por tal contenda n'um e n'outro paiz, quer sejam em bens quer em pessoas, são considerados nullos, não havendo, portanto, qualquer indemnisação a cobrar reciprocamente. As praças fortes, construidas, desde a invasão do rei de Portugal em Castella, nas fronteiras de ambos os reinos, deviam ser arrasadas. Os castelhanos podiam viajar em Portugal, entrar e sahir e exportar todas as mercadorias (exceptuando as completamente prohibidas), sem pagarem mais imposto do que os nativos. As causas civis e criminaes referentes a castelhanos em Portugal, ou estes sejam queixosos ou accusados, seriam pleiteadas pelos tribunaes portuguezes, como se aquelles portugueguezes fôssem. Aquelle que fugir para Portugal, com uma cousa roubada ou mulher casada raptada, será entregue ás auctoridades de Castella. Os navios, tanto portuguezes como castelhanos, carre-

[1] Guzman, «anno 1431», cap. 25.

gados com mercadorias dos inimigos, não devem ser apresados nem por um nem por outro governo, salvo conduzindo tropas hostis ou entrando em um porto do paiz adverso (não fallando d'outros pontos d'este assumpto). A violação d'estes artigos do accordo de paz devia ser punida com a pena de perjurio, sem, comtudo, considerar-se como violada aquella.[1]

Assim sahiu Portugal, da segunda grande lucta que sustentou pela sua independencia com Castella, victorioso e glorioso; e, quando o rei de Castella jurou a paz em 1431, fez a confissão, publica e solemne, da independencia inatacavel de Portugal; o juramento de D. João, eis a consagração intima do triumpho alcançado. A dignidade do reino foi restabelecida em face de Castella (como aos olhos do mundo); o portuguez assegurado no seu direito como o castelhano; a nova dynastia firmada no throno, e o grão-mestre de Aviz reconhecido rei pelas testas corôadas. Foi esta circumstancia que demonstrou a sua posição para com elles.

Na guerra que os dois reinos, de Aragão e de Navarra, sustentavam contra Castella[2] surge o rei D. João na qualidade de medianeiro e pacificador, mostrando-se, pela mais severa imparcialidade, digno da nobre missão.[3] Com a Aragonia achava-se em proximo contacto pelo casamento, realisado a 22 de setembro de 1428[4], de seu filho mais velho, o herdeiro ao throno, D. Duarte, com a infanta D. Leonor, filha de Fernando IV d'Aragão, bem como pelo consorcio, que se realisou na mesma época[5], do infante D. Pedro com D. Isabel, filha do conde Jayme II de Urgel e da infanta Isabel de Aragão. O enlace matrimonial de sua filha D. Isabel, mulher de distin-

[1] Sylva, *Memorias*, etc., T. IV. *Collecção dos Documentos*; Num. 36, pag. 270-358, onde se encontram tambem algumas clausulas do tractado de paz do anno de 1479. Além d'isso, topa-se com os principaes artigos do tractado nas *Leis extravagantes collegidas e relatadas pelo Licenciado* Duarte Nunez do Lião, *per mandado do ... Rei D. Sebastião*. Coimbra, 1796. Tit. II, *De algũas capitulações do assento das pazes entre os Reis de Portugal e os de Castella*, pag. 711 e seg.

[2] Guzman, «ann. 1429», cap. 44, 45; «ann. 1430», cap. 27.

[3] Guzman, «ann. 1431», cap. 26.

[4] Sousa, *Hist. gen.*, Tom. II, cap. 7.

[5] Sousa, *ibid.*, cap. 2.

ctas qualidades e rara belleza, com Filippe (III), o *Bom*, duque de Borgonha (em 10 de janeiro de 1429)[1] o ligaram mais estreitamente a essa então rica, poderosa e respeitada casa. Mas estas mesmas relações o deviam divorciar da côrte franceza, se a sua alliança celebrada com a Inglaterra não tivesse já desgostado o rei de França e se o entendimento que o rei de Castella travou com o gaulez não houvesse outrosim tornado este monarcha inimigo declarado de D. João. Pela primeira vez a situação politica d'estas quatro potencias da Europa occidental se desenha mais claramente, tornando-se um presagio importante para o futuro.

O commercio e relações, a necessidade de auxilio estranho, casamentos e parentescos entre as casas reaes, bem cedo collocaram Portugal em contacto com a Inglaterra, e em breve óra são tractados de commercio entre os dois Estados e medidas de segurança para os seus commerciantes, óra allianças politicas para mutuo auxilio, óra enlaces matrimoniaes entre as duas casas—os themas que entram em discussão. Os originarios foram os mais importantes para Portugal.

Os primeiros vestigios commerciaes com a Inglaterra se encontram desde os primevos tempos. Mas o commercio mais se destaca quando seu interrompimento excitou reparo e logo que o seu concerto e nova ligação tornou necessarias negociações publicas. Alguns castelhanos, que se davam falsamente por portuguezes, abusando das armas e insignias, tinham exercido as suas violencias em navios inglezes. As hostilidades occasionadas por estes actos entre subditos britannicos e lusos conduziram a um convenio, segundo o qual, por ambas as bandas, se nomearam dois homens probos, que deveriam avaliar do prejuizo soffrido e compôr a questão. Ao mesmo tempo os portuguezes pediram que os habitantes de Bayonna (que então se encontrava sob o dominio inglez) ou os de uma outra cidade maritima ingleza lhes confiassem alguns bateis para expedição de mercadorias e outros objectos, visto que os não possuiam em numero sufficiente, e prometteram áquelles um frete mais elevado

[1] Sylva, *Memorias*, T. IV. *Collecção dos Documentos*, Num. 24 e 25, com que devem ser comparadas as épocas, rectificadas, de Sousa, *Hist. gen.*, T. II, cap. 4, pag. 125.

do que a qualquer outro.[1] Esta questão é a unica designada no primeiro tractado de commercio, entre Portugal e Inglaterra, de que se conserva o diploma, e que perturbou a bôa harmonia até então existente entre os dois paizes. Do reinado de D. Diniz[2] se sabe como tambem o tractado de commercio de outubro de 1308 faz suppôr um accordo anterior entre negociantes portuguezes e inglezes (quer fôsse celebrado formal e documentalmente ou realisado serenamente pelo uso) e como aquelle mesmo accordo mercantil, em fórma de carta, dirigida pelo monarcha de Inglaterra ao rei D. Diniz, servia aos negociantes portuguezes de salvo-conductos e garantias para poderem negociar em Inglaterra e entrarem e sahirem livremente do paiz, na supposição de que introduziam apenas mercancias permittidas por lei e satisfaziam os costumados impostos. Parece que o tractado de 1308 foi durante muito tempo a base e norma das relações commerciaes entre Portugal e a Inglaterra. Recommendações reciprocas de alguns negociantes e donos de navios[3] serviam sequer tão só para avivar a lembrança do convenio e não para lhe criar embaraços ou indicar que estava cahido em esquecimento; algumas violencias e pilhagens de que uma parte se tornou culpada para com a outra[4] deram-lhe apenas um novo incremento e tiveram por consequencia a publica e solemne recommendação do seu contheudo em ambos os reinos.[5] Os reis de Inglaterra velavam sem cessar pela manutenção da alliança amigavel, tomando sob sua protecção[6] os negociantes portuguezes, seus navios, mercadorias e bens e esforçando-se para os preservarem de perigos e violencias.[7] No anno de 1353 (20 de outubro) a classe commercial das cidades maritimas

[1] Rymer, *Foedera* etc. Vol. I, P. 2, «ad. ann. 1293», pag. 799, 789, 815 (edição de 1816).

[2] Vide vol. I, pag. 271.

[3] P. ex. em 1325. Rymer, *Foedera* etc. Ed. III. Hagae Com., 1739-1745. Vol. II, P. 2, pag. 134.

[4] Rymer, *ibid*, II, 4, pag. 146.

[5] Rymer, II, 4, pag. 158, «ad. ann. 1344».

[6] *Suscepimus*, diz o rei de Inglaterra no seu decreto para os portuguezes, *eosdem Mercatores, Naves, Magistros et Marinarios... in protectionem et defensionem ac salvam gardiam nostram etc.* Rymer, *Foedera*, etc., «ad. ann. 1352». Vol. III, 1, pag. 79.

[7] Rymer, *ibid*.

portuguezas, principalmente de Lisboa e Porto, celebrou com o rei de Inglaterra um convenio pelo qual cada parte se obrigava a não causar somenos damno nem prejuizo qualquer em seus barcos, mercadorias ou pessoas, a permittir o livre trafico por mar e por terra, bem como a entrada franca de todos os navios e carregamentos d'um dos alliados nos portos do outro; a não coadjuvar, porém, o inimigo do outro e, se uma das partes encontrasse entre os objectos conquistados ou arrebatados ao hostil, alguns pertencentes ao outro pactuante, deveria entregal-os.[1] Qualquer prejuizo que um dos contractantes causasse ao outro seria indemnisado por aquelle que o promovesse. Egualmente receberam os portuguezes a permissão de exercerem a pesca nos portos e aguas inglezas mediante o pagamento dos costumados tributos.[2] Depois d'este tractado, que se referia exclusivamente ao negocio maritimo de Portugal com a Inglaterra, passaram-se vinte annos sem que uma negociação ou acto qualquer d'esse tempo indicasse perturbação das relações amigaveis entre os dois paizes e familias reaes.

Ao reinado do energico soberano D. Affonso IV, tão proveitoso para o commercio e industria portugueza, seguiu aquelle decennio em que o rei D. Pedro, velando unicamente pela prosperidade do seu paiz, estendeu sua mão protectora sobre o livre desenvolvimento da actividade nacional, «dez annos taes como Portugal nunca viu».[3] O commercio se regosijou das suas primeiras condições de vida, de liberdade e protecção; e o proprio proveito recommendou aos negociantes e navegadôres portuguezes o conservamento das bôas relações com a Inglaterra. Com a subida ao throno de D. Fernando renovaram-se e repetiram-se os tractados; elle foi, podemos dizer, o homem dos tractados, dos quaes é duvidoso concluir se confiava menos em si proprio e nos outros do que os outros n'elle. Renova-

[1] A esta disposição do tractado se referiu, quatro annos depois, o rei de Inglaterra n'uma questão, sobre objectos portuguezes, que em guerra os inglezes haviam tirado aos francezes. Rymer, III, 1, pag. 138.

[2] *Item que Pessoners de la Marismes et Citees avantdites, puissent venir et pecher, franchement et sauvement en les Ports d'Engleterre et de Bretaigne, et en touz les autres Lieux et Portz, ou ils vorront, paints les Droits et les Coutumes, a les Seigneurs du Pays.* Rymer, III, part. 1, pag. 88.

[3] Vol. I, pag. 377.

ram o antigo tractado, paraphraseando-o e additando-lhe condições e disposições que n'aquelle já estavam estabelecidas simples e concisamente e que se comprehendiam de per si mesmas. Assim, os tractados de 12 de abril de 1372 [1], de 27 de novembro de 1372 [2], de 16 de junho de 1373 [3], e de 15 de julho de 1380 [4], dos quaes o ultimo foi originado pela mudança governativa em Inglaterra e o primeiro, encarecendo-se em precauções de toda a especie, continha já a disposição de que cada novo herdeiro fôsse obrigado, no primeiro anno depois da sua coroação, a jurar, solemne, publicamente, este tractado em presença de pessoas consideradas e a mandar redigir os necessarios actos, entregando-os á outra parte alliada.

Depois da morte de D. Fernando e da elevação ao throno de D. João, tornaram-se mais frequentes e melhor diversos os contactos de ambos os reinos, as relações reciprocas de suas casas reinantes. Já anteriormente se havia pensado em estreitar, por meio de enlaces matrimoniaes, estas duas casas [5]; e o rei Eduardo III, na protecção que dispensou aos marinheiros e negociantes portuguezes, tinha expressamente em vista as relações de amizade que existiam entre elle e o monarcha lusitano.[6] Mas só no reinado de D. João I se estabeleceram relações mais diversas e intimas entre as duas casas e os dois Estados. O antigo tractado de commercio e alliança de 12 de abril de 1372, que apenas era uma ampliação de outro anterior, foi renovado a 15 de abril de 1386.[7] Ainda no mesmo anno (9 de maio) se firmou uma alliança defensiva com o rei Ricardo de Inglaterra [8], que foi confirmada no anno seguinte (12 de agosto) [9] e novamente sanccionada (16 de fevereiro de 1404)

[1] *Renovatio antiquorum foederum.* Rymer, IV, 3, pag. 12.
[2] Rymer, III, 2, pag. 208.
[3] Rymer, III, 3, pag. 8.
[4] Rymer, III, 3, pag. 103, e III, 3, pag. 120.
[5] Rymer, II, 2, pag. 138, «ad. ann. 1325». *Ibidem*, pag. 155, «ad. ann. 1326». Rymer, III, 1, pag. 15, «ad. ann. 1347».
[6] Rymer, III, 1, pag. 85.
[7] Rymer, III, 3, pag. 200-202.
[8] Rymer, III, 3, pag. 203.
[9] Rymer, III, 4, pag. 15. Sylva, *Memorias* etc., Tomo IV. *Collecção dos Documentos*, Num. 32.

pelo successor de Ricardo, Henrique IV.[1] O casamento de D. João com a filha do duque de Lancaster, em 2 de fevereiro de 1387, sellou, por assim dizer, esta alliança de amizade com a corôa de Inglaterra; assegurou e consolidou os diversos tractados que existiam entre os portuguezes e inglezes. Ambos os reis ainda fôram mais longe, accordando, por occasião de um armisticio celebrado pelo rei de Portugal com Castella[2], que em qualquer tractado que uma das partes ajustasse com Castella fizesse incluir a outra, e assim vêmos ainda no anno de 1404 (27 de fevereiro) comprehendido o rei de Inglaterra no armisticio que o rei D. João concluira n'aquelle anno com Castella.[3]

Como n'estes assumptos era o proveito reciproco o que unia os autocratas de Portugal e Inglaterra contra Castella, assim se baseavam tambem os tractados, que ambos concluiam entre si, a favôr seu e de seus vassallos, nas vantagens mutuas. A preponderancia oppressiva de um Estado, a detrimento dos direitos do outro, em parte alguma se nota. A desegualdade entre os dois Estados não era tambem tão grande n'aquelle tempo. A Inglaterra, apezar da sua mais vasta circumferencia e maior numero de habitantes, era então menos poderosa, porque voltava as suas forças hostilmente contra si mesma e sangrava de feridas que ella propria abrira. Ainda não tinha comprehendido o seu destino e a excellencia da sua posição natural. O que Portugal, porém, contava de menos em grandeza e população era substituido largamente pela sua favoravel situação á testa da Europa; com as vantagens da costa e do continente ao mesmo tempo; pela unidade do Estado desde a sua origem; pela bella série de seus soberanos, quasi todos energicos; pelo desenvolvimento graduado, raras vezes interrompido, da força e actividade nacional; pela auctoridade orgulhosa que ao portuguez dava, valorosamente conquistada, a independencia; pelo principe que escolhera e que tão digno se mostrou do throno. O rei D. João, porém, era de todos os soberanos o que menos se via disposto a

[1] Sylva, *Collecção dos Doc.*, Num. 34.
[2] Vejam-se as cartas trocadas entre os dois reis em Sylva, *Collecção dos Doc.*, Num. 33 e 35.
[3] Rymer, IV, 1, pag. 64 e 65.

sacrificar as vantagens do seu povo ou os direitos de seu solio a um soberano estrangeiro, ainda que fôsse o mais poderoso.

5) Relance sobre o estado interior de Portugal e sobre a legislação de D. João I. Morte do rei da «boa memoria». Vida e morte do seu amigo Pereira; caracter do condestavel.

Emquanto que D. João tinha na maxima attenção, como nenhum rei portuguez antes d'elle, as relações exteriores, e multiplicava essas correlações de Portugal para com os outros Estados, o proprio reino, sua administração e prosperidade eram objecto principal da sua actividade e o fim dos seus esforços. Como a independencia do paiz estava ligada á sua pessoa, elle pugnava, conjunctamente, por esta, manejando as armas para a propria defesa no throno. Esta lucta preenche a mór parte da primeira metade do seu governo e occupou tanto as forças de D. João como as de Portugal. Apenas em poucos e raros momentos, onde descançavam as armas, poude o rei trocar a espada pelo sceptro, de regra tambem só para organisar o preciso á briga; por isso egualmente as propostas e resoluções das diversas côrtes d'este tempo se referiam, em principal, ás necessidades da guerra[1]. Só depois de concluida aquella lucta pela independencia de Portugal e restabelecido o socego, poude o governo lançar, novamente, mão a seu trabalho proficuo, desenvolvendo mais livremente sua laboriosidade legislativa. E, comtudo, n'este ponto mostrou-se menos activo do que se devia esperar de um soberano tão diligente, de um espirito tão circumspecto e de uma vontade tão bôa e tão energica. Se os actos governativos no tempo da guerra eram ordenados pela coerção e força dos acontecimentos, n'este lance pareciam tambem influenciados por circumstancias exteriores e não derivados de uma mais profunda concepção das necessidades da época; pelo contrario, affigurava-se que visavam a remediar inconvenientes urgicos, e não a extirpar, de raiz, o mal.

[1] Vejam-se os *Capitulos dos Geraes offerecidos pelos Povos do Reino nas Cortes... em Lisboa... em Coimbra... em Vizeu etc.* nas *Memorias para a Historia das Cortes que em Portugal se celebrarão*, orden. pelo Vizconde de Santarem, Parte II, *Reinado do Senhor D. João I*, pag. 16-24. Vejam-se tambem as *Memorias de Litt. Portug.*, T. II, pag. 67 e seg.

Disposições vigorosas e de grande alcance, como as leis e decisões reaes sobre os direitos e limites do poder e jurisdicção magestatica e espiritual[1], são tambem, n'este periodo de socego, isoladas e dispersas. Sem suppôr n'este monarcha (comquanto seu, são e claro, entendimento o podesse guiar facilmente por similhante vereda) uma profunda intenção, que secunda sabiamente o natural movimento das cousas e não se antecipa violentamente, explica-se, por outro lado, a prosperidade do Estado e o bem estar dos portuguezes na segunda metade do reinado de D. João em parte pela personalidade do rei, que era de molde a operar como nem o melhor codigo. Quando a sua vontade, á qual o amôr de todos prescrevia por toda a parte obediencia, não resultava factor sufficiente para certas cousas, era então a confiança publica e a veneração geral, de que o rei gozava, o que exhortava os bons a fazerem o bem, emquanto que a sua justiça (tão severa como clemente, segundo os graus de culpabilidade) influia pelo terrôr sobre uns e continha outros pelo mêdo.[2]

Assim actuava a personalidade de D. João como poder legislativo e executivo ao mesmo tempo, tornando-se menos sensivel a necessidade de leis apropriadas á época. Além d'isso, a attenção e viva actividade dos portuguezes, depois da conquista de Ceuta, dirigiam-se para fóra do continente, sendo alimentadas e encadeadas

[1] Vide adeante.

[2] Em parte alguma o rei D. João expoz, n'este sentido, as suas maximas governativas, mais franca e dignamente do que nas despedidas endereçadas, á sahida de Ceuta, ao commandante que ficava na cidade: — «*Que nunca poderia ser temido, se não fosse amado, dando-lhe porem castigo, onde comprisse, com aquelle resguardo, que elle bem conheceria ser razão*». *E assy lhe encomendou, que tevesse bom cuidado da outra gente mais pequena, aos quaes sempre mostrasse de sy bom gasalhado, e os animasse, especialmente logo pelo primeiro começo, até que se fossem fazendo a seu senhorio; caa se os assy trautasse, que se acharia com elles muito melhor que d'outra guisa ; caa nom soo mente lhes faria coração, para lhe muito melhor obedecer, mais ainda lhe farca soportar quaesquer mingoas, e trabalhos, que lhe viessem*: Porque, *disse elle*, o Senhorio per força nunca he muito seguro; e este modo tive Eu no começo de meus feitos, e com a graça de Deos achei-me com elles, como todos sabees. — *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, cap. 9., na *Collecção de livros ineditos de Histor. Port.*, Tom. II, pag. 240.

pelas novas emprezas, descobertas e estabelecimentos nas recentes regiões. Abriam-se outras perspectivas e diversas fontes de receita; a mão e a mente se occupavam com estas novas cousas. Tudo indicava uma poderosa transformação em todas as relações. A legislação mostrava-se incerta á face de taes novas transformações; e, emquanto que caminhava lentamente, voavam os acontecimentos e as innovações; só tarde os poude ella alcançar. N'um rapido relance se indicarão, por isso, as disposições e ordenações mais importantes, para que seja dado a esta época, de um desenvolvimento grandioso, o que de direito lhe pertence; a descripção mais ampla das leis mais fecundas deve ficar reservada para outro logar, onde, como um factor importante de toda a evolução, recebe e esparge tambem a necessaria luz.

Muito antes do concluir e publicar da primeira collectanea geral de leis tinha D. João em vista a disposição e confecção de um tal codigo[1]; e aquella mesma collecção contém grande numero de leis que attestam a sua actividade legislativa nos ramos mais diversos da administração[2] e que, pela sua inclusão na collectanea posterior, documentam a sua utilidade. Outras disposições d'este rei, como as sobre assumptos de navegação[3], não fôram incluidas no primeiro codigo geral, porque, no rapido incremento da navegação, talvez déssem logar a novas determinações. Uma lei que penetrou profundamente na administração do Estado e que mais tarde, como se mostrará, teve importantes consequencias foi, é verdade, dada e applicada pelo rei D. João, mas nem publicada nem redigida por escripto durante o seu reinado. Antes a conservou no «espirito»—*Lei mental*—e só no governo de seu filho, o rei D. Duarte, foi formalmente decretada nas côrtes de Santarem[4] (a 8 de abril de 1434).

[1] *Ordenaçoens do Senh. Rey D. Affonso* v. Coimbra, 1792. Prefação, pag. 5.

[2] Para indicações sobre as leis decretadas por proposta das côrtes e incluidas nas *Ordenações do Rey Affonso* v, vejam-se as *Memorias de Litter. Portug.*, T. II, pag. 67-79.

[3] Fern. Lopes; *Chron. do Rey João I*, Parte II, cap. 127. Lião, cap. 72.

[4] *Synopsis chronol. de subsidios... para a Historia da Legislação Portug.*, por J. Anastasio de Figueiredo, pag. 26.

De egual decisiva importancia foi o accordo do monarcha com os prelados em 30 de agosto de 1427, a ultima concordia d'esta época, por meio da qual se accommodaram as dissensões levantadas, durante seculos, entre o poder espiritual e o real e se fixaram os limites e direitos de ambos.[1]

Que o rei realisasse isto, depois de novos abalos[2], de fórma tão energica e decisiva, tem a rasão no seu modo de pensar e na sua força de vontade, como tambem na situação da Santa-Sé, á qual os prelados quasi não se podiam appoiar.

Especial do reinado de D. João foi a alteração da chronologia então em uso. Conforme o exemplo do Aragão (desde 1358) e de Castella (desde 1383), ordenou o rei, por um decreto de 15 de agosto de 1422, que se trocasse a éra de Augusto («*Era de Cesar*»), de uso[3] em Portugal em todos os documentos, desde a sua origem, pela chronologia depois do anno de nascimento de Christo.[4] A partir de então, encontra-se em todos os diplomas publicos esta chronologia, e da antiga quasi não se topa um exemplo.[5] Ainda que algumas vezes se use o termo «Era», deve comprehender-se com isso o anno do nascimento de Christo.[6]

[1] *Ordenaçoens do S. Rey D. Affonso V*, liv. II, tit. 7, *Dos artigos antre El Rey D. Joham, e a Clerizia*, com os quaes é necessario comparar os *Capitulos* impressos na mencionada *Synopsis chronol.*, pag. 21. Algumas disposições que d'isto fazem parte fôram tomadas no anno de 1416. *Synopsis chronol.*, pag. 19. As minucias serão apontadas na sequencia.

[2] Raynald, «ad. ann. 1427», Num. 19.

[3] Antes do decimo segundo seculo não se encontra em Portugal exemplo incontestando de um documento datado pelo anno do nascimento de Christo.

[4] «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo». *Ordenações do R. Affonso V*, liv. 4, tit. 66, onde, comtudo, deve ser rectificada a data de 22 de agosto para 15 do mez. Veja-se J. P. Ribeiro, *Dissertaçoes chronol. e criticas* etc., Tom. II, pag. 25, Not. c. Sobre o todo veja-se, principalmente, Soarez da Sylva, *Dissertação sobre o numero Era* nas suas *Memorias* etc., T. IV. *Collecção dos docum.*, N. 19. *Elucidario* etc., por Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, verbo *Era*, e especialmente Ribeiro, logar citado, cap. 4, pag. 23-28.

[5] J. P. Ribeiro, *Observações histor. e criticas para servirem de memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza.* Lisboa, 1798. *Observ.* III, pag. 89.

[6] J. P. Ribeiro, *Dissertações* etc., «l. c.», pag. 26.

MORTE DO REI D. JOÃO; SUA MEMORIA

Os actos governativos dos ultimos tempos do rei D. João quasi que não podem ser tidos como seus. Frequentes soffrimentos, aggravados pela sua edade, o obrigaram nos seus ultimos annos a entregar, na maior parte, os negocios do governo a seu herdeiro, tão prudente como circumspecto. Ainda em vida de seu pae se encontram já do infante D. Duarte promovidos muitos trabalhos, assignadas muitas doações e convocadas algumas côrtes.[1] O rei podia, com segurança, confiar nas mãos de seu filho a obra de sua vida, e este adquiriu, ainda sob as vistas do ancião, a unica cousa que lhe faltava—experiencia e conhecimento dos negocios. Emquanto que o herdeiro se preparava para o seu futuro mister, entregava o rei sua alma a Deus.

Para restabelecer a saude, D. João transportara-se, a conselho de seus medicos, para Alcochete, uma pequena villa do Riba Tejo. Sentindo-se enfraquecer lentamente, presentiu, por certos accidentes, proximo o seu fim. Pediu, por isso, a seus filhos que o conduzissem para Lisboa, onde, pouco depois, no dia 14 de agosto de 1433, falleceu.[2] Como a morte de sua esposa, assim a sua foi assignalada por um eclipse do sol.

A noticia do seu passamento espalhou a mais profunda dôr, principalmente entre os habitantes da capital, a quem o fallecido, pelos grandes sacrificios que outr'ora fizera, se tornara querido e que partilharam tanto os pezares como as alegria da sua vida.[3] Não lamentaram só a perda do festejado *rei;* a população de Lisboa, n'este momento entregue á desolação de uma grande familia, que se vê privada do seu chefe, derramava as mais ardentes lagrimas pela falta de seu *pae.* Nunca por monarcha algum patentearam assim suas maguas.[4]

[1] N. de Lião, cap. 103, no principio.

[2] Já se notou como no reinado de D. João o dia 14 de agosto se tornara notavel pela batalha de Aljubarrota e, mais tarde, pela victoria do infante D. Henrique em Ceuta.

[3] Fernão Lopes, *Chron. del Rey João I,* liv. 2, cap. 2.

[4] N. de Lião, cap. 103, pag. 502.

Como os restos mortaes não poderam, segundo sua ultima vontade, ser levados logo para o tumulo que o rei mandara preparar no convento da Batalha, fôram transportados, chegada a noite, á luz de innumeros archotes, pelos seus filhos e grandes do reino, para a cathedral; e depostos perante o altar de S. Vicente. Aqui estiveram guardados, de dia e noite, por sacerdotes, até que em 25 de outubro fôram transferidos, com a maior solemnidade, para a egreja do mosteiro da Batalha.

Este magnifico edificio [1], entre as muitas egrejas [2] e palacios [3], que mandou construir, o mais precioso, devia ser um moimento imperecivel d'aquella grande batalha por cujo exito foi decidida a grave lucta com Castella e adquirida, pela segunda vez, a independencia de Portugal, no campo de Aljubarrota, consoante anteriormente no de Ourique. Assim, conforme o rei D. João, pelo esplendido edificio que mandou levantar, assignalou a victoria de Aljubarrota como o ponto central e culminante do seu reinado, assim estabeleceu para as outras duas épocas do seu governo marcas especificas nas armas reaes e no titulo. Para certa lembrança da sua elevação de grão-mestre de Avis ao throno de Portugal, foi accrescentada ás armas reaes a cruz da ordem de Aviz e, para memoria da conquista na Africa, addiccionou-se ao titulo o de «senhor de Ceuta» [4]. D. João deu sempre um grande valôr á posse de Ceuta, como o primeiro que arrancou aos mouros em Africa o forte baluarte do seu dominio e que estabeleceu nas regiões dos infieis uma séde episcopal [5], em-

[1] James Murphy, *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha etc.* London, 1792, in fol.

[2] A egreja de Penhalonga, a primeira da ordem de S. Jeronymo em Portugal; os mosteiros dos franciscanos em Carnota e Leiria e mais.

[3] Em Cintra, Lisboa, Santarem, Almeirim e em outros logares.

[4] Desde seu advento ao throno até á conquista de Ceuta rubricou D. João: «*Rey de Portugal e do Algarve*», e depois ainda «*e Senhor de Cepta.*» A gloriosa adjunção ao titulo real foi conservada pelos seus successores, até ao reinado de D. Affonso v, «o africano», que o transforma em «*Rey de Algarve daquem e dalem mar em Africa*». Ribeiro, *Dissert.*, etc., T. II, Append. VI, pag. 207.

[5] A pedido de D. João, fundou o papa Martinho v, por meio de bulla, a 5 de março de 1421, uma séde episcopal em Ceuta. Sylva, *Memorias*, Tom. IV, *Collecção dos Docum.*, Num. 38. Sousa, *Provas*, Tom. I, pag. 369, Num. 7. O primeiro bispo foi o inglez Fr. Aymar, outr'ora confessor da rainha D. Filippa.

quanto que os mouros em Hespanha ainda sustentavam o reino de Granada contra Castella e Aragão.[1]

O accesso de D. João de grão-mestre a rei, sua peleja com Castella e a conquista de Ceuta—pontos capitaes do seu longo reinado—fôram referidos tão minuciosamente que, do conjuncto dos factos e acontecimentos do seu governo, se manifesta o typo do seu pensar e o seu modo de proceder, podendo-se facilmente concatenar os traços dispersos, no objectivo de compôr sua vida e actividade publica. São sempre, comtudo, as suas virtudes politicas, suas capacidades e vantagens manifestas, de chefe de partido, de general e estadista, de regente e rei, que se destacam mais do que as suas virtudes privadas, puramente humanas. Avultam antes que a gratidão natural, que, sem aguardar o pedido, offerece muito além do que era esperado.[2] Destacam primeiro que a liberalidade excessiva, que, na ventura de dar, fornece á reflexão materia para se arrepender.[3] Brilham a mais da generosidade, que, longe de castigar offensivas phrases dos vassallos, lhes perdoa, por livre impulso[4]. Rutilam adeante da magnanimidade que releva áquelles mesmos que, seduzidos pelas promessas, até attentaram contra a sua vida. E fôram decerto estas virtudes que lhe grangearam o bello cognôme *de boa memoria*. Quanto aos feitos guerreiros e ás victorias sobre Castella, compartilhou-as com elle aquelle generoso cavalleiro que lhe consagrara seu braço heroico, bem assim seu fiel coração de amigo, e que, como tantas vezes na lucta e no perigo, o precedeu tambem na morte.

[1] Na sua lousa da Batalha se diz: *Dom. Joannes... post generale Hispaniae vastamen, primus ex Christianis famosae Civitatis Septae in Africa potentissimus Dominus.* Sousa, *Histor. geneal.*, T. II, pag. 15.

[2] *Dos serviços que recebia, era tão agradecido, que a muitos deu mais do que esperavão, sem aguardar que lho pedissem.* N. de Lião, cap. 103, pag. 504.

[3] P. ex. nas concessões ao condestavel.

[4] Veja-se a disposição do autocrata a 10 de maio de 1387, na qual remittia aos habitantes de Santarem, que, segundo uma queixa dos procuradores da cidade, fallaram menos convenientemente do rei D. João, quando o monarcha de Castella occupava aquelle ponto. Sylva, *Memorias* etc., T. IV. *Collecção dos Docum.*, N. 6.

NUNO ALVARES PEREIRA. SUA VIDA, MORTE E CARACTER

Assim como a acção politica do rei, assim esteve ligada a vida publica de Pereira á historia d'aquelle tempo. Muitas vezes, na descripção d'estes quadros historicos, eram attrahidas as nossas vistas pela energica e leal personalidade e pelos gloriosos feitos do condestavel. Entretanto que os acontecimentos, em sua marcha precipitada, apenas permittiam um rapido relance sobre cada um de per si. Comtudo, o condestavel não forma, como a pessoa do soberano, o ponto central d'este reinado; opéra, pelo contrario, em lugar recondito; óra desapparece totalmente, óra surge de novo, mas sempre occupando o segundo plano, e excitando interesse, o que nos manda perguntar de onde vinha e para onde ia; como vivia entre os seus, quaes os seus pensamentos e sob que ponto de vista deveria ser considerado o homem? Certo, grande e nobre assaz para lhe dedicarmos, á sua memoria, ainda algumas linhas.

Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, altamente considerado por tres monarchas successivos, D. Affonso IV, D. Pedro e D. Fernando, teve de algumas esposas, com quem successivamente casara, trinta e dois filhos, dos quaes na occasião do seu fallecimento ainda viviam dez filhos e dez filhas. Nuno Alvares, nascido em 24 de janeiro de 1360 [1], trigesimo filho, foi educado na quinta do Bom Jardim junto da villa da Certaã e marchou, na edade de treze annos, para a côrte de D. Fernando, acompanhando, já então, seu pae para a guerra contra Castella. N'isto quando excitou a attenção da rainha D. Leonor por causa de uma energica resposta. Sollicitou ella do rei a permissão de conferir, com as suas proprias mãos, a dignidade de cavalleiro ao joven Nuno Alvares. Não havia, porém, armas que se prestassem para o adolescente; mas, recordando-se a rainha D. Leonor de que o joven mestre da ordem de Avis tinha quasi a mesma edade [2], mandou buscar sua armadura.

[1] Fernão Lopes, *Chron. do Rey João I*, P. I, cap. 193.

[2] Foi o grão-mestre da ordem de Christo que o teve nos braços, emquanto que o rei D. Pedro lhe cingia a espada de cavalleiro e lhe lançava a

Recebeu assim Nuno Alvares as primeiras armas d'aquelle por quem as devia empunhar mais tarde com tanto denodo e das mãos da mulher que um dia teria de combater com tal vigor. Desde então viveu o joven escudeiro na côrte, acompanhado e coadjuvado por seu tio e preceptor Martim Gonçales, que, no futuro, se distinguiu pelos seus talentos e bravura. Depois da morte do pae succedeu seu filho Pedro Alvares Pereira na dignidade de Prior, sendo nomeado pelo rei D. Fernando fronteiro mor no Alemtejo, para onde lhe seguiu seu irmão Nuno Alvares.[1] Aqui encontrou o joven occasião de desenvolver suas excellentes aptidões para a arte guerreira e vida publica. É d'aqui que elle tantas vezes, como temos visto, foi chamado pelo rei D. João óra para o auxiliar com os seus conselhos óra para o coadjuvar na guerra. Para lá voltava sempre, principalmente desde que a gratidão do monarcha lhe conferira bens immensos n'esta provincia.

Quando o armisticio celebrado por quinze annos no anno de 1393 concedeu algum repouso ao condestavel, resolveu recompensar aquelles que o tinham servido lealmente na guerra, conforme o autocrata premiara os seus. Convocou-os um dia para junto de si, agradeceu-lhes e distribuiu-lhes uma parte dos seus bens e rendimentos, que lhe concedera o soberano, impondo a cada um a obrigação de sustentar um certo numero de guerreiros, que deveriam cumprir as ordens do principe logo que elle d'elles carecesse. Esta acção, louvada por uns, censurada por outros, excitou inveja e má versão. O doutor João das Regras representou ao rei que este simulado desinteresse era apenas uma ambição encoberta. Que o condestavel queria formar partido; e, se fôsse mal succedido, collocar-se-hia assim, ao menos, em posição egual á dos infantes. Aconselhou o rei a retirar as terras concedidas áquelle como aos outros fidalgos, indemnisando-os de outra maneira. Com rasões subtis e linguagem fluente soube João das Regras dar ás vantagens do soberano apparencia de direito. D. João, a quem não escapou o quanto seria arriscado deixar tantos bens nas mãos da nobreza, nem o quanto seria

bençāo. Fernão Lopes, *Chron. d'El-Rei D. Pedro*, cap. 43. *Collecção de Livros ineditos de Hist. Portug.*, T. IV.

[1] Sylva, *Memorias* etc., cap. 118-122.

*

outrosim desagradavel e injusto retirar-lh'os, resolveu rehaver estes dominios por via de compra. Depois de haver attrahido alguns fidalgos a prol do seu projecto, convocou os demais. Todos se mostraram condescendentes; só, o condestavel, apenas, protestou e mostrou tanto o seu direito a estas possessões como a injustiça de similhante proceder. Persistindo o monarcha em sua proposta, retirou-se Pereira para Estremos. As possessões de Martim Vasques da Cunha e de seu irmão, as de João Fernandes Pacheco, Egas Coelho e as de outros fidalgos fôram remidas. Em seguida, estes cavalleiros, exasperados por tal procedimento, passaram-se, como acima se contou, para Castella, onde fôram bem recebidos e ricamente remunerados pelo soberano. O condestavel, porém, convidou os seus para junto de si e propôz-lhes o passarem-se com elle para outro paiz; achando-os dispostos a seguirem-o, dividiu todos os seus haveres entre elles. O rei, tendo d'isto conhecimento, enviou successivamente o deão de Coimbra, o mestre da ordem de Aviz, o bispo de Evora ao condestavel, afim de o demoverem de seu proposito; mas debalde. Por ultimo, prometteu reflectir sobre o assumpto, transmittindo o resultado ao principe. O tio de Pereira foi, finalmente, portador da sua resposta, por meio da qual se compôz a dissensão. O rei receberia, segundo o convenio, os vassallos do condestavel e dos outros fidalgos; de futuro, só elle é que poderia possuir vassallos. Elles ficariam obrigados a terem promptos um determinado numero de guerreiros, que, no porvir, seriam pagos pelo thesouro real. As terras do condestavel, que lhe pertenciam *de jure e herdade*, ficam-lhe pertencendo; as outras, porém, póde o rei adquiril-as por meio de compra, mediante um preço rasoavel. O monarcha queda, comtudo, obrigado a dar aos fidalgos as devidas recompensas e retribuições pelos serviços prestados.[1] Assim foi, por esta vez, aplanada a questão sobre um assumpto que, nos futuros reinados, deu causa a tristes desintelligencias, violentas agitações e profundas mudanças nas correlações do Estado.

O condestavel tomou outra vez parte nas emprezas de guerra, impedido, porém, algumas occasiões, pelos seus soffrimentos, resultantes das suas extraordinarias fadigas.

[1] Sylva, *Memorias* etc., cap. 144.

N'estes casos encontrava linitivo em obras pias e na construcção de edificios religiosos no Alemtejo. Assim como o rei construiu, para commemorar a victoria de Aljubarrota, o magnifico mosteiro da Batalha, assim o condestavel elevou a ermida de Nossa Senhora da Vitoria, consagrada á Virgem Santissima, como o era o seu pendão, ornado com a sua imagem, e no mesmo logar, onde, no ardor da lucta, o plantara. Quando voltou depois da conquista de Ceuta, onde auxiliou o rei com os seus conselhos e acções, para o seu retiro, resolveu, sentindo accrescer a sua fraqueza, renunciar ao mundo, retirando-se para o convento dos Carmelitas em Lisboa. Obtida a permissão do rei (o reino gozava de paz), dividiu seus bens, entre os seus parentes; ouro e prata, armas e armaduras, entre os seus cavalleiros e escudeiros; seus abastecimentos, entre os pobres; perdoou a todos os seus devedores, renunciou a tudo o que possuia e realisou o seu projecto no dia 15 de agosto de 1423. Sob o nôme de Nuno, como desde então se appellidou, viveu na simples cella que mandara preparar, simples como sua alma, entregue a actos de devoção piedosa. Assim consumiu ainda oito annos; rendeu a alma no dia de Todos os Santos de 1431, na edade de 71 annos[1]. Seu funeral foi celebrado, com a pompa usada, em actos similhantes, para membros da familia real, na grande capella da magnifica egreja dos carmelitas, que mandara construir *(Nossa Senhora do Vencimento do monte do Carmo)*, assistindo o rei e os infantes, toda a nobreza e clero.[2] Todas estas honras foram dedicadas a um homem que tão relevantissimos serviços prestou ao throno e á patria e que manifestara um *caracter* digno da corôa.

Nuno Alvares Pereira, de talhe mediano, de estructura vigorosa e bem proporcionada, de rosto cheio, em que brilhavam dois olhos repletos de vida, gozou, antes das fadigas alquebrarem suas forças, de uma saude preciosa (apenas duas vezes esteve doente, mas gravemente). São se mostrava seu espirito, energica sua vontade. No campo de batalha o seu olhar era penetrante; com a maxima rapidez descobria as faltas do inimigo, como a vantagem da sua propria posi-

[1] *Tam preclara siendo la vida del buen Condestable, y tam santa su fin!* Garibay.

[2] Sylva, *Memorias*, cap. 150.

ção. Suas fallas eram concisas, mais laconicas do que eloquentes; as palavras egualavam-se-lhe a bem dirigidas settas. Tanto em seus dizeres como em suas acções, attendia ao assumpto; d'ahi a nitidez e a perseverança nas suas emprezas. Aquelles eram purificados e ennobrecidos por probidade cavalleirosa e piedade christã, estas fortificadas e garantidas pela energia natural da vontade e enraizados sentimentos de lealdade e dedicação. Dotado de uma rectidão simples, mas, algumas vezes, aspero, animado de um virtualismo incorruptivel e de uma lealdade inviolavel, Alvares Pereira era inaccessivel á seducção. Como servidor, cuidava Pereira mais do bem que do applauso do seu senhôr; era-lhe, comtudo, sempre affeiçoado, ainda quando o favôr real lhe não sorria, ou quando a sua conducta o offendia; sempre nobre e magnanimo, protegeu uma inimiga que attentou contra sua vida, a mal da vingança que tencionavam os seus exercer n'ella, por sua causa; sem ambição, mas sensivel em pontos de honra, apreciava mais a pureza da sua fama do que a gloria. O ardor da sua alma o fazia viver em projectos audazes, em perigosas tentativas, em grandes emprezas. Sua audacia parecia então temeridade, mas isto era apenas na apparencia, porque sua circumspecção e meditação, antes do e no perigo, não o deixavam soffrer qualquer damno por motivo dos seus primeiros arrojos. Onde não alcançavam suas armas ou onde eram fracas demais para a decisão, empregava toda a sorte de ardis estrategicos. Inexgotavel de meios de soccorro, mostrava-se especialmente habil em arrebatar ao adversario os fructos da sua victoria; para o executar rapido de ousados golpes de mão, aproveitava os momentos em que o inimigo nada desconfiava ou em que era fraco para a resistencia ou ainda quando se entregava, descuidado, aos louros conquistados; primeiro que tornassem a si da surpreza, estava dado o golpe inesperado. Sua velocidade no campo fazia-o apparecer em toda a parte; emquanto que o julgavam perdido, reapparecia, mais terrivel, n'outro ponto. Nenhum guerreiro encarou a morte com maior intrepidez.

Na lucta mais ardente, corria perante Deus e procurava obter, em fervorosas orações, o seu auxilio; era um heroe verdadeiramente christão. Por isso, livre de crueldade n'uma época em que este preconceito não se podia separar da vida militar, apparecia

brando e clemente. E como poderia ser outro na guerra do que na vida privada? Assim como o condestavel sabia attrahir e prender a si os seus soldados (parecendo n'elles absoluta obediencia o que era dedicação voluntaria), mostrando-se rigido contra aquelles que olvidavam os seus deveres e muito mais rigido ainda contra os sacrilegos e blasphemos; assim era tambem em sua casa amavel e benevolente, olhando sempre com severidade pelo tocante á bôa ordem e á piedade. Na campanha, costumava deixar aos seus companheiros todos os despojos, reservando para si a fama do mais absoluto desinteresse; em tempo de paz, era, em alto grau, caritativo, habituado a distribuir pelos pobres annualmente a decima parte de todos os seus rendimentos e salarios. O seu severo rigor na guerra contra os sacrilegos nasceu do horrôr natural a tudo que lhe incommodasse o espirito piedoso, que observava conscienciosamente todas as prescripções da Egreja e que, em suas devoções, diligenciava satisfazer mais sua necessidade que seu dever. De uma lealdade inalteravel para com sua esposa Leonor de Alvim e de uma crystallina pureza de acções durante o tempo do matrimonio, como antes d'elle, foi egualmente pae carinhoso. Alvares Pereira teve a dôr de vêr succumbir sua unica filha (dois filhos tinham já fallecido), a sua querida Brites, casada, desde 1401, com Affonso, filho natural do rei, conde de Barcellos e primeiro duque de Bragança. D'este matrimonio resulta oriunda a antiga casa cujos descendentes deveriam um dia subir ao throno portuguez.

CAPITULO III

REINADO DE D. DUARTE

DE 1433 A 1438

Actos de governo e leis do rei. D. Duarte e seus irmãos. Infeliz expedição dos infantes D. Henrique e D. Fernando contra Tanger. Esforços heroicos do primeiro; soffrimentos e morte do *principe constante*. Morte do rei, seu caracter e escriptos.

D. João deixou Portugal em profunda paz e seu povo gozando um certo bem-estar, tudo devido ao seu tacto governativo e á propria actividade progressiva dos habitantes. A população esteve possuida de coragem e animo para maiores emprehendimentos e parecia caminhar na direcção d'um futuro ainda mais feliz, porque a personalidade de D. Duarte garantia as melhores esperanças. E, comtudo, prophetisou-se a infelicidade ao successor, e o seu breve reinado foi, de facto, quasi todo infeliz. No dia immediato ao da morte de D. João, em que D. Duarte devia ser acclamado rei em Lisboa, aconselhou-o o seu medico, mestre Guedelha, um judeu considerado como astrologo, de transferir esta solemnidade, porque a posição das estrellas lhe prognosticava desgraça. D. Duarte, superior a taes superstições, não se deixou confundir, e Guedelha prophetisou ao rei que seu reinado seria breve e cheio de fatalidades [1]. A historia conservou esta prophecia com melhor vontade, porque foi confirmada pelo futuro.

De Lisboa o rei se conduziu para Cintra, onde se encontravam sua esposa e filhos e onde os grandes do reino prestaram homenagem a seu primogenito, D. Affonso (V), como herdeiro ao throno,

[1] Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. 2, na *Collecção de livros ineditos de Histor. Portug.*, Tom. I, pag. 76.

apezar de ser ainda uma creança. D. Affonso foi o primeiro filho de rei em Portugal que, seguindo o exemplo de outros na Europa, teve o titulo de «principe», porque até então os filhos mais velhos dos reis portuguezes intitulavam-se «*Infantes primogenitos herdeiros*».[1]

Depois de D. Duarte ter mandado depositar[2], com uma pompa nunca vista em Portugal, o cadaver de seu pae no tumulo que lhe estava destinado (25 de outubro), a peste, que então appareceu e que victimou muitas pessoas, obrigou-o a abandonar o logar ainda antes de completamente acabadas as solemnidades e a dirigir-se para Leiria, onde os deputados das villas e o clero, bem como os commandantes das praças fortes, lhe prestaram a homenagem. A sua idea, de fechar em seguida as côrtes, combateu-a o conde de Arrayolos com tão justas razões que o rei se decidiu a mandar proseguir as suas sessões em Santarem. Com o mais amavel interesse escutou as suas propostas e representações, e desempenhou-se de tal maneira d'este trabalho que lhe grangeou, logo no principio do seu reinado, o coração de todos. Julgavam-se felizes por encontrarem no filho o pae que tinham perdido.[3] Apenas aos assumptos trazidos á tela da discussão nas primeiras côrtes do reinado de D. Duarte, os encontramos resumidamente indicados nas fontes impressas da historia portugueza.[4] Tambem poucas leis d'estas côrtes fôram incluidas no codigo affonsino.[5]

Fechadas as sessões das côrtes, começou verdadeiramente a acção governativa do rei. «Occupou-se logo», diz o seu chronista, «com assumptos de justiça e finanças, como os mais importantes do Estado, consultou, para empregar todo o cuidado e precaução, muitos dos mais habeis homens do Estado, quer verbalmente quer por escripto, e escolheu, ouvidas as suas opiniões e conselhos, de

[1] Ruy de Pina, cap. 5.

[2] Veja-se a descripção da solemnidade no chronista, cap. 5.

[3] ... *consolando-se na morte do Padre que perdérom, com a virtuosa vida do filho que cobráram: porque todos devem muytas graças a Deos.* Pina, cap. 6.

[4] Sousa, *Provas*, Tom. I, pag. 554. De uma ordenação das côrtes se faz menção em documento do rei D. Duarte, de 6 de setembro do mesmo anno, Sousa, *Provas*, Tom. III, pag. 492.

[5] Vejam-se as *Memorias de Litter. Portug.*, Tom. II, pag. 80.

cada um o que lhe parecia melhor. Sua legislação referia-se á côrte e ás finanças, á unidade como ao todo. Na administração da sua casa, cortou toda a despeza superflua e deu a todos os grandes e fidalgos do reino um exemplo de simplicidade, gastando na sua vestimenta apenas quinhentas dobras por anno. Instituiu que na côrte estivesse sempre presente um infante, um conde e um bispo, para tomarem parte nos trabalhos da administração e como sequito do rei; aos trimestres deveria cada um ser rendido por outro da sua classe—disposição que esteve em vigor durante o seu reinado.»[1] De algumas disposições tomadas por este monarcha relativas á administração do Estado, foi a lei que regulou a successão dos donatarios *(Lei mental)* inquestionavelmente a mais importante, de facto já applicada pelo rei D. João mas só no reinado de D. Duarte redigida e publicada. Comquanto tivesse desde logo algum effeito sobre os negocios internos do Estado, só mais tarde logrou uma grande importancia quando a ella se ligam acontecimentos que alli têm de encontrar a sua explicação e causa. Tanto esta lei como uma outra de D. Duarte que indica e fixa os direitos da corôa[2] alcançaram mais tarde seu devido logar. A par d'estas leis dispersas, D. Duarte tomou em ponderamento toda a legislação e tencionava publicar um codigo geral. Mas a brevidade do seu governo eis a causa de elle deixar a obra incompleta; e foi seu filho D. Affonso, pelos continuados esforços do infante D. Pedro, que teve a gloria de dar o seu nôme á collecção de leis.

D. Duarte, dirigindo o seu cuidado á legislação e administração do reino, não ficou estranho aos acontecimentos que n'aquella época occupavam toda a christandade. Como partidario do papa Eugenio IV, enviou, no anno de 1435, ao concilio, que se effectuou em Ferrara, alguns embaixadores, seu sobrinho o conde de Ourem, o bispo do Porto, Antão Martinz, os doutores Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Affonso Manga-ancha, o irmão João Thomé, da ordem de Santo Agostinho, homem de grande talento e erudição, chamado então o segundo Agostinho, e o irmão da ordem de S. Francisco mestre Gil Lobo, com mais alguns fidalgos. Depois do concilio, o

[1] *... e assi se comprio em toda sua vida.* Pina, cap. 7.
[2] *Ordenações do Rey Affonso V,* liv. 2, Tit. 24.

pontifice manifestou ao rei D. Duarte o seu reconhecimento. Entre outras cousas, permittiu que os reis de Portugal, na sua coroação, fôssem ungidos da mesma fórma que os de França e Inglaterra. Já o papa Martinho v fizera esta concessão aos reis portuguezes, por occasião da estada do infante D. Pedro em Roma[1]; mas até este momento não tinham feito uso de tal honra.[2] Em meados do seculo doze similhante privilegio seria de grande significação e importancia para os reis de Portugal; no meado do seculo quinze pouco valôr pareciam dar-lhe.

Tranquillos e honrados no estrangeiro, topavam-se agora firmes no throno. O primeiro rei do novo ramo já o fundara com solidez. A espada de D. João adquirira pela segunda feita a independencia de Portugal e sob o seu sceptro se restabelecera com vigor o povo e o Estado portuguez. A patria era já pequena demais para seus filhos, e suas miradas, sem avistarem cousa alguma na Europa, se dirigiram para uma parte do mundo que abria á sua actividade e mais ainda á sua força de imaginação uma zona altamente seductora. No extremo da Africa fôra o rei D. João o primeiro que plantara alli como no extremo da Europa, em Portugal, um caminho, que devia ser seguido gloriosamente pelos cinco filhos, heroes que legara á sua patria: *D. Duarte,* o eloquente; *D. Pedro,* o viajante; *D. Henrique,* o navegador; *D. João,* o bravo; *D. Fernando,* o santo, como a historia d'aquella época os classificou acertadamente.

D. Duarte e os infantes D. Pedro e D. Henrique tinham-se mostrado já em Ceuta como uns dignos filhos do rei, haviam dado as suas provas de cavalleiro e recebido a consagração. Mais tarde cada um procurou ou achou, sem procurar, o ponto na vida publica que agradava ás suas capacidades e inclinações, como monarcha, estadista, navegador. Em primeiro lugar *D. Henrique,* não obstante sêr o mais novo. Para começar a grande obra que lhe fluctuava diante do espirito, não lhe parecia cedo bastante, e conseguiu-o com exito, porque a conservara sempre inalteravel em seu animo e porque a

[1] Sousa, *Histor. geneal.*, T. II, pag. 73.

[2] Duarte Nunes de Leão, *Chronica del Rey D. Duarte,* cap. 4 e 5. Lisboa, 1780.

queria executar com toda a sua energia e força de vontade. No seu caminho encontrou tambem muitas difficuldades e obstaculos; mas o alvo que se propozera ficava além de Portugal, além do dominio do conhecimento, dos esforços e paixões de outros. E, como era elle o unico capaz de se propôr este termo, parecia tambem ser elle o unico em estado de o conseguir. N'isto foi ajudado pela sua posição, como grão-mestre da ordem de Christo, com os abundantes meios de que ella dispunha. E as suas primeiras emprezas, sempre as mais difficeis, se realisaram sob a protecção do rei e pae, que tão inclinado se mostrava a tudo que era grande. D. Henrique foi o mais feliz de seus irmãos. Egualmente dignos, mas não tão felizes fôram *D. Duarte* e *D. Pedro*. Aquelle, como primogenito, destinado ao throno, teria merecido, graças ás suas disposições e circumspecção, governar por muito tempo e gosar a felicidade que espalhara; mas morte prematura o arrebatou depois de um reinado cheio de infortunios e adversidades. A vida publica e os trabalhos de *D. Pedro*, que só olhava pelo bem e que conseguiu a prosperidade do povo, deviam ser uma lucta constante com a inveja, malicia e intrigas, e seu tragico trespasso a victoria d'estas paixões e enredos. Na sua tempestuosa regencia ainda continúa a adversidade; dá-se a morte, tão sentida, do irmão mais novo, do infante *D. Fernando* (nascido em 1402, no dia 29 de setembro), a quem a historia, bem como a poesia, intitulou o «principe constante». Sua vida e actividade estão tão ligadas ao acontecimento mais importante do reinado de D. Duarte—a empreza contra Tanger—que, depois de seus irmãos D. Duarte e D. Henrique, lhe devemos dedicar a nossa attenção.

A sua perfeita estatura, a nobreza da sua physionomia e o fôgo suave de seus olhos captivavam todos á primeira vista. No seu fragil e doentio corpo existia um espirito viril que mais se inclinava, porém, a um mundo superior do que a assumptos e trabalhos da vida terrestre. A delicadeza de seu corpo não o impediu, comtudo, de dedicar uma parte das suas forças a exercicios de armas: mas notava-se facilmente que n'isto obedecia mais á corrente da sua época do que ás suas proprias inclinações. Entregava-se com prazer a estudos scientificos, de melhór vontade se dedicava a considerações pias. Seus exercicios religiosos dividiam-se em leitura de livros asceticos (mencionados no seu testamento, que ainda existe) e em

exercicios de devoção na sua capella. Era piedoso sem superstição, mas por convencimento e talvez por a sua natural tendencia para o sobrenatural, por necessidade do infinito, que as almas fogosas como a sua sentem mais viva e profundamente do que os demais. A piedade que animava todo o seu intimo abria o seu coração á activa philanthropia. Em gozo redundava para a sua alma o consolar os pobres; qualquer indigente era admittido á sua presença e nenhum sahia sem obter um donativo. No auxilio aos miseros empregava regularmente a decima parte da sua fortuna, não contando as dadivas extraordinarias. Simples no seu modo de viver e permittindo gastos só para solemnidades publicas e de egreja, amigo da ordem e pontual, como era e exigia dos seus, em seus negocios, podia, com um diminuto rendimento, exercer a sua philanthropia. Desprezava, porém, todos os meios, que lhe facultavam as circumstancias de então, para adquirir riquezas e que lhe prohibia a sua delicadeza de sentimentos. Só a rogos insistentes poude seu irmão conseguir que elle acceitasse a dignidade de grão-mestre de Avis. Com relutancia o infante se intromettia na administração do Estado e rarissimas vezes recommendava a qualquer dos seus para cargo publico. Se assim succedia, porém, de antemão era sabido que o recommendado é que se recommendava por sua propria aptidão. Os serviços prestados por longo tempo ao infante eram o melhor empenho. Seu convivio, a sua proximidade ennobreciam. Assim como elle era de costumes irreprehensiveis, assim estimava sobretudo aquelles que se distinguiam por uma vida moral.[1] D'elle, o casto e verdadeiramente puro em alma e corpo, nunca se ouvia uma palavra que podesse ferir um ouvido melindroso; nem soffria que outrem a proferisse. Em resumo, toda a sua vida foi o puro echo do seu, simples, mote «*Le Bien me plait.*»

Os rendimentos de D. Fernando eram, como já se disse, diminutos. Além de sua residencia, que lhe déra o rei, apenas possuia o logar de Salvaterra e Atouguia que lhe deixara seu pae, e mais tarde a dignidade de grão mestre da ordem de Avis[2], conferida por

[1] Joam Alvares, *Chronica* etc., cap. 1. «*Vida do principe constante*», Berlim e Stettin, 1827. (Obra conscienciosa d'um anonymo bem versado na litteratura portugueza). [2] Pina, cap. 10.

D. Duarte. Que o seu rendimento apenas chegasse para sustentar a dignidade da sua posição e que seus irmãos mais velhos, em parte pelas suas emprezas na Africa, gozassem maiores rendas, era o que incommodava menos o modo de pensar do infante do que seus irmãos terem-se tornado merecedôres, aos olhos do mundo, pelos seus feitos, d'estes redditos e haverem adquirido, ao mesmo tempo, uma gloria immorredoura. Mas tambem não foi só esta gloria que incitou o infante a imitar os seus irmãos; foi, sim, a obra meritoria que elle apercebia na lucta contra os infieis, no derramamento e glorificação do christianismo, pelas victorias sobre os mouros. Estas considerações deviam operar sobre o seu espirito; mas similhante influencia foi dominada pela piedade fanatica, tal qual a produzem n'uma alma profunda uma força viva de imaginação, o fogo da juventude e o clima, continuos exercicios de devoção e leitura diaria de escriptos asceticos, a educação e instrucção d'aquelle seculo e seu espirito dominante. Sua alma, cheia de uma saudade insaciavel, não encontrou desde logo o seu fim; foi procural-o primeiramente em regiões affastadas.

Achando-se uma occasião o rei em Almeirim, D. Fernando manifestou-lhe os seus desejos. Agradeceu, reconhecido, o que D. Duarte, por amor fraternal, fizera por elle e seus irmãos e que talvez houvesse ultrapassado os recursos do paiz. Mas, ainda que o reino tivesse sido grande bastante para berço onde tinham sido creados, agora era, comtudo, pequeno demais para alli serem educados. Estava joven e ainda nada havia feito que o tornasse merecedôr de ser filho de tal pae, irmão de taes irmãos. A tranquillidade de que gozava o reino, a paz com os Estados visinhos roubavam-lhe todo o ensejo de adquirir o que lhe faltava. D. Duarte que lhe permitisse, pois, visitar as côrtes estrangeiras para ganhar honra e bens. Logo que o rei e o paiz d'elle necessitassem, immediatamente voltaria, como fiel vassallo e irmão extremoso, para lhe prestar os seus serviços. Desgostado pelo descontentamento e desejos do irmão, fez-lhe D. Duarte as suas objecções e pediu, logo em seguida, ao infante D. Henrique, que demovesse seu irmão do seu proposito. Mas D. Henrique, animado pelo mais vivo espirito de emprehendimentos, ainda representou com mais insistencia a seu real irmão as rasões por que D. Fernando não deveria fenecer em inacção. Lembrou Ceuta, esse feito grandioso e cheio de gloria que se e fe-

ctuara no reinado de seu pae; recordou tambem as exigencias que a Africa fazia a todos os infantes, e a todo Portugal; a necessidade de sustentar em exercicio de armas a nobreza e o povo. Pediu, finalmente, ao rei que o deixasse partir e ao infante D. Fernando, á frente dos seus cavalleiros da Ordem, para a guerra contra os infieis na Africa. D. Duarte fez vêr quanto esta mesma ensancha repudiava tal empreza, quanto o povo necessitava da presente tranquillidade para recobrar as forças, perdidas pelos anteriores esforços e calamidades, e as grandes despesas que tinha causado a conquista de Ceuta. Notando D. Henrique, que era o movel principal da empreza, a vontade do rei, procurou dispôr a rainha, que tinha um grande poderio sobre seu marido, a favôr do seu plano, visitando-a amiudadas vezes. D. Leonor, como estrangeira, tanto mais satisfeita pela approximação do influente infante, porque existia desintelligencias entre ella e o infante D. Pedro, e conhecedôra do affecto do rei para com seus irmãos, respondeu, á attenção prestada por D. Henrique, com a mais viva participação no seu plano, promettendo coadjuval-o com palavras e acções. Tambem o infante poude, além d'isso, attrahir para a sua empreza alguns homens considerados e de influencia na côrte.[1] Todavia, talvez não tivesse sido levada a effeito, se uma nova circumstancia não lhe houvesse imprimido um impulso. D. Gomes, portuguez de origem, abbade em Florença e mais tarde prior de Santa Cruz em Coimbra, foi portador n'aquella época, como legado do papa, de uma bulla da cruzada contra os infieis, que o rei D. Duarte sollicitara do pontifice, no concilio de Ferrara, pelo conde de Ourem, para a publicar no momento em que as circumstancias aconselhassem ou favorecessem a continuação da guerra contra os mouros.[2] Para D. Henrique foi, entretanto, bem vindo este acontecimento. Julgava ou apparentava julgar que era uma mensagem divina, para que o que Deus lhe inspirara primeiro fôsse executado sem discrepancia. O rei não poude resistir por mais tempo á sua eloquencia, animada e fogosa, a seus insistentes rogos. Annuiu, ainda que com repugnancia e contra sua convicção, indicando, repetidas vezes, as perdidas forças do povo e do Estado.

[1] Pina, cap. 12.
[2] Idem, cap. 13.

Destinaram-se quatorze mil homens para a campanha: tres mil e quinhentos cavalleiros, quinhentos arcabuzeiros a cavallo, dois mil arcabuzeiros a pé, sete mil infantes, quinhentos moços para artilheria e outros tantos marinheiros. Á concederem as necessarias quantias, fôram convocadas as côrtes para Evora em abril de 1436. Outhorgaram uma consideravel somma, que foi immediatamente levantada, mas o descontentamento pronunciado no paiz, as amargas queixas do povo, que chegaram aos ouvidos do rei, entristeceram-o. D. Duarte olhava com receosos presentimentos para a empreza. De bôa vontade teria retrocedido, se não estivesse já tão adiantado.[1]

N'esta discordia comsigo mesmo, procurou socego no conselho estranho ou, melhor, nos outros, maior decisão em sua pessoa e menos responsabilidade, pelo accesso de votos auctorisados e numerosos, para uma empreza de cujo principio e fim, como era de recear, D. Duarte não queria sêr o unico culpado. N'uma reunião dos infantes, que se effectuou em agosto de 1436, em Leiria, apresentou-lhes a sua resolução e expoz-lhes as suas razões[2], pedindo-lhes, inquieto pelas escrupulosas duvidas, os seus alvitres.[3] Os infantes D. Henrique e D. Fernando, auctores do plano, não deram o seu parecer, nem o conde de Arrayolos, por já estar nomeado para a expedição. O infante D. João apresentou as razões prò e contra a empreza, e deixou a escolha e decisão á vontade do rei, para não melindrar este nem irritar ainda mais os sensiveis infantes. O conde de Barcellos reportou-se aos argumentos apresentados pelo infante D. João contra a empreza e reprovou-a. Com maior energia se oppoz á expedição o tão eloquente como politico infante D. Pedro. Não occultou o seu sentimento pelo facto de o monarcha só agora consultar os infantes depois de ter tomado já a sua resolução. A supposição de que seus conselhos causassem antes desgosto do que o exito desejado não o impediu, comtudo, de se oppôr abertamente á empreza referida. A fórma como o infante D. Pedro se pronunciou foi prova

[1] Pina, cap. 14. Lião, cap. 7.

[2] Encontram-se, tal qual fôram escriptas por elle, nas *Provas*, T. I, pag. 538, de Sousa.

[3] Pina, cap. 16.

sufficientemente clara de que só fallava a seriedade do assumpto e não como pessoa offendida. O infante apresentou argumentos tão convincentes da sua opinião e expôl-a com tal firmeza; indicou as difficuldades da campanha e, no caso mais feliz, a pequena vantagem para Portugal, até mesmo a impossibilidade de sustentar a conquista, com tal clareza; mostrou o prejuizo, caso Portugal sacrificasse as suas forças e seus filhos n'este infertil lance, a injustiça, na hypothese de que o rei opprimisse com impostos o povo para este fim, em tão commovente simplicidade e evidencia que D. Duarte, em cujo espirito e sentimento os conselhos a bem do seu povo sempre tinham accesso e que reputava no mais alto conceito a circumspecção do infante, começou a vacillar em seu proposito. Não só vacillava na sua opinião; uma fibra, que predominava na sua alma, inquietava-o pela sua discordancia. Para, segundo parece, acalmar as suas duvidas, satisfazer tanto a opinião publica como a sua propria, dirigiu-se D. Duarte ao papa, mandando-lhe perguntar, e aos cardeaes, pelo conde de Ourem, que ainda não tinha voltado do concilio, se seria justo encetar guerra contra os infieis e exigir para este objectivo impostos do seu povo.

Seguidamente se manifestou a fraqueza e a vacillação do rei. De Leiria, onde consultara os infantes e resolvera aconselhar-se com o papa, partiu, em setembro de 1436, para Torres Vedras, onde a rainha déra á luz a infanta D. Leonor, futura esposa do imperador allemão Frederico III. N'esta mesma cidade D. Duarte se declarou, novamente, a favôr da empreza, por condescendencia para com a rainha ou para cumprir a promessa dada aos infantes D. Henrique e D. Fernando. Julgou-se desnecessario esperar pela resposta do papa; e, quando ella chegou[1], já a expedição estava tão adiantada que não se lhe deu quasi attenção. Todos censuraram o rei por pedir, n'um assumpto que elle já resolvera, o conselho d'estes homens e por seguir, apezar de sua reprovação, a sua vontade.[2]

[1] Pina, cap. 20.

[2] *E deste erro se guardem muyto os Reys e Principes, como de certa queda de Regnos e Senhorios; porque da culpa que El Rey neste caso teve, vimos que a morte, com door e tristeza, segundo a opiniam dos mais, lhe deu*

Os preparativos fizeram-se com ardôr. As tropas do norte, commandadas pelo conde de Arrayolos, congregaram-se no Porto; o ponto principal de reunião era Lisboa. Quando se approximou o dia da partida[1], o autocrata conduziu-se para a capital, onde solemnidades religiosas, ás quaes assistiram elle e os infantes, prepararam, segundo o uso antigo, os cruzados para a guerra. Chorando, o soberano se despediu de seus irmãos; ao mais novo, mas não o ultimo em sua affeição, nunca mais o deveria ver. Em 22 de agosto de 1437 a esquadra se fez de vela e, passados cinco dias, os navios lançaram ferro diante de Ceuta; o conde de Arrayolos chegara primeiro com os bateis idos do Porto.

Passando o infante á contagem das suas forças, viu que apenas dispunha de dois mil cavalleiros, mil arcabuzeiros e tres mil infantes, faltando, portanto, oito mil homens da força que lhe fôra promettida. A improbabilidade de um exito feliz e os grandes perigos evidentes d'esta campanha fizeram retroceder muitos portuguezes; antes queriam ser castigados em bens do que expôr inutilmente a sua vida. Além d'isto, faltavam os meios pecuniarios, porque não chegavam as sommas concedidas pelas côrtes e havia escassez de navios para passagem das tropas. A impaciencia de D. Henrique não permittia que se esperasse por estes e que se tractasse de obter penosamente aquelles; receava que no mais pequeno hesitamento naufragasse toda a expedição. No momento, porém, em que olhava para as diminutas forças com que pretendia desafiar e subjugar os senhôres da Africa, é que sentiu a grandeza do arrojo. Formou conselho com os commandantes, e todos fôram de opinião que se informasse primeiramente o rei da situação das cousas, antes de tentar um emprehendimento tão perigoso e temerario. O infante, porém, estava resolvido a arriscar-se com estas diminutas forças. «Parece, disse, que Deus assim o quiz; quanto mais exiguos os meios com que executamos a obra da sua glorificação, tanto maior

despois a paga. Pina, cap. 20. Observação similhante faz Lião (cap. 9), o inimigo das mulheres, como muitas vezes se mostra: *e que em cousas publicas, e de emprezas de guerra, tomão parecer de molheres.*

[1] O infante D. Fernando fizera pouco antes o seu testamento; acha-se nas *Memorias* de Sylva, Tom. IV, *Collecção dos Docum.*, Num. 22.

a nossa gloria e serviço».[1] D. Henrique insistiu que sem demora se partisse para Tanger.

Seguidamente se dividiu o exercito. D. Henrique marchou, com cinco mil homens, por terra, por Tetuan, porque o caminho direito para Tanger era muito montanhoso e estava occupado pelo inimigo: D. Fernando, impedido pela doença, conduziu para alli o resto das tropas por mar. No dia 13 de setembro chegou aquelle diante de Tanger, onde encontrou D. Fernando com os seus; marchou, depois de se reunirem, uma certa distancia ao longo da costa e acampou n'um sitio abundante em fontes e jardins, do lado opposto do promontorio Espartel. Alguns dias se consumiram nos preparativos para um ataque á cidade. Um combate de cinco horas, que se travou no dia 20 de setembro, não deu resultado algum. Outros dez dias se gastaram em insignificantes escaramuças, emquanto que se mandavam vir de Ceuta boas escadas para escalar, apparelhos de que havia falta, e, bem assim, algumas *bombardas*.

No dia 29 de setembro apresentou-se, do lado opposto do acampamento, um exercito hostil de 10.000 cavalleiros e 90.000 infantes. Apezar d'esta grande superioridade, D. Henrique resolveu atacar o inimigo com 1500 cavalleiros, 800 arcabuzeiros e 2000 infantes; sahiu do acampamento e esteve tres horas em frente dos mouros, sem que estes ousassem investir. Quando D. Henrique deu, finalmente, o signal do combate, retiraram-se para Serra, de onde tinham vindo. N'outra occasião os portuguezes se viram obrigados a retirar diante do inimigo, superior em forças, para o seu acampamento e assim mudou durante muito tempo a sorte da guerra, passando, amiudadas vezes e rapidamente, de uma banda para outra. Ainda que em grande numero e augmentando diariamente por novos reforços, os mouros não se audaciavam, segundo parece, a entrar em batalha decisiva antes de se reunirem ao grosso do exercito os diversos elementos que esperavam de perto e de longe. D. Henrique, porém, cobrando animo pela cobarde hesitação de uma tão numerosa hoste, esforçava-se por adquirir as maiores vantagens possiveis com o seu pequeno exercito.

Entretanto a situação dos christãos tornava-se cada vez mais

[1] Pina, cap. 22.

*

difficultosa, o perigo successivamente ameaçador. No dia 3 de outubro tentou o exercito dos mouros, depois de ter recebido consideraveis reforços, approximar-se da cidade. D. Henrique sahiu do acampamento, atacou vigorosamente o inimigo, postado no alto, rompeu as suas filas e forçou-o a retroceder. N'este intervallo observaram os sitiados que o acampamento dos christãos estava abandonado pelo maior numero e, abrindo as portas da cidade, vieram aggredil-o. O campo foi, porém, defendido, com coragem admiravel, pelos poucos que ficaram, tendo os mouros de se retirar para a praça com grandes perdas, depois de infructiferos ataques. Mais uma vez a fortuna se sorria para D. Henrique e seu exercito; mas os assaltos e perigos como os ultimos não se deviam repetir porque havia, porfim, de succumbir n'elles. Uma nova investida contra a cidade, depois de concertadas as escadas de escalar e construida uma torre de madeira, não foi bem succedida, e D. Henrique não poude fugir á secreta dôr quando viu desapparecer successivamente a esperança do bom resultado da empreza. E, todavia, occultou o seu pezar; seu rosto exprimia confiança e alegria e parecia resolvido a continuar a grave lucta. Disseram então dois almogaraves, feitos prisioneiros por alguns cavalleiros do conde de Arrayolos (9 de outubro), ao infante, que o rei de Fez, o rei de Bellez, Lazurac e cinco governadores, e, além d'estes, o rei de Marrocos e Tafilete, cada um, com todo o seu exercito, avançavam contra os portuguezes, na força total de setenta mil cavalleiros e numerosos infantes.[1]

Ao ouvir esta noticia, uma grande inquietação se apossou do infante. Formou conselho. Pela volta do meio dia se mostravam já os mouros a cavallo e a pé, e cobriam successivamente, em grande numero, os montes e valles. Immediatamente D. Henrique mandou embarcar os marinheiros portuguezes e recolher os guerreiros ao acampamento. Elle proprio avançou com a cavallaria e tomou uma segura posição sobre o posto que formavam o Marichal e o capitão Alvaro Vaz de Almada para cobrir a artilheria. Quando as novas forças se approximaram da cidade, os sitiados, segundo seu uso,

[1] Lião, cap. 12. A chronica de João Alvarez (cap. 3) dá 96:000 cavalleiros e 600:000 infantes. *Acta Sanct.*, Jun. 5, Tom. I, pag. 568. Pina, cap. 29, conta 6C:00) cavalleiros e 700:000 peões.

fizeram uma sortida, debaixo de uma infernal gritaria, e atacaram juntos, com impeto, a artilheria do cerco. Impotente para se oppôr, a esta força, o Marichal retirou-se, afim de salvar sua vida; a artilheria cahiu nas mãos do inimigo.

Attendendo á grande desproporção das forças dos dois combatentes, o infante nem sequer podia pensar em se medir n'uma pugna geral com o inimigo; mas sua soberba e inquebrantavel coragem não logravam tambem supportar o escarneo dos infieis. D. Henrique, á frente de alguns guerreiros escolhidos, ainda tentou um desesperado ataque e repelliu os mouros até ás portas da cidade. Quando voltou, mataram-lhe o cavallo e elle salvou-se e transportou-se, sob constante perigo de vida, até o campo, abrindo caminho, com a espada na mão, atravez do inimigo, que avançava. De todos os lados se lançou este com impeto contra o acampamento, investindo-o com grande violencia; ficou, porém, maravilhado da resistencia que encontrou, da admiravel coragem heroica do pequeno exercito christão, que, n'este lance, ainda era mais diminuto. Porque, emquanto que o infante D. Henrique, cedendo ao inimigo, se bateu até o acampamento, muitos guerreiros, com seus escudeiros e servos, talvez no numero de mil, se retiraram apressadamente para os navios.

Apezar de toda a coragem que o animava, não escaparam ao infante os perigos e tormentos de que tanto elle como os seus haviam de ser accommettidos. Possuia-se da mais profunda dôr quando olhava para os seus fieis companheiros, que tinha conduzido á beira do precipicio. Mas tambem agora occultava no seu intimo a sua lastima; deixava brilhar seus olhos da mais viva esperança e a todos sobresahia em intrepidez e heroismo. A maior parte dos seus promptificavam-se a ousar e soffrer o extremo e, se, finalmente, fôsse inevitavel a sua morte, queriam que o inimigo as pagasse caras. E, comtudo, os mais corajosos se deixaram dominar pelo abatimento quando, examinando-se os viveres existentes, se verificou que apenas chegavam para dois dias e que dos navios nada se podia requisitar.

Na mesma data se reuniram os chefes dos mouros em conselho. Fallou-se da deshonra que tão grandes exercitos não conseguissem subjugar um tão pequeno numero de christãos, da ousadia dos portuguezes, que com taes limitadas forças tinham vindo a procurar os

inimigos dentro dos seus proprios paizes, na esperança de que os mouros abandonariam com receio as suas habitações e sua patria. Quanto mais se demorassem os christãos, tanto maior seria a vergonha para os povos d'Africa. Resolveram atacar immediatamente os portuguezes sem sequer os deixarem pensar e consagrarem-se todos á peleja. De facto, appareceram os mouros no dia seguinte em ordem de batalha, e avançaram contra o acampamento dos christãos.

N'este aperto, D. Henrique elevou-se sobre si mesmo. Sentimento, proprio da sua alma, adquiriu tal poder n'elle que penetrou todo o seu ser, o soergueu, o glorificou. N'uma devoção, alta e ardente, se dirigiu a Deus; implorou o seu auxilio na lucta pela victoria da verdadeira sobre a falsa fé; pediu perdão, caso tivesse commettido falta n'este tentamen, e offereceu-se para victima da salvação de seus companheiros d'armas e infortunio. N'este enlevo, montou seu cavallo e correu para o meio dos seus, animou-os com a força das suas inspiradas palavras e pelo brilho do seu olhar. Seguidamente, resistiram os christãos, no acampamento, durante quatro horas, aos impetuosos ataques dos mouros, que tinham dirigido todas as suas forças para este ponto. Quando desistiram, contavam uma grande porção de mortos e feridos, e os portuguezes apenas poucos.[1]

Os infantes podiam prestar com o seu punhado de gente os serviços mais extraordinarios e surprehendentes, mas não fazer o impossivel. Quando D. Henrique viu que estavam a findar os mantimentos, que estava cortado o caminho para os navios e que a mais heroica bravura não abria nenhuma perspectiva de salvação, por ser muito numeroso o inimigo, que combatia no seu proprio paiz, onde sempre possuia abastecimento e reforços, tomou (d'accordo com todos) a resolução de abandonar, na proxima noite, o acampamento e abrir, de espada na mão, atravez das filas do inimigo, caminho até á costa, onde então todos, conforme podessem, se deveriam salvar nos navios. Um miseravel entre elles, o capellão do

[1] *... lhe matárom e ferirom infinda gente, e os fezerom per força afastar dos combates e recolher a seus arrayaaes; e dos Christãos fallecérom cinco ou seis, e alguus outros forom feridos.* Pina, cap. 31.

infante D. Henrique, Martim Vieira, denunciando ao inimigo o plano, o frustrou, causando desgraça indizivel sobre muitos dos seus compatriotas e irmãos de fé.

Emquanto que os christãos deixavam descansar as suas armas e luctavam com os tormentos da fóme e sêde, formaram os chefes mouros conselho sobre o que deviam fazer. Maior applauso teve a opinião que não se levasse os christãos ao extremo; que se aproveitasse sua situação desesperada para obter a entrega de Ceuta. Assim se recobrariam os sensiveis prejuizos, se vingariam dos portuguezes; se arrancaria Ceuta, chave para maiores conquistas e colonisações na Africa, e se asseguraria tranquillidade e paz aos mauritanos. Seguidamente um grande numero de mouros circumdaram, debaixo de grande vozearia, o arraial, como se o quizessem assaltar; antes, porém, de encetar o ataque, levantaram a bandeira da paz e offereceram aos christãos livre passagem, em troca da cedencia de Ceuta, com os sarracenos prisioneiros, bem como do acampamento, com todas as armas, cavallos e munições. A necessidade fez condescender os sitiados e, apoz breve conselho, foi acceite a proposta. Ruy Gomez da Sylva, alcaide mor de Campo mayor, homem de grande prudencia e firmeza, e o escrivão de fazenda do rei, Payo Rodriguez, fôram immediatamente enviados ao chefe de Fez e aos outros soberanos marroquinos para concluirem o tractado.

Entretanto, um certo numero de mouros, que, residindo longe de Ceuta, não sabiam apreciar a importancia do logar e que pouco valôr davam á sua entrega, não se deixaram interromper pelas negociações encetadas para tentar novo e impetuoso assalto contra o acampamento christão. Dirigiram as suas reunidas forças especialmente contra o lado do acampamento defendido pelo infante D. Fernando e sua gente, e estavam proximos, subjugando a resistencia, de penetrarem no arrebalde. Mais uma vez a invencivel bravura dos portuguezes, que não luctavam já tanto pela vida como para vingar morte certa, fez os mouros desesperarem de sua victoria; retiraram-se, com muitos mortos e feridos. Diligenciaram, em seguida, lançar fogo á palissada; mas tambem a este novo perigo o conjurou a incansavel actividade de D. Henrique. Depois dos infantes destacava-se, como em anteriores combates, o bispo de Ceuta. Combatendo qual o melhor cavalleiro, impellia todos que o

viam e ouviam para a guerra contra os inimigos do christianismo, pelo ardor da sua santa eloquencia, pelas promessas da bulla da cruzada, que desenrolava diante dos fieis, e pelo poder magico do Santissimo, que elevava, em rapto de inspiradora devoção.

A lucta durou sete horas. N'este intervallo os mouros receberam reforço sete ou oito vezes; o pequeno exercito dos christãos, porém, sem reforço, sem um momento de tranquillidade e descanso, deu tambem agora um testemunho do admiravel poder do sentimento humano, quando é impellido pela idéa a uma cousa superior, sobre as forças depauperadas do corpo. Os mouros sentiram o effeito d'este poder e retiraram para o seu acampamento, por não lograrem causar tanto prejuizo ao inimigo como elles proprios já soffreram. Assim como o combate redundava um milagre, assim tambem o seu resultado. Apenas *um* morto, ainda que muitos feridos, contavam, segundo a indicação de Pina, os christãos, emquanto que dos mouros, segundo os alfaqueques[1], cahiram, n'este e no combate anterior, quatro mil. Para melhor defesa do acampamento, attendendo ao grande numero de guerreiros inutilisados para o serviço, resolveu-se o limitar a sua circumferencia e aproveitar para estes trabalhos a noite, apezar de appetecida, para seu descanso, pelos combatentes fatigados pelo combate, a recobrar novas forças em bem dos esforços exigidos. Os infantes manejavam as enxadas com tanta actividade como qualquer soldado. Mas cada vez se tornava mais apoquentadora no acampamento a falta de mantimentos. Apenas havia ainda carne de cavallo e, para a coser, se serviam das sellas como combustivel. Martyrisados pela sêde mais ardente, chupavam os guerreiros nas suas lanças ou em pedaços de argilla que achavam na terra. Alguma chuva que cahira foi sufficiente para prolongar a sua vida mas sem destruir as calamidades da sêde.

Depositando ainda alguma esperança no mar, resolveram approximar mais da costa o seu acampamento. De certo que os portu-

[1] Pessoas de reconhecida probidade que na occasião do resgate dos prisioneiros servem de intermediarios. *Elucidario*, T. I, pag. 84 «*Nom façam alfaqueques ssem mandado do corregedor e accordo dos homens bõos.*» «Cod. Affons.» Liv. v, tit. 49.

guezes difficilmente teriam soffrido tantas calamidades se tal houvessem feito desde principio. É censurado o infante por ter infringido as ordens do rei, desprezando o sabio conselho do irmão mais edoso. Na occasião de se despedir, em Lisboa, do infante, D. Duarte entregou-lhe, além de meras instrucções geraes para esta campanha, uma outra especial, redigida pelo seu proprio punho, em que, entre outras cousas, lhe recommendou o escolher, diante de Tanger e em toda a parte da Africa, um acampamento que tocasse, por dois pontos, com o mar, e, caso para isso não lhe chegasse sua gente, de sustentar em um ponto a communicação com o oceano [1]. Quando entregou ao infante estas instrucções escriptas, pediu-lhe com instancia que as lêsse amiudadas vezes e que as não transgredisse, e D. Henrique prometteu fazer quanto fôsse possivel. Não havia rasões, segundo parece, para se desviarem d'estas medidas de precaução, e muitos homens respeitados attribuiram as duras calamidades, que pezaram sobre os portuguezes, directamente a esta desobediencia. Effectuar n'este momento uma tal communicação com o mar, era extremamente difficil e perigoso, senão impossivel.

Por felicidade para os portuguezes, contavam os mouros um grande prejuizo em mortos e numerosos feridos. Só em Fez um judeu, que era cirurgião, tirou aos feridos, que para alli tinham sido levados, mais de tres mil settas, segundo o que o auctor da chronica do infante D. João mais tarde soube da bocca d'este mesmo judeu [2]. Por isso os mouros se inclinaram á paz e firmaram, depois que os portuguezes entraram com elles em negociações, no dia 15 de outubro, um convenio, pelo qual os christãos podiam embarcar livremente, mas apenas com seus vestuarios, devendo entregar aos sarracenos suas armas, cavallos e utensilios do acampamento. Ceuta é restituida aos seus anteriores possuidores com os prisioneiros alli existentes; e o rei de Portugal sustenta com toda a Barbaria uma paz de cem annos por mar e terra. Como garantia do convenio, apresentava-se pelos portuguezes, até á entrega de Ceuta e dos presos, o infante D. Fernando, com alguns nobres; pelos mouros, o

[1] Sousa, *Provas*, Tom. I, pag. 533 e seg. Pina, cap. 21, pag. 138.

[2] Cap. 3. Além das settas, que cada portuguez trazia comsigo, havia nos armazens umas 300.000, que todas serviram, fôram atiradas.

filho mais velho de Çala-ben-Çala, senhôr de Tanger e Arzilla, um dos mais poderosos vassallos do rei de Fez.

Poucos dias depois soube D. Henrique, dos enviados que voltavam e que tinham sido retidos como prisioneiros, que os mouros haviam concebido o proposito de prender todos os christãos, se, segundo o convenio, entrassem na cidade para o embarque. Immediatamente mandou a toda a pressa passar, debaixo de perigo e á custa de muitos esforços, o entrincheiramentos para junto do oceano, afim de effectuar o mais rapido possivel o embarque. Comtudo, muitos fôram feridos no caminho para os navios e uns sessenta homens da rectaguarda cahiram mortos. Á deslealdade punica parecia succeder a infidelidade dos mouros.

No dia 20 de outubro, em um domingo, fez-se de vela a esquadra. Durante a sua estada, de trinta e sete dias, diante de Tanger, os portuguezes cercaram os mauritanos durante vinte e cinco dias e fôram sitiados por estes durante doze. Os christãos calculam suas perdas em quinhentos mortos; do inimigo cahiram quatro mil, segundo affirmam, e muitos milhares fôram feridos, —comparativamente um prejuizo muito menor para as amplas e populosas regiões dos mouros do que o dos portuguezes para o seu pequeno e pouco povoado paiz. Além d'isso, não tinha falhado só o fim, tambem augmentou a exasperação dos infieis contra os christãos e se incendiara a sua sêde de vingança.

Assim findou uma empreza que, começada com mais zelo e coragem do que com circumspecta meditação, não sem receosos presentimentos do tranquillo observador, foi combatida e proseguida com um grande dispendio de forças por um lado, por outro com diminutos meios mas com uma audacia admiravel, tendo um triste desenlace, talvez por se desprezar o bom conselho d'aquelle que se encontrava affastado e por não haver um olhar sufficientemente tranquillo que comparasse os meios e forças com a grandeza da obra e resistencia e que vigiasse os esforços quasi sobrehumanos. E, comtudo, estava com este desenlace concluido apenas o primeiro acto d'esta tragedia, em que se desenvolveu a actividade mais tempestuosa. O segundo faz destacar na infeliz victima d'esta expedição o elevado soffrimento e padecimento que deu ao principe D. Fernando o cognôme «o Constante». Tanto em D. Fernando como

em D. Henrique se manifesta a aspiração particular da edade media christã, qual a de obter e glorificar a victoria do christianismo sobre o Islam. Porque egualmente D. Henrique estava possuido d'este pensamento; mas n'aquella alma forte tambem se declaravam, ao mesmo tempo, um ousado espirito emprehendedôr e um incessante impulso de actividade, que se dirigia principalmente á descoberta de paizes e mares desconhecidos. Mais puro, mais intimo e exclusivo era o pensamento na alma piedosa de D. Fernando. Não que elle fôsse menos valoroso e emprehendedôr (combatia sempre nas primeiras filas); mas a força interior da sua fé dava-lhe uma pureza de sentimento, uma paciencia e resignação nos mais duros azares e aquella direcção sobrenatural que o tornava uma das figuras mais nobres dos cavalleiros christãos da edade media, fazendo comprehender como a poesia se esforçava pelo attrahir para o seu circulo magico e por que seja que o ciume nacional *hespanhol* se cala quando Calderon festeja nos seus versos o heroe e martyr *portuguez*. No andamento da historia de Portugal, não teve, é claro, a sorte de D. Fernando influencia alguma, além da publica compaixão dos seus soffrimentos na prisão e que varias tentativas fez para o livrar. Para a sua patria está morto e, se a vida de uma pessoa isolada só merece um logar nos annaes do seu povo e Estado quando n'estes exerce alguma influencia, então não sabe a historia de Portugal fallar já de D. Fernando. Mas a humanidade tem direito a este elevado martyr christão e dedica de bôamente á sua memoria umas paginas em sua chronica. Acima dos povos e acima dos Estados existem recordações e altos pensamentos, que, não estando presos a nenhuma terra e a nenhuma época, são sagrados a qualquer paiz. O povo, de cujo seio nascêram e progrediram essas lembranças, sentirá com pezar a sua falta nas folhas do livro da historia; e o estrangeiro, esquecendo-se de tudo que não é seu, que se deleite a seguir o exemplo de tudo que é puramente nobre e elevado.

SOFFRIMENTOS E MORTE DO «PRINCIPE CONSTANTE»

Voluntariamente se offereceu D. Fernando como refem, ainda que antevia todas as torturas que o haviam de perseguir. Uns doze portuguezes que estavam ao seu serviço, entre elles seu secretario

particular Joam Alvares, o auctor da chronica de D. Fernando, o acompanharam para o captiveiro.

Em 22 de outubro se dispôz Çala-ben-Çala a conduzir os refens portuguezes para Arzilla. Tiveram de esperar duas horas debaixo das portas da cidade, expostos ás vaias e ao escarneo da plebe, até que elle chegasse e os mandasse seguir o penoso caminho, em mulas emagrecidas e cansadas de fôme e sêde. Os escarneos dos transeuntes não tinham fim. No jubilo dos mouros por causa da sua victoria, se misturava a dôr pelas perdas soffridas; porque não havia quasi uma só familia que não carecesse de lamentar a morte de um dos seus membros. Tanto maior era a sua raiva, cujos effeitos ao infante e aos seus corria soffrer. Ao pôr do sol entravam os prisioneiros em Arzilla, onde ficaram sob vigilancia, sem sêrem, comtudo, maltractados.

O infante mandou partir para Portugal o bispo de Evora, o conde de Arrayolos e os outros chefes; elle proprio partiu para Ceuta, com o proposito de aqui ficar, até que tivesse conseguido a liberdade de seu irmão. Apenas, porém, chegara (21 de outubro), as consequencias dos seus extraordinarios esforços bem como o pezar pela escravidão de seu irmão o fizeram cahir de cama. Por este lance, chegava o infante D. João, com tropas auxiliares do Algarve, a Ceuta. Formaram conselho e deliberaram que D. João seguisse com o filho do Çala-ben-Çala para Arzilla, exprobrasse aos mouros a violação do convenio, lhes offerecesse a troca do infante pela da prole de Çala-ben-Çala e, em caso negativo, lhes participasse que libertaria seu irmão á força de armas. Immediatamente o infante se fez de véla com sua esquadra, e alcançou, em 29 de outubro, o ancoradouro de Arzilla. Antes, porém, que as negociações projectadas se podessem effectuar, uma tempestade violenta obrigou o infante immediatamente a levantar ferro e a refugiar-se, debaixo de perigo, para o Algarve. Assim se mallogrou a primeira tentativa dos dois irmãos de D. Fernando para o livrarem das garras dos mouros.

Entretanto, soubera D. Duarte do infeliz resultado da campanha e ficou profundamente magoado pelo triste destino de seu amado irmão. De bôa vontade teria cedido Ceuta para o libertar, mas o desejo do seu coração estava em desharmonia com a vantagem do Estado. O rei desejava e necessitava dos conselhos e votos dos

estados do reino e convocou-os, em começo do anno de 1438, para Leiria. Expôz-lhes, primeiramente, as razões, que o moveram a esta empreza contra os mouros[1], e exigiu, em seguida, das côrtes que lhe communicassem as suas opiniões por escripto (cada deputado em separado). As suas declarações resumem-se em quatro pontos capitaes. Os infantes D. Pedro e D. João, muitos grandes e a maior parte dos procuradores da cidade fôram de parecer que se devia libertar o infante e que, por aquelle que se promptificou a sacrificar a vida e liberdade pelos seus compatriotas, se entregasse sem demora Ceuta; a quebra do tractado seria deshonrosa, tanto para o rei como para o povo portuguez. Em opposição, affirmava o arcebispo de Braga (que mais votos teve do que o infante) que o rei não podia, ainda que quizesse, restituir Ceuta aos infieis sem o expresso consentimento do papa e que, para salvar a vida de um unico homem, não se devia profanar as egrejas edificadas. Outros opinavam que se tentasse resgatar o infante do captiveiro dando-se uma somma importante e um grande numero de prisioneiros ou de o libertar por meio de uma cruzada de todos os reis christãos contra os infieis; se ambas as tentativas falhassem, então deveria entregar-se Ceuta. O conde de Arroyolos insistiu em que o autocrata não podia renunciar á cidade por causa de seu irmão, nem mesmo pelo principe presumptivo, caso elle se encontrasse prisioneiro. Os muitos argumentos que o conde apresentou para fundamentar a sua these, sua auctoridade e consideração, que gozava em todas as classes e mesmo para com o monarcha, obtiveram a maioria de votos. A resolução das côrtes foi que se não entregasse Ceuta, mas que por qualquer outra fórma se diligenciasse obter a liberdade do principe captivo.

O bondoso D. Duarte ficou bastante contristado com a deliberação do parlamento. Na qualidade de soberano, cumprira com o seu dever; seus sentimentos affectuosos de irmão tinham sido fe-

[1] Os motivos, escriptos pelo proprio D. Duarte, acham-se impressos nas *Provas* de Sousa, T. I, pag. 538. Se o rei os redigiu n'esta ou n'outra occasião é incerto; com certeza, porém, que o fez depois da partida das tropas, talvez para se justificar. Teria D. Duarte pezado assaz todas as causas antes da empreza e estaria elle bem conhecedôr da influencia estranha sobre sua vontade?

ridos tanto mais dolorosamente quanto fôram pouco attendidos pelos outros. Dirigiu-se então ao papa, ao rei de França, a todos os principes, com quem estava em bôas relações, pedindo-lhes o seu valioso auxilio; recebeu, porém, apenas testemunhos de condolencia.[1] Egualmente infructiferas fôram as tentativas de D. Duarte e do rei de Castella para libertar o infante por meio do resgate. Elle ficou no captiveiro.

Durante os sete mezes que o infante passou em Arzilla esteve quasi sempre doente. Supportou, porém, com resignação os seus soffrimentos; continuou ininterruptamente suas preces e jejuns; e praticou a sua caridade para com os captivos christãos, mandando, debaixo de sigillo, resgatal-os por negociantes estrangeiros, vestil-os e alimental-os.[2] Sua situação tornou-se, entretanto, cada vez mais triste. Mal que Çala-ben-Çala notou que os portuguezes demoravam o cumprimento do tractado, notificou ao infante que aconselhasse seu irmão, o rei de Portugal, a libertal-o pela entrega immediata de Ceuta, senão que o entregaria, como era de seu dever, ao rei de Fez, na qualidade do mais nobre da nação. A execução seguiu em 25 de maio de 1438 a ameaça. Depois de uma commovente despedida dos portuguezes, que ficaram, foi o infante, com dez servidores, para Fez; estes montavam bestas de carga, D. Fernando um cavallo velho e desferrado, guarnecido com uma sella esfarrapada e de vergonhosos arreios. Era bem manifesta a intenção de o expôr aos motejos da plebe. Todas as localidades por onde tiveram de passar fôram avisadas previamente; e em todas foram recebidos sob saraivada de mofas e insultos por um punhado de mulheres e rapazes. Cantavam-se canções satyricas, arremeçavam-lhe lama e pedras e cuspiam-lhe no rosto. Repelliam-os como cães; como a cães, se lhes atirava a comida; e as tijellas em que elles, os impuros, tinham tocado eram despedaçadas pelos mouros, em meio de imprecações. Com resignação commovente supportava o principe estas opprobriosas injurias e olhava para ellas como se o não tocassem, como se o não alcançassem. Esgotados seis dias, chegaram a Fez (na vespera do Espirito Santo, 31 de maio), onde os conduziu uma multidão

[1] Pina, cap. 41.

[2] Joam Alvares, *Chronic.*, cap. 4.

furiosa para seu edificio fortificado *(Darsena)*; e, encarcerados no pavimento de cima, suas janellas foram cuidadosamente muradas, de fórma que não penetrasse luz alguma. Foi expressamente prohibido ás gentes do commandante do forte fallar ou deixar fallar com os prisioneiros.

Cheios de magoa se viam agora os captivos em poder do tyranno, cujo nôme os atemorisara já, sob os flagellos sanguinolentos do cruel e subtil Lazurac, que, debaixo do nôme de Abdallah, do joven então rei de Fez, exercia, com poderes sem limites, o governo [1]. Nascido de um merinita e de uma christã e creado entre hordas de salteadores, ainda que mais novo que seus irmãos, os subjugara a todos pela astucia e pela malicia. Por meio de suas intrigas, arrebatou, de seguida, aos dous filhos mais velhos do rei de Fez, Abu-Said, o governo, e collocou no throno o terceiro filho d'este, Abdallah, não lhe concedendo, porém, mais que o livre gozo do harem; deu-lhe sua irmã, a lasciva Halu, para esposa, e elle proprio casou com a irmã do rei, que já fôra amante de outros. Mandou encarcerar ou decapitar mouros influentes e roubar os ricos; nos cargos e dignidades collocou gente sua, os mais vis e infimos individuos da nação. Cheio de desconfiança, mesmo contra os mais probos, e espionando as fraquezas de outrem, abusava tanto d'estes como d'aquelles, occultando geralmente a sua verdadeira opinião e simulando outra. Seu caracter era um conjuncto de malvadez e manha, de hypocrisia e crueldade. Pelo povo era tido por um santo, porque a sua arte de dissimular e a sua profunda hypocrisia lhe tornavam facil illudir a grande massa com piedosos discursos e sabias sentenças. Considerado, pois, por este, tornava-se mais terrivel para aquelles que o conheciam e desprezavam. Mas nem d'estes nem d'aquelles encontraram os odiados portuguezes a mais pequena protecção contra os seus oppressores. O povo via em Lazurac o perseguidor dos christãos, o verdadeiro mussulmano; os melhores e os mais esclarecidos de entre os sarracenos tinham de consentir o que talvez nunca tivessem feito, elles.

O tractamento dos prisioneiros tornara-se cada vez mais cruel.

[1] *Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*, cap. 35, na *Collecção de Livros ineditos*, T. III.

Depois de terem jazido n'um carcere, que fôra, de proposito, preparado para elles, defendido por uma porta guarnecida de numerosos ferrolhos e fechaduras, e de deverem o seu sustento à philanthropia de um negociante christão de Majorca (que, mais tarde, succumbiu ás crueldades que lhe inflingiram, pelos serviços prestados aos christãos), entrou, uma manhã, o commandante do forte na prisão (11 de outubro de 1438) e mandou sahir a todos para se apoderar de tudo (que o infante, confiando na palava de Çala-ben-Çala, comsigo trouxera). Despiram-os, para lhes sacar o dinheiro que traziam occulto, perdendo assim D. Fernando os duzentos dobrões que escondera no seu gibão, como para ultimo recurso. Seguidamente a todos lançaram ferros aos pés e os conduziram para o jardim do rei, onde Lazurac habitava um lindo palacio; a cada um se entregou uma enxada com que trabalhou até ao occaso. Dez ou quinze esbirros conduziram o infante, egualmente algemado, para o mesmo logar, empurrando-o uns, picando-o outros, quando as algemas impediam o infeliz de andar mais depressa. Impellido, pela populaça, caminhava penosamente, levantando pacientemente os ferros, imagem commovedôra de um innocente, soffredôr christão. Aos seus serviçaes, vendo seu senhôr arrastado de uma fórma tão cruel, se dilaceraram os corações, e lagrimas ardentes borbulhavam de seus olhos. «Vós vêdes o que me acontece! Pedí a Deus por mim». Fôram estas as palavras que o infante poude dirigir aos seus, e estes só por meio de olhares é que lograram exprimir o pezar que attribulava suas almas.

Assim chegou o cortejo diante do palacio do grão-vizir. Lazurac estava sentado sobre o degrau de marmore da entrada. «Como os christãos são traidores, e não me entregam Ceuta em troca da tua pessoa, segundo prometteram, serás meu escravo e procederei comtigo conforme de minha vontade. Eu te ordeno, pois, de cuidares dos meus cavallos». O infante respondeu: «Os christãos não commettem nenhuma deslealdade e não merecem a denominação de traidores. Farei o que mandares e não considero uma vergonha obedecer ás tuas ordens». Deram então ao infante desde logo um cesto e uma pá para limpar a estrebaria, que ficava nas costas do jardim.

A maior attribulação amofinadôra de D. Fernando estava em ser separado dos seus; era seu allivio quando podia compartilhar

dos seus soffrimentos com elles e exhortal-os a terem paciencia e perseverança. Ao lado, no meio dos seus camaradas de infortunio, cujo destino tanto o interessava, o mais pezado trabalho se lhe tornava leve e por isso lhe servia de consolação o que os mouros lhe queriam inflingir de acerbo, no de degradar a sua posição. Para alimento diario de cada um, dois pães se forneciam, sem distincção; carne e vinho nunca se dava. Para repousar serviam duas pelles de carneiro; cabeceira, um molho de feno, para cobertor uma manta velha. De noite onze pessoas com o infante eram encerradas em uma camara em que só havia logar para oito, e muitas vezes nem sequer se lhes permittia sahir quando a necessidade o era exigindo. Soffriam por isso muito, por falta de aceio, da vermina e da fome. Ao negociante philanthropico foi prohibido (sob pena de morte) o dar-lhes qualquer cousa ou fallar com elles e aos mouros, sob pena de 500 verdascadas.

Estando um dia o infante a trabalhar no jardim com os outros prisioneiros, mandou Lazurac dizer-lhe que morrêra o rei de Portugal. A esta triste nóva, D. Fernando ficou como petrificado; mas dentro em pouco tornou a si, lembrando-se de que teriam inventado esta noticia com objecto de o mortificarem ainda mais. «Se, comtudo, fôsse verdade, disse, dirigindo-se para os seus, então teria soffrido o maior prejuizo que um homem póde soffrer; porque no rei, meu senhôr, possuia o irmão mais dedicado, o amigo mais sincero e o esteio mais poderoso. Eu vos digo que, se elle morreu, o meu captiveiro só acabará com a minha vida.» Infelizmente bem cedo recebeu a confirmação da catastrophe. Uma carta do estribeiro mór de D. Duarte, dirigida a Lazurac, lhe certificou a noticia e foi ao mesmo tempo um testemunho commovente dos esforços empregados pelo rei para libertar do ergastulo o irmão querido. No instante da leitura d'esta missiva, D. Fernando cahiu por terra sem sentidos, entregando-se, depois de tornar a si, ás lamentações as mais dilacerantes. Foi o mesmo que rebentasse a ultima amarra do navio e que este restasse, abandonado e sem esperança de salvação, ás furiosas vagas. Lentamente conseguiram as consolações de seus fieis companheiros tranquillisal-o; apenas successivamente poude a acção do tempo operar sobre essa alma dilacerada; e os continuos tormentos com que Lazurac fustigava os infelizes deviam

tambem contribuir para affastar do infante a violenta dôr da sua alma.

Lazurac tinha em menos importancia a acquisição de Ceuta do que o recebimento de um grande resgate pelo infante; occultava, todavia, segundo o costume, o seu intento. Em maio de 1439 escreveu Çala-ben-Çala que recebera do autocrata lusitano a promessa formal de lhe ser entregue Ceuta em troca do infante. Mas Lazurac soube demorar as negociações, na esperança de obter uma somma importante pelo principe. As cartas vindas de Portugal e dirigidas a D. Fernando fôram interceptadas; e aquelle era desde então mais mal tractado. Pozeram-lhe novamente os ferros; tiraram o vestuario, que até aqui tinham trazido, a todos e a cada deram um farrapo do panno o mais ordinario. Fôram todos outra vez encarcerados, de dia e noite, a pão e agua, no mesmo calaboiço, onde soffreram indescriptivelmente, respirando um ar empestado, envolvidos em immundicie e bicharia. Quando, com excepção do infante, os levaram, na vespera de Natal, para uma das ruas, com a tarefa de levantarem pedras, partil-as e concertarem o caminho, a plebe precipitou-se de todos os lados, affrontando-os de fórma que a guarda de oito homens não podia conter a multidão, que avançava. Fôram aggredidos, empurrados e vilipendiados, debaixo de abominaveis injurias, ordenando, finalmente, o commandante da guarda que deixassem os christãos á sua propria defesa. Só de noite os levaram para o medonho carcere, que lhes sorria agora como um desejado porto de segurança. No dia immediato se agrupou uma numerosa multidão, como para assistir a qualquer tourada, afim de vêr passar os catholicos, que eram levados para o trabalho. Collocavam as creanças sobre os hombros, os velhos montavam as suas azemulas e os cegos se faziam conduzir para «ouvirem, ao menos, o tinir das grilhetas dos christãos.» As esposas dos mouros degeneravam da natureza e animavam-se mutuamente para com varas flagellarem os desgraçados. Quando o infante viu voltar os seus companheiros com as mãos ensanguentadas e desfigurados pelos maus tractos, as lagrimas rolaram-lhe pelas faces. Sua immensa dôr pelos soffrimentos d'aquelles, «que por sua causa tanta desgraça supportavam», demoveu os outros a esconder a sua e a affastarem sob uma affectada alegria a magoa, assim recompensando sua compaixão.

Bem conheciam, aliás, que Lazurac deixava ficar o infante no carcere, emquanto que elles trabalhavam fóra, não para o poupar, mas porque sabia que «era sua unica consolação, sua unica alegria estar ligado a elles, mesmo nos trabalhos mais ordinarios».

Algumas tentativas feitas da parte de Portugal para arrebatar secretamente o infante tiveram por consequencia redobrarem-se os rigores de vigilancia contra os infelizes prisioneiros, que, pelos fins de fevereiro de 1440, fôram outra vez empregados nos anteriores misteres nos jardins reaes. Desde então não estavam seguros uma hora do dia ou da noite contra as affrontas, vivendo em constante receio. Óra lhes diziam que em breve seriam decapitados, óra os ameaçavam de flagellal-os ou fazel-os em postas. Piedade para com os christãos era sentimento estranho aos mouros, mesmo aos ulemas, venerados pelos sarracenos como santos. Consultados por Lazurac sobre a fórma de tractamento a dar ao infante, todos os dias se reuniam nas mesquitas e imaginavam sempre novas torturas, emquanto que aquelle, pela sua perseguição aos descridos, adquiria a fama de um zeloso da fé e dignidade de seu povo. O infante, comtudo, sobre quem recahia toda a furia d'estas perseguições e tormentos, implorava, vivificado pelo verdadeiro espirito do christianismo, todos os dias a Deus que tivesse misericordia para com elles e que os conduzisse ao caminho da verdadeira fé. Nunca se ouvia da sua bôcca uma palavra contra os mouros; dizia, pelo contrario, aos seus: «Vós julgaes vingar-vos n'estes mouros, desejando-lhes todo o mal? Tende a certeza de que, se morressem os que vos atormentam, lhes seguiriam outros ainda peores. Mas, se vos quereis vingar de vossos perseguidores, como podeis esperar então a recompensa promettida aos que tudo supportam com resignação? Mostrai-vos como verdadeiros christãos e como soffredores pela vossa fé, pedindo a Deus que conduza estes infieis, vossos inimigos, ao caminho da verdade. Pela minha parte, vos asseguro que indifferente me é chamarem-me cão ou senhôr e rei. As suas injurias rebaixam-me tão pouco como me elevam os seus louvores; só desejava, se fôr do agrado de Deus, estar livre entre elles». Esta doçura e magnanimidade christã de D. Fernando, sua persuasão, que buscava a força em tão pura fonte, isto conseguiu acalmar os espiritos irritados e transformar todo o odio em tranquilla resignação.

*

Esta mesma quietude no triste destino parecia ser seu unico refugio, quando desappareceu novamente o raio de esperança de uma proxima libertação. O rei D. Duarte recommendara com instancia, na sua altima vontade, o resgate do infante, como um santo dever, a seu successôr. O infante D. Pedro, que administrou o reino durante a menoridade de D. Affonso, empregou todos os esforços para satisfazer similhante rogo. O infante D. Henrique o coadjuvava n'este empenho, profundamente commovido pela sorte de D. Fernando; e ambos preparavam, apezar da opposição do papa e das perturbações que reinavam em Portugal, a final entrega do prisioneiro, em troca da cedencia de Ceuta. Lazurac, porém, não tomava isto a serio. O hypocrita affectara um momento de satisfação pelas assegurações do regente; mandou, comtudo, applicar, contra toda a espectativa, novos tormentos ao principe. Reataram-se as negociações por parte de Portugal, mas sempre sem successo, e D. Fernando não podia já dissimular que se fechavam successivamente todas as eventualidades de um resgate. Sua vida se envolvia cada vez mais em densas nuvens. Muitas vezes cahia em sonhos, em cuja penumbra o assaltavam horrendas imagens. E, comtudo, era elle, que tanto padecia, quem reanimava a todos e quem lhes endereçava palavras de consolação. E, quando elle despia suas roupas para vestir os nus; quando muitas vezes não tomava alimento para mitigar a fome a outros com o seu quinhão; e quando cuidava com paciencia e caridade dos doentes, ministrando-lhes os remedios e viveres; quando encontrava consolo e quietação no convivio com os seus; quando mandava saudar os que se separavam d'elle e os recebia nos seus braços logo que voltavam: tudo são, no discurso como na acção, expressões do mesmo intimo, que, nascido com nobres disposições e educado pela mão cuidadosa da mãe, ennobrecido pela desventura e animado pelas suaves idéas da doutrina de Christo, e mais elevado e glorificado, encontra a sua propria vida em pura e activa philanthropia. Para o convivio das almas basta-lhe a piedade; para bem fazer, uma tal alma carece dos homens. Por isso ao infante se tornava dolorosa a separação dos seus. Quando soube que tal pretendiam effectuar, disse-lhes: «O homem não pode fugir aos perigos que se lhe approximam; póde, porém, armar-se com firmeza, para recebel-os mais facilmente. Ha, todavia, uma coisa

que não posso deixar de recear: é a separação de vós, o que de fórma alguma me sinto forte bastante para soffrer. Na vossa companhia penso supportar qualquer soffrimento; mas, privado de vós e impellido para a solidão, forçosamente succumbirei em completo desamparo. Não sobreviverei muito tempo á vossa separação. Por isso, escutai-me. Fui eu que vos trouxe para este captiveiro, onde exgotamos o calice da amargura até ás ultimas fezes. Escolhi-vos porque sabia que vossos corações me eram dedicados e que estavam em completa harmonia com o meu. Muitos annos da mais dura provação me mostraram que não me enganei n'este ponto. Já na travessia para Tanger havieis merecido uma recompensa e mais ainda nas luctas que tivemos de sustentar no acampamento. Todas as provas que no nosso captiveiro me destes, e me dais diariamente, do vosso amor desvelado estão manifestamente claras perante o meu espirito. Se adquirisse um reino e vos elevasse todos a condes, julgo que não poderia em nenhuma maneira retribuir-vos no por quanto vos sou devedor. Entretanto, no estado em que hoje me vejo, augmenta todos os dias a minha culpa e a minha obrigação para comvosco, augmentam dia a dia os serviços que me prestais e peço a Deus e á Virgem Santissima, que conhecem tanto o meu coração como os meus pezares, que vos reservem um galardão celeste e me desliguem de uma divida que tanto me acabrunha. Perdoai-me, pelo amôr de Deus, se inconscientemente vos offendi. Quanto a cousas temporaes, peço, exijo, ordeno que cada um de vós, em segredo, me diga qual o modo de vida que pretende no futuro professar, se Deus me chamasse á sua presença. Porque tudo isso quero escrever ao rei, meu senhôr, á rainha e a meus irmãos, para que recebais, em vossa completa satisfação, cargos e recompensas conforme desejais e mereceis. Tenho confiança n'elles, e em todos aquelles com quem estou ligado pelo laço do parentesco, que por amor de mim vos recompensarão os serviços que, por causa d'elles, prestei; porque todos os meus serviços vol-os attribuo.»

Estas palavras affectuosas do infante a todos commoveram por tal fórma que lhes fez rebentar as lagrimas. Asseguraram a seu senhôr da sua affeição desinteressada. «Como poderemos, accrescentaram, inquietar-nos ácerca de bens de fortuna, tendo-vos consagrado tão promptamente a nossa vida?» Com os raios scintillantes da es-

tima, e na effusão do mutuo affecto, aclaravam os companheiros de infortunio as trevas do seu carcere. Infelizmente, porém, não lhes foi concedido gozarem durante muito tempo d'esta convivencia.

No principio de março de 1442 foi conduzido D. Fernando, com os seus companheiros, para a sala da justiça, onde se encontrava Lazurac com alguns mouros. Ao principe só foi permittido entrar descalço e não podia tocar o tapete em que aquelles estavam sentados. Junto d'elle se collocou um mouro algemado, cujo corpo indicava vestigios de uma recente e cruel flagellação; dizia-se que fôra tomado, com cartas vindas de Portugal, que manifestavam seu intento de raptar o infante. Lazurac, depois de longos colloquios, exigiu de D. Fernando um resgate sufficiente pela sua liberdade e a dos seus; e aquelle prometteu, finalmente, 50.000 dobrões e a entrega de cincoenta mouros aprisionados. O chefe musulmano escarneceu d'esta supposta pequena somma e proferiu terriveis ameaças contra o captivo. Em seguida, interrogou-se o acorrentado mouro. Submetteram-o a uma flagellação tão perto de D. Fernando e dos seus que os açoutes os tocavam, salpicando a seus fatos e rosto com o sangue da victima. O infeliz foi depois apedrejado, assistindo a este acto dois dos companheiros do infante, a quem se notificou que egual sorte lhes estava reservada; dois outros fôram arrastados, como se fôsse para breve decapitação. «Preparai-vos, todos», mandou Lazurac dizer, por um renegado, ao infante e aos restantes christãos presos, «porque o senhôr vos manda participar que a todos vós succederá o mesmo como ao vosso companheiro de Portugal que tencionava roubar-vos». Acto continuo, o infante foi agarrado e arrastado, sem que os seus soubessem para onde.

Levaram-o de novo para a prisão e negociaram continuadamente, com elle, ácerca do seu resgate, até que o elevou a 150.000 dobrões e 150 mouros presos, com que Lazurac pareceu concordar. A sorte de D. Fernando não melhorou por isso; pelo contrario, sob pretexto de que não estava sufficientemente vigiado, separaram-o totalmente dos outros retidos. Foi mudado para um carcere ao rez do solo, no interior do palacio do rei — horrenda masmorra em que não penetrava o mais pequeno raio de luz e onde mesmo de dia não era possivel entrar sem chamma, apenas com o espaço para uma pessoa se voltar livremente. Um cepo de madeira lhe servia

de travesseiro, o chão de lage de cama. Este medonho jazigo era, além d'isso, revolvido da infecção do ar de peste exhalado pelos cubiculos, proximos, dos eunuchos encarregados da guarda da porta do paço. Aqui jazeu o infante quinze mezes, d'onde o libertou o anjo da morte. Os restantes presos (incluindo os quatro que fôram mandados sahir da sala da justiça, mas que voltaram depois) fôram encarcerados na masmorra em que agonisara o infante. Tinham de executar os trabalhos mais penosos e ordinarios que se podia imaginar, e isto até alta noite, contra os habitos dos mouros. Se não havia nada de necessario ou util a fazer, mandavam-os carregar estrume de um lado para outro, partir pedras e outras fainas identicas, só para não lhes deixar um momento de descanso. Os sarracenos eram incitados a maltractal-os no caminho. Uma palavra mais acre, dirigida por um prisioneiro contra um mouro, castigava-se com quinhentas varadas; acto violento perpretado sobre um musulmano com mutilação do pé ou mão. Se os mouros sahiam a campo, ficavam aquelles no carcere, atados de pés e mãos. Duas onças de farinha por dia, eis o que lhes alimentava a miseravel vida.

O infeliz principe, arrastado violentamente de junto dos seus, que até á occasião lhe minoravam o peso das correntes, e martyrisado pelos horrores dos dias passados como dos que se seguiram, cahiu, nos primeiros instantes do seu isolamento, n'uma prostração de que se levantou lentamente para continuar as lastimas da sua existencia por mais algum tempo. Entretanto, os seus companheiros encontravam meio de lhe fallar secretamente (reconhecia-os pelo tinir das grilhetas), recebendo e trocando o consolo suavisador da reciproca estima e compaixão. Cuidavam que de dia e noite tivesse uma luz para lêr no seu livro de orações, sua unica occupação, sempre que lh'o permittissem as torturas inflingidas pelos vermes. Como orava quasi sempre e dormia de joelhos, taes callosidades se lhe formaram que lhe causavam as mais atrozes dôres.

Pelos soffrimentos, mal pertencia ainda D. Fernando á terra; sua alma, desde muito desviada d'ella, foi, finalmente, liberta d'este carcere mundanal. No principio de junho de 1443 (pelos fins do sexto anno da sua prisão), foi atacado de uma dysentheria. Suas forças physicas, enfraquecidas e alquebradas pela miseria, não poderam resistir á doença, que de repente tomou uma attitude amea-

çadora. Não foi concedido a seus companheiros o transferirem o enfermo do seu estreito e pestilento carcere para outro logar; não conseguiram, com os seus rogos, lagrimas e humilhações, mais do que o lhes ser promettido velar, alternativamente, com o medico e christãos junto do doente. Na manhã do seu ultimo dia affigurava-se que seu espirito se deleitava nas imagens sobrenaturaes que o preoccupavam; socegou durante o dia até á noite; commungou mais uma vez e recebeu os sacramentos; voltou-se seguidamente para o lado direito, dizendo: «Agora deixae-me socegar tranquillamente!» Expirou depois do sol declinar.

Lazurac não se commoveu pela noticia do seu fallecimento; mas não poude conter-se que não dissesse aos assistentes: «Se, por ventura, ainda alguma cousa bôa existe entre cães christãos, habitava, com certeza, no fallecido. Se houvesse sido mouro, pelas suas virtudes teria merecido ser venerado como um santo. Porque nunca ouvi da sua bôcca uma mentira. Sempre que de noite o mandava observar era encontrado em orações fervorosas. Finalmente, á uma, affirmavam que, além de todas as suas virtudes, fôra sempre casto e que não tivera convivio com qualquer mulher. Na verdade, grande culpa e responsabilidade o seu povo acarretara sobre si deixando-o morrer tão miseravelmente.» *Que meus inimigos me julguem,* accrescenta o chronista, repetindo as palavras do propheta.

Na noite seguinte (o medico e capellão do infante tinham permanecido encarcerados junto do cadaver) levou-se o corpo á prisão primitiva, para onde tambem fôram conduzidos os companheiros do infante, afim de lhe tirarem as correntes. De pezar, nada poderam fazer. Desfigurados pelo desgosto e pela miseria e parecendo mais mortos do que vivos, ficaram os orphãos emmudecidos, até que sua immensa dôr se transformou n'uma corrente copiosa de lagrimas. Subjugados por sua magoa, cahiram em terra, arrancando barba e cabello e rompendo em altas lamentações pela perda que acabavam de soffrer. Em seguida, beijaram mãos e pés do fallecido e, respeitosamente inclinados, contemplavam as feições queridas, que exhibiam uma serenidade celeste, o reflexo da transfiguração christã. Minorada um pouco sua dôr, manifestavam mais suavemente o seu desconsolo. «Eis-nos, pois, orphãos, porque falleceu nosso pai. Quantas vezes disseste, senhôr, quando tentavamos persuadir-te a que fu-

gisses: se eu unicamente houvesse de obter a liberdade, não a acceitaria, para não preparar ao mais infimo de vós qualquer perigo!, e agora não só deixas o mais infimo de nós como abandonas a todos!» N'estes seus queixumes fôram interrompidos pelos servos de Lazurac, que vinham com a ordem de abrir e embalsamar o cadaver do infante. Fez-se isto para conservar o corpo, a vêr o que os portuguezes tencionavam para o obter. Porém os captivos recolheram com escrupulo as entranhas e o coração; tudo enterraram secretamente, designando um sitio com um signal, cobrindo-o de um tapete preto, guarnecido com uma cruz branca. Pelo subôrno, conseguiram da guarda que os deixassem, todas as noites, na volta do trabalho, resar o officio dos finados. O que lhes fôra tão querido na vida tornou-se, depois da morte, um santo; e a sua memoria era objecto da mais respeitosa veneração. Assim praticaram durante dez mezes até que os servos do infante fòram misturados com outros prisioneiros e se destruiu por esse motivo aquelle monumento. Mas estes fieis adoradores desenterraram as preciosas reliquias e occultaram-as em outro ponto até que se offereceu uma occasião de restituir á sua patria, por quem tão affectuosamente batera, o coração desde muito paralysado. Ao cadaver conduziram-o para o portão da cidade, e dependuraram-o com uma corda aos pés, nú e de cabeça para baixo, nas ameias da muralha. D'esta guisa esteve quatro dias exposto ao escarneo e ás vaias da plebe. Na face d'este horrendo espectaculo, fizeram os mouros celebrar torneios e solemnidades festivas, como se tivessem alcançado uma grande victoria. Em seguida os escravos christãos tiveram de desprender o cadaver, de o encerrar n'um ataude de madeira, que foi collocado no mesmo sitio, sobre duas vigas cravadas na parede. Por bastante tempo se conservou n'este logar.

A sorte dos companheiros de infortunio de D. Fernando tornou-se cada vez mais cruel. Cinco d'entre elles o seguiram, logo poucas semanas depois, á sepultura; os restantes, martyrisados sempre pelos tractos mais acerbos e por graves enfermidades, só depois da morte de Lazurac é que obtiveram a sua liberdade, entre elles o secretario particular e chronista de D. Fernando, Joam Alvares. Assim como este fiel servidor transmittiu, na sua chronica, á posteridade a vida e soffrimentos do infante, assim foi elle o

portador do coração do seu nunca olvidado senhôr para a patria, em 1 de junho de 1451. Encarregado em Santarem por D. Affonso v, com outro servidor do infante, seu irmão collaço, que egualmente voltara, de depôr solemnemente a reliquia preciosa, conservada em um cofre, assim o fez no tumulo real da Batalha, onde já repousavam os paes e dois irmãos do principe. Em Thomar encontrou-se o lugubre prestito com o infante D. Henrique, que alli tinha a sua séde, como grão-mestre da Ordem de Christo, quando se dispunha a partir do reino. D. Henrique fez voltar logo seus cavallos: incorporou-se no prestito, cumprindo, assim, com esta cerimonia, um dever sagrado, que lhe impunham o amor fraternal e a piedade christã. Vinte e dois annos depois o cadaver do infante era transportado tambem do paiz dos infieis para a sua patria e depositado, com religiosa pompa, no convento da Batalha no mesmo tumulo que já lhe encerrava o coração.

DESGOSTOS E MORTE DO REI; SEU CARACTER. SEUS ESCRIPTOS

D. Duarte finou-se cinco annos primeiro que o infante D. Fernando. A idéa em seu desventurado irmão tornou-se-lhe o tormento da vida. Uma lembrança dolorosa, que, pelas exprobrações, que a si mesmo fazia, em ter consentido e coadjuvado a empreza, contra sua propria convicção, bem como ao invez do conselho do prudente D. Pedro e de muitos grandes do reino, sempre avivava e só acabou com sua morte. A dôr pelo infeliz tentamen volveu-se mais viva pela lucta em que se debatia a affeição do irmão com o dever do reinante e quando o seu ardente desejo de arrebatar o infante ao captiveiro foi friamente combatido pela opposição do papa, dos prelados portuguezes e dos Estados do Reino. Deveria, pela libertação de um fraco e enfermo mortal, entregar a forte Ceuta, a sentinella avançada de Portugal, até da Hespanha catholica, o tropheu glorioso dos christãos no paiz dos infieis, adquirido por D. João, o pae inolvidavel? Deveria perder a perola mais preciosa da corôa real, o ornamento da nova dynastia? Ou cumprir-lhe-hia, em troca de uma cidade d'além mar, consagrada a posse incerta e oscillante, sacrificar seu irmão (em quem via a victima da sua imperdoavel condescendencia) e sacrifical-o á deshonra de uma servi-

dão perpetua ou ao martyrio applicado pelos inimigos dos christãos? Deveria victimar essa nobre creatura que, depois de algemada, demonstrou toda a grandeza de seu sentimento e que se apresentou como um homem que todo o soberano se deveria orgulhar em chamar irmão?[1] A duvida e a pugna em que D. Duarte se debatia, tórnando-se cada vez mais attribulante, fizeram com que o rei pedisse o conselho de D. Henrique, o qual, sem embargo da sua affeição para com D. Fernando, mas menos brando, e antepondo a grandeza e glorificação de Portugal a quaesquer considerações pessoaes, se pronunciou contra a entrega de Ceuta, apresentando, porém, o alvitre de que o irmão podia ser libertado por via de resgate ou por uma cruzada contra os mouros.[2] Assaltado assim por todos os lados, o amôr fraternal creou-lhe raizes mais profundas no peito, e D. Duarte, segundo o seu modo de pensar, teria antes renunciado á corôa do que abandonar a seu infeliz irmão. E, quando os obstaculos do seu resgate se tornaram maiores e mais numerosos, offuscando uma perspectiva apoz outra, o pezar apossou-se do seu intimo, devorando-lhe a vida. Ainda mais uma vez o amôr fraterno o eleva acima de qualquer outra consideração—pouco antes do seu passamento, na sua ultima vontade, onde impõe como um dever a seu successôr a libertação do infante e, caso não fôsse possivel de outro modo, onde ordena a entrega de Ceuta, em troca da pessoa do mesmo.[3] Era necessario que D. Duarte estivesse dominado pela affeição e força da fé para se entregar á esperança de que, depois da sua morte, outros cumpririam a sua vontade, que elle proprio durante a vida não pudera satisfazer. Como se o ceu quizesse poupar e recompensar o terno irmão por causa d'este nobre intento, o arrebatóu da terra e assim da dôr de sobreviver á morte de D. Fernando no captiveiro. O rei falleceu no dia 9 de setembro de 1438, e, segundo a opinião geral, victima da peste, que lhe fôra communicada por geito de uma carta. Suas forças, alquebradas pelo desgosto, deviam necessariamente succumbir a qualquer molestia.[4]

[1] Pina, cap. 43. [2] Ibidem.

[3] Pina, cap. 44, pag. 189.

[4] *... a teençom em que os mais se affirmáram, que a El Rey causára sua morte, foy a desigual tristeza e continoa paixaam que pela desaventura do*

Se alguns homens e principes parecem escolhidos e, principalmente, destinados a representarem em si proprios o destino da humanidade — aspirar ao bem sem nunca o alcançarem, expressando n'isto o fim e o valor da actividade —, D. Duarte pertencia a esse numero. Assim como a expedição contra Tanger foi mal succedida, assim foi o seu reinado inteiro visitado por toda a sorte de infortunios, peste (que perseguia o rei por toda a parte sem lhe consentir socegar), fome, captiveiro de seus cunhados etc., e, além d'isso, muito curto para que seus planos podessem estar maduramente pensados e que seus esforços lograssem ser postos em execução. Suas disposições e medidas de governo ficaram, por isso, só em projectos, suas emprezas só redundaram ensaios. Quasi que o succedido não é sufficiente para fazer o esboço da pessoa e actividade do soberano. Todavia, os portuguezes o qualificam como um dos seus melhores reis; e a historia não lhe póde recusar um logar condigno. Tanto mais necessario se torna colligir os traços que nos conservou o chronista uma vez que ao soberano não lhe foi concedido retratar-se em actos e occorrencias.

D. Duarte, ainda que de constituição vigorosa, apresentava no seu exterior antes a graça e amabilidade do que a força e energia, para o que muito contribuiam seu olhar brando, ainda que vivo, seu cabello liso e seu rosto redondo, quasi imberbe. Seguindo o costume d'aquella época, empregou uma grande parte da sua juventude em exercicios corporaes, dando assim a seu arcabouço, já por natureza bem proporcionado, uma extraordinaria destreza e flexibilidade. Ninguem o excedia na justa ou em qualquer especie de exercicios d'armas; na arte de equitação, era superior a todos os contemporaneos. Em extremo cordeal e benevolente no trato com os outros, affectuoso para com seus irmãos, exuberantemente terno

socedimento do cerco de Tanger tomou; e nom pela teençom e emprésa nom ser em sy sancta e boa e tal que por ella merecia a gloria e louvor que já outros ouvéram; mas por se nom fazer, como devia; e porque El Rey aquella hida dos Infantes nom soómente a consentio sem o conselho que devera; mas ainda contra conselho e vontade dos mais e de moor auctoridade com que se nella aconselhou; e a lembrança desta culpa lhe deu tanta pena e tormento, que seu coraçom com rebates de door, que continoadamente recebia, se apostemou em tanto graao de que acabou sua vida. Pina, cap. 43, pag. 187.

para com sua esposa, chegando a tocar a fraqueza, equitativo para com todos e cuidando de exercitar sempre justiça em toda a parte, era ao mesmo tempo tão verdadeiro que no seu reinado «a palavra do rei» chegou a adquirir proverbialmente a expressão da mais elevada confiança. O amôr pelas sciencias e o gosto pelo cultivo superior do espirito desde tenra edade lh'os incutira sua mãe, aquella distincta D. Filippa, oriunda da casa de Lancaster, que em cultura estava acima das damas de Portugal e Hespanha d'esse periodo e que, como já se notou, exerceu a mais benefica influencia sobre o desenvolvimento e ennobrecimento de seus talentosos filhos. A sêde de saber por banda de D. Duarte bem cedo foi despertada e alimentada; seu claro entendimento, sua rapida concepção, o seu são criterio apressavam-lhe os progressos e estes, por sua vez, seu zelo. Sua natural eloquencia aperfeiçoou-se pelo estudo e leitura, tornando-se-lhe facil, mais tarde, attrahir os corações pela extrema verbosidade, ligada a um modo captivante e benevolente. Abastecido de conhecimentos, gostava do convivio com os eruditos e chamava-os para junto de si. A inclinação que lhe davam estes impulsos exteriores, sua propria vontade e o desejo de instruir os outros, principalmente a seus cortezãos (disse-o expressamente n'uma passagem de seus escriptos), determinaram-o a apresentar-se escriptor, como se quizesse, presentindo que pouco tempo lhe seria concedido para seus afans, estender além do tumulo, por meio de escriptos, sua vida e trabalhos.

De seus escriptos, que se referem a assumptos variados[1], é

[1] *Os maiores e mais importantes são:* 1) «Leal Conselheiro». 2) «Livro da Enssynança de bem cavalgar toda sela». 3) «Livro da Misericordia». *De menos importancia são*: 1) «Summario que, sendo Infante, deo a Francisco, para pregar do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira». 2) «Regimento para apprender a jogar as armas». 3) «Reposta, sendo Principe, ao Infante D. Fernando, sobre certas queixas que elle tinha de seu Pai». 4) «Padre nosso glozado». 5) «De como se tira o Demonio». 6) «O que se toma dos Parentes, Patria, leite». 7) «Ordenassoens sobre as causas domesticas, e a ordem que tinha no governo e despacho». 8) «Hum Tratado sobre as vallias do Pam conforme as vallias do trigo i. e. se o alqueire de trigo vallesse a tanto, valleria o pam a tanto etc.» 9) «Do bom modo de emterpretar os livros». 10) «Da maneira de ler os livros»; e outros. Algumas memorias do rei encontram-se impressas

obra principal *«o leal conselheiro»;* composta de muitos artigos, redigida em diversas occasiões, augmentada com novos capitulos e, a pedido da rainha, compilados para obra litteraria que lhe servia de leitura habitual.[1] São opiniões, regras de bem viver e maximas para acertadamente governar, em parte extrahidas da sua propria experiencia e meditações, em parte das leituras anteriores, bem como dos alvitres e conceitos do rei D. João.[2] A philosophia pratica (mesmo algumas cousas da philosophia especulativa), a moral e a politica são o campo em que *«o leal conselheiro»* semêa e colhe. Não se deve, é claro, procurar alli uma separação da moral e da politica nem uma profunda fundamentação d'estas sciencias. A politica, na sua fusão com a moral, conserva aqui uma nobreza que muitas vezes perdeu, pela sua separação d'esta, destaque que degenerava em affastamento. Reconhece-se no *«leal conselheiro»* que em sua composição o homem teve mais parte do que o escriptor. É obra de um individuo, cujo coração puro, nobre e benevolente se une sempre a um criterio sadio e claro, ou lhe insuffla vida e calor, e que redige nitida, simples e francamente tudo quanto pensa, medita e sente com a força intellectual e sentimental. D'ahi essas maximas salutares e moraes, essas sabias sentenças, que raras vezes são adulteradas pela mescla de uma devoção obscura e de doentios preconceitos d'aquella época, a que um D. Duarte tambem não podia fugir. D'ahi, outrosim, a linguagem clara, condigna e precisa, que descobre o espirito ao qual, mau grado todas as tentações para apresentar a sua facilidade de expressão, a substancia é superior á belleza

em Sousa, *Proras*, T. I, pag. 529, *Collecção de algumas obras del Rey D. Duarte*. Além de Sousa, *Provas*, T. I, pag. 557 e 558, veja-se, em geral, ácerca dos escriptos de D. Duarte, Barb. Machado, *Bibl. Lusit.*, T. I, pag. 719 e seguintes.

[1] *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras; por huma Sociedade de Portuguezes residentes em Paris*, Tom. IX, pag. 92 e seg.; Tom. VIII, pag. 2 e seg., onde se encontram as melhores e mais completas noticias sobre o *Leal Conselheiro*, especialmente sobre o Codice conservado na bibliotheca real de Paris (N.º 70007).

[2] Por ex. o quadro symbolico das obrigações d'um rei, com as palavras: *temor de mal reger ; justiça con amor e temperança ; contentar coraçõoes desvairados ; acabar grandes feitos com pouca riqueza etc.*

das formas.[1] Raras vezes imperfeições de dizer na exposição de D. Duarte fazem lembrar o estado em que se topava a lingua portugueza na primeira metade do seculo quinze; são o tributo pago á época, a que nenhum escriptor ha podido furtar-se. D. Duarte tem, pois, o merito de haver dado clareza e fórma mais attrahente a um idioma ainda incerto e vacillante.

[1] ... «*teendo*, diz o rei no prologo, *mais teeçom de bẽ mostrar assustãcia do que screvia que a fremoza e guardada maneyra de screver*».

CAPITULO IV

REGENCIA DO INFANTE D. PEDRO DURANTE A MENORIDADE DE D. AFFONSO V

DE 1438 A 1447

---

1) Acontecimentos succedidos desde a morte do rei D. Duarte até ao affastamento da rainha D. Leonor.

A rainha toma as redeas do governo e fomenta a união de D. Affonso com a filha de D. Pedro. Rancor do conde de Barcellos, Conspiração contra o infante. Côrtes em Torres Novas; o governo novamente dividido entre D. Leonor e D. Pedro. Descontentamento para com a rainha, insistencia com o infante para tomar elle só o governo. Discordia em augmento entre ambos e formação de partidos. Conducta dos infantes D. Henrique e D. João. Côrtes em Lisboa; D. Pedro é nomeado unico regente. D. Leonor, separada de D. Affonso, parte para Almeirim, mais tarde para o Crato, apoiada por Castella, urdindo em toda a parte intrigas com os inimigos de D. Pedro. O regente com um exercito em frente do Crato. A rainha foge para Castella. Seus ultimos esforços: sua morte em Toledo.

Aos tempos infelizes de D. Duarte seguiram-se outros ainda peores e de maior duração. Os portuguezes choravam sinceramente a morte do rei tão amado e estimado pelas proprias virtudes. Mas suas lagrimas corriam em parte tambem por causa dos sérios presentimentos e receios que os preoccupavam quando attendiam no proximo futuro. Uma creança de seis annos occupava o throno ou devia ser sustentada no solio. Mas, como eram muitos os pretendentes á tutella do menor, tornava-se isto mais um motivo não de consolo mas de inquietação para os amigos da patria. Se estes pretendentes estivessem unidos pela amizade, facilmente haveriam chegado a um accordo sobre similhante ponto; mas já em vida de D. Duarte era conhecida de todos, que interesse tinham em sabel-o, a desintelligencia em que viviam. Por isso, se turvaram mais as

perspectivas ao tempo da regencia, tempo em que a ambição, avidez e cubiça dos grandes lograram sempre livre curso e abundante colheita. E n'esta mesma occasião eram taes paixões especialmente atiçadas por diversos motivos. No meio de tão difficeis circumstancias se apresenta a inconveniencia da disposição de D. Duarte pela qual sua esposa é nomeada unica regente do reino — mulher, estrangeira, castelhana. Já a qualidade de ser castelhana era sufficiente para a tornar pouco estimada n'uma época em que a recordação das recentes dissensões e luctas ainda estimulava a rivalidade e hostilidades. Estas circumstancias a tornavam odiosa. Entregar a uma *mulher* o sceptro, havendo junto do throno *homens* como os infantes D. Pedro e D. Henrique, que pareciam destinados pelo ceu a solios maiores do que o portuguez; confiar o governo a uma *estrangeira*, nos perigos que cercavam a nau do Estado, emquanto que *portuguezes* de nascimento, que eram o orgulho da sua nação, os filhos do bravo D. João I, o salvador da independencia de Portugal, aspiravam á gloria do illustre pae: isto só podia ter sido inspirado a D. Duarte por sua esposa, a quem se attribuia uma influencia funesta sobre o rei, desde que foi considerada como a principal auctora da infausta empreza contra Tanger [1]. Porque o povo não demorou em designar a rainha quando o infeliz resultado d'aquella expedição exigia um culpado; se o exito fôsse propicio, o merito de tal feito difficilmente seria attribuido á imperante.

Quanto maior a antipathia para com D. Leonor, melhór se dirigiam as vistas de todos para o infante D. Pedro, tio mais velho do menor D. Affonso, e que, por nascimento e sobretudo pelos seus meritos, era o mais chegado ao joven successôr, depois da rainha. Posto que este principe vivesse, desde D. Duarte, em desintelligencia com a regente [2], em nada isto prejudicava o infante aos olhos do

[1] *E nesta causa nom acrecenton pouca paixam a El Rey em saber que publicamente o culpavam, que fezera isto sem prazer, nem consentimento de sy mesmo, forçado de rogos da Rainha sua Molher.* Pina, *Chron. do S. Rey D. Duarte*, cap. 43, pag. 187.

[2] Esta discordia teve sua origem em uma inimizade de familia. O infante estava, desde 1429, casado com D. Isabel de Aragão, filha de Jayme II, conde de Urgel, e de D. Isabel, infanta de Aragão, filha do rei Pedro IV da Aragonia; a rainha D. Leonor, porém, filha do rei Fernando de Aragão, não podia esque-

povo, pelo contrario favorecia-o tanto quanto era nocivo á rainha. Assim D. Leonor e D. Pedro, cujo accordo tão necessario resultava para a situação do Estado, se tornaram os pontos de partida de uma discordia, de uma pugna partidaria que, passando além do circulo da côrte, em breve se alastrou por todo o paiz.

Na manhã depois do dia da morte do rei, o infante D. Pedro conduziu o moço D. Affonso, paramentado de purpuras reaes, para junto de um tablado erigido entre o convento da villa de Thomar, onde morreu D. Duarte, e o palacio real, no burgo da mesma villa, e o collocou, em signal de respeito, sobre um throno. Seguidamente ao povo congregado discursa o infante do louvor devido ao rei fallecido; das esperanças que promettia seu filho e successôr; do consolo que depois de tal perda esta substituição devia causar a todos. Exhortou-o, apresentando D. Affonso como seu rei e senhôr natural, a prestar-lhe obediencia e a consagrar ao filho o amôr que dedicavam ao pae. Em seguida o infante ajoelhou e beijou a mão ao sobrinho: seu exemplo seguiram todos os grandes que se encontravam presentes e D. Affonso foi logo acclamado rei com as solemnidades do estylo.

Ainda durante taes festejos D. Leonor fez chamar o infante D. Pedro e o arcebispo de Lisboa, Pedro de Noronha, confidente e parente da rainha, á sua camara. Em sua presença e de outros grandes e de tabelliães publicos, ordenou o abrir e lêr do testamento. Além de outros objectos, determinava que a rainha fôsse tutora de seu filho e regente do reino *in solidum*. D. Leonor mandou passar immediatamente os autos d'esta publicação e tomou desde logo as redeas do governo sem lh'o contestarem. No emtanto, algumas pessoas, da comitiva da rainha, nobres bastante para attenderem ao verdadeiro interesse de sua soberana, e desembaraçados para avaliarem a desproporção em que estavam as forças de D. Leonor para um tal encargo e tarefa, a aconselharam a desistir do seu intento. Representaram-lhe quão pezado e oppressivo era o cargo que ella

cer que aquelle conde de Urgel, depois da morte do rei Martinho, havia levantado pretensões ao throno do Aragão, quando seus parentes o desejavam olvidar, ainda que o conde teve de soffrer prisão perpetua por causa de seus esforços de então.

tomava sobre si, que mesmo a muitos homens de saber e coragem parecia arduo. Todas as virtudes e qualidades que ornavam a rainha talvez não podessem vencer a opposição que encontraria. Os tres infantes, todos de elevadas capacidades, gozando de auctoridade respeitavel e seguros do amôr do povo, difficilmente se deixariam governar por uma mulher e, para mais, estrangeira. Ora, se elles não fizessem opposição, por impulso proprio, não faltariam os avisados de novidades, por quem haveriam de sêr seduzidos a outros pensamentos e actos. Quantas facções e quantos males não poderiam d'ahi advir?! Já em diversas cidades se fallava bem claramente que não estava na alçada do rei nomear sua esposa como regente e que a escolha para tal cargo só competia aos Estados do reino. Que a rainha tomasse, pois, estes desaccordos a peito e que depozesse voluntariamente o poder, antes que força exterior ou a fraqueza natural a obrigassem á abdicação. «A vós vos basta», disseram, a «educação de vossos filhos e as orações pela alma do rei, vosso marido — encargo esse grande, digno e honroso».[1]

A rainha, dotada de circumspecção e de bôa vontade, concordou com este conselho prudente e sincero; estava disposta a acceital-o. Mas outros se intrometteram, que, sob a mascara do cuidado pelo bem estar da casa reinante, proseguiam seus planos ambiciosos e tractavam de dirigir as resoluções de D. Leonor para este fim. Accommetteram a rainha com receios pela vida de seu filho, se entregasse ao infante D. Pedro a regencia. «Resistiria o infante, na posse do mais alto poder e da sympathia do povo, á tentação de abrir á sua propria prole o caminho para o throno?»

Por este tempo chega, ainda dirigida ao rei D. Duarte, uma embaixada do de Castella á côrte portugueza para tractar da regularisação de umas dissidencias suscitadas, entre Portugal e aquelle paiz, ácerca de algumas dioceses, sobre as relações mutuas das ordens de cavalleria e a respeito de uma indemnisação pelo aprisionamento de navios castelhanos.[2] O assumpto era importante assaz para exigir da parte dos portuguezes um exame bem sério. O estado de inquietação, em que se topava Castella e que induzia uma guerra

[1] Pina, «l. c.», cap. 3. Lião, cap. 1.
[2] Pina, cap. 18 e 4.

proxima, difficultava tal analyse e, por isso, a situação de Portugal reclamava imperiosamente o que exactamente faltava á regente— circumspecção, energia e força. N'este embaraço, pediu ao infante D. Pedro que deliberasse, conjunctamente com seu irmão D. Henrique e com os grandes do reino, sobre o que se devia resolver. Assim fizeram e decidiram convocar as côrtes para tomarem as necessarias deliberações sobre os assumptos do reino, ácerca da resposta a dar-se a Castella, bem como concernentemente ao funeral do rei. Segundo o parecer de D. Henrique e dos grandes, deviam as cartas convocatórias ser assignadas pelo infante; mas, como este recusasse, fôram, como todas as ordenanças do governo, rubricadas pela rainha, até que na sessão das côrtes se adoptasse e introduzisse outro regimento.

Emquanto que os grandes do reino, reunidos em Thomar, aguardavam a convocação das côrtes, propoz o infante D. Pedro o de jurar fidelidade por entretanto ao irmão do rei, o infante D. Fernando, reconhecendo-o como successor ao throno, até que o consorcio projectado de D. Affonso houvesse de ser abençoado com o nascimento de um filho, precaução julgada necessaria por D. Pedro em razão da tenra edade do monarcha, dos perigos a que estava exposto até ao seu matrimonio, das duvidas sobre a successão ao solio que podesse excitar, por acaso, com a morte prematura. Todos que se encontravam reunidos concordaram com o infante, exaltando sua sabedoria e bôas intenções; prestaram desde logo homenagem a D. Fernando, passando d'isto um auto solemne. O irmão de D. Affonso desde então se intitulou «principe de Portugal».

Para a rainha D. Leonor foi esta homenagem grande satisfacção, tanto melhor por ser proposta pelo infante D. Pedro. Taes sentimentos exigiam a retribuição de outros similhantes. A imperante, desejando testemunhar estes pensamentos, fez conhecer ao infante D. Pedro, pelo seu confidente, o doutor Ruy Fernandes: «que seu fallecido marido declarara, a seu confessor, que era seu desejo tributar a seu irmão mais velho sua estima e dedicação propondo o consorcio do herdeiro ao throno com a filha do infante, D. Isabel; que a rainha, afim de cumprir a vontade do fallecido e de significar ao infante o testemunho de seus sentimentos amigaveis, não só offerecia o consentimento como desejava que esta união se celebrasse

quanto antes». Vertendo lagrimas de alegria, recebeu o infante esta nóva, exprimindo, profundamente commovido, seu agradecimento para com a imperante. Pediu, porém, que as solemnidades do casamento fôssem transferidas para depois das exequias do rei, afim de que a justa dôr pelo passamento do estimado monarcha tivesse campo livre e nenhum grito de alegria interrompesse a geral tristeza do paiz.[1]

A noticia d'esta união espalhou jubilo entre os leaes vassallos. O intento do rei pareceu-lhes benevolente, sua vontade sagrada. Outros que proseguiam interesses pessoaes tiveram, com esta nóva, um grande desgosto; entre elles, principalmente, o conde de Barcellos, Affonso, filho natural de D. João, que tão ardentemente desejava que o joven rei desposasse sua neta, D. Isabel, filha mais velha do infante D. João. Apezar de que o conde, publicamente, não desapprovasse a união de D. Affonso com a filha do infante D. Pedro, trabalhava, comtudo, constantemente em segredo para impedir e mover D. Leonor, por intermedio de seu cunhado o arcebispo de Lisboa, inimigo do infante D. Pedro e conselheiro influente da rainha, a retirar o seu consentimento. Informado d'estas intrigas e confiando pouco na firmeza da rainha, o infante procurou a soberana e pediu-lhe, sob toda a cortezia, a graça de confirmar, por escripto, o assentimento que lhe déra, verbalmente, relativo á união do rei com sua filha. Ella encarregou o infante de redigir, em seu nôme, uma declaração, que entregou ao mesmo, depois de a haver assignado.

Pelo fim de outubro celebrou-se, finalmente, com grande pompa, o funeral na Batalha, em presença de toda a regia familia e dos grandes do reino. D'aqui partiram a Torres Novas, para onde estavam convocados os Estados do reino e os commandantes das praças fortes (alcaides móres).[2]

Emquanto que se reuniam, convidou Vasco Fernandez Coutinho, marichal, mais tarde o primeiro conde de Marialva, quasi todos os fidalgos presentes para uma conspiração contra o infante D. Pedro, cujos chefes capitaes eram o arcebispo de Lisboa, seu irmão Sancho

[1] Pina, cap. 6. Lião, cap. 2.

[2] Pelos fins de 1438. *Memor. de Litter. Port.*, T. II, pag. 82.

de Noronha e o prior do Crato, frei Nuno de Goes. N'uma egreja em que se juntaram secretamente os conspiradores, o marichal discursou aos assistentes, demonstrando como legal e legitimo o governo da rainha, descrevendo, porém, o infante como um hypocrita que occultava sob a mascara de um homem severamente recto o seu egoismo. «Apenas lhe é affeiçoada a populaça, que sem chefes nada póde fazer; a elles, ao contrario, se uniriam immediatamente muitos, até o proprio infante D. Henrique e o conde de Barcellos. O auxilio que prestassem á rainha, ella o saberia reconhecer e recompensar.» Todos os assistentes applaudiram o oradôr e juraram o acto, que se tomou desde logo como resolução geral. Em breve muitos se desligaram do compromisso tecido e se passaram para o lado de D. Pedro.[1] Se elles recearam mais os perigos que o crime, se estimavam antes o infante do que a rainha, se attendiam melhor ao bem do paiz do que ao seu proprio proveito — d'isso não resa a historia. Os motivos que impelliram os interessados a tomarem parte na conspiração e a se desligarem d'ella deviam ser tão diversos com os graus da culpa de cada um. Mas a todos cabe a taxa de tractarem, nas trevas da conjura, aquillo que era assumpto para ser discutido em publico, dando assim aos mal intencionados um ponto de reunião e maior influencia, transformando inoffensivas divergencias de opiniões em partidos hostis e discordias perigosas e illudindo e mal guiando a rainha sobre os seus melhores interesses. Ella desde logo recebeu noticia da conspiração; entregou-se, firmando-se em promessas e na qualidade dos conspiradores, a maiores esperanças do que devia; desprezou a mediação conciliadora; e passou, abandonando o preferente caminho, a emprezas e planos para os quaes, ainda que não fôssem condemnados pela sua consciencia; não possuia meios e forças sufficientes. Abandonada ao mau espirito, sahido da conspiração, e que rastejava pelas trevas, D. Leonor se tornou a propria auctora da sua ruina. Mas a culpa recahe mais sobre aquelles que a enganaram do que sobre ella, a infeliz illudida.

Logo que os infantes, os grandes e os deputados prestaram homenagem ao rei, nas côrtes se começou a tractar de quem devia

[1] Pina, cap. 10.

receber a regencia durante a menoridade de D. Affonso. As opiniões manifestadas eram muito diversas, mas os motivos secretos resultavam, na maioria, os mesmos. Não curavam de propôr o que o bem geral reclamava, mas o que cada um suppunha mais proveitoso para si. Aquelles que attendiam só ao bem estar e tranquillidade do reino e diligenciavam conseguil-o não eram ouvidos; e logo se viram repellidos por esses a que as paixões impuras, mas poderosas, da ambição, da sêde de vingança e egoismo proporcionavam uma linguagem mais apaixonada e vehemente.[1] Comquanto D. Leonor persistisse em suas exigencias mais pelos arrebatamentos dos adversarios do infante do que por firmeza natural e convicção, era, todavia, bastante perspicaz para prevêr os males que resultavam da sua discordia com o cunhado e para se occupar das devidas precauções. Propôz, por intermedio de D. Henrique, a D. Pedro uma conciliação, que este promptamente acceitou. Depois de muitas discussões, concordaram em que a rainha se encarregasse da educação de seus filhos e da gerencia de todos os bens, e o infante da administração da justiça, dando-se-lhe o titulo de «Defensor do reino em nôme do rei».

Tão satisfeita se mostrava D. Leonor por esta conciliação quão descontentes os conspiradores, principalmente o conde de Barcellos, que ainda não renunciara ao plano de casar sua neta com o rei. De novo se pozeram em campo todas as artes de persuasão, fazendo vêr á rainha como fôra ludibriada por aquelle accordo e cerceada em sua dignidade e poder, como fôra offendida nos seus direitos, que lhe pertenciam como mãe do actual e esposa do fallecido rei, que a nomeara regente no texto de sua ultima vontade. As razões e pareceres desenvolvidos com tanta subtileza e finura lisonjearam o amôr proprio de D. Leonor e obscureceram seu sempre são criterio, a ponto de que julgou haver de facto dado um mau passo. Instaram, pois, para que persistisse inabalavelmente em governar só, sem que outro qualquer tivesse a menôr participação na regencia. Se não podesse, por ventura, tractar de uma parte dos negocios do governo, quedava a seu arbitrio o conceder algo áquelles que se promptificassem a cumprir fielmente a sua vontade.

[1] Pina, cap. 9.

Que leaes conselheiros! Que cuidado punham em que a rainha *governasse só!*

Quando D. Leonor começou novamente a vacillar nas resoluções que tomára ácerca de governar conjunctamente com o infante, de um lado se manifestou a desapprovação e do outro o mais vivo applauso; ambos os partidos estavam abertamente oppostos. O da rainha contava com a maior parte dos grandes e estes reclamavam que governasse ella só, segundo o ordenara D. Duarte. Os partidarios de D. Pedro, a cujo numero pertenciam os enviados dos municipios, exigiam a mesma cousa para o infante, como o mais auctorisado e apto a occupar o difficil posto. A discordia tornou-se maiór, os animos mais irritados. Dois deputados de Lisboa, estimados como homens respeitaveis e circumspectos, declararam, em nôme da sua cidade bem como no dos restantes municipios do reino, com a devida dignidade, na presença do rei: que seu pae não podia nem devia ter nomeado o regente do reino durante a menoridade do monarcha, porque isto só era da alçada das côrtes. Nenhum rei portuguez estava auctorisado a nomear o regente nem o successor em caso de extincção da sua dynastia.

Este recurso ás prerogativas supremas não conciliou os diversos alvitres. Pelo contrario, affastavam-se esses cada vez mais, irritando-se peor os animos. Todos julgaram, por este precedente, não occultar por mais tempo a sua opinião e diligenciaram fazel-a prevalecer. Assim a linguagem de cada um, como dos partidos, se tornou cada vez mais alta, violenta e atrevida. Pareceu então ao infante D. Henrique necessario, na furiosa effervescencia, intervir como medianeiro, ou para, segundo sua mente, lançar mão do unico meio de conjurar a tempestade, assegurando a tranquillidade do reino, ou para não permittir cahisse a rainha, a quem se julgava fôsse mais inclinado do que a seu irmão[1] e cujo partido ameaçava sossobrar pela firmeza do povo a bem de D. Pedro. Depois de deliberar durante quinze dias com os Estados do reino e com os conselheiros do rei, estabeleceu um convenio, que foi publicado em 9 de novembro de 1438 pelo escrivão da puridade.

[1] *E postoque alguns teveram, que elle fora sempre mais ynclynado á parte da Raynha, que aa do Yfante etc.* Pina, cap. 15, pag. 224.

A administração do Estado compõe-se de seis ramos: a educação do rei e seus irmãos, bem como a conservação e gerencia da casa real, o conselho do rei; a administração das rendas publicas; a justiça; a defesa do reino e o systema militar; e a conservação de Ceuta. — A rainha cuida da pessoa do monarcha e seus irmãos; preenche os logares da côrte, cujos vencimentos deviam ser pagos por uma determinada quantia retirada dos redditos publicos. —

O conselho do rei compõe-se de seis membros, que em certos periodos tractam, aos turnos, dos negocios a seu cargo; a ordem da successão é fixada pelas côrtes. Além do conselho do soberano, estabeleceu-se a estada permanente na côrte de um prelado (bispo ou o abbade de Alcobaça ou o prior de Santa Cruz), de um fidalgo e de um cidadão, cada qual eleito por seu anno pelo respectivo Estado. O prelado perceberia o honorario mensal de 200.000 reis, o fidalgo o de 150.000 reis e o cidadão o de 100.000 reis. Outros senhôres não deviam entrar na côrte. Todos os negocios occorrentes haveriam de sêr processados pelos seis conselheiros e os tres membros dos Estados, sob a auctoridade da rainha e com o voto do infante; os despachos cumpria que os assignassem a rainha e o infante. Se, por acaso, o conselho se dividisse em numero egual de votos sobre um dado assumpto, este seria entregue aos infantes, condes e arcebispo, decidindo então a maioria de votos. Concordando a rainha com o infante, prevalece sua opinião sobre os votos do conselho. — Todos os assumptos, relativos ao thesouro, que não sejam da alçada das côrtes devem ser tractados pela rainha e pelos infantes; ambos assignam os decretos cuja execução ficou a cargo dos veedores da fazenda. — A administração da justiça resta a cargo do conde de Arrayolos, do filho do conde de Barcellos. — A defesa do paiz queda entregue ao infante D. Pedro, como defensor do reino; em tempo de guerra, tem elle o posto de capitão general (*Capitam geral*), exercendo todo o poder correspondente a tam alta dignidade. A rainha e o infante ficaram com o governo de Ceuta, e ambos haveriam de executar todas as reformas, adoptadas pelas côrtes, no governo d'esta possessão. Ficou tambem estabelecido quaes os despachos que deviam ser assignados, em nôme do rei, pelo infante e rainha conjunctamente, quaes os que teriam de levar só a assignatura do infante e quaes ainda os especialmente da rainha. Egualmente se

designaram os assumptos para cuja solução não estava auctorisado o conselho do monarcha e a administração superior das finanças e da guerra [1].

Ao mesmo tempo foi fixado, pela convenção mencionada, que as côrtes se deviam reunir todos os annos, compondo-se, além dos infantes, dos condes, dos arcebispos, do prior dos Hospitalarios e de todos os conselheiros do rei, de quatro prelados [2] (dois bispos e dois representantes do cabido — eleitos pelo clero), de cinco fidalgos (das diversas provincias do paiz) e de oito cidadãos (dois de Lisboa e outros tantos de Evora, Coimbra e Porto). Qualquer convocação extraordinaria se faria por mandado da rainha, sob o assentimento do infante. [3]

Com estas disposições nenhum partido sahiu satisfeito. Quando fôram presentes á rainha, ella recusou a sua assignatura; mal aconselhada como estava, queria governar só. O infante D. Pedro sentiu-se, com rasão, de lhe restringirem o poder com que precedentemente o tinham investido; todavia, declarou que, como amigo da paz, «tudo faria que seu irmão desejasse». Sabendo, porém, da obstinada opposição que a rainha fazia, declarou nullo todo o convenio. Mal se espalhou a noticia d'estes acontecimentos, as municipalidades exprimiram bem alto o seu descontentamento para com a rainha, pronunciando-se decidamente a favôr do infante. «Que se topavam na melhor disposição, lhe mandaram dizer, pelo futuro escrivão da puridade, Lopo Antonio, na melhor de executarem tudo quanto ordenasse, porque só a elle de direito pertencia governar». A excitação do povo foi tão violenta e ameaçadôra que os gestionantes de D. Leonor lhe aconselharam que assignasse immediatamente o accordo. Ella assim fez e, por seu mandato, rubricaram

[1] Lamentamos não poder, por falta de espaço, mencionar textualmente estas disposições. Não só indicam a situação da rainha para com o regente mas offerecem, o que é muito mais importante, um relance nas relações dos poderes, entre os Principes, nos cargos e espheras de acção das diversas auctoridades. A simples citação d'estas disposições não seria bastante; para sua comprehensão, era necessario addicionar varios esclarecimentos.

[2] Não dois, como referem Pina, «l. c.», cap. 15 e, depois d'elle, Lião e outros.

[3] Sousa, *Provas*, T. I, pag. 422 — 431. Pina, cap. 15, pag. 224.

desde logo os infantes, os condes, os prelados e os deputados da nação. A menos do arcebispo Pedro de Noronha, em seguida todos juraram, perante o altar e na presença de tabelliães publicos, as disposições tomadas. Mas todos os que subscreveram e juraram accrescentaram tantas restricções e reservas que trahiam bem claramente o intento de ficarem livres o mais possivel para que no futuro podessem proceder segundo sua vontade, sem que fôssem accusados de perjurio.

Entrementes urdia o conde de Barcellos, que egualmente fizera o seu juramento, em segredo, suas intrigas, afim de conseguir, apezar de todos os obstaculos, o seu plano favorito, isto é o casamento de sua neta com o rei. Um obstaculo principal foi aquelle alvará, que a rainha mandara passar e d'elle fazer entrega ao infante, para fortalecer authenticamente o casamento de sua filha com o rei. O conde tractou, pois, de mover a rainha a exigir do infante, sob um conducente pretexto, o diploma, e D. Leonor, subjugada pelos seus incessantes rogos, assentiu, com reluctancia, ainda que reconhecesse a indignidade do procedimento. O filho d'este desleal homem, o conde de Ourem, encarregou-se de pedir, em nôme da soberana, ao infante a entrega do documento, pretextando que a importancia do assumpto exigia a adhesão dos grandes do reino, principalmente n'este lance de publica excitação. D. Pedro, surprehendido e indignado por tal proposta, cujo sentido e auctor adivinhou, fez vêr ao conde toda a deslealdade bem como a contradicção d'esta exigencia. «Comtudo, accrescentou, para que não haja a apparencia de que reservo ou tomo por força o que me foi offerecido espontaneamente, entrego á rainha o documento, mas rasgado, para testemunho da quebra da verdade para commigo». Em seguida, tirou a declaração de uma caixa, rasgou-a e entregou-a assim ao conde.

No comenos haviam sido encerradas as côrtes em Torres Novas, tendo-se realisado apenas sessões pouco mais de um mez. A rainha partira, d'alli, para Lisboa, com seu filho D. Affonso. Foi n'esta cidade que se admittiu a embaixada de Castella, por isso que os movimentos na côrte e nas côrtes absorviam a attenção e todo o tempo. Depois de muitas deliberações sobre a resposta a dar-se, julgou-se mais prudente não indicar nada de positivo e desculpar-se com as perturbações causadas pelo inesperado fallecimento do rei;

a formal resposta, segundo a promessa que fizeram, seria dirigida ao autocrata de Castella por uma embaixada idonea. Descobriu-se que a missão castelhana não fôra commettida pelo monarcha, mas pelos irmãos de D. Leonor, os principes aragonezes, que vinham procurar um auxilio em Portugal, nas suas discordias com o condestavel de Castella, Alvaro de Luna. Foi esta descoberta, principalmente, que recommendou aos lusitanos aquelle expediente; mas que tornou tambem suspeitosas aos olhos dos seus adversarios as intenções de D. Leonor.

Esta continuava no governo. Como, pelo seu estado interessante, não se via capaz de tractar da administração do Estado, accumularam-se diariamente os negocios; taes embaraços causaram varios prejuizos e transtornos e estes, por sua vez, alimentavam o descontentamento do povo. Suas queixas cresceram quando a rainha se deixou levar, por algumas das suas damas, a fazer concessões que oneravam muitissimo o thesouro e que eram contra o direito e justiça. Alguns colheram a occasião para de novo instarem com o infante D. Pedro a que puzesse cobro a similhantes excessos tomando elle proprio o governo. O infante, porém, a todos roubava a esperança de se resolver a isso.[1] Comquanto concordasse em que as cousas podiam e deviam ir melhor, desculpava sempre a rainha, quanto podia, da sua natural fraqueza, mas exaltando a sua bôa vontade.

Emquanto que a imperante se encontrava no Monte Olivete, onde deu á luz a infanta D. Joanna, futura rainha de Castella, vivia o infante D. Pedro com o rei em Lisboa. Foi n'esta cidade que o principe declarou, n'um colloquio com alguns dos seus confidentes, que renunciava á pequena parte que lhe cabia no governo e se retirava para as suas fazendas. Alguns approvaram, outros aconselharam-o a contentar-se com essa parte e a não se retirar. Ainda outros insistiam com elle para chamar a si todo o governo. Cada um diligenciava fundadamente estabelecer a sua opinião. Finalmente, accordaram em que o infante fizesse tudo o que seu irmão D. João lhe aconselhasse. Ambos os infantes se reuniram, em seguida, na

[1] ... *ou por sua dessymullaçam, ou por ser assy sua vontade.* Pina, cap. 19.

ermida de Nossa Senhora do Paraiso, onde mais tarde se edificou o convento dos Santos o novo. O infante D. João, homem de muita resolutiva, aconselhava vivamente o irmão a tomar sósinho as rédeas do governo. As razões do seu parecer eram parte tiradas da pessoa da rainha, que, apezar de virtuosa, como mulher e estrangeira—e entregue ás influencias nefastas de nacionaes mal intencionados e de seus irmãos de Castella—, não residia á altura da pezada missão; parte da situação do reino, que de outra fórma não se arrancava das desordens que o minavam; parte do proprio D. Pedro, que, como infante mais velho, apontado pelo povo e dotado com faculdades pela natureza para assumir o mando do navio oscillante, não se devia recusar a cumprir analogo dever. D. João prometteu qualquer auxilio a seu irmão. Este, porém, receava projectar o paiz na discordia e guerra civil, que, perniciosa aos Estados grandes, anniquilaria irremediavelmente o pequeno Portugal, o paiz querido em que nascêra e fôra educado, para cuja conservação seu pae tanto sangue derramara, supportando tamanhas fadigas. Debalde se esforçava D. João por desvanecer as duvidas do irmão; D. Pedro julgava «que por agora não devia começar nenhuma discordia, nenhuma alteração. Até ás proximas côrtes, assaz distantes, ainda a rainha podia cansar-se do governo e agradecer até se encontrasse um meio para terminar a discordia entre ambos, de modo que o paiz, como elle desejava, fôsse governado em paz».[1]

N'esta opinião persistiu D. Pedro, e assim se separaram os dois infantes. O primeiro partiu para Camarate, pouco distante de Sacavem, onde vivia a rainha, com seus filhos. N'esta residencia recebia D. Leonor, diariamente, noticias inquietadôras de Lisboa, que fremia, agitada e convulsa por alvorotos continuos. Homens muito egoistas e vis para auxiliarem a rainha com os seus conselhos e muito covardes para a coadjuvarem pela acção, se bem que querendo, comtudo, assegurar-se do seu favôr pela lisonja, lhe traziam, pressurosos, aquelles boatos, dando-lhes a côr que não podia falhar ao effeito desejado. Rodeada de illusões taes que não via quasi a verdade e que quasi não a queria vêr, na sua irritabilidade progressiva, D. Leonor acostumou-se a suspeitar de que tudo que viesse ou pare-

[1] Pina, cap. 22. Lião, cap. 4.

cesse provir do infante representava intenções e propositos hostis. N'este ensejo largou livre curso ás emoções do seu odio, que atélli occultara em seu peito ou que apenas mostrara tibiamente aos mais confidentes; despiu-se da sua natural doçura, dos sentimentos ternos inherentes á mulher, mesmo da habitual prudencia; e irrompe em palavras inconvenientes contra o infante, a que seguiram logo actos mais contrarios. A tres jovens damas da nobreza ella extermina da côrte só porque se mostravam affeiçoadas ao infante. Infelizmente para D. Leonor pertenciam essas a familias fidalgas de Lisboa. As mulheres e homens da capital não podiam perdoar á rainha o castigo e o insulto feito ás suas concidadãs, que outra culpa não tinham do que estimar aquelle que se havia tornado á massa popular o objecto do amor e da veneração.[1]

Como se D. Leonor quizesse intencionalmente instigar contra si a cabeça do reino, accrescentou, ás improvidencias que tanto reparo haviam causado, ainda, para mais, oppressões e injustiças. A um dos seus favoritos, preceptor do rei, concedeu, por meio de uma disposição passada em nôme de D. Affonso, odiosos favôres e rendimentos em Lisboa, pelos quaes todo o commercio d'esta cidade se julgou ferido e cerceado em seus direitos. Foi então que o descontentamento atéqui occulto irrompeu em revolta. Os cidadãos correram para a casa da Camara, afim de deliberarem sobre as medidas a tomar. Dois empregados da rainha tambem concorreram e um d'elles foi lançado pela janella.

Receando castigo pela violencia commettida, os cidadãos procuravam um homem que os podesse proteger, e sua mira se dirigiu sobre aquelle que estavam habituados a considerar como inimigo da rainha. Os interesses feridos e o receio do rigor da justiça adquiriram ao infante mais partidarios do que lh'os obtivera já a aversão contra a soberana. Assim como até aqui se tinha trabalhado secretamente, assim se trabalhava agora em publico para tirar de todo o governo á viuva. Ao infante se fizeram novamente os mesmos offerecimentos e se prometteu coadjuval-o de toda a fórma. Até então recusara todos os convites e offertas; agora, porém, que a imperante patenteava, de uma maneira tão clara e offensiva, a sua má vontade

[1] Pina, cap. 23.

e o seu odio contra elle, tambem elle alterou o proceder. Com agrado ouvia os offerecimentos que lhe eram dirigidos e mostrava bem claramente que a sua execução não lhe repugnava. Seus partidarios cobraram, por isso, mais coragem e audacia; e, por outro lado, augmentava-lhes o odio contra os adversarios. O receio e a esperança alteravam-se tanto n'estes como n'aquelles, e nas massas populares oscillantes passavam, segundo as divessas phases, rapidamente, de uma para outra banda. Toda a população de Lisboa se via retalhada de partidos e agitava-se em féros movimentos. Debalde a rainha tomava as suas precauções para abafar a revolta. Um alto magistrado, de grande consideração e influencia, o conde de Arrayolos, enviado pela soberana á capital, afim de acalmar os animos irritados, voltou, sem ter conseguido, na mais minima cousa, o fim da sua missão.[1]

Quando o infante D. Pedro soube em Camarate d'estes acontecimentos, correu para Lisboa, resolvido a pôr termo á confusão geral. Fez logo reunir os principaes cidadãos e funccionarios da cidade; reprovou severamente seus ajuntamentos tumultuarios e sua opposição, pela qual offendiam a regente, bem assim a elle mesmo e a todos que houvessem de governar o paiz em nôme do rei. Como subditos, que apresentassem suas queixas pelas vias legaes; se fôssem justas e fundamentadas, seriam então attendidas. O levantamento contra seus superiores seria castigado. Demonstrou-lhes isto com muitas razões. Alguns, todavia, eram de teima que o infante não expressava sua verdadeira convicção, visto que tinha acolhido bem os primeiros movimentos, em Lisboa, que fôram dirigidos contra o governo da rainha.[2]

Os cidadãos diligenciaram desculpar-se e pediram ao infante que não lhes negasse o seu auxilio e o seu favôr no perigo em que se viam. Tentaram demonstrar-lhe que as discordias e perturbações no reino provinham unicamente da divisão do governo entre muitos; quando governasse só a rainha ou elle, então volveriam o socego e a união. Depois de trocadas as explicações, recommendou o infan-

[1] Pina, cap. 25.

[2] «Mas, diz Pina (cap. 26) o julgamento d'esta opinião pertence unicamente a Deus, que o sabe».

te, finalmente, aos cidadãos que mantivessem o socego na terra; nas proximas côrtes poderiam apresentar as suas opiniões e desejos com toda a liberdade, pois que seriam coadjuvados, se as reputasse justas. Seguidamente se despediu d'elles e dirigiu-se novamente para Camarate.

Vendo a rainha quão impotente era para reprimir as perturbações e quantos trabalhavam no cheiro de lhe retirarem o governo, escreveu a todos os fidalgos do reino com cuja lealdade julgava poder contar para que comparecessem, nas proximas côrtes, armados e com a necessaria força, afim de se oppôrem a qualquer deliberação que o povo tomasse contra ella.

Como a soberana tivesse o maximo interesse em que estas cartas só fôssem entregues aos proprios, enviou certos escudeiros, em que depositava confiança, ás diversas comarcas, um para cada; deu-lhe as necessarias instrucções de conducta e mandou que aquellas missivas fôssem entregues secretamente aos respectivos fidalgos. Mas não resultou isto feito com tanto segredo que ficasse a trama occulta ao infante. Antes não tardou que lhe communicassem uma tal d'essas cartas, a qual elle logo mostrou ao conde de Arrayolos. Entretanto, este fidalgo correu a procurar a rainha; manifestou-lhe a sua surpreza sobre o passo que acabava de dar e que tanta desgraça podia attrahir sobre o paiz e sobre todas as classes; pediu-lhe que evitasse estas consequencias, mandando immediatamente recommendar aos referidos fidalgos que não dessem cumprimento ao que lhes acabara de transmittir.[1] Ella prometteu; mas tudo ficou em promessa.

Vacillando entre os seus conselheiros, da mesma fórma que vacillava comsigo mesma, D. Leonor, pelo commettimento de um erro, se deixou arrastar a outro peor e, querendo alliar a astucia á rectidão, perdeu o effeito de uma e o merito da outra. O povo, que não hesita por muito tempo quando se tracta do juizo do valor moral de uma pessôa, rapido foi em pronunciar-se a respeito da rainha e mostrou-se tanto mais severo quanto estava já habituado a vêr n'ella a sua inimiga. Elle desconhecia mesmo as innumeras e excellentes qualidades e virtudes da regente e sem duvida que ella

[1] Pina, cap. 27.

valia muito mais do que a fama que adquirira. Mas, como a má opinião que á sua conta se formava servia de cavallo de batalha da parte viciosa do partido contrario, de leme a todo o movimento popular, D. Leonor não podia n'esta occasião exercer influencia beneficente ou efficaz, ainda que estivesse escudada da melhor vontade e de uma firmeza varonil. Tambem pouco importava que aquelles que lhe estavam mais proximos para a poderem apreciar a estimassem melhor; estes mesmos viam, e de certo com pezar, que ella se enredava envolvida pelos ardis de alguns homens influentes e que lhe carecia a força de se oppôr com persistencia ao poder da seducção. Assim, emquanto que a sua actividade se inutilisava na desconfiança publica, na incredulidade da plebe, no seu partido paralysava pela duvida. Desde que a rainha, pelas suas cartas dirigidas aos nobres, chamara ou parecera chamar ás armas um Estado do reino contra o outro, logo se tornaram infructiferas e sem exito todas as medidas de justificamento ou conciliação que d'ella partiram. Da rainha já não havia remedio algum a esperar.

Por este tempo o infante D. João, que se encontrava doente em Alcochete, pediu a seu irmão que viesse vêl-o. As perturbações e os perigos da patria occupavam o seu espirito até no leito e D. Pedro pareceu-lhe sêr o unico salvador. Uma longa conversa entre ambos os irmãos versou principalmente sobre tal assumpto. D. João expôz ao infante que não toleraria que todos os fidalgos se expressassem tão audaciosamente a seu respeito. Remedio só se podia esperar quando D. Pedro fizesse o que até aqui não havia querido fazer—isto é, nomear-se regedor do reino *in solidum*. N'esta empreza contasse com elle, com o conde de Ourem, que estava presente, com a cidade de Lisboa e com muitas outras mais. D. Pedro toma Deus por testemunha de que sempre tractara de servir lealmente a rainha, mas que d'ella obtivera apenas odio em vez de reconhecimento. Que bem comprehendia agora que se lhe tornava necessario um poder maior, para segurança da sua pessoa; receava, porém, que a sua aspiração a similhante poder preparasse ao paiz, n'esse momento de retalhação, graves males. Persistia, por isso, agora como d'antes, em esperar a reunião das côrtes. «Se os Estados concordarem em que eu me encarregue da regencia, de prompto

cumprirei esse mandato; de outra fórma nunca o serei». Manifestado por D. João, ao receio de que a demora podesse resfriar o zelo dos cidadãos de Lisboa e de outros, replicou D. Pedro: «Visto saber que a rainha escrevêu aos fidalgos do seu partido a que viessem armados para as côrtes, como defensor do reino avisarei as cidades e villas e significar-lhes-hei que devem estar prevenidos para qualquer movimento e occorrencia que possa succeder.» Com esta resolução, approvada por D. João, partiu o infante para Camarate.

D'aqui dirigiu, no principio do anno de 1439, as cartas ás cidades e villas, dispondo as cousas de geito qne todas fôssem entregues em todo o reino no mesmo dia. Produzirám em todos os logares a maior excitação, mui especialmente em Lisboa, onde se affixou immediatamente a missiva nas portas da cathedral. Durante alguns dias a massa de povo affluia alli (e mesmo de noite) para lêrem, á luz de lampadas; tornou-se o unico assumpto do palavreado publico e domestico. Com desgosto se lembravam da rainha, porque a carta — se com razão ou não, eis o que não sabemos[1] — fallava em gente d'armas estrangeiras, que a soberana tencionava chamar a seu auxilio. A direcção favoravel que haviam tomado os negocios dos principes aragonezes e que lhes devia incutir coragem e o desejo de soccorrerem a irmã, afflicta, em Portugal tornava crivel a revelação de D. Pedro. A cidade de Lisboa resolveu agradecer ao infante a communicação e offereceu-se para tudo que elle ordenasse. Ao exemplo de Lisboa seguiram-se as outras cidades do reino.

De Camarate partiu D. Pedro, antes de se passar ás suas fazendas, para Sacavem, com o intuito de se entender com o rei. Depois de se despedir respeitosamente do monarcha, entrou na camara em que se encontrava a rainha. Com a expressão do pezar no semblante, se queixou da sua conducta para com elle; lembrou os serviços que lhe prestara e o desejo de lhe render ainda maióres; mas, observou, apenas odio, humilhação e o ultrage foi a recom-

[1] *Mas se o Yfante ysto escreveo por ter dysso a esse tempo alguma certydam, ou o fez de yndustria por alvoroçar as gentes contra a Raynha, e contra os que seguyam sua tençam, ysto fyque a Deos e em sua conciencia, soomente he de crer, quo o Yfante o nom faria sem causa.* Pina, cap. 29.

pensa que poude obter. Provou-lhe, com os actos praticados para com elle, os seus sentimentos, correcta e habilmente: e accrescentou: «que a rainha até aqui o havia tido como desejava, mas d'esta occasião em diante que o acceitasse conforme o achasse». Com estas palavras se despediu sem, como era uso, lhe beijar a mão. A rainha, com grande tranquillidade, ouviu tudo; a rapida sahida de D. Pedro não lhe deu monção a responder. Todavia sentiu profundamente a irreverencia recebida do infante. A nóva d'este acontecimento percorreu, com a rapidez de um relampago, o reino todo, ficando vivamente excitados os amigos e inimigos da rainha, bem como os do infante. A separação de duas pessoas dividiu todo o reino; a fermentação era geral. D. Leonor, não se julgando segura em Sacavem, que tão perto fica de Lisboa, passou-se, com o rei e seus outros filhos, para Alemquer, contra a opinião de muitos, que a aconselhavam a reprimir, com a sua presença em Lisboa, os animos irritados.

Logo que os habitantes da capital houveram conhecimento da partida da rainha, se reuniram e elegeram, para obterem, n'este tempo de tanta confusão e de tantas ficções, uniformidade em suas medidas, um alferes, homem considerado e de caracter resoluto, muita experiencia e muitos serviços, Alvaro Vaz de Almada, que fôra nomeado, pelo rei de França, conde de Aronches, na Inglaterra cavalleiro da Jarreteira e que estava investido na sua patria da dignidade de capitam mor do mar. N'uma reunião effectuada pelos artistas e todo o povo no convento de S. Domingos, tomou-se a deliberação, que todos assignaram, segundo a qual se obrigavam a exigir, nas proximas côrtes, que o infante D. Pedro fôsse unico regente e defensor e expunham as suas vidas por tal reclamação [1]. A rainha, desde logo sabedôra d'este acto, escreveu á cidade para a tranquillisar. Mas a sua voz conciliadôra perdeu-se no tumulto dos partidos e ella devia vêr (se a sua vista tanto alcançava) que a pequena impressão que sua carta produzira sobre alguns fôra completamente destruida por culpa de seus partidarios. [2]. Isto succedeu quando o arcebispo de Lisboa proferiu ameaças contra os cidadãos e

[1] Pina, cap. 32, pag. 250.
[2] Pina, cap. 33.

mandou annunciar, por assim dizer, a guerra á cidade, armando sua gente e collocando em estado de defesa o seu palacio na localidade. Quando, além d'isso, em consequencia de uma inquirição instaurada contra elle, foi accusado de blasphemia, a cidade e o clero da mesma retiraram-lhe os rendimentos e accusaram-o perante Roma. O arcebispo viu-se forçado a abandonar Lisboa e fugiu para Castella, porque não achava em parte alguma de Portugal acolhimento.

Foi então Alvaro Vaz enviado pela cidade ao infante D. João para o convidar a passar a Lisboa. «Sua presença era altamente necessaria até que as cousas fôssem conduzidas a bom fim». Acceitou o convite e muito serviu para a bôa disposição a favôr de seu irmão D. Pedro [1]. Com maior decisão operava o doutor Affonso Manga-Ancha, homem de zelo ardente e de espirito inquieto, ao mesmo tempo de profundos conhecimentos. Foi designado para oradôr publico na assemblea municipal, depois de concordada a necessidade de acclamar, ainda antes das cortes, se possivel fôsse, o infante D. Pedro para regente unico. «Se podia, pelo menos», disse no fim do seu discurso, «lêr as intenções dos auditores nos seus rostos, com o infante D. João se podia contar». Em seguida, se congregou a maior parte dos cidadãos na Camara, sem conhecerem, em geral, o objecto da reunião, e Alvaro Vaz descreveu, n'um discurso, com grande vivacidade, os erros praticados pelo governo da rainha e demonstrou, com o direito canonico e civil, com o Antigo e Novo Testamento, bem como com a historia antiga, que o governo das mulheres devia ser condemnado. Não foi difficultoso achar motivos de recommendação para o infante D. Pedro. «Devia-se, concluiu o oradôr, obrigar o infante a acceitar a regencia, se elle por modestia a recusasse». A agua, que alguns partidarios da rainha pretenderam deitar na fervura que a eloquencia de Alvaro levantava nos espiritos, só serviu de alimento ao fogo. As longas e tempestuosas discussões finalisaram com a solemne resolução: O infante D. Pedro devia governar só, até que D. Affonso chegasse á edade de tomar as redeas do governo. Se o infante fallecesse antes d'esse tempo, haveria de seguir na regencia, nas mesmas condições, em primeiro

[1] Pina, cap. 34.

logar o infante D. Henrique, em seguida o infante D. Fernando, quando fôsse liberto do captiveiro, o conde de Barcellos, os condes de Ourem e Arrayolos, filhos d'este. Á rainha D. Leonor, como viuva do rei D. Duarte e mãe de D. Affonso, cumpria prestar toda a veneração.[1]

O infante D. João, a quem foi primeiramente submettida, approvou esta resolução, ao dia seguinte, na egreja do Santo Spirito, depois de ter ouvido missa; expôz a todos os concorrentes a conveniencia de uma tal medida; prometteu aos cidadãos o seu auxilio e exhortou-os a desprezar todas as ameaças dos adversarios. Assim animados, prestaram no dia immediato a sua assignatura. «O artista estava tão ancioso por escrever o seu nôme como se com isto augmentasse sua honra e sua fortuna e remediasse o perigo em que se topava a patria».[2] Sendo communicado ao infante D. Pedro a resolução tomada, elle agradeceu aos cidadãos, com as expressões mais benevolas; prometteu acceitar a regencia e cumprir as clausulas. Tambem as restantes cidades e villas concordaram, no essêncial, com o convenio adoptado em Lisboa. A rainha, porém, declarou nulla a resolução, que fôra entregue respeitosamente pela localidade, por ter sido tomada incompetentemente e sem consentimento dos tres Estados do reino; exigiu, por isso, a sua revogação. Tambem o infante D. Henrique manifestou, na sua resposta á capital, o seu descontentamento; não censurou, comtudo, o contheudo da resolução, mas sim o processo que n'este assumpto foi observado, usurpando a terra o direito que pertencia unicamente aos tres Estados do reino. Por si, addiava o seu voto para as proximas côrtes, em que se discutisse e deliberasse o que fôsse salutar para o rei como para o reino. O mais descontente foi o conde de Barcellos; e, comquanto muito cautelloso em se descobrir, não poude, no acto do recebimento d'aquelle diploma, occultar o seu despeito. Não era a dedicação pela rainha, não o receio que o governo de D. Pedro podesse ser prejudicial ao paiz que tornava o conde um grande opposicionista á elevação do infante, mas—segundo a opinião de todos e pelo que o tempo

[1] *«Forma do acordo sobre o Regimento»*. Pina, cap. 37.
[2] Pina, cap. 38.

demonstrou—, unica e exclusivamente, porque seu proveito pessoal podia com isso soffrer. Da brandura e fraqueza da rainha regente, o seu egoismo calculadôr se promettia muito mais do que da severa justiça de D. Pedro.[1] Os partidarios da rainha, em cujo numero era incluido, respeitavam tão pouco o conde como os seus adversarios. Os mais moderados, apezar da diversidade de suas vistas e desejos, acatavam o infante D. Henrique e só um restricto espirito partidario, que não comprehendia a elevada posição do principe, podia attribuir-lhe tibieza para com o irmão, quando, escudando-se nos direitos da constituição, se julgava obrigado a proteger a rainha. D. Leonor, nos fracos dedos com o sceptro, cujo encanto lhe parecia muito maior que seu pezo, só excitava a compaixão.

E, todavia, não se contentou com o explicar que deu á cidade ácerca do parecer tomado. Logo que comprehendeu que lhe queriam retirar as redeas do governo, para ás confiarem ao infante D. Pedro, escreveu, a todos os fidalgos seus partidarios, que não viessem assistir ás proximas côrtes e que se desculpassem o melhor que podessem; que enviassem, porém, declarações solemnes de que não accederiam nem se conformariam com quaesquer deliberações adoptadas no parlamento. Os fidalgos assim o fizeram, mas a medida foi, comtudo, insufficiente. As côrtes não deixaram de funccionar e os nobres não poderam, totalmente, recusar a acceitação das resoluções. «Porque, diz Pina, ainda que n'aquelle tempo os fidalgos muito valiam, não era, comtudo, o seu valor de fórma a poderem oppôr-se á vontade dos filhos e netos do rei D. João, dos quaes dependiam todos os assumptos do reino».[2]

Tanto menos podia ter bom resultado uma empreza tentada, por este tempo, por alguns poderosos em Lisboa a favôr da rainha. De accordo com certos grandes do partido de D. Leonor, occupou o

[1] *E nom era por syngular afeiçam que tevese aa Raynha; nem por sentir que em ser o Yfante Dom Pedro Regedor era perda ou dano do Reino; mas soomente segundo juyzo comum e especieaes, que se despois seguiram, era com respectos de seu interesse particullar; de que por ventura lhe dava mais esperança, a brandura da Raynha governando, que o rigor e justiça do Ynfante regendo.* Pina, cap. 39.

[2] Pina, cap. 40.

alcaide mor de Lisboa, Affonso de Cascaes, com as suas forças, o castello da cidade e collocou no mesmo vigias, de dia e noite. Esta attitude hostil do alcaide mor para com a cidade, as expressões e ameaças offensivas dos vigias incitaram os cidadãos a atacar o burgo e a tomal-o. O infante D. João, reconhecendo quanto seria arriscada uma tal lucta na capital, diligenciou evital-a e escolheu para medianeira, com o assentimento dos cidadãos, a esposa do alcaide, Maria de Vasconcellos, mulher de nobre estirpe. Trouxe, porém, do castello uma resposta negativa, mas devido mais a seu filho, mancebo ambicioso e fogoso, do que ao marido. Da bôcca de Maria ouviu D. João, ao mesmo tempo, quão irritada estava a rainha para com o infante D. Pedro e como ella antes queria supportar todos os tormentos da vida do que consentir em que elle fôsse regente do reino. E, para que D. João se convencesse de que não estava exasperada com seu irmão porque quizesse o governo só para si, de bom agrado annuiria se *elle* o acceitasse. Em seu favôr estava prompta a renunciar a seus direitos e nutria egualmente o desejo de que D. Affonso se consorciasse com sua filha D. Isabel, venerando assim seu pae no infante D. João. A estas palavras sorriu-se D. João. «O ceu nos defenda», disse o infante, redarguindo ás propostas de D. Maria sobre este ponto, «que entre filhos do rei D. João, educados e engrandecidos em tal amor e concordia, se espalhe a semente da discordia afim de os separar. Recearia o castigo de Deus e a vergonha dos homens, não por não acceitar a regencia, mas se tivesse sequer apenas pensado n'isso quando tenho dois irmãos e dotados de tantas capacidades como os infantes D. Pedro e D. Henrique. A honra que a rainha destinava a minha filha, a reconheço como a mais elevada que eu poderia ambicionar, se o caso não estivesse como está. Mas antes queria vêr minha filha cahir na perdição (de que Deus a queira defender) do que vêl-a consorciada contra a vontade e honra de meu irmão, que me dedica affeição sincera como eu lh'a consagro. Não menos me tornaria culpado para com meu fallecido irmão D. Duarte, que tanto desejava tal casamento. De resto, dizei á rainha, accrescentou D. João, que me considere como um servo fiel e dedicado. Que não se occupe com cousas que de nada servem nem a ella nem ao reino, e aconselhai-lhe o que fôr para seu bem e tranquillidade». Com taes

palavras se despediu o infante.[1] Por virtude d'este nobre sentimento, com que D. João sacrificou a sua alegria de pae, em vêr ornada com a corôa real a cabeça de sua filha, ao seu estimulo de dever e amor fraternal, a Providencia lhe reservou a recompensa. D. Isabel veio a ser esposa do rei de Castella, Juan II, e mãe d'aquella generosa D. Isabel, que foi depois o ornamento do throno de Castella, o tronco de muitos reis e imperadores.

Quando os cidadãos viram a pertinacia com que o alcaide mor occupava o castello, o fecharam, para que ninguem podesse entrar e sahir. Aquelle, sem mantimentos e sem esperança de soccorro, viu-se em breve forçado a entregal-o, fugindo, de seguida, para junto da rainha. Logo, esta, como sempre, mal aconselhada, e afflicta pelo falso boato de que o infante D. Pedro a queria cercar em Alemquer (a conduzil-a á força, com o rei, ás côrtes de Lisboa), mandou collocar a villa em estado de defesa, construindo-se muralhas e chamando forças. Parecendo confirmar com isto o que já tantas vezes se dissera d'ella—que esperava hostes estranhas e o auxilio de seus irmãos, os infantes aragonezes—mais se prejudicava e á sua causa.

A piedade, que encontrara ainda em muitas pessoas, resfriava cada vez mais quando se notou o terreno escorregadio que pizava, e quando, fascinada pelo odio e raiva, seduzida pelos maus conselhos, esquecendo-se da dignidade de rainha e suffocando os sentimentos ternos de mulher, se profundava, mais e mais, nas veredas da astucia e intrigas. Desde que apercebeu que o infante D. Henrique, então seu dedicado, se pronunciava a favor de D. Pedro com respeito á regencia, ella diligenciou semear a sizania entre ambos, rasgando os vinculos da affeição que tão intimamente ligava os dois irmãos. N'este sentido escreveu, secretamente e pelo seu proprio punho, uma carta a D. Henrique, avisando-o de que seu irmão D. Pedro: «para não encontrar muitos obstaculos na aspiração ao governo e poder mandar mais absolutamente, tencionava, como era elle o unico que lhe fazia opposição, mandal-o prender, como bem sabia, não estando, por isso, a sua vida segura». Antes, porém, que a carta fôsse entregue ao infante D. Henrique, tinha D. Pedro sido avisado

[1] Pina, cap. 41.

secretamente, em Montemor o Velho, d'isto. Immediatamente correu a procural-o em Soure, afim de se assegurar do seu habitual desvelo de irmão, sem lhe dizer cousa alguma d'aquella missiva. Nas agitações d'este tempo, a presença e o affecto de D. Pedro nada tinham de estranho para D. Henrique. Dois dias depois da partida de D. Pedro, chegou a carta da rainha. Surprehendido pelo seu contheudo, D. Henrique partiu logo apoz seu irmão e encontrou-o em Coimbra. «Vê, irmão, o que a rainha me escreveu», disse-lhe, mostrando-lhe a carta, «mas, para que notes quanto me receio de ti, venho, tranquillo e socegado, procurar-te». D. Pedro sorriu-se, abraçou o irmão e disse-lhe, com a expressão do mais profundo affecto: «Irmão, não me admira que taes tempos e taes intenções produzam tal fructo». Confessou-lhe então que soubera da carta e que fôra a Soure com o proposito de lhe preparar a impressão e credulidade que ella merecia. «As cadeias, porém, que devem aqui prender-te sejam o affecto e estima que sempre te dediquei e que tanto mereces da minha parte». E, de facto, D. Pedro deteve o irmão alguns dias em Coimbra, mas com as algemas do amor fraternal.

N'esta entrevista estava presente o conde de Barcellos. Tractaram de assumptos relativos ao reino e tomaram, porfim, a deliberação de rogar á rainha, por intermedio do conde, de assistir pessoalmente ás côrtes que deviam abrir no ultimo dia de novembro. Chegado a Alemquer, o conde representou á rainha quão necessaria seria a sua presença nas côrtes, para que podessem adoptar resoluções sobre alguns assumptos importantes, como o da regencia do reino, o scisma dos papas e a libertação do infante D. Fernando. Mas a rainha recusou este pedido, se não se revogasse primeiro a escolha do infante e elle desistisse; se os fidalgos tanto do seu como do partido de D. Pedro não fôssem desligados do juramento, afim de que podessem deliberar e resolver o que melhor corresse para interesse da rainha e bem do povo. A esta resposta, de que foi portador o conde, replicou o infante: «Tudo que foi resolvido, sem meu assentimento, pelos municipios pódem elles mesmos revogal-o, se o julgarem conveniente. Para isso é exactamente precisa a presença da rainha, afim de que ella e os que seguem a sua vontade logrem ser interrogados sobre o que lhes pareça justo e equitativo; eu a tal não me opporei. Quanto ao juramento dos fidalgos, póde a rainha ficar

tranquilla de que nenhum dos nobres meu partidario presta n'este sentido quaesquer juramentos».[1] Seguidamente, o conde de Barcellos, que nas deliberações sobre o bem da patria só tomou parte para seu proveito proprio ou para inutilisar seus effeitos, se dirigiu de Coimbra a Guimaraens; reuniu alguns grandes e fidalgos e moveu-os a comprometterem-se mutuamente para não assistirem ás côrtes, mas, sim, fôsse qual fôsse o partido a que se entregasse a regencia e a fórma sob que se estabelecesse, a defenderem em todo o tempo as suas regalias e a nutrirem a esperança do proprio engrandecimento.

Entretanto, o infante D. Pedro começara a sua viagem para Lisboa, afim de assistir ás côrtes alli convocadas. Para a direcção dos assumptos mais importantes, relativos á cidade ou de que a esta interessava seu seguimento, foi escolhida uma commissão de doze cidadãos, que, depois de longas deliberações, assentou em: «que o infante D. Pedro fôsse immediatamente nomeado para regente unico, sem qualquer ajuda, até que o rei tivesse alcançado a edade necessaria para governar». Esta resolução proclamou-se, no refeitorio de S. Domingos, a todos os cidadãos e todos sem discrepancia a approvaram. Foi depois por alguns deputados tambem communicada ao infante D. Pedro; e pediram-lhe, ao mesmo tempo, que fizesse no dia seguinte a sua entrada em Lisboa, tendo, porém, de jurar primeiro que só elle e sem o auxilio de outrem tomaria desde logo a regencia. O infante agradeceu aos cidadãos suas bôas intenções; declarou, comtudo, «que não obraria como era seu dever se acceitasse o governo sem o consentimento previo de seus irmãos, seu sobrinho e dos Estados do reino, que tinham sido convocados para decisão d'este assumpto. Não era necessario haver pressa. Que se esperasse pelas proximas côrtes; o que ellas resolvessem, isso se faria». Estes escrupulos, julgavam alguns eram desnecessarios. Das cidades e villas com direito de voto já tinham o consentimento por escripto. Seu irmão D. João achava-se presente em Lisboa e participava do mesmo desejo; o infante D. Henrique não se oppunha, como era já notorio. «Por isso», accrescentaram, «vos pedimos, senhôr!, não recuseis por muito tempo o que vos offerecemos com

[1] Pina, cap. 44.

tão justificados motivos e não façais que da vossa repulsa resultem sedições e discordias tão difficeis, se não impossiveis, de acalmar no futuro».[1]

Assim apertado pelos cidadãos e accomettido pelos seus rogos, D. Pedro ainda mais uma vez reflectiu, com os seus, sobre o assumpto. Cedendo ás supplicas, realisou no dia immediato sua entrada na cidade. Apezar de ter pedido que não lhe fizessem recepção solemne, foi, comtudo, ao seu encontro o infante D. João, com todos os fidalgos e os principaes da capital, sob o maior jubilo. No dia seguinte, dia de todos os Santos, o infante prestou, na cathedral, apoz a missa, juramento solemne, nas mãos do bispo de Evora, de que governaria, legal e fielmente, em nôme do rei, até que este podesse tomar sobre si o mando; que então deporia espontaneamente nas mãos do monarcha a regencia e servil-o-hia sempre como bom e fiel vassallo.

As côrtes fôram abertas no dia 10 de novembro. N'um longo discurso (que o já citado doutor Affonso Manga-Ancha pronunciou, em nôme do infante D. João, que estava presente mas ainda um tanto doente) diligenciou demonstrar, pelas regras do bom senso, pelos principios do direito espiritual e civil, e pela historia, que as mulheres não deviam governar; que o governo em commum e exercido por dois regentes era pernicioso; que só devia haver um soberano e que, para Portugal, unicamente o infante D. Pedro podia desempenhar estas funcções. Todos os assistentes applaudiram o oradôr. Foi tomada desde logo uma resolução formal, sobre a eleição do infante, por quatro tabelliaẽs, empregados na chancellaria regia, que redigiram um auto, assignado por todos, sem contradicção. Apenas o conde de Arrayolos se recusou a este acto, não dando jamais ao infante o titulo de regente; executou, porém, pontualmente todas as ordens, sendo mais obediente do que muitos outros que rubricaram o diploma.

Os infantes e D. Pedro, por si só, os condes, fidalgos e deputados informaram em seguida por cartas a rainha, que se encontrava em Alemquer, d'esta resolução e pediram-lhe, ao mesmo tempo,

[1] Pina, cap. 45.

muito respeitosamente, que houvesse de a sanccionar e de trazer o rei a Lisboa, para que os Estados lhe prestassem, conforme eram seus desejos, a devida homenagem e para que na sua presença se tractasse de alguns assumptos relativos ao bem do paiz. O infante D. Pedro (a quem chamaremos d'óra em diante regente) enviou, para este fim, um deputado especial, o *Governador da sua casa*, homem bastante erudito, que gozava de toda a sua confiança. A rainha recebeu-o bastante abatida, e replicou, a conselho d'aquelles que a rodeavam: se a eleição de D. Pedro fôsse revogada e a regencia deposta de novo em suas mãos, partiria com o rei para Lisboa; do contrario nada fazia. Seguidamente enviaram á imperante sacerdotes para a fazerem decidir, por meio de razões religiosas, a corresponder aos desejos das côrtes; mas debalde. D. Leonor persistiu na resposta já dada. Os infantes estavam desgostosos e o povo mostrava-se difficil de contentar. Conseguiu, finalmente, o infante D. Henrique, que fôra enviado a Alemquer, mover a rainha em annuir ao que se desejava. Parecia confirmar a opinião, que alguns nutriam a seu respeito, de que ella, livremente, teria tomado melhor caminho, se alguns pessimos conselheiros não a houvessem guiado mal.

No dia seguinte o infante D. Henrique partiu, com D. Affonso e D. Leonor, para Lisboa. O rei foi recebido com grandes solemnidades, e conduzido para a alcaçova do palacio. D. Affonso e os infantes eram os sós que montavam seus cavallos, os condes e outros senhôres precediam o prestito a pé. Ao moço rei o regente o soergueu do ginete, com o testemunho do maior respeito, e manifestou-lhe, no futuro, durante a sua regencia de dez annos, em todas as occasiões, os mesmos sentimentos, augmentando á medida que D. Affonso avançava na edade. Egual procedimento para com o imperante exigia dos outros.

Apenas que o autocrata subiu ao throno na sala da assembléa, a 10 de dezembro de 1439, Manga-Ancha pronunciou, em nôme do monarcha, um discurso solemne, em que approvava e confirmava a eleição do infante para regente, recommendando a todos o de lhe prestarem obediencia como a elle proprio. Logo que o oradôr concluiu, o regente, ajoelhando, beijou a mão do soberano e a da viuva, e entregou áquelle o sello do Estado, como signal do supremo po-

der. D. Affonso voltou immediatamente para junto de sua mãe, consoante lhe tinham promettido os infantes. Em seguida, o regente convocou os deputados e alguns conselheiros reaes a reunirem na sala das sessões; e, do seu respectivo logar, com a dignidade que lhe era propria, disse: «que, em virtude do elevado cargo que lhe fôra confiado, era necessario fazer-se outro homem». Dirigiu-lhes alguma exhortações, tão prudentes como sabias; conferiria áquelles que se mostrassem justos e obedientes ás leis distincções e provas de sua graça. Ameaçou os que se tornassem culpados do contrario com castigos rigorosos; pediu que lhe obedecessem, que o estimassem, que o coadjuvassem e defendessem com seus bens e suas vidas, assim como praticaria para com elles, se de tal necessitassem. Um deputado exprimiu, em nôme da assembléa, ao regente, a sua submissão, ao que este, descobrindo-se, testemunhou o seu reconhecimento.

Parecia que todas as desintelligencias e discordias ficavam assim resolvidas e que se estabelecia novamente a concordia e tranquillidade sob o sceptro do cordato e benevolo Regente. Comtudo, ainda se apercebia uma nota discordante, que não derrocava o conjuncto, porque os bons principios já tinham a supremacia e a victoria alcançada tornava esse poder, n'este momento, invencivel. O conde de Barcellos não ficou, de fórma alguma, satisfeito com as ultimas eventualidades e redigiu, para adquirir influencia no governo e enfraquecer o poder de D. Pedro, certos capitulos, a cuja observancia se devia obrigar o regente. Todos os assumptos importantes eram, segundo esses taes capitulos, subtrahidos á sua decisão e reservados, para os resolverem, ás côrtes, que deviam reunir todos os annos. Os procuradores, porém, a quem o conde mostrou similhantes capitulos, recusaram-se a introduzir innovações no que tinham acabado de resolver e de ser confirmado pelo rei. Mas o mallogro d'esta tentativa não podia tranquillisar um homem do caracter do conde ou desvial-o do seu fim. Imaginava ainda meios para adquirir novamente influencia; e, se a historia podesse seguir seus propositos e intrigas em todas as espessas tortuosidades, ella acharia, talvez, n'elle o auctor secreto das ulteriores desintelligencias entre a rainha e o regente, provavelmente mesmo a ultima causa de todas as adversidades que perseguiram o infante até á sepultura e de todas as

calumnias que, além d'esta, ainda tentaram manchar sua memoria. Pelo que a historia d'elle relata, não merece, pelo menos, que occultemos analoga suspeita.

As sessões das côrtes estavam já a concluir quando um deputado do Porto, n'uma reunião dos funccionarios municipaes, disse, na camara de Lisboa: «que as côrtes tinham deixado de parte um dos mais importantes assumptos sem o qual pouco poderiam aproveitar as cousas resolvidas». Como os assistentes se dirigissem mais attentamente para elle, o deputado continuou: «que era de parecer que o rei não devia ficar em posse de sua mãe nem ser educado por ella.» «Indicou os inconvenientes da educação feminil, principalmente para um rei. Indicou os perigos, que eram de recear, pelo lado da rainha, manifestamente irritada para com o regente e para com todos que haviam votado a seu favôr, quando as profundas impressões da mocidade, que o odio d'uma mãe deixa no coração de seu filho, exigem o seu direito na edade avançada. Indicou, emfim, as despezas que acarretavam sobre o reino os paços separados do rei e do regente». Os cidadãos convieram com o que elle expuzera e communicaram aos restantes procuradores, que n'essa mesma noite decidiram exigir que o monarcha ficasse com o regente. Immediatamente pediram a este que deliberasse com os infantes sobre tal assumpto. Mas D. Pedro rogou com instancia aos cidadãos a bondade de desistirem de similhante pretenção. «Parecia-lhe melhor que o rei ficasse, com seu irmão, junto de sua mãe, para seu consolo e socego e para sua propria segurança. Se nos accidentes, a que estava sujeita a vida da delicada creança, succedesse algum fracasso ao principe, não augmentariam alguns, com a suspeita que nutriam e expressavam contra elle, sua dôr e magoa? Além d'isso, não poderia dedicar ao joven monarcha o tempo necessario, por causa da quantidade e difficuldade dos trabalhos que lhe impunha o seu cargo; e, finalmente, desejava subtrahir-se ao odio, que visa e acerta tão facilmente no preceptor que reprime as inclinações desregradas da juventude».—«Senhôr», replicaram os cidadãos, «quem vos conhece bem, e conhece vosso são criterio e vossos conhecimentos, esse sem errar póde dizer que vós n'isto pensais de outra fórma do que discorreis. E, por tanto, estamos tão de-

cididos para a execução do que vos propômos como estavamos para o que já está executado». Seguidamente expuzeram mais latamente as suas razões e D. Pedro, que não podia ou não queria apresentar argumentos mais frisantes, prometteu fazer o que os infantes julgassem melhór. De accordo com os procuradores e personagens principaes da côrte, foi, porfim, unanimente resolvido: «que, sem embargo das resoluções anteriores sobre este ponto, o rei deveria quedar perto do regente».[1] D. Pedro julgou, entretanto, mais prudente que a rainha vivesse na mesma habitação, para que podesse educar seu filho e elle lograsse, em caso de necessidade, coadjuval-a. Que tudo faria a seu contento para que não podesse duvidar por mais tempo da rectidão dos seus sentimentos e cohibir assim qualquer desintelligencia futura. A proposta de D. Pedro foi applaudida por todos, com excepção da rainha. Uma lucta attribulada se accendeu em seu intimo. Devia ella, a mãe extremosa, renunciar a seu filho, que era o seu orgulho, a sua alegria, o seu consolo unico em suas angustias? Ou seguir involuntariamente para toda a parte um homem, cuja soberana e rainha fôra outr'ora e a quem odiava agora de toda sua alma? E que anciosos cuidados envolveriam seu animo de mãe, quando pensava na ambição de que supponha estava possuido aquelle tão detestado homem e nos perigos que ameaçavam a vida de seus favoritos? Devia entregal-os á sua bôa ou má sorte ou acompanhar seu senhôr como prisioneira, para estender a mão, protectora, de mãe, sobre os ameaçados? Estas perguntas, que martyrisavam sua alma, n'uma duvida continua, apresentou-as a rainha a seus partidarios.[2]

Em virtude de suas representações, ella se decidiu a entregar os filhos ao regente, mas não a seguil-o. Depois de ter ouvido missa, á meia noute, na sua residencia em Santantonio, mandou chamar seus filhos, que se encontravam dormindo, e, apertando em seus braços seu joven D. Affonso, lhe disse, vertendo copiosas lagrimas: «Filho e senhôr! Que Deus, em sua immensa misericordia, se digne preservar-te e salvar tua vida, para que eu não te perca tambem, como já perdi teu pai!» Com estas palavras se despediu a

[1] Pina, cap. 50.
[2] Idem, cap. 51.

rainha de seus filhos, profundamente commovida e soluçando, como se tractasse de seu enterramento e de nunca mais os vêr. D. Affonso consola sua mãe com dôces palavras e com um socego e calma que muito excedia sua edade. A rainha se dirigiu, com suas filhas, para Cintra. O regente, porém, e seu irmão D. João transportaram-se, desde logo, para Santantonio e conduziram o rei e o principe para Lisboa, onde estabeleceram a cada um casa propria, com os competentes serviçaes. A mesma reflexão que D. Affonso mostrou na hora de despedida a provou tambem em todo o tempo que esteve separado de sua mãe. Comquanto a tivesse estimado sempre muito e continuasse a estimal-a, não deu indicios (nunca) de odio contra o regente. Parecia que tinha sepultado para sempre em seu peito todas as queixas de sua mãe contra D. Pedro e todos os impulsos da sua propria indignação, que aquella lhe incutira. Nem louvava nem censurava os actos de D. Pedro ou de outro qualquer.[1]

A rainha, no emtanto, não abandonou ainda todas as esperanças. Queixou-se a seus irmãos, os infantes de Aragão, e á soberana de Castella, da injustiça recebida e pediu-lhes o auxilio. Mas os infantes, reconhecendo a sua ainda fraca posição alli, não poderam prestar-lhe outro amparo mais do que remetter suas representações e rogos, a favôr de sua irmã, aos infantes de Portugal, que lhes fizeram sentir, por seu lado, toda a inconveniencia de taes pedidos. D. Leonor, sabendo que na sua comitiva em Cintra havia pessoas que informavam o regente de tudo que alli se passava, transferiu a sua residencia para Almeirim, onde, mais livremente e sem sêr tão observada, poude entreter suas correspondencias com Castella. Ao regente inquietou-o esta mudança de habitação da rainha e tomou, por isso, algumas medidas de prevenção. Receando que ella, finalmente, conseguisse que seus irmaõs fizessem a guerra contra Portugal e que o povo, inconstante, com mêdo de taes hostilidades, revogasse a regencia coeva, contrahe o regente allianças secretas com o condestavel de Castella, Alvaro de Luna, e seus alliados, o grão-mestre de Alcantara, e mais adversarios dos infantes aragonezes em Castella. Não só attrahiu o rei d'aquelle paiz aos seus interesses como vibrou, simultaneamente, segundo a opinião

[1] Pina, cap. 51.

dos mais entendidos, á auctoridade dos infantes um golpe que os embaraçou desde então bastante em seus movimentos.[1]

Como a rainha se sentisse em Almeirim, amiudadas vezes, mortificada, principalmente pela proximidade do regente, seus partidarios lhe aconselharam que tractasse, ainda que para méra apparencia, um accordo amigavel com o inimigo. Declarou, pois, a este que «desejava procurar socego para sua alma e esquecer todo o passado». D. Pedro mostrou-se summamente satisfeito com tal declaração, e o reino, partilhando sinceramente de sua alegria, celebrou a noticia de similhante accordo como se fôsse uma festa de concordia geral. Esta nóva surprehendeu desagradavelmente o conde de Barcellos, apezar de convicto de que a rainha não andava n'isto com sinceridade. Receava, comtudo, que similhante união começasse pela apparencia e acabasse em realidade: o espirito e auctoridade de D. Pedro eram para elle coisas tão temiveis como odiadas. Induziu, por isso, a rainha a trocar secretamente a sua actual residencia pela do Crato, onde, auxiliada pelo prior, poderia conseguir, mais segura e facilmente, seus fins. A astucia e arte de dissimulação do conde conseguiram attrahir para os seus planos o prior, que, a principio, não correspondia, de fórma alguma, ás esperanças que n'elle depositavam. Organisou tudo para a recepção da rainha e forneceu seus castellos e praças fortes com o que se tornava necessario. Sob o pretexto de que desejava assistir ás cerimonias funebres de D. Duarte na Batalha, pôz-se a caminho, provida do que era preciso. O regente, que, logo depois da concordata com D. Leonor, lhe permittira, e aos seus partidarios, communicar livremente com qualquer, não suspeitou de cousa alguma. O conde, porém, pelo contrario, meditava nos meios proprios a resistir aos perigos que o rompimento inevitavel com o regente deveria acarretar para a rainha e seu partido; e concluiu com o rei de Navarra e os infantes de Aragão um tractado formal segundo cujo theor se prometteram mutuamente serem o amigo do amigo e o inimigo do inimigo do outro, prestando-se, em reciprocidade, auxilio de força armada. A noticia d'este tractado causou profunda indignação em todo o reino. Os infantes D. Henrique e D. João, irritados pelo procedimento do

[1] Pina, cap. 56.

conde, fizeram-lhe as mais expressas representações, mas debalde. Seu proprio filho Affonso, conde de Ourem, que pertencia ao partido de D. Pedro, censurou a conducta do pae e deu a entender que, se houvesse rompimento, auxiliaria o regente contra seu proprio progenitor. Algumas pessôas mais perspicazes affirmavam saber que pae e filho haviam combinado, desde o começo da discordia, ficar pertencendo um ao partido da rainha e o outro ao do infante, afim de, para qualquer topico que se virasse a fortuna, o vencido encontrar apoio no vencedor, cada um sacar o maximo proveito do seu partido e ambos dividirem, finalmente, a colheita. Além d'isso, julgava-se que o conde de Barcellos concluira allianças com inimigos exteriores afim de collocar o reino em situação embaraçosa e para este depender de sua pessoa e casa. As rasões que determinavam a rainha a dar taes passos não se reputavam como fortes bastantes; era impellida por forças exteriores.[1]

Na occasião em que D. Leonor ainda se encontrava em Almeirim e depositava, para segurança, as suas importantes preciosidades no castello de Albuquerque, pertencente ao infante aragonez Henrique, chegou a Santarem, onde estava o rei, uma numerosa embaixada do de Castella, a qual, como primeira n'este reinado, foi recebida com solemnidades (outubro de 1440). Tal missão vinha encarregada de apresentar queixas ácerca de prejuizos causados pelos portuguezes aos castelhanos, por mar e terra; principalmente, porém, sobre a reintegração da rainha D. Leonor no governo, em cuja exigencia se insistia formalmente. Ao mesmo tempo pediram os embaixadores, em nôme da rainha, que o rei D. Affonso lhe permittisse retirar-se para Castella, uma vez que não desejava permanecer no reino, onde tanta desgraça se estava preparando. O terrôr do povo perante uma guerra com Castella, que poderia facilmente inclinal-o a entregar a regencia nas mãos da rainha — o receio de D. Pedro —, foi apresentado astutamente como um objecto de espanto; e, para lhe dar uma impressão mais profunda e segura, pediram os enviados, sob um pretexto justo, ao regente licença para expôrem pessoalmente a sua missão nas cidades e villas, bem como

[1] Pina, cap. 60.

perante os principaes do reino. D. Pedro rejeitou, com razão, esta singular proposta e tomou alguns dias para meditar na replica que deveria dar. Durante o praso, o regente sollicitou de todos os grandes, ausentes, pareceres por escripto sobre o assumpto (procedimento que adoptou para a sua regencia nos themas importantes); submetteu todos os alvitres escriptos, pelos presentes como pelos ausentes, á um maduro exame e preferiu o que lhe pareceu mais adequado. Eis a resposta: «Relativamente aos damnos causados pelos portuguezes aos castelhanos, deverão ser nomeados arbitros por ambas as partes; com respeito aos negocios da rainha, o rei enviará um embaixador a Castella, levando uma resposta satisfactoria». De facto, remetteu-se um embaixador mas com instrucções secretas de demorar a causa. O regente ouvira, confidencialmente, de um dos enviados castelhanos, o bispo de Coria, que sua missão partira da rainha D. Leonor e dos infantes aragonezes, sem approvação do rei, o qual, pelo contrario, (por experiencia propria) concordava com a actual regencia de Portugal. Esta descoberta deu maior firmeza á conducta de D. Pedro, esclarecendo-o, ao mesmo tempo, sobre a attitude pertinaz, quasi teimosa, que a embaixada tomou para com elle. Mandou, em nôme de D. Affonso, pedir, tão respeitosa como expressamente, á rainha o de renunciar ao seu intento de partir para fóra do reino. Ella, porém, por alguns embaixadores, que a instigavam sempre mais á resistencia, fortificada, persistiu em seu desejo. Tambem os embaixadores não se contentaram com a resposta do regente e declararam haverem recebido de seu rei a instrucção de não partir sem uma resposta decisiva a todas as suas reclamações e sem ordem expressa sua. Para justificação, apresentaram ao regente, dois dias depois, uma instrucção regia n'este sentido. Não escapou, porém, ao infante, que taes mandatos de conducta só podiam ser fabricados em tão pouco tempo em Almeirim, onde, segundo as apparencias, se fizera uso do sello e assignatura do rei de Castella, preenchendo, de seguida, o espaço em branco.[1] Para obter toda a certeza sobre similhante ponto, D. Pedro dirigiu-se apressadamente ao condestavel Alvaro de Luna, que, ainda que então não vivesse na côrte, entretinha com o rei secreta intelligencia. Enviou-lhe em breve uma de-

[1] Pina, cap. 62.

claração, redigida pelo proprio punho de Juan II, assegurando-o de que em tal cousa nunca pensara. Então o regente procedeu com maior energia e ordenou aos embaixadores «que, obtida já a resposta, sahissem do reino e da côrte de seu rei e senhôr.» Todavia, não se affastaram com tanta promptidão e ainda se encontravam em Santarem quando a rainha partiu para o Crato.

Debalde diligenciaram demover á soberana d'esta viagem. O infante D. Henrique, reconhecendo que o prior do Crato era um dos principaes auctores do caso, censurou-o com aspereza, segundo o seu habito; e ordenou-lhe que se justificasse immediatamente, perante a pessôa do regente, servindo-o, fiel, de futuro. Por egual compromettido se recusasse a D. Henrique a devida obediencia e se faltasse á promessa dada á rainha e ao conde, desculpou o prior com a sua adiantada edade a falta de comparencia e mandou seu filho justifical-o na face do regente, assegurando-lhe a sua fidelidade e a de sua prole. Mas apenas por apparencia; porque seu filho, Fernam de Goes, depois de cumprida a missão, abalou directamente para o paço da rainha, a combinar secretamente a sua viagem para o Crato.

Na ante-vespera do dia de Todos os Santos, D. Leonor sahiu, (1440) com os seus confidentes, por uma porta secreta, do castello de Almeirim, e chegou, ao anoitecer, acolytada dos filhos do prior e seu sequito, ao Crato. Com penosa reluctancia deu a rainha este passo, de que diligenciara dissuadil-a, viva e energicamente, o dominicano João, seu confessor, ancião de elevado saber, pureza de costumes e de grande experiencia da vida. Suas advertencias pareciam celestes inspirações, suas perspectivas da futura sorte de Leonor, no estrangeiro, resultaram prophecias[1]. A rainha foi arrastada pela promessa cedida, pelos conselhos dos seus companheiros, pela força do momento decisivo; mas as palavras do velho dominicano gravaram tão profundamente em sua alma que, mais tarde, no exilio, escolhido pela infeliz, em horas angustiosas, a exprobaram pelas ter desprezado, torturando-a a sua consciencia com as mais acerbas censuras.

Logo que teve a certeza da partida da rainha, o regente informou d'isso seus irmãos, os grandes, as cidades e villas do paiz, intimando-os a conservarem-se promptos e armados para servir o

[1] Pina, cap. 64.

rei e defender o reino; porque estava convencido de que a rainha por si só não ousaria dar este passo, se não tivesse podido contar com uma activa cooperação da parte de Castella e Portugal. Para conservar na obediencia as comarcas de que suspeitava, o regente colloca á frente d'ellas os infantes D. Henrique e D. João e outros homens de sua confiança. Ao mesmo tempo escreveu (por seu proprio punho) á rainha, pedindo-lhe o de voltar, promptificando-se, n'esta hypothese, a seguir suas ordens. Tambem utilisou a presença da embaixada de Castella em Santarem para se justificar a si proprio e ella influir n'este sentido com a soberana. D. Leonor, porém, enviou logo que attingiu o Crato, cartas, escriptas ainda em Almeirim, a todo o reino, sobre cujo texto se desculpava da sua transferencia de habitação, onde produzia lastimas da rudeza do infante, censurava a sua fórma de governar e pedia para lhe ser entregue nóvamente a regencia. Deixando n'este rógo transparecer leve ameaça de uma guerra inevitavel, acompanhada de varias desgraças, esperava que ferisse, mais forte, a impressão das suas lettras. Mas taes missivas fôram mal recebidas, em toda a parte, pelo povo; e seus portadores aqui e alli maltractados. O regente, profundamente offendido por aquellas calumnias, dirigiu, para sua justificação, uma carta á cidade de Lisboa, «como capital do reino.» Seguidamente teve conhecimento, por mensageiros aprisionados e cartas interceptadas, da intenção da rainha e do prior em chamarem forças de Castella em contra de Portugal, em abastecerem as fortalezas com armas e munições do estrangeiro e em promoverem, no reino mesmo, motins. Ainda que o inverno começara já, resolveu o regente, de accordo com os infantes, apoderar-se, á força, do Crato e outras praças fortes, tomando desde logo as necessarias disposições. Um edito, publicado em nóme do rei, ordenou a todos que tinham ido para o Crato o de se retirarem d'alli, no praso de dez dias, sob pena de morte e perda de bens; com excepção apenas de vinte pessoas pertencentes á comitiva da rainha. Como a praça não estava sufficientemente provida de forças e munições e o conde de Barcellos tão pouco, como os outros fidalgos da Beira, dava cumprimento ás suas promessas de as fornecerem, D. Leonor viu-se sériamente embaraçada. Quando o seu pedido, junto do infante D. João, de suspender a barreira, nos districtos proximos, foi re-

jeitado; quando se viu cortada das povoações visinhas; illudida pelos seus partidarios e alliados, não enxergou outro refugio senão a esperança no auxilio de Castella. A troco das suas joias e preciosidades, comprou D. Leonor o auxilio de alguns cavalleiros castelhanos, os quaes, porém, pelas suas invasões e saques nas localidades limitrophes de Portugal, apenas acarretaram sobre si a maldição do povo e augmentaram a aversão d'este para com a rainha. O regente apressou, pois, a sua partida, com um consideravel exercito, de Santarem para Avis, onde se devia reunir, segundo o accordo, com o infante D. João, e os condes de Ourem e Arrayolos, filhos do conde de Barcellos.

Em caminho soube o regente até que ponto chegavam a vingança e as intrigas da rainha. De concerto com o rei e rainha de Castella, os reis de Navarra, Aragão e Napoles, pedira ao papa o de recusar a dispensa sollicitada para o consorcio do rei D. Affonso com a filha do regente. Eugenio IV, que não queria contrariar tantas testas coroadas, achou uma evasiva, dando aos embaixadores do regente, em segredo e verbalmente *(vivae vocis oraculo)*, a permissão para o casamento e concedendo só mais tarde a auctorisação solemne por meio de uma bulla. Com certa alegria recebeu, ao mesmo tempo, o regente a noticia de que estes mesmos embaixadores tinham obtido do pontifice a isenção da Ordem de cavalleiros de Avis —da de Calatrava, e da Ordem de Santiago em Portugal—da de Ucles em Castella; e de que os reis d'aquelle Estado haviam sido ameaçados com as mais graves penas espirituaes, se, de futuro, ousassem, como atélli, protestar contra similhantes medidas. D. Pedro considerou aquella concessão do papa tanto maior quanto seu pai e irmão, os reis D. João e D. Duarte, haviam trabalhado activamente para a obterem mas sempre debalde, mercê da pertinaz resistencia por parte de Castella.

Chegado a Avis, reuniu-se ao infante e aos condes e deliberou com elles sobre as outras medidas a exercer. Por proposta de D. João, foi decidido, antes de seguir para o cêrco do Crato, convidar novamente D. Leonor, com o respeito devido a uma viuva e mãe de um rei e assegurando-lhe todas as garantias, a volver para os seus dominios. Ella, porém, estava resolvida, quando soube que

os infantes tencionavam sitiar o Crato e que o conde de Barcellos, tão pouco como os outros fidalgos, não se topava disposto a defendel-a, estava resolvida mas a partir immediatamente para Castella. Assim, demorou apenas o seu proposito, para, quando chegasse o regente com suas forças, dar a apparencia de què fugira do reino por medo de ficar prisioneira. Com este passo esperava tornar o regente mais culpado e odioso aos olhos dos portuguezes. No dia 29 de dezembro de 1441, sahiu do Crato, ao romper do dia, acompanhada apenas de alguns dos seus partidarios, que nunca mais deviam vêr sua patria (o prior falleceu, logo no anno seguinte, em Zamora). Os que ficaram, não podendo sustentar a praça muito tempo contra um exercito de 12:000 homens, com poderosa artilheria, entregaram-a ao regente, que confiou a sua defesa ao infante D. João. Henrique de Castro foi nomeado, em nôme do rei, prior do Crato.[1]

O conde de Barcellos, o auctor de tantas perturbações na côrte como no paiz, ainda ousou resistir. Afim de resolver sobre as medidas a tomar contra o conde e contra as insurreições que os fidalgos do partido de D. Leonor haviam excitado na Beira, correu D. Pedro, com numerosa força, para esta comarca; consultou seu irmão em Lamego e resolveu, alliado a elle, passar o Douro e exercer o seu cargo como defensor do reino. O conde aconselhou a rainha a penetrar novamente em Portugal, mas abandonou-a, censurando seus irmãos de negligentes, quando elle proprio se viu em aperto. Ameaçado pelas forças dos infantes, pensou em levantar o desfallecimento dos seus guerreiros pela soberba teimosia e desprezo para com seu adversario, mandando significar ao regente, por seu filho, o conde de Ourem: «que não tentasse a passagem sobre o Douro, porque o não consentiria». D. Pedro ficou tão indignado que o conde de Ourem, receoso pela honra e posição de seu pae, lhe mandou pedir que cedesse; mas debalde. Em seguida, o regente dispõe-se a passar, com suas forças, sobre uma ponte de barcas, e o conde de Barcellos avança, com o seu exercito, para evitar e impedir a travessia. Pediu então o conde ao regente que não se adeantasse, porque ia fazer novo tentamen para reconduzir seu pae á obediencia. O regente louvou o joven fidalgo pela sollicitude em salvar seu pro-

[1] Pina, cap. 70-74.

genitôr. «Pòrque entre as muitas virtudes que o infante possuia, diz o seu chronista, se registrava em alto grau a qualidade de saber conter-se em occasiões de colera e de ceder pelos rogos e mediações de pessoas de bons sentimentos». Em virtude das representações do filho, o velho conde resolveu-se, finalmente, determinado mais pelo perigo manifesto do que pela sua convicção, a partir para Lamego, onde foi recebido honrosamente pelos infantes, que sahiram fóra da cidade ao seu encontro. O antigo rancôr parecia que se tinha evaporado; os abraços repetidos, os mutuos termos de conciliação e estima, que afugentavam n'este lance aquelle sentimento, recebeu-os o povo com agrado e alegria; e o arcebispo de Braga, que era presente, entoou, com voz clara, o principio do psalmo: «*Ecce quam bonum et quam jucundum, habitare fratres in unum*»; porque elle considerava a concordia d'estes senhôres uma garantia da paz e tranquillidade do reino. Depois de terem entrado na cidade, fins de fevereiro de 1441, discutiram seus assumptos e D. Pedro ouviu com benevolencia as desculpas do conde, que promettera de futuro «obedecer-lhe, reconhecêr a regencia e abandonar a rainha.» O arcebispo de Lisboa, cunhado do conde, que vivia no exilio em Castella, devia ser reintegrado em sua dignidade; não fallando em outras graças que o regente concedeu ao adverso. Egualmente concordaram em se tractar immediatamente do matrimonio ou, pelo menos, dos esponsaes do rei com a filha do principe. As côrtes, que pouco depois fòram convocadas para Torres Vedras, confirmaram unanimemente esta união e concederam para tal fim uma importante somma. O rei ultimava 10 annos de edade quando se celebraram os esponsaes em Obidos, a 15 de agosto de 1441.

Por este mesmo tempo o regente fez nova tentativa para se reconciliar, por intervenção do conde de Barcellos, com a rainha, que vivia em Madrigal. Mas ella persistia, em toda a extensão, nas suas primitivas exigencias, confiada no poderoso influxo que seus irmãos exerciam em Castella, depois de haverem affastado da côrte o seu terrivel adversario, o condestavel Alvaro de Luna. Entretanto, no meio das esperanças e pretensões com que se illudia e era illudida, ia cahindo na pobreza e indigencia. Quanto trouxera em joias e preciosidades de Portugal, tudo deu para comprar guerreiros e sustental-os e com que seus irmãos alimentavam as esperanças d

sua irmã, emquanto que elles se serviam d'estes mercenarios para seus proprios fins, em Castella.[1]

Mais espontaneo, mas não melhor succedido foi o auxilio que lhe prestou o rei de Castella, enviando, repetidas vezes, embaixadores a Portugal para coadjuvar, óra com rogos óra com ameaças, as pretensões e exigencias da rainha. Pouco conseguiram do regente e peoraram até sua causa perante o povo. O infante mostrava-se continuadamente prompto a restituir todos os seus dominios á rainha, quando voltasse, e a conceder-lhe a livre educação de seus filhos. Mas nas côrtes de Evora de 1442 foi determinado, unanimemente, pelos tres Estados, que a rainha perdera o direito a tudo que possuisse no reino e que lhe fôsse recusada a entrada em Portugal, em parte por causa dos guerreiros estranhos que ella, como inimiga do paiz, sollicitara de Castella e com que causara tantos prejuizos, em parte por motivo da má vontade e odio que manifestava contra os nobres da nação, nos quaes contava vingar-se, com o auxilio do filho.

De uma fórma mais ameaçadora que o rei de Castella se apresentaram os infantes de Aragão, enviando ao regente uma embaixada (suppunham ser a ultima), compósta de castelhanos de elevada posição, conduzindo em sua comitiva arautos e trombetas para atemorisar o povo portuguez. Em caso de resposta negativa, deviam intimar desde logo o reino a uma guerra «a fogo e sangue» (como Nunez de Lião se expressa).[2] Por proposta dos infantes, as côrtes de Castella haviam concedido uma determinada somma para sustentar a rainha de Portugal em suas pretenções. As ameaças pareciam tornar-se mais sérias.

D. Pedro, na duvida de a que ponto chegariam os meios e intenções dos infantes, não estava socegado; apenas tinha a escolha entre pugna aberta ou retirada vergonhosa. Para colher tempo, inquirir da disposição do povo e arredar de si a responsabilidade, declarou aos embaixadores que o assumpto avultava de tanta importancia que não podia ser resolvido sem o consentimento das côrtes; melhor seria esperar pelas suas deliberações, que para isso as

[1] Pina, cap. 77.
[2] Cap. 12.

ia convocar. Esta resposta foi summamente agradavel para os embaixadores, porque a sua verdadeira missão consistia em espalhar terror e receios no paiz.[1] Por virtude de ordens de D. Pedro, que desconfiara, provavelmente, de seus intentos e que, por meio de medidas energicas, pensava descobrir em toda a sua nudez as suas ameaças, os infantes D. Henrique e D. João partiram para as respectivas comarcas; collocaram as praças fortes em estado de defesa e tomaram as suas disposições como se já estivesse declarada a guerra. Qualquer commercio com Castella se interrompeu. Depois do regente haver recolhido todas as opiniões, por escripto, dos principaes do reino, segundo costume, partiu, bem como a embaixada, para Evora, onde se reuniram os Estados do reino em janeiro de 1442.

Quando os embaixadores apresentaram suas soberbas exigencias em parlamento, profunda indignação se apossou da assembléa. Exigiu-se a guerra. Depois de maduro ponderamento e tranquilla deliberação, decidiu-se entregar tudo á circumspecta prudencia do regente. Com o consentimento dos procuradôres e dos grandes ausentes, a quem sollicitara seu alvitre, o regente respondeu: «que não podia corresponder aos desejos dos embaixadores. A guerra entre parentes e amigos tão chegados era-lhe dolorosa; se o rei a quizesse começar injustamente, elle então pouco se demorava, porque iria receber o monarcha no campo, não o aguardando entre as paredes do aposento. Esperava da justiça de Deus sahir tão vencedor d'esta lucta como seu pai emergira victorioso de outra similhante». Com tal resposta o regente despediu os embaixadores, que, apezar das suas anteriores ameaças, não annunciaram, todavia, a guerra.

Era, de facto, uma singular cegueira, uma ridicula ameaça, com que, por parte de Castella, ainda mais uma vez se representou a mesma comedia das negociações.[2] As queixas que a rainha fez junto de seus irmãos quando a embaixada, remettida sob o auspicio de tantas esperanças, voltou humilhada e sem resultado algum, moveram os infantes aragonezes a produzirem nova tentativa, a que contavam emprestar mais força com eguaes exigencias que as côrtes de

[1] Pina, cap. 79.
[2] Idem, cap. 80.

Castella apresentaram ao regente. Comquanto em Portugal já se haviam desillusionado pela anterior embaixada e as ameaças castelhanas houvessem perdido a sua força, graças da manifesta inutilidade, a nova missão gestionou tanto que o regente se promptificou, ainda que a isso não fôsse obrigado, a restituir á rainha o seu dote e tudo que possuisse no reino, com tanto que não fôssem bens da corôa, e, além d'isso, a offerecer a seus servidores dois mil dobrões em ouro, a titulo de indemnisação. Depois da volta da embaixada, o rei de Castella reuniu os grandes do reino, para deliberarem em commum, congresso a que assistiram os infantes e a rainha D. Leonor. As opiniões sobre a declaração de guerra ou conservação da paz dividiam-se. Levantou-se o conde de Haro e provou, com fundamentos frisantes, que os tractados existentes entre Castella e Portugal não permittiam ao rei encetar hostilidades a prol da rainha D. Leonor, por mais proximas que fôssem as relações de parentesco entre as duas casas; só pedindo, poderia ser util n'este assumpto. Muitos dos senhôres presentes approvaram similhante opinião. Em seguida, o conde dirigiu-se á propria rainha: « A dedicação que até então lhe mostrara, e a seus irmaõs, devia assegurar-lhe a sinceridade do seu conselho. Ella se encontrava n'um erro perigosissimo julgando poder com algum successo entrar animadversamente em Portugal, contra a vontade dos infantes lusitanos, que eram estimados pelo povo. Poderia colher odio, mas não affeição, se penetrasse a ferro e fogo n'aquelle paiz, não olhando aos graves sacrificios que tudo custaria a Castella. Emquanto que o infante D. Pedro seria coadjuvado pelo condestavel de Luna e pelo grão-mestre de Alcantara, seus alliados alli, resultariam os principes aragonezes poderosos bastante para guerrear Portugal e, ao mesmo tempo, seus inimigos em Castella? Os portuguezes eram valentes, fieis e contrarios a jugo estrangeiro e, por isso, ainda que dispersos em partidos, estariam unidos por *uma só* vontade e possuidos de *um só* espirito contra o inimigo castelhano. Mas tambem os hespanhoes difficilmente deixariam entregue ao rei D. Affonso ou a ella o reino de Portugal, caso fôsse conquistado. Além d'isso, o monarcha presente, que enviara, a seus impetuosos rogos e de seus irmãos, aquella embaixada a Portugal, era desfavoravel a uma guerra tão pouco vantajosa á sua honra e á do reino.» «Por isso, concluiu o conde, é

opinião minha, soberana!, que deveis acceitar, para vosso socego, qualquer proposta justa que vos seja feita por parte de Portugal; porque, do contrario, estai certa de que tereis cada vez maior prejuizo e pezar.».[1]

Estas representações de um homem tão circumspecto como sincero, e que fôram applaudidas por muitos da assembléa e pelo rei, produziram seu effeito; D. Leonor teve de se submetter a ellas e ás circumstancias imperiosas. Novamente se enviou uma missão a Portugal, (1442), afim de exigir, a bem da rainha, uma quantia consideravel, para seu sustento e de seus addictos. A decidir sobre esta exigencia, devia e quiz o regente congregar as côrtes. Antes, porém, de serem convocadas, falleceu D. Leonor.

Seus ultimos dias fôram cheios de amargura. A nova elevação do condestavel Alvaro de Luna teve como consequencia a queda de seus irmãos, e D. Leonor, mal vista pelo rei e pela rainha, abandonara a côrte, retirando-se para Toledo. Aqui chegou a tal miseria e desgraça que lhe foi preciso sustentar-se das dadivas, em dinheiro e mantimentos, que lhe offereciam alguns prelados castelhanos e damas nobres. Prostrada pela magoa de todas as suas esperanças, illudidas; abandonada pela côrte e entregue á caridade de particulares; soffrendo na obscuridade, viu fechadas em Castella todas as perspectivas. Sentiu-se então, como nunca, attrahida para o paiz a que deveu outr'ora uma melhor existencia e diligenciou, afim de poder para lá volver, alcançar, por intermedio do conde de Arrayolos, uma conciliação com o regente. Não desejava o regresso para Portugal como rainha e acabar alli em seus terrenos a sua vida assim, mas como uma irmã mais nova do regente, sujeita totalmente á sua vontade e contentando-se com o que elle lhe concedesse. D. Pedro, cujo coração nunca se recusava a sentimentos ternos e conciliadores, tomava já todas as disposições para corresponder ao desejo da rainha quando teve conhecimento da sua morte (em Toledo no dia 19 de fevereiro de 1445).

Morreu repentina e inesperadamente, não sem a suspeita de ter sido envenenada. As pessoas que viam em D. Pedro apenas o adversario da rainha, e que não conheciam o homem, attribuiam-lhe

[1] Veja-se todo o discurso em Pina, cap. 80.

um crime, que, no tempo em que a imperante era terrivel pelo seu poder, lhe redundaria, pelo menos, proveitoso, mas que, n'esta occasião d'agora, em que a abandonada e desamparada implorava a compaixão e auxilio do regente, lhe resultava tão inutil como horrendo. Tal acção era egualmente estranha aos seus sentimentos e conducta. Ninguem nobre nutria sequer a mais leve sombra de suspeita.[1] Mas espalhara-se o boato de que o condestavel Alvaro de Luna a fizera envenenar (por via de uma mulher de Ilhescas, que tinha grande accesso junto da rainha D. Leonor), receando que ella promovesse a entrada de seu irmão Henrique em Toledo, d'onde fòra expatriado. O boato parece merecer algum credito, por quanto quinze dias depois tambem sua irmã, a rainha D. Maria, morreu envenenada, como se affirmava, por instigação de Luna.[2]

Sobre um espirito como o de D. Pedro deviam a morte de D. Leonor e a lamentavel mudança de sua sorte operar uma certa impressão. Duros golpes nos ultimos annos, durante que a morte lhe roubou algumas pessoas de familia, o fizeram ainda mais accessivel a taes movimentos. Em junho de 1443 recebeu a noticia do obito de D. Fernando, o infeliz irmão—uma noticia tanto mais dolorosa quanto peor aterradoras eram as circumstancias sob que desceu ao tumulo. Ainda não correra um anno quando um passamento prematuro lhe arrebatava do lado, (fins de outubro de 1442), seu irmão mais novo, o estimado D. João, homem de brilhantes qualidades e muitas virtudes, que, durante vida, ardia de zelo pelo bem commum e pela gloria da patria. Sua perda considerou-se uma desgraça publica, profundamente sentida e lamentada por muitos. O mais ferido foi D. Pedro; porque, pela rara combinação, em ambos, de suas inclinações, opiniões e maximas, apertava, ainda mais fortificado, o vinculo do amor fraternal que prendia os dois. O desgosto o fez cahir no leito; adoece; approxima-se da treva. Sempre com a imagem de D. João incrustada no espirito, dedica todo o amor, que dispensara a seu irmão em vida, depois do seu trespasso, a seus filhos, cuidando paternalmente d'elles. A filha mais velha, D. Isabel, que tanto se distinguia por belleza e virtudes, ca-

1 Lião, cap. 13, pag. 157.
2 Pina, cap. 84.

sou com o rei Juan II de Castella; o fructo d'esta união foi D. Isabel, futura esposa de Fernando, o Catholico. Do matrimonio da segunda filha do infante, D. Beatriz, com o irmão do rei D. Affonso, o principe D. Fernando, nasceu D. Manoel, que, no futuro, subiu ao throno portuguez. A terceira filha, D. Filippa, morreu solteira. Ao filho do infante, D. Diogo, concedeu o regente, desde logo, o grão-mestrado de Santiago e a dignidade de condestavel, com tudo quanto seu pae possuira.

Morreu ainda muito novo, já no principio do anno de 1443. A dignidade de condestavel foi depois conferida, pelo rei D. Affonso, ao filho mais velho do regente D. Pedro, a pedido do progenitôr. Mas o conde de Ourem levantou pretenções a este cargo, como dignidade hereditaria, que lhe pertencia por parte do seu avô Nuno Alvares Pereira. Debalde o regente lhe representou que o rei a conferira a seu filho; debalde recorda Braganza e o castello do Outeiro, que o conde recebera pouco antes, como dadiva; lembrou-lhe que, por morte de seu pae, já de edade muito avançada, entrava na posse de um ducado e tres condados, possessão essa consideravel n'um tão pequeno Estado como Portugal. Pediu-lhe, por estas razões, que cedesse aquella dignidade a seu filho. Debalde. O ambicioso e invejoso conde possuiu-se de uma tão profunda raiva para com o regente que nunca mais lhe passou a porta, não voltando a apparecer na côrte em quanto aquelle governou. Não foi bastante. Seu odio implacavel perseguiu sem cessar o regente com calumnias e malicia traiçoeira; e, ainda não satisfeito com a morte sangrenta d'este, lhe envenenou o objecto mais precioso que deixara, a pureza da sua memoria, bem como a bôa reputação de sua filha, senão a ella propria.

2) Acontecimentos desde a morte da rainha D. Leonor até ao fallecimento do infante D. Pedro

D. Pedro, tencionando entregar o governo a D. Affonso, então de 14 annos de edade, é convidado por este, na assembléa dos Estados do reino, a continuar na regencia. As intrigas de seus inimigos obrigam o infante a renunciar á regencia. Seus defensores. Calumnias e perseguições contra D. Pedro pelo duque de Braganza e pelo conde de Ourem. Guerra contra o infante e fuga do duque. Proscripção do infante. O conde de Abranches. Tentativa, frustrada, da rainha para conciliar o pae e o marido. O rei avança com um exercito contra o tio. Batalha do rio de Alfarrobeira e morte do infante. Adoece a rainha D. Isabel; seu obito. Caracter e espirito de D. Pedro.

Quando D. Affonso alcançou a edade de quatorze annos e que, segundo o uso do reino, podia tomar as redeas do governo, o regente resolveu fazer-lhe a respectiva entrega. Em uma reunião solemne dos Estados do Reino que elle convocou, para Lisboa, no começo do anno de 1446, com este fim, realisou-se a entrega, depondo o regente, de joelhos, nas mãos do rei a vara da justiça, symbolo do poder supremo. Em seguida o monarcha retirou-se á sua camara, seguindo-o os infantes e muitos grandes do reino. Depois de D. Pedro ter fallado durante algum tempo com o autocrata sobre a fórma como elle devia reger no futuro e ter sido escutado attentamente, o rei lhe pediu que continuasse com o governo, como até'lli, em seu nôme, até que elle proprio estivesse em condições de o acceitar; receava não ter ainda forças para desempenhar só e sem auxilio de outrem um cargo tão elevado. Tres dias depois houve nova reunião em que o doutor Diogo Affonso Manga-Ancha, que, em nôme de D. Pedro, pronunciara o discurso de despedida, estava incumbido de manifestar os sentimentos e ideias do principe. D. Affonso declarou, pela bôcca do orador, que seu tio lhe cedera o governo; descreveu os serviços que o regente prestara a seu prol e do reino; e ao louvor que lhe teceu juntou a expressão do mais profundo reconhecimento. Para sua maior glorificação, devia a relembrança de seus serviços considerar-se e conservar-se «como um verdadeiro testemunho das obrigações de que D. Affonso e seus descendentes eram devedôres ao infante»; agradeceu a seu tio as boas instrucções que lhe déra, a estima e affeição que sempre lhe dispensara. Como ainda, porém, não tinha a edade e experiencia para, sem perigo, poder governar sósinho o reino e assim precisasse de um au-

xiliar que o instruisse e coadjuvasse e, como, por todo o reino, em todas as referencias, nenhum outro fôsse mais proprio do que o infante D. Pedro, espontaneamente e sem impulso estranho o escolhera para gerir, com elle, o reino, até que elle proprio se visse apto. Ordenou a todos o de prestarem ao infante toda a obediencia. Ao mesmo tempo o rei fez que o seu consorcio com a filha d'aquelle fôsse confirmado pelos grandes do reino e deputados que se achassem presentes, e declarou que esta união era altamente desejada. Os esponsaes, que celebrara em Obidos durante sua menoridade, representavam agora, chegado á maioridade, sua livre escolha.[1] Mas quão repentinamente diminuiria o brilho da nova estrella de D. Pedro!

Com certo despeito, seus adversarios, o conde de Barcellos, desde 1443 duque de Braganza, seu filho Affonso, conde de Ourem, o arcebispo de Lisboa e seus partidarios souberam que o infante tomava de novo as redeas do governo. O proprio duque bastante trabalhou nas côrtes para evitar isto. Mas o joven rei ainda consagrava estima e dedicação a seu tio, seguindo innocentemente a bondade natural do seu coração. Entretanto, os inimigos de D. Pedro trabalhavam, sobretudo o duque e o conde de Ourem, secreta e incansavelmente, para indispôrem D. Affonso contra seu tio; e conseguiram excitar a desconfiança contra elle, por meio de odiosas insinuações. Obrigaram, finalmente, o flexivel adolescente a convidar o infante á renuncia da regencia, porque desejava gerir agora elle só. D. Pedro, a quem não escapou a mudança dos sentimentos do rei e que comprehendeu quaes as influencias estranhas que incidiam em acção, replicou: «que fazia a deposição exigida muito mais voluntariamente do que o tinham feito acreditar ao soberano. Porque, quando nas ultimas côrtes se recusou a acceitar pela segunda vez o governo e que foi constrangido a o acolher, bem percebeu que Deus dotara o rei com bastante circumspecção e capacidades para governar só, e sem auxilio estranho. Como era esta sua vontade, lhe pedia para rectificar, com a entrega do governo, o seu consorcio, porque attingira a edade necessaria, e sua posição e honra assim o exigiam.» O rei deu o seu assentimento; fixou-se logo a época em que se devia celebrar o matrimonio, tomando-se as necessarias dis-

[1] Pina, cap. 86.

posições. Mas, por incitamentos dos inimigos do infante, especialmente do arcebispo de Lisboa, que, durante as noites, entretinha conversações com o rei, este, desprezando o convenio estabelecido com o tio, pediu-lhe que antes do praso estipulado deixasse a regencia, porque desejava, conforme exigiam sua honra e dignidade, antes de casar-se, governar durante algum tempo sósinho. Para não causar maior mal, D. Pedro, renunciou immediatamente ao logar de regente e absteve-se, desde esse instante, de qualquer acto relativo ao governo do reino. Em maio de 1447 mandou o monarcha estabelecer sua côrte em Santarem e festejou simultaneamente o casamento com a filha do infante, mas sem a pompa como este desejara e tinha preparado.

O duque de Braganza, depois de conseguir que o rei suspeitasse do infante, trabalhou tambem para o desacreditar perante o povo, tornando-o odioso. Acompanhado de força armada, partiu de Chaves; marchou para o Porto, Guimaraens, Ponte de Lima e outros logares d'esta comarca; depôz, em toda a parte, os partidarios do infante, dos cargos que tinham recebido do rei, ultrajava-os e repellia-os como traidores á patria; e collocou, fingindo possuir-se de receio das hostilidades do regente, guardas nas localidades e burgos, como se o autocrata tivesse já declarado guerra contra seu tio. O infante possuiu-se de profunda indignação e pezar quando recebeu noticia d'estes successos, pois era exactamente na pureza e rectidão de seus sentimentos, na sua lealdade inalteravel, agora tão maliciosamente desacreditados, que elle depositava tão elevado apreço. Mas a mais sensivel offensa lhe foi preparada quando de uma maneira repugnante lhe recusaram o unico meio de se defender, de salvar sua honra e demonstrar a injustiça soffrida,—o accesso junto do rei.

Por este tempo encontrava-se na côrte do monarcha um fidalgo portuguez, na qualidade de protonotario pontificio, mancebo de grande dextreza de espirito, que adquirira durante sua estada na côrte romana, possuindo alguns conhecimentos scientificos, elocução prompta e facil, grande finura e, sobretudo, profunda dissimulação—um homem para o conde de Ourem e para o duque de Braganza. A seus rogos, elle vai para a côrte, onde, instruido primeiramente por elles, semeou activamente a discordia entre tio e

sobrinho, sob o pretexto de tractar os negocios de que estava encarregado, por parte de Roma. Seu zelo apparente pela causa de D. Pedro, a affeição que dissimulava seduziram o infante; o habil politico em breve se torna commensal d'este, seu constante companheiro na caça e em casa. Em seguida, passava-se secretamente para junto do rei, onde seu olhar prescrutador e sua malicia inventiva achavam e preparavam materia bastante para fecundar no joven e incauto coração do monarcha o germen da desconfiança e suspeita, semeado contra o tio. Que este meditava qualquer mau passo contra o sobrinho, para governar só e para elevar seus filhos, facil foi ao astucioso fazel-o acreditar ao imperante, porque se dava para com o rei como um grande admirador e partidario do infante, que lhe dera provas varias do seu favôr. Mas mais que o infante, acrescentou, se julgava obrigado, como bom portuguez e leal vassallo, para com o autocrata. Ninguem prejudicou então tanto o infante e a sua causa como este intriguista.[1] Enleou e dispôz o moço rei de fórma que exercia sobre elle qualquer impressão que lhe conviesse. Foi quem fez partir o monarcha para Torres Novas, afim de conferenciar com o conde de Ourem. Foi aqui que proseguiu a cultura do terreno, tão diligentemente preparado pelo protonotario. O conde representou ao rei quão prejudical seria para sua honra se o infante permanecesse na côrte. Todos julgavam que este governava só e por isso obedeciam apenas a elle e respeitavam-o mais do que ao rei! Por estas e outras razões (indicadas pelo conde), devia affastar da côrte o infante e, para não causar tanto reparo, em vez de volver para Santarem, que mandasse notificar-lhe a sua resolução por outra pessoa. O rei concedeu a despedida, não na fórma apresentada, que significava cobardia e ingratidão; elle proprio noticiaria a D. Pedro a sua demissão. Quando ao infante foi participado o proposito do rei, que no caso de desobediencia reuniria as forças da comarca, D. Pedro decidiu realisar voluntariamente o que era forçado a fazer. De rosto alegre, occultando a acerba dôr que lhe causara tal offensa, se apresentou ao rei. «Senhor!, lhe disse, dez annos exerci o cargo, que me fôra confiado por Vós e pelo povo, segundo o meu melhor saber e minhas forças; e durante o percurso d'este tempo

[1] Pina, cap. 89.

pouca attenção prestei ás minhas propriedades. Como todos sabem, soffri, pela minha ausencia, grande prejuizo nos meus bens. Deus Vos deixou alcançar a edade e capacidade precisas para governardes Vosso reino, até outro inda maior; permitti-me, por isso, que me retire e me vá consagrar ao cuidado pelas minhas fazendas. Se qualquer assumpto importante reclamar a minha presença, mandai-me chamar. Reconhecereis então, em tudo, que eu, mais que todos os vossos vassallos, Vos amo e Vos sou fiel e obediente». D. Affonso quedou bastante satisfeito pelo rogo do infante, que poupou ao rei o desgosto de noticiar ao tio sua demissão. A alegria de se ver livre de um tal compromisso; a vista d'aquelle homem, que considerara por tantos annos com amor e respeito; os poderosos sentimentos que n'este instante, assaz grave, brotavam espontaneamente de um coração illudido, mas não corrupto, transformaram momentaneamente o mancebo, cahindo em si mesmo. Com verdadeira commoção, segundo parecia, D. Affonso confere a desejada demissão; viu com pezar affastar-se o nobre principe, profundamente offendido; e ordenou que lhe fôsse passada uma solemne confirmação, que approvava e sanccionava tudo quanto o infante ultimara durante o completo tempo da sua regencia em nôme do rei.[1] Quanto maior se apresenta a culpa dos conselheiros regios, quando em taes momentos se patenteia em toda a sua bondade natural a alma de D. Affonso, lançando o seu raio, brilhante de luz, sobre seus manejos nas trevas!

Pelos fins de julho deixou o infante, acompanhado de seus filhos e servos, a cidade de Santarem, com destino a Coimbra. Logo que seus adversarios viram desoccupado o terreno, dirigiram-se á côrte, o conde de Ourem, o arcebispo de Lisboa e o conde Sancho, com outros, de seus partidos, a continuar, na maior audacia, a obra encetada. Sem temor pela voz julgadora no homem e sobre o homem, elles perseguem a sua victima em todos os terrenos e com todos os meios que o odio, a vingança e a malvadez podiam inventar. D. Affonso, o mancebo illudido, indignamente enganado, tornou-se seu instrumento; seu bem o do povo, escudo sob o qual occultavam e proseguiam suas paixões e planos. Induziram o rei, sob o pretexto de introduzir melhor administração da justiça e dos

[1] Pina, cap. 89.

rendimentos publicos e de assegurar a sua propria vida, a depôr os servos e partidarios do infante dos seus logares, apresentando-lhe falsos attestados, em que este prevaricara n'um julgamento, outro desviara dinheiros publicos, um terceiro tentara envenenar o monarcha, cada qual conforme a occasião e o cargo lh'o offereciam. Por meio de ameaças ou recompensas, forçaram pessoas estranhas a depôrem segundo o que elles desejavam; instigaram os servos da rainha D. Leonor a reforçar suas queixas contra o infante, addicionando accusações inauditas, remontando, finalmente, suas venenosas calumnias, compilando uma série de increpações contra o infante, nas quaes diligenciavam demonstrar que matara, por ambição, o rei D. Duarte, ordenara o envenenamento de sua cunhada D. Leonor e de seu irmão D. João e outros eguaes aleives. Testemunhas subornadas houveram de confirmar o contheudo d'aquelles themas. Bem sabiam seus perseguidores que D. Pedro, emquanto vivesse, seria para temer. Conheciam sua auctoridade para com o povo; o amor e dedicação que os municipios (que n'elle viam a victima de seus bons sentimentos) lhe consagravam; o poderoso esteio que seus filhos adolescentes lhe forneciam; a efficaz impressão, facil de renovar, que sua personalidade exercia sobre o joven e accessivel rei; principalmente, por ultimo, o poder sereno, mas irresistivel, que a rainha, sua filha, devia adquirir successivamente, pelas suas virtudes, sobre o imperante, se, por ventura, um penhor de sua affeição viesse estreitar os esposos mais intimamente. Foi por isso que os adversarios de D. Pedro se apressaram a passar ao extremo, saltando, de leves insinuações e calumnias, logo para accusações abertas, graves e capitaes. O infante foi estygmatisado de envenenador, fratricida e regicida.

Sabendo D. Henrique, que se encontrava no Algarve, quanto seu irmão D. Pedro era calumniado e perseguido, partiu para Lisboa, para onde fôra tambem o rei, vindo de Santarem. Diligenciou defender o infante, mas não com a firme resolução e a decidida energia, devidas a seu nobre irmão, que o mundo esperava d'elle e que lhe era facil desenvolver.[1] Que teria a recear (se, por ventura,

[1] Segundo Pina, cap. 90, pag. 362. Mais asperamente censura Nuno de Lião: *mas elle, ou pella sequidão de sua condição, ou frialdade, o fez tão re-*

o pouco zelo pelo seu dever e amor fraternal o fazia *recear)* elle, o independente, que só por si era responsavel? O peior que podia occorrer ao decidido defensor do irmão succedia tambem ao tibio e indolente. O arcebispo de Lisboa e o conde de Ourem, com outros, de seu partido, que temiam a sua auctoridade no reino e a confiança que o rei lhe dispensava, o apresentaram como cumplice de D. Pedro, accusando-o dos mesmos crimes, tornando-o assim suspeito.

Com caracter mais decisivo e energico se apresentou o conde de Abranches, Alvaro Vaz de Almada. Como partidario declarado do infante D. Pedro e adversario do conde de Ourem, não foi recebido, vindo n'aquella occasião de Ceuta á côrte, pelos grandes, como mereciam seus serviços a favor do paiz e do rei. Por isso, talvez impellido d'um sentimento de orgulho pessoal, elle defendia, com coragem intrepida e nobre generosidade, a honra e conducta de D. Pedro perante o rei e a côrte, em publico e em reuniões reservadas; censurava com grande audacia as venenosas calumnias, as traiçoeiras intrigas, os falsos testemunhos com que se perseguia injustamente o infante.

Debalde insistiam seus inimigos com o rei para que não prestasse ouvidos ao conde, antes o expulsasse do reino. D. Affonso, que amiudadas vezes ouvira dizer a D. Henrique que o conde era o cavalleiro mais corajoso e mais habil no manejo das armas em Hespanha, e que possuia predilecção para grandes emprezas de guerra, gostava, pelo contrario, de ouvir fallar o muito festejado guerreiro. Imaginaram, por isso, um ardil para conseguirem que elle se affastasse voluntariamente. Alguns dos seus amigos combinaram-se para o aconselhar a deixar a côrte, afim de não assistir a uma deliberação publica do rei com os grandes, porque o queriam prender por causa das suas relações com o infante D. Pedro. O conde, porém, replicou, com corajosa tranquillidade: «Amigos, pelos serviços que prestei á casa portugueza, deviam conferir-me castellos e villas e não correntes e carceres e, apezar de tudo o que podeis dizer-me, não fugirei ao conselho e serviços do rei, em que fui

missamente, sendo tempo, em que pudera atalhar grandes males, se quizera, que não montou nada sua vinda, nem fez officio de irmão. Cap. 16, pag. 169.

sempre leal e firme. Se por aquelle motivo se deseja proceder contra mim, mostrar-me-hei, na defesa da minha honra e da innocencia de D. Pedro, certamente digno da ordem da Jarreteira, de que sou cavalleiro. Meu braço — espero em Deus! — não ficará ocioso, para que aquelles que agora me procuram me encontrem antes na sepultura do que na masmorra. Não lamenteis a minha vida; por uma morte honrosa, continuarei a viver na memoria dos homens.»

Quando se approximava a hora da reunião, o conde envergou, por cima da sua armadura, um vestuario fino e assim se apresentou no palacio. Seus inimigos, surprehendidos pela sua intrepidez e audacia, reprimiram o desgosto. «Como um homem que antes ameaça que se arreceia», se apresentou na reunião, a que assistiu o rei, com grande numero de grandes do reino e os principaes inimigos do infante; fallou d'este e de si tanto mais energicamente quam reflectida era sua placidez, poderosa sua convicção; e demonstrou a fidelidade e lealdade de D. Pedro com tão claros fundamentos que ninguem ousou contradizer. Concluiu com a declaração: «Todos, seja qual fôr sua posição, que ao rei disserem o contrario são miseraveis traidores; que estava prompto, se o rei o concedesse, a combater com elles em campo aberto, elle só contra tres dos melhores.» D. Affonso ouviu com especial agrado discorrer o conde, o que bastante irritou a seus inimigos. Para retirar o rei da influencia, tão temida, do infante D. Henrique e do conde de Abranches, o conduziram rapidamente para Cintra.

Seguidamente D. Henrique e o conde visitaram o infante D. Pedro em Coimbra e deliberaram, todos, os meios para oppôr ás intrigas forjadas contra elle.

Aqui souberam tambem que o rei, da sua residencia de Cintra, prohibira, por instigações do conde de Ourem e de seus partidarios, a todos os fidalgos e grandes do reino, sob graves penas, que visitassem e communicassem com o infante. A este faz D. Affonso saber que estava excluido da côrte e que não podia comparecer, sem previa auctorisação nem abandonar suas propriedades, sob rigoroso castigo. Em vão os infantes, profundamente indignados d'esta vergonhosa offensa, enviaram um commendador da ordem de Christo á presença do monarcha para justificar o banido; o fim

d'esta diligencia resultou frustrado e pensou-se em preparar novas ciladas ao infante.

Logo depois uns mensageiros regios apresentaram um documento, mandado passar pelo proprio autocrata, em que garantia um convenio pacifico entre o duque de Braganza e o infante D. Pedro, e exigiram d'este que, á direita da assignatura regia, firmasse a sua, collocando seu sello, como egualmente faria o duque. Pela escolha dos deputados, seus inimigos, como por passagens do documento, que offendiam sua honra, desconfiou D. Pedro das intenções rancorosas; elles queriam accusal-o de desobediente e justificar, perante o rei, qualquer castigo, caso recusasse a sua assignatura, mercê d'esses mesmos lances. E, de facto, se passou n'esta propria occasião, em que foi lavrado na côrte aquelle documento, ordem, por escripto, ás cidades e pessoas principaes do reino, afim de se prepararem para uma guerra; isto com sentido de que podessem immediatamente atacar, caso o infante não satisfizesse áquella exigencia. Contra a espectativa de seus inimigos, D. Pedro assignou, frustando-lhes assim o plano. No cumprimento da convenção, porém, nunca se pensou. Meditou-se, todavia, em novos meios de culpar e derrubar o infante. Accusaram-o de arrecadar armas e mantimentos nos seus castellos. D. Pedro demonstrou que era infundada tal opinião; comtudo, retiraram-se aos seus partidarios as praças fortes que lhes estavam confiadas.

Fôram depostos tambem funccionarios, seus affeiçoados, dos altos cargos da justiça e finanças de que estavam investidos. O rei retirou ao filho do infante a dignidade de condestavel e conferiu-a, não ao conde de Ourem, que a exigia, mas, para suavisar um pouco a offensa, ao infante D. Fernando. Finalmente, sua malvadez regozijou-se de ter encontrado um novo ardil que talvez anniquilasse totalmente o homem odiado. O monarcha mandou exigir-lhe as armas, guardadas no arsenal do infante em Coimbra, desde que seu filho, o condestavel, voltara da campanha em Castella, onde fôra auxiliar o rei Juan II contra o infante aragonez. Se entregava as armas, despojava-se dos meios de se defender contra seus inimigos e, se recusasse a entrega, então dava ao rei o direito de o castigar por desobediente e aos seus adversarios um ensejo de satisfazer sua vingança e saciarem-se no seu sangue. D. Pedro comprehendeu

sua intenção e desculpou-se perante o rei com razões incontestaveis. Mas tanto mais insistia D. Affonso na entrega.

Por fim, o infante declarou que «nas circumstancias actuaes não podia nem devia dar-lhe as armas; porque não precisava d'ellas para combater seus vassallos, muito menos contra seus inimigos. Por isso, pedia, uma vez que as armas da sua innocencia, que são sempre as mais fortes, o não protegiam perante o rei contra os assaltos de seus hostis, pedia a graça de lhe permittir por mais algum tempo a conservação d'aquellas armas de ferro para defender sua honra e sua vida.» Depois d'estas e similhantes razões, fez ao autocrata as mais acceitaveis propostas. Debalde; D. Affonso persistiu em sua exigencia.

A malvadez e perfidia com que se perseguia incansavelmente este principe, tão prestimoso, deviam indignar todas as almas nobres e adquirir-lhe defensores que possuissem coragem bastante para affrontar seus inimigos e desvendar os olhos ao illudido monarcha. Assim, partiu de Ceuta, onde servia de commandante, o filho do duque de Braganza e irmão do conde de Ourem, o conde de Arrayolos, quando soube das offensas e perseguições contra o ex-regente, e apresentou-se inesperadamente na côrte, para effectuar, como verdadeiro amigo do infante e leal servidor do rei, a conciliação entre ambos. Como seu proprio pae e irmão, inimigos irreconciliaveis do infante, não podessem affastal-o do seu proposito, calumniaram-o perante o soberano e impediram qualquer colloquio entre ambos. Mas o intrepido homem de bem, apezar dos obstaculos que lhe atravessavam o caminho, não cansou na diligencia de empregar todos os meios para levar o infante á côrte, afim de que elle alli exhibisse sua innocencia. Finalmente, os outros usaram da astucia, espalhando a noticia de que os mouros marchavam, com massas guerreiras, ao cerco de Ceuta, e o nobre conde viu-se forçado a voltar para o seu posto, cheio de magoa pela dura sorte do seu amado amigo. Só regressou a Portugal depois da morte do infante.

Além do conde de Arrayolos, muitos fôram os que desejavam restabelecer a concordia entre o monarcha e o infante. D. Affonso estava, porém, tão assediado pelos inimigos de D. Pedro que se topava vedado todo o accesso á verdade, e no seu espirito parecia apagar-se, successivamente, tambem, a ultima recordação dos servi-

ços de seu tio, extinguir-se a ultima scentelha da fé em sua innocencia, porque aquelles não se fatigavam de invadir a alma do joven rei com falsas representações e venenosas calumnias. Era isto que incommodava o infante, muitissimo; porque, assim como elle via, no erro em que envolviam D. Affonso, a fonte de todas as divergencias com este, de suas offensas e perseguições, assim esperava só da verdade a luz que patenteasse a pureza de seus sentimentos e aclarasse a unica perspectiva da reconciliação, tão desejada. [1]

Apresentar esta mesma verdade ao illudido monarcha só o poude o infante fazer por escripto, graças à intervenção de seu confessor, diligenciando esclarecel-o dos fins e meios infimos de seus conselheiros. Admoestou a que os affastasse e exprimiu o sentimento que lhe inspirava a convicção da sua innocencia e rectidão e do seu escrupulo no cumprimento de seus deveres, da sua inquebrantavel lealdade e estima pelo sobrinho.

Se taes missivas chegassem ás mãos do autocrata, causavam, de certo, alguma impressão; as offensas que o tio soffria incommodavam D. Affonso e era de prevêr que não partissem d'elle, mas forçado se via a auctorisal-as. Comtudo, esta idea consoladora, em que vivia o infante, de que o coração de D. Affonso ainda pulsava por elle, mesmo que tivesse de prestar o seu nôme ás perseguições que lhe promoviam, lhe foi roubada ou, ainda mais, transformada em triaga. Segundo algumas pessoas fidedignas affirmam, eram confiadas a ambos cartas falsas, bastante proprias para os hostilisar mutuamente. Uma futura comparação das lettras entregues com as verdadeiras provou que D. Affonso n'aquellas fallava, em tom irritado, para um vassallo infiel; n'estas, porém, escriptas ao mesmo tempo, como um filho para com seu pae. [2]

As discordias chegaram a ponto de que a ninguem se tornou reparado, antes a todos pereceu natural que se recorresse ás armas para final decisão. Todas as calumnias e intrigas tendiam, desde muito, a uma guerra aberta, como meio ultimo que os adversarios de D. Pedro escolhiam, depois de tantas tentativas haverem falhado. Mas, assim como d'aquelles partiram primeiramente todas as

[1] Pina, cap. 95, pag. 372.
[2] Pina, cap. 95, pag. 373.

hostilidades, assim fôram elles tambem que empunharam, em primeiro logar, a espada.

Por outubro de 1448, depois de sahir de Cintra para Lisboa, chamou o rei á côrte o duque de Braganza, onde, segundo opinião de seu filho, o conde de Ourem, se tornou necessaria sua presença. Com toda a reserva, este informara seu pae de que se declararia a guerra, porque induzira o rei a fazer marchar immediatamente algumas tropas contra o infante. D. Pedro, porém, foi advertido, pouco depois, pelo seu espia, de que o duque, sem embargo de poder tomar outro caminho, atravessaria, fóra de sua permissão, seus dominios, com o fim de cahir sobre elle a deshonra da cobardia, se o infante consentisse e, caso se oppozesse, de ser accusado pela violação da paz. O infante decidiu obstar á passagem do duque e partiu, com esta intenção, para Penella. Logo que chegou esta noticia a Santarem, onde se encontrava o rei, alguns fidalgos abandonaram a côrte, afim de dedicarem seus braços á causa do infante, por quem seu coração batia. Apenas o conde de Atouguia e seus filhos o abandonaram, apezar de tudo quanto deviam a D. Pedro. Este facto, porém, causou-lhe menor dôr do que a indifferença de seu irmão, em quem, n'este momento tão critico, depositava toda a confiança, em cujo amôr e auctoridade esperava encontrar seu maior apoio. Informou D. Henrique, que se encontravá em Thomar, da sua posição, do proposito e intenções do duque; pediu-lhe que o auxiliasse, n'esta sua afflicção immerecida, com o seu poder e auctoridade e declarou-lhe o seu proposito de se oppôr á passagem do duque. D. Henrique respondeu «que em breve lhe mandaria dizer o que lhe pareceria melhor n'este assumpto e n'esta occasião fazer-se.»

Instado novamente, respondeu «que o infante nada emprehendesse, por si só, até que lhe fallasse pessoalmente, para o que, segundo informara o mensageiro, se estava preparando».[1]

Emquanto que D. Pedro aguardava em Penella a chegada do irmão, soube que D. Henrique, sem o ter prevenido, partira para a côrte em Santarem.[2] Todo o ente sensivel poderá comprehender a

[1] Pina, cap. 96.

[2] *E nom sei como esta virtude de piedade falleceo neste Pryncepe pera*

dôr do infante ao receber similhante noticia. Alguns julgavam que o rei chamara á côrte o infante D. Henrique para enfraquecer o partido de D. Pedro. Outros asseguravam que aquelle tomara como pretexto um tal mandato, afim de não fazer causa commum com o irmão, que estava resolvido a repellir a força com a força.[1]

Entretanto D. Pedro realisou varias diligencias para evitar o rompimento de uma guerra; convenceu-se, porém, pouco depois, de que era impossivel impedil-a e preparou-se, com a pressa e cuidados que o caso exigia e que, em momentos decisivos, eram proprios da sua energia activa, bem como da sua prudente circumspecção. Tambem o duque se preparou, mas encontrou os seus pouco inclinados a uma lucta, principalmente contra o infante. Tanto mais activos se tornaram os inimigos d'este a instigar o rei a medidas mais energicas contra elle.

Em virtude de um mandato real, fôram suspensos, desde logo, todos os pagamentos ao infante e tomadas todas as rendas que recebia do monarcha. Foi-lhe ordenado tambem que não impedisse, no seu caminho, o duque, que partia em auxilio do rei. D. Pedro provou ao emissario a injustiça d'esta ordem e não conseguiu reprimir o seu desgosto sobre isto, comquanto lhe fallasse da fórma perdoavel ao alto vassallo que se vê maltractado pelo soberano, mal informado, bem perdoavel a um tio que taes serviços praticara para com seu sobrinho, que tanto lhe devia.

Mas suas expressões fôram adulteradas, invertidas e inquinadas com apposições inventadas. Informaram o monarcha de que o infante dissera «que não era vassallo do rei de Portugal, mas subdito e servo do de Castella e, como havia expellido do reino a rainha D. Leonor, da mesma fórma procederia tambem com seu filho». Estas e outras asserções, attribuidas ao infante, fôram logo consignadas em autos e, para excitarem o povo contra o principe, espalhados

seu Irmão, pois em seu coraçom todallas outras parecia que sobejavam, accrescenta Pina, com alguma compaixão.

[1] Assim o chronista Pina, que se abstem de qualquer outra observação. N. do Lião, porém, que já n'outro lance censurou o proceder de D. Henrique para com seu irmão, dá aqui livre curso á sua moralidade e criterio. É certo que D. Henrique não usou da sua grande auctoridade e influencia n'esta occasião, comó podia e devia. Suas rasões ainda estão em duvida.

pelo reino. Finalmente (começo de abril de 1449), um emissario do rei houve de expressar sua surpreza sobre este movimento do infante e significar-lhe: «que voltasse para Coimbra e não sahisse da cidade sem ordem regia, e que permittisse, fóra de contestação, a passagem ao duque. Na hypothese de recusa, procederia immediatamente contra elle com todo o rigor que tal desobediencia merecia.» O infante não ignorava o que responder. Mas limitou-se a contestar «que o rei ordenasse o mesmo ao duque, que começara primeiro a discordia. Apezar das differenças que existiam entre ambos, n'este ponto eram eguaes e, pelo menos, não devia prohibir a um o que consentia a outro. Se o duque passasse pacificamente, recebel-o-hia como irmão: de outra fórma, sua descendencia real não lhe permittia soffrer tal affronta e desprezo.»

Sabendo que o duque continuava seu caminho, tambem D. Pedro marchou, com sua força, de Penella; fez alto junto da aldeia de Villarinho; collocou suas tropas em ordem de batalha e descreveu-lhes, n'uma allocução, as injustiças recebidas, justificando, ao mesmo tempo, sua conducta.[1]

O duque não se persuadia de que o infante ousasse, com tão pequeno exercito, resistir ás ordens do rei, quando soube que D. Pedro se topava, a poucas leguas, decidido a entrar em batalha (sexta feira, antes de domingo de ramos de 1449).

Nos seus cavalleiros não encontrou o duque nem vontade nem coragem para tal commettimento; porque tinham sahido, como muitos depois declararam, para acompanhar pacificamente o amo á côrte, sem se lembrarem de um encontro tão sério e, muito menos, com o infante, a quem alguns eram affeiçoados e estavam promptos a servir.

O velho duque, não querendo expôr sua vida e honra (tanta quanta restava) a similhante perigo, resolveu retroceder, sendo, porém, n'isso impedido pelo boato falso de que o infante mandara destruir os bateis e pontes do Mondego. O duque, pensando apenas em collocar sua pessoa, mui secretamente, em segurança, chamou alguns da sua comitiva; communicou-lhes o proposito e recommendou-lhes que se escapassem do campo, um apoz outro. Elle proprio

[1] Veja-se o discurso em Pina, cap. 101.

se affastou, protegido pela noute, sequer acompanhado por duas pessoas. Suas forças, cheias de pavôr, ao verem-se abandonadas, seguiram as pégadas de seus chefes. Os guerreiros de D. Pedro romperam em alto jubilo, querendo perseguir os fugitivos. «Deixai-os agora correr», disse o infante para os seus, «e que tal succedesse devo agradecer a Deus.»

Nas proximidades da Covilhãa, reuniu o duque os dispersos, depois de elle proprio haver soffrido muitas fadigas e suas forças grandes perdas. Còmo se tivessem alcançado, em violenta batalha, uma victoria gloriosa, fôram os troços, que voltavam, por instigações do conde de Ourem, recebidos em triumpho e com brilhante pompa. Ao rei, comtudo, foi representada esta vergonha, soffrida pelo duque, como feita a elle proprio.

Sendo discutidos taes acontecimentos no conselho regio, em presença de D. Affonso, pareceu que o infante D. Henrique queria obrar a prol de seu irmão. Muitos, que por si só não ousavam apresentar-se contra homens tão poderosos, se regozijavam já de enconcontrar em D. Henrique um alto defensor do perseguido, sob cujo escudo esperavam manifestar, a bem de D. Pedro, tudo que se sentiam constrangidos a exhibir. Mas essa esperança desvaneceu-se. D. Henrique não queria o que podia e devia fazer; estes não podiam o que queriam realisar e, assim, aconteceu que o innocente perseguido, a quem mal uns poucos odiavam (porque n'elle viam um adversario decidido do seu egoismo), muitos estimavam e todos respeitavam,—não encontrou nenhum defensor. Homens circumspectos e respeitaveis, diz Pina, ao facto dos casos, opinaram que D. Henrique não auxiliou, n'estes dias calamitosos, o infante D. Pedro, com o verdadeiro amor e zelo activo que devia consagrar ao amigo e irmão, porque podia ter salvado, para seu proprio louvor e sem violação de fidelidade para com o rei, o irmão de uma morte cruel e sua familia de um vergonhoso desastre, prestando, ao mesmo tempo, ao monarcha um grande serviço, com impedil-o de se manchar pelo sangue de um principe innocente, seu tio, e seu segundo pae, graças á desvelada educação que lhe dera.

Não se pronunciando D. Henrique abertamente em favor do infante, aggravou e confirmou sua culpa aos olhos do rei e permittiu ao duque que fallasse d'elle sem consideração alguma, dando á

sua lingua viperina mais vasto campo e mais favoravel acolhimento.

Tudo que podesse excitar a aversão e indignação, foi revolvido para assaltar o animo de D. Affonso.

A fuga da mãe do principe representou-se como exilio; a amarga pobresa em que cahira ultimamente, sua morte em Toledo como obras do infante. As irmãs do autocrata, as jovens infantas, as servas e servos da fallecida rainha, chamados de toda a parte, houveram de implorar, apresentando. lacrimosos, suas queixas, ao commovido imperante, justiça e vingança contra o ex-regente. Profundamente indignado por tão alarmantes successos, D. Affonso decretou o appellido a uma guerra contra seu tio.

Outra ordem regia determinava que todos que se encontrassem junto do infante o abandonariam n'um certo praso, sob pena de rigoroso castigo. Para irritar o povo contra elle, espalhara-se que o infante se preparava a prender o rei, com o auxilio de Castella, e a se apoderar do reino; e depois, caso governasse durante muito tempo, lançar graves impostos, e outras cousas identicas.

Emquanto que D. Pedro era avisado, em Coimbra, d'estas prescripções e armamentos e dirigia sua mirada sobre o futuro que occultava o resultado d'estes tramas, foi-lhe entregue uma carta de sua filha D. Izabel, esposa do reinante, onde o informava de que «em uma reunião, celebrada por sua causa, fôra resolvido que o rei o cercasse e que, no caso de ser prisioneiro, fôsse condemnado, como punição de seus crimes, á morte ou a prisão perpetua ou exilio eterno. Para este fim, o rei partiria no dia 5 de maio.»

A rainha decerto dirigiu tal missiva com assentimento do marido, a seu pae, porque ella estimava seu esposo com tanta ternura e diligenciava tanto conservar-lhe o amôr que em assumptos do infante nada fazia contra vontade do rei.

A carta foi entregue publicamente ao principe. Tranquillo e de rosto sereno, leu sua condemnação; informou-se, em seguida, com mais alegria que abatimento, da saude e occupações do monarcha, seu senhôr, e exprimiu, ao receber noticia favoravel, um sincero jubilo.

De physionomia prazenteira, se sentou á mesa; depois retirou-se

á sua camara, para onde convocou immediatamente os principaes da sua comitiva. Todos se admiraram do contheudo da missiva, e o infante não poude conter por mais tempo os sentimentos que lhe abalavam o peito.

Com os braços e mãos estendidas, os olhos humidos, enviezados para o céu, segundo seu costume quando discursava em taes situações, se volta para os assistentes. «A Deus e aos homens devo queixar-me de todas as perseguições que têm sido dirigidas contra mim, injusta e barbaramente. Entre exilio, carcere ou morte, escolho a ultima como o mais honroso e tranquillo. Porque Deus preserva que o filho legitimo de D. João, que um dia partiu com honra para paizes estrangeiros e a tantos homens serviços e beneficios prestou, vá esmolar agora, na velhice, perseguido pela necessidade e vergonha, ou que sinta, na edade de cincoenta e sete annos, a dentro do carcere, o pezo das cadêas. Até aqui, nos meus negocios, como nos dos estranhos, sempre bem aconselhado, desejarei tembem n'esta ultima hora de minha vida receber o vosso conselho; e por isso vos peço, medindo bem a minha pessoa e as circumstancias, que me communiqueis ámanhã vossa opinião. A minha é marchar immediatamente de encontro ao rei e pedir-lhe que me conceda justiça e satisfação dos meus perseguidores. Em caso de recusa, terei de acabar, como cavalleiro, a minha vida. Mas agora, como sempre, declaro que em tudo obrei como bom e fiel vassallo e servo do rei, meu senhôr».

Ao dia seguinte, os fidalgos, em uma reunião, expozeram seus alvitres, que se podiam reduzir a tres. O infante que se fortificasse em Coimbra, de fórma a que podesse sustentar um cerco mais demorado. O tempo acabaria por esclarecer o monarcha e intimar o reconhecer da innocencia do principe, conduzindo as circumstancias a favorecel-o. Outros julgavam perigoso o sitio e aconselharam o infante a passar o Douro, com suas tropas, para se unir aos seus partidarios e ao condestavel; vivendo alli em segurança, poderia demonstrar sua limpidez. O conde de Abranches, finalmente, opinava que o infante para ambos os planos não tinha força sufficiente e que se exporia a affrontas e perigos. Era, pois, mais honroso, seguido de seus guerreiros, approximar-se pacificamente do autocrata, sollicitando-lhe que o ouvisse, e tanto a elle como a seus adversarios,

para que podesse provar a sua immaculabilidade. Se este meio falhasse, então «preferiam cahir, na sua defesa, em campo aberto, como nobres e cavalleiros.» — Cada um fundamentava circumstanciadamente sua opinião [1].

O conselho do conde foi o que agradou mais á maneira de pensar do infante; decidiu-se, pois, a seguil-o. N'estes ultimos dias mostrou D. Pedro, á beira da sua ruina, aquella inalteravel serenidade, aquella tranquillidade d'alma que são testemunho e recompensa da innocencia e proprias d'um homem, grande em tal situação. Ainda que aguardando a todo o momento sua ultima hora e occupado com o que inevitavelmente devia levar ao extremo, gozou, como era de seu habito, as alegrias da caça e assistiu ás reuniões e saraus de sua esposa e filhas, conforme costumava fazer nos felizes momentos de segurança e tranquillidade.

Alguns dias depois, chamou o conde de Abranches á sua camara. «Estou, disse-lhe, fatigado de luctar pela minha vida, honra e dominios e acho-me, portanto, resolvido, se não me fizerem justiça, a abraçar a morte. Ainda que tenho muitos amigos, que me acompanhariam de boamente na minha ultima hora, é a vós, em quem, sobretudo, confio, que peço me acompanheis, como irmão da ordem de cavallaria da Jarreteira, como meu educando e, especialmente, pela vossa nobreza e força d'alma. Quereis ser meu companheiro na morte, ao dia em que eu succumbir? Depois do momento em que eu houver desapparecido, desapparcerá tambem para vós a honra e segurança». — «Senhôr, replicou o conde, em virtude do grande prazer que sinto e sempre senti de viver e morrer em vosso serviço, não careço de muitas palavras, e agradeço-vos, do fundo do meu coração, o haverdes escolhido a minha pessôa para esta faina. Se Deus quizer que vossa alma se affaste d'este mundo, a minha, immediatamente, seguirá a vossa e se, no outro mundo, as almas se prestarem serviços mutuamente, a minha acompanhará a vossa sempre servindo».

Afim de sellar e consagrar, solemnemente, a promessa, os dois cavalheiros lograram o communhão, que lhes foi ministrada por um sacerdote, o doutor Alvaro Affonso, que fôra chamado. O infante

[1] Vejam-se as minucias, mais precisas, em Pina, cap. 110.

assaz lhe recommendou que guardasse rigoroso segredo; só a morte de D. Pedro o desligou d'este compromisso [1].

Emquanto que o conde de Abranches e ainda muitos outros da comitiva do infante, subjugados pela grandeza e nobreza da sua alma, se deixavam acorrentar pelo seu infeliz destino e se promptificavam a morrer com elle e por elle, na côrte do soberano tudo permanecia silencioso; o receio de tão poderosos adversarios entumecera todas as linguas. Apenas *uma* voz se fazia ouvir, a da rainha, filha de D. Pedro. Dotada de todas as virtudes proprias de mulher e conservando puros todos os sentimentos ingenitos do coração feminino, tanto mais tormentosa era para ella a discordia em que se via seu amor para com seu esposo com a affeição para com seu pae, os sentimentos mais vivos e poderosos. A obediencia imposta pelo matrimonio; a prudencia; até as noções do dever, gravadas em seu coração pelo progenitôr, difficultavam essa briga. Finalmente, a convicção da innocencia do pae e o receio da colera, sempre crescente, do rei, bem como do perigo, cada vez mais ameaçadôr, a fizeram tomar uma resolução decidida. D. Isabel lançou-se, banhada em lagrimas, aos pés do autocrata e representou-lhe, com toda a sinceridade de uma alma profundamente commovida, tudo que o amor para com o pae e para com o esposo, a fé na innocencia e lealdade do infante, o desvelo pela honra e dignidade do rei lhe suggeriram. D. Affonso, levantando-a com ternura, a certifica de que a rebellião de seu pae exigia similhante severidade. Mas, pelo amor que lhe dedicava, se o infante lhe implorasse o perdão, o tractaria de maneira a satisfazer seus rogos.

Com o assentimento de D. Affonso, a rainha escreveu logo conformemente a seu pae. Os conselheiros do infante fôram, todos, de parecer que devia corresponder a similhante exigencia. Mas elle julgou tudo uma cilada, que lhe armavam seus inimigos para o constrangerem á confissão de crimes que nunca commettera. Depois de muito instado pelas representações de seus amigos, D. Pedro resolve-se afinal a ao rei pedir o perdão em termos approvados por todos. Ao mesmo tempo escreveu á rainha e indicou alguns pontos por virtude dos quaes sua segurança devia ficar garantida. O rei

[1] Pina, cap. 112.

vacillou quando leu a carta de D. Pedro; parecia arrepender-se da concessão que fizera; e, desde que a rainha commetteu a imprudencia de lhe mostrar a missiva de seu pae, em que se liam, entre outras, as seguintes palavras: «Isto, Senhora, faço mais para vos sêr agradavel e obediente e não por me parecer justo que assim procedesse», o monarcha aproveitou-se d'este motivo para retirar a sua promessa. Rasgou immediatamente a carta em que o tio lhe pedia o perdão. «Pois que seu arrependimento, disse, é sómente fingido e não expontaneo, não quero renunciar ao que tenho começado contra o infante».

Era manifesto que o imperante, na exaltação de um sentimento que se lhe tornara estranho e que, mais uma vez, renascera pelas lagrimas de sua esposa, tomara uma resolução para cujo annullamento mais tarde buscava um pretexto. Encontrou-o n'aquellas palavras da carta, que difficilmente teriam impellido o autocrata a hostilidade e guerra aberta, se os inimigos de D. Pedro o não houvessem instigado e impellido constantemente contra o infante e se não tivessem conseguido convencel-o de que permittia á rainha maior influencia do que era justa e propria.[1]

O ultimo acontecimento instruiu esses inimigos de que D. Pedro, na rainha, apezar de unico, encontrava sempre um apoio importante na côrte. Os encantos da sua pessôa; as brilhantes virtudes, que, constantemente desenvolvidas, substituiam bem quanto, com o tempo, perdesse na formosura, podiam, pela influencia que exercia sobre o rei, facilmente destruir todas as esperanças e planos dos adversarios do principe. Por este motivo, pensavam seriamente em affastar quanto possivel o rei de sua esposa, representando-lhe o convivio continuo com ella como proprio para effeminal-o e prejudicial para as suas forças physicas, e intellectuaes. Os medicos tiveram de confirmar esta opinião. A tentativa diabolica de fazer suspeita a fidelidade da rainha, pela prisão e accusação do camareiro mor do rei, mercê de haver declarado seu amôr á imperante, naufragou na convicção inabalavel, por parte de D. Affonso, da innocencia de sua esposa e da lealdade e rectidão d'aquelle camareiro mor, a quem conferiu mais tarde o titulo de conde de Monsanto.

[1] Pina, cap. 113 e 114.

Comtudo, os hostis tinham conseguido seu golpe principal, excitando o rei a uma guerra aberta contra o infante. D. Affonso tomava as suas disposições para o cercar em Coimbra, porque não sabia do intento de D. Pedro em abandonar tal cidade. Os meios importantes e necessarios para analoga empreza eram difficeis de obter, detinham a partida do rei e muitos opinavam que em preparativos poderia passar um anno (o que teria salvado o infante, provavelmente, se houvesse quedado em Coimbra).

Tanto mais agradavel foi para o rei, e especialmente para seus conselheiros, a noticia de que o infante se preparava para abandonar Coimbra, com destino a Santarem. Parecia attingido o momento desejado de acabar por uma vez com o homem tão repleto de odios.

No dia 5 de maio, em que, segundo a carta da rainha, devia partir D. Affonso, deixou o infante Coimbra; seu exercito cresceu até 1.000 cavalleiros e 5.000 infantes. Duas bandeiras, cada uma com as seguintes palavras, de um lado, «*Justiça, Vingança*», e do outro «*Lealdade*», precediam a hoste e annunciavam o fim e sentimentos do exercito. Sob o mesmo sentido se exprimiu D. Pedro no discurso que, ao dia seguinte, dirigiu a seus guerreiros: «que marchava apenas como leal vassallo do rei, seu senhôr, para d'elle implorar e obter justiça.» E n'este thema recommendou tambem a seus soldados o de respeitarem, em seu caminho, a propriedade alheia e o de não offenderem ninguem.

No convento da Batalha visitou D. Pedro o tumulo real, em que havia depositados os restos de seu pae e de sua mãe; considerou, profundamente commovido, o ataude, aberto, que lhe estava destinado e fallou, tomado de tristes presentimentos e de immensa dôr, sobre sua obscura sorte, que em breve lançaria tambem seu cadaver no sarcophago desoccupado. Não previu (abençoada myopia dos homens!) que seus inimigos lhe recusariam até a sepultura, que lhe preparara seu progenitor, e que seu cadaver seria deposto por mãos mercenarias em jazida commum.

Chegado a Rio major, cinco legoas distante de Santarem, formou conselho com os seus, afim de se decidir se deveria avançar mais ou pedir, primeiro, ao rei salvo-conducto para uma entrevista. Os mais prudentes o aconselharam a que voltasse para Coimbra;

*

sua honra estava satisfeita desde que avançara até quasi ser avistado pelos inimigos, sem que oppozessem resistencia. Se D. Affonso o chamasse, como vassallo, a Santarem, e, se alli fôsse, devia-se julgar perdido, consoante estaria tambem, se permanecesse na desobediencia, porque confirmaria assim a accusação de seus inimigos, tantas vezes repetida, de resistente.

Com eguaes razões lhe provaram quanto seria arriscada a marcha para Lisboa.[1] Comtudo, resolveu dar este ultimo passo, não porque contasse obter apoio, mas porque alimentava a esperança de que seus inimigos, sabendo quão fraco era o seu exercito, o atacassem alli sem que o rei tivesse tempo de chegar; porquanto lhe repugnava um encontro hostil com este! Se não fôsse investido, então voltaria para Coimbra.

Logo que o rei teve conhecimento das intenções de D. Pedro em marchar sobre Lisboa, enviou uma divisão para se assegurar da cidade e adeantou-se, com um bem organisado exercito de 30.000 homens, o maior que se suppõe se alistasse até então em Portugal[2], immediatamente para Santarem. O infante acampou junto de Castanheira quando soube que o monarcha marchava sobre elle; abandonou, porém, este acampamento, por ser difficil sua defesa, e dirigiu-se apparentemente para Lisboa, afim de conservar as suas tropas (qué começavam a desertar) pela perspectiva de maior segurança n'esta ultima cidade. Assim chegou junto do rio de Alfarrobeira, escolhendo sobre o logar de Alverca uma posição muito favorecida pela natureza, onde com poucos se podia defender contra muitos. Aqui resolveu esperar o rei, sempre alimentando a esperança de que seu aspecto recordaria ao sobrinho o que fôra para elle e para o reino. Tambem ainda não tinha perdido a fé no auxilio fraternal do infante D. Henrique. Se tudo, porém, falhasse, disse, então cahiria aqui com honra e vingado.

No dia 20 de maio o exercito real se encontrou com o do infante e acampou de fórma que envolveu este com toda a sua força.

[1] ... *porque a Cidade segundo tudo andava revolto, ja nom era a Madre que o cryara segundo elle dizia e confiava, mas que a avya d'achar muy yrada, bem guardada Madrasta contrasy* etc. Pina, cap. 117.

[2] Pina, cap. 119, pag. 419.

Todavia, ninguem correspondeu á intimação dos arautos regios para que abandonassem o partido do infante; pelo contrario, muitos do exercito do monarcha se passaram, por affeição, ás partes adversas. Emquanto que em ambos os arraiaes se faziam todos os preparativos para o ataque, alguns arcabuzeiros do rei, occultos por detraz das arvores junto do rio, atiravam para o campo do infante, ferindo e matando assaz de militantes. O mesmo fizeram os espingardeiros do imperante que se topavam collocados sobre uma eminencia proxima.

Para cobrir de algum modo este prejuizo, D. Pedro ordenou que se atirassem algumas bombardas para aquella altura. Pela incapacidade de um bombardeiro, um dos projecteis foi cahir junto da tenda do monarcha, gritando-se logo, de todos os lados, que o rei estava ferido. Formou-se um terrivel alarido contra o infante e, sem esperar pela ordem para a investida, os soldados realistas correram desordenadamente e, apenas guiados pela colera e vingança, para o acampamento do principe; romperam-o e penetraram por varios pontos. A tal impeto, a pequena força do infante não poude resistir; muitos fugiram. Afim de luctar de pé onde o perigo fôsse maior, desceu D. Pedro do cavallo e se precipita — debalde seus leaes servidôres procuraram detel-o —, sobre cadaveres e feridos, para o combate, espalhando terror e morte, até que, ferido no coração por uma flexa, cahe, rendendo pouco depois sua alma. O bésteiro que o feriu foi conhecido; pertencia áquelles que, segundo se assegurava, haviam sido collocados pelos inimigos de D. Pedro, para, de suas emboscadas, ferirem, sobretudo, o odiado principe. Assim finalisou a perfidia que tinham começado; o elevarem-se a uma coragem que encara o inimigo de frente, o elevarem-se sobre si mesmos, isso era contrario á sua natureza.

Do outro lado do acampamento, combatia ainda o conde de Abranches corajosamente, contra os invasores, quando um pagem, chorando, lhe noticiou a morte do infante. Surprehendido mas sem perder o animo, ordenou ao pagem que não revelasse essa morte; corre para a sua tenda, tomou algum vinho e comeu um pouco de pão, afim de recobrar as forças exhaustas; e abala, de seguida, a pé, pelo acampamento assaltado, por todos os lados, pelo inimigo. Pouco depois, reconhecido pelos realistas, viu-se accommettido por

todas as bandas e envolvido na mais ardente lucta; mas (para surpreza e terror do inimigo) sua lança e (quando esta se partiu) sua espada derribava quem se approximasse. Armas e mãos tintas do sangue inimigo e extenuado pelos immensos esforços, exclamou o conde, finalmente, em voz alta: «Meu corpo, sinto que não posso mais, e tu, minha alma, ainda hesitas?»

Com estas palavras, cahiu por terra, não vencido mas cansado de vencer; e, sob innumeros golpes, exhalou o espirito que, agora liberto, poude seguir o d'aquelle a quem promettera acompanhar lealmente. Um dos que em vida do conde se intitulavam seu amigo decepou ao fallecido a cabeça e levou-a ao rei, para, com este acto heroico, alcançar a dignidade de cavalleiro. O irmão natural do conde, pelos seus rogos, obteve do monarcha a permissão de poder sepultar no campo da batalha o cadaver mutilado. Tambem o corpo do infante D. Pedro permaneceu descoberto, durante o dia, sobre o terreno do combate; de noite alguns simples soldados o levaram, em cima de um escudo, para uma pobre cabana, onde ficou insepulto, com outros cadaveres, em decomposição, durante tres dias, causando grande escandalo a todos, que queriam vêr respeitado o ramo, ainda que cortado e emmurchecido, da arvore real.

Persuadiram tambem o monarcha de que ganhara uma grande e perigosa batalha e de que devia deixar insepulto, no pó da pugna, durante algum tempo, o despojo do vencido, á laia de tropheu. [1]

Logo depois da morte de D. Pedro, ordenou D. Affonso se procedesse a uma inquirição ácerca das accusações de violação da lealdade, e alta traição, levantadas contra o infante. A este fim, fôram inquiridos os fidalgos prisioneiros do seu partido e vistos seus papeis, encontrados no arraial. Mas, para sua grande magoa, seus inimigos nada depararam com que podessem offuscar ou fazer descrêr da pureza de seus sentimentos. [2]

D. Isabel ficou pungentemente commovida quando lhe participaram a morte de D. Pedro. Á violencia da dôr que um tal golpe devia inflingir ao coração de uma filha que ama com ternura e que sabe avaliar, simultaneamente, o espirito sublime de seu pae

[1] Pina, cap. 117-123.
[2] Pina, cap. 127. N. d. Lião, cap. 22.

e apreciar sua nobreza de alma, seguiu, apóz a primeira tempestade, a receosa idéa de quão facil seria agora, àquelles cujo odio ella herdara, affastal-a do rei; a que perigos e tormentos se via exposta sua vida, depois de ter cahido seu mais firme apoio, deixando de existir toda a protecção que atélli lhe dispensara o temor que o infante inspirava a seus contrarios.[1] As inquietações de D. Isabel eram bem fundadas. Aquelles temiam que o amor do rei por sua esposa lhe facilitasse o vingar n'elles a morte de seu pae. Inquietos pela sua influencia e mesmo pela segurança da sua vida, aconselharam o imperante a separar-se de sua mulher que, cheia de resentimento contra sua pessoa, podia acarretar sobre elle e sobre o reino perigos e infelicidades. Propuzeram novo consorcio; as numerosas razões que lhe apresentaram fôram corroboradas com passagens e avisos de theologos e sabios. Mas, d'esta vez, D. Affonso, convencido do amor sincero e dos nobres sentimentos de sua esposa, seguiu seu proprio impulso e resolveu visital-a.

D. Isabel, dama prudente e, ao mesmo tempo, bem aconselhada pela sua primeira camareira, dominou todos os sentimentos que a arrebatavam, para não preparar (pela sua irritação) maior deshonra á memoria de seu pae e para não acarretar sobre ella mesma e sobre seus irmãos (seu irmão ficou prisioneiro na batalha) mais calamidades e desgostos. Trajando conforme recommendavam as conveniencias para com seu pae e esposo, compareceu, com suas damas, diante de Lisboa, sendo recebida pelo autocrata, que fôra ao seu encontro, com respeito e solemnidade, como nunca se praticara com rainha de Portugal. Nem a physionomia nem as palavras denunciavam cousa alguma do que pouco antes abalara os espiritos e pozera o reino em movimento.[2]

Sem rebuço, porém, se manifestou o desagrado pelo succedido onde considerações algumas se impunham á expressão e linguagem, no estrangeiro. Logo depois da morte do infante, seus inimigos em Lisboa redigiram um manifesto, cheio de accusações e ultrages contra elle, enviado pelo rei ao papa e a alguns soberanos e principes para se justificar perante o mundo. As respostas recebidas não

[1] Pina, cap. 126.
[2] Pina, cap. 128.

condiziam com o que se esperava. Todos, sem excepção, conhecedôres da pessoa do infante pelas suas viagens, exaltavam as virtudes e serviços do fallecido e censuravam abertamente o procedimento do monarcha. Chamaram sua attenção sobre as paixões e astucias de seus conselheiros e desculpavam-o, de certa fórma, pela sua mocidade, que não pódia prescindir da direcção d'outrem.[1] O duque de Borgonha e sua esposa D. Isabel, irmã do infeliz infante, enviaram um sacerdote, respeitavel e erudito, a Portugal, que, em seu nôme, fez as mais acerbas exprobações ao rei lusitano pelo seu proceder para com D. Pedro, exigindo que suas cinzas fôssem depositadas no tumulo que lhe destinara seu pae, o rei D. João, na real capella. Como não fôsse logo de prompto satisfeito, reclamou o cadaver para o conduzir para Borgonha, onde receberia sepultura honrosa.

Temendo que os restos mortaes fôssem raptados, D. Affonso mandou desenterral-os da egreja de Alverca, onde algumas pessoas do povo os tinham soterrado debaixo de uma escada, para serem conduzidos e guardados no castello de Abrantes.[2] Aquelle sacerdote borgonhez, porém, pronunciou em Evora, em publico, tres discursos, demonstrando a innocencia e lealdade do infante, accusando seus accusadores e perseguidores de deslealdade e hostilidade para com o rei, e descobrindo as intrigas e injustiças que forçaram o principe a votar-se à morte e até mesmo a procural-a.

O enviado persistiu na reintegração dos filhos de D. Pedro em seus bens e dignidades. Durante algum tempo D. Affonso recusa isto, por consideração para com o duque de Braganza e para com o conde de Ourem; mas, finalmente, liberta Iames, que se encontrava prisioneiro, e concedeu-lhe a sustentação de seus irmãos. Tambem conferiu, graças ao rogo da rainha, a todos que tinham combatido no exercito do infante, contra o rei, o perdão, exceptuando quatro habitantes de Lisboa, que fôram deportados para Ceuta (1455).

No mesmo anno a rainha teve a dolorosa satisfação de vêr tributar, aos restos preciosos de seu pae, a distinção por tanto tempo differida, sempre sagrada á piedade filial e muito mais ainda

[1] Pina, cap. 124, 129.
[2] Pina, cap. 124 e 129.

n'aquella época. Quando D. Isabel deu á luz, em 3 de maio de 1455, o principe D. João e, recebendo este, no mez seguinte, como herdeiro ao throno, a solemne homenagem dos tres estados do reino, aproveitou a feliz disposição em que se topava seu marido por tal acontecimento, afim de, coadjuvada pelas instantes representações do pontifice e de alguns soberanos, obter de D. Affonso as devidas honras funebres para seu pae. Fôram celebradas da fórma a mais solemne. Um immenso prestito de prelados e mais sacerdotes, damas, cavalleiros e grandes do reino, conduzidos pelo infante D. Henrique, acompanhou o cadaver de Abrantes para o tumulo real da Batalha. Esta homenagem serviu de consolo ao filho, o condestavel D. Pedro, que, perseguido pelo duque de Braganza, vagueava em Castella, como exilado, e de grande pezar a esse mesmo duque e ao marquez de Valença, que tinham votado contra a solemnisação da homenagem funebre ao infante e que não quizeram perturbar com a sua presença a solemne cerimonia.

Foi a derradeira alegria que a rainha gozou, uma dôce satisfação que lhe custou provavelmente a vida. Porque, apenas D. Isabel chegara a Evora com o rei, de volta da celebração das exequias, adoeceu repentinamente e morreu. Sua rapida e inesperada morte, em 2 de dezembro de 1455, attribuiam-a muitos a um envenenamento, que, segundo o boato que corria, fôra executado por aquelles homens que viram nos funeraes celebrados uma victoria da rainha contra elles e que receavam ainda cousa peor, para o futuro, da influencia de D. Isabel sobre o rei.[1]

Os inimigos de D. Pedro nada tinham esquecido para manifestar seus intentos e justificar qualquer suspeita. Como se receassem de que o mundo tivesse duvidas sobre os motivos do seu odio contra o infante, logo depois do seu obito pediram ao rei a concessão das povoações e territorios que aquelle, como administrador consciencioso do reino, lhes recusara com firmeza, para não alienar os bens da corôa de uma maneira irrevogavel. Assim recebeu o duque de Braganza a povoação de Guimaraens, que elle reclamara em

[1] Pina, cap. 137: *Como quer que pera ysso ouve muytas conjecturas, e presunçooẽs, porem da certa verdade Deos he o sabedor.*

vão do infante; teria adquirido da facilidade do rei a propria cidade do Porto, se os habitantes não se houvessem opposto [1].

«Certamente», diz n'este lance o chronista Pina [2], fornecendonos com isto, ao mesmo tempo, o texto para as exposições precedentes, «que o infante D. Pedro praticava sempre como devia, sendo por isso louvado por todos os soberanos do seu tempo. Nada lhe faltou, senão ser rei; porque, como regente, não lhe era permittido conduzir as cousas a completa execução, conforme necessario. Tudo quanto fez resultava em favôr do socego e da paz do reino e para evitar o escandalo, odio e inveja, a que elle não poude, todavia, fugir. Conseguiram, emfim, promover sua queda e sua morte.»

Muito nobre e grande para oppôr astucia contra astucia ou a violencia á violencia, tornou-se a victima de uma machinação, longa de annos, que sempre inventava novas ciladas e golpes e que, sempre a coberto e a seguro, acertava tanto melhor seu alvo uma vez que o rei inviolavel se prestou a sêr seu instrumento, servindo o nôme d'elle para pretexto, seu escudo para arma offensiva e, concomitante, defensiva.

A taes armas, na mão de um odio implacavel e de uma vingança traiçoeira, devia succumbir o infante, finalmente, sem embargo de toda a prudencia e firmeza em seu proceder. Mas elle se sustentou firme em tudo que era direito e bom; até que as vagas de uma má sorte se encapellaram sobre sua cabeça. A compaixão, que excita uma tal faculdade eminente na lucta, com uma sorte tão acerba, consente que permaneça, tambem depois de ter baixado o infeliz á sepultura, o nosso olhar por alguns momentos sobre sua imagem, sobre seu exterior e sobre o seu caracter.

O INFANTE D. PEDRO

Seu caracter, seu modo de pensar e seu espirito

D. Pedro era alto, magro, mas bem proporcionado. Seu dôce olhar suavisava a impressão imperativa que produziam, no primeiro

[1] Pina, cap. 129.
[2] Cap. 46.

momento, sua elevada estatura e seu rosto comprido e fortemente accentuado.

Na sua mirada, como no seu cabello e barba loura annellada (similhantemente ao typo inglez), havia para os portuguezes alguma cousa de estrangeiro. Seu passo era tranquillo e medido, a expressão de um sangue frio e serenidade do espirito, adquirida pelo imperio sobre si mesmo e por uma madura experiencia. Sua linguagem era concisa, substancial e certeira; um orgão brando amenisava outrosim a aspereza que similhante severidade sempre traz comsigo.

Transportado pela ira, sua physionomia tomava alguma cousa de assustador, que, porém, cedia logo á anterior brandura. Era surpreza do homem que dá seu verdadeiro valor á bondade da natureza, que volta, e á prudente moderação.

Seu vestuario era o de um individuo que, convicto do seu valor intimo e dignidade exterior, não despreza a fórma, que attrahe ou impõe ao mundo o primeiro juizo. Moderado em todos os gozos, abstinha-se, fiel á pureza dos seus sentimentos, antes do matrimonio, como é sabido, de qualquer relação prohibida com mulheres; e provou, mesmo durante casado, em dias santos e festivos, aquella abstinencia, respeitada em tal época e exigida pelos christãos conscienciosos. Para ennobrecer as alegrias do repasto, abandonou o uso, atélli seguido pelos reis e principes portuguezes, de comerem a sós e retirados, e juntava á sua mesa alguns convidados, mandando lêr durante a refeição certos livros uteis e provocando colloquios sobre assumptos scientificos.

Como todos os homens sobre quem paira constantemente o preço e o emprego da vida, era avaro do tempo. Seu espirito não deixava passar um unico dia sem trabalho; seu coração nenhum sem ter praticado qualquer bôa acção[1], e, na amplitude dos deveres que a si mesmo se impunha, como na restricção e rapidez da vida humana, aprendeu a necessidade de contar as horas do dia e distribuir por cada uma sua tarefa. Conforme estava regulado seu tempo

[1] *Fez sempre huma muy louvada profussam do tempo, que nunca em seus dias lhe passou sem benefycio ou louvor, teve pera todalas cousas oras certas e lemyladas que nunca traspassou.* Pina, cap. 125.

e trabalho, assim todo o seu sêr; a sua propria natureza similhantemente o exigia e, pelo exercicio, sempre constante, adquiriu uma maneira propria, cada vez mais uniforme e regulada. De todas as faculdades do espirito e disposições de alma, nenhuma lhe era predominante. A particularidade de sua essencia consistia, pelo contrario, em que estas faculdades e disposições eram quasi eguaes em força e viveza, concordando espirito e alma e força de vontade na melhor harmonia. Por isso, D. Pedro não pertencia tambem á classe dos homens que captivam logo na sua primeira apparencia, alcançando ao seu valôr e merito plena homenagem nos outros. Só no meio de uma serie de situações e relações, em que se viu impellido, é que desabrochou a amplidão de virtudes e talentos que sua alma encerrava e só successivamente o fôram conhecendo, estimando, amando e venerando. Mas, ainda assim, não despertava logo um enthusiasmo ardente; o seu poder sereno e magestoso captivava insensivelmente, e pouco a pouco, o espirito e alma do admirador e amigo, de uma maneira tão irresistivel que um Alvaro Vaz de Almada o acompanhou fielmente até á morte. Sua actividade, moral e intellectual, estava subordinada a um sincero temor de Deus, bem cedo despertado e tractado por uma educação, vigiada por uma mãe verdadeiramente piedosa, a melhor preceptora da mocidade.

Duas causas fôram as que operaram, principalmente, sobre o de que mão superior o dotara: as viagens e estudos scientificos. Aquellas, emprehendidas em edade adulta, offereceram a seu espirito grande copia de observações e termos de comparação; ampliaram seu horisonte e proporcionaram ao infante experiencia, tacto, circumspecção e firmeza. Acompanhado de poucos fidalgos e servos, partiu, no anno de 1424, de Portugal, para visitar a Terra Santa e, ao mesmo tempo, varias côrtes e paizes: e viajou durante quatro annos, até 1428, na Europa, Asia e Africa.[1]

O festejado nôme de seu illustre pae e seu merito pessoal grangearam-lhe em toda a parte bom acolhimento, principalmente na

[1] De ahi o proverbio que diz: «*O Infante D. Pedro vio as sete partes do mundo.*» Existe um relato phantasioso d'estas viagens: «*O auto das sete partidas do Infante D. Pedro.*» 1554. 4.º

côrte turca e na do sultão de Babylonia. Com muita distincção foi elle recebido, em sua retirada, pelo papa Martinho v em Roma.

Entre as provas da graça pontifical, que lhe fôram dispensadas sem sollicitação, é indicada a bulla que permittia aos reis de Portugal fazerem consagrar-se da mesma fórma que os de França e Inglaterra. N'esta mesma bulla, o papa exaltava tanto o saber como as virtudes do principe. Mais tarde o vêmos na côrte do imperador Sigismundo e condecorado por este com a Marca Trevisana, pelos distinctos feitos commettidos na guerra contra os turcos e venezianos; em seguida solemnemente recebido nas côrtes da Dinamarca, Inglaterra, terra natal de sua mãe, Castella e Aragão.[1]

Rico em experiencia e observações, elle voltou das suas viagens, então a melhor escola para o homem politico. Á sua natural sagacidade e ao estudo scientifico, que precedeu suas peregrinações, deveu o não fazer superficialmente estas observações e não attender levianamente só ao exterior da vida humana e civil. Um profundo conhecimento da lingua latina[2] lhe abriu o mundo intellectual e a vida politica dos antigos romanos. Pela versão escripta de alguns dos seus auctores[3], despertou sua imaginação e, pela diligente imitação d'este eterno modelo, conseguiu ser classico na sua lingua materna; pelos exercicios livres, em prosa e verso[4], desenvolveu sua independencia e patenteou a particularidade do seu espirito. Com uma certa cultura e experiencia do mundo, tomou, já em edade adiantada (tinha quarenta e seis annos quando morreu D. Duarte), a regencia.

Infelizmente houve de empregar suas melhores fôrças n'uma lucta, infeliz, com ruins paixões, que cruzavam incessantemente seus

[1] Pina, cap. 123.

[2] *Foi bem latinado.* Pina.

[3] De suas traduções mencione-se apenas a versão de Cicero, *De officiis*, e de Vegecio, *De re militari.*

[4] Como se vê do opusculo ascetico: «*Virtuosa Bemfeytoria*». Suas *Coplas*, do *Cancioneiro geral*, nas «*Memor.*» de Sylva, T. IV, *Collecção.* Em uma carta, enviada no dia 6 de janeiro de 1434, com a remessa da traducção do livro de Cicero, sobre a «*Amisade*», ao rei D. Duarte, se manifesta, de uma maneira commovente, seu nobre e vigoroso espirito, sua profunda sensibilidade e seu amor fraterno. Sousa, *Provas*, T. I, pag. 432.

esforços. Mas, quando se encontrava desembaraçado; quando podia trabalhar, desafogado: o manejo da justiça, a prosperidade e ventura dos portuguezes fôram sempre o alvo a que visavam suas disposições e medidas; e, apezar de todas as insidiosas calumnias com que seus adversarios o perseguiam constantemente, o povo não se deixou illudir ácerca da bondade das suas intenções e deu-lhe publicamente provas da sua reconhecida gratidão.

Quando o infante, nas côrtes de Lisboa de 1439, supprimiu a, tão incommodativa, *aposentadoria*, (aquartelamento da côrte) e ordenou a construcção de um palacio real *(estaos)* para residencia do rei, os cidadãos quizeram (como signal de gratidão) erigir-lhe uma estatua sobre o portico principal do edificio e perguntaram-lhe qual a fórma e posição que a esta fabrica deviam dar. D. Pedro respondeu, com tristeza e com uma certa prophecia: «Se, no transporte de contentamento pelo beneficio que vos prestei e por outros que, com a ajuda de Deus, tenciono prestar-vos, fôr erigida a minha estatua, verei chegar os dias em que vossos filhos a destruirão nóvamente, sacando-lhe os olhos com pedras. Que Deus, pois, me conceda alguma satisfação, porque de vós não espero outra cousa do que o que eu digo ou talvez peór».[1]

Um monumento mais bello e duradouro deixou D. Pedro de si, sob nôme estranho, é certo, mas tanto mais glorioso, porque a historia, descobridora da verdade, póde e deve consagrar-lhe o que a opinião (illudida e mal encaminhada por aquelle nôme) lhe negou por tanto tempo.

3) Ordenações do rei D. Affonso V

Sua organisação; fontes e assumptos; fórma e divisão; duração de seu prestimo

Pelo impulso do regente foi concluida e publicada a primeira collecção de leis conhecida, sob a denominação de «*Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*».

Havia muito tempo que se tornava sensivel a falta de um codigo geral, a necessidade de uma compilação coordenada de todas

[1] Pina, cap. 52 e 125.



as leis existentes e em vigôr e a, ainda mais, imperiosa necessidade de uma maior unidade e concordancia na legislação.

Desde D. Affonso II que, depois da primeira assembléa politica em Lamego, outhorgou as primeiras leis geraes[1], tinham seus successores, até D. João I, proseguido na promulgação de decretos, tantos e tão variados que difficil era coordenal-os todos. No longo intervallo, de quasi dois seculos, muitas disposições dos foraes deviam envelhecer e morrer; algumas determinações e decisões das côrtes anteriores fôram modificadas ou totalmente abolidas, pelas assembléas posteriores, e o direito consuetudinario soffreu, finalmente, muitas transformações. A consequencia inevitavel d'isto fôram as duvidas e dissidencias que se renovavam constantemente (e que tinham sua origem n'este estado da legislação), os embaraços e difficuldades em que se viam envolvidos os juizes quando lhes cumpria o de pronunciar um julgamento, proporcionando-se assim um vasto campo aos arbitrios e intrigas.[2]

Nobreza e municipios reuniam, por isso, nas côrtes, no reinado de D. João I, seus pedidos, para que o rei ordenasse uma reforma «afim de affastar aquellas duvidas e discrepancias e de que as auctoridades judiciarias podessem, sem impedimento, pronunciar o direito segundo as leis.»

D. João, sempre prompto a combater os males e a promover o bem do povo, satisfazendo os pedidos dos parlamentos, incumbiu o corregedor da côrte, João Mendes, de trabalho tal. Algumas perturbações impediram, comtudo, a conclusão da tarefa durante a vida do dito rei.

Seu filho, D. Duarte, recommendou ao corregedor a continuação do mister; esse magistrado, porém, falleceu antes de o concluir, vendo-se o monarcha forçado a entregal-o a um membro do conselho regio, ao doutor Ruy Fernandes. Poucos annos depois, D. Duarte

[1] Volume I, pag. 122.

[2] ... *e acharia, que pela multiplicaçom dellas se recrecião continuadamente muitas duvidas, e contendas em tal guisa, que os Julgadores dos feitos erão postos em tão grande trabalho, que gravemente, e com gram dificuldade os podião direitamente desembargar.* «Ordenaçoens do Rey Affonso V», Liv. I, no principio.

legou o reino a seu filho, menor, D. Affonso, em nôme de quem D. Pedro se encarregou da regencia do paiz. A seu mandato, Ruy Fernandes continuou a obra e submetteu-a, logo que esteve prestes, a pedido do regedor, a uma revisão e repetido exame, em que tomaram parte os corregedores de Lisboa, do doutor Lopo Vasques e dos desembargadores Luiz Martins e Fernam Rodrigues. O trabalho, apresentado, ainda soffreu algumas correcções, até receber a fórma em que foi publicado, muito provavelmente pelo anno de 1446.[1]

As fontes de que se extrahiu a collecção affonsina são em parte indigenas e nacionaes (*Fontes internas*), em parte estrangeiras (*Fontes externas*), introduzidas em Portugal por falta das nacionaes. Ás primeiras pertencem: as *leis geraes*, os *capitulos das côrtes*, os *foraes* e o *direito consuetudinario;* ás segundas: o *direito Justiniano,* com as glozas, as *Siete partidas* e o *direito canonico.* As chamadas «concordias» dos reis D. Diniz, D. Pedro e D. João I com o clero fazem parte, pela sua substancia, mais das segundas, ainda que se relacionem, em certo sentido, com as primeiras.

Sendo composta de fragmentos e isolada como a legislação das epocas anteriores, na historia só podia ser apresentada assim. As leis das épocas anteriores eram geralmente productos de necessidades urgentes ou de circumstancias imperiosas, manifestações perseverantes de uma nacionalidade desenvolvida e costumes caracteristicos da vida civil. Amiudadas vezes, era um inconveniente, notado pelo rei ou pelos seus conselheiros, um aggravo, uma injustiça que creavam uma disposição, uma nova lei; raras, serviam para isto de guia solidos principios e vistas profundas sobre a administração do Estado.

As cousas exerciam seu poder, os acontecimentos e circumstancias dominavam a legislação e provocavam decretos. Estas leis, destacadas dos seus ambitos naturaes, segregadas das influencias explicativas do seu tempo e das circumstancias, perdem seu sentido originario e sua significação especial; são alteradas totalmente e falsificadas quando as accommodem a um mal applicado systema.

[1] *Ordenaçoens do R. Affonso V,* Coimbra, 1792. Prefação, pag. 5, e Liv. I, no principio. Liv. V, tit. 119, § 31. — J. Anastasio de Figueiredo, *Synopsis chronol. de Subsidios,* T. I, pag. 33, 34.

O que ellas contêm de bom senso e experiencia torna-se (sob o ponto de vista de uma época muito diversa) em contrasenso e singularidade. Só podem e devem, por isso, têr o seu logar no seu periodo; e, assim, não perdem pelo isolamento, tanto na sua verdadeira naturalidade quanto perderiam pela sua ligação com leis anteriores e posteriores para formarem um todo scientifico.

Só quando a condição civil do povo e as relações do Estado adquirem maior firmeza, cohesão e harmonia; quando a legislação aspira á unidade e egualdade; quando os impulsos do governo são movidos por *uma* só mão; quando se póde fallar e se falla de um codigo geral, então permitte e exige o assumpto uma exposição especifica e torna-se tão facil como natural o de levantar novamente os diversos fios, dispersos, aqui e alli, em épocas anteriores, para se ligaram a um todo. Seguimos este todo.

A parte principal das *Ordenaçoens Affonsinas* forma as *leis geraes*, decretadas desde o governo de D. Affonso II até D. Affonso V pelos reis portuguezes. Apenas a Carta de Foro dada por D. Affonso I aos mouros forros [1] em Lisboa, Almada, Palmela e Alcacer e encorporada na legislação [2] teve fundamento antes d'aquelle periodo.

Depois d'estas leis é consideravel o numero das que fôram *votadas pelas côrtes* e incluidas mais tarde na collecção affonsina. Já as côrtes do primeiro periodo [3] offereceram ao colleccionador um abundante material. Mais repetidas fôram as reuniões dos estados no reinado de D. João I [4]; nas suas deliberações e decisões referiam-se, na maior parte, a necessidades de momento, e offereciam aos auctores do codigo affonsino pouca materia [5]. Do pequeno reinado de D. Duarte passaram algumas deliberações das côrtes de Leiria, do anno de 1434, para as ordenações.

A legislação affonsina contem apenas poucas determinações dos *foraes* e só poucas tambem podiam ser acceites. Destinados unica-

[1] Volume I, pag. 54.
[2] Liv. II, tit. 99.
[3] Vejam-se convocações das côrtes até á morte de D. Fernando, vol. I, pag. 452-453.
[4] Mencionadas isoladamente nas *Memor. de Litter. Portug.*, T. II, pag. 67-79; as duvidosas a pag. 119-121.
[5] Vêr *ibidem*.

mente ás necessidades particulares de um municipio e motivados por este, não podiam, pela sua natureza, ser adaptados facilmente ou corresponder ás relações geraes do Estado, conforme se haviam desenvolvido no decorrer dos tempos. Algumas leis geraes, decretadas mais tarde pelos monarchas, restringiam abertamente determinações e disposições dos foraes; e muitas novas instituições civis, fundadas no desenvolvimento ulterior e firmeza do poder real e na constituição e administração da justiça, davam aos membros do municipio uma posição subordinada, retiravam-lhes alguns dos seus direitos e limitavam muito sua esphera de acção. O habitante municipal tornou-se successivamente subdito.

Em verdade não renunciou voluntariamente a alguns dos seus direitos e regalias, que se lhes tornaram preciosos, resistindo até durante algum tempo contra as novas instituições (por exemplo a dos *Juizes da fora*). Mas, como via assegurada sua propriedade e direito, mais solido do que anteriormente, e se familiarisou insensivelmente com as novas correlações, tornou-se mais indifferente para com as antigas, cujo espirito e vida desappareciam pouco a pouco e cujas formas já o não prendiam tanto. Deixou morrer, uma apoz outra, suas leis municipaes. Além d'isso, offereciam as amiudadas convocações das côrtes nos tempos ulteriores bastantes occasiões e meios para declararem publicamente as necessidades, desejos e queixas dos municipios e indicarem os remedios para esses males. Mas, como todos os municipios estavam representados pelos seus deputados, as suas propostas só se podiam referir a assumptos de bem commum. Os interesses locaes de uma communa isolada tinham de ceder a vez; não podiam, pelo menos, prejudicar os direitos de outrem. Assim como os concelhos destacados se perdiam no seu conjuncto, formando uma parte organica do corpo do Estado, assim desappareciam os foraes, n'esta correlação, successivamente, pelas resoluções das côrtes. Esta transformação começara[1] logo que foi redigido o codigo affonsino e explica-nos por que, n'este, unicamente se incluiram algumas determinações dos foraes.

[1] Sobre a reforma dos foraes durante o reinado do rei D. Manoel, veja-se adeante opportunamente.

Muito maior numero de themas se foi buscar ao *direito consuetudinario*. Como, já muito antes da separação de Portugal de Castella, esteve em vigor n'este reino, a par do *Fuero juzgo*, um direito consuetudinario [1], identico caso se deu n'aquelle paiz quando se destacou. Os mesmos foraes, conforme fôram conferidos ás povoações, continham na maior parte determinanças do direito consuetudinario e, á face d'este *direito escripto* (n'aquelle tempo chamado *Foros* e *Foraes)* havia outro *direito não escripto* (sob o que se comprehendia os *Costumes* e *Usos)* que nos foraes óra era supposto como direito auxiliar e complementar, óra expressamente nomeado ou collocado ao lado do foral [2]. Nas confirmações regias dos foraes o direito dos *Costumes* e *Usos* é mencionado expressamente e confirmado. [3] Os Costumes estavam, em parte, em vigor por todo o reino, em parte em alguns districtos, e mesmo n'algumas povoações.

Fôram escriptos mais tarde, principalmente pelo tempo de D. Affonso III, quando se multiplicaram os foraes, se levantaram os municipios, sentindo a sua força e aprendendo a comprehender os seus direitos, e logo que appareceram ao mesmo tempo leis geraes que atacavam os direitos locaes e costumeiros. Os Costumes de valôr geral passaram insertos, na mór parte, para o *Livro das Leis e Posturas antigas*, conservado ainda hoje no archivo real; os Costumes das povoações isoladas fôram encorporados n'aquelles cadernos ou collecções que serviam de codigo aos municipios e em que, geralmente, precedia o foral da localidade ou districto; seguiam os

[1] N'uma doação, feita por Ordogno I á egreja de S. Salvator, em Oviedo, no anno de 857, se diz de um castigo applicado a um certo delicto: *Sicut est usus terræ* («Espagna sagr.», Tom. 37, pag. 323) e no quarto capitulo do concilio de Leão, onde se falla da pena attribuida ao roubo: *more terræ*. («Espagna sagr.», T. 35, pag. 341).

[2] No foral conferido pelo bispo de Viseu aos habitantes de Couto da Sé, no anno de 1251, diz elle, depois de exprimir o que têm a pagar: «*secundum* consuetudinem terræ». No foral de Portel (1262) se diz: *Outorgamos a todos os Povoadores de nosso Castello de Portel...* foros, e costumes *da Cidade de Evora*. «Memor. da Acad. Real», Tom. VII, pag. 356.

[3] No foral de Silves, do anno de 1266: «*forum, usum, et consuetudines Civitatis Ulixbon., excepta jugada de pane etc.*»

*

Costumes, addiccionando muitas vezes algumas leis geraes, que a auctoridade municipal mandara copiar para seu serviço.[1] Como algumas povoações adoptavam os foraes das outras, assim tambem tomavam os Costumes e Usos.[2] Em casos duvidosos, um municipio consultava os outros para conhecer o processo e uso que estes empregavam.[3] Os Costumes accrescentados aos foraes eram em parte apenas esclarecimentos ou ampliações (ás vezes até restricções) ás determinanças que elles continham; em grande parte, porém, tambem novas disposições e normas de direito.[4] São muito mais extensas que os foraes a que estão ligadas.[5]

De tempos a tempos eram submettidos os diversos costumes a uma revisão, por ordem do rei; e óra confirmados óra alterados pelos corregedores apostos a este trabalho.[6] Com relação ao contheudo, o direito consuetudinario teve sua origem na maior porção das leis visigodas, modificadas, por diversas fórmas, pelas influencias das circumstancias do tempo, da posição e desenvolvimento do

[1] *Collecção de livros ineditos de Hist. Port.*, T. IV, pag. 529. Vejam-se tambem, como exemplo; os diversos appendices ao foral da Guarda, T. V, pag. 399 e seg.

[2] Assim acceitou o municipio do Gravão os costumes de Evora no seu foral, como «*Estes son foros e Costumes e Usos e Joyzos devora, que nos deron en alcaçar pera os de Garvan*». «Collecção etc.», T. V, pag. 380.

[3] Além de outras cousas, pediu o municipio de Gravão á auctoridade municipal de Lisboa informes sobre certas relações de direito entre os mouros e christãos e recebeu d'aquella a resposta, com a seguinte observação: «*que assi se usa em nossa villa antre os Chrischaos e os Mouros etc.*» «Ibid», pag. 391.

[4] Nos foros de Santarem, p. ex., diz já o titulo dos costumes: «*Aqui se começan os Costumes, e os ussos da Vila de Santarem, e de seos termhos, que* nom som todos na Carta».

[5] O foral de Santarem, impresso na collecção mencionada, occupa apenas 10 paginas, emquanto que os costumes d'esta villa enchem 38 laudas; o foral de S. Martinho de Mouros preenche apenas 2, emquanto que os costumes d'esta povoação occupam 25 paginas.

[6] O direito consuetudinario de S. Martinho de Mouros, p. ex., foi revisto (sob ordem do rei) pelo corregedor Affonso Anes, costume por costume, confirmado, explicado ou ampliado, augmentado mesmo com novas determinações, escripto tudo depois, por indicação do corregedor, pelo tabellião geral da Comarca do Meyrinhado, sellado com o sello d'essa comarca e assignado pelo corregedor. *Collecção* etc., T. IV, pag. 594 e 607.

povo.[1] Sahido em parte da essencia vital da plebe e ramificado em todas as suas relações, podia o jus consuetudinario ser considerado de preferencia como o nacional; e, de facto, se ostenta durante algum tempo como um espelho que reflecte a imagem da nacionalidade sob o ponto de vista do direito.[2]

Todavia, o jus consuetudinario não póde resistir aos effeitos da mudança dos periodos e das opiniões novas, que alastram; e, se se conserva e sustenta tambem durante algum tempo nas suas bases e materias de equidade, succumbe, comtudo, no processo juridico, ao impulso vigoroso das formulas romanas. Já pelo fim do cyclo anterior se manifesta a influencia do direito romano sobre o processo juridico[3] e quasi que não póde ser incluido dentro das fontes puramente nacionaes nos tempos subsequentes, em que se effectuou a aggregação de algumas determinações do direito consuetudinario na collecção affonsina; fórma, pelo contrario, a passagem para as fontes *estrangeiras*.

Entre estas, topa-se em primeiro logar o *direito Justiniano*, com as explicações dos glosadores. Logo pelo fim do periodo precedente existiu em Portugal um homem[4] que, voltando á terra lusitana ao cabo dos seus estudos nas universidades estrangeiras e precedido do renôme de eminente jurisconsulto, foi honrosamente acolhido na côrte de D. Fernando. As mudanças, que occorreram logo depois da morte do rei, abriram uma vasta e brilhante esphera de acção ao activo João das Regras, em que desenvolveu todas as suas distinctas qualidades e elevados conhecimentos. Teve, como vimos, na regia eleição do mestre da Ordem de Aviz uma grande influencia, e não menor sobre a pessoa de D. João quando este subiu ao throno. João das Regras foi erguido pelo rei aos mais altos e influentes cargos publicos e consultado nos mais importantes assumptos do governo. Tudo isto favoreceu a auctoridade da jurisprudencia e, principalmente, do direito romano, porque o direito

[1] Veja-se vol. I, pag. 495.

[2] Vejam-se os costumes e usos de Santarem na *Collecção de Livros ineditos*, T. IV, pag. 541 e seg.

[3] Veja-se vol. I, pag. 495 e seg.

[4] Veja-se vol. I, pag. 495.

nacional não o foi elle, decerto, estudar a Bolonha. Similhante circumstancia, de per si só, explicaria a razão por que o direito romano n'este reinado se foi introduzindo, obtendo cada vez mais valimento. Se, comtudo, João das Regras verteria para o idioma patrio o codigo Justiniano, com as explicações de Accursio e Bartolo, conforme affirmam mais tarde alguns escriptores portuguezes [1], segundo uma indicação, pouco segura, de Duarte Nunes de Liaõ [2], não se pode comprovar nem pela chronica de Fernão Lopes, quasi seu contemporaneo, o qual nada diz a similhante respeito, ainda que tivesse tido bastantes motivos de mencionar este trabalho de João das Regras [3], nem por qualquer outro vestigio d'essa pretendida traducção, apezar de todas as pesquizas pelos lusos emprehendidas em seus archivos. [4]

Tambem sobre a redacção do codigo geral não podia João das Regras exercer influencia immediata, porque já havia fallecido (provavelmente em 1404) quando D. João, a pedido dos estados, ordenou este trabalho. Só de uma maneira indirecta lograria ter contribuido, como chefe influente e exemplo poderoso dos muitos legistas, dos licenciados e doutores de direito, que occupavam [5] no reinado de D. João os altos cargos e que deviam todos, mais ou menos, sua posição e sua auctoridade ao conhecimento do direito romano, que, por inclinação e vantagem, tanto deligenciavam divulgar. Mas, n'estas circumstancias, não é para estranhezas quando um olhar investigador sobre o codigo affonsino descobre que, entre as leis patrias, muitos titulos são apenas reducções ou ás vezes até tra-

[1] Manoel de Faria e Sousa, *Europa Portug.*, T. II, Part. 3, cap. 1, pag. 325. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusit.*, T. II, pag. 732, e outros.

[2] *Chron. do R. João I*, cap. 99, e no seu compendio: *de vera Reg. Portugal. Genealogia.*

[3] *Chron. do Rey João*, Part. I, cap. 176.

[4] Já Pascoal José de Mello Freire se queixa, na sua *Histor. jur. civil. Lusit.*, pag. 77: *Nondum curiositatem meam ita potui explere, ut Justiniani Codicem a tanto talique viro cum Accursii, et Bartholi, quas probaverat, interpretationibus, patrium in sermonem translatum viderem* — comquanto elle acceite aquella indicação como certa. Foi combatida por José Anastasio de Figueiredo nas *Memor. de Litter. Port.*, T. I, pag. 291 e seg.

[5] Para uma série de exemplos vejam-se as *Memor. de Litter. Port.*, T. I, pag. 289.

ducções litteraes das leis imperiaes e dos paragraphos das institutas de Justiniano, com as diversas glossas de Accursio e Bartolo.

Como mediação entre as duas fontes estrangeiras da legislação affonsina, o direito romano e canonico, devem ser indicadas aqui as *Siete partidas*. Estas leis, conforme já anteriormente se notou[1], fôram, na sua mór parte, extrahidas do codigo Justiniano e das decretaes pontificias, e não podiam ser consideradas como estrangeiras no sólo onde começavam a acclimatar-se aquellas duas plantas exoticas. Desde que, no reinado de D. Diniz, fôram vertidas para a lingua patria lances inteiros d'ellas, passaram para as leis portuguezas, introduzindo-se assim, directamente vindo de Castella, o direito romano e canonico na legislação lusitana.

A maneira como o *jus ecclesiastico* se introduzira em Portugal, ficou já referida. Sua influencia sobre a legislação affonsina manifesta-se em toda a parte onde o espirito das decretaes encontrava ensejo de penetrar e mesmo alli onde as pretensões inadmissiveis do clero ácerca do poder temporal fôram repellidas e os conflictos entre os poderes espiritual e temporal se conciliaram por modo constitucional; nas chamadas concordias, apezar de todas as resistencias dos reis, apresentam-se com maior força as tendencias e direcções hierarchicas, que no direito canonico encontravam seu fim e seu ponto de apoio. Estas mesmas concordias dos reis D. Diniz e D. Pedro, a que se deve additar n'este periodo ainda a Concordia do rei D. João, onde se manifesta com mais vigor aquella resistencia, fôram incluidas nas ordenações de D. Affonso V.[2]

Quanto menos as leis, extrahidas de tão variadas fontes, da collecção affonsina concordassem e se fundissem n'um todo harmonico; quanto menos se podessem evitar determinações ambiguas, mesmo discrepancias, apparentes ou reaes; quanto menos chegassem as varias leis tiradas dos diversos systemas de direito, tanto mais necessario se tornava que os legisladores apresentassem regras segundo as quaes se deviam empregar, em casos duvidosos ou não previstos, os diversos codigos, pelo grau de seu valor. As ordenações de D. Affonso contêm sobre este ponto as seguintes instrucções:

[1] Veja-se vol. I, pag. 478 e 493.
[2] Liv. II, tit. 1-7.

Quando n'uma lei do reino ou no uso da côrte ou no antigo direito consuetudinario do paiz existirem disposições sobre qualquer caso, deve-se julgar por estas, ainda que as leis «imperiaes» (isto é, romanas) contenham outras disposições sobre tal objecto; porque onde uma lei do Estado decide não devem prevalecer outras leis. Não havendo, porém, d'aquellas, decide então o direito romano e canonico.

—Succedendo contradizerem-se as leis imperiaes e canonicas, deve em assumptos seculares e espirituaes empregar-se as ultimas, quando o caso seja de tal natureza que a applicação das leis imperiaes fôsse um peccado contra a Egreja.[1] Não se dando, porém, similhante hypothese n'um assumpto secular, devem ser seguidas as leis imperiaes, ainda que as canonicas contenham n'esse ponto uma disposição contradictoria.—Quando o caso não esteja previsto na lei do reino, nem pelo uso e costume, nem nas leis imperiaes e decretaes pontificias, então observar-se-hão as glossas de Accursio incorporadas nas leis imperiaes. Não havendo n'estas nada determinado, decide a opinião de Bartolo, ainda que os outros doutores affirmem o contrario.[2] Não existindo nem uma disposição ácerca de qualquer facto, deve este ser presente ao rei para final decisão. Com esta não só fica julgado o caso, como estabelecida lei para outro identico.[3]

Quanto á *divisão* da collecção affonsina, distribuição e disposição das materias, parece que serviu de guia aos auctores d'este tra-

[1] Os legisladores apresentam como lição: «*pode se poer exemplo no possuidor de maa fé, que segundo as Leyx Imperiaaes per trinta annos possoindo sem titulo, prescrepue a cousa alhea, e segundo Direito Canonico, o possuidor de maa fé nom pode prescrepver per nenhuũ tempo — se em tal caso se guardassem as Leys Imperiaaes, guardandoas necessariamente trazeria pecado ao possuidor, o que nom devemos a consentir, maiormente que em tal caso devemos necessariamente obediencia ao Padre Santo, e aa Santa Igreja, de que os Canones procedem etc.* Livro II, tit. 9, 2.

[2] Porque, continúa o legislador, estamos certos de que no tempo de nossos paes e avós sempre assim foi uso e tambem nos parece, conforme já ouvimos mais de uma vez a muitos litteratos, que sua opinião era geralmente mais justa que a de qualquer doutor e que de outra forma, como a experiencia instrue claramente, entre desembargadores existia grande confusão.

[3] *Codigo Affons. V*, liv. II, tit. 9.

balho a collecção das decretaes de Gregorio IX, visto que em analogo sentido as duas collecções combinam na mór parte. A collecção está dividida em cinco livros, dos quaes o primeiro contém as disposições legaes sobre as auctoridades superiores e inferiores da justiça e finanças, da guerra e da casa real; o segundo, a jurisdicção, pessoas e bens dos ecclesiasticos, rendimentos reaes e sua locação, a jurisdicção dos donatarios e, finalmente, as relações dos judeus e mouros tolerados; o terceiro, os actos judiciarios e o processo; o quarto, os contractos, successões, tutellas e testamentos; o quinto, os delictos e penas.[1]

Quanto á *fórma* observada nos titulos dos cinco livros, predomina a seguinte: Titulos, cuja fonte fôsse uma antiga lei, um capitulo das côrtes, um direito consuetudinario, etc., começam com uma breve introducção historica, em que o rei, que decretou a lei e convocou as côrtes, e o local onde se effectuaram, são mencionados; em seguida, a propria fonte, com as mesmas palavras do auctor. Se são muitas leis ou capitulos, uma explicação historica compõe a transição de umas para outros. Á fonte invocada se liga a immediata confirmação do rei D. Affonso V, caso elle ordenasse simplesmente seu cumprimento ou as explicações, emendas, ampliações ou restricções, caso fôsse julgada necessaria qualquer alteração. Os titulos, porém, em que, em nôme de D. Affonso, se davam novas leis, por ex. as que eram pelos compiladores extrahidas do direito romano, são redigidos em estylo legislativo, como se usou geralmente depois nos codigos portuguezes, comquanto tambem não raras vezes eram precedidos de observações preliminares. Diverge, porém, d'esta fórma, seguida nos quatro livros, o primeiro, onde são redigidas quasi todas as leis em phraseologia legislativa, sem indicações historicas.

O motivo d'este facto não póde ser indicado com segurança. É provavel que o primeiro livro provenha d'outra mão, talvez d'aquelle João Mendes, que, como acima se notou, foi pelo rei D. João encarregado d'este trabalho.[2] Seu successôr, Ruy Fernandes, abando-

[1] Além da collecção, veja-se a *Prefação*, pag. 6, e *Synopsis chronol. de subsidios para a Historia* etc., T. I, pag. 34 e seg.

[2] Prefação, pag. 8. *Synopsis*, pag. 91.

nando o systema de seu antecedente, adoptou, para elle mais commodo, um processo que, apezar de não corresponder, em fórma e linguagem á actual legislação, obteve o reconhecimento do futuro historiador; porque o antigo uso de fazer preceder ás leis as circumstancias, motivos e causas que as provocaram, os fins que se deviam obter e os males que cumpria remediar, a natural franqueza com que tudo isto frequentemente succede revelam ao historiador estados e indicam-lhe vestigios e impulsos que lhe quedariam prohibidos e occultos. E poderia o proprio futuro legislador dispensar estas revelações e indicações?

Que a collecção affonsina foi, de facto, posta em vigor (o que ha constituido thema de duvida) prova-o (entre outras cousas) a referencia que a ella se fez nas côrtes de Evora, que principiaram em 1481 e findaram no anno de 1482, em Viana d'apar d'Alvito.[1] Comtudo, estiveram pouco tempo em uso; porque já no reinado de D. Manoel foi publicado e introduzido um codigo geral. Em virtude d'este novo, cahiu em tal esquecimento o affonsino que só foi impresso 346 annos mais tarde, em 1792.[2] Todavia, ficará sendo para sempre uma fonte altamente importante da historia interna de Portugal, e o conhecimento da sua lei o monumento mais duradouro e bello do infante D. Pedro e sua regencia.

[1] Prefação, pag. 10, onde estão indicados os respectivos logares.

[2] Em Coimbra. *Na Real Imprensa da Universidade. Por Resolução de S. Magestade de 2 de setembro de 1786.* Sobre a quantidade e valor dos manuscriptos de que se serviram os auctores, sobre o trabalho a que se propuzeram etc., veja-se, além da já indicada prefação, a *Synopsis chronol. de subsidios para a Historia da Legislação Portug.*, por J. A. de Figueiredo, pag. 39-42.

CAPITULO V

REINADO DO REI D. AFFONSO V

DE 1448 A 1481

Conquistas e descobertas dos portuguezes em Africa. Guerra de D. Affonso com D. Fernando e D. Isabel por causa do throno de Castella. Viagem infeliz do rei a França. Paz entre Castella e Portugal. Fim de D. Affonso.

1) D. Affonso em Africa. Conquistas dos portuguezes na costa septentrional da Africa e descobertas dos mesmos na occidental

Os portuguezes mantêm seu olhar fixo na Africa. Preparativos para uma expedição contra os mouros. D. Affonso parte com uma esquadra para Alcacer. Conquista d'esta cidade. Duarte de Menezes, commandante da mesma. Cerco da praça pelo rei de Fez. Sua retirada. Novo sitio sem resultado. Desgraçada empreza de D. Affonso contra Tanger. Tentativa, ainda mais infeliz, do infante D. Fernando contra aquelle ponto. Incursão de D. Affonso em contra de Arzilla. Morte do conde de Viana, Duarte de Menezes. O rei volta para Portugal (1464).

Essencialmente differentes são os tempos do reinado de D. Affonso v dos da regencia.

N'estes attrahiam toda a attenção os movimentos e intrigas dos grandes, suas perseguições, traiçoeiras ou violentas, contra D. Pedro. Alguns apenas se apresentavam a manobrar francamente, em parte tambem ás occultas. A grande massa dos habitantes quedava tranquilla; mas, se uma fracção se deixava impellir pelos partidos, era sequer um estado isolado, a nobreza ou os municipios, geralmente os habitantes de uma cidade. No reinado de D. Affonso, pelo contrario, é o paiz que entra em acção, o total das forças activas e poderosas. E taes energias acham-se n'uma excitação violenta, não umas contra as outras ou contra o reino, mas, principalmente, contra o exterior, contra as nações, proximas e affastadas, do estran-

geiro. Os que não se dedicavam ás viagens maritimas ou de descoberta, conduzia-os D. Affonso ás conquistas na costa de Africa e, depois, para a lucta contra Castella, que não queria reconhecer suas pretensões ao throno.

Nenhum rei portuguez antes de D. Affonso v e nenhum depois d'elle fez n'aquella parte do mundo mais consideraveis conquistas; e D. Affonso v bem mereceu o cognôme de o *africano*, que lhe conferiram. No seu reinado, póde dizer-se, desenrolou-se o drama da historia lusitana não em Portugal, mas na Africa, depois em Castella; e um episodio ou melhor um dialogo do mesmo effectua-se no solo francez.

Africa é, porém, a terra da promissão de D. Affonso v, a patria dos seus desejos e planos favoritos. Alli vive seu espirito, ainda que sua pessoa habite em Portugal; na sua patria é (por assim dizer) apenas um hospede. É esta a censura que fére o rei, assim como a Africa é o theatro da sua gloria. Mas tambem o povo nobilitou, sob o reinado de D. Affonso, o nôme portuguez n'aquella parte do mundo. Nos feitos gloriosos que alli praticou, transluz o piedoso zelo pela fé christã, o ousado espirito emprehendedôr, o grandioso heroismo, que então animava toda a nação e, principalmente, a nobreza e o cavalleirismo. Certamente que foi mais ou talvez só este espirito fanatico quem impelliu os portuguezes e seu rei para similhantes emprezas, e não a calculadora prudencia politica, comquanto esta as aconselhasse. Pondo de parte, porém, que taes viagens occupavam os animos inquietos e levavam o fomento para fóra, tornavam, comtudo, os portuguezes ainda mais familiares com um elemento que, attendendo ao limitado perimetro do seu habitat, abria uma grande e immensa região ao despertado espirito emprehendedor e ao frenesi das descobertas. As repetidas travessias á costa de Africa tornaram-se para os portuguezes uma escola de navegação e hydrographia. Com as passagens frequentes á Africa, aprendeu-se a navegar mais tarde para a India. Para estas mais affastadas emprezas e acquisições, tornaram-se as conquistas e possessões na costa septentrional da Africa novos pontos de partida, ancoradouros e defezas; e, affastando os lusitanos os incommodos inimigos da sua proximidade, transformavam seus logares e fortalezas em seguros refugios para seus compatriotas, quando (na volta

das suas viagens ou nas suas incursões) se viam surprehendidos por qualquer adversidade.

Em todas estas relações, excitam e merecem as conquistas dos portuguezes na costa septentrional da Africa toda a attenção, ainda que não exerçam sobre o reino de Portugal senão o triste effeito immediato de terem debilitado as forças do reino com o sangue e dinheiro que custaram. As consequencias futuras das suas emprezas fòram tão pouco presentidas quanto as causas determinantes entravam no circulo do calculo e intenção humana.

Um acontecimento no remoto oriente da Europa operou poderosamente sobre o longinquo occidente d'esta parte do mundo. Quando, no meado do seculo xv, Constantinopla cahiu em poder dos ottomanos, exhortou o papa, Nicolau v, os principes europeus a emprehenderem uma cruzada contra os infieis. Encontrou pouca adhesão. Provou-se quão pouco tenso estava o unico vinculo que, na antiga edade media, estreitava os povos e principes da christandade europea; objectos muito diversos occupavam agora os christãos. Mas, no extremo occidente, impelliu aquelle acontecimento o governante de um pequeno paiz a uma empreza que não visava a retomar Constantinopla mas a affastar e enfraquecer os infieis. Aquelle espirito piedosamente cavalleiresco, que, na mór parte dos paizes da Europa, cedeu a uma diversa tendencia ou que degenerou em violentas turbulencias e brigas, tão prejudiciaes ao povo como aos soberanos, conservou-se em Portugal, durante um longo espaço de tempo, em toda a sua nobreza. Ainda se encontrou aqui com um elevado sentimento de um povo, agitado pela seiva juvenil, com um sentimento que nutria aquelle espirito e era nutrido por elle. Ainda que os mais circumspectos d'entre os nobres e grandes de Portugal se houvessem dedicado a outro objectivo do que aquelle que proseguia o espirito cavalleiresco, um rei, cuja ambição juvenil transpunha facilmente a direcção indicada pelo seculo, um soberano, para quem conquistar era o mesmo que governar, para quem a guerra contra os infieis era servir a Deus, teria certamente arrastado comsigo a massa popular.

Entretanto que o appello do papa não encontrava echo nos outros paizes, promettia o autocrata portuguez o de armar, á custa propria, durante um anno, doze mil combatentes; equipou os na-

vios e fez os necessarios preparativos para uma longa expedição, com tão importante despesa que o povo não deixou de queixar-se amargamente.[1]

Apenas a insufficiencia dos proprios recursos e a indifferença dos demais soberanos, com cujo auxilio D. Affonso contava, demoraram a expedição do tentamen. O monarcha comprehendia bem o perigo em que se lançava e a perda certa que tinha de soffrer, se elle, elle só, se empenhasse na lucta contra os turcos.

Por outro lado, o marquez de Valença e seus adherentes aconselhavam incessantemente esta campanha, como alguns julgavam, para separar o rei de sua esposa, que elle, como principal auctor das violencias exercidas contra seu pae, temia. N'este entrementes succederam acontecimentos que reclamaram toda a actividade dos portuguezes. Piratarias perpretadas n'aquelle tempo pelos francezes em navios lusos e de que os negociantes portuguezes se queixaram publicamente perante D. Affonso, exigiam (primeiro e sobre tudo) a protecção da frota real. Emfim, houve terceiro motivo para uma expedição maritima, que, sempre convidativa para os portuguezes, não podia ser rejeitada.

O chefe de Fez, sabendo que o imperante de Portugal se preparava para uma longinqua expedição contra os turcos, avançou, aproveitando sua ausencia, com um exercito, em frente de Ceuta. Pouco depois, levantou o cerco d'esta cidade, porque a encontrou melhor armada e defendida do que suppunha; mas com o firme proposito de voltar, em breve, com mais bateria e forças, á sua reconquista. Para o bellicoso monarcha, que ardia em desejos de assignalar por um brilhante feito de armas seu novo reinado, foi isto um convite seductor. O temerario soberano mouro bem merecia castigo, e tanto o dever como a honra recommendavam o soccorro de Ceuta. Uma victoria sobre aquella parecia tão gloriosa como certa, e uma nova conquista no paiz dos infieis tão provavel como vantajosa.

D. Affonso estava decidido a seguir o repto que partia de Africa, quando uma serie de acontecimentos no seio da familia real se

[1] «*Nam sem grandes lamentaçoens do Reyno*». Ruy de Pina, ***Chron.** do S. Rey D. Affonso*, cap. 135.

oppôz á execução de seus planos. Em 3 de maio de 1455 a rainha, como acima se referiu, deu á luz o infante D. João, a quem, no mez seguinte, os tres estados do reino prestaram homenagem como herdeiro ao throno. Ás festas celebradas na côrte e ao jubilo em todo o paiz por este fausto acontecimento e pelo matrimonio, que, logo em seguida, se realisou da irmã do rei, a infanta D. Joanna com o rei de Castella, Henrique IV, seguiram, como egualmente se relatou, as exequias do infante D. Pedro, pae da rainha, ás quaes succedeu pouco depois a morte de sua infeliz filha, a propria rainha (2 de dezembro de 1455) e seu enterramento, em janeiro de 1456.

No mesmo anno o rei mandou buscar o cadaver de sua mãe, fallecida em Toledo, a rainha D. Leonor; recebeu-o, acompanhado dos grandes e prelados do reino, em Elvas, com todas as solemnidades, e ordenou que o depositassem na Batalha, junto da sepultura de seu esposo, o rei D. Duarte [1].

Quando o papa Calixto III exhortou os soberanos da Europa a uma cruzada contra os turcos,[2] enviou tambem um sabio e considerado portuguez, o bispo de Silves, com um bulla de cruzada, ao rei de Portugal.[3] D. Affonso tambem n'esta occasião se promptificou a cumprir a promessa dada anteriormente e activou, com o maior zelo, os necessarios preparativos. Para alcançar nos paizes estrangeiros aonde o conduziam as operações da cruzada, para o dinheiro portuguez, maior valor, mandou cunhar de fino ouro aquelles *cruzados (d'ouro subido)*, que eram superiores em dois graus[4] no peso (ainda que não em valor) ás moedas similares dos outros estados christãos, aos ducados; porque, no tempo de seu pae e até á occasião, não se tinha cunhado outra moeda além dos escudos de pequeno valor *(d'ouro baxo)*, que não corriam fóra do paiz ou eram acceites apenas com grande prejuizo.[5]—Assim como o rei pensava

[1] Pina, cap. 136 e 137.

[2] Raynald, cont. Baron., «an. 1456», VIII.

[3] Pina, cap. 138.

[4] Pina, cap. 138. *Elucidario*, Supplem., pag. 32. Os cruzados valiam então 400 reis, mais tarde 600 e, por ultimo, 640. Tambem os reis D. João II e D. Manoel mandaram cunhar cruzados. Souza, *Hist. geneal.*, Tom. IV, pag. 220.

[5] Rasão por que D. Manoel os mandou retirar da circulação. O escudo valia 90 reis. *Elucid.*, I, pag. 414.

nos meios indispensaveis para a realisação da empreza, assim diligenciava obter para a expedição homens cujo valôr conquistasse, no estrangeiro, o respeito e consideração ás armas portuguezas. Suas vistas se fixaram, sobre tudo, n'aquelle joven D. Pedro, filho do desditoso infante, que exercera gloriosamente o elevado e brilhante cargo[1] de condestavel de Portugal e que, agora, supportava com não menos valôr sua desventura. Banido e exilado em terra castelhana, vivia na miseria; depois de demittido do seu cargo, expulso da patria e privado de seus haveres e dignidades, apresentava-se como um homem que ainda nada perdera, porque ainda contava comsigo; e, com uma coragem acima de seu infortunio, nunca desmentiu, em palavras ou acções, sua dignidade, jàmais soltando um queixume a proposito das desgraças que soffria nem ácerca dos auctores que as tinham acarretado sobre sua cabeça.[2]

Esta mesma elevação de sentimentos determinou D. Affonso a chamar á sua patria o exilado. O rei, na campanha projectada, não queria sentir a falta de um tal cavalleiro e convidou-o a tomar parte na empreza. Tambem o duque de Bragança que, outr'ora, tinha arrancado ao monarcha a promessa de não permittir, durante sua vida e sem sua annuencia, a volta de D. Pedro, não se oppoz por mais tempo, porque, depois da morte da rainha desapparecera, successivamente, seu receio (ainda que não diminuira sua suspeita; pelo contrario, augmentara, agora, contra elle) e a promessa perdera muita da sua importancia.

D. Pedro recebeu, segundo parece, todas as suas propriedades; foi reintegrado na dignidade de mestre da ordem de Aviz (o cargo de condestavel déra-o D. Affonso a seu irmão D. Fernando) e serviu desde então o rei com lealdade, até que foi chamado de Ceuta, pelos catalães, para Barcelona.[3] Emquanto que D. Affonso reunia as for-

[1] Então tinha, como condestavel, uma guarda de cem bésteiros. Sousa, *Hist. geneal.*, T. II, pag. 84.

[2] *... que com muyta pacyencia de grandes necesydades e desaventuras, que em seu desterro soportava, e com huma louvada temperança, que em suas fallas e obras pera el Rey, e pera o Reyno sempre teve, obrygou e comoveo El Rey pera o retornar em seus Reynos, e lhe fazer aquela honra e mercee, que elle por muytas causas merecia.* Pina, cap. 138.

[3] Sousa, *Hist. gen.*, T. II, pag. 86 e seg. Pina, cap. 151. Lião, cap. 33

ças dispersas de Portugal, empenhava-se simultaneamente por se assegurar do auxilio de chefes estrangeiros. Suppondo em todos os principes christãos a mesma condição e tendencias que o animavam, elle contava com o seu auxilio e enviou, primeiramente, um fidalgo de sua casa, Martim Mendez Berredo, ao rei de Napoles, seu parente, pedindo-lhe que coadjuvasse o exercito portuguez em sua travessia pela Sicilia e Apulia. Berredo não encontrou, porém, nem em Napoles, nem na restante Italia, a desejada coadjuvação. Depois de D. Affonso haver concluido os seus preparativos, á custa de extraordinaria despesa, deu d'isto conhecimento a quasi todos os soberanos christãos e convidou-os para uma cruzada commum. Mas em parte alguma se manifestou uma vontade sincera. O rei não deixava de comprehender que suas forças, sós ou apenas auxiliadas por poucos estrangeiros, eram insufficientes para uma tal empreza, que lançaria, fatalmente, os portuguezes na perdição e que acarretaria sobre si a deshonra e a vergonha e, além d'isso, o desagrado dos restantes principes catholicos. [1]

Foi depois de tudo isto que o assumpto se examinou maduramente em todos os sentidos, ponderando-se ao rei o perigo da expedição para Portugal, tanto no interior como no exterior.

Aconselharam-o a governar seu paiz em paz e justiça, e a transferir o arriscado projecto, até que os outros soberanos se unissem a elle. Indicaram-lhe a Africa, «se desejava satisfazer o impulso do seu piedoso coração e mostrar-se como uma verdadeira vergontea do tronco real; alli combatia o mesmo inimigo do christianismo e obteria, com mais segurança, maior gloria e melhores vantagens». As vistas de D. Affonso se dirigiram então para Tanger, decidindo-se o ataque a esta cidade com um exercito de 25:000 homens, fóra a marinhagem (1457).

Pouco depois rebentou a peste em Lisboa, onde as tropas se deviam reunir e embarcar, fugindo D. Affonso para Estremoz. Aqui as novas queixas sobre piratarias, exercidas pelos francezes contra seus subditos, o obrigaram a equipar uma frota de vinte navios e outras embarcações, para proteger a costa e os negociantes portuguezes. As hostes, levando á sua frente muitos nobres da côrte, dispu-

[1] Pina, cap. 138.

nham-se a fazer-se de véla quando uma carta do commandante de Ceuta, o conde de Odemira, fez suspender a marcha. O conde pedia soccorro contra o rei de Fez, que se preparava para cercar Ceuta. Immediatamente fôram alguns senhôres com milicias em soccorro da cidade, até que D. Affonso, impaciente de se medir com o soberano mouro, conduzisse em pessoa o exercito para lá. Com isto, se pôz de parte, segundo parece, a protecção do commercio maritimo de Portugal, ou talvez não se attendesse n'este lance ao perigo menor.

Conhecendo-se, porém, que Ceuta não estava ameaçada, novamente se lançou mão do plano anterior contra Tanger; trocou-se, porém, este com outro contra Alcacer Ceguer, quando o commandante de Ceuta, conhecedor da posição, fraquezas e meios de defensiva das forças mouras, recommendou ao rei, apresentando rasões inquestionaveis, um assalto a esse ponto. Por causa da molestia, que continuava a grassar em Lisboa, foi decidido que o rei embarcasse em Setuval; o marquez de Valença no Porto; o infante D. Henrique no Algarve. No ultimo dia do mez de setembro do anno de 1458, se dirigiu D. Affonso, depois de ter ouvido missa e de haver recebido a consagração para a santa lucta contra os infieis, com seu irmão D. Fernando, com D. Pedro, filho do infante D. Pedro, muitos grandes e fidalgos, em procissão solemne para o porto de Setuval; dobrou, com uma frota de noventa vélas, no dia 3 de outubro, o cabo de S. Vicente e desembarcou em Sagres, onde o infante D. Henrique esperava o rei e sua comitiva. Logo que em Sagres se reuniram á frota real os navios vindos do Mondego, do Porto e outros logares, o rei, n'um discurso cheio de força e ardor, que pronunciou no meio de suas tropas, expôz seus intentos sobre Alcacer; louvou o zelo que até agora tinham mostrado e diligenciou inflammal-o pela via de promessas. No dia 17 de outubro partiu D. Affonso, com duzentas e vinte vélas [1], do porto de Lagos e ancorou, como um vento desfavoravel o não deixasse alcançar Alcacer, no dia 19, na enseada de Tanger, afim de alli esperar os navios que

[1] Duzentas e oitenta, segundo a *Copia das merces, que fez El Rey D. Affonso V*, em Sousa, *Provas*, T. II, pag. 18. O equipamento da frota, com 22.000 homens, custou, segundo o mesmo documento, 115.000 dobras.

faltavam. O aspecto da poderosa povoação de Tanger incendiou a imaginação de D. Affonso; a conquista de uma *tal* cidade se affigurou, para sua coragem juvenil, um trabalho digno e um glorioso premio da briga. Certamente, cederia ao vehemente arrebatamento, se, no conselho de guerra para este fim reunido, não se houvesse opposto as mais profundas rasões contra a realisação d'esse projecto n'aquelle momento. Dirigiram-se então para Alcacer, onde se fez o desembarque com tanta rapidez que não se póde dizer quem fôsse o que primeiro saltou em terra. Quinhentos mouros e um maior numero de peões, que pretendiam evitar o desembarque, fôram atacados pelos christãos com tanta violencia que fugiram, parte para dentro da cidade, parte para a montanha.

Immediatamente se tratou do desembarque das machinas de sitio e da artilheria, e da sua collocação, bem como das tropas, para o ataque. De seguida, o rei, em brilhante armadura, montado n'um soberbo cavallo siciliano, ordenou, n'essa mesma tarde, o de investir com a cidade, talvez mais por apparencia, para conhecer a fórma de defesa dos mouros. Defendiam-se com coragem e energia, causando, com suas frechas e armas de fogo, bastante prejuizo entre os christãos, que, porém, por seu lado atacavam com tão violento impeto que nem o rei nem os infantes os podiam conter.

Não tardou que uma parte do parapeito fôsse derribada; cavalleiros e peões penetravam irresistivelmente pela brecha. Não poderam, comtudo, apezar de toda a sua força e animo, partir a bem defendida porta de ferro. Quando o infante D. Henrique notou o ardor e a resolução de seus guerreiros, correu, sem embargo de haver já começado a noite, com o estandarte desenrolado; e animava, tão prudente como habil no desempenho, os seus, cada vez mais, com um discurso fogoso. Tambem o rei e o infante D. Fernando, vendo suas tropas possuidas de egual espirito, deram o signal para o combate, que começou desde logo com tal impeto e desafio por todos como se cada tivesse tomado sobre si só a decisão. Sobretudo, animavam a presença e exemplo do rei. Sua coragem temeraria affrontava todos os perigos, e suas exhortações inflammavam de maravilhosa maneira a bravura dos combatentes.

Pela meia noute, mandou o infante D. Henrique, que mane-

java com egual destresa a espada e a arma do terror e sobresalto, lançar uma bombarda, causando com isso aos mouros mais pavor e damno. Desesperaram da sua salvação e pediram, sob promessas, piedade ao infante. «O rei, replicou D. Henrique, veio aqui em serviço de Deus e não por causa dos vossos haveres e resgates. Por isso, é sua vontade que vos retireis, com vossas mulheres e filhos e com os vossos bens, e que lhe abandoneis a cidade, com todos os christãos prisioneiros». Os mouros pediram tempo para reflectir e um armisticio durante a noite; mas debalde. O infante activava cada vez mais o ataque. Sollicitaram então apenas uma hora. Tambem isto lhes foi recusado; declararam-lhes, porém, que todos, sem distincção de edade e sexo, seriam passados a fio de gladio, se a cidade tivesse de ser tomada á força. Seguidamente se entregaram os mouros e enviaram immediatamente refens á tenda do monarcha. Suspendeu-se a lucta. No dia seguinte sahiram os habitantes, com suas mulheres, filhos e seus melhores haveres, da cidade,—sem outras represalias; porque pela sua segurança respondia o infante.

De tarde entrou o autocrata, com os infantes e nobres, em procissão, na cidade; dirigiu-se para a mesquita, desde então chamada, como templo christão, *Nossa Senhora da Misericordia;* e ahi, perante o altar inaugurado para este fim, fez as suas orações. Todos endereçaram seu agradecimento á divindade, pela conquista de uma cidade que, «considerando suas fortes muralhas e torres e sua densa população e, ao mesmo tempo, a facilidade com que se tomou, mais parecia ter sido raptada pela mão e graça de Deus [1] do que pela força e energia dos homens». O cargo de commandante de Alcacer, tão sollicitado por muitos, confiou-se pelo rei ao filho natural do conde Pedro de Menezes, Duarte, «em quem se reuniam todas as qualidades de valoroso commandante», accrescentou o rei D. Affonso. [2]

E, de facto, foi bem feita a escolha. De estatura pequena, mas bem proporcionado, muito modesto na meza, Duarte estava sempre prompto a supportar as maiores calamidades, procurando-as, ainda que a necessidade o não obrigasse, unicamente por comprazer. Goso

[1] Pina, cap. 138.
[2] Lião, cap. 29.

e recreação só encontrava em feitos cavalleirescos, «como uma pessoa que manejasse as armas desde seu berço»[1]. Os relevantes serviços que prestou, tanto ao rei como ao reino, e seus feitos guerreiros adquiriram-lhe no successivo a elevação ao condado[2]. O dominio sobre si mesmo; sua gravidade natural, raras vezes interrompida por um sorriso; principalmente, seu são criterio e sua atilada intelligencia tornavam-o apto para commandante. Além d'isto, seu chronista não deixa de notar que Duarte «desde sua infancia ostentara sempre o aspecto e porte de um soberano»[3]; que, dotado de viveza e magnanimidade, era amigo da verdade e justiça; animado de verdadeira piedade, era um severo observador das leis transcendentes: «por isso, accrescentou Pina, coadjuvado sempre pela protecção divina; porque em tantos combates que sustentou contra o inimigo em nenhum foi vencido».

Assim, Duarte conservou e defendeu gloriosamente o que D. Affonso havia conquistado e lhe confiara, como ao mais digno de tal cargo. Outros que se distinguiram na conquista da cidade fôram recompensados pelo rei com a dignidade de cavalleiro. A si proprio D. Affonso erigiu um monumento com o titulo de *Senhor de Alcacer,* que juntou ao antigo dos reis de Portugal[4].

Depois de guarnecer a cidade com tropa, armas e munições, o imperante fez-se de vela para Ceuta. Quando avistou pela primeira vez esta cidade, a grande e gloriosa praça forte de Ceuta, que seu avô, o rei D. João, conquistara n'uma cruzada egual, lembrou-se do seu tropheo, Alcacer, que os proprios mouros denominavam o *pequeno (Cacer el seguir),* comparado com o outro Alcacer, chama-

[1] *Chronica do Conde D. Duarte de Menezes,* de Ruy de Pina, cap. 3, na *Collecção de livr. ined. de Hist. Portug.,* T. III.

[2] O documento passado por D. Affonso em 6 de julho de 1460 (acha-se impresso no fim da mencionada chronica, pag. 372 a 376) elogia Duarte de ter defendido Alcacer como bravo e corajoso cavalleiro, por ter vencido, com o auxilio divino, o inimigo, quando foi cercado, n'esta cidade, pelo rei de Fez, 107 dias, sendo bombardeado com 3200 bombardas.

[3] *... tal, que quasi do berço começou de ter authoridade, e representação de senhoria.*

[4] O titulo completo era: «*Dom Affonso per graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, Senhor de Ceuta e d'Alcacer em Africa.* Pina, cap. 139.

do o *grande (Cacer el quebir)* [1]. Quedou visivelmente abatido em seu sentimento de orgulho, que lhe inspirara a conquista. Da exaltação do triumpho cahiu n'uma séria e profunda meditação. O pequeno Alcacer já não preenchia os vastos horisontes da sua imaginativa; sua sêde de gloria aspirava a cousas maiores [2].

Sabendo do cerco de Alcacer, o rei de Fez correu, com celeridade, em soccorro do ponto, mas, tendo conhecimento da sua tomadia, marchou sobre Tanger, afim de reunir mais forças para a reconquista de Alcacer. Este facto obrigou D. Affonso a fazer augmentar as munições e armas alli. Aconselharam-o a não permanecer por mais tempo em Africa e a voltar para o reino. Outros, receando que a retirada do rei fôsse tida em cobardia, exhortaram-o, pela sua honra, a desafiar immediatamente o soberano mouro para uma batalha. Caso acceite, contava com forças sufficientes para poder vencer; na hypothese contraria, poderia voltar para o seu reino sem recear a censura dos portuguezes e dos estrangeiros. D. Affonso, pundonoroso e bravo como era, optou pelo segundo partido e enviou dois emissarios a Tanger, com uma intimação ao rei de Fez, o qual, porém, já informado do fim da sua missão, mandou atirar bombardas sobre os navios que conduziam os arautos (13 de novembro).

Voltaram, e o rei de Fez partiu, com 30.000 cavalleiros e numerosos infantes, para Alcacer, onde o esperavam já oito alcaides, com suas forças.

Chegado á cidade, mandou bombardeal-a com grandes bombardas e atacal-a, repetidas vezes, por vasta copia de arcabuzeiros de Granada. Mas os portuguezes receberam os assaltantes com tal vigor que muitos d'estes morreram e ficaram feridos. Ao setimo dia approximava-se D. Affonso da cidade para a soccorrer; convenceu-se, porém, de que não podia fazer frente a um inimigo tão superior em forças, que cercava Alcacer pelo lado do mar e terra, e partiu para Portugal, afim de, quanto antes, reunir novos elementos e vir em au-

[1] João de Sousa, *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal*, pag. 18.

[2] ... *ficou triste e pensoso; porque a parecer dos que as viram, tam pequena cousa nam encheo a grandeza e bondade de seu coraçam, e sospirava por outra mayor.* Pina, cap. 139.

xilio da fortaleza. Entretanto, continuaram os mouros a investir fortemente contra os christãos, com sua artilheria de cerco, sem, comtudo, lhe causarem tanto prejuizo como se lisongeavam que o fariam; sua perda não era, porém, pequena. Para que seus projecteis fôssem cahir mais seguramente sobre o centro da cidade, os sarracenos fizeram conduzir uma d'aquellas enormes bombardas que os portuguezes, no reinado do rei D. Duarte, deixaram em seu acampamento diante de Tanger, e na qual, como arremessava projecteis de quatro arrobas, punham toda sua esperança. Mas, apezar de todos os esforços, viram que as muralhas da fortaleza resultavam intactas e que os christãos continuavam sobre ellas, de animo alegre. O exercito infiel, pelo contrario, possuiu-se, successivamente, de desanimo e o pequeno succésso dos seus trabalhos obrigou muitos a fugir, de dia ou de noite, sem embargo da rigorosa pena de morte que se applicava.

Por aquelle tempo appareceu diante de Alcacer Luiz Alvarez de Sousa, enviado pelo rei D. Affonso, com noticias animadoras, aos sitiados. Do mar atirou sua carta n'uma frecha para dentro da cidade; e D. Duarte informou, da mesma fórma, o rei da sua completa falta de polvora e munições, pedindo rapido soccorro. Por precaução, escrevêra a carta em francez. Infelizmente a frecha cahiu no acampamento dos mouros, onde se encontrava pessoa que traduziu a missiva. Esta noticia, escripta pelo punho do commandante, espalhou alto jubilo entre os descridos. Accordaram em que o rei de Fez intimasse pelo merin o commandante de Alcacer a entregar a cidade. Á sua lettra juntou-se a achada. Quando Duarte a recebeu, leu-a sósinho e occultou aos fidalgos o verdadeiro sentido. «Os cobardes infieis, disse, que estão totalmente perdidos, fazem propostas de paz; mas eu vou já responder-lhes».

Escreveu então sua epistola ao merin, cheia de ironia e ameaças. «Sabeis que meu senhôr não me confiou esta cidade, bem como aos seus fidalgos e á restante guarnição, para entregar-vol-a, como pensais: mas que a defendessemos, como a defenderemos, contra ti e contra teu rei e contra todos os reis mouros do mundo, caso avançassem contra nós. Convencei-vos de que estamos firmemente resolvidos a supportar, em sua defesa, não só todo o mal que nos possas causar, o que bem pouco pode ser, attenta a tua cobardia,

mas todo o mal que vier e mesmo a morte. Para que possas reconhecer se estas palavras proveem dos nossos corações, chegai-vos mais de perto para a pugna. E, como o teu rei, segundo ouço, manda preparar escadas, a fim de escalar as muralhas para nos poder combater, dize-lhe que lhe pouparemos este trabalho. Se tanto n'elle como em ti não fallece a coragem, mandarei collocar um certo numero de escadas, que trouxemos para conquistar esta cidade, entre as torres; poderás então ordenar aos teus a que as subam e vereis quaes os esforços que consagramos ao serviço do nosso rei, á glorificação da nossa fé e á conservação da nossa honra. Por este favor, caso o queiras acceitar da nossa mão, não exigimos outra recompensa senão que vos mostreis menos fracos e cobardes do que tendes sido até aqui, porque vencer taes homens não dá gloria nem honra.»

A leitura d'esta carta na tenda do rei produziu, n'este e nos merins e alcaides que se encontravam presentes, espanto, despeito e assombro.—Á assembleia, ruidosa, o alcaide de Tanger, pezando com tranquillidade as disposições dos christãos, fez vêr quanto esta coragem e intrepidez dos sitiados podia custar aos mouros e que a descripção dos males e faltas dos christãos, na missiva em questão, era feita de fórma a obrigar o rei, que se topava longe, a activar e apressar o soccorro promettido; porque quasi não se podia crêr que a cidade, tomada, havia pouco, sob as vistas do autocrata, tivesse ficado sem as sufficientes provisões. Esta observação de um considerado merin, o frio e mau tempo, a falta de munições de guerra, o abatimento dos arabes (que apenas são felizes nos assaltos impetuosos; que cansam, porém, nas longas e difficultosas brigas), seu desgosto sobre o revez vergonhoso de uma empreza a que haviam concorrido com tão soberbas esperanças: tudo isto contribuia para os decidir a tentar um ataque geral e violento contra o inimigo e a tomada do ponto por *um só* golpe. O assalto effectuou-se. Duarte, porém, que previu as intenções dos mahometanos, empregou todos os esforços e repelliu os assaltantes com vigor denodado. Os sitiantes soffreram uma perda consideravel e, como muitos fugiram e se esgotaram, além d'isso, as munições, cessou a lucta, depois de os mouros haverem arremessado 810 grandes pedras para o interior da cidade.

Tambem alguns christãos cahiram e muitos fôram feridos. Já se tornava sensivel a falta de viveres e não se sabia quanto ainda demoraria o exercito sitiador diante da villa. Duarte sollicitara, em vão, soccorro do commandante de Ceuta. De accordo com os fidalgos, ordenou que matassem seus cavallos, para lhes aproveitar a carne e economisar as forragens. Antes d'isso, porém, resolveu-se fazer uma sortida com os cavallos, porque os mouros julgavam que estes já eram mortos. De facto, apenas se contava com trinta, confiados ao filho do commandante, Henrique de Menezes. Emquanto que Duarte sahia, a pé, com grupo escolhido de fidalgos, para recolher algumas munições, deixavam os mouros, como se tinha esperado, seu acampamento e dispunham-se para o ataque, quando, a um signal combinado, que Duarte fez, seu filho investiu com os cavallos e cavalleiros, ricamente ataviados, precipitando-se com impeto contra os inimigos.

Foi então que se desenvolveu a mais ardente e encarniçada pugna do todo o cerco[1]. O joven D. Henrique deu as primeiras provas de uma bravura heroica, deixando antevêr o distincto general que o futuro admirou. O aspecto dos cavallos, julgados mortos, sua belleza e a brilhante armadura dos cavalleiros surprehenderam os mouros; o numero dos ginetes pareceu-lhes dez vezes maior. Outrosim, n'este lance, foi consideravel o prejuizo dos mouros; e seus sacerdotes os aconselharam, logo que assistiram á constancia inflexivel e á coragem, sempre revivente, dos christãos, a assaltar sem interrupção a cidade até perecerem todos, ou então a levantar, ao contrario, o cerco.

O rei adoptou o ultimo partido, a 2 de janeiro de 1459, com a promessa de conduzir na primavera seguinte, contra o ponto, um exercito de duplicada força. Era um indicio do decahido espirito

[1] Quando n'este combate Martim de Tavora, filho de Pero Lourenço de Tavora — o Velho —, senhor do Mogadouro e resposteiro mor do rei D. João I, viu o seu inimigo mortal, Gonçalo Vaz Coutinho, no maximo perigo de vida entre os inimigos, correu, como se fôsse seu irmão, expondo a propria existencia, em auxilio d'aquelle e livrou-o, por sua bravura, do poder dos adversos. Coutinho, commovido por esta bella acção e disposto á concordia, perguntou-lhe: «e agora como fica, respeito á nossa amizade?» «Como era», respondeu Tavora. E assim foi; o antigo rancor continuou. Lião, cap. 30, pag. 239.

militar dos mauritanos, que só baseavam toda sua confiança no numero dos guerreiros. O cerco durou cincoenta e tres dias, e mil e duzentos mouros toparam alli a sua morte; mas comparativamente poucos christãos succumbiram.

Logo que o inimigo se retirou, tratou-se de reparar as obras de fortificação (22 de março de 1459). Começaram-se com a maior actividade e ordem; e Duarte, mesmo, egualmente n'este thema servindo de exemplo, dedicava-lhes, conforme o trabalhador ordinario, suas forças. Como se dera ás construcções maior fortaleza e extensão, apenas no fim de junho estavam concluidas, quando se espalhara a noticia dos grandes preparativos do chefe de Fez. Consideraveis forças já tinham marchado adiante para evitar as reparações, obrigando o commandante da praça a fazer repetidas sortidas. Duarte decidiu, finalmente, affastar o incommodo adversario com um inesperado ataque, sob toda sua força. Mas o plano, combinado em segredo, sobre o qual se entretinham duas sentinellas, collocadas de noite ao de riba das muralhas, foi ouvido e delatado por um mouro, conhecedôr do idioma portuguez.

Os alcaides que vinham em marcha, encantados por esta noticia, que promettia uma facil victoria sobre Duarte e a reconquista de Alcacer, meditavam então na fórma como haviam de se apossar da guarnição que sahira e da cidade indefesa, quando tambem suas intenções foram trahidas. Um prisioneiro christão, sabendo d'estes propositos e da perda provavel de Duarte e dos portuguezes, como do damno que soffreria a cidade, conseguiu captar um mouro, com quem vivia em estreita amizade, por meio de promessas de recompensas e honras, a que fôsse informar, de noite, o commandante da fortaleza, respeito do perigo que o ameaçava. Duarte, que se dispunha a sahir, tomou suas precauções. Fez varias sortidas apenas com pequenas forças e os mouros, que em toda parte possuiam suas emboscadas, notaram logo que seus intentos estavam descobertos. Alcacer ficou em posse dos portuguezes, e Duarte estava salvo, com suas forças. Aquelle mouro,—Azinede de nôme,—foi accumulado de presentes pelo rei D. Affonso e, no futuro, ainda por D. João II, sendo conhecido em Portugal pela alcunha de Mafamede Alcaceri.[1]

[1] Pina, cap. 141. Lião, cap. 31.

O boato dos extraordinarios preparativos do rei de Fez impunha ao commandante de Alcacer constante vigilancia. Em 2 de julho de 1459 apresentou-se aquelle diante da cidade, com numerosos exercitos, compostos de diversos povos, a que se seguia uma longa fila de cavallos e bestas de carga. Até onde a vista alcançava enxergava-se o terreno coberto de tropas inimigas, aspecto que enchia o mais corajoso dos portuguezes de vivas inquietações. Duarte procurou tranquillisar os seus e distribuir os postos.

O rei de Fez collocou suas hostes em volta da cidade para o assalto e mandou conduzir, ao mesmo tempo, quantidade de apparelhos para cerco e artilheria. Nos combates, que se desenvolveram, encontraram os mouros uma tão inesperada e grande resistencia, perdendo tantos dos seus, que não ousavam approximar-se mais, pondo toda a esperança em suas bombardas, que inquietavam ininterruptamente a cidadella, de dia e noite. Entretanto, augmentavam de um lado os meios de defesa; no outro os recursos de ataque. O rei D. Affonso, cobrando noticias d'estes acontecimentos, mandou equipar, em toda a rapidez, navios com tropas, armas e munições de bôcca. Muitos fidalgos importantes seguiram o seu convite; outros encorporaram-se voluntariamente; mancebos e homens se alistavam, mercê de differentes, varias rasões. Por outra banda, chegavam, finalmente, para regozijo dos mouros, as grandes bombardas, que, graças á difficuldade do transporte e ao proprio pezo, estiveram retardadas, causando algum terrôr aos sitiados pelos estragos que seus projecteis promoviam. Aqui e alli se desmoronavam os parapeitos, conjunctamente com as muralhas da cidade; e cada dia se approximava mais a imperiosa necessidade da lucta corpo a corpo — combate summamente desegual, entre poucas, insubstituiveis, e grandes massas, que recebiam sempre novos contingentes. Ao animo heroico de Duarte, o mêdo era completamente estranho! O prejuizo causado reparava-se activamente e com rapidez; a coragem e a esperança dos seus eram reanimadas sempre pelo commandante. Os mouros desesperaram, por fim, do conseguimento de sua empreza, consoante de si proprios. Ora, como o numero dos consummidores causava em seu arraial alguma carestia, pela penuria de viveres, manifestou-se, a principio com receio mas depois abertamente, o desejo de se levantar o cerco. Assim se fez.

Duarte e seus fidalgos, porém, não se satisfaziam com a honra de uma bravura e constancia invencivel. Elle escreveu — o que não lhe augmenta a gloria — uma carta ao merin, carta repleta da mais escarnecedôra ironia sobre sua pusillanimidade e de seu rei, reptando-os para nova lucta. Ambos se incenderam de colera e os mouros ter-se-hiam vingado, terrivelmente, no sangue dos christãos, se aos chefes houvesse sido possivel animar, com sua antiga coragem mauritana e sua sêde de represalia, recentemente despertada, aquella grande e enfraquecida molle guerreira, tão difficil de mover.

Na data de 24 de agosto, o rei levantou o cerco, que durou 53 dias, e durante o qual se lançaram, para o interior da cidade, 2.456 pedras. Fôram grandes as perdas dos mouros; dos portuguezes apenas cahiram 25 [1].

Quando, no anno seguinte, 1460, Duarte de Menezes, com o consentimento do rei, voltou a Portugal (seu logar em Alcacer occupou-o n'este intervallo Affonso Tellez) foi elevado, pelo rei, em recompensa dos serviços que lhe prestara, e ao reino, a conde de Viana. Sua longa estada proporcionou muitas occasiões a D. Affonso para a sua conversação favorita sobre a guerra e conquista em Africa; porque nenhum outro assumpto o attrahia tanto. [2]

Projectou-se nóva expedição, com dois mil cavalleiros e um numero proporcional de infantes. D. Affonso desejava, em pessôa, atravessar para Ceuta e « d'aqui mover a guerra aos mouros, mais na qualidade de general que como rei ». Em vão todos os grandes, reunidos, para isso, em conselho, o queriam despersuadir do seu proposito; desprezando todas as advertencias, seguiu sua paixão de conquista.

Já grandes sommas se havia dispendido nos preparativos, quando D. Affonso cahiu gravemente enfermo e proximo da morte. Mas a execução do seu plano foi, apenas, por este motivo, addiada, porém não abandonada; e as altas queixas, apresentadas, nas côrtes de Lisboa (1460), sobre os grandes gastos do monarcha, não conseguiram demovel-o da sua teima. Realisou, finalmente, o acalentado projecto, no anno de 1463. [3]

[1] Pina, cap. 142. [2] Pina, cap. 143.

[3] As despesas do equipamento de 338 vélas, com 23.000 homens, importaram em 135.000 dobras. Sousa, *Provas*, Tom. II: *Copia das merces etc.*, pag. 18.

Dois fidalgos portuguezes, que haviam estado em Tanger, observaram a D. Affonso, depois da sua volta, quão facilmente, segundo suas proprias experiencias, se podia escalar as muralhas d'essa cidade. Tal noticia causou grande alegria a D. Affonso[1] e fortaleceu-o, ainda mais, em seu proposito. Para o executar com melhór segurança, combinou secretamente com seu irmão que D. Fernando lhe implorasse licença de emprehender uma expedição á Africa; sob este pretexto queria o rei assistir, em pessôa, a tal operação. O plano, preparado com tanto sigillo, foi divulgado com tanta imprudencia que chegou ao conhecimento dos mouros em Africa, começando os habitantes de Tanger, atemorisados mais que todos os outros, a tomarem desde logo suas disposições. Com desagrado ouviu o experiente Duarte, em Alcacer, o rumor d'estes acontecimentos e recommendou ao autocrata o de preparar com mais precaução e reserva um tentamen, que só podia ser bem succedido pela surpreza. Mas a voz da prudencia raras feitas encontrava echo no animo de D. Affonso; principalmente, n'uma occasião em que o imperante se entregava ás insinuações do conde de Villa Real, que, ainda que aparentado com Duarte, invejava sua auctoridade, tornando suspeitos seus conselhos, pois o accusava de aspirar a honra e proveito só para si, por meios traiçoeiros e á custa de outros. Chamado, segundo seu desejo, por D. Affonso, a fazer parte da expedição, o conde promptificou-se a soffrer a servidão, até a morte, por seu rei. Pediu-lhe, apenas, em tal caso, o de se lembrar d'elle e de seus filhos; e D. Affonso satisfez-lhe, em grande detrimento dos bens da corôa, por emquanto, os pedidos illimitados e desmedidos que o fidalgo lhe apresentou de seguida. (Talvez, certo, para fazer brilhar seu desinteresse ao pé do pretendido egoismo de Duarte?)

Em 1463, partiu de Lisboa o conde de Villa Real, recrutando pelo caminho o maior numero possivel de guerreiros, para preparar e coadjuvar a empreza. Tinham convencionado que, no dia em que o rei apparecesse diante de Tanger, para escalar as murálhas pelo

[1] *Certamente eu não poderia escrever com quanta ledice El Rey ouvia aquelles seus criados as novas daquelle feito de Tanger, e tanta era sua ledice que já lhe parecia o feito acabado.* «Chron. do Conde D. Duarte de Menezes», cap. 129, pag. 317.

lado do mar, o conde avançaria, por terra, n'um determinado ponto diante da cidade, afim de auxiliar os escalantes e repellir qualquer soccorro que, de banda de fóra, quizessem prestar aos mouros. A partida do rei passou além do dia convencionado; e o conde, não podendo conter seus soldados, quasi todos estrangeiros, houve de os despedir. Quando, por fim, o monarcha partiu, no dia 7 de novembro de 1463, ventos desfavoraveis impediram a marcha; só passados dois dias é que chegou a Lagos, onde recebeu a bordo o conde de Odemira e o almirante. Sem respeito pelos avisos de maritimos experientes, fez-se ao mar largo, com asperos ventos oppostos. Aconselharam-o, quando se manifestou a procella, a refugiar-se no porto de Silves. Em vez de acceder aos conselhos, ordenou que se aproasse ao vento e que se continuasse na derrota. Mas a tempestade cada vez se tornava mais violenta, levantando as vagas a uma altura extraordinaria. A esquadra pendia no cairel do abysmo. Para salvar suas vidas, a maior parte alijou com a bagagem ao Oceano; só D. Affonso é que não consentiu que seu navio se alliviasse. Foi então que se afundou o barco de Affonso-de Vasconcellos, com toda a sua carga consideravel; e a tripulação apenas por milagre se salvou. Mas muitos portuguezes importantes acharam sua sepultura nas vagas e uma caravella se submergiu, com preciosa carregação. Entretanto, o rei, com seu irmão, luctando sempre contra a borrasca e ondas, entrava no Estreito, só e affastado dos seus companheiros de infortunio. Quando se approximou de Alcacer, Duarte de Menezes, reconhecendo, pela flamula, o navio real, foi-lhe ao encontro, afim de cumprimentar seu senhôr. Em seguida, este avançou com o infante para Ceuta, onde os navios restantes, com grandes avarias, entraram dispersos. O duque de Bragança, seus filhos e muitos fidalgos, que escaparam, por milagre, áquella terrivel tempestade, desembarcaram descalços e em camisa; e, n'este traje, peregrinaram até Santa Maria d'Africa, egreja fundada pelo infante D. Henrique.

Em Ceuta D. Affonso declarou que, apezar de similhantes contrariedades, estava resolvido a avançar contra Tanger e logo se passou para Alcacer, onde fez pôr no Oceano, para escalar aquella praça pelo lado maritimo, doze embarcações, com escolhida guarnição, entregue ao commando de Luiz Mendes de Vasconcellos, mari-

nheiro muito experiente. Pelo lado de terra, elle proprio queria dirigir a empreza. Duarte reprovou completamente o ataque pelo lado do mar e mostrou a incerteza e o perigo d'essa tentativa. Comtudo, Vasconcellos partiu e o rei avançou, com o infante D. Fernando e suas forças, por terra, até Tanger. Quando as tropas embarcadas se approximaram da cidade, encontraram as aguas tão inquietas que não ousaram n'aquelle lance o desembarque. Os mouros, porém, já antes informados de tudo, deram os signaes combinados e dispararam as bombardas collocadas sobre a muralha. As tropas portuguezas que vinham por terra, tomando esses signaes como indicação de que as hostes haviam entrado na cidade pela banda do mar, irromperam em jubilo sobre o feliz successo. Não tardou, porém, que se convencessem do engano. Sua alegria transformou-se em tristeza, que tanto mais profundo lavrou quanto maior crescera o enthusiasmo. Apenas D. Affonso se conservou imperturbavel e sempre de animo alegre. Depois de se haver adiantado, com seus cavalleiros, até ao alcance da cidadella, a ficou contemplando certo espaço; apoz o que, se retirou dizendo aos seus: «Vós não quizestes que eu acreditasse em Duarte; se tivesse seguido seus conselhos, talvez a empreza houvesse sido mais bem succedida». E, comtudo, o revez soffrido não tornou o soberano mais prudente e a experiencia instructiva em nada lhe aproveitara. D. Affonso, agora como atélli, desprezava todo o conselho estranho quando não condizia com sua tendencia e mente; apenas seguia os impulsos da sua paixão pela peleja e conquista, e os éstos do ardente heroismo, que não era guiado pela prudencia, preparando-se assim a si proprio desastres mais acerbos.[1]

O rei retirara-se para Alcacer e d'ahi para Ceuta. Desesperando, por agora, da conquista de Tanger, dirigiu sua attenção para Arzilla; viu-se porém, impedido pelo frio na execução de seus planos contra este ponto. Entretanto, o infante D. Fernando, com annuencia de D. Affonso, mandara examinar de novo as muralhas de Tanger e occupava-se agora, uma vez que as achara no mesmo estado, em fazer nova investida contra o alvo, mas sem que seu irmão houvesse d'isso conhecimento, para executar com maior rapidez e

[1] Pina, *Chron. do S. Rey Affonso V*, cap. 149.

sigillo a empreza e, certamente, tambem para colher sósinho a honra de uma tão brilhante conquista. Porque a sua gloria era sempre um pouco desvanecida, quando combatia, ainda que brilhantemente, sob as ordens de outrem, mesmo que fôsse o primeiro do reino. E como podia o infante comportar isto, elle, á laia de D. Affonso, filho legitimo de rei; creado e educado desde seu berço com seu real irmão; o unico infante do reino; em duplo sentido duque; contando entre seus vassallos alguns condes; senhôr e commandante de muitas povoações e praças; grão-mestre e chefe de uma tão esplendida como numerosa instituição cavalleiresca, quaes eram a ordem de Christo e a de Santiago; depois do rei, o primeiro no reino?![1]

N'uma reunião, convocada pelo infante, deliberou-se sobre esta empreza. As perguntas de Fernão Tellez, sobre se o infante possuia acaso do rei a devida licença e as necessarias forças?, fôram respondidas pelo conde de Odemira, que esperava receber do infante algumas commendas, com violentas phrases offensivas, as quaes, porque D. Fernando pareceu approval-as, serviram de indicio importante para seus aduladores.

O infante reconheceu a importancia da segunda pergunta e quiz ouvir as opiniões, dos que se encontravam reunidos, sobre a tropa necessaria. A maior parte escarneceu da cobardia dos mouros; o que não fez o conde de Viana, que, nos varios recontros e communicações com elles, reunira bastante conhecimento e experiencia. «Senhôr, disse Duarte, não sei como estes senhôres julgam comprehender o que aconselham, quando uns cuidam sufficiente vinte, outros cem homens. Não sou nenhum poltrão, mas, asseguro-vos, não desejava pertencer aos quinhentos homens que quizessem executar similhante empreza. Tres mil homens, aptos para a guerra, que vivem em Tanger, não se deixam tão facilmente lançar fóra de suas casas e de uma tal cidade; nem consentirão que se lhes roubem seus bens, suas mulheres e filhos, a quem entregaram seus corações, e os arrastem para o captiveiro; tanto menos porque os mouros não são camponezes que se servem de cajados, mas cidadãos bem armados, cheios de audacia e feroz coragem. A morte de suas

[1] *Chron. do conde D. Duarte de Menezes*, cap. 144.

mulheres e filhos não os atemorisa, porque já a isso estão acostumados. Pensai, portanto, no que ides fazer.»

Estas observações, tão fundadas e prudentes, não foram attendidas. A maioria dos votos, de accordo com o juvenil ardor pela lucta e pela gloria, sentido por D. Fernando, levantou qualquer escrupulo e tranquillisou-o completamente. Decidiu-se a executar o tentamen. Dois fidalgos (a que já alludimos) déram d'isto conhecimento ao rei, que immediatamente enviou um capitão para fazer sciente o infante de que esperasse sua chegada; D. Affonso partiu, então, com guerreiros escolhidos, contra Tanger. Tomando por montanhas escabrosas, chegou perto da cidade; não encontrando, porém, o infante, abandonou-se á esperança de que aquelle tivesse entrado já em Tanger. Mas não tardou que, desenganado, voltasse, triste, por Alcacer, exhausto de forças pelas extraordinarias fadigas de tal caminho, elle, bem como seus guerreiros. O infante, surprehendido pela noite, collocara-se n'uma emboscada duas leguas distante da cidade, para, no dia seguinte, executar seu plano. Sabendo da partida e desagrado do rei, retirou-se para Alcacer, altamente irritado por causa de Duarte, conde de Viana, a quem attribuia o de haver trahido o segredo, delatando-o ao monarcha. O infante foi severamente admoestado por D. Affonso por ter ousado, sem seu assentimento e ordem, uma tentativa tão perigosa [1].

Este revez não fez desistir D. Fernando de um novo tentamen. Emquanto que D. Affonso partira para Gibraltar, com objecto de uma entrevista com o autocrata de Castella, o conde de Odemira incitou o infante, que ficara em Alcacer, a emprehender novamente a conquista de Tanger. Agora seria muito mais honrosa e tanto mais necessaria para seu bom nôme quanto menos confiança o imperante n'elle depositasse; Duarte de Menezes poderia facilmente affastar-se. O conde invejava a gloria d'este festejado heroe e commandante, como a vaidosa mediocridade ciosamente zéla tudo que seja superior; e temia a sua opposição, tanto quanto invejava a elevação da sua auctoridade, se tomasse qualquer parte activa na empreza. O irmão do rei, porém, D. Fernando, facilmente se deixava illudir, sempre que se alludia á gloria que poderia obter e quando o faziam

[1] Pina, cap. 152.

acreditar que só a elle pertenceriam os laureis. O infante obteve a permissão do monarcha, que poucas esperanças alimentava, e, por motivo de Duarte, occultou suas intenções, partindo, no dia 19 de janeiro de 1464, com suas forças, que, presentindo um mau resultado, o seguiram taciturnas e abatidas, contra Tanger.[1]

N'um sitio da muralha, escolhido com precaução, fôram collocadas, ainda antes de alvorecer, as primeiras escadas. Logo depois, impellidos pelo seu ardôr, subiram, contra as instrucções, os portuguezes em tão grande numero que se embaraçavam uns aos outros. Um vigia, querendo defender-se, precipita-se, recuando, na cidade, levantando grande alarme. Afim de atemorisar os habitantes, os christãos ainda faziam mais arruido. Seus gritos violentos, o clangôr das trombetas, o estrepito das armas despertaram de seu somno, bruscamente, os mouros. Correram estes, em grupos, para o local, onde se desenvolveu uma briga sangrenta. Como subissem ainda mais lusitanos, incitados pelo infante, não podendo, como esperavam, penetrar por uma porta da torre, a multidão agrupou-se e agglomerou-se de tal fórma que se impedia a si mesma e preparou sua ruina. Já toda a cidade se via em armas e o local ameaçado se illuminava por uma grande fogueira, que o alcaide Benaamet mandara accender. Muitos lusos resultaram derrubados da muralha pela multidão; a outros, que se dispunham a retroceder, fôram saccadas as escadas pelos mouros. Os christãos viam-se, sem esperanças de salvação, cercados pelo inimigo, que desde logo executou uma terrivel carnificina. Durante algum tempo julgou o infante ouvir o grito de victoria dos seus, enviando-lhe ainda novos reforços. Quando, por fim, apercebeu sua sorte, pegou n'uma escada, feita de pedaços, afim de elle proprio subir, em pessoa. Detiveram-o com difficuldade; «Conservai-vos para vosso reino; já algumas vezes esta cidade de Tanger serviu de tumulo a infantes portuguezes.» As observações e pedidos dos seus companheiros d'armas obrigaram-o a volver para Alcacer.[2]

[1] Um cometa, com uma cauda muito brilhante, que viram durante o caminho, atemorisou os supersticiosos. *Noite má, para quem te apparelhas,* exclama Gomez Freire, corajoso fidalgo. Esta expressão tornou-se um proverbio entre os portuguezes.

[2] Cinco annos depois (isto é, em 1469) D. Fernando se collocou mais

De trezentos christãos, que cahiram em poder dos inimigos, duzentos morreram e cem ficaram prisioneiros — um numero escolhido de militares, a maior parte de nobre nascimento, mas todos, até ao mais pequeno, cheios de coragem e de desprezo pela morte. Apenas faltou prudencia e ordem. Quando, depois da victoria, os mouros procuravam Duarte, o conde de Viana, entre os mortos, disse-lhes um velho mouro, muito considerado pelo povo: «Não procureis o conde Duarte; porque, na grande desordem dos christãos, percebi que elle não viera com elles.»[1]

Quando o rei voltou de Gibraltar para Ceuta, aconselharam-o o de não emprehender nada mais em Africa, onde a fortuna lhe era tão adversa; que voltasse, pelo contrario, para sua patria, afim de conferir aos seus vassallos algum descanso e paz. D. Affonso, porém, desconhecendo sua verdadeira missão, quiz ainda atravessar o territorio de Arzilla, na esperança de conquistar esta cidade. Começou immediatamente sua marcha; mas grandes aguaceiros e o numero crescente dos sarracenos, que lhe impediam o caminho, difficultando-o, frustravam seu plano. Desgostoso por não se poder bater contra os mahometanos, conforme seu desejo, retirou-se para Ceuta.

Alguns cavalleiros bereberes o fascinaram para a montanha de Benacofu, onde habitava a população mais bellicosa de Africa. Duarte, que se topava n'esta occasião em Ceuta, para tratar de um assumpto com o rei, foi por este convidado a acompanhal-o, sem embargo de não ter cavallos, armas nem tropas. Duarte obedeceu, mas com repugnancia e desanimo. Em seu espirito via elle já o temerario principe attrahido para uma emboscada e cercado de arabes, sedentos de vingança. O peor receava elle para si, porque se lembrava, com tristeza e sombrios presentimentos, da prophecia, que um dia lhe revelara o abbade de Cerzeda, estrangeiro de nascença, de que cahiria quando pelejasse sob as ordens de outrem. Desde este momento dizia, abertamente, que aquella seria sua ultima campanha. Com

uma vez á frente d'uma empreza contra Africa; tomou, com uma esquadra e numerosa força, a cidade de Anafé e destruiu-a, porque não lhe podia deixar guarnição. No anno seguinte, morreu em Setuval (18 de setembro de 1470), com 37 annos. Pina, cap. 160 e 161.

[1] Pina, cap. 153.

oito centos cavalleiros e um diminuto numero de infantes, penetrou o rei, de noite, na montanha, sob enormes difficuldades para estes e muito maiores para aquelles. Os mouros esconderam suas mulheres e filhos nas gargantas da serrania e avançaram, corajosamente, em grandes massas. Muitos morreram ou ficaram feridos, bem como da banda dos portuguezes; porque de ambos os lados rivalisavam em bravura; e a intrepidez dos musulmanos não rutilava menos que a dos christãos.

Emquanto que D. Affonso se entranhava na montanha mais do que de prudente, alguns mouros o seguiam a cavallo; pareciam antes resolvidos á paz do que á lucta. O rei parou e perguntou-lhes se desejavam passar-se para elle. Exigiram um praso para fallarem com os seus, que, em grande numero, esperavam n'uma collina proxima. Como não obtivesse resposta, D. Affonso occupou, com a sua cavallaria, uma eminencia escarpada. A alguma distancia encontrava-se o conde de Villa Real, com seus guerreiros, isolado e só contando, apenas, com sua coragem. Pouco depois se desenvolveu um combate violento, em que o conde, sempre um dos primeiros na arte militar e na valentia, eclipsou a todos. Mas, esperando a victoria, o numero dos portuguezes diminuia successivamente. Os enxames dos descridos, que, sahindo das montanhas, engrossavam a olhos vistos, eram de clamar para os christãos, em altos brados: «Dizei, a vosso chefe, que não queremos paz com elle, mas guerra sangrenta; que saiba que juramos, pelas nossas barbas, que hoje seria o dia da vingança.»

De seguida, atacaram o monarcha, quando descia, acompanhado pelos seus 400 cavalleiros, da eminencia, com grande impeto. Debalde o imperante repelliu, por trez vezes, os mouros, precedendo a todos, em toda a parte, a sua coragem e bravura. O assalto das forças, superiores, do inimigo tornava-se cada vez mais sensivel, e a posição dos portuguezes mais desesperada e terrivel. Então, certo numero de christãos, esquecendo seus deveres, abandonou a flamula regia, o chefe, o autocrata, e procurou sua salvação na fuga. «Envergonhai-vos, lhes gritou Duarte, desesperado, não abandoneis vosso rei e seu pavilhão.» Mas em balde.

Pediram tambem ao monarcha, com instancia, para se passar da montanha ao campo largo. N'este aperto, é que se lembraram do

homem cujo conselho tantas vezes fôra desprezado, e esperava-se d'elle o salvamento ou uma decisão honrosa, se um perfido conselheiro do rei não alimentasse o intento de perder e inutilisar o invejado e odiado. Chamou-se a Duarte[1] e elle foi incumbido pelo principe de ficar junto dos mouros, cujos ardis de guerra conhecia, e de commandar os combatentes que lhe deixava contra elles. «Senhôr, replicou o conde, não desejava que me conferisseis n'este momento similhante encargo e, principalmente, porque não tenho os meus guerreiros junto de mim; poisque estes, que, em vossa presença, não obedecem a vossa ordem, muito menos cumprirão as minhás. Mas, como isto o vêdes a bem do vosso serviço, affrontarei, de boa vontade, todo e qualquer perigo que me ameace e até a propria morte.»

Em seguida, D. Affonso affastou-se. Duarte, porém, havia previsto excellentemente, porque quasi todos o abandonaram.

Não tardou que o seu cavallo de batalha cahisse morto e elle mesmo ferido. Um pagem fiel, que lhe deu seu ginete, tombou junto d'elle, soffrendo com a morte o unico serviço que prestou a seu senhôr. Quando Duarte perdeu todas as esperanças, pediu a seu cunhado, o conde de Monsanto, que o ajudara a montar, o de se salvar, «porque, para mim, já não ha salvação. Que Deus conserve a alma que creou; quanto a mim, me recommendo em suas mãos.[2]» Logo depois cahiu o heroe na lucta e foi tão massacrado pelos mouros que apenas se veio a achar um dedo d'elle, reliquia que se guardou no claustro do convento dos franciscanos em Santarem.[3]

Assim acabou o conde, um cavalleiro no exacto sentido do seu tempo. Á coragem pessoal e ao valor do guerreiro alliava a vista e a circumspecção de chefe e commandante, ornado com as mais bellas virtudes de homem. Suas qualidades e valor estão tão patentes que a historia apenas necessita indicar algumas das suas palavras e acções para mostrar integralmente o heroe e homem de bem; porque

[1] N'este momento é que parece dissera a Diogo da Silveira: «Se o que me prophetisaram é verdadeiro, é esta então a minha ultima hora.»

[2] *Chronica do conde Duarte de Menezes*, cap. 154. Pina, *Chronica do S. Rey Affonso V*, cap. 156.

[3] Lião, cap. 35.

aquellas se exhibem em sua linguagem e conducta.[1] «A sua morte foi muito chorada, mas não tanto quanto o merecia.» Nem todos estavam habilitados a comprehendel-o e apreciál-o, e muitos se topavam feridos pela sua franqueza; em parte tambem o brilho de seus serviços e feitos enchera outros de inveja e ciume. Comtudo, no meio do amor proprio offendido e da malevolencia odiosa, sobresahia o poder do merito, sempre tranquillo e triumphante, excitando compaixão e estima. Sobre este nobre finado alguns olhos verteram sentidas lagrimas.

Atravez de varios perigos e damnos, se retirara o rei, perseguido incessantemente até junto do pé da cadeia de montanhas. Mais de uma vez o conde de Villa Real repellira, com seu braço vigoroso, da pessoa do monarcha os ataques e golpes que os inimigos lhe dirigiram e bem lhe disse D. Affonso, quando o tornou a vêr: «Toda a confiança, conde, repousa hoje sobre vós.»

Chegado a Ceuta, o autocrata tomou as necessarias medidas com respeito ás possessões africanas e voltou depois para Portugal, onde festejou a Paschoa em Evora.[2]

Passaram-se annos, mas sempre ficou sendo a Africa o alvo dos desejos e planos de D. Affonso. Sobre isto, esquecia-se o principe do que os portuguezes faziam na costa occidental d'esta parte do mundo[3]; a parte septentrional, bastante povoada, offerecia a D. Affonso um vasto campo para brilhantes feitos d'armas e conquistas. Aqui podia em poucos mezes alcançar uma gloria que representaria em toda terra de christãos. Alli, porém, n'aquella costa, arida e deserta, o estrangeiro só tinha a lucta com a natureza, quando muito com hordas selvagens; e o navegante, que descia em terra, deixava as privações, as fadigas e os perigos do mar desconhecido, para os trocar com os do desconhecido deserto da costa. A estes esforços e sacrificios não se via termo, nem se podia fixar um limite certo. Mas tal fronteira apresentava-se apenas ao espirito

[1] Pina, «l. c.»
[2] Idem, cap. 157.
[3] *E como todolos principaes a maior parte da vida gastaram nas obras de sua inclinação, veio El Rey D. Affonso a se descuidar das cousas deste descubrimento, e celebrar muito as da guerra de Africa.* Barros, *Da Asia*, Dec. I, liv. 2, cap. 2.

do infante D. Henrique e tão claramente que podia medir sua altura e apreciar sua importancia, alimentando assim o ardôr do seu enthusiasmo n'esta perspectiva e fortalecendo o animo. Perante seu espirito desappareciam similhantes fadigas da navegação, os desertos inhospitos da costa, mesmo os longos espaços de tempo necessarios para alcançar o termo desejado. Se sua vida não chegasse, legaria similhante tarefa á patria, convencido de que seu nôme não gozaria de menor immortalidade.[1]

Descobertas dos portuguezes, depois de terem dobrado o cabo Bojador até á morte do infante D. Henrique.

Depois de Gilianes haver dobrado o cabo Bojador[2], enviou o infante, logo no anno seguinte (1434), seu copeiro Affonso Gonçalves Baldaya, em companhia de Gilianes, com dois navios, para continuarem as descobertas. Navegaram talvez umas trinta legoas maritimas além d'este cabo e desembarcaram em uma bahia, a que deram o nôme de *Angra dos Ruivos.*

Não encontraram na costa nenhum homem, mas pégadas de camellos e alguns caminhos trilhados, que pareciam indicios de caravanas. A falta de mantimentos forçou os navegantes a voltar para Portugal. No anno seguinte, 1435, fôram estes mesmos lusos enviados pelo infante novamente e chegaram a passar a *Angra dos Ruivos,* alcançando um golpho, onde, afim de explorarem o paiz, puzeram em terra dois mancebos da côrte do infante, com seus respectivos corceis. Encontraram-se com dezenove homens, de pelle negra, com quem travaram peleja. Os barbaros arremessavam suas pequenas lanças e dardos com tanta dextreza que os moços (dos quaes um estava ferido no pé) se retiraram para a costa, que do acontecimento tomou o nôme de *Angra dos cavallos.*

N'este intervallo succederam coisas em Portugal que tiveram por consequencia uma maior interrupção das viagens maritimas. Os revezes no reinado de D. Duarte; principalmente, a desgraçada pri-

[1] ... *como a causa e primeiro inventor de tanto bem.* Pina, cap. 144, pag. 488.

[2] Vide pag. 177.

são do infante D. Fernando; a morte do rei (1438); a época tempestuosa, que se seguiu, da regencia durante a menoridade de D. Affonso tocaram tão de perto o infante D. Henrique que não poude deixar de lhes prestar todo o cuidado e sua participação. Talvez que estas circumstancias reclamassem, de tempo a tempo, os recursos que elle destinara apenas para as suas descobertas e que, em virtude das consideraveis despezas das ultimas viagens, necessitavam de um certo repouso, para recuperar novas forças.[1] Em 1441, estava restabelecido o socego, a ponto de que o infante poude entregar-se de novo ao seu plano favorito.

Mandou equipar um pequeno navio e entregou-o ao seu guarda-roupa Antão Gonçalves, joven ainda, com a recommendação de que, no caso de que não podesse obter quaesquer informações ácerca da costa, carregasse o navio com pelles de phocas. Gonçalves tinha desempenhado sua missão, quando, em outro navio, enviado pelo infante, chegou Nuno Tristão, travando ambos combate com um grupo de negros, dos quaes dez ficaram prisioneiros. Como, depois d'esta victoria, Antão Gonçalves foi armado cavalleiro, por Nuno Tristão, na costa, recebeu este logar, onde a cerimonia se realisou, o nôme de *Porto do Cavalleiro*. Gonçalves conduziu para Portugal os negros aprisionados, os primeiros que alli se viram.[2] Nuno Tristão, porém, continuou sua viagem e descobriu um promontorio, a que, por sua côr esbranquiçada, deu o cognôme de *Cabo branco*. Apezar de que encontrou pégadas humanas e algumas redes de pescadores, a direcção que a riba tomava e a força das correntes, bem como os diminutos mantimentos, obrigaram-o a regressar a Portugal.

As narrativas favoraveis que ambos os navegadores fizeram das suas descobertas, e os negros que trouxeram, como vivos testemunhos das suas informações, logo dispozeram a opinião publica a favor d'estas expedições maritimas. Se atélli haviam censurado o infante de empenhar tão grandes sacrificios em emprezas infructiferas, agora

[1] ... *pelo que quiz, segundo se pode crer, poupar estes cinco annos, por dantes ter feytas muytas despezas nestas navegaçoens, para dalli por diante proseguir mais a sua vontade em suas altas, e reáes emprezas.* Goes, *Chron. do Principe D. João*, cap. 8, pag. 15.

[2] Goes, *ibid.* Barros, *Dec. I*, liv. 1, cap. 6.

o exaltavam como o primeiro que abrira aos lusitanos diversos caminhos para adquirirem nova gloria e outros thesouros e que (mais que qualquer principe) merecia a estima e affeição do povo, porque procurara uma differente carreira á propria custa e sem opprimir seus compatriotas.[1] Á vista do despojo e dos escravos, que haviam trazido, ainda deu maior impulso, e de tal fórma que toda a população do reino abrazava no enthusiasmo de proseguir este caminho para Guiné.[2] O infante, n'aquella occasião, vivia em Terçanabal e como, por isso, todos os navios que voltavam das suas viagens descarregavam em Lagos, eram os habitantes d'esta povoação os primeiros que lhe pediam auctorisação de poder navegar, por conta propria, para aquellas regiões, promettendo satisfazer ao infante, do seu lucro, o imposto que lhe concedera o rei. O mais nobre entre elles foi o escudeiro, chamado Lançarote, outróra pagem do infante e nomeado por este para almoxarife de Lagos; depois Gilianes, o que dobrara primeiro o Cabo Bojador, e alguns outros, todos homens considerados.

Equiparam-se seis caravellas, que ficaram, por ordem de D. Henrique, sob o commando do capitão mór Lançarote; chegaram, na antevespera do dia de Corpo de Deus, em 1443, á *Ilha das Garças*, onde apanharam uma grande quantidade d'estes passaros para seu alimento, e atacaram, em seguida, a ilha *Nar*, aprisionando, nas suas incursões sobre as ilhas e costas proximas, grande numero de negros, com os quaes voltaram para Portugal.

No mesmo anno[3] (1443) um cidadão abastado de Lisboa, Diniz Fernandes, equipou, com permissão do infante, um navio; passou o Senegal, onde aprisionou alguns negros, e descobriu um consideravel promontorio, a que deu o nôme de *Cabo verde*. Tempo pro-

[1] Barros, *Dec. I*, liv. I, cap. 65.

[2] Idem, *ibid.*

[3] Em contrario da indicação de Barros, que marca a descoberta de Cabo verde no anno de 1445, seguimos Goes, *Chron. do Principe D. João*, cap. 8, pag. 17, e Cadamosto, que assevera que, ao tempo da sua chegada áquella região, já Cabo Verde tinha sido descoberto um anno antes: *Navegaçoes de Luiz de Cadamosto*, na *Collecção de Noticias para a Hist. e Geogr. das Naçoes ultramarinas que vivem nos Dominios Portuguezes*. Lisb. 1812. T. II, N. 1, 2, pag. 49, Cap. 34.

celloso, porém, o impediu de o dobrar e obrigou-o a volver a Portugal.

No anno seguinte (1444) ventos desfavoraveis forçaram um veneziano, Luigi de Cadamosto[1], que se dispunha a navegar para as Flandres, a ancorar não longe do Cabo de S. Vicente. Este mancebo de vinte e dois annos[2], dotado de um espirito emprehendedôr e de grande actividade[3], em breve travou conhecimento com o infante, que o convidou a tomar parte nas viagens de descobertas dos portuguezes. N'uma caravella, que o infante mandou preparar, e sob o commando de um certo Vicente Dias, de Lagos, deixou Cadamosto, no dia 22 de março de 1445[4], a costa de Portugal. Chegaram até à embocadura do Gambia. Mais importante que as descobertas que se devem a esta viagem, é o relatorio, summamente apreciavel, que Cadamosto fez d'ella na sua segunda expedição, em 1446,—o unico que se conservou do tempo do infante D. Henrique.[5]

[1] Abreviatura de Casa da Mosto; de ahi, tambem, algumas vezes Luigi da Mosto; o mais vulgar, porém, é Cadamosto.

[2] Nasceu em Veneza, provavelmente no anno de 1422.

[3] ... *pois todos os meus pensamentos erão de exercitar a minha mocidade, trabalhando por todos os modos possiveis em adquirir cabedaes, para depois com a experiencia do mundo, em idade mais avançada, poder alcançar alguma occupação honrosa;* e n'outro logar: *desejoso de ver mundo, e cousas que ninguem da nossa nação ainda tivesse visto, esperando tambem conseguir honra e interesse.* Cadamosto, «l. c», capitulo 1, pag. 5, 7.

[4] Erradamente em Ramusio *(Navigazioni viaggi raccolti,* Tom. I, pag. 105) o anno de 1455. As indicações chronologicas, de Cadamosto mesmo, indicam este erro e, concordando entre si, apenas conferem com outras, não menos seguras, quando se colloca a chegada de Cadamosto a Portugal dez annos antes. Veja-se *Collecção de Noticias etc.,* Tom. II, *Introducção,* pag. XI, XII. Com isto concorda tambem o exacto e consciencioso Goes, *Chron. do Principe,* cap. 8, pag. 17.

[5] Assim lamentamos a perda da *Historia dos descobrimentos do Infante D. Henrique,* que o mesmo escreveu ou mandou escrever e que ainda existia no tempo de fr. Luiz de Sousa. (*«Este livro enviou o Infante a hum Rei de Napoles, e nós o vimos na Cidade de Valencia de Aragão entre algumas peças da Recamera do Duque de Calabria, ultimo descendente por linha masculina daquelles Principes, que alli veio acabar com o titulo e cargo de Vice-Rei». Historia de S. Domingos,* Part. I, liv. 6, cap. 15); egualmente lastimamos a perda dos relatorios de Affonso da Cerveira, que visitou diversos portos e logares na

No mesmo anno em que Cadamosto realisou a sua primeira viagem, enviou o infante ainda outro navio, sob o commando de Gonçalo de Cintra, um bravo cavalleiro, a descobertas. Gonçalo tinha passado quasi quatorze legoas, além do *rio d'ouro,* quando foi morto, com muitos dos seus companheiros, pelos mouros, n'uma bahia, que do successo recebeu o nôme de *Angra de Gonçalo de Cintra.* Este desastre determinou o infante a equipar, no anno seguinte, tres caravellas, cujo commando confiou a Antão Gonçalvez, Diogo Affonso e Gomes Pirez. Deviam diligenciar a conversão dos habitantes do *rio d'ouro* ao christianismo ou, pelo menos, concluir um convenio amigavel com elles. Como não fôssem bem succedidos em nenhuma d'estas tentativas, voltaram para sua patria. Um certo João Fernandes ficou, voluntariamente, afim de estudar melhor o paiz e o povo de Asenegi, cujo idioma comprehendia, e para fornecer ao infante suas informações. Já tinham passado sete mezes desde a volta das tres caravellas quando o infante, curioso de obter noticias sobre o destino e descobertas de Fernandes, enviou outras tres embarcações. Fôram separadas por uma tempestade e só na volta é que encontraram aquelle que procuravam. Durante o intervallo, vivera tão bem com os selvagens que estes muito sentiram sua partida. Alguns d'elles acompanharam-o, afim de commerciarem com os portuguezes, e Antão Gonçalvez, commandante do navio, recebeu d'elles nove negros e algum ouro em pó. Por causa d'esta transacção, deu ao cabo, sito n'este ponto, o nôme de *Cabo do Resgate.* O infante bem soube apreciar os noventa prisioneiros que Gonçalvez trouxe da sua viagem, assim como o ouro em pó que lhe entregou; mas muito maior prazer lhe causaram a salvação de Fernandes e as noticias interessantes que elle forneceu, ao incansavel investigador, àcerca dos homens e paizes que vira. Fernandes foi o primeiro que penetrou no interior da Africa e que,

Africa e que em tempo de D. Affonso v exercia o cargo de feitor em Benim — relatorios de que Gomes Eanes de Azurara, principalmente, tirou o que relata, sobre este assumpto, nas chronicas do rei D. Duarte e D. Affonso. Estas chronicas, finalmente, tambem desappareceram e só d'ellas ficou o que o chronista Ruy de Pina entendeu conservar. Veja-se a já citada «Introducção», pag. IX e Barros, *Dec. I,* liv. 2, cap. I.

impellido pela nobre sêde do saber, supportou todas as fadigas e privações. Quando chegou a bordo do navio portuguez, assimilhava-se, em côr e traje, a um asenegi, mas são e vigoroso, apezar dos parcos alimentos de que se sustentava.[1]

Na sua primeira viagem, encontra-se Cadamosto com um genovez, chamado Antonio de Nolle, que, com o consentimento do infante, partindo egualmente a descobertas, se reunira a elle, continuando os dois sua viagem até a Gambia. Com a annuencia de D. Henrique, emprehenderam ambos, em duas caravellas, ás quaes juntou terceira o infante, segunda viagem, no anno seguinte (1446). Desviados do rumo por uma tempestade, descobriram as ilhas do Cabo Verde, chamando á primeira que avistaram Boavista; á segunda Santiago e S. Filippe (porque desembarcaram no dia d'estes santos); á terceira Mayo (em honra do mez em que fizeram similhante descoberta). De seguida, dobrou Cadamosto o cabo Verde, em direcção á embocadura do Gambia, pelo qual subiu, a fim de examinar os circuitos, até uma certa altura; navegou depois para o rio *Rha*, denominado pelos portuguezes *Casamansa;* descobriu um cabo, a que deu o nôme de *Cabo roxo;* chegou, finalmente, á foz do *Rio grande* e visitou as *ilhas de Bissago*. Como seu interprete não soubesse fallar com os habitantes d'aquelles paizes e ilhotas, tornando-se impossivel qualquer communicação com elles, Cadamosto voltou para Portugal.[2]

Durante as rotas de descoberta de Cadamosto, outros tinham emprehendido, com eguaes intentos, viagens á costa occidental da Africa. Já em agosto do anno de 1445 os habitantes de Lagos haviam feito sahir quatorze navios, com o consentimento do infante. Seu commando este o confiara ao citado Lançarote, como a navegador experiente e feliz. Apoz varios accidentes, que a frota soffreu ainda antes da sua chegada a Cabo Verde, algumas embarcações voltaram a Portugal. Lançarote, porém, continuou sua marcha, com poucos navios apenas, fazendo só na ilha Tider cincoenta e nove prisioneiros. Nenhum chefe de navio até essa occasião tinha trazido tantos para Portugal.

[1] Barros, *Dec. I*, liv. 1, cap. 10.
[2] *Navegação segunda de Luiz de Cadamosto*, «l. c.», pag. 59-72.

No anno seguinte (1446) foi pelo infante enviado Nuno Tristão, com uma caravella, para continuar as descobertas de Alvaro Fernandes, sobrinho do governador da Madeira, que, com sua barca, sahida d'esta ilha, navegara até ao cabo *dos Mastos*, assim chamado por causa de algumas palmeiras seccas que, de longe, se assimilhavam a mastros. Tristão avançou até Rio grande. Quando subia n'um bote este rio, viu-se cercado por treze canoas, carregadas de negros armados, sendo investido com uma chuva de settas hervadas. Tristão retirou-se logo, com seus companheiros, mas o veneno produziu um effeito tão rapido que victimou a mór parte d'elles antes de chegarem a bordo. Elle proprio, ferido e torturado pelas dôres, rendeu tambem sua alma. Quatro nobres, criados na côrte do infante, e alguns outros homens considerados, incluindo dezoito marinheiros, morreram; e dos restantes sete, a bordo, dois succumbiram, em virtude de um infeliz accidente. Como conduzido miraculosamente por mão invisivel, chegou o navio a Lagos apenas com o guarda-livros e quatro mancebos (dos quaes nenhum entendia de navegação), isto depois de dois mezes de viagem.[1]

Melhórmente feliz do que Nuno Tristão foi Alvaro Fernandes, que n'este mesmo anno, uma outra vez, seguiu para a Guiné, passando mais cem legoas além de Cabo Verde. Seu primeiro feito d'armas foi o assalto contra os negros de uma aldeia, cujo corajoso chefe elle proprio, para terrôr dos outros, matou. Ancioso por avançar á frente dos demais navegadores, adeantou-se Fernandes até á embocadura de um rio, que os portuguezes mais tarde chamaram *Tabite*, e chegou, depois, a uma restinga de terra, onde tencionava desembarcar, no que foi, porém, impedido por 120 negros armados. Como n'aquelle rio já uma outra vez fôra ferido por frecha venenosa e se curara pela applicação rapida de antidotos, Fernandes contentou-se com ter estendido as descobertas dos portuguezes mais além do que seus antecessores e voltou para Portugal, onde foi recebido honrosamente e largamente recompensado pelo infante D. Henrique e por seu irmão D. Pedro.

As distincções e recompensas que Fernandes colheu produziram maior enthusiasmo e estimulo que o terror causado pela morte

[1] Barros, *Dec. I*, liv. I, cap. 14. Goes, «l. c.», cap. 8, pag. 19.

de Nuno Tristão. Porque no mesmo anno sahiram dez navios, entre elles uma caravella do bispo do Algarve, em direcção á costa occidental de Africa, sem, comtudo, corresponderem, pelo seu resultado, ás esperanças excitadas.[1] O ponto extremo das viagens de Fernandes não foi ultrapassado em vida do infante.[2] Se os Açôres fôram descobertos pelos lusitanos no mesmo anno ou alguns annos antes, é duvidoso; é certo, porém, que S. Miguel já pertencia no anno de 1447 aos portuguezes, porque n'esse anno concedeu o rei D. Affonso V aos habitantes d'aquella ilha a isenção da dizima[3] sobre os objectos que introduzissem em Portugal.

Os ultimos tempos do infante D. Henrique fôram occupados pelos seus feitos na conquista de Alcacer. Elle morreu em Sagres, no dia 13 de novembro de 1460[4], aos sessenta e sete annos (nasceu em 4 de março de 1394). Seu corpo foi depositado primeiramente

[1] Barros, *Dec. I*, liv. I, cap. 14.

[2] Erradamente colloca Barros (*Dec. I*, liv. I, cap. 16) a descoberta da Sierra Leona, por Pedro de Cintra, ainda nos tempos do infante. Cadamosto, que descreveu a viagem de Cintra (*Navigação do Capitão Pedro de Cintra, Portuguez, escrita por Messer Luiz de Cadamosto*, na *Collecção de Noticias etc.*, T. II, pag. 73), diz expressamente: ... «*duas Caravellas armadas, que El Rey de Portugal mandou depois da morte do Sr. Infante D. Henrique, cujo Capitaõ era Pedro de Cintra, Escudeiro do dito Senhor*» *etc.*

[3] Goes, *Chron. do Principe D. Joam*, cap. 8, pag. 19.

[4] Segundo Barros (*Dec. I*, liv. I, cap. 16), morreu em 1463. Pina (*Chron. del Rey D. Affonso V*, cap. 137) e Goes (*Chron. del Rey D. Manoel*, part. I, cap. 23, e *Chron. do Principe D. João*, cap. 17) dão a sua morte no anno de 1460. Esta indicação confirma-se, incontestavelmente, por um documento de doação, extrahido da *Torre do Tombo* e communicado por Sousa (*Hist. gen.*, T. II, pag. 111), documento de D. Affonso V, de 3 de dezembro de 1460, em que as ilhas da Madeira, Porto Santo e outras, que pertenceram ao infante D. Henrique até sua morte, fôram concedidas ao infante D. Fernando.— Ainda se poderá perdoar a alguns escriptores allemães, que tractaram especialmente da historia das descobertas, como Saalfeld, na sua *Historia do systema colonial portuguez*, e W. Tielcke, na sua *Exposição historica da geographia e seus progressos pelas viagens de descobertas* etc., o de copiarem da *Histoire des decouvertes et conquestes des Portugais*, par J. F. Lafitau, (Tielcke até dá 1467, o que talvez seja erro de impressão, em logar de 1463); mas não tivessem copiado, egualmente, que o infante fallecera no terceiro anno do reinado de D. João II (que subiu ao throno em 1481!) Um pequeno engano de não menos de 20 annos!

na egreja de Lagos, sendo transferido, no anno seguinte, para o mosteiro da Batalha e deposto no tumulo que lhe estava destinado na capella do rei D. João I.

D. Henrique fez o mais difficil—deu o primeiro passo na carreira que se esforçara por abrir a seu povo. Incansavel na lucta com as difficuldades, que lhe antepunham a ignorancia, preconceitos e mesquinhez[1], não só conseguiu subjugal-as, como transformou a censura em louvôr, a reluctancia em zelo, em enthusiasmo ardente para com seus planos. O seu fervôr pessoal pelas viagens de descoberta e emprezas maritimas volveu-o em paixão generica do povo. Quando D. Henrique foi arrebatado d'este mundo, estavam executados seus planos apenas em parte e bem diminuta. Mas elle legou seus presentimentos e perspectivas como propriedade nacional dos portuguezes. O impulso, communicado a seu espirito, foi tão grande que impossivel era esquecel-o em negligencia descuidada; e o genio de D. Henrique conduziu ainda os lusitanos em suas rotas apoz o principe haver rendido a alma. A direcção, dada em sua vida, aos esforços do povo assegurou, a este, os fructos da abundante sementeira que esparzira. Pelas descobertas e preciosas acquisições a que ellas conduziram, ganhou o pequeno Portugal, sem se intrometter no commercio do mundo, todo o commercio do mundo, obtendo uma certa influencia nos negocios internos e externos dos Estados europeus, que nunca alcançaria, mesmo com um maior poder, por meio da guerra e da politica. Para isso, lançara o infante a base, em conformidade com sua divisa:

TALENT DE BIEN FAIRE

[1] *E posto que nos principios deste descubrimento houve grandes difficuldades, e foi mui murmurado, como atrás dissemos, teve tanta constancia, e fé na esperança, que lhe o seu espirito favorecido de Deos promettia, que nunca desistio deste descubrimento (em quanto pode)*. Barros, cap. 16.

Expedição de D. Affonso contra Arzilla. Conquista d'esta cidade e tomadia de Tanger.

Foi uma verdadeira felicidade para a obra das descobertas de D. Henrique que elle confiasse a continuação e cuidado de similhante tentamen ao povo e não ao rei. O anhelo e fim de D. Affonso eram outros, e sua posição permittia-lhe dispôr das forças do reino e dos braços de seus habitantes. Conduziu-as, novamente, para onde sua alma, egualmente, pendia—isto é, para a Africa Mauritana.

Sobretudo, dirigia o olhar contra Tanger. Mas, como não se encontrava ainda sufficientemente armado para a conquista de um tão poderoso ponto, resolveu, seguindo o conselho de sua sequella, investir, primeiramente, contra Arzilla, sem, comtudo, abandonar seu plano relativo a Tanger. A este fim, enviou o rei seu escrivão de fazenda, Pedro de Alcaceva, em quem depositava a maxima confiança, e Vicente Simões, navegador experiente, mais de uma vez, a Arzilla, para, sob o pretexto de transacções mercantis, investigarem onde e como se faria melhor o desembarque e qual a força naval e terrestre que seria necessaria. Trouxeram a indicação desejada e D. Affonso mandou apromptar, desde logo, os navios precisos e um exercito de 30.000 homens. O equipamento estava proximo do seu termo quando chegou a Portugal a noticia de que um corsario inglez, sob o mando do capitão de navio, Faucombridge, sobrinho do conde de Warwick, que, n'aquelle tempo, dominava a Inglaterra, aprisionara, no Canal, doze navios lusos, que se dirigiam para Portugal, carregados de mercadorias. Indisposto ainda mais pela affronta do que pela perda, D. Affonso, instado pelos grandes, a quem pedira conselho, quiz enviar a frota, acabada de equipar, contra os bretões, não só afim de corrigir a injuria como, principalmente, no alvo de evitar, pela ostentação de consideraveis hostes navaes, analogas piratarias, àcerca de que os negociantes portuguezes, amiudadas vezes, se queixavam. Já estava nomeado o commandante da esquadra, quando se soube que o conde de Warwick morrera n'uma batalha (14 de abril de 1471) e que o rei Eduardo IV governava em paz a Inglaterra. Julgaram, pois, mais acertado enviar alli uma embaixada antes do que uma frota; per-

mittiu-se, porém, ao mesmo tempo, aos lusitanos o indemnisarem-se nos haveres inglezes. Taes prejuizos causaram a estes que o rei Eduardo mandou plenipotenciarios a Portugal, por cujo intermedio se conseguiu a entrega reciproca dos objectos roubados e a conclusão de uma alliança entre ambos os Estados (que durou até á reunião de Portugal e Hespanha) em 29 de março de 1472.[1]

Já anteriormente revivêra o plano de uma expedição á Africa e, para isso, se augmentara a esquadra até 477 navios, entre os quaes se contavam alguns galeões e galeras. O numero de guerreiros subia a 24.000 e, incluindo maritimos e serventes, a 30.000.[2] Para commandante da esquadra, que se equipara no Porto, nomeou o imperante o duque de Guimaraens, Fernando, e, para administrador do reino, durante a sua ausencia, o duque Fernando I, de Bragança[3], visto que o successor ao throno, contra o alvitre de quasi todos os grandes, sollicitara de seu pae a permissão de tomar parte na campanha. Como se D. Affonso V estivesse mais destinado a conquistar que a reinar, entregou, contando com uma ausencia demorada, as redeas do governo ás fracas mãos de um ancião e subtrahiu, além d'isso, ao reino o vigoroso successor, no melhor caso, por um longo espaço de tempo, e, no peor, para sempre.

No dia 15 de agosto de 1471 partiu a armada (apoz reunida a frota do Porto) de Lisboa e entrou, dois dias depois, no porto de Lagos, onde a esperavam os navios do Algarve; o rei D. Affonso, ao dia immediato, lhe designou Arzilla como alvo de sua expedição. Em seguida, se dirigiu com os seus, processionalmente, para os navios, fazendo-se de véla, ao som das trombetas. Uma brisa ligeira levou a esquadra para os lados de Arzilla, onde chegou na noite de 20 de agosto. No conselho, que se reuniu para deliberar ácerca do desembarque, resolveu-se que o conde de Monsanto e o conde de Marialva, cada um com suas tropas, desembarcassem ao romper da manhã, e que, logo que se apresentassem na enseada, o autocrata se

[1] Rymer, *Foedera*, V. 3, pag. 24.

[2] Pina, cap. 162.

[3] Segundo os plenos poderes, communicados por Sousa, na sua *Hist. geneal.*, T. V., pag. 159, e extrahidos do archivo da casa de Bragança, deve ser rectificado Goes na sua *Chron. do Principe João*, cap. 21.

puzesse em movimento, com toda a sua comitiva e os necessarios apetrechos de sitio, para que, ainda no mesmo dia, se estabelecesse o acampamento, se vedasse aos sitiados toda a sahida e se cortasse qualquer soccorro.

Os dois condes desempenharam-se tão bem da sua missão que, ao irradiar matutino, alcançaram o ancoradouro, com seus botes e embarcações. Aqui se viram, porém, impedidos, porque o logar para o desembarque era difficil, quebrando-se as vagas n'um escolho. O remo de nada servia, porque o mar, agitado n'esta occasião por um vento violento, elevava-se a massas terriveis. Sem demora, o rei e o principe se passaram para a embarcação que os aguardava e, impellidos por vigorosos remadores, correram, destemidos, ao encontro do perigo em que se topavam os condes. Vendo os outros a rapidez e audacia do autocrata, passaram-se tambem para os barcos que se podiam approximar e seguiram, ao desafio, o chefe, luctando corajosamente contra a impetuosidade das aguas e a violencia do vento, até desembarcarem. Mas não sem perda, porque uma galera e algumas embarcações se afundaram, com duzentas pessoas, entre as quaes se contavam oito fidalgos e muitos cavalleiros.[1]

Logo que as tropas desembarcaram, o imperante ordenou o estabelecimento do campo, circumvallando-o de fossos e palissada. A artilheria de cerco não poude desembarcar por causa da procella, vendo-se, por isso, o rei restricto a bombardear as muralhas da cidade com duas pequenas bombardas. Comtudo, desmoronaram-se em dois pontos, sendo reparadas com grande actividade, e não sem damno para os christãos, pelos sitiados. No restante, as muralhas, apezar de numerosas e bem fortificadas, não offereciam grande resistencia. Ao quarto dia, alguns portuguezes do grupo do conde de Monsanto, que formava o posto junto do burgo, enxergaram, em cima de uma das torres, uma bandeira como se fôsse o signal de paz. Seguidamente, o alcaide da villa exigiu salvo-conducto para negociações com o rei. Foi-lhe promettida toda a segurança. Durante essas negociações alguns chefes portuguezes, que tiveram por deshonroso que o rei quizesse assenhorear-se da cidade por meio de tractos em vez de a tomar á força de armas, atacaram a mura-

[1] Pina, cap. 164. Goes, cap. 23. Lião, cap. 40.

lha no ponto onde estava, em parte, desmoronada. Os sitiados, que, em vista das accomodações encetadas, não esperavam um tal assalto, correram a defendel-o tão bem quanto lhe era possivel n'esta investida repentina; os portuguezes, todavia, resolvidos antes a cahir que a apparecer diante de seu principe sem o premio da victoria, repelliram os mouros para o interior da cidade e abriram, muitos com a sua vida e outros com o seu sangue, a seus irmãos de armas, que corriam atraz d'elles, o caminho pelo qual entraram na villa, sem o rei saber. Tendo D. Affonso conhecimento d'este facto, logo exige o seu capacete (as outras armas trazia-as constantemente) e correu, com o principe, aonde se abrira a brecha. Como a achasse estreita para dar entrada á quantidade necessaria de guerreiros e como os clamôres na villa pareciam reclamar soccorros fortes e rapidos, mandou collocar ás muralhas algumas escadas, que tinham sido conduzidas para terra e que immediatamente fôram aproveitadas por um grande numero de portuguezes. Alguns correram, logo, em direcção das portas da cidade, afim de as abrir. Por ellas realisou o monarcha a sua entrada. Surprehendidos e incapazes de resistir a tal ataque, os mahometanos se retiraram, uns ao interior da mesquita, outros para a cidadella. D. Affonso mandou collocar fortes piquetes junto da primeira e diante da segunda, e pensou, sobretudo, em endereçar a Deus, com os seus, as mais ardentes graças por um tão brilhante principio de victoria.

Mas o forte e a mesquita ainda se topavam em poder do inimigo. A guarda do primeiro foi confiada ao conde de Monsanto, sob a recommendação meticulosa de guardar, com o maximo cuidado, especialmente, a porta secreta, a «porta da treição», como então se chamava, para que os mouros não escapassem por ella. Elle proprio avançou contra a mesquita; encontrou, comtudo, suas portas tão bem ferrolhadas que se viu forçado a mandal-as abrir á força. Entraram em seguida; os mouros, porém, resistiram desesperadamente, até que, subjugados, abandonaram a defesa dos portões e se retiraram para as naves do templo. Aqui se desenvolve briga mais ardente e encarniçada. Uma coragem inaudita, um admiravel despreso para com a morte, animava os sarracenos no seu sanctuario e apenas poucos infelizes sobreviveram a esta ultima peleja. Estes, com suas mulheres e filhos, que se encontravam occultos

nos cantos da egreja, fôram conduzidos para o acampamento dos christãos, por ordem de D. Affonso.

Entre os fidalgos que descobriram seu fim na escalada da mesquita, foi mais que todos, profundamente lastimado pelo rei, pelo principe e exercito, João Coutinho, conde de Marialva, mancebo «que, pelas súas excellentes virtudes, deixava antever que, no futuro, teria o rei o mais distincto homem, tanto nas armas como no conselho».[1]

Depois da tomadia da mesquita, voltaram immediatamente (primeiro que do exterior viesse qualquer auxilio aos sitiados) suas armas contra a, fortemente defendida e bem provisionada, fortaleza, para a qual se tinham retirado os mais nobres mauritanos. Ainda antes de se encostarem as escadas, muitos fidalgos subiram, ajoujados de suas lanças e armas, com a maior rapidez, as muralhas e torres. Outros, sem embargo do peso do corpo e armamento, se faziam içar por meio de fracas cordas, para se lançarem na briga, travada em cima da muralha, torres e mais pontos da fortaleza. O numero dos mortos e feridos, quer christãos quer infieis, de cujos cadaveres se viam juncado os sitios do combate, deu um terrivel testemunho da perseverança e ardôr com que se pelejava, heroicamente de um lado e desesperadamente do outro. Cada passo tocava um cadaver, pizava sangue. Contavam-se mais de 2.000 mouros trucidados e mais de 5.000 prisioneiros, entre estes duas mulheres de Mulei Schah e uma filha e um filho do mesmo, ambos ainda creanças.[2]

Quanto ao numero dos christãos prostrados, não o indicam os chronistas; se houvesse sido pequeno, de certo não teriam calado este jubilo e esta gloria. Dos fidalgos finados no castello apenas se mencionou Alvaro de Castro, conde de Monsanto, camareiro mor do

[1] Pina, cap. 164.

[2] Os primeiros fôram resgatados, depois, pelas ossadas do infante D. Fernando; o filho, porém, quedou prisioneiro durante sete annos e aprendeu n'este tempo a fallar tão bem o portuguez que os mouros o chamaram, no successivo, Muhamed «o portuguez». D. Affonso enviou-o, segundo os lusos affirmam, sen resgate, a seu pae, quando este foi feito rei de Fez. Marmol, IV, cap. 53. Lião cap. 42.

rei, «no campo e na côrte, na paz como na guerra um dos mais circumspectos, sagazes e valorosos»[1]

D. Affonso e o principe sahiram illesos da batalha, comquanto tivessem participado de quasi todos os perigos de seus companheiros na peleja. Junto de seu pae o joven D. João, então de dezesete annos de edade, deu provas brilhantes do seu valor cavalheiresco e elevado heroismo. O sangue dos descridos e os recortes da sua espada, consideraram-os os portuguezes como insignias de victoria, que o tornavam digno do throno que o esperava.

Logo depois da tomadia do forte, o rei dirigiu-se á mesquita, onde foi recebido pelo seu capellão mor e muitos sacerdotes, ao som de canticos de victoria e psalmos. Depois de uma fervorosa acção de graças, endereçada á Divindade, diante do cadaver do conde de Marialva, sobrepujado por uma cruz, o monarcha, julgando este logar e este momento o mais adequado, procedeu, com as habituaes solemnidades, ao armamento do principe a cavalleiro. Empunhando a espada, o autocrata dirigiu, com voz firme, uma allocução ao principe, que ajoelhava diante de seu progenitôr, sobre as honras e deveres de cavalleiro.[2] «Praza a Deos, meu filho, concluiu, tornar-te um cavalleiro tão valoroso como foi o conde de Marialva, cujos restos aqui vês cobertos de muitas feridas, recebidas em serviço de Deus e nosso».

.Depois d'esta solemnidade, o rei ainda conferiu a mesma dignidade a muitos guerreiros que n'este dia se haviam distinguido. Os christãos mortos fôram sepultados na mesquita, depois de ter sido consagrada a *Nossa Senhora da Assumpção;* os cadaveres dos mouros, porém, enterraram-se fóra da cidade. Para commandante de Arzilla nomeou o rei o conde de Valença, Henrique de Menezes, filho do antigo governador de Alcacer, Duarte de Menezes.

Por tal fórma veio a pertencer a Portugal esta cidade, depois de haver estado durante 220 annos sob o dominio dos mouros. Além de cincoenta christãos prisioneiros, foi encontrado um riquissimo despojo[3], que o rei, sem nada reservar para si, fez distribuir

[1] Pina, cap. 165.
[2] Veja-se todo o discurso em Goes, cap. 27.
[3] É avaliado, segundo Pina, cap. 165, em 80.000 «dobras d'ouro»; se-

por entre seus guerreiros. Arzilla era uma das melhores possessões dos mouros em Africa: ornada de grandiosos edificios; florescente pelo seu commercio; mesmo, pela cultura das sciencias; e forte pelos arsenaes e estabelecimentos militares. Seus habitantes alguns damnos valiosos causaram aos christãos de Ceuta e Alcacer. Sob o sceptro portuguez, desenvolvia-se sua população não só pela guarnição e constante guarda das fronteiras como, tambem, pelos muitos commerciantes que fixavam ahi sua residencia, afim de negociarem com a restante Africa. Como o territorio de Arzilla era, outrosim, mui fertil, a cidade logrou grande prosperidade.[1] Emquanto que os portuguezes tomavam Arzilla, combatia seu senhôr, Mulei Schah, um merin que se apoderara de toda a auctoridade do rei de Fez. Mulei, sabendo da marcha de D. Affonso, partiu logo, com suas tropas, para salvar a cidade; mas já em Alcacer quebir teve conhecimento da sua queda e da prisão de suas mulheres e filhos. Seguidamente, enviou uma embaixada a D. Affonso e pediu-lhe um salvo-conducto para negociar, em pessoa, com o rei. O pedido de Mulei foi satisfeito; com 1.300 cavalleiros, se adeantou até distancia de tiro. Mas, possuido de desconfiança, tão natural aos mouros, não ousou, apezar de todas as seguranças que lhe offerecia D. Affonso, approximar-se para uma entrevista pessoal. N'estas circumstancias, foi concluido, por emissarios, um armisticio durante vinte annos, com uma convenção ácerca das possessões de ambas as partes, todavia só com respeito aos terrenos planos, ficando cada um com a faculdade de guerrear e conquistar as povoações muradas, sem que tal facto representasse quebra do armisticio. Mulei, então, voltou a combater aquelle merin, tornando-se, no futuro, o soberano d'estes reinos.

D. Affonso ainda se via occupado em regularisar os negocios relativos a Arzilla, para voltar a Portugal, quando dois mouros lhe participaram que os habitantes de Tanger, receando que a sorte de Arzilla os ferisse e que o luso se vingasse agora das crueldades exercidas sobre seu tio e outros portuguezes, tinham abandonado,

gundo Goes, cap. 26, em mais de 800.000 «dobras d'ouro»; e, segundo Lião, cap. 40, em 700.000.

[1] Goes, cap. 22. Lião, cap. 41.

sob silencio, a cidade, levando comsigo seus haveres. A fama, de que Tanger gozava, de fortaleza inexpugnavel, por sua força e posição e sua numerosa população guerreira, tornava inacreditavel tal noticia; mas, em breve, se confirmou e D. Affonso remetteu, desde logo, o filho do duque de Bragança, João, futuro marquez de Montemor, á frente de um consideravel numero de cavalleiros e infantes, a Tanger, onde chegou em 28 de agosto[1] (quatro dias depois da tomadia de Arzilla). Não tardou que o rei fizesse tambem sua entrada, com o principe, para regozijo dos soldados e seu proprio. Recordando-se da escravidão infamante que supportaram o nunca esquecido infante e seus companheiros, com o maior prazer teria assomado, em Tanger, de espada na mão, como victorioso dos mouros e como vingadôr de suas crueldades, do que entrar sem gloria na cidade, abandonada tão cobardemente pelo inimigo, no deserto pantheon de tantos illustres portuguezes.

Tambem aqui foi transformada a mesquita em egreja christã, sendo entregue o bispado de Tanger ao prior de S. Vicente em Lisboa, que, anteriormente já, usava do titulo de bispo de Tanger. A dignidade de governadôr foi conferida ao guarda mor do rei, Ruy de Mello, mais tarde conde de Olivenza. D. Affonso, depois da conquista de Arzilla e Tanger, tomou o titulo de: «*Rey de Portugal, e dos Algarves daquem, e d'alem mar em Africa*»[2]; notificou ao papa e aos soberanos christãos suas victorias sobre os infieis e embarcou, a 17 de setembro, com o principe, para Lisboa.

Ambos os principes fôram recebidos no meio de indizivel jubilo e grandes festividades. Os trinta e cinco dias de sua ausencia, preenchidos pelas victorias sobre os inimigos dos christãos e brilhantes conquistas n'uma zona estranha do mundo, fôram, aos olhos do soberano e do povo, os mais gloriosos de seu reinado. A Tanger, especialmente, tinha-se como o mais bello florão na grinalda que o rei tecera em Africa. É certo que o terreno d'esta cidade não era tão fertil como outras regiões na Africa mauritana; comtudo, alguns valles bem banhados, na proximidade de Tanger, offereciam

[1] Pina, cap. 167.

[2] Nos decretos redigidos em Africa: «*dalem e daquem mar*». Pina, cap. 167. Ribeiro, *Dissert. chron. e criticas*, Tom. II, Append. VI, pag. 207.

optimas pastagens, com que alternavam vinhas e plantações de fructa. A cidade era importante pela sua extensão e edificios, pelos seus arsenaes e obras de fortificação, mesmo até, como cultivadôra das sciencias, por suas escólas. A antiga gloria, que conservou do tempo dos romanos, ainda lhe dava maior importancia na opinião publica do que a que, de facto, usufruia.[1] Tanger, Arzilla e Alcacer, com as povoações mais pequenas e seus territorios, que D. Affonso conquistou para o sceptro de Portugal, formavam não só uma importante possessão em si como tambem, para Portugal e Andaluzia, ou até para todo o sul da peninsula, um baluarte contra o poder dos mouros. Por isso, as conquistas de D. Affonso em Africa espalharam mesmo entre a povoação christã da Andaluzia vivo contentamento.[2]

A gloria adquirida na Africa bem teria chegado para satisfazer D. Affonso e exhortal-o a abastar-se com o governo justo e pacifico de seu reino. Mas seu olhar, sempre inquieto, quando contemplava o interior do proprio paiz, em breve o impelliu nóvamente além de seus limites. Planos ambiciosos attrahiram o rei para Castella, arrebataram suas forças (bem como os braços mais vigorosos de seus vassallos e os melhores recursos de todo o povo) á patria, sem substituição ou proveito, antes até para sua propria ruina.

[1] Goes, cap. 30; Lião, cap. 41.
[2] Pina, cap. 167.

2) O REI D. AFFONSO EM CASTELLA

Sua entrevista com o rei Henrique IV e seus esponsaes com D. Juana depois da morte de Henrique. D. Affonso levanta pretensões ao throno castelhano e dispõe-se a fazel-as valêr. Negociações com Fernando e D. Isabel de Castella. D. Affonso diligenceia assegurar-se do auxilio do rei de França. Põe-se a caminho de Castella, com um exercito. D. Affonso e D. Juana acclamados reis de Leão e Castella em Plasencia. O rei de Portugal toma posse de Toro e de Zamora. Situação entre Fernando e D. Affonso. Vã tentativa de um accordo e mau aspecto das cousas para o ultimo. Traição sobre a ponte de Zamora. Alguns grandes de Castella abandonam o portuguez. Perda da fortaleza de Burgos e de outras praças. Batalha de Toro — depois da chegada do principe João. Suas consequencias (1476).

O rei Henrique IV de Castella foi casado duas vezes; a primeira, quando era principe herdeiro (em 1440), com D. Blanca, filha do rei Juan de Navarra. Esta união, porém, foi, com assentimento do papa, annullada, por esteril (fins do anno de 1453), casando-se[1] o rei, segunda vez, depois de ter subido ao throno, por 1454, em cabo da morte de seu pae, no anno seguinte, com D. Juana, filha do rei D. Duarte de Portugal (nascida em março de 1439). Em principio do anno de 1462 deu a rainha á luz uma filha, que recebeu o nome de D. Juana, mais tarde denominada « la Excelente Señora» por uns, por outros «la Beltraneja», quando, no periodo das facções contra o rei Henrique IV, a fizeram acreditar filha de Beltran de la Cueva, favorito do rei e muito apreciado pela rainha. O monarcha convocou logo as côrtes apoz seu nascimento, afim de lhe prestarem homenagem como herdeira ao throno. O arcebispo de Toledo a sustentava nos braços; o infante Alfonso e a infanta D. Isabel, irmãos do rei, lhe beijaram a mão, prestando-lhe a homenagem, bem como todos os prelados, nobres e deputados. Quando as fraquezas de Henrique deram logar a que os nobres ambiciosos estendessem seu poderio á custa do poder real, lançaram estes as vistas sobre o irmão consanguineo de Henrique, Alfonso, que o rei Juan II procreara com sua segunda esposa, D. Isabel de Portugal; n'elle se

[1] Contracto de matrimonio, Lião, cap. 44 e seg. e Sousa, *Provas*, T. I, pag. 648.

encontravam todos os seus desejos e planos. Já em 1460 exigiram do autocrata que o infante fôsse proclamado herdeiro ao throno e este, no seu decimo segundo anno, compromette-se a esposar, mais tarde, a princesa D. Juana. Depois da insolente parodia em Avila, em que os grandes, que a prepararam, se deshonraram mais do que humilharam o principe, a quem queriam votar ao desprezo publico, proclamaram, formalmente, rei o infante Alfonso. Sua morte prematura em 5 de julho de 1468, aos quinze annos, frustrou os projectos dos grandes, sem que, comtudo, pozesse termo ás desordens em que o reino se topava envolvido. Alguns voltaram á obediencia; o maior numero dos adversarios do rei, comtudo, procurou, depois da morte de Alfonso, um novo alvo e o achou na esperança de collocarem no throno de Castella a irmã consanguinea (nascida em 1451) de Henrique e que se appellidava com o nôme de sua mãe. Offereceram a corôa a esta princeza e a proclamaram rainha em algumas cidades. Mas a prudente e bem aconselhada D. Isabel recusou, formalmente, aquelle offerecimento emquanto seu irmão vivesse. Este, porém, apertado pelos grandes, fraco e irresoluto, deixou-se arrastar a um convenio, segundo o qual D. Isabel seria proclamada herdeira ao throno, obrigando-se, todavia, esta princeza a se não matrimoniar sem o consentimento do monarcha.

Assim foi sacrificada, por seu proprio pae, a desafortunada D. Juana, ao cabo de lhe haver feito prestar homenagem como herdeira ao throno. Antes como depois, seu coração se tornou o abono nas confusas partidas, que Henrique empenhava, com os fidalgos do seu reino e com principes estrangeiros.

Já em 1464, quando o rei diligenciava obter, n'uma entrevista com D. Affonso v, em Gibraltar, o auxilio d'este soberano contra os grandes, que queriam elevar seu irmão consanguineo ao solio, offerecera ao imperante portuguez a mão de D. Juana, então de dois annos de edade, para futura esposa do principe D. João, emquanto que este, segundo os desejos de Henrique, deveria casar com sua irmã, a infanta D. Isabel, prestando ambos os reis, de facto, a promessa reciproca nas mãos do bispo de Evora.[1] Mas Henrique não era senhor nem de si nem das circumstancias para poder cumprir

[1] Pina, cap. 154.

tal promessa, nem lograva desviar do rei portuguez o desgosto de se vêr inevitavelmente envolvido nas dissensões internas de Castella. E, mesmo que assim não succedesse, deviam as sabias representações que n'este sentido lhe dirigiram as côrtes, reunidas, a seu conselho, quando sua irmã, a rainha de Castella, pediu pessoalmente o auxilio de Portugal contra a violenta preponderancia dos nobres d'alli, excitar varias duvidas; e D. Affonso era então prudente bastante para regeitar, sob um acertado pretexto, a arriscada intervenção.[1] Logo que, mais tarde, D. Isabel esposou, contra a vontade de Henrique, o principe herdeiro do Aragão (18 de outubro de 1469), quando, no anno seguinte, o herdeiro do throno de Portugal se desposou[2] com D. Leonor, filha de D. Fernando, tão estimado por seu irmão D. Affonso v, viu Henrique com bastante alegria o irmão do rei Luiz xi de França, o duque da Guienne, sollicitar a mão de sua filha. Sua esperança, porém, de encontrar por meio dos esponsaes de D. Juana (em Lozoya, por outubro de 1470[3]) um appoio na côrte de França foi anniquillada pela morte prematura do duque. Já antes d'este acontecimento o rei Henrique, indignado pelo consorcio de sua irmã com D. Fernando de Aragão, declarara nullo o juramento de homenagem que lhe fôra prestado; elle queria nóvamente investir sua filha como unica e legitima herdeira.

N'esta qualidade, a promettera ao duque da Guienne e n'essa mesma categoria foi offerecida ao rei D. Affonso v. Por causa de similhante assumpto, ambos os soberanos trocaram frequentes vezes embaixadas e, por intermedio do grão-mestre de Santiago, se realisou, entre Elvas e Badajoz, um avistamento d'ambos os monarchas, em que tomaram parte outrosim deputados de Fernando e D. Isabel, com o intuito de crearem opposição ao projectado matrimonio. E, de facto, eram tantos os embaraços e difficuldades que este consorcio causava a D. Affonso; eram tão fundados os receios pela tranquillidade, tanto de um como do outro reino, e resultava «tão certa a guerra, como duvidosa a victoria», attendendo ao grande partido

[1] Pina, cap. 158.

[2] Resende, *Chronica del Rey D. Joam II*, Coimbra, 1798, cap. 4.

[3] Hernando del Pulgar, *Chronica de los Reyes Catolicos D. Fernando y D. Isabel*, Valencia, 1780, cap. 2, Not. A.

que D. Isabel tinha em Castella—que o rei de Portugal, emquanto viveu Henrique, não se resolveu a annuir[1] ás propostas d'este monarcha; a morte de Henrique determinou, finalmente, D. Affonso a desposar D. Juana e a deffender seus direitos em Castella. Via-se agora forçado a intervir directamente nos negocios d'aquelle reino.

O rei, segundo escreveram historiadores contemporaneos e acreditados de Portugal, bem como de Castella, declarara, em seu testamento, a princeza D. Juana sua filha e unica herdeira de todos os reinos, e designava para executores de sua ultima vontade o cardeal Mendoza, os condes de Plasencia e Benavente e o marquez de Villena. Conforme escriptores portuguezes, nomeara o rei D. Affonso para governador d'esses reinos, pedindo-lho o de tomar as redeas do governo, a tutella sobre sua filha D. Juana e o de casar com ella. O testamento foi levado por pessoas de toda a confiança, no mez de dezembro, ao rei D. Affonso, que n'essa occasião se encontrava em Estremoz.[2] Ao mesmo tempo o marquez de Villena convidava o rei de Portugal, em uma carta que lhe dirigira, a casar com D. Juana, filha do fallecido rei, e herdeira legitima de seus reinos, a colher o governo e a intitular-se *rei de Leão e Castella*. Assegurou-lhe o auxilio de muitos grandes do reino e de quatorze importantes cidades e logares.[3] Alguns caballeros castelhanos offereceram-lhe secretamente seus braços e haveres.

Immediatamente o rei D. Affonso formou conselho, com todos os grandes do seu reino e principes, sobre as propostas que lhe

[1] Pina, cap. 171.

[2] «Rasão por que não se acha em Castella» accrescenta Damião de Goes. Como o testamento, por cuja existencia tanta cousa falla (sem embargo de que Pulgar, *Cron. de los Reyes Catol.*, Parte I, cap. 11, nada d'isso querendo saber, [veja-se, comtudo, a annot. A do emprehendedór da Ed. de Valencia, pag. 31] passe, com uma rapidez extraordinaria, por motivos comprehensiveis, sobre este ponto tão importante para Hespanha) não chegou, segundo parece, á posteridade, só podemos indicar, a favor da exactidão dos lances mencionados, a carta que o marquez de Villena, logo depois da morte de Henrique, dirigiu ao rei de Portugal e cujo contheudo nos fornece Goes, cap. 42. Sem desprezar os escriptores castelhanos, as nossas explicações seguem, principalmente, a Pina, cap. 173, Lião, cap. 48, pag. 345 e Damião de Goes *(Chronica de Principe D. João*, Coimbra, 1790, cap. 41), que nos dá as noticias mais circumstanciadas.

[3] Pulgar, «año 1475», cap. 7. Damião de Goes, cap. 42.

faziam. Nenhum dos assistentes mais vivamente se agitou que D. João, successor ao throno. A perspectiva de vêr seu reino ampliado, de vêr talvez um dia Portugal, Castella e Leão reunidos sob *um* e o *seu* sceptro, excitava poderosamente o principe e occupava seu espirito, não menos que commovia seu peito. O principe chamou de parte os grandes em quem mais confiava; patenteou-lhes sua esperança e seus planos, tão sómente na intenção de que estes fidalgos aconselhassem o monarcha a que se entregasse sem demora a tal empreza. O que, segundo sua opinião, tinha sido perdido pelas hesitações anteriores, queria elle agora reparar da fórma mais rapida e segura possivel. A resonancia d'estes desejos e esperanças, que por tempo ainda echoaram em sua alma, é o testemunho da força com que o haviam já abalado. Porquanto, mesmo depois da morte de D. Affonso, censurava D. João ainda muitas vezes (se bem que sempre com o respeito filial, que nunca deixou de patentear a seu pae) a negligencia do progenitôr e as acanhadas vistas de seus conselheiros, que o tinham impedido de acceitar as primeiras propostas do rei de Castella, relativas ao consorcio do pae (D. Affonso) com D. Isabel e do filho (o proprio D. João) com D. Juana. Por uma ou outra maneira, julgava, teriam os reis de Portugal sido senhôres de Hespanha [1].

Apezar de todo o ardor de herdeiro pelo acceitamento das propostas, apezar da boa disponenda da maior parte dos grandes, por lhe comprazerem, e apezar de o proprio rei se sentir inclinado á acquiescencia, não se deixou, por isso tudo, confundir a opinião, amadurecida pela edade e experiencias, de alguns nobres, sua verdadeira sollicitude pelo bem estar do rei e do reino e sua impavida franqueza no expôr das proprias convicções.

O arcebispo de Lisboa, Jorge, fez vêr, ao rei e ao principe, as difficuldades do tentamen; sua incerteza; mesmo seus prejuizos e perigos para Portugal. Sobretudo, foi o conde de Bragança, D. Fernando I (outróra conde de Arrayolos) que se exprimiu com nobre franqueza e profundo conhecimento das cousas e dos homens que n'isto tomaram parte, declarando, entre outras passagens, que «os que agora convidavam o rei a começar a guerra, o arcebispo de

[1] Pina, cap. 173.

Toledo, o duque de Arevalo, Pedro Giron, os filhos do grão-mestre Juan de Pacheco outros não eram que os que, em Hespanha e em todos os reinos christãos, tinham espalhado que sua sobrinha não possuia direito algum á successão ao throno de Castella, pois não procedia filha de Henrique, e que eram os mesmos que haviam deposto este monarcha e retalhado o reino pela discordia. E como sabiam que D. Juana não era a herdeira legitima? E como sabiam agora que o era? Se Fernando e D. Isabel tivessem attendido á insaciavel cubiça d'estes homens, sua convicção ácerca da illegitimidade de D. Juana teria sido a mesma. Não era, portanto, o zelo pelo rei e pelo bem estar geral que os guiava, ao presente, mas sim o egoismo e a paixão. Nos limites da generosidade de D. Affonso achariam tambem o termo seu zelo pelo serviço e seu promettido auxilio. E, confiando em taes individuos, queria o rei esgotar e abandonar seu reino florescente, para derrubar, como estrangeiro, uma rival em sua patria: uma successora ao solio que podia contar com o auxilio de poderosos grandes de Castella e de casas soberanas suas parentes; em volta da qual se reuniriam e se agrupariam, no caso de uma invasão inimiga (feita pelos portuguezes, tão odiados dos castelhanos), todos os patriotas e pela qual se pronunciava, cada vez mais accentuada, a voz do povo». [1]

Como D. Isabel era sobrinha do conde, o rei, cuja resolução estava bem definida, considerou a opinião do fidalgo, apezar da sensatez, tão convincente, que ella exprimia, como parcial e suspeita; e os conselhos de Fernando e os receios e advertencias do arcebispo de Lisboa conseguiram apenas que o monarcha, antes de tomar a ultima decisão, enviasse seu camareiro mor, Lopo de Albuquerque, futuro conde de Penamacor, a Castella, para investigar do numero, força e disposições de seus partidarios, assegurando-se da sua obediencia ao rei. Como Albuquerque voltasse portador de noticias satisfactorias e de boas promessas dos partidarios de D. Juana, julgou D. Affonso tudo sufficientemente preparado em Castella e resolveu partir para alli sem demora (janeiro de 1475).

Desde logo se convidou todos os grandes, prelados, fidalgos,

[1] Outras razões vejam-se em Lião, cap. 48. Sousa, *Hist. gen.*, T. v, pag. 166.

cavalleiros, e todos os outros adscriptos ao serviço das armas, a reunirem-se, no principio de maio, em Aronches, de onde se contava penetrar em Castella. Primeiro, porém, enviou D. Affonso, em vista das representações de alguns de seus conselheiros, um embaixador, Ruy de Sousa, cortezão tão fino e prudente como firme e intrepido, a Fernando e D. Isabel, que se encontravam, por aquella occasião, em um torneio em Valladolid, afim de lhes apresentar suas pretensões e direitos, bem como suas resoluções. Antes que ambos os monarchas pegassem em armas, propôz o embaixador «que o governo do reino se confiasse a pessoas competentes até que, por meio de arbitros, se decidisse a quem pertenceria a successão».

Fernando e D. Isabel promptificavam-se já a submetter-se á sentença de avindôres, mas sem de fórma alguma deixarem o poder e o governo de que estavam de posse.[1] Todas as representações e indicações de direito, feitas mutuamente, não alcançaram outro resultado mais do que cada uma das partes manifestar a sua firme vontade de persistir em seu proposito, ganhando todos o convencimento de que, n'este assumpto, não resolveria a sentença do juiz, mas apenas a força das armas.

Emquanto que em Portugal proseguiam activamente os preparativos de guerra, diligenciava D. Affonso por adquirir o auxilio do rei de França e movel-o, por meio d'um ataque contra Castella, a distrahir D. Isabel e o rei de Aragão (a quem Luiz, como o sabia D. Affonso, de bôamente arrancaria Perpignan), emquanto que elle proprio invadiria Castella pelo lado de Portugal. Para este objectivo, enviou D. Affonso um embaixador ao rei de França, com o intuito de lhe communicar seu consorcio com D. Juana, na qualidade de herdeira do throno de Castella, e manifestar-lhe o desejo de renovar a antiga alliança entre França e Castella, cujo governo havia tomado. Luiz XI não era homem que, por virtude de uma promessa, já prestada a outrem, (Fernando e D. Isabel, como rainha de Castella[2], em 23 de setembro de 1475), se recusasse a prometter mais tarde exactamente o contrario a outro, desde de que tal deslealdade lhe ad-

[1] Goes, «l. c.», cap. 44. Pina, cap. 173 e 174. Pulgar, Parte II, cap. 9 e 10.

[2] Dumont, Tom. III, P. II, pag. 46.

viessem maiores vantagens. Firmou, portanto, tambem uma alliança com o rei de Portugal em 21 de dezembro de 1475.[1] Na mesma occasião em que seu emissario partia para a côrte de França, tomava D. Affonso, na supposição de uma mais demorada ausencia, as necessarias disposições ácerca do governo do reino durante esse periodo. Com o concurso dos mais auctorisados conselheiros, fôram essas disposições elaboradas ainda em Evora (principio de abril), approvadas pelo principe em Portalegre a 25 de abril, pronunciadas e juradas pelo principe perante uma assemblea solemne de prelados, senhores seculares e deputados em Aronches (principio de maio). Segundo seu theor, nomeou-se D. João regente durante a ausencia de D. Affonso e investiu-se de plenos poderes para todos os actos da suprema magistratura.[2] Ainda que, para o principe, fôsse muito lisongeira tal confiança do rei e dos estados, aos negocios do governo se submetteu mais por obediencia a seu progenitor e pela convicção de que o bem-estar do Estado isso exigia d'elle do que por inclinação[3]; porque bastantes pezares lhe causou a troca das pacificas occupações de regente com a attractiva lucta pela corôa de Castella, á qual teria offerecido, de bôamente, seu braço e peito.

Que elle não só alimentava esta convicção mas que se esforçava tambem por a seguir fielmente, demonstrou-o, no successivo, o seu bello governo durante a ausencia de D. Affonso; provaram-o, ainda antes da sua partida, algumas disposições regias, que a perspicaz sollicitude de D. João pela dignidade do throno e pela prosperidade do paiz obteve do rei. Conhecedôr da illimitada liberalidade do monarcha e prevendo as multiplas exigencias no proximo futuro, bem como as perniciosas consequencias para a corôa e reino, D. João determinou seu pae a decretar uma lei, pela qual se deveriam considerar nullas todas as doações e concessões no decurso da guerra, quando ultrapassassem a renda annual de 10.000 reaes e se o principe não houvesse outhorgado seu consentimento, firmando-o pelo proprio punho.[4]

[1] Sousa, *Provas*, T. II, pag. 8. Pulgar, Parte II, cap. 20. Goes, cap. 47.

[2] Vejam-se as disposições, bem como a allocução do rei ao principe e seu juramento, em Goes, cap. 47 e 48.

[3] Goes, cap. 47.

[4] Goes, cap. 48. Lião, cap. 50.

Depois de ter decretado esta lei, bem como outras disposições, em Aronches, partiu o autocrata, com seu exercito. Reforçado por alguns troços que se lhe ajuntaram no caminho, contava, na sua entrada em Piedra buena, 5.600 cavalleiros e 14.000 infantes.[1] Armas e artilheria, tendas e cavallos se topavam no melhor estado. De Piedra buena (até onde o principe acompanhara o exercito, afim de tomar ainda algumas disposições) voltou para Portugal.

A força dirigiu-se contra Plasencia. Na frente ia o Adail Mor[2], com alguma cavallaria ligeira, afim de reconhecer o terreno; em seguida, o marechal, Fernando Coutinho, com um destacamento forte bastante para o exercicio de seu cargo (a preparação de alojamentos). Seguia o commandante da guarda montada do imperante, Vasco Martinz Chichorro, com sua tropa bem ordenada. Logo apoz vinha a vanguarda do exercito, cujo chefe era o camareiro mor do rei, Lopo de Albuquerque; apparecia então a força dos transportes. Ao cabo, vinha a hoste do rei, com seu estandarte, junto do qual se via quasi sempre o monarcha, e de que se affastava algumas vezes, em companhia de poucas pessoas e do pagem que trazia o pendão com sua divisa, para passar revista á tropa. A rectaguarda era commandada pelo duque de Guimaraens, como condestabel, e de cada um dos flancos do corpo do exercito marchavam duas alas, cujos chefes eram os condes de Faro, Penella, Monsanto e Loulé. Assim, com os regimentos, entrou o principe em Plasencia, onde o aguardavam, e foi recebido com grandes festejos e jubilo pela princeza D. Juana, pelo duque e duqueza de Arevalo, pelo marques de Villena, pelo conde de Ureña e outros senhôres castelhanos do seu partido.

Em um determinado dia subiram D. Affonso e D. Juana a um palco, ricamente adornado, e erigido na praça do mercado da ci-

[1] Sua manutenção custou, em treze mezes, 275.000 dobras. *Copia das merces etc.*, Souza, *Provas*, T. II, pag. 19.

[2] O *Adail*, em outro tempo chamado *Zaga*, era o guia do exercito. Seu dever consistia tambem, nas pequenas irrupções, em conduzir em territorio inimigo as forças ligeiras dos *Almocadens*. Cargo que durou até ao reinado de D. João III. *Elucidario*, T. I, pag. 52, e *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal*, verb. *Adail*.

dade, onde se celebrou o matrimonio, com as cerimonias e solemnidades do costume, perante o povo reunido e na presença dos grandes de Castella e Portugal, sendo-lhes depois prestada a homenagem pelos assistentes e pelos procuradores dos ausentes, na qualidade de soberanos de Castella e Leão. De todas estas solemnidades se redigiram documentos publicos. Em um manisfesto que D. Juana, logo depois do seu consorcio com o rei, publicou, no penultimo dia de maio, em Plasencia, expunha circumstanciadamente seus direitos ao throno de Castella e fallou publicamente sobre um assumpto, então muito discutido em assaz de paizes da Europa.[1]

D. Affonso não chegou a consummar o matrimonio porque a dispensa pontificia que sollicitara de Roma, por causa do seu parentesco com D. Juana, e que Fernando e D. Isabel diligenciavam impedir por todas as formas, ainda não havia chegado.

Logo que Fernando e D. Isabel fôram informados, pelos seus agentes em Plasencia, de que D. Affonso e D. Juana haviam contrahido matrimonio e acceite o titulo de «*reis de Castella e Leão*», fizeram-se elles intitular tambem «reis de Castella e *Portugal*», accrescentando ás armas castelhanas as portuguezas.

Ao mesmo tempo os castelhanos dispunham-se a realisar algumas irrupções hostis na Lusitania e D. Affonso viu-se forçado, mesmo de Plasencia, a enviar o bispo da Beira, como fronteiro d'aquella comarca, e Pedro de Albuquerque, como commandante de Sabugal e Alfayates, com suas forças. Entre os habitantes da região de Entre Douro e Minho e os gallegos se desenvolveu uma guerra mais encarniçada do que em qualquer outra parte, e continuou com um atiçamento despiedado e devastações barbaras, até que lhe pôz termo a paz geral, celebrada entre Portugal e Castella.

De Plasencia avançou o rei, com o seu exercito, sem obstaculo, até Arevalo, que lhe forneceu sufficientes provisões em mantimentos. Durante sua estada de alguns dias n'esta villa, reuniram-se-lhe

[1] O manifesto, importante por causa da exposição historica dos acontecimentos relativos á successão, estava, apezar de partidario, pela publicação dos referidos factos perante a opinião publica, sujeito á conservação da verdade. Lião, cap. 51., Zurita, *Anales*, T. IV, liv. 19, cap. 28 e Sousa, *Provas*, T. II, pag. 60-71.

muitos castelhanos importantes. Juan de Ulloa, fidalgo hespanhol, lhe escreveu de Toro, dizendo-lhe que se promptificava a entregar-lhe a cidade. Como, porém, seu irmão, Rodrigo de Ulloa, guardava a fortaleza de Toro por parte de D. Fernando, tornava-se necessario o auxilio do soberano portuguez. D. Affonso conduziu, sem demora, uma divisão do seu exercito para Toro e mandou investir o forte. Como o commandante se encontrava n'esta occasião ausente, sua mulher o defendeu com uma coragem e firmeza que ao proprio inimigo causou admiração. Não desistindo, comtudo, o adversario de assaltar a cidadella, esta mulher heroica, alguns dias depois, se viu impossibilitada de sustental-a por mais tempo e entregou-a ao rei, sob clausula de sua propria liberdade e da guarnição. A alcaidaria-mór da cidade e forte foi dada a Juan de Ulloa.

De egual maneira obteve o soberano de Portugal a posse de Zamora. Juan de Porras, primeiro fidalgo da cidade, captou-se para o partido de D. Juana, e este arrastou comsigo a seu cunhado, o alcaide mor de Zamora e marechal de Castella, Alfonso de Valenza, ainda aparentado com a casa real castelhana. A D. Affonso convidaram-o a ir a Zamora e, quando fez sua entrada, com D. Juana, foi recebido em grande pompa pelo arcebispo de Toledo, o adversario mais violento e pertinaz da rainha D. Isabel, e por muitos castelhanos influentes que alli tinham vindo. Assim que o rei tomou formalmente posse da cidade, voltou para Toro.[1]

Entretanto reunira o rei Fernando um exercito em Valladolid, que, com as forças recrutadas pela rainha D. Isabel na comarca de Toledo, contava, na revista effectuada em Tordesillas (19 de junho), quatro mil homens de cavallaria pezada, oito mil homens de cavallaria ligeira e trinta mil infantes.[2] Na melhor ordem avançou o rei, ao longo do rio Douro, contra Toro e collocou seu exercito diante d'esta cidade em typo de batalha, no intento de se medir com o inimigo. Este, porém, debilitado pelas guarnições que deixara nas praças havidas, entrou na cidade; e Fernando, calculando as intenções de D. Affonso, depois de ter esperado durante cinco horas debalde n'aquella posição, resolveu-se a estabelecer seu arraial.

[1] Pina, cap. 179, 180. Pulgar, Part. II, cap. 20, 21.
[2] Pulgar, Part. II, cap. 23. Goes, cap. 54.

*

Fernando ainda alimentava esperanças de conseguir um accordo com seu adversario e trocou, para este effeito, algumas mensagens, mas sem resultado. Finalmente, offereceu um combate singular. D. Affonso exigia que, para tal fim, se déssem os respectivos refens e propoz D. Isabel e D. Juana, porque por estas damas se havia pegado em armas. Se isto se recusasse, então que estava prompto para uma batalha. Fernando não quiz reconhecer a paridade de ambos os refens e apresentou propostas que rebaixavam D. Juana. D. Affonso, offendido e indignado, recusou o combate simples e exigiu uma batalha.[1]

Por este tempo conduziu o alcaide de Castronuño, Pedro de Mandaña, ás fileiras do rei de Portugal, 350 cavalleiros e offereceu-se, caso não quizesse bater-se com Fernando, a obrigar este soberano a levantar o acampamento, antes de decorridos cinco dias. E, de facto, tomou Mandaña, de accordo com outra força, que se topava proximo, uma tal posição que cortou ao rei Fernando todo o transporte de mantimentos. Logo se sentiu falta sensivel no arraial castelhano. Sob a hypothese de que tivessem sido propositadamente expostos á fome pelos seus chefes, sublevaram-se os soldados, gritando terem sido trahidos; e Fernando viu-se forçado a levantar tenda e a retirar-se. Dirigiu-se para Medina del Campo com tal precipitação e confusão, tanto dos chefes como dos soldados, que D. Affonso, se o tivesse perseguido e soubera aproveitar sua vantagem, teria, segundo a opinião de todos os praticos, quer portuguezes quer castelhanos, destruido completamente o seu adversario e terminado a guerra.

D. Isabel, vivamente preoccupada pela retirada de seu marido; abastecida de um elevado sentimento da honra e ciosa da fama militar do rei, partiu immediatamente de Tordesillas, onde recebêra a noticia, para Medina del Campo, onde censurou acremente não só aquelles que aconselharam o monarcha a dar similhante passo ou os que o não dissuadiram, como fez tambem vêr a seu marido a ignominia d'essa retirada.[2]

A tal desgosto alliaram-se, por esta occasião, ainda os receios

[1] Goes, cap. 55, 56. Lião, cap. 53. Pulgar, P. II, cap. 23.
[2] Goes, cap. 57.

que á rainha causava a falta de meios pecuniarios, porque o thesouro depositado pelo rei Henrique em Segovia estava exhausto. D. Isabel resolveu, por isso, com seu marido, decretar um imposto em Castella. Tendo-lhes sido notificado, porém, que com esta medida affastariam de si os animos que diligenciavam obter e tranquillisar, abandonaram similhante plano e alcançaram do clero, por emprestimo, metade da prata da Egreja, para seus fins. Com estas sommas consideraveis, reunidas por tal fórma, continuou-se a guerra contra os adversos pretendentes do throno.

Fernando, atéqui mal feliz n'esta campanha, pouco tinha podido prejudicar seu inimigo. Maior damno lhe causaram os grandes de Castella do partido de Fernando, que paralysavam os braços e forças d'aquelles em cujo auxilio D. Affonso confiara. Por effeito de instigações de Fernando, hostilisou o grão-mestre da Ordem de Santiago, conde de Paredes, os vassallos e subditos do marques de Villena, passando-se bastantes para as partes do rei de Castella e entregando-se muitas povoações, sob a condição de sêrem encorporadas na corôa.

Egual prejuizo causou o conde nos paizes dos sobrinhos do marques, do grão mestre de Calatrava e do conde de Ureña, e tanto estes como outros partidarios de D. Affonso em Castella ficaram impossibilitados de fornecer, para o exercito portuguez, as cinco mil lanças a que se tinham obrigado, segundo contracto. Todas as vezes que eram convidados para este effeito, por D. Affonso, desculpavam-se com a necessidade de terem de defender as proprias terras, assegurando, porém, sempre, que estavam promptos a servir com o que podessem dispensar.[1]

Por outro lado, a posição de Fernando tornou-se egualmente desfavoravel, ainda que em outro sentido. O repentino levantamento do campo, sem razão justificada, consoante parecia; sua retirada, pouco gloriosa, causaram uma impressão muito desfavoravel a seus partidarios, bem como aos castelhanos ainda indecisos. Alguns espiritos se tornaram timidos; a coragem, porém, dos que pertenciam ao partido de D. Juana subia.

N'estas circumstancias, o cardeal, Pedro de Mendoza, diligenciou,

[1] Goes, cap. 57.

com o assentimento de Fernando, determinar o rei de Portugal á composição amigavel d'este pleito, relativo ao throno; as condições da paz ficaram ao seu alvitre.

Na assembléa convocada por D. Affonso, para a deliberação das propostas pacificas, os portuguezes decidiram pela paz. Todos estavam convencidos de que pugnavam apenas pela causa de D. Affonso e não pela de Portugal; e esta convicção não contribuia para os animar contra as difficuldades da campanha e para suffocar-lhes a saudade de seu lar. Os castelhanos affectos a D. Affonso desejavam a guerra. Porque, se vencesse o rei de Portugal, esperavam d'elle as mais brilhantes recompensas, a satisfação mesma dos seus desejos mais caprichosos; se elle succumbisse, não receavam cousas muito peores do que as que já os ameaçavam. O proprio D. Affonso, a quem inquietavam a falta das cinco mil lanças e o fraco apoio que encontrara em Castella, inclinava-se a uma composição amigavel. Exigia de Castella a cedencia da Galliza e das cidades de Toro e Zamora; o pagamento de uma certa somma, como indemnisação de guerra; a reintegração dos partidarios castelhanos em todos os seus direitos anteriores, cargos e possessões; finalmente, absoluto esquecimento de todo o passado. Estas condições não pareceram arduas a Fernando e seus conselheiros e teriam sido acceites se D. Isabel não lhe houvesse recusado, formalmente, o seu consentimento. Não tinha a mais pequena duvida em indemnisar sua rival com sommas consideraveis; mas de fórma alguma dava o seu assentimento a que se cedesse da corôa de Castella provincias a Portugal. As entaboladas negociações romperam-se e a briga começou de novo, mais encarniçada.[1]

Durante esta negociação, recebera Fernando más noticias de Burgos. Os habitantes d'essa cidade seus affeiçoados eram perseguidos, a ferro e fogo, e inquietados pelas sortidas diarias do alcaide do forte, Juan de Zuñiga, sobrinho do duque de Arevalo. Tresentas casas, situadas na estrada principal, junto do forte, fôram devoradas pelas chammas. Por outra banda, o bispo de Burgos, Luiz d'Acaña, com seus cavalleiros, não fazia menos detrimento aos habitantes. Para Fernando foi esta noticia tanto mais aterradora quanto

[1] Pulgar, P. II, cap. 26. Goes, cap. 58.

mais importante era Burgos como capital de Castella. Seu exemplo seguia-o facilmente a maior parte do reino.

Sem perda de tempo, enviou o rei um forte troço em auxilio dos habitantes. Mas elle proprio houve de partir, com uma força consideravel, para Burgos, primeiro que o exercito do bispo, que se sustentava na egreja de Santa Maria la Blanca, se entregasse, depois de uma desesperada defesa. Ainda resistia o castello; mas vivamente apertado pelos sitiantes e ameaçado pela falta de mantimentos, pediu Zuniga urgente soccorro ao duque de Arevalo. «Se não podesse contar no praso prefixo com esse auxilio, ver-se-hia forçado a evacuar a praça».

Ao receber esta noticia, o rei de Portugal partiu logo com seu exercito, assaz reduzido pelas molestias e batalhas, bem como pela retirada de muitos portuguezes para sua patria, de Toro; e avançou até Penafiel, onde se demorou alguns dias, para receber reforços, depois de se lhe terem juntado o arcebispo de Toledo e o marques de Villena, com suas forças, em Arevalo.

Entretanto D. Isabel, sempre cautelosa e activa, afim de perscrutar as intenções de seu adversario, mudou-se de Valladolid para Palencia, na mira de vigiar todos os passos do inimigo; e distribuiu, emquanto D. Affonso se conservava em Penafiel, suas tropas, para a defesa do camponez e embaraço do inimigo, nos burgos proximos e povoações limitrophes. O conde de Benavente então, apezar dos conselhos de amigos experientes, ousou fazer face ao exercito de D. Affonso, com quatrocentas lanças, de um castello mal defendido, Baltanas (não longe de Penafiel). Sem embargo da heroica bravura com que pelejou á frente de seu troço, desde o nascer até ao pôr do sol, teve, finalmente, de ceder ás forças superiores do inimigo. Aos vencidos, depois de desarmados, concedeu-se a liberdade; o conde, porém, foi declarado prisioneiro[1], o que causou grande magoa a D. Isabel e a Fernando, que nutriam por elle a mais elevada estima e que difficilmente podiam dispensar seu braço vigoroso. D. Affonso voltou, em seguida, para Penafiel, lu-

[1] Por interferencia da duqueza de Arevalo, o conde foi depois posto em liberdade pelo rei Affonso, com a condição de não servir, durante a guerra, ao rei Fernando.

ctando com a incerteza se deveria marchar em auxilio do castello de Burgos. Ainda que mal guarnecido e fortificado, fôra conquistado com grandes e sensiveis prejuizos, e D. Isabel, que lhe cortara todas as communicações e que lhe causava sérios embaraços, tornava-se-lhe, com as forças de Fernando diante de Burgos, ainda mais perigosa. Os castelhanos não cessavam de recommendar e lembrar, entre os seus conselheiros, a importancia da posse de Burgos. Mas os portuguezes, cansados da guerra, apresentavam o perigo do proseguimento da lucta, para a pessoa do rei muito maior que a vantagem da acquisição de Burgos, e aconselhavam-o a voltar para Arevalo, Toro ou Zamora, afim de estar mais proximo de Portugal e obter d'aqui mais facilmente ajuda. A noticia de que Zamora se via forçada a entregar-se a Fernando, se não fôsse logo soccorrida, e que Toro seguiria o exemplo de Zamora, fez decidir a questão. O rei partiu de Penafiel para Arevalo, depois de ter enviado, primeiro, o conde de Penamacor em soccorro de Zamora, seguindo-o, pouco depois, para alli.

Logo que D. Isabel soube que o rei de Portugal deixara de ameaçar seu marido em Burgos e que se retirara para Arevalo, tambem voltou para Valladolid e distribuiu suas gentes pelas immediações. Mas esta princeza soube, outrosim, com sua habitual finura, tirar proveito da retirada do seu adversario. Estigmatisando como fuga o acto d'aquelle soberano, excitou duvidas sobre a coragem guerreira de D. Affonso, ácerca de uma virtude cuja carencia o seu seculo não podia perdoar. E, a este momento da declinação do valôr do seu inimigo, aproveitou-o para secretamente affastar os castelhanos de seu partido. Com sagacidade, vigilancia incansavel e subtileza rara, teceu os vinculos com que enlaçou e attrahiu os espiritos, vacillantes, de seus adversarios. E tão feliz foi em sua tarefa que, a pouco trecho, seduziu innumeras pessoas importantes, muitas cidades e povoações, das quaes algumas se declararam immediatamente, outras pouco tempo depois, a seu prol. Em primeiro logar se passou Ocaña, cujos habitantes expulsaram da cidade todos os partidarios do marques de Villena, abrindo as portas ás forças de Fernando. D. Isabel conferiu este ponto ao grão-mestre de Santiago, Rodrigo Manrique, e adquiriu, emquanto que com esta recompensa ainda mais prendia um zeloso partidario e o incitava

defesa da dadiva e á continuação da campanha contra o marques, a fama da generosa e desinteressada gratidão. De facto, mostrou-se o grão-mestre, desde então, como o mais violento e terrivel adversario do marques; porque, quando este, depois da perda de Ocaña, veio em auxilio dos territorios do seu marquezado, com forças que lhe dispensara o rei D. Affonso, encontrou quasi tudo devastado, não poucas povoações em poder estranho e, o que lhe era mais doloroso, muitos dos seus servidores fóra de seu serviço. N'esta triste situação escreveu a D. Affonso: «se quizesse ser rei de Castella, que seguisse o conselho d'aquelles que o desejavam vêr n'este reino e não o dos que, indifferentes pela sua honra e proveito, aspiravam a voltar a Portugal, para alli se entregarem a seus negocios particulares. Rapida e seguramente conseguiria seu fim, se partisse directamente para Madrid, onde encontraria tropas, artilheria e munições de guerra; alli se encontrava tambem proximo das terras do grão-mestre de Calatrava, onde podia fornecer-se de todo o necessario.»

Aos conselheiros de D. Affonso desagradaram, naturalmente, estas propostas. Affiançavam que quem fôsse senhor de Burgos, Valladolid, Medina del Campo o era tambem de todo o reino. Os planos do marquez affiguravam-se-lhes demasiado vastos e perigosos, e D. Affonso, apezar de os achar convidativos e da sua disposição natural em seguir unicamente sua opinião, conformou-se com os conselhos d'aquelles, que, segundo parece, desejavam estabelecer o throno de Castella nas fronteiras, para que podessem participar da sua gloria e affrontar seus perigos sob os muros dos castellos de seu paiz.

O rei communicou as opiniões do seu conselho ao marquez e, por meio de promessas brilhantes que fazia para tranquillisar o partidario que a tão grandes sacrificios se dedicara, diligenciou suavisar a rudeza da resposta. Mas o marquez ficou altamente indignado e irritado quando recebeu a carta. Vacillou. Desde então pensou na reconciliação com D. Isabel.[1]

No entretanto, os negocios de D. Affonso tomavam successivamente um aspecto mais grave. As consideraveis despezas da guerra

[1] Pulgar, Part. II, cap. 30. Goes, cap. 64.

e da generosidade do rei, exigidas pelas circumstancias, e que não achavam limite algum em seu caracter, tinham esgotado, havia muito, o thesouro real e absorvido as rendas ordinarias do paiz. Na sua afflicção, recorreu a emprestimos particulares e lançou mesmo logo mão da caixa dos orphãos, não sem protestos do povo, que via com desagrado como D. Affonso arruinava Portugal para adquirir Castella. Então só o principe garantia protecção e consolo aos portuguezes. Verdade é que D. João tinha de sêr muito activo para satisfazer no estrangeiro as necessidades de seu pae, que assaz ultrapassavam as forças de Portugal; mas a fórma como elle procedia para adquirir esses meios deixava entrevêr e prognosticar os sentimentos que o impelliam a cumprir os deveres, n'esta occasião contrahidos para com o pae e no futuro para com o paiz. Porque o primeiro cuidado de D. João, logo que tomou as redeas do governo, foi amortisar as dividas de D. Affonso, com a piedade de um filho respeitoso e o amor de um pae desvelado pela sua terra. Assim alliviou a prole de algum modo os pesados sacrificios que os portuguezes tiveram de prestar ao progenitor. Ao mesmo tempo, adquiriu o principe, por sua actividade infatigavel, pela sua circumspecção e cuidado na administração da justiça e dos negocios do Estado, o respeito de todos. Sob o amparo das leis e de uma administração vigorosa, sentia o povo muito menos a oppressão do presente, e consolou-se com a perspectiva de um melhor futuro proximo sob a direcção do successôr ao throno. Sobretudo, mostrou-se D. João um bemfeitor do seu paiz, porque empregou todos os esforços para affastar da fronteira o perigoso inimigo. O rei levara em sua companhia a flôr do exercito, as melhores armas e meios de defesa, e Portugal ficaria desprotegido, mesmo perdido, se o principe não se tivesse tornado seu defensor. Roubando e matando, queimando e devastando, tinham cahido os castelhanos e gallegos nas povoações da fronteira portugueza; mas D. João cingia, de dia e noite, a espada, sem descuidar os trabalhos pacificos da administração, e luctava, segundo diz o chronista, «não como um mancebo e novato militar» mas como um cavalleiro valente, que já dera prova da sua coragem e adquirira experiencia em combates prolongados e nas alternativas da guerra.

Seus serviços fôram tanto maiores quanto exiguos eram os

meios que empregara para affastar o incomparavelmente mais numeroso inimigo. O principe não se limitou só á defesa; tambem atacou o adversario e levou a guerra, das fronteiras do seu reino, para os dominios do proprio hostil.[1]

O facto de D. Affonso desejar e chamar para junto de si um tal filho, regente e heroe, para conselheiro prova a confiança que D. João possuia do rei e do povo. Desde a sua estada em Zamora diligenciara D. Affonso ganhar os habitantes da cidade, bem como a guarnição do castello e das torres da ponte sobre o Douro, para a sua causa. Áquelles que tinham sido contra elle, não só perdoou, como procurou attrahil-os por meio de dadivas; e, quanto aos que lhe haviam quedado fieis, recompensou-os largamente. No sentimento de sua magnanimidade e liberalidade desmesurada, se julgava tão seguro dos castelhanos como dos portuguezes, e concedeu a muitos o voltarem para sua patria. Um muito maior numero regressou a Portugal sem sequer dizerem cousa alguma ao rei. Esta paragem momentanea das operações de guerra pelo lado dos portuguezes, escolheu-a D. Affonso para chamar o principe a Zamora, no objectivo de uma consulta. D. João, logo que tomou todas as medidas necessarias para o governo e defesa do reino durante a sua ausencia, partiu para Miranda sobre o Douro, onde o rei tencionava enviar-lhe um troço de cavalleiros para seu acompanhamento. Um mensageiro do monarcha, porém, participou que o commandante da ponte sobre o Douro fôra seduzido e desertara para a causa de Fernando e que tencionava prender o principe em sua passagem sobre a ponte, o que obrigou D. João a voltar immediatamente para a Guarda.

O importante posto sobre a ponte em Zamora confiara-o D. Affonso a um sobrinho de Juan de Porras, Francisco de Valdes, depois de lhe ter tomado primeiro o juramento de fidelidade. Valdes fôra criado na côrte da rainha D. Isabel; sahiu, porém, mais tarde do seu serviço, antes para agradar a seu tio do que por propria inclinação. A rainha, confiando n'esta circumstancia, tentou captivar Valdes novamente e impellil-o á entrega da ponte. Além da rainha, só eram conhecedores do segredo seu marido, o cardeal de Hespa-

[1] Pina, cap. 182.

nha e um monge que serviu de intermediario. A negociação effectuou-se exactamente no momento em que o principe D. João fôra convidado, por seu pae, a vir a Zamora; e Valdes, demorando propositadamente a entrega da ponte, presta-se ao plano traiçoeiro de prender o principe em sua passagem sobre o pontilhão, entre as torres, coadjuvado pelo exercito que D. Isabel preparara em Villalpando, para se apoderar então immediatamente da cidade. Á realisação da empreza diversas difficuldades se apresentaram, porque o rei D. Affonso se encontrava em Zamora, tendo junto de si boas forças castelhanas e portuguezas e era senhôr do castello. D. Isabel pediu, por isso, auxilio a seu esposo, que dirigia o cerco de Burgos. Á seu conselho, o rei simulou-se doente, a ponto de não poder receber visitas; entregou secretamente a continuação do cerco a seu irmão natural, a seu tio e ao condestavel de Castella, que, além de alguns outros, eram sabedores do segredo; partiu apenas com dois companheiros, á meia noite, de Burgos, e chegou, no dia seguinte, a Valladolid, onde o esperava a rainha.

D. Affonso havia-se certificado, ainda na mesma noite, da conspiração em projecto e Valdes, pelas exigencias e disposições de D. Affonso, suspeitou que seu conluio estava descoberto. Immediatamente deu d'isso conhecimento á rainha e pediu-lhe soccorro. Como esperava na manhã seguinte um ataque do rei portuguez, mandou durante a noite levantar, entre as torres, para o lado da cidade uma muralha, da qual só o arrebol da manhã afugentou os operarios. De facto, compareceu Juan de Porras com cem cavalleiros diante do portão da torre e exigiu entrada. O grito «*Castella, Castella! Viva o rei D. Fernando e a rainha D. Isabel, reis de Hespanha!*» foi a resposta; e uma chuva de settas e pedras, atiradas sobre os cavalleiros, a significação e confirmação d'este grito. Sem demora, correu D. Affonso, com um troço de combatentes; ordenou o ataque contra o portão e lançar-lhe fogo, por ter encontrado maior resistencia do que a que esperava. Não tardou que ficasse destruida pelo incendio, mas sem o desejado proveito. Os portuguezes, que avançaram mesmo atravez das chammas, ficaram estupefactos quando viram a muralha, que fôra levantada recentemente, e bem guarnecida de tropas e baterias. Um assalto vehemente, que tentaram, não obteve resultado. Os castelhanos, que se topavam defendidos pelo baluarte

derribaram bastantes assaltantes, e os portuguezes combatiam e investiam em vão, desde pela manhã até á noite. Ardendo em colera, instigava D. Affonso os seus, constantemente, para a peleja, até que o arcebispo de Toledo conseguiu, vendo a quantidade dos mortos e o pequeno proveito da lucta, prolongada e desigual, demover o rei a interromper por emquanto a pugna.

Estes acontecimentos espalharam na cidade terror e confusão, que, apezar de parecer concluida a lucta, subiram, na noite seguinte, ao ultimo auge. Entre os sons do sino que tocava a rebate, ouvia-se repetidas vezes o clamor de angustia: «*Traição, traição!*»; e os gemidos das mulheres e creanças martyrisavam os nobres sentimentos do cidadão. Tambem aos corajosos os acommettia o receio. Os fidalgos castelhanos, temendo cahir nas mãos de Fernando e serem entregues á sua vingança, pediram ao rei D. Affonso o de não abandonar a cidade. «Na posse do castello, disseram-lhe, circumdado de numerosas forças e bem dispostas, podia considerar-se completamente seguro e especialmente quando expulsasse da villa alguns homens suspeitos. Uma muralha construida rapidamente podia defender melhor a cidade contra a ponte do que esta contra aquella.»

Na confusão geral não se attendia, porém, o que aconselhavam a prudencia e a honra, mas apenas o que parecia mais seguro para o instante; D. Affonso começava outrosim já a alimentar algumas suspeitas em contra dos castelhanos.[1]

Seguindo o conselho do arcebispo de Toledo e dos senhores portuguezes, sahiu, acompanhado d'estes e da rainha, da cidade, por volta da meia noute, para grande pesar e debaixo de altos queixumes d'aquelles que o não podiam seguir. Seguiu elle para Toro, de onde enviou sem demora, a seu filho, ordem de lhe enviar o maior numero possivel de guerreiros, porque estava resolvido a decidir esta causa por meio de uma batalha.

Ao romper do dia, entrou o rei Fernando, acompanhado de um brilhante cortejo, em Zamora, e concedeu a liberdade aos portuguezes que se haviam refugiado na egreja, por não terem podido sahir da cidade, na occasião da retirada repentina do seu rei, e que não foram admittidos pelo commandante no castello, porque se re-

[1] Pina, cap. 186.

ceava que se introduzissem, ao mesmo tempo, os inimigos. Dirigiram-se, sem encontrarem o mais pequeno obstaculo, para Toro. Os bens do governador do castello, mariscal Alfonso de Valenza, de Juan de Porras e outros partidarios de D. Affonso fôram, desde logo, confiscados. Resolvido a não abandonar Zamora sem que ficasse senhôr do castello, mandou Fernando conduzir artilheria e munições de guerra, em quantidade, para dar o necessario vigor ao ataque.[1]

Entretanto, tinha o duque de Villa Hermosa, irmão natural de Fernando, mandado investir amiudadas vezes a fortaleza de Burgos e cortar á guarnição todas as communicações, interceptar todo o auxilio exterior e qualquer noticia ácerca da situação do rei de Portugal em quem depositavam toda a sua esperança. Os amigos e parentes dos sitiados, que se encontravam no campo castelhano, deligenciavam, quer por meio de uma conciliação pacifica quer exagerando propositadamente os perigos, determinal-os á entrega. Mas Juan de Zuñiga resistia com uma constancia inabalavel. Só quando a angustia e a miseria se tornaram insupportaveis dentro do forte; quando muitos militares se encontravam feridos; quando os maus alimentos produziram doenças; quando a muralha se topava já fendida em duas partes; quando os sitiantes investiam ininterruptamente com forças numerosas e quando desappareceu toda a perspectiva e esperança de soccorro — é que Zuñiga se promptificou, de accordo com toda a guarnição, a entregar-se, caso lhe fôsse concedida livre passagem para onde lhe aprouvesse, com suas armas e haveres. Da concessão ao inimigo de tão favoraveis condições não ousaram os chefes do exercito sitiante tomar a responsabilidade, mas accordaram n'um armisticio, até que a rainha resolvesse sobre tal assumpto. D. Isabel partiu, sem demóra, de Valladolid para Burgos, afim de conceder aos sitiados o que desejavam. Ainda se via occupada em Burgos na regularisação dos assumptos da cidade e do forte quando recebeu a noticia de que o rei de França entrara, com quarenta mil homens, na Guipuzcoa e sitiara Fuenterabia — não para dar cumprimento á promessa que fizera a D. Affonso antes da sua invasão em Portugal, mas para aproveitar a sangrenta discordia entre os dois reis, afim de adquirir aquelle ponto importante e talvez ainda

[1] Pina, cap. 184-186. Goes, cap. 66-70. Lião, cap. 54, 55. Pulgar, cap. 34.

para outras cousas mais. Na mesma occasião a rainha envia o conde de Salinas, com um exercito, em soccorro de Fuenterabia e empraza todas as municipalidades e cavalleiros da Biscaya, Guipuzcoa e Asturias a reunirem-se com o conde e a obedecerem-lhe como ao proprio rei. Duas vezes Luiz XI atacou Fuenterabia, sem conseguir apossar-se d'esta praça; firmou em seguida um armisticio com Fernando por um anno e voltou logo para França. Assim seu alliado se tornou pernicioso ao rei de Portugal; porque Fernando e D. Isabel ficaram, depois da conclusão d'este tratado, livres dos receios perante um visinho perigoso.

N'este mesmo tempo se desligaram de D. Affonso dois nobres castelhanos atélli seus alliados—perda sensivel para elle, porque seu exemplo arrastaria outros e seus elementos se tornavam um reforço do exercito inimigo. A pedido de Pedro de Zuñiga, que conservara sempre os mesmos sentimentos para com a rainha D. Isabel, ella perdoou ao duque de Arevalo, pae de Pedro. Foi reintegrado nos seus dominios, perdendo apenas Arevalo (assim o exigia a politica da rainha) e devendo tomar o titulo de duque de Plazencia, localidade que lhe pertencia. Pedro tambem obteve a reconciliação da rainha com o grão-mestre de Alcantara, que desde logo se passou do serviço de D. Affonso para seu lado.

Mais constante se mostrou o mariscal Alfonso de Valenza, commandante do castello de Zamora. Sua firmeza conservou-se inabalavel mesmo perante as promessas mais brilhantes a que D. Fernando recorreu secretamente, quando todos os ataques contra o castello surtiram sem resultado. Continuou-se por isso com o cerco, emquanto que entre as tropas de D. Affonso e Fernando, durante a estada d'este em Zamora e d'aquelle em Toro, se travaram numerosos combates. D. Affonso, querendo apoderar-se de um trem de artilheria, que Fernando mandara vir de Medina del Campo para o cerco do castello de Zamora, avançou, com suas melhores forças, e, não longe d'aqui, soube que aquelle trem já havia chegado. Desgostoso por esta falta, e na confiança em seu escolhido exercito, o rei D. Affonso, por um arauto, mandou desafiar o rei Fernando para uma batalha. A conselho do duque de Alba, foi esta recusada e D. Affonso, fatigado de inutil espera, voltou para Toro. A rainha D. Isabel ficou summamente indignada por causa d'este acontecimen-

to, visto como sabia que seu marido recusara o desafio, não devido ás suas forças, que eram numerosas e valentes, mas por conselho dos cobardes que o rodeavam. Extremamente sensivel pela dignidade e brio do principe e guerreiros, e receosa de que aquella deshonra prejudicasse a causa de Fernando e a sua, escreveu, de Valladolid, immediatamente, a seu esposo, pedindo-lhe, depois de lhe fazer sentir e aos seus conselheiros o desgosto que lhe causara similhante conducta vergonhosa, «que se preparasse n'essa mesma occasião e procurasse D. Affonso em Toro. Afim de assegurar o exito, lhe enviaria tantas forças quantas podesse reunir». A promessa foi promptamente cumprida.

No dia seguinte recebia o cardeal Mendoza ordem de partir para Toro com todas as tropas de Valladolid e seus arrabaldes, e poucos dias depois entravam alli dois mil gallegos, cavalleiros e infantes, recrutados pela rainha, para reforçarem as fileiras de Fernando. Depois de tudo reunido e organisado, avançou o rei, com seu exercito, bem equipado, contra Toro, e desafiou a pouca distancia da cidade o imperante de Portugal para uma batalha. D'esta vez, pelo menos para esse momento, D. Affonso não correspondeu por causa das diminutas forças de que podia dispôr, porque o maior numero de seus soldados se encontravam espalhados, para se prepararem para a batalha que o rei projectava logo que o principe D. João, esperado todos os dias, se reunisse a elle com suas forças. Mas prometteu ao arauto de brevemente procurar «o principe de Aragão» em Zamora. De seguida, este voltou para alli, afim de continuar o cerco.[1]

Pelo termo de janeiro de 1476 chegou, finalmente, o desejado D. João a Toro. Profundamente indignado com motivo da conspiração que havia de consummar-se sobre a ponte do Douro e que fôra descoberta a tempo de elle se escapar para a Guarda, e pouco disposto a deixar impune tal felonia, convocou, logo que chegou acolá, os Estados do reino[2], e resolveu, com o seu consentimento, recrutar

[1] Goes, cap. 72, 73.

[2] Goes só menciona a convocação das côrtes; Pina diz apenas: *«volveasse logo aa Cidade da Guarda, onde teve conselho, em que se detrymynou dar: ocorro a seu Padre etc.»*, cap. 187. Ribeiro (nas *Memor. de Litter. Port.*, II, pag. 92) indica Lisboa como o logar para onde se convocaram os estado

todas as forças possiveis, para, á sua frente, coadjuvar pessoalmente o monarcha. Ao custeamento das despesas, além dos rendimentos ordinarios do reino, levantaram-se emprestimos sobre todas as fortunas (não sem queixumes do povo) e tiraram-se, com o consentimento do clero, todas as pratas, não consagradas, das egrejas e conventos.[1] Assim que o principe organisou os negocios internos do paiz, guarneceu e assegurou sufficientemente seus limites, entregando o governo durante sua ausencia a sua esposa D. Leonor e a um conselho[2], se pôz em marcha com seu exercito, conquistou e devastou, na sua rota, S. Felizes, que militava por Fernando, e conduziu seus guerreiros sem perigo algum até Toro, onde todos os olhares e esperanças o aguardavam.

Sua presença, porém, devia tornar-se bastante agradavel para seu pae, que, desde que estabelecera o acampamento em Toro, mais tinha representado o papel de um cavalleiro defensor da fronteira do que de um rei poderoso[3], e se regozijava (n'esta occasião, com uma força sufficiente e, a seu lado, o filho corajoso e experiente na arte da guerra) de poder arriscar uma batalha, que, na posição em que se via, era a unica e ultima decisão que restava e que, depois da provocação de Fernando, tornava em dever a honra de cavalleiro. Apezar das forças consideravelmente augmentadas, devia sêr de grande importancia, para o chefe, o auxilio dos grandes castelhanos no terreno de Castella, e, por isso, cuidava em se assegurar completamente de seus partidarios; em captivar, por meio de novas promessas, os vacillantes; e em attrahir os que se haviam affastado. Mas D. Affonso viu-se amargamente illudido.

O duque de Arevalo, de cuja mudança de idéas D. Affonso ainda não tinha conhecimento, declarou que: «Por cousa alguma do mundo abandonaria novamente Fernando e D. Isabel, seus legitimos senhôres e reis; que estava resolvido, pelo contrario, a oppôr-se a todos aquelles que tentassem prejudical-os, até mesmo a D. Affonso se continuasse a guerrear.» Esta resposta, dada pelo

[1] Foram restituidas, depois da morte de D. Affonso, pelo rei D. João.

[2] Veja-se o documento em Sousa, *Provas*, T. II, pag. 195.

[3] Pina, cap. 187.

homem que incitou, mais que todos, o rei a unir-se com D. Juana e a começar a guerra em Castella, abalou o portuguez.

Novo pezar lhe causou o marques de Villena, quando este, sentido por D. Affonso desprezar o seu conselho de ir a Madrid, se dispunha a lançar-se nos braços do mesmo Fernando, que elle, havia pouco, tinha desejado expulsar do reino, respondendo-lhe friamente: «que não vinha, porque estava occupado em defender seus paizes, para que não lhe fôssem arrancados totalmente.»[1]

Assim se desligaram os homens, como as localidades, em Castella, successivamente, do rei, causando-lhe os primeiros mais magoa que as segundas. Os fortes e povoações cahiram, tanto por circumstancias previstas como imprevistas, mas D. Affonso tinha confiado mais nos grandes que nas muralhas e torres. Por elles havia sido convidado a ir a Castella e fôra assegurado de qualquer soccorro. A livre escolha determinara sua vontade; o receio da vingança de Fernando e a esperança no reconhecimento de D. Affonso, deviam, assim parece, fortificar esse alvedrio. Mas quando similhante desejo vacillou, quando mudou, teve D. Affonso a dôr da confiança illudida e mais um prejuizo incalculavel.

Não foi só um castello, uma povoação que se perdeu; tambem se retiraram ao pretendente os abundantes e indispensaveis recursos do paiz e os numerosos apoios que lhe offereciam os castellos e cidadellas nos dominios d'estes grandes, para engrossar as forças do inimigo; troços inteiros de lidadores lhe foram arrebatados para voltarem contra elle as armas, a favor de Fernando e D. Isabel. A bravura pessoal de um, o talento guerreiro de outro grande, suas cabeças, como seus braços, se tornaram uteis ao inimigo. E que impressão sua passagem devia causar aos exercitos portuguez e castelhano! Como deveria transformar a opinião publica, que, ainda que de pouca influencia em tempo de paz, era de poderosa actividade e interesse palpitante na guerra!

E, sem embargo, estava D. Affonso resolvido a adeantar-se sobre o inimigo, com o arcebispo de Toledo, unico fidalgo castelhano que lhe ficara fiel. O plano delineado foi o avançar contra Zamora, quinze

[1] Goes, cap. 74.

dias depois da chegada do principe com o exercito reunido, para libertar o castello ou dar batalha a Fernando.

No dia determinado D. Affonso partiu com um exercito (ficou guarnição sufficiente para defesa da cidade e da pessoa da rainha) e se alojou, chegado diante de Zamora, com o principe, no mosteiro dos franciscanos de além do Douro, em face da cidade. O acampamento foi estabelecido não longe do rio e defendido, por meio de fossos e elevadas trincheiras, contra os ataques inimigos, do lado da ponte. Para o fim da empreza, soccorrer a cidade ou dar batalha, foi mal escolhida esta posição. A parte opposta do castello que estava sitiado não podia esperar o mais pequeno auxilio, nem sequer uma noticia do exercito portuguez, e Fernando contava tanto com ajudas para as hostes lusitanas, vindas pelo outro lado do Douro, que recommendou aos seus a maior vigilancia para esta banda da cidade e, especialmente, para a parte do castello. Se as forças tentassem o assalto contra a villa, um rapido relance de olhos mostraria que poucos soldados bastavam para defender a passagem sobre a ponte. Para uma batalha faltava, finalmente,—o inimigo, que pouca vontade teria de abandonar a cidade que o defendia, para, passando a ponte isoladamente, ir investir com o bem defendido acampamento dos portuguezes.[1] Comtudo, fez-se ainda uma tentativa de conciliação. Alguns amigos da paz, ente elles, principalmente, o cardeal Mendoza, conseguiram que se entrevistassem enviados de ambas as partes em uma ilha do Douro, afim de accordarem n'uma conciliação; mas debalde. D. Isabel não duvidava em conceder á rainha D. Juana a mais rica dotação de uma princesa de Castella e a D. Affonso uma indemnisação consideravel, porém tudo em dinheiro, sem embargo de se volver oneroso para sua patria. De territorio algum, nem de uma aldea que fôsse, devia ser privada a coroa. D. Affonso persistia em suas pretensões, e as negociações mais uma vez se interromperam. Passados quinze dias, o rei mandou levantar o arraial, depois de seu exercito ter soffrido com frio e chuva, e dirigiu-se para os lados de Toro. Fernando seguiu-o em boa ordem, mas tão tarde e ão devagar que D. Affonso chegava já e passava livremente a mon-

[1] Pulgar, cap. 41. Goes, cap. 76.

tanha, entre Zamora e Toro, quando o castelhano alcançou a cordilheira. Fernando de bôa vontade teria chamado fuga á partida de D. Affonso; e, satisfeito com a honra de ter seguido tão longe o inimigo, queria voltar livre de qualquer perigo. Mas o cardeal o fez mudar de plano, depois que, chegado ao cume da serrania, de onde podia observar o campo até Toro e o exercito do inimigo, se convencera de que os portuguezes, longe de procurarem a protecção das muralhas, se occupavam antes em manobras militares, aguardando o ensejo de mostrar sua coragem.

Devido ás representações de Mendoza, avançou Fernando com o exercito. Logo que se mostraram os primeiros castelhanos na altura do monte, correram os lusos, na mór parte dispersos pelo campo, para suas fileiras, e em pouco tempo se via organisado o exercito em ordem de batalha. A vanguarda formavam-a as tropas reaes e alguns cavalleiros castelhanos, commandados por Ruy Pereira, senhor de Feira. Seguia-se immediatamente a ella o conde de Faro, com o seu proprio troço de guerreiros e com um outro, que lhe confiara o rei.

No flanco esquerdo da vanguarda se via o principe, com a flôr do exercito, a que se seguia o bispo de Evora, Garcia de Menezes, com os seus guerreiros, ambos acompanhados de muitos bésteiros e espingardeiros. O centro, com a bandeira real, commandava-o o autocrata, a cuja direita marchava o arcebispo de Toledo, com todos os seus soldados; aos quaes se seguia uma parte das tropas do duque de Guimaraens e do conde de Villa Real, que tinham ficado para custodia de Toro. A rectaguarda guiava-a o conde de Monsanto, João de Castro. Os infantes, finalmente, estavam divididos em quatro corpos e collocados da parte do rio.

Tambem no exercito castelhano, que avançava, abriam a marcha as guardas reaes, seguindo-se-lhes as forças da Galliza, as tropas de Olmedo, Medina del Campo, Valladolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo e Zamora. O pavilhão real de Castella e Leão conduzia-o o mayordomo mayor e não o rei. Este conservava-se, depois de organisado o exercito, em uma pequena divisão da rectaguarda, rodeado dos melhores guerreiros, para achar segurança no caso em qu[illegible] seus experimentassem algum revez. A porção restante do exe[illegible] estava dividida em dez divisões, quatro grandes e seis peque[illegible]

aquellas formavam a ala esquerda do corpo real, estas a direita. Quando o principe D. João notou que Fernando, das seis divisões, separava uma, que, em caso de necessidade, podesse rapidamente soccorrer as outras, tambem destacou determinada força para egual operação. Em seguida se approximaram os exercitos, preparados ambos para o ataque, e um arauto de Fernando desafiou o monarcha de Portugal para uma batalha. «Dizei ao principe da Sicilia, respondeu D. Affonso, que é tempo para o ataque e não para desafios».[1]

Immediatamente soaram as trombetas dos portuguezes, 1 de março de 1476; e D. João investiu, a mandado do rei e mau grado o approximar-se a noute e chuvas fortes e nevoeiros difficultarem todo o movimento, aquellas seis divisões que lhe estavam mais proximas. O grito de guerra dos portuguezes era *São-Jorge,* e os castelhanos imploravam a protecção de *S. Thiago.* Os castelhanos receberam o inimigo como valentes guerreiros, comtudo separados em diversos troços; mas, formando as forças do principe, a flôr da nobreza de Portugal, uma massa compacta, auxiliada por baterias e mosqueteiros[2], não poderam resistir por muito tempo á violenta acommettida.

Os castelhanos começaram a fugir; muitos morreram; outros ficaram feridos e os restantes salvaram-se, procurando refugio nos corpos reaes. Contra estes, emquanto que D. João atacava as seis divisões, se voltara o rei D. Affonso, a quem seguiu o conde de Faro, com suas tropas. O rei combatia na frente; como cavalleiro corajoso e bravo, não temia o perigo. Estando duvidosa ainda a victoria depois de uma lucta de tres horas, vieram os chefes das quatro grandes divisões castelhanas em auxilio dos seus. Immediatamente avançaram tambem o arcebispo de Toledo e o conde de Monsanto, com todos os seus guerreiros, em soccorro dos portuguezes, seguindo-se-lhes o duque de Guimaraens e o conde de Villa Real. Desenvolveu-se uma briga encarniçada e sanguinolenta, até que os portuguezes, finalmente, subjugados pela superioridade do inimigo e por causa dos cavallos, espantados[3] pela mosqueteria castelhana, cahiram em desordem e abandonaram a bandeira. N'esta

[1] Goes, cap. 77. Lião, cap. 57.
[2] Pulgar, cap. 45, pag. 87.
[3] Pina, cap. 191, pag. 560.

estavam fixados os olhares de todos; foi coberta por innumeras lanças e espadas, porque cada um luctava para se apoderar de similhante tropheu. O alferes, porém, Duarte de Almeida, a defendia corajosamente e adquiriu, pela sua defesa, maior gloria do que teria alcançado pela conquista de um estandarte inimigo. Como não havia forma de arrancar-lh'a das mãos, deceparam-lhe uma. Em seguida, a segurou com a outra e, quando esta estava já mutilada, a segurou então com os dentes e com os membros mutilados, até que, coberto de innumeros ferimentos, cahiu no poder dos castelhanos. Em Zamora, para onde foi levado, lhe tributaram os inimigos o respeito e consideração que excitaram sua bravura e lealdade heroica. Fernando e D. Isabel honraram suas armas, mandando-as dependurar, em Toledo, na real capella da cathedral como tropheu (de facto mais um tropheu do vencido do que do vencedor). Sua patria, ao contrario, deixou morrer o pobre escudeiro em muito maior miseria do que tinha vivido antes de lhe deceparem as mãos: esta mutilação, porém, assegurou-lhe o respeito do amigo e inimigo e uma memoria gloriosa na posteridade, mas roubou-lhe os meios de grangear o seu sustento.

A bandeira conquistada confiou-se a dois cavalleiros castelhanos. Vendo Gonçalo Pirez, um escudeiro portuguez, arrastal-a sobre o campo, depois da batalha, e indignado por tal affronta, atacou, auxiliado por alguns corajosos compatriotas, possuidos do mesmo sentimento, os castelhanos tão inesperadamente e com tal impeto que conseguiu arrancar ao porta-bandeira, lançando-o do cavallo, o pavilhão diante de todo o exercito inimigo. Tambem viveu antes como depois em grande indigencia. Mas D. João, apoz haver subido ao throno, deu-lhe uma pensão annual e as armas de cavalleiro, que d'elle recebeu e que accrescentaram ao seu nome o appellido *de Bandeira;* foi, pelo menos, uma honrante memoria á sua façanha gloriosa.

Ambos os reis abandonaram a batalha antes da sua decisão, comquanto por diversas rasões. Logo que Fernando, no seio da sua guarda, affastado uma legua do combate, soube que suas pequenas divisões tinham sido batidas pelos principes portuguezes e que o estandarte real se encontrava em perigo, pensou, sobretudo, em collocar-se em maior segurança; e, mandando recommendar ao car

deal Mendoza e ao duque de Alba que aproveitassem o melhor possivel as circumstancias, retira-se rapidamente, com sua guarda, para Zamora, onde chegou, de noute, são e salvo, sem que elle ou qualquer dos seus companheiros soubesse se os castelhanos eram vencedores ou vencidos.

Fernando apenas sabia que tinha fugido da batalha sem sequer haver desembainhado a espada, alli onde seu real adversario a manejara com bravura cavalleirosa.[1]

Durante tres horas combatera este, com effeito, entre os primeiros do seu exercito e ainda não ficara decidida a peleja. Finalmente, a approximação de novas forças, muito superiores, do inimigo, quebrou a resistencia dos portuguezes. E, quando D. Affonso viu abater a bandeira, e quando apenas poucos fieis restavam a seu lado; quando suas forças, mais numerosas que as do principe, estavam derrotadas; quando cessaram as noticias da sorte de seu filho e seus guerreiros; quando os inimigos inundavam o caminho até á ponte de Toro e só o esperava alli a morte ou o captiveiro; quando sua causa tinha tocado o extremo: tentou então arrojar-se entre os inimigos para assim achar o termo da sua vida onde encontraria a sepultura da sua honra. Alguns prelados e cavalleiros, que o acompanhavam em toda a parte, conseguiram detel-o. Estando o caminho de Toro e a passagem sobre a ponte pouco seguros, D. Affonso dirigiu-se para Castronuño, onde foi amavelmente recebido pelo governador Pedro de Avendaño, que tantos e tão importantes serviços lhe prestou no futuro.

No campo de batalha apenas ficou o principe, como vencedor depois da derrota do corpo principal. Até ao momento em que a hoste do rei desbaratou, perseguira D. João as seis pequenas divisões, que batera, em debandada. Sabendo, porém, do revez succedido ao monarcha, chamou seus guerreiros, que encarniçadamente per-

[1] Pina, cap. 191. Goes, cap. 78. Lião, cap. 58. Lendo-se a narrativa que Pulgar (cap. 45) faz da batalha de Toro, a qual, de resto, concorda nos pontos essenciaes com a descripção dos chronistas portuguezes, involuntariamente se pergunta: onde estava Fernando quando se batiam pela sua causa? Attendendo á posição de Pulgar para com Dona Isabel e seu marido, pode-se desculpar o não ter respondido a esta pergunta. Seu amôr pela verdade o fazia calar.

seguiam os fugitivos, mas não conseguiu reunil-os totalmente. Seguidamente tomou, com os militares que podera reunir e com aquelles que, depois da derrota do corpo real, se lhe aggregaram, posição firme sobre uma eminencia. Os restantes fugiram ao longo do rio Douro em direcção a Toro, fallecendo o maior numero ou sendo aprisionados; diminuta fracção alcançou a cidade. Outros se lançaram ao rio para o atravessarem a nado: encontraram, porém, a morte nas ondas, que, segundo se conheceu depois, submergiram maior quota de guerreiros que os derribados pela espada.[1] Por meio de fogueiras e toque de trombetas, conseguiu o principe congregar, durante a noite, os que faltavam do seu proprio troço e muitos do corpo real, que andavam dispersos, formando assim uma grande divisão, com que resolvera atacar, ao romper do dia, um corpo de castelhanos, que se encontrava tão perto a ponto de se ouvirem distinctamente fallar. Os castelhanos, todavia, sabendo que seu chefe se topava em segurança nas muralhas de Zamora, recearam uma investida na manhã seguinte: abandonaram, pouco a pouco, seus postos e tomaram, cada um conforme podia, seguindo as pégadas do seu soberano, o caminho, pelas montanhas, para Zamora, sem que o cardeal de Castella e o duque de Alba conseguissem reter os impacientes de encontrar o rei.

Os chefes nada mais lograram do que retirar em silencio. Esta partida dos castelhanos, que o terror e vergonha mandaram realisar em toda a mudez possivel, não podia deixar de ser notada; mas a escuridão da noute, o nevoeiro e a chuva prohibiram ao principe o de perseguir os fugitivos.

Quando os primeiros raios da manhã vieram illuminar o campo da pugna, D. João viu-se sósinho, com seu exercito em ordem de batalha, mas em parte alguma o inimigo. Segundo as leis da cavallaria, queria permanecer tres dias e tres noutes como vencedor no

[1] O prejuizo dos portuguezes n'este dia não o vemos indicado nos chronistas lusitanos nem por Pulgar. Andres Bernaldez diz na sua historia dos reis catholicos (cap. 22): «Quanto é possivel saber-se, morreram 12:000 homens do exercito de D. Affonso.» De uma carta do rei Fernando, de 9 de março, q Zuniga menciona nos *Anal. de Sevilla*, «año 1476», se conclue que a batalha effectuou uma legoa distante de Toro, no campo de Pelayo Gonzalez.

terreno. Mas o arcebispo de Toledo, assegurando-lhe que *uma* noite com as armas na mão, até tres horas, apenas, em tal posição satisfaziam plenamente os deveres da cavallaria[1], o demoveu a abandonar a zona da peleja.

Logo que fez conduzir os feridos e prisioneiros para Toro, tambem o principe para alli partiu, e entrou n'esta villa de bandeiras desfraldadas e na attitude orgulhosa de vencedor. A alegria emergente da sua chegada perturbou-se em muitos pela perda do pae, irmão ou marido, em todos pela incerteza da sorte do rei. Era o principe, especialmente (que já do campo da batalha mandara, em todas as direcções, emissarios) quem patenteava a mais acerba dôr; e o duque de Guimaraens, que ficara como commandante da guarnição em Toro e cuja magoa pela falta do monarcha era egual á estima que dedicava a seu soberano, dirigia as mais severas censuras a todos que o tinham abandonado na peleja. Emfim, um mensageiro foi portador da noticia do salvamento do autocrata. Toda a cidade se entregou ao mais ruidoso jubilo, em que se misturavam os sons dos sinos com os das trombetas.[2]

Passada a primeira impressão de contentamento pela salvação da pessoa do rei, os espiritos de nôvo se occupavam com os receios que lhe inspirava a actual posição. Sua derrota abalou seu poder e ainda muito mais a opinião d'elle havida. Isto foi confirmado pelos proximos acontecimentos, que peoravam, mais e mais, sua penosa situação. Fernando, na volta, encontrou, na continuação do cerco do castello de Zamora, a mais tenaz resistencia; e todas as tentativas dirigidas á fidelidade do commandante e todos os ataques contra as muralhas do castello não produziam resultado. Mas, vendo Alfonso de Valenza a causa do rei totalmente perdida, entregou o castello sob condições favoraveis. N'esta mesma occasião tornaram algumas povoações e fortes castelhanos, que militavam,

[1] Que a resurreição do Senhor tambem *não se effectuou* tres dias completos depois da sua morte, «*por comparaçam que troure da Resurreycam de nosso Senhor, que foy despois da morte tres dias nam todos enteiros, mas porque tomou de tres dias tomando a parte por todo*». (Pina, cap. 191, pag. 562) - traço caracteristico da fusão das opiniões christãs e cavalleirescas da Edade edia.

[2] Goes, cap. 80. Lião, cap. 59.

atéqui, pela causa de D. Affonso, novamente para o poder dos hespanhoes. O grão-mestre de Calatrava e o conde de Ureña reconciliaram-se com Fernando, e ao lado de D. Affonso de Portugal apenas ficou o arcebispo de Toledo, auxiliando-o com seus conselhos e acções emquanto esteve a seu serviço. Mas tambem este se viu forçado a abandonar o monarcha, quando soube como seus territorios eram devastados pelos castelhanos. D. Affonso ordenou ao bispo de Evora o acompanhasse com os seus guerreiros e separou-se, cheio de tristeza, de um prelado de cujo conselho e auxilio tanto precisava n'aquelle instante.

Com extrema destresa o arcebispo evitou um forte troço de cavallaria, que Fernando enviara para o aprisionar, e chegou são e salvo a Alcala de Henares. Quedava agora ao lado do rei apenas o principe. Correu então a noticia de que os castelhanos invadiam Portugal amiudadas vezes sem encontrarem resistencia, e D. João teve de acorrer, á testa de uma pequena divisão do exercito, em soccorro da patria afflicta. O conhecimento da arte da guerra, a prudencia e circumspecção que aqui desenvolveu surprehenderam tanto os inimigos como os seus vassallos; e os proprios soberanos Fernando e D. Isabel exprimiram, algumas vezes, em conversação, que apreciavam mais a vigilancia e astucia do principe do que a coragem arrebatada e intrepida do rei.[1] Emquanto que seu filho manejava com egual maestria o sceptro e a espada, assolou D. Affonso a comarca de Salamanca e forçou Fernando a levantar o cerco de Canta la piedra e a estabelecer seu acampamento n'aquella comarca. De volta a Toro, D. Affonso continuou suas irrupções «mais como um capitão de fronteira, que como rei. Seus conselheiros não conseguiram dissuadil-o e n'este ponto não queria ouvir a opinião de ninguem [2].»

[1] Goes, cap. 83.
[2] Goes, cap. 87.

3) D. Affonso em França; seu fim em Portugal

Os offerecimentos de Luiz XI determinam D. Affonso a fazer uma viagem a França, para lograr uma entrevista com aquelle monarcha. Seu encontro em Tours. Embaixada ao papa e visita de D. Affonso ao duque de Borgonha. Morte do duque. D. Affonso, illudido em suas esperanças no soberano de França, deseja ir, como peregrino, a Jerusalem e depôr o governo nas mãos de seu filho. Abandonando similhante projecto, volta novamente a Portugal. N'este intervallo rendem-se as ultimas praças. Novas tentativas de uma invasão em Castella. Paz perpetua entre os dois reinos. A terçaria em Moura. D. Juana toma o véu de freira. Os ultimos dias de D. Affonso, seu caracter.

Por este tempo voltava Alvaro d'Ataide que, como já se referiu, fôra enviado por D. Affonso á côrte de Luiz XI, com cartas cheias de offerecimentos e protestos do mais sollicito soccorro. O rei Luiz, em discordia com o rei Juan de Aragão, via com jubilo secreto ateada uma guerra entre D. Affonso e Fernando, que impossibilitava este soberano de prestar auxilio a seu pae. O sincero rei de Portugal confiou plenamente nas promessas de Luiz XI, apezar de este monarcha ter concluido, depois do ataque inutil contra Fuenterabia, um armisticio com Fernando, e resolveu ir pessoalmente a França, afim de se assegurar do auxilio do rei — resolução infeliz que, comtudo, recahia menos sobre D. Affonso do que sobre o embaixador, Alvaro d'Ataide, que a originou e cujas vistas não alcançavam sequer as do povo. Pelo desfavoravel conceito que a opinião publica fazia de Luiz XI, nem por isso o legado se deixou inclinar a precauções mais rigorosas. «Porque, assevera um homem bastante perspicaz n'estas cousas e que tomou pessoalmente parte nas negociações[1], se todos aquelles que negociaram aqui a alliança com o rei de Portugal fôssem intelligentes, ter-se-hiam instruido melhor das nossas relações, antes de aconselharem seu soberano a uma tão perniciosa viagem.»

Logo que D. Affonso houve provistas de tropas e mantimentos as praças que em Castella lhe eram dedicadas e logo que nomeou os governadores, principalmente para Toro e para a importante

[1] Philippe de Comines, *Chroniques de Loys XI*, chap. 93.

Canta la piedra, partiu, em principios de junho de 1476, com a rainha, para Portugal. D. Juana se dirigiu á Guarda, D. Affonso para o Porto, afim de se tomarem as necessarias disposições para o embarque. Ao mesmo tempo convocou, além do principe e da infanta D. Brites, os grandes, seculares e prelados, do reino para lhes ouvir os alvitres ácerca de seu proposito. As ideas fôram diversas e differiam da sua. D. Affonso não previu quanto perigava n'esta viagem sua auctoridade real. Que era um soberano de limitado poder, quasi que o portuguez o não apercebia; para elle, era o primeiro, o mais poderoso. Collocado ao lado do rei de França pessoalmente, tornava-se mais sensivel a restricção da sua força; e, apresentando-se como supplicante perante aquelle, confessava D. Affonso a sua propria fraqueza e manifestava a necessidade de ser amparado. As honras, que lhe prestaria seu real hospede, recahiriam mais sobre este que sobre o impetrante. Se lhe fôsse concedido auxilio, cahiria na dependencia; e se tivesse de partir com uma resposta negativa, acarretaria sobre si o desprezo e a desconsideração. A amisade apparente que existia aos olhos do mundo entre os dois soberanos tornava-se n'estes, como de facto, em inimizade, e á desillusão seguiria amargo resentimento. E como podia D. Affonso, antes e depois da embaixada, adquirir confiança n'um rei, cujo intimo sentimento era apenas a astucia e o embuste? Ou desconhecia D. Affonso, elle só, o que todo o mundo sabia ou acreditava que Luiz XI para com elle se transformasse? Reflexões de tal natureza, que o caracter de Luiz XI provocava e que se deviam apresentar ao espirito de D. Affonso, apezar da sua bondosa confiança, parece que não occuparam as ideas d'este soberano.

Sua resolução estava tomada. Pedro de Sousa foi enviado á côrte de França, afim de communicar ao soberano francez o desejo de D. Affonso de o visitar pessoalmente (agosto de 1476). Em seguida, partiu o rei, com uma esquadra de dezeseis navios e cinco caravellas, guarnecida com 2:200 homens e 480 fidalgos cavalleiros, para serviço do rei, e que custara 38:000 dobras[1], do porto de Belem para Ceuta, onde pouco antes o novo governador repellira gloriosamente varios assaltos dos mouros contra a praça. De Ceuta

[1] *Copia das merces* etc. in Sousa, *Provas*, T. II, pag. 18.

seguiu a armada para Marselha; teve, porém, de aportar em Collioure, por causa de ventos desfavoraveis. De aqui enviou D. Affonso os navios para Portugal. Sendo recebido por um enviado especial do rei de França e provido de tudo que era necessario para sua viagem, por terra se dirigiu para Perpignan, aonde foi recebido com todas as solemnidades e, como em outras cidades por onde passou, se abriram os carceres em sua honra, soltando-se os presos. De Perpignan, D. Affonso mandou pedir, por um embaixador, ao rei Luiz designasse um logar para sua entrevista. Foi escolhido Tours, na Touraine. D. Affonso tomou seu caminho por Narbonne e Montpellier, dirigiu-se, deixando em Nimes a antiga estrada dos romanos, por Pont-S.-Esprit, para Lyão e recebeu diante d'esta cidade a visita do duque de Bourbon e em Roanne as primeiras felicitações, em terreno francez, de uma embaixada do rei Luiz XI. Quando, finalmente, D. Affonso se approximava de Tours, o rei de França, pretextando uma peregrinação, sahiu d'essa cidade, incumbindo, porém, aos cortezãos que ficaram (entre elles se encontrava o historiador Comines) e ás auctoridades municipaes de prepararem ao rei de Portugal uma recepção tão solemne como se fazia ao rei de França quando visitava pela primeira vez uma localidade dos seus Estados.

Cinco dias depois da chegada de D. Affonso a Tours, voltou Luiz XI para o seu palacio, situado nas proximidades d'esta cidade, para de alli visitar seu hospede. D. Affonso queria descer até á rua ou, pelo menos, até ao fim da escada, ao seu encontro; mas Luiz XI nomeara para serviço de honor dois senhores nobres da sua côrte, que, com cortezia astuta, souberam impedir o seu intento. Sabendo que o rei se topava já na rua, a civilidade natural de D. Affonso se tornou mais inquieta; queria sahir. Debalde. Os dois cortezãos da escola de Luiz XI enlaçaram tão habilmente D. Affonso com o tecido da polidez palaciana que não lhe foi possivel desembaraçar-se e, quando tentou emfim arrancar-se violentamente e atravessar, no sentimento da sua dignidade e de uma melhór cortezia, todas as considerações impeditivas, pediram ao seu prisioneiro «de se não affastar do seu aposento; porque teriam de cumprir os seus deveres, se assim procedesse.» Como sentiria D. Affonso o solo estrangeiro sob seus pés? Só quando o rei Luiz XI chegou á sala de reunião é que

os cortezãos deram plena liberdade a D. Affonso em seu aposento, e ambos os soberanos se saudaram no meio da sala, de chapéos na mão e joelho curvado. O astuto Luiz XI enleou completamente o piedoso e sincero D. Affonso; porque, conservando-o abraçado, rendeu, de olhar dirigido para o céu, as suas graças, á Mãe de Deus e a San Martinho[1], de ter concedido a um homem tão humilde, como elle era, a tão alta graça que tão poderoso rei, a quem ardentemente desejava vêr e tratar como amigo e irmão, visitasse seu paiz e sua casa. Que considerasse a França como seu proprio reino.

Em seguida, ambos os monarchas se retiraram, com o conde de Penamacor, camareiro mor de D. Affonso, para um aposento, afim de tratarem sobre os pontos pelos quaes o rei de Portugal emprehendera sua viagem a França. O resultado d'esta entrevista foi o seguinte: que era necessario que D. Affonso implorasse, em pessoa, do duque de Borgonha, seu primo, o auxilio contra Castella e, como talvez se achasse impossibilitado de lhe prestar esse auxilio em rasão da guerra com o duque de Lorena, obtivesse, pelo menos, d'elle a certificação de que o rei Luiz não tinha a recear qualquer ataque do duque, para assim auxiliar, com mais segurança e precisão, o principe de Portugal. Para que todos lhe podessem prestar, livre de escrupulo, integral auxilio, era necessario que D. Affonso alcançasse do papa licença de se consorciar com sua sobrinha, a rainha D. Juana, que lhe dera o titulo de rei de Castella. Finalmente, se offereceu Luiz XI, visto que as fortalezas em Castella, como já sabia, se rendiam algumas vezes mais por dinheiro do que pelas armas, o fornecer as sommas necessarias e, além d'isso, o pôr á disposição de D. Affonso tanto sua pessoa como todas as forças do seu reino. Maravilhado por tantas provas de bondade e liberalidade, D. Affonso manifestou a sua reconhecida gratidão. Só alta noute os dois soberanos se separaram, no meio da mesma sala, pedindo o rei Luiz a seu hospede se dignasse acceitar, pelo menos, 50.000 escudos em ouro, para convidar uma formosa dama para seu lado, como era uso e costume em seu reino. D. Affonso recusou ambas as cousas cortezmente[2]. A paixão de ser senhôr de duas corôas po-

[1] ... a Monseor *Sam Martym*. Pina, cap. 159, pag. 570.
[2] Pina, cap. 196.

dia seduzil-o a jogar no estrangeiro a sua dignidade real; mas a sua severa moralidade não se deixava desviar por qualquer mau costume palaciano.

Segundo o que se convencionara, foi enviada a Roma uma deputação composta de portuguezes e francezes, novembro, e D. Affonso se dirigiu ao encontro do duque de Borgonha. Seguindo por caminhos asperos e cobertos de neve, e cortado por um frio glacial, chegou diante de Nancy, onde acampava Carlos, em frente do exercito do duque de Lorena. Ambos os principes se abraçaram no meio do ribeiro gelado. O duque, conhecedôr das intenções de D. Affonso, o esclareceu sobre o caracter do rei de França, descrevendo-o como um homem sem fé nem virtude. Para frisar bem a sua descripção, apenas lhe disse que o rei Luiz, emquanto que enviava um tão excellente soberano, amigo da paz, a procurar a amizade, remettia na mesma occasião numerosas tropas em auxilio de seu inimigo, o duque de Lorena. Comtudo, accrescentou Carlos, considero tão pouco o rei de França que não hesitaria, com este unico pagem (e apontou-o), a offerecer-lhe batalha e a alcançar a victoria. Mas, como o rei considerava vantajosa e desejava uma alliança com o rei Luiz, elle tambem annuia, por comprazer com seu hospede. Promettia não só conservar a amizade e paz entre elles, como tambem cumprir tudo que por exigencias de D. Affonso promettesse ao rei de França. Seguidamente, D. Affonso partiu para Paris, para onde o convidara o rei Luiz.

Poucos dias depois d'esta entrevista do rei de Portugal com o duque de Borgonha, avançaram, de facto, as mencionadas forças francezas, e ainda maior numero de tropas do duque de Lorena, contra Carlos. Este, apezar de ter um exercito mais fraco e extenuado pela fome e frio, deixou o acampamento para offerecer batalha ao inimigo. Seu exercito foi completamente batido e o proprio duque achou a morte na fuga [1].

[1] Pina narra a morte de Carlos affastando-se da descripção de outros escriptores. «*Querendo salvarse por huma ponte já hum pedaço da peleja, achou contrarios que a guardaram. Dos quaaes pellejando sem ser entam conhecido, a hum Domyngo bespora dos Reis Magos do ano de myl e quatrocentos e setenta e sete, foy morto, e despois se conheceo no campo per os synaaes de seu corpo*

A noticia do seu obito causou, entre os portuguezes, em França a mais profunda tristeza e magoa: sendo D. Affonso quem mais a sentiu. Todas as suas esperanças se sepultaram com o fallecido. O duque, emquanto vivo, parecia assegurar-lhe o auxilio de Luiz XI; sua morte libertou este soberano do receio que alimentara, atélli, d'aquelle adversario, fazendo-o olvidar, sem temor nem vergonha, as suas promessas relativas a Portugal e dirigir toda a sua attenção e astuta actividade ás vantagens que lhe offereciam a morte de Carlos e seus paizes abandonados. Que podia esperar agora D. Affonso de um Luiz XI? No entretanto, continuou este a representar o seu papel, apresentando ao rei portuguez as mais seductoras perspectivas e pedindo-lhe que estabelecesse a sua residencia em Paris. D. Affonso ficou até maio, emquanto que o rei de França continuava a guerra e proseguia nos seus planos ambiciosos.[1]

Os embaixadores, enviados a Roma, afim de obterem a dispensa para D. Affonso, tinham encontrado grandes difficuldades, porque o cunhado de Fernando, o rei de Napoles e seu embaixador trabalhavam em sentido contrario. O estado incerto de Castella e a situação vacillante dos pretendentes ao throno difficultavam a decisão do papa; uma sentença precipitada podia facilmente peorar o mal. Ainda que em Roma se tomava por duvidoso o auxilio de Luiz XI[2], desejavam, comtudo, mesmo n'esta occasião, mostrar-se condescendentes, visto que se queixavam em algumas cousas do primo de Fernando, o rei de Aragão.[3]

O papa Sixto IV retardou, por isso, a sua decisão aguardando melhor solução com o tempo. Chegou então a noticia da morte do duque, que, segundo parecia, habilitava o rei de França a usar mais livremente do seu poder e a coadjuvar as pretensões de D. Affonso ao throno de Castella. O papa propoz logo a seguinte sahida[4]: a

que hum seu fisyco delle deu, e tambem per huma cellada rica que hum seu page trazia, junto da qual pareceo que jazia, como jazia o corpo do dito Duque.» Cap. 198.

[1] Pina, cap. 198.

[2] Pina, cap. 199.

[3] Pulgar, cap. 57.

[4] *... hum meo, que mais verdadeiramente foy crara denegaçam.* P. *ibidem.*

dispensa não se conferiria a D. Affonso, por si só, mas sim se o rei de França lhe concedesse seu completo auxilio e se comprometesse a collocal-o em Castella.[1]

Logo que D. Affonso teve conhecimento d'esta resposta pelos embaixadores, em Pariz, a mandou transmittir pelo conde de Penamacor ao rei Luiz que se encontrava em Arras. Graças a isto, resolveu-se uma entrevista n'essa cidade entre ambos os monarchas. Depois de D. Affonso haver esperado alguns dias na abbadia dos conegos regulares que lhe fôra designada para alojamento, obteve do rei Luiz em expressões cortezes e palliativas—uma resposta negativa. Seguidamente se despediu D. Affonso do autocrata de França.[2] Tinha razão bastante para se sentir melindrado, mas tambem devia estar desgostoso comsigo mesmo, porque difficilmente lhe passaria o reremorso de haver abandonado loucamente o governo pacifico do seu reino para se apossar do poder, inseguro e perigoso, de um outro paiz; de ter descido do solio hereditario afim de supplicar humildemente o auxilio de um principe, sem fé e ardiloso, para a conquista de um throno estranho e incerto.

[1] Pina, cap. 199. Segundo Pulgar, cap. 57, pag. 108, conferiu o papa, sem que mencionasse a pessoa do esposo, a D. Juana a permissão de se matrimoniar com qualquer parente até ao quarto grau. Esta dispensa foi conservada tão secreta em Roma que apenas duas ou tres pessoas tinham d'ella conhecimento. Tornal-a notoria, antes de ser communicada áos reis de Portugal e França, estava prohibido, sob pena de excommunhão. Mais tarde, quando mudaram as circumstancias, supprimiu o papa essa bulla de dispensa. «*El Papa acordó de dar otra bula, en la cual declaró, que la primera bula habia seydo impetrada, no le faciendo relacion verdadera de la persona con quien aquella Doña Juana habia de casar, ni de otras circunstancias que en la impetracion de la bula se requerian, e debian ser declaradas: por ende que la revocaba, é dava por ninguna*. Pulgar, Parte II, cap. 85.

[2] Pina nos dá aqui um bello testemunho da sua imparcialidade: «*E tam mal despachado como a desaventura do tempo ordenou; porque assy como vivendo o Duque de Borgonha El Rey de França por ganhar sua paz, ajudara de necessydade a El Rey D. Affonso, assy por sua morte achando muyta da sua terra desacupada, pera a poder cobrar nom curou disso, nem foy muyto de culpar El Rey de França por mayores promessas que fizera; porque pera dar jente e dinheiro a Rey estranho, com que pera ysso ganhasse Reinho de empresa tam duvidosa, e leixar perder e nom cobrar sua propria terra, o direito e razam que o a isso obrigasse seria escuro e mação d'achar.*» Cap. 200.

De Arras se dirigiu D. Affonso, com sua comitiva, para Rouen e demorou-se aqui uma grande parte da primavera, na esperança de poder embarcar; seguiu depois rio abaixo, para Honfleur, onde se equiparam os navios para o receberem. Mas já então não se podia furtar ás inquietações de que o rei de França o aprisionasse e o entregasse a seus inimigos, Fernando e D. Isabel.[1] Sua causa em Castella peorava de dia para dia, e todas as suas tentativas e diligencias, empregadas em Portugal, Castella, França, Borgonha e Roma. fôram infructiferas. Esvahidas todas as esperanças, fechadas todas as perspectivas e, desenganado e offendido, perdendo toda a confiança em si proprio e nos outros, tomou, secretamente, o proposito de renunciar ao mundo e de partir, como peregrino e incognito, em serviço de Deus, para Jerusalem.[2] Occupado com estes pensamentos, costumava o rei visitar, n'aquelles dias, ao amanhecer, uma ermida não longe da cidade. No dia 24 de setembro, sahiu, antes de romper o dia, a cavallo, acompanhado de dois creados e dois escudeiros, e enviou, depois de affastado meio dia de viagem, um dos escudeiros a Honfleur, com a chave de um cofre, do qual mandou tirar quatro cartas e entregal-as segundo as indicações das mesmas. A primeira era dirigida ao rei de França. Informava-o, não sem algumas exprobações, do juramento que prestara, depois da morte de sua esposa, de viver exclusivamente para o serviço de Deus, logo que o principe alcançasse a idade necessaria para tomar as redeas do governo, e lhe recommendava e sollicitava sua graça para com os creados que tinha deixado em França. Em outra carta, dirigida ao principe D. João, convida-o D. Affonso a fazer-se proclamar immediatamente rei; em uma terceira exhorta os Estados do reino a obedecerem a seu filho como seu legitimo soberano[3] e ordena

[1] Comines, cap. 93.

[2] Pina, cap. 202.

[3] *«Que não puzessem duvida a jurar o Principe por sua Rey, e Senhor, que sua tenção era trocar as coasas do mundo pelas de Deos, e o hir servir na Cidade de Jerusalem, cousa que tinha de muytos dias cuydada, e assentada comsigo depois do falecimento da Rainha sua mulher, e que por a não ter comprido como o promettera, e votara, lhe sahirão ao contrario todos os negocios que commettera contra seu voto, esquecendolhe o serviço de Deos, e saude de sua alma pelo vão, e inutil desejo de reynar, pondo tanto fogo, e tanta terra entre Chri*

finalmente, a seus servos o de seguirem o conde de Faro até voltar ao seu paiz.

Dôr indescriptivel se apoderou dos portuguezes, que ficaram em Honfleur, quando souberam do intento do rei, cuja natural bondade elevou sua submissão ao mais intimo affecto, e quando se viram orphãos, longe da patria e entregues á graça de um soberano estrangeiro, de um Luiz XI. Já antes da chegada das cartas regias tinham sido enviados correios a cavallo e a pé em busca do monarcha. Encontraram-o finalmente, depois de saberem pelas missivas a direcção que tomara, volvidos dois dias, dormindo na estalagem de uma aldêa. Para não ser reconhecido, dormia e comia em commum com seus servidores. Comtudo, reconheceu-o um nobre da Normandia, que mandou reunir n'essa mesma noite a municipalidade e vigiar cautellosamente a casa. Ao mesmo tempo corriam enviados á côrte de França e aos portuguezes em Honfleur com a noticia, que desde logo conduziu para junto do seu rei o conde de Faro e os outros portuguezes. Seus rogos e representações e uma carta consolatoria de Luiz XI determinaram D. Affonso a desistir do seu proposito [1]. Não quiz, porém, voltar a Honfleur, embarcou n'um porto proximo e partiu, com os seus que tinham embarcado em Honfleur, para Cascaes.

Á sua chegada a Portugal, já se encontrava coroado seu filho D. João. Em conformidade com suas cartas, endereçadas ao principe e Estados do reino, tomara D. João em 10 de novembro de 1477 o titulo de rei e subira ao throno [2]. Quatro dias depois chegou a noticia de que seu pae sahira de França (tinha partido em outubro), de volta a Portugal. D. João encontrava-se n'este momento no palacio real (*Paço de Santos*) em Lisboa. Passeando com o duque de Braganza e o arcebispo de Lisboa, Jorge da Costa, cardeal de Portugal, á beira do rio, perguntou áquelle: por que maneira, segundo

tãos, das quaes culpas, e pecados queria antes que morresse começar de dar conta a Deos e dellas fazer emmenda, para depois de sua morte vir ante seu Divino juizo com menos carga do que o faria morrendo nas vagas, e ondas das vaidades do mundo, em que até então andára emvolto.» Goes, cap. 97.

[1] Pina, cap. 202. Pulgar, «l. c.»

[2] Acerca da conducta do principe ao receber a nova da abdicação de D. Affonso, vide Goes, cap. 97.

*

sua opinião, deveria receber seu pae? O duque, dotado de muita franqueza e summamente addicto a D. Affonso, redarguiu: «Como, Senhor, o devereis receber senão como Vosso rei e pae?»

D. João callou-se; apanhando, desgostoso, uma pedra, eil-o que a atira, com violencia, contra a corrente da agua. Ao vêr isto, o cardeal, perspicaz como era e conhecedor do caracter do successor, segredou ao ouvido do duque: «Vêdes aquella pedra que o rei arremeçou com tal violencia? Asseguro-vos que não será ella que embarrará por minha cabeça». De facto, o cardeal abandonou logo em seguida Portugal, dirigindo-se para Roma[1].

D. João foi ao encontro do monarcha e veio a recebel-o já em Oeyras. Ajoelhando, lhe beija as mãos e renuncia na mesma occasião, perante todos os assistentes, ao titulo de rei. A diligente promptidão com que D. João depoz o sceptro que empunhara, a mandato do pae, determinou D. Affonso a propôr que o principe continuasse com o titulo de rei e a governar Portugal, emquanto que elle se contentava com o Algarve e as praças conquistadas em Africa, onde tencionava continuar a guerra contra os infieis. Pois que D. João recusasse, entrou D. Affonso em Lisboa como soberano reinante. A recepção solemne que lhe fizeram não conseguiu offuscar o triste papel que representaria em seu reino depois da infeliz campanha em Castella e ainda mais desgraçada viagem a França. Todas as pessoas esclarecidas deviam reconhecer quanto o rei havia perdido e como até se tinha tornado dispensavel.

No meio de muito mais difficeis circumstancias do que as que D. Affonso tivera, sustentou e governou D. João, durante a ausencia do pae e com mais habilidade e vigor do que este, o leme do Estado; e, emquanto que D. João offerecia as maiores esperanças, tinha D. Affonso, pelo mau exito de suas ultimas emprezas militares e diplomaticas negociações, depreciado sua capacidade na opinião publica. Um feliz successo teria talvez feito esquecer aos portuguezes, ainda que vissem brilhar a corôa de Castella sobre a cabeça do seu rei, os pesados sacrificios que lhes custara tão soberba acquisição;

[1] Lião, cap. 63. Pina, Resende e Goes não fazem menção d'esta viag Veja-se, em compensação, Sousa, *Hist. gen.*, Tom. v, pag. 423, e os escrip indicados n'esse lance.

mas assim não podiam dissimular que só haviam vertido o seu sangue pela gloria e ambição de D. Affonso e não pela honra e prosperidade de Portugal, e nem sequer pela dignidade do seu throno.

Apezar de D. Affonso ter perdido tanto aos olhos dos lusitanos, ainda lhe restava, todavia, poder e auctoridade em Portugal. Em Castella, porém, perdeu, durante a sua estada em França, um após outro, os ultimos partidarios, bem como as ultimas praças. Assim como o marques de Villena, assim se reconciliara o arcebispo de Toledo com Fernando, quando soube da impotencia do partido de D. Affonso e do insuccesso de sua viagem á França, valendo-se da mediação do rei Juan de Aragão. De castellos e cidades só restavam ao rei de Portugal Toro, Canta la piedra, Siete Igrejas, Covillas e Castronuño, cujos governadores os defendiam com uma lealdade e firmeza que excitavam muito maior sympathia do que a causa e pessoa a quem eram dedicadas. A praça de Toro cahiu, mercê de assalto nocturno, dirigido por um ecclesiastico, ambicioso, da cidade, que surprehendera seu unico lado accessivel. Durante o accommettimento do ponto refugiara-se o conde de Marialva, com sua guarnição, no castello de Castronuño. D'este sitio e de Canta la piedra receava a rainha D. Isabel o soccorro ao forte, de cuja defesa se encarregara Maria Sarmiento, mulher de rara coragem e elevados sentimentos. Correu a propria rainha (a presença de Fernando tornava-se necessaria na Biscaya), com todas as forças que podera levantar, de Medina del Campo para Toro, afim de se apoderar do forte, tanto quanto possivel por meio de negociações. Mas suas lisonjas e promessas, que tantas vezes abalaram homens corajosos, se perderam na firmeza e animo cavalheiresco de uma mulher, que se sentia tão grande no seu castello como D. Isabel em seu throno. «Fiquei, respondeu ella ao convite da rainha, para entregar o forte, com a mesma obrigação que Juan de Ulloa, meu marido, recebera e não é, pois, de mim que Vossa Alteza deve reclamar a entrega, mas do rei D. Affonso, em nôme do qual o defendo.»

Surprehendida por esta resposta, diligenciou D. Isabel vencer sua adversaria pela bondade; mas debalde. Finalmente, irritada por tal pertinacia, ordenou o assalto, e com todo o vigor, contra o forte. ier de um quer do outro lado, foi grande a mortandade. Maria, perando sempre auxilio de Portugal, mantinha-se inabalavel. Ven-

do, finalmente, que tal soccorro não apparecia, que se extinguiam os mantimentos, que estava morta ou impossibilitada a maior parte da guarnição, cedeu aos rogos e representações de seu irmão, o conde de Salinas, e entregou o forte. Estipulou, porém, «que fôssem reintegrados todos, que, com ella, tinham tomado o partido de Portugal, em seus bens e rendimentos, empregos e direitos, e que ella podesse ir para onde quizesse.» Fernando e D. Isabel pagaram o tributo devido á lealdade e constancia de Maria, apezar de tão perniciosa lhes ter sido, recompensando-a, no futuro, com grandes dadivas.

De seguida mandou Fernando, visto negocios urgentes chamarem a outro lado a rainha, avançar suas numerosas tropas em *um* dia para o cerco de Siete Iglesias, Canta la piedra, Covillas e Castronuño. A primeira praça rendeu-se ao cabo de dois mezes e foi destruida. A importante Canta la piedra resistiu tres, antes que abrisse suas portas. A guarnição obteve licença de se retirar, com seus haveres, para Portugal; as obras de fortificação fôram arrasadas, e a praça, assim aberta, foi restituida ao bispo de Salamanca, a quem de direito pertencia. Depois d'isto, os castelhanos cercaram, em massa compacta, Castronuño e Covillas.

Entretanto mandara o principe D. João avançar dois exercitos contra Castella, um passando por Badajoz, outro por Ciudad Rodrigo. As comarcas d'estas cidades gemiam sob as mais barbaras devastações. Não só se ampliou novamente o theatro da guerra, como se desenvolveu a pugna mais crúa e sangrenta que jamais Portugal fizera contra Castella. Nenhuma creatura se poupava, e tudo que era comburendo se entregava ás chammas. Primeiramente se oppoz ao inimigo o grão-mestre de Santiago com um forte exercito, protegendo, segundo suas forças, os apertados territorios. O perigo exigiu a presença de Fernando e D. Isabel, que se encontravam occupados em outros pontos do reino, e ambos tomaram o encargo de commandantes de fronteira. O grão-mestre commandava em Ciudad Rodrigo; o rei diante de Castronuño e a rainha em Badajoz. D'este ponto enviaram suas tropas para além da fronteira, afim de vingarem os males que os territorios limitrophes haviam soffrido de Portugal, designando o sangue e as columnas de fumo o caminho por similhantes hostes tomado.

Em Covillas e Castronuño, unicos logares em Castella que combatiam a favôr de Portugal, resistia a todos os ataques e a todos os tormentos Pedro de Avendaño[1], fidalgo leonez de coragem audaciosa, dotado d'um olhar vigilante e placido, cheio de astucia e habil em estratagemas. Elle, que, durante as dissensões do rei Henrique com o infante Alfonso, tornara tributarias as mais importantes cidades de Castella e Leão, Burgos, Avila, Salamanca, Segovia, Valladolid, Medina del Campo e outros logares circumvisinhos, possuia os meios para manter e equipar trezentos a quatro centos cavalleiros e numerosos infantes, mesmo fidalgos e escudeiros, com os quaes combatia agora pela causa do rei portuguez, consoante outr'ora por Alfonso de Castella. Não só defendia da fórma mais brilhante Castronuño e Covillas, como se tornava, pelas suas sortidas devastadoras, o terrôr dos arrebaldes; e Fernando, que via com desagrado estes logares ainda em poder dos inimigos, emquanto que se topava na posse tranquilla do paiz restante, continuou pertinazmente, mas sem resultado, o cerco por tanto tempo, até que se levantaram murmurios entre suas forças. Fernando dispunha-se a retirar, porque vira desvanecer-se a esperança de que a falta de mantimentos forçasse o governador á entrega do forte. (Avendaño conseguira illudir os espiões castelhanos, fazendo-lhes acreditar na existencia d'um abundante aprovisionamento, por mandar manter com pão de cevada os porcos que havia na fortaleza.) Finalmente, Avendaño deixou-se determinar a um convenio, menos pelas representações de seus amigos e parentes do que por causa da quantidade de mortos e enfermos. O consentimento para a capitulação de ambas as praças e a absolvição do juramento de fidelidade, que Avendaño prestara, deveriam ser sollicitados do rei D. Affonso, que estava então em França. Foi concedido ao governador sahir, de flamulas desfraldadas, e passar assim por Castella até Miranda do Douro em Portugal, com todos os seus guerreiros, armas, cavallos e bens, e tudo á custa de Fernando. Se, porventura, quizessem voltar para Castella, deveriam ser-lhes restituidos todos os bens. Fernando obrigou-se a pagar dois milhões de reis, como indemnisação de guerra, a Pedro de

[1] Ácerca do nome de Avendaño ou Mendaño, veja-se Pulgar, pag. 122, not. A.

Avendaño. Apezar de estas condições serem duras e pouco honrosas para o monarcha de Castella, este soberano as acceitou, todavia, porque assim julgava terminada a campanha. O rei D. Affonso acquiesceu (depois de ter perdido Toro, para elle o ponto mais importante), e Avendaño partiu á frente de suas tropas, de bandeira desenrolada, ainda que vencido, como um vencedor, por meio do acampamento inimigo, pelas cidades e logares de Castella, para Miranda. Emquanto este guerreiro não chegou ao ponto designado conservou as duas praças occupadas, em seu nôme, Rodrigo de Ulloa.

A esperança, que Fernando e D. Isabel alimentavam, de governarem Castella em socego não se realisou. As irrupções hostis começaram novamente quando o rei portuguez voltou de França. D. Affonso esperava renovar as allianças em Castella, afim de invadir de novo o paiz e para realisar o consorcio com a rainha D. Juana, depois de ter obtido a dispensa do papa. Muitos grandes d'aquelle reino offereceram-lhe seu auxilio. O principe, porém, pouco confiava em promessas, cujo valor ambiguo a experiencia já lhe havia mostrado. Combateu taes ligações e impediu mesmo, em segredo, o matrimonio de seu pae, que daria a este mais posteridade, mas que não lhe promettia nenhum augmento de dominios, que ameaçava, pelo contrario, arruinar e debilitar as possessões da corôa portugueza[1]. D. João desejava a tranquillidade para o reino que, em breve, deveria ser seu. Pelas demoradas guerras entre Portugal e Castella, os reis tinham-se deixado envolver em graves complicações, cahindo seus vassallos na angustiosa miseria. Os povos não podiam supportar por mais tempo os encargos e tormentos de uma guerra. Tanto n'um como no outro reino, havia já falta de gente, de dinheiro e mantimentos. Os homens que deviam cultivar as terras tinham de empunhar as armas e, quando voltavam das guerras, raras vezes pegavam no arado. As terras cultivadas eram destruidas pela militança, as colheitas e fructos queimados. O que a terra produzia para sustentação da vida se diligenciava devastar, até que tanto o amigo como o inimigo se viram reduzidos á amarga penuria[2].

[1] Lião, cap. 65.
[2] Pina, cap. 206.

E, todavia, renovavam-se incessantemente os motivos e provocações para a briga. Muitos dos grandes de Castella, com o arcebispo de Toledo á frente,[1] procuravam, debaixo de segredo, determinar o rei D. Affonso a volver com a rainha D. Juana para Castella, promettendo-lhe reunirem-se a ella. Fernando e D. Isabel, sabedores d'este conluio, viviam, no seio da sua felicidade, em constantes inquietações e receios. Não podiam esquecer que D. Juana ainda existia, que recebia homenagens em Castella e fôra acclamada rainha por alguns, e que muitos vassallos esperavam e anciavam vivamente vel-a no throno, o qual, segundo julgavam ou pretendiam fazer acreditar, lhe fôra arrancado violentamente, com desprezo de todos os direitos. Os reaes esposos de Castella appeteciam, por isso, uma breve e pacifica terminação da guerra nefasta, e estes anhelos eram secundados pelo successor ao throno portuguez e, por fim, tambem pelo rei D. Affonso, cujos desejos e esperanças tinham sido anuveados pelos recentes acontecimentos.

Debaixo da maior reserva se entabolaram por ambas as partes as negociações de paz. Em uma conferencia que a rainha D. Isabel teve com a infanta portugueza D. Brites, sua tia materna e sogra de D. João, em Alcantara, se discutiu as condições de paz (as mulheres é que tinham originado a guerra), que deviam ser tratadas e concluidas em Portugal.[2]

Desanimado por amargas experiencias e, como elle proprio o deveria sentir, pouco feliz em taes negociações, confiou D. Affonso a negociação da paz a seu vigoroso, astuto e activo filho, que concluiu com o embaixador do rei de Castella, o doctor Rodrigo Maldonado[3], coadjuvado pelo barão de Alvito, João Fernandez da Silveira, como procurador do rei D. Affonso, o tratado de paz em Alcacevas, a 4 de setembro de 1479. D. Juana foi escolhida para victima. Como se a sua independencia pessoal fôsse tão duvidosa consoante a sua legitimidade de successão ao throno (no entender dos negociadores da paz), ambas as partes dispozeram arbitrariamente

[1] Pulgar, cap. 79.
[2] Idem, cap. 85.
[3] Não foi o doutor Juan Diaz de Madrigal, como Pulgar indica. Veja-se Zurita, *Anal.*, lib. 20, cap. 38.

da sua pessoa e do seu reino; e a infeliz que, abandonando sua patria, viera, como noiva regia, a Portugal para encontrar protecção e auxilio nos braços do seu desposado, via este colligando-se com seus inimigos, afim de a privarem da sua posição e dominios, da corôa e da propria liberdade.

Segundo o tratado de Alcacevas, depõem D. Affonso e D. Juana o titulo de rei e rainha de Castella e Leão, não podendo D. Juana, de óra em diante, intitular-se rainha nem sequer princeza ou infanta. Para consolidação da paz entre Castella e Portugal, devia o infante D. Affonso, filho do principe herdeiro D. João de Portugal, contrahir matrimonio com a infanta D. Isabel, filha de Fernando e D. Isabel. Assim como estes desposados, foi recolhida D. Juana no logar de Moura (terçaria[1]), onde permaneceu até se effectuar seu matrimonio. Porque tambem D. Juana devia ser desposada com o infante Juan, filho de Fernando e D. Isabel, logo que alcançasse seu setimo anno d'idade.[2] Caso, porém, elle não quizesse, chegado ao decimo quarto, realisar tal consorcio, seria então D. Juana restituida á liberdade, com seus papeis e uma somma consideravel. Para garantir a terçaria, o rei de Portugal deu como penhor o duque de Viseu, que seria, passado um anno, substituido por seu irmão. D. Juana recolher-se-hia immediatamente a Moura ou entraria em um dos cinco conventos portuguezes da ordem de St.ª Clara, á sua livre escolha. Depois do anno de prova deveria satisfazer sua solemne profissão ou voltar para a terçaria em Moura, onde ficava, sob a vigilancia de D. Brites, com o infante D. Affonso e a infanta D. Isabel até á execução das estipulações do tratado. A infanta D. Brites e, depois do seu fallecimento, sua irmã D. Filippa, o duque de Viseu, Diogo e seu irmão Manuel, filhos de D. Brites, com seus alcaides e cavalleiros garantiriam a terçaria, nomeando os empregados e guardas necessarios para essa instituição. Nem o rei D. Affonso nem o principe D. João poderiam visitar a terçaria.

No resto serviu a paz estabelecida por D. João I com Juan II de Castella, em 1431[3], de base á que se acabava de realisar.[4] Accres-

[1] *Elucidario*, verb. *Terçaria*.
[2] *Per palavras de futuro*, ao decimo quarto anno *per palavras de presente*.
[3] Vide supra, pag. 179.
[4] Pina, cap. 206, pag. 590.

centou-se ainda: que as povoações que os reis de Castella e Portugal tivessem tomado reciprocamente n'esta guerra seriam entregues a seus respectivos senhôres e arrasadas as fortalezas construidas de novo nas fronteiras de ambos os reinos. Fernando e D. Isabel perdoavam a todos os castelhanos que, depois da morte do rei Henrique até á conclusão d'esta paz, tivessem tomado o partido de D. Affonso e restituiam-lhes suas povoações, rendimentos, cargos e beneficios.

Algumas disposições do tratado foram motivadas pelas novas descobertas dos portuguezes. Aos reis de Portugal se assegurava para sempre tudo quanto tivessem descoberto e descobrissem desde o cabo de Não e Bojador até ás Indias inclusivamente, com todos os mares proximos, costas e ilhas, para commercio e pesca; bem assim as ilhas da Madeira, os Azores, Flores e as ilhas de Cabo Verde, bem como as conquistas no reino de Fez. Sem a permissão do rei de Portugal não podiam os castelhanos commerciar n'aquelles paizes e ilhas. As das Canarias, pelo contrario, ficaram pertencendo aos reis de Castella, que reservavam tambem a conquista de Granada.[1]

Pelo fim de setembro de 1479 se proclamou, tanto em Castella como em Portugal, a paz contrahida. Á infeliz D. Juana apenas restou a triste escolha entre o captiveiro em Moura e o encerramento do claustro. Como os ultimos tempos da sua liberdade (seis mezes, conforme o tratado) tinham decorrido em profunda magoa, escolheu a vida do mosteiro. Com os olhos banhados em lagrimas e no meio das lamentações dos seus, D. Juana depõe o titulo de «rainha» e deixa os habitos reaes e todos os seus enfeites para envergar os trajes sombrios de St.ª Clara e intitular-se desde então simplesmente Dona Juana.

Não contentes de haverem arrancado de sua cabeça o diadema, tambem privaram a florescente donzella, de dezesete annos, do mais bello ornamento, de seus cabellos annellados; roubaram, finalmente,

[1] Pina, cap. 206. Pulgar, cap. 91. Zurita, lib. 20, cap. 34, 35. Lião, cap. 66. É notavel que o praso usado, e tambem empregado n'este tratado de paz, de cento e um annos, foi o que durou realmente esta convenção, porque ao começar a guerra de 1580 expirava o ultimo anno da paz estabelecida. Conestaggio *dell'unione del regno di Portugallo alla Corona de Castiglia*, pag. 7.

de sua beira os fieis servidores, a que se encontrava ligada pelos laços do reconhecimento, as unicas pessoas a quem ainda poderia dedicar algum affecto. Assim entrou isolada, de coração despedaçado e envolvida na mais negra tristeza, para dentro das paredes do mosteiro de Santa Clara em Santarem. Passou o anno de prova e D. Juana persistiu em seu proposito. Mercê da inevitavel convivencia com os castelhanos, seus maiores inimigos, ella tudo receava pela propria vida[1]. Quando na ante-vespera de sua solemne profissão, seus servidores e servidoras, que tinham vindo ao convento, levantaram prantos vehementes e desoladores como se ella fosse a sepultar no dia seguinte, parecendo que D. Juana vacillava em seu proposito, correu D. João a fortifical-a com palavras de consolo e esperança. Ao dia seguinte, 15 de novembro de 1480, em presença do principe, dos embaixadores castelhanos e de todos os grandes e prelados da côrte portugueza, deu entrada D. Juana, sob as solemnidades costumadas, na ordem de St.ª Clara. Com uma resignação e firmeza que a muitos os commoveu até ás lagrimas, ella enverga o negro véo, como se fôra uma mortalha, sob a qual inhumou todas as esperanças da sua juventude e os seus mais bellos sonhos. A donzella, cujos dedos outr'ora tinham sido beijados submissamente pelos grandes castelhanos e pela propria D. Isabel, que lhe prestara homenagem, como a sua rainha e senhora, osculava agora, humilde, as mãos de uma pobre soror, reconhecendo-a como sua superiora[2].

Para ahi a haviam conduzido D. Affonso e D. João. Ao primeiro cabe mais a censura de ter consentido, ao segundo — a de ter praticado. O rei entregára inteiramente ao principe as negociações e disposições do tratado. Em desanimo; sem esperanças e descontente comsigo mesmo desde o mau successo de seus planos; vergonhoso de tantos revezes e humilhações; atormentado pelas censuras, que a si proprio fazia, por ter encadeado em seu destino a uma mulher, sem lhe prestar agora a protecção e auxilio, de noivo, cavalleiro e rei, que lhe promettera; entregando-se mais ao pungente soffrimento de tudo isto do que em procurar os meios para anniquillar, com firme resolução, o motivo de similhantes dissabores; além d'isso, menos

[1] Pina, cap. 208.
[2] Pina, «l. c.» Leão, cap. 67. Pulgar, cap. 92.

activo no throno que no campo, evitava D. Affonso, no obscuro sentimento de sua insufficiencia, o contacto com tudo que o pudesse enlear mais profundamente em sua culpa. O principe, pelo contrario, sentindo-se dotado de uma energia mais activa e preponderante; animado pelo juvenil sentimento proprio e cheio de vigor inquebrantavel; e assim exercendo, n'aquelle tempo, uma influencia decisiva sobre o irresoluto progenitor; tão ambicioso como este mas com menos escrupulos na escolha dos meios e desapiedado no conseguimento dos fins, conduziu, por parte de Portugal, as negociações e preparou, sacrificando a infeliz D. Juana ao ambicioso plano, com antecedencia, a reunião das corôas de Castella e Portugal sobre a cabeça de seu filho[1]

Mão superior, porém, dispunha as cousas de outro modo. O que fôra plantado, pela cubiça, no terreno da dureza e iniquidade, brotou, de facto, a mais risonha perspectiva; mas quando devia desabrochar a flôr, essa planta succumbia repentinamente, ferida pelo sopro frio da morte, e lagrimas abundantes correram, alli onde se asseguravam esperanças radiantes de um feliz futuro. D. Juana ainda viu, da janella do mosteiro em Santarem, cahir do seu cavallo o principe por cuja causa teve de trocar a corôa pelo véo de monja, logo depois de celebrado o casamento com a infanta de Castella e quando ainda repercutiam os sons festivos d'esta solemnidade, que fôra celebrada com pompa nunca vista; ainda viu alguns servidores deporem o corpo inanimado sobre misera cama de palha, no interior da cabana de um pobre pescador. A vida do mancebo não voltou e a cama de palha volveu-se em leito mortuario. Com indescriptivel dôr considerou o aterrorisado pae, a quem o unico filho fôra consolação e orgulho, descer o principe á sepultura e com elle suas doces alegrias, seus soberbos planos e todas as suas esperanças.

Tambem na familia real de Castella não existiam o jubilo nem

[1] *E na execuçam destas cousas porque a necessydade d'outras muitas assy o requería, e soo o pryncipal Ministro era o Principe ; porque El Rey D. Affonso de muyto anojado e envergonhado delas, de todas se escusou, e as leixou ynteiramente aa desposiçam e ordenança do Filho, a cuja vontade El Rey naquelle tempo mostrou ser muito inclinado e sobgeito.* Pina, cap. 207, pag. 595.

a prosperidade. A infanta D. Isabel queria, para grande magoa da rainha D. Isabel, escolher, por impulso proprio, o véo de freira que D. Juana fôra outr'ora forçada a tomar: e só os vehementes rogos da mãe conservaram a filha na mesma posição. Mas seus dias estavam contados, pois que ella falleceu no anno de 1498. O unico herdeiro varão de Hespanha, o principe D. Juan, já casado mas sem descendentes, morreu na flôr da existencia, pelo mesmo anno (1498), vendo D. Isabel extincto e anniquilado o ramo masculino, que podia ainda garantir a continuação da sua vida e actividade, bem como a gloria e o explendôr da sua raça além do tumulo (que tal seja o orgulho dos soberanos), e, mais, vendo despontar outro para a successão.

D. Juana achava-se revestida de monja e o principe portuguez tinha, segundo as estipulações da paz, enviado seu filho, D. Affonso, então de cinco annos, para a terçaria em Moura sob a vigilancia da infanta D. Brites. Ainda estava, comtudo, a infanta D. Isabel em Castella. Muitos senhores e embaixadores castelhanos se apresentaram em Moura, mas alguns d'elles levantaram duvidas e fallavam de novas clausulas. O principe D. João então, arrebatado e resoluto como era, tomando sobre si só a execução do tratado, como tratára tambem sósinho da sua conclusão, adoptou uma medida, que, marcada com o cunho do seu caracter, foi importante, relativo ao futuro aviso, para os Estados visinhos e para os grandes do seu reino.

Cansado dos subterfugios e evasivas dos senhôres de Castella, escreveu, por seu proprio punho, duas cartas, uma com o unico vocabulo «paz» e a outra com a palavra «guerra»; e mandou-as apresentar aos castelhanos, quando os grandes de ambos os reinos se topavam reunidos para o debate sobre a entrega da infanta, sob a expressa recommendação de escolherem, em nome de seus reis, immediatamente uma das duas. Se preferissem a que dizia *guerra*, bem satisfeito ficava, porque antes queria a guerra que uma paz que produziria muitas guerras. Se desejassem, pelo contrario, a paz, que entregassem desde logo a infanta.

As duas palavras fizeram maravilhas. Cessaram todas as objecções. Os enviados, quaes dispensados de quaesquer delongas e polemicas, prometteram unanimemente a entrega.

Uma decisão tão energica e uma actividade tão imperiosa, do successor, que attrahia sobre si todos os olhares, deviam fornecer a D. Affonso o triste convencimento de que já era de mais no solio. Desde que D. Juana, a *excellente señora*, como era geralmente appellidada, fôra inclusa nas muralhas de Santa Clara em Santarem, um pensamento sombrio envolveu, como uma nuvem, o espirito de D. Affonso.

Entregue aos seus pensamentos, concentrado e melancolico, vivia quasi sempre na solidão. Nenhum vislumbre de alegria já raiou mais sobre a sua fronte nem na sua vida. O pezar minou seu vigôr physico, e os achaques e doenças o accommetteram amiudadas vezes. Na primavera do anno de 1481 se encontraram pae e filho em Beja, onde tiveram uma entrevista prolongada. O rei tencionava convocar as côrtes para Extremoz no fim do anno e entregar o governo ao principe, afim de ir viver os seus ultimos dias como leigo no convento do Varatojo, proximo de Torres Vedras. Fundara esta casa religiosa n'aquelle logar remoto e retirado para, longe do movimento e bulicio do mundo, e nas proximidades do mar, cuja perspectiva illimitada mais facilmente eleva as vistas para o infinito, satisfazer a necessidade do seu coração piedoso e dissipar, pelo enlevo de alma em fervorosas preces, as perturbações e tumultos do seu intimo. Ao mesmo tempo esperava o rei, d'este retiro, compôr ainda em sua vida as dissidencias, manifestadas já, entre o successôr ao throno e a casa de Braganza, e que ameaçavam tornar-se mais perigosas apoz sua morte.[1]

Mas logo no principio do mez de agosto foi D. Affonso atacado em Cintra por uma violenta febre. D. João partiu, immediatamente, de Beja para junto de seu pae, encontrando-o, porém, já em estado desesperado. D. Affonso falleceu, a 28 de agosto de 1481, na mesma casa onde nascera. Seus restos mortaes fôram depositados no Convento da Batalha.

[1] Zurita, *Anal.*, lib. 20, cap. 45.

RELANCE SOBRE A PESSOA DE D. AFFONSO V.

D. Affonso, mais cavalleiro do que general e mais guerreiro do que rei, era, como homem, extremamente amavel. Seus costumes sabiam-se puros. Sua temperança e vida regular, sua fidelidade para com sua esposa e sua conducta sem mancha depois de viuvo, aos vinte e tres annos de edade[1], alcançaram-lhe a estima de todos. Como amigo das sciencias, presava os que as cultivavam e chamava-os para seu lado. Foi o primeiro rei portuguez que teve uma bibliotheca em seu palacio, parecendo que imitava n'este ponto a seu tio, o rei Affonso, de Napoles, e o infante D. Pedro. Seu espirito fòra notavelmente cultivado. O que fallava e escrevia ordenava-se e pensava-se tão bem que parecia obra de uma longa preparação e exercitada oratoria. Um orgão agradavel tornava-lhe a falla encantadora.

Todavia, seu espirito era mais claro que profundo, sua imaginação mais viva que forte; e deixava-se arrastar por sentimentos de fraqueza e envolver em lances agitados.[2] Acreditava pensar sempre com rectidão, ainda que aquelles sentimentos obscurecessem seu espirito e o seu pensamento se envolvesse, por tal dizer, em seus desejos, dando assim a apparencia e a força da sabedoria. D'ahi a confiança de D. Affonso na sua propria opinião e saber, confiança que difficilmente o deixava seguir o conselho d'aquelles que lhe contrariavam a vontade.[3]

Mas tambem sem profundeza de espirito, teria, com sua vista

[1] *...sendo aquella ydade de mayores pongimentos e alteraçooẽs da carne, tendo pera ysso muyta desposiçam e despejo, foy despois acerca de molheres muy abstinente, ao menos cauto.* Pina, cap. 213.

[2] Com estes se ligava, segundo parece, sua grande affeição pela musica, em que «por natureza e sem ter noções da arte, possuia um justo criterio.» Pina, *ibid.*

[3] *Foy tam confiado de seu saber, que com difyculdade queria estar per alheeos conselhos se contradiziam sua vontade, especialmente nas cousas da guerra dos Mouros, em cujo prosseguimento foy sempre tam aceso e inclinado caerca disso todo seu apetito lhe pareciam vivas rezooes.* Pina, cap. 213.

nitida, resolvido o thema do seu governo e regulado tudo de uma fórma digna, n'aquella época de tão pequenas exigencias; faltava-lhe, porém, para taes trabalhos, inclinação, gosto e perseverança. Não tinha a força de vontade necessaria a dar ao seu espirito a firme direcção para os negocios do governo e o geito de repellir d'este vasto campo, de tranquilla e circumspecta meditação, os impulsos de sentimentos e projectos seductores.

Como as virtudes que o ornavam na vida privada carecessem de firmeza e de regra, produziam outro effeito no throno, e não raras vezes se tornaram perniciosas, tanto a elle proprio como ao paiz. Seu exterior, apesar da sua figura grave e de seu corpo bem proporcionado, prejudicava a sua actividade de soberano. A doce amenidade da sua conversação, a que faltava a dignidade; sua lhaneza, que degenerava em desconveniente familiaridade, eis o que dava aos audaciosos a ousadia de ultrapassar os limites do respeito e de fazer supplicas descomedidas, ás quaes D. Affonso se arreceiava de recusar o deferimento.[1]

Generoso e reconhecido até á prodigalidade, distribuia, muitas vezes, sem que houvesse causa imperiosa e serviços a recompensar, os bens e thesouros da corôa, nos quaes via apenas meios de satisfazer a sua liberalidade e reconhecimento, despresando os limites que n'este sentido lhe impunham o destino dos haveres regios e seu dever para com o throno e a patria[2].

A benevolencia, que considerava qualquer outro na sua propria luz e que ficou indifferente ás amargas lições de repetidos desenganos, não o deixou notar quanto sua inclinação á convivencia com pios e virtuosos ecclesiasticos era, muitas vezes, illudida pelos hypocritas, como o rei e o paiz, não raro, tinham de soffrer as fraquezas do homem.

Dois fôram os alvos que D. Affonso diligenciou obter com mais persistencia, a corôa de Castella e a posse das praças fortes na

[1] Pina, cap. 213.

[2] *E na nobreza e liberalidade teve sem medyda tanta parte, que mais priamente podia dizer prodigo que verdadeiro liberal, especialmente nas cousas da Coroa do Reyno, de que sem grandes merecimentos nem muyta necessydade, mas por soos manhas e praticas que com elle os grandes husavam, a desbaratou e mynguou em pouca parte.* Pina.

Africa Mauritana. Toda a sua força e vigor empregava na realisação de taes planos favoritos. Se não patenteou n'isto a sabedoria de estadista e rei, demonstrou, comtudo, sua pessoal bravura de guerreiro, para que se exercitara e formara com todo o empenho. Se a prosperidade do povo tivesse sido seu fim; se a sua força —ainda que não muito saliente —fôra dirigida para similhante objectivo, em vez de o implantar fóra de sua patria e de perder e inutilisar seu valôr, bem como o da nação, nos seus projectos queridos, teria sido o bemfeitor de seu povo. Se a situação do reino ainda foi supportavel, apezar de taes prejuizos no estrangeiro e de taes dissipações no interior, prova que eram abundantes os recursos da nação, que era grande a simplicidade de suas necessidades e que se fazia já sentir o concurso, em começo ainda, do exterior. Todavia, sobre Portugal pairava uma benefica constellação, que faz seguir a D. Affonso V não um egual, mas um D. João II. Esta transição foi, de facto, rapida e violenta demais, e a equidade sentiu a falta de equilibrio. Mas o mundo agita-se em opposições e a immobilidade do fiel na grande balança indicaria sua extincção.

A morte de D. Affonso, diz Nunez do Lião[1], foi mais sentida pelos grandes que pelos pequenos; porque os grandes receberam d'elle muitos beneficios e concessões, e os pequenos pouca justiça. Estes eram, pelo contrario, opprimidos por constantes impostos. motivados pelas guerras em que o rei se envolvia. Seu filho, porém, o rei D. João, foi estimado pelos pequenos e odiado pelos grandes. As paginas seguintes dão a explicação d'este acontecimento.

[1] *Cronica del Rey D. Affonso o* V, cap. 69, pag. 466.

CAPITULO VI

REINADO DE D. JOÃO II

(DE 1481 A 1495)

1) Lucta de D. João com os donatarios. Execução do duque de Braganza e morte do duque de Viseu.

Origem e augmento do poder da casa de Braganza. O duque Fernando II. Causas das discordias entre elle e o principe herdeiro D. João. Estado do reino no momento d'elle subir ao throno. Esbanjamento do thesouro real e dos bens da corôa por D. Affonso V. Côrtes em Evora em 1481. Juramento de homenagem. Opposição do duque de Braganza. Proposta das municipalidades para remediar os abusos de jurisdicção que se praticavam nos dominios dos senhôres. *Lei mental. Confirmações Regias.* A abastada e privilegiada nobreza vê-se lesada, principalmente o duque de Braganza, o mais opulento donatario. Conducta do marques de Montemor. Intelligencias secretas com os reis de Castella. Embaixadas perante a côrte portugueza, e a castelhana. Entrevista entre D. João e o duque; este continúa o tratado secreto com a côrte castelhana. Suspensão da Terçaria. Prisão, processo e execução do duque. Execução do marques de Montemor. Conspiração contra o rei. Este, em pessoa, mata o duque de Viseu, seu cunhado. Sorte dos restantes conspiradores. O duque de Beja, Manoel. Tratado entre Portugal e Castella sobre os limites das suas descobertas. Acolhimento e expulsão dos judeus hespanhoes.

Em epoca alguma se desenvolveu, ao mesmo tempo por varios paizes, o poder real com tanta rapidez e auctoridade como no ultimo terço do seculo XV. Consoante em muitos outros lances, foi tambem n'este a mencionada epocha o ponto solsticial da edade media e da moderna.

Em Hespanha encontravam-se Fernando e D. Isabel, tão diversos em tudo, extremamente unidos em similhante aspiração. A rainha excedia n'isto seu marido, não só pela astucia feminina como, muito mais, pela sua energia e força varonil. Relativo a França, basta mencionar Luiz XI. Firmado sobre base solida, preparada por seu

pae Carlos VII, tanto mais rapida e energicamente avançava para seu fim quanto sua escrupulosidade o não detinha na escolha dos meios, podendo seu filho Carlos VIII dirigir os olhos, avidos de conquistas, do throno fortalecido, sem receio do interior, para os paizes estranhos. Em Inglaterra conciliou Henrique VII, com seu consorcio, os partidos da rosa branca e da encarnada, e levantou, sobre este fundamento, methodicamente e com resultado a auctoridade da corôa. Na Suecia quebrou o regente Sten Sture, pela elevação da classe dos aldeãos, a supremacia da nobreza e clero e desenvolveu assim o poder regio. Na Hungria foi Mathias Corvinus, que deu maior esplendor e auctoridade ao throno. Na Russia governava como autocrata Iwan Wasiljewitsch, desconhecido na Europa e desconhecendo parte do mundo, mas obrando com seus reis na consolidação do poder supremo.

Assim atravessavam taes aspirações quasi todos os estados da Europa, desde o nordeste até o sudoeste. Porque tambem no pequeno Portugal em épocha alguma se desenvolveu com maior rapidez o poder regio como no reinado de D. João II. A resistencia foi quebrada no chefe da nobreza, que cahiu sob o cutello do carrasco e que achara uma incommoda peia na reforma dos direitos e regalias senhoriaes concedidas pelos reis anteriores.

Como aquelle chefe se tornou tão grande e poderoso e como esta reforma levantou e alimentou a opposição dos grandes, até que seu guia rolou no cadafalso, e como o rei, com uma punhalada, poz termo a futuros planos de conspiração, é o que se dirá nas paginas seguintes.

D. João I, quando ainda grão-mestre da ordem de Avis, vivia com uma mulher de nobre descendencia, D. Ignez Pires[1], em relações não sanccionadas pela Egreja. O fructo d'estes amores resultou um filho, Affonso chamado, nascido em 1370[2], que em 1401 foi legitimado pelo rei[3] e que casou, no mesmo anno, com D. Brites, filha unica e herdeira do festejado condestavel Nuno Alvares Pereira. Em poucos decennios o conde Affonso se topou, por meio

[1] Souza, *Hist. geneal*, T. II, pag. 45.
[2] Idem, ibid., T. V, pag. 5.
[3] *Carta de legitimação do Senhor Affonso*, Sousa, *Provas*, T. III, pag. !

d'este e do segundo consorcio, bem como pelo favor de seu pae e dos reis seguintes, na posse de numerosas povoações [1] e importantes regalias, tomando, no anno de 1443, o titulo de duque de Braganza e recebendo, em 1449, do rei D. Affonso v o logar de Braganza como propriedade. [2]

Este rei, neto de D. João I, excedeu ainda o pae do duque em liberalidade para com a casa de Braganza, com distincções e regalias que lhe concedeu. Já o rei D. João I tinha conferido aos duques de Braganza a preferencia para com os filhos dos infantes, e aos filhos da casa de Braganza, ainda que não tivessem titulo, a preeminencia sobre todos os fidalgos. [3] D. Affonso v determinou que depois da morte do duque de Braganza, seu herdeiro e successor, sem previa investidura e permissão do rei, tomasse immediatamente o titulo de conde e qualquer outro da sua casa [4], e que, na falta de descendentes varões, usasse do titulo a primogenita. [5] Tão favorecido e elevado se via já o primeiro duque de Braganza, o fundador do ramo que algum'hora havia de ascender ao throno portuguez!

Quando o conde Affonso falleceu na avançada edade de 91 annos (dezembro de 1461), herdou-lhe os grandes dominios seu segundo filho D. Fernando I, conde de Arrayolos, porque já fallecera sem descendentes seu filho mais velho, Affonso, marques de Valença e conde de Ourem. Dos tres filhos de D. Fernando I usava o mais velho (nascido em 1430) o nome do pae, o fidalgo mais poderoso em Portugal, quando tomou conta da herança paterna. Nem Castella, nem quer Aragão quer Navarra podiam, não fallando dos infantes, apresentar uma casa que egualasse a sua em extensão de territorios. Estavam, de facto, vastas zonas e numerosas povoações ligadas ás diversas ordens de cavalleiros, principalmente em Castella; mas nenhum dos grandes podia vangloriar-se de possuir

[1] Nominativamente apresentadas por Souza, *Hist.*, T. v, pag. 77.

[2] Souza, *Provas*, T. III, pag. 497, num. 23.

[3] Por isso nas côrtes convocadas em 1455, em que se prestou homenagem ao principe D. João como herdeiro do throno, precedia o duque Affonso os filhos dos infantes.

[4] Documento em Souza, *Provas*, T. III, pag. 499, num. 25.

[5] Authenticamente, procedente desde 1449. Compare-se Souza, *Hist.*, v, pag. 63.

tanto como a casa de Braganza. Cincoenta cidades, logarejos, praças fortes e castellos, com seus dominios, lhe deviam obediencia, não contando com as quasi innumeras fazendas e quintas, mattos e campinas que lhe pertenciam. Segundo tradição, podiam os duques de Braganza levantar nos seus territorios 3.000 cavalleiros e 10.000 infantes, para aquelle tempo exercito muito consideravel.[1]

Não pouco augmentavam a auctoridade e influencia do duque seus irmãos João, marques de Montemor e condestavel de Portugal, Affonso, conde de Faro, e Alvaro, todos tres poderosos, e aparentados, por suas esposas e mercê dos consorcios de suas irmãs, com as casas mais nobres do reino, sendo concomitantemente fortes pela fraternal concordia e sua acção combinada.

O duque gostava do esplendor. Causava-lhe prazer patentear sua riqueza, aos olhos do mundo, com o luxo em seu palacio. Quando se apresentava publicamente, seguiam-o numerosa creadagem e um brilhante cortejo. Comtudo, possuia bastantes qualidades de espirito para causar o respeito sem estas impressões exteriores, e, mesmo, para captivar a affeição dos outros.

Seu porte captivante, sua benevolencia para com todos a quem era affeiçoado, sua lhaneza para com os pequenos, mesmo sua amabilidade para com estes adquiriam-lhe a affeição de seus servos e de seu povo. Não lhe satisfazia, comtudo, o respeito dos seus vassallos e agradava-lhe quando n'esse respeito vinha um pouco de terror misturado. Comquanto se promptificasse a approximar-se d'aquelles que lhe estavam chegados em poderio, sentia-se, todavia, muito offendido quando o similhante se esforçava visivelmente por dar seu valor a conhecer. Uma mirada de desprezo, acerada pelo soberbo sentimento de superioridade, demonstrava então o que a lingua, exercitada na propria subjugação, calara. De resto, era o duque de nobre pensar, apto de elevação de idéas e sentimentos, e digno da alta posição em que o collocara a fortuna. Suas faculdades d'espirito, sua hierarchia e riqueza, o dominio inconsciente que estas cousas exercem sobre os animos dos homens tinham dado ao rei D. Affonso uma alta idéa da capacidade do duque e haviam-o recommendado para seu conselheiro. Consultava-o nos

[1] Souza, *Hist.*, T. v, pag. 403.

assumptos mais importantes e dentro em pouco já nada resolvia e executava com respeito a guerra sem ouvir primeiramente o duque. Mesmo nos mais vulgares successos D. Affonso não tomava decisões sem o seu conhecimento, não concedia bens e distinctos premios sem que aquelle proferisse sua recommendação ou parecer ou sem que désse o assenso.

Se Fernando por esta fórma obrigou muitos ao reconhecimento, uma tão preponderante influencia sobre o rei, alliada ao brilho da casa de Braganza, que offuscava todos os outros solares nobres, devia em muitos mais excitar inveja, ciume e inimizade. O que no throno lhe teria adquirido affeição e estima, creava-lhe junto do solio odio e despeito. O alto favor e a illimitada confiança que o monarcha dispensava ao duque, constituiam a este insensivelmente n'uma posição e disposição que eram tão desagradaveis ao herdeiro, muito diverso de D. Affonso em espirito e caracter, como prejudiciaes fôram ao proprio favorito. A par da série de distincções e graças concedidas pelo autocrata, havia uma corrente de desavenças e discordias entre o principe e o duque, que se volveu tão grave que arrastou, finalmente, o infeliz ao abysmo.

Ainda joven tomou Fernando parte nas campanhas do rei D. Affonso em Africa e commetteu, á frente das suas tropas, 1:000 infantes e 200 cavalleiros, que elle proprio sustentava, proezas, que lhe mereceram o cognôme de «o africano». A pedido de seu pae, voltou a Portugal e nomeou-o o rei fronteiro mor das regiões de Entre Douro e Minho e Tras os Montes (15 de janeiro de 1462.) Fernando era então ainda conde de Guimarães. Em 1470 apresenta-se como duque de Guimarães, sem que saibamos com exactidão quando foi nomeado para aquelle ponto e quando obteve o titulo indicado.

Como já estivesse de bastante tempo viuvo, sem descendentes, o rei o obrigou a matrimoniar-se com sua sobrinha Isabel, filha de seu irmão Fernando. Foi intitulada infanta, como filha de um infante, a quem se havia prestado homenagem anteriormente conforme a principe; talvez mais ainda como irmã da princeza D. Leonor, que D. Affonso casara com o herdeiro D. João (1470).

Segundo uma antiga lenda, deu este consorcio o primeiro motivo á discordia entre o principe herdeiro e o duque. Com tal pa-

rentesco se lançou uma barreira entre o futuro rei e o vassallo, entre o senhôr e o servo.

O rei D. Affonso era muito descuidado nas doações que fazia, para que podesse pesar ou erguer qualquer duvida; mas D. João? —Mais tarde, acompanhou o duque o rei a Castella e foi incumbido por este, durante a batalha de Toro, da defesa d'essa cidade e da protecção da rainha D. Juana. Pezaroso pelo desapparecimento do monarcha e irritado contra os portuguezes, que voltavam, por haverem abandonado seu rei, dirigiu-lhes as mais acerbas censuras. Estas mesmas exprobações offenderam o principe, que se encontrava presente, o qual, regressando victorioso, esperava e merecia louvor e felicitações. Todavia, occultou o desagrado e esforçou-se por acalmar com palavras tranquillisadoras o irritado duque. Mas a chamma que ardia já no peito de D. João ainda mais augmentou com isto.[1]—Tendo falhado os planos de D. Affonso em Castella e França, o rei resolveu abdicar e mandou a seu filho a que subisse ao throno. D. João consultou sobre este assumpto os grandes do reino. O duque aconselhou-o a não seguir uma ordem dada, n'uma hora de angustia, pelo pae acabrunhado ao fardo das adversidades.[2] Os motivos apresentados pelo duque poderiam sêr sensatos e justos; talvez o proprio principe o sentisse, mas molestos se fariam á sua impacinte ambição de governo, offendendo por proferidos pelo duque.—Finalmente, é provavel, o que alguns pretendem saber, que D. Filippa, tia materna de D. João, filha do infeliz infante D. Pedro, alimentasse zelosamente em segredo a disposição hostil do principe para com a casa de Braganza, que tanto contribuira para a queda

[1] *Dux Guimaranii... in haec verba... in Principem ejusque amicos et clientes invectus prorupit;* Equitum nobilissimum nomen dedecere eos, qui Regem in acie deseruerant; cui et superstiti obsequium, et vita functo parentationes deberent praesentes. *Mox Joannem crebro rogabat;* ubinam gentium patrem suum filius, regem civis, imperatorem miles reliquisset? *Animum Joannis (qui a Duce Guimaranii in tutelam Principis Joannae Tauri relicto, encomia pro victoria et congratulationes exigebat) verba Fernandi acriter sauciarunt etc.* Cholobulemanaction, *i. e.* praeceps judicium Principum. Auct. F. H. Abraeo, in Sousa, *Provas*, T. III, pag. 696.

[2] Outras rasões vejam-se na *Vida y acciones del Rey D. Juan* II, por Augustin Manuel y Vasconcellos, Madrid, 1639, pag. 38.

de seu pae. A este odio herdado, em breve, se juntaram novas offensas quando o duque, a pedido da esposa do principe, reprehendera este, com motivo da vida escandalosa que, por aquelle tempo, meneava com uma dama do sequito da rainha D. Juana, Anna de Mendoza.

A censura distillada da bôcca do duque augmentou o azedume sem enfraquecer a paixão do principe. Bastantes vezes vira D. João como o duque em assumptos e em consultas importantes manifestava sua opinião clara e desassombradamente mesmo, sem deferencias de especie alguma. Suas relações de parentesco, sua hierarchia e edade pareciam justificar similhante franqueza aos olhos do principe; porém, eram de uma pretensão indevida. Mesmo que fôsse chamado a conselho ou consultado, cumpria ao duque o dar á sua resposta o tom e expressiva tinta da obediencia; respostas ou conselhos desagradaveis, ainda que recebidos com silencio pelo principe, augmentavam successivamente seu descontentamento.

Assim occultou D. João por meio de um movimento silencioso, que, a um olhar observador, lhe patenteara, todavia, o intimo, a sua colera por causa da resposta que o duque dera á sua pergunta, quando D. Affonso voltou a Portugal, de: «como deveria receber seu pae?»

Pouco depois da segunda subida de D. Affonso ao throno, morreu o duque de Braganza, Fernando I (1 de abril de 1478), e seu filho entrou em plena posse da abastada herança paterna. Breve tempo apenas, só emquanto viveu D. Affonso, devia o duque gosar livremente de suas propriedades.

Assim como a casa de Braganza déra provas de leal dedicação a D. Affonso, assim lhe testemunhou o rei reconhecimento e affeição por meio de abundantes outhorgas de bens, privilegios, e distincções. O principe, porém, cioso das prerogativas da corôa e desejando elevar o poder real, reprovava qualquer concessão que diminuisse aquellas ampliando, ao mesmo tempo, o poderio dos grandes; e via com duplo desagrado, por motivos conhecidos, a elevação e prosperidade da casa de Braganza. Com quanto maior cuidado o principe occultava, por prudencia ou estima pelo pae, o desgosto pela liberalidade para com o duque, tanto mais profundo enraizava no seu amago o rancor contra aquelle que recebia as concessões.

Ao rei não quedou desconhecida esta acerba disposição do principe para com o duque, e quando, curvado pela sua má sorte, tencionou abdicar, afim de concluir seus dias no convento dos franciscanos do Varatojo. esperava d'alli compôr as discordias, entre seu successor e a casa de Braganza, que tanto o inquietavam pelo futuro. Sua morte prematura anniquillou para sempre a esperança de uma conciliação e D. Affonso levou comsigo para o sepulchro o favor regio, que, durante a vida, dispensara a essa casa.

Com o ascenso de D. João II ao throno, tornou-se sua posição para com o duque arriscada, perigosa e de muitas consequencias. Se até'lli apenas palavras tinham trahido e augmentado a tensão, em curto trecho se tratava de direitos importantes e verdadeiros interesses. Ao mesmo tempo ampliava-se o campo da briga, augmentava o numero dos combatentes. A discordia com uma só pessoa cresce ao volume de uma lucta com a classe toda, com uma classe favorecida. O rei, querendo ampliar os direitos e bens da corôa ou chamar a si os já concedidos, coisa que só podia fazer-se derrubando o existente e á custa de outrem, incita a nobreza abastada, os grandes, todos os donos de bens de raiz á resistencia e á opposição. Assim se tornou a causa do duque de Braganza, ainda que pessoal sob muitos sentidos, uma causa publica.

O estado, em que D. João encontrou o reino quando subiu ao throno, exigia o emprego, em parte, de medidas energicas, que condiziam realmente com o caracter do rei e que elle tornou rigorosas em excesso. A personalidade vigorosa de D. João deixou passar desapercebido a auctoridade profundamente prostrada da corôa, a impotencia do throno. Sua figura occultou ambas as cousas á posteridade; acarretou sobre seus hombros a censura (fundada ou infundada) de uma dureza cruel e, em parte, a culpa de seu antecessor. Ao rei D. Affonso deveria ter seguido um reinante de egual força, e as consequencias da sua administração, o exhaurimento do thesouro e a fraqueza do poder regio haveriam resultado coisas bem manifestas, ainda ao olhar menos perspicaz.

Parte importante do povo, durante a prolongada guerra, cahira na miseria e desmoralisação; e o afeito que voltava, extranho ao trabalho tranquillo e socegado, e afeito ao desperdicio do que tinha adquirido com facilidade e em abundancia, cogitava na r

neira de viver menos penosamente, procurando, avido, innovações. D'elle nada havia a tirar e alguma cousa a temer.[1] Ao contrario, o reinado anterior fôra para os fidalgos e ricos-homens a epoca aurea, o proprio D. Affonso seu prazer e alegria. Seus grandes serviços e a dependencia de D. Affonso nas amiudadas campanhas tinham obrigado o rei a concessões e despezas infinitas, degenerando sua natural liberalidade em dissipação.

O thesouro estava tão exhausto que o reino e os reis posteriores, ainda por muito tempo, tiveram de sentir-lhe as consequencias.[2] É quasi incalculavel a quantidade de Cavalleiros do Conselho, Cavalleiros Fidalgos, Escudeiros Fidalgos e Moços Fidalgos que recebiam[3] do erario suas moradias (vencimentos como percebiam os nobres pertencentes á casa real)[4]; indizivel o numero de cavalleiros, dos grandes, espirituaes e temporaes, a quem D. Affonso concedeu bens e rendimentos.[5] Muitos elevou a fidalgos, dando-lhes as armaduras; outros ergueu a ricos homens, concedendo-lhes por toda a vida avultados honorarios *(Tenças)*, como os imperantes antigos. Para o serviço da mesa e camara real nomeou, em grande porção, filhos de fidalgos distinctos, mais do que os que tiveram quatro autocratas juntos.[6] Grande quota de ricos-homens foi alevantada ao condado, e foi D. Affonso v que nomeou o primeiro marquez e o primeiro barão.[7]

[1] Augustin Manuel y Vasconcellos, «l. c.», pag. 67.

[2] «... *para que se veja em quantos trabalhos a guerra poem os Principes, porque El Rey D. Affonso não fora constrangido fazer tantas mercês do Thesouro da Coroa destes Reynos, como fez,* o que o mesmo Reyno, e os Reys que depois delle reynarão, sentem até o présente dia.» Goes, *Chron. do Principe Joam*, cap. 102.

[3] *Livro das Moradias da Casa do Senhor Rey D. Affonso V*, Sousa, *Provas*, Tom. II, pag. 23-48.

[4] Mello Freire, *Institut. jur. civil. Lusit.*, lib. II, tit. 3, § 25.

[5] *Copia das Merces, que fez El Rey D. Affonso V*, Sousa, *Provas*, T. II, pag. 18-22. *Hist. Gen.*, T. II, pag. 23 e seg.

[6] Vasco de Ataide, «*Estas são as cousas que El Rei D. Affonso o V deu em sua vida*», in Sousa, *Provas*, T. II, pag. 22.

[7] «*Fez Marques de Valença a D. Afonso Conde dourem e nunqua nestes Reinos ate este tempo forão Marqueses nem barão adiantados senão os que ele fez.*» Ibidem, pag. 19.

Aos nobres que viviam como religiosos nos conventos, abonava pensões (*Tença*), afóra o que lhes tivesse dispensado em *Casamentos*. Taes dotes de casamento recebiam tanto os homens como as mulheres, de 1.000 corôas de ouro até 600.000; os dotes de casamento inferior a 1.000 corôas são innumeros.[1]

Comprehende-se bem qual o fim a que visavam estes dotes, mas não como o pequeno paiz podia supportal-os. Tornava-se necessario um successor de energia e animo para cohibir similhantes abusos. Sendo de rigidez cortante, devia causar violentos abalos. Havia muita materia; e, tocada uma vez pela mão de um D. João II, não se podia impedir o manifestar de fermentação inflammada: não era licita a esperança do dòce socego.

Logo que os restos mortaes de D. Affonso fòram transportados de Cintra para a Batalha, o successor, segundo relatam os chronistas, fechou-se durante tres dias na sua camara, afim de se votar á memoria do fallecido. D. João deu bastantes provas de amor filial, para que devessemos pôr o embargo das duvidas na veracidade d'este motivo.

No ultimo dia de agosto recebeu, como era uso, as homenagens dos nobres que se encontravam presentes, e foi proclamado, desde logo, em todo o reino. Seguidamente, convidou todos os grandes e prelados, bem como os mais respeitaveis fidalgos, a presencearem o enterramento do regio cadaver na Batalha e assistiu pessoalmente a este acto, celebrado com a maior pompa (fins de setembro); cumpriu apoz, com a mais escrupulosa exactidão, o testamento de seu pae; tomou muitos, empregados na côrte de D. Affonso, para seu serviço; indemnisou outros, que dispensou, a seu contento; gratificou varios generosamente e captivou-os a todos com promessas e esperanças consoladoras. O fallecido rei era geralmente tão chorado como sinceramente o estimavam em vida, e o joven monarcha captou todos os corações pela desusada solemnidade com que fez baixar ao tumulo de seus paes os ultimos despojos do considerado soberano.

[1] *«Outros infinitos casamentos de mil croas para cima que não tem conto nem se podem contar nem escrever, e outras muitas infinitas m*[illegible] Souza, *Provas*, T. II, pag. 23.

Entretanto convidava D. João os procuradores das cidades e principaes logares, bem como os alcaides mores, a prestarem-lhe a homenagem. A 12 de novembro de 1481 fôram convocadas as côrtes para Evora. Na grande sala da residencia real, achando-se o rei investido dos mais ricos adornos regios, sentado no throno, de sceptro na mão, e nos seus respectivos logares os grandes, funccionarios do Estado, e conselheiros reaes e todos os deputados segundo a ordem hierarchica, fez o doutor Vasco Fernandes de Lucena, chanceller da Casa do civil, um discurso proprio da occasião.

Seguidamente se levantou o duque de Braganza, collocou-se diante do rei; ajoelhou e prestou, nas mãos de D. João, o juramento de obediencia, por si e em nôme do duque de Viseu, irmão da rainha, que se encontrava então em Castella, e a homenagem em nôme de seus castellos e praças fortes. Repetindo seu exemplo, prestou o irmão do duque de Braganza, Alvaro, por si e como procurador de seu irmão, o marques de Montemor, e do conde de Faro, depois em nôme de todos os senhôres do reino, o juramento nas mãos do rei. Para maior brevidade, prestou um deputado de Lisboa homenagem em nôme de todas as cidades, e outro, de Santarem, em nôme de todas as povoações do reino. Acto continuo, retirou-se o rei, em solemne procissão, para sua camara.[1]

Esta inesperada unanimidade entre o rei e os membros da familia de Braganza fez suppôr o esquecimento das dissidencias, a dissipação dos alimentados receios e o presagio de um futuro pacifico. Mas tudo foi só apparencia.

Já antes da homenagem houvera um conflicto, quando o rei discutira com o duque e seus irmãos a fórma do juramento; consoante o monarcha a exigia, parecia a estes dura e contra os seus direitos. Infelizmente por causa da negligencia ou da demasiada confiança dos reis anteriores e seus funccionarios, apenas com custo se podia saber alguma causa exacta, ou de confiança, sobre a antiga fórma de prestar homenagem; parecia não existir qualquer documento concernente a este assumpto. Afim de evitar no futuro

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'El Rei D. João II*, na *Collecção de Livros* [...]*itos de Hist. Port.*, Tom. II, cap. 8. Garcia de Resende, *Chronica d'El* [...] *D. Joam II*, Coimbra 1798, cap. 26.

todas as causas de discordia e dissensão, mandou o monarcha redigir um livro e guardal-o na sua camara, em que fôram descriptas as homenagens que os alcaides tinham de prestar, com a indicação exacta do ponto e tempo, nômes dos alcaides e testemunhas presentes. Elaborou-se uma formula de juramento e foi resolvido, pelo rei e seus conselheiros, simultaneamente, que os alcaides, tendo de ajoelhar perante o throno, prestassem o juramento collocando as mãos nas do rei.[1] O duque, seus irmãos e outros senhôres julgaram esta formula de juramento severa demais e infesta á sua honra. O primeiro protestou, mandando passar um documento em que dizia que forçado é que prestava o juramento, reclamando contra isso, até que tivesse encontrado os respectivos documentos e privilegios. O rei lhe faria depois justiça não o obrigando a mais do que ao que obrigado o tinham os reis antecedentes, como seu pae e seus predecessores.

Em seguida deu o duque a seu mordomo, o bacharel João Affonso, em Villaviçosa, a chave da caixa onde guardava suas cartas de doação, todos os documentos e papeis secretos; e ordenou lhe que escolhesse aquelles que se referissem a similhante assumpto. Apertado pelos affazeres ou por commodidade, incumbiu o bacharel d'este trabalho a seu filho, mancebo em quem depositava extrema confiança. Emquanto que este andava occupado na pesquiza, fez o acaso que apparecesse tambem o escrivão de fazenda do duque, Lopo de Figueiredo, homem que gosava do respeito geral. A pedido do mancebo, ajudou-o na busca dos papeis e, assim, eis que encontrou algumas cartas e instrucções de Castella e para os reis de Castella, parte originaes, parte projectos emendados e alterados pela mão do duque. Disfarçadamente os foi mettendo na manga e leu-os em secreto, logo que se affastou da casa.

Como os julgasse nocivos ao bem e á honra do rei, decidiu mostrar-lh'os immediatamente. Partiu, pois, com esse fim, sem demora e em segredo, para Villaviçosa e correu a Evora, onde estava por então o monarcha. N'uma conversa secreta, apresentou-lhe tudo, com grande precaução, sob as expressões de homem recto e

[1] Vêr a formula de juramento em Resende, cap. 28, Pina, cap. 3 teje-se Sousa, *Provas*, Tom. III, pag. 701.

leal vassallo, e jurando que não fazia isto por odio contra o duque, pois que rasões possuia de o estimar e servir, tão pouco na esperança de obter recompensa, mas porque era subdito do rei e queria evitar a desgraça que podesse advir d'esses papeis. O rei, depois de ter lido taes documentos, quedou pensativo, ordenando desde logo a seu camareiro, Antão de Faria, a quem dispensava toda a confiança, o de copiar com a maxima pressa os mais importantes de similhantes diplomas, e restituiu depois os originaes a Lopo de Figueiredo para os volver a collocar no cofre de onde os havia tirado, afim de que, dizia elle, não houvesse suspeitas e se podesse utilisar, de futuro, essa arca em lances identicos.

Estas descobertas inquietaram bastante o autocrata. Todavia, occultava sua emoção sob a apparencia de imperturbado socego de espirito e guardou profundo silencio sobre o que se passara. Mas, desconfiado, seguiu, desde este momento, com olhar vigilante todos os passos do duque.[1]

Se já a homenagem, o primeiro acto publico d'este reinado, causara dissenções, ainda maiores discordias entre o rei e as côrtes originaram as outras assembléas das mesmas. A guerra prolongada durante o reinado de D. Affonso; os transes penosos e confusões em que o rei se viu envolvido; seu caracter, apezar de sua inclinação á equidade, tão pouco disposto a executal-a; isto e outras causas contribuiram para que fôsse descurada a administração da justiça, especialmente nas terras dos nobres e grandes. Assim se introduziram muitos abusos. O terceiro estado dirigiu, por estas razões, nas côrtes o pedido, ao rei, de que remediasse similhantes males. Para corresponder ao desejo do povo, tencionava elle enviar por algum tempo seus corregedores aos dominios dos fidalgos. Antes, porém, de pôr esta ordem em execução, fallou, sobre tal ponto, com o duque de Braganza, como ao senhôr mais abastado e influente, e pediu-lhe que não recusasse sua annuencia com respeito a seus dominios. O rei discutia com calôr esta medida, cuja applicação lhe fôra rogada com tanta instancia pelos estados.[2] Demonstrou-lhe como os

[1] Pina, cap. 5. Resende, cap. 28.

[2] *«Que os Corregedores entrassem nas terras dos Donatorios»* se diz nos *Capitulos geraes offerecidos pelos Povos do Reino nas Cortes... em Evora*

melhoramentos na administração da justiça logo no começo do seu reinado despertariam uma opinião favoravel a este; como o proprio duque teria gosto no regular funcionamento da justiça na região. Assegurou-lhe que, caso houvesse nos seus dominios qualquer causa a corrigir ou castigar, tudo se faria com a consideração devida a seu nascimento, hierarchia e honra. O duque dava, na sua obediencia ao rei, um alevantado exemplo a todos os senhôres do reino.

Todavia, o duque, apesar de todas as insistentes representações do monarcha, não se prestava a annuir. Pelo contrario, invocando a isenção de suas terras da correição, mostrou-se, bem como seus irmãos, bastante irritado com a proposta.

D. João tocava a parte vulneravel dos grandes donatarios, um assumpto que desde muito tempo causara tantas baralhas no reino, soffrera algumas mudanças e modificações e tornara necessarios diversos cerceamentos e dispositivas.[1] Com o decurso do tempo, deviam estes males tornarem-se tanto maiores quanto melhor crescia e se consolidava o poder regio, quanto mais se volviam incompativeis as regalias dos senhôres fidalgos com os direitos, sempre progressivos, dos soberanos.

Varios meios, bastante vastos, de que estes ultimos dispunham, permittiam o alargamento do poder regio e remoção de quaesquer embaraços. Comtudo, occorria isto successivamente e com interrupções. Para o que n'este sentido fez o rei D. Diniz, nem todos se encontravam habilitados nem em situação egualmente favoravel. O ultimo monarcha d'aquelle cyclo que dedicou a este assumpto especial attenção, D. Fernando, concedeu por fraqueza o que recusava por principios de governança, de modo que sua legislação estava geralmente em contradicta com suas acções e com seu caracter. D. João I, primeiro rei d'este periodo, era circumspecto e vigoroso bastante, mas a tal sentido esteve por muito tempo em situação desfavoravel. Bem comprehendia quanto era nociva para o throno e para o reino a cedencia dos bens da corôa; não podia, comtudo,

nas *Memorias das Cortes* pelo Visc. de Santarem, Parte II, pag. 59. A peti acha-se mais desenvolvida, nos ventilados assumptos d'estas cortes, nos *D mentos* da *Parte II*, pag. 71.

[1] Vide nosso volume I, pag. 292, e o capitulo «Os ricos homens».

sem excitar odio e descontentamento, retirar os que tinham sido doados pelos antecessores, nem os que elle, graças a circumstancias imperiosas, havia concedido. Por conselho do seu chanceller, João das Regras, lançou mão de uma medida que, se não cohibiu de todo taes concessões, restringiu-as, pouco a pouco.

Promulgou a conhecida *Lei Mental* [1], por cujo theôr todas as doações feitas pelos reis a qualquer pessoa e seus herdeiros, de futuro, depois da morte do proprietario, só podessem passar para o primogenito filho legitimo. [2] Como o rei reservou para si o direito da dispensa, ligava os fidalgos, que a pretendiam, com este laço á sua pessoa e á corôa, tornando-os dependentes de ambos. [3] Apezar de similhante lei ter sido observada durante o reinado de D. João, todavia, como já se referiu [4], não se publicou e nem sequer se escreveu. [5] Foi o rei D. Duarte quem a publicou em 8 d'abril de 1434 [6] e addicionou-lhe alguns esclarecimentos e mais exactas determinações (30 de junho de 1434) [7], originadas pela duvida, equivocos e más interpretações da lei. O facto de esta não ter sido incluida na legislação affonsina explica-se talvez pela desagradavel situação de D. Pedro para com os donatarios. Uma outra disposição que D. Affonso v fez addicionar á lei [8], talvez motivada por duvidas suscitadas, prova, pelo menos, o seu conhecimento e sua applicação n'este reinado. De pouca importancia, porém, era o conhecimento d'esta lei, e sua applicação, por um rei que tirava terrenos, uns apoz outros, á corôa, recompensando com elles, prodigamente, os fidal-

[1] ... *«que se diz Mental, por seer primeiro feita segundo a vontade e tençan d'El-Rey D. Juam* I. »—Ordenaçoens do Senh. Rey D. Manuel. —Coimbra, 1797. Liv. II, tit. 17.

[2] A lei está encorporada, além do *Codigo Manoel.*, tambem em uma carta regia do anno de 1592, Sousa, *Provas*, T. III, Num. 14, pag. 488.

[3] Mello Freire, *Instit.*, lib. II, tit. 3, § 19.

[4] N'este volume II, pag. 189.

[5] ... *«que em seu tempo se praticou, aindaque nom fosse escripta.»* — Orden. do S. Rey Manuel—, liv. II, tit. 17, na introducção.

[6] *Livro* I *da Chancellaria de D. Duarte*, fol. 36. *Memoria para a Historia das Confirmações Regias neste Reino com as respectivas Provas.* Lisboa, 1816. Introducção, pag. 3.

[7] *Cod. Manoel.*, liv. II, tit. 17, §§ 7-23.

[8] Ibid., § 25.

gos, indispensaveis n'uma tão inutil como desnecessaria guerra, e em que os bens não chegavam, em que as leis fallavam alto de mais pela conservação dos da corôa e punham seus limites á liberalidade regia. E não só distrahia os bens como accumulava a nobreza com concessões infinitas de *Tenças, Moradias* e *Casamentos*, aniquillando assim não só o Thesouro como as fazendas da corôa.

Oppôr-se a similhante estado de coisas, devia sêr o desejo de D. João II, depois da sua ascensão ao throno, se não foi antes. Tornou-se sua vontade firme e inabalavel, quando em Evora, logo no começo do seu reinado, os estados, reunidos, censuraram taes abusos principalmente, a par de outros, e lhe pediram o de os remediar. Sobretudo, apresentaram a queixa sobre a situação anormal da justiça nas regiões separadas da corôa. Desde muitos annos que viam a justiça n'este reino affastada de seu senhor primitivo, tornando-se, por esta rasão, tão estranha que era impossivel, sem o auxilio do rei, seu nobre protector, achar um meio para ella volver ao throno de onde se affastara.

Quantas cidades, grandes e pequenas, e outras povoações tinham sido arrancadas á corôa e entregues aos senhores fidalgos; como eram tractadas por estes com a maxima crueza, em desprezo de todas as leis de humanidade, e que era um horror ouvir quanto cada um soffria: isto, julgavam, seria já bastante conhecido do rei.[1]

Pediam-lhe, por isso, o de examinar os titulos pelos quaes haviam sido feitas similhantes concessões; se seus possuidores os retivessem indevidamente ou que abusassem do seu direito, que os restituissem; se os habitantes, porém, fossem bem tratados, que os senhores conservassem então tal direito até sua morte, mas passando depois para a corôa, á qual pertenciam.

O rei prometteu incumbir d'este exame certos homens e vigiar especialmente aquelles que abusassem da sua jurisdicção[2]; submet-

[1] De principio notaram que cousa alguma nova exibiriam, mas unicamente a mesma que já tinham apresentado a seu pae sem que tivessem obtido resultado.

[2] *Memorias para a Hist. e Theor. das Cortes*... pelo Visconde ...

ter as *Tenças, Assentamentos* e *Casamentos,* com que haviam sobrecarregado o erario os reis anteriores, sobretudo seu pae D. Affonso, a um exame rigoroso; e, se possivel fôsse, suspendel-as ou restringil-as.[1]

Já em 15 de dezembro de 1481, promulgou o rei uma ordem em Evora, para se proceder a um exame de todas as concessões regias e de todos os direitos e regalias dadas pelos monarchas anteriores. Foi ordenado a todos os infantes, duques, marquezes, condes, fidalgos e cavalleiros, a cada um sem distincção de hierarchia; depois a todos os habitantes das cidades, povoações e logares, e, finalmente, aos prelados, abbades e ecclesiasticos, que possuissem bens que necessitassem da confirmação regia, o de apresentar os respectivos documentos ás pessoas nomeadas pelo imperante, para os examinarem, e o de esperar a decisão d'estes e do principe, após ouvido seu relatorio. Para que este assumpto não se prolongasse demasiado, deveriam sêr apresentados apenas os primeiros e primitivos documentos relativos ás doações regias, privilegios e regalias, e das confirmações só as que tivessem sido conferidas por D. Affonso. Afim de evitar confusões e de promover uma mais rapida conclusão, determinou-se que estes trabalhos se effectuassem, em certos prasos, nas differentes comarcas. Cumpria começar-se pela cidade e Contadoria do Porto no mez de outubro de 1482. Os que não comparecessem deviam considerar-se fóra do goso das respectivas posses e direitos, até que requeressem a confirmação regia, que dependia desde então da graça do monarcha.[2]

Tambem os foraes das cidades e povoações fôram, de mandado do imperante, submettidos a um exame, por lhe constar que os func-

tarem Part. II, pag. 69. «Cortes d'Evora de 1481-1482.» *Capitolo das Jurdiçoees.* Tambem incluido na *Memoria para a Hist. das Confirmaçoes*, Docum. Num. VI, pag. 12.

[1] Santarem, ibid. pag. 133. *Capitolo do tirar das teemças,* pag. 35. *Cap. dos asemtamentos que os grandes ham,* pag. 136 e 137. *Capit. dos que teem teemças maiores que seus pais ; Cap. das teemças graciosas postas despois de casamentos pagos.*

[2] *... atee veerem nossas Conffirmaçooens, no que ficara a nos resguarlo de lhas conffirmarmos, se nossa mercee fer, por non vyrem ao tempo per hordenado.* «Mem. das Confirmaçoes», Docum. VII, pag. 15.

cionarios, que levantavam, em seu nôme, os impostos regios, bem como aquelles a quem tinham sido conferidos estes rendimentos não procediam como deviam, interpretando os foraes a seu favôr e em prejuizo do povo; era, porém, vontade do principe que se exercesse justiça em toda a parte e que não se inflingissem iniquidades á plebe. Todas as cartas locaes deviam, portanto, ser entregues ao juiz dos negocios da côrte *(Juiz dos nossos feitos)* desde Janeiro de 1483 até Outubro do mesmo anno.[1] Todavia, não parece que este exame se effectuasse com algum exito, porque só no reinado seguinte vêmos concluidas as reformas dos foraes.[2]

Com similhantes medidas se oppôz o rei D. João, por um lado, ás transgressões dos donatarios «que exerciam nos seus dominios uma mais ampla jurisdicção e poder do que o que lhes fôra conferido pelas doações e privilegios» e suspendeu, por outro lado, em parte a confirmação, «conferida pelos principes anteriores, principalmente por seu pae, o rei D. Affonso, que, impellido pelas guerras e revezes soffridos em épochas de grandes calamidades, muita cousa outhorgou que, segundo direito e rasão, deveria antes ter recusado do que concedido ou confirmado.»[3]

A necessidade da confirmação regia resalta das palavras e do fim da *Lei mental* promulgada por D. João I, e sempre se fundava na natureza de qualquer bem da corôa concedido, que, quer fôsse doado por uma vida quer de *juro e herdade*[4], era sempre considerado uma posse, sobre a qual o rei exercitava a soberania, com o direito de investigar, a todo o tempo, se as circumstancias, na occasião, do Estado aconselhavam a prolonga ou o suspendimento da concessão; se esta estava em paridade com os serviços prestados,

[1] *Mem. das Confirm.*, Docum. VII, pag. 13-16.

[2] Pedro Ribeiro, *Dissertação sobre a Reforma dos Foraes no Reinado do Sr. Manoel.* Lisboa, 1812, pag. 6. Na historia d'este reinado será tal assumpto discutido mais desenvolvidamente.

[3] Resende, cap. 29. Pina, cap. 5.

[4] Quando se fazia qualquer concessão de bens da corôa por vida de uma pessoa, tinha de ser considerada como nova doação, logo que passava para os herdeiros; por isso, existia a *Confirmação por Successão* só para as *Merces de juro e herdade*, ou para duas ou mais vidas. Devia ser sollicitada pelo successor do donatario. *Memor. das Confirm.*, pag. 21.

de que era a recompensa; se tinha sido captada e se por isso se devia recusar sua confirmação.[1]

D'ahi as confirmações *de Rei a Rei*, como se usaram desde a origem da monarchia até ao governo de D. Affonso v [2], logo que um novo autocrata subia ao throno. Outras confirmações, conferidas extraordinariamente por alguns imperantes, como o *Edicto* ou *Chamamento geral* [3], chamam-se *geraes* não porque se reportem a melhór thema do que o da jurisdicção, mas porque se referem n'este assumpto a todos os donatarios. [4]

A confirmação mais geral e ao mesmo tempo mais augusta foi a conferida por D. João II, por cujo effeito terminaram todas as anteriores. Em uma solemne ajusta dos Estados foi esta confirmação exigida pelas municipalidades; o rei deu-lhe a maior amplitude possivel porque, segundo sua vontade, devia abraçar todas as concessões dos monarchas e todas as classes do paiz. Só o terceiro estado lucrou n'isto alguma vantagem; as gentes privilegiadas apenas tinham a perder. O clero pedira nas côrtes, realisadas no anno de 1455, ao rei D. Affonso, o de isentar da obrigação da confirmação as concessões ás egrejas e corpos ecclesiasticos, pretextando que «uma tal doação tinha por consequencia não poder ser revogada»; e D. Affonso concedera-lhe a isenção de tal dever, «se este fôsse contrario á sua vantagem e proveito, apesar de em tempos de outros soberanos, seus antecessores, se haver observado o contrario».[5] Tambem esta, um tanto escandalosa, regalia ficou suspensa pela ordem de D. João, que bastante molestou os donatarios ecclesiasticos.

Quem mais offendido e prejudicado ficou nos seus direitos e bens foi a nobreza secular, e, quanto maiores eram os dominios e prerogativas do donatario, tanto mais vastos e sensiveis os damnos que o ameaçavam. O opulento duque de Braganza, cheio de privilegios, julgou-se o mais prejudicado e, sobretudo, obrigado a oppôr-

[1] *Memor. das Confirm.*, pag. 27.
[2] *Memor. das Confirm.*, «Capitulo I.»
[3] Volume I, pag. 424.
[4] *Memor. das Confirm.*, pag. 12.
[5] *Memor. das Confirm.*, Docum. 58. Capitulo 12, pag. 140.

se ás medidas regias. Sua posição dava-lhe não só grande influencia sobre a nobreza como uma alta importancia aos olhos do autocrata. N'elle podia naufragar toda a innovação, n'elle e por elle quebrar-se toda a resistencia. O duque, porém, que, segundo o desejo e esperanças de D. João, devia preceder os outros donatarios com o exemplo da prompta obediencia, adiantou-se-lhes com o estandarte da opposição. Tornou-se seu chefe e paladino, seu exemplo e protector, vendo-se o rei embaraçado nos passos que tencionava dar, a pedido de seu povo, e segundo sua convicção, para seu bem e conforme seu desejo afim de consolidar e ampliar o já declinante poder regio. Via-se impedido por aquelle que, havia muito, com desagrado mirava em tão alta posição junto do throno.

N'este intervallo augmentavam os motivos da discordia. A doença infecciosa que grassava em Evora forçou o rei a partir, com sua côrte, para Montemoronovo (Janeiro de 1482), no scopo de ultimar uns negocios submettidos ás côrtes.

Quando o principe, vestido de luto, fez sua entrada n'aquella cidade, foi o marques de Montemor, o irmão do duque, ao seu encontro, mas em traje festivo e brilhante, para patentear seu regozijo pela subida ao throno do novo rei. Este, porém, indignado por tal offensa da decencia e do respeito devido ao defunto, e afeito a censurar, no proprio lance, o que increpavel fosse, mandou dizer ao marques que o monarcha por quem elle, rei, vestia o luto o elevara a elle, marques, áquelle titulo, lhe concedera Montemor e lhe dera muitas outras provas da sua graça.

Vergonha e ira se apoderaram do nobre e grande senhor. Não muito depois, n'uma desintelligencia que teve com o arcebispo de Braga, por causa de uma hospedagem, proferiu publicamente graves injurias contra o prelado. Em colera por tal facto, o sacerdote queixou-se ao rei, que, irritado por scena tão opprobriosa, passada na sua côrte, entre homens de tão alta posição, e logo no inicio do reinado, reuniu conselheiros e varões doutos insuspeitos e, com sua approvação, enviou ao marques ordem de se affastar, no mesmo instante, de Montemor para álem do Tejo, durante cinco dias, até que lhe fosse concedido perdão. O marquez obedeceu, mas profundamente enraivecido e irritado com tal sentença, que julgava inju

Chegado a Castello branca, redigiu, desde logo, uma carta, c

de graves e deshonrosas injurias contra o imperante, e enviou-a, por um confidente, ao rei e á rainha de Castella, que, mercê do indecoroso contheudo, a não acceitaram, não reconhecendo o portador. De seguida, elaborou o marquez outra, com egual destino, e escolheu um emissario de mais elevada posição. Deu, todavia, primeiro, conhecimento ao duque, que, como mais tarde se soube, reprovou tal passo, censurando, com aspereza, o irmão, pela sua vehemencia e leviandade.

Sem embargo, a severa e, no seu entender, precipitada decisão do rei contra o marquez augmentou o azedume do duque contra D. João; o grande julgou que o monarcha assim procedera para o humilhar a elle e a seu irmão.[1]

Apezar de Fernando e D. Isabel terem rechassado as grosseiras suspeitas, nota-se, comtudo, onde os nobres descontentes esperavam achar auxilio e acceitação. Isto não desconhecia o rei. Segundo o escriptor Zurita[2], nutria D. João, já como principe herdeiro, uma tão grande repugnancia pela casa reinante de Castella que, mau grado todos os esforços, a não podia occultar. Como rei, em breve fez a experiencia de que a desconfiança alimentada contra Castella tambem fizera nascer a suspeita e que tal sentir parecia justificado em ambas as partes. Ainda no mesmo anno (1482) enviou D. João á côrte de Castella um embaixador, João da Silveyra, barão de Alvito, homem de confiança, prudente e respeitado, a quem se deu Ruy de Pina (chronista do rei e chefe do archivo real) para secretario. Fôram incumbidos de promover a reintegração de alguns cavalheiros castelhanos que tinham servido D. Affonso na ultima guerra, o que fôra estipulado no tractado de paz mas se protelara, até á occasião, por toda a sorte de subterfugios. O fim principal da embaixada consistia, porém, n'uma proposta visando á mudança da acima mencionada *Terçaria* de Moura para a côrte ou outro logar do reino; porque a infesta posição d'esta localidade incutia receios pela saude do principe e da infanta. Ou, se esta proposta não fôsse acceitavel, cumpriria lembrar a completa extincção da *Terçaria*.

Os negocios de Granada, que occupavam Fernando e D. Isabel,

[1] Resende, cap. 30 e 31.
[2] *Annales*, lib. 20, cap. 45.

e o bom successo da rainha, que, pela paschoa do dito anno de 1482, deu á luz a infanta D. Maria, futura esposa do rei D. Manoel, demoraram as negociações da embaixada, que não era muito favorecida por banda de Castella. Desconfiados com o rei de Portugal, julgaram suas propostas astuciosas e suppunham que a embaixada alvejasse outro fim que não o pretextado. Por isso, esta não conseguiu, em qualquer assumpto, obter um desfecho rasoavel. Mas, para que não se extranhasse e se não julgasse mal, se Fernando e Isabel recusassem tão louvaveis e, para ambas as partes, proveitosas propostas, tornaram-se estas dependentes de condições incompativeis com a honra e probidade do rei de Portugal e que traduziam «mais uma recusa que o desejo de concordia».[1]

A maior parte de similhantes clausulas referia-se á princesa D. Juana e pretendia sua entrega, sua total libertação de qualquer influencia do rei lusitano.

Desgostoso pelos subterfugios dos de Castella e pelo inexito, partiu o embaixador, depois de ter recusado dadivas consideraveis que lhe queriam fazer Fernando e D. Isabel. Esta ambigua e offensiva esquivança não poude D. João allial-a ás suas bem intencionadas propostas, e nutriu, do relatorio que lhe apresentou o embaixador na sua volta, suspeitas contra o duque de Braganza, cujos conselhos e intelligencias parecia vêr atravez da replica dos hespanhoes. O confronto d'esta resposta com as instrucções redigidas pelo duque para os reis de Castella, e das quaes, como acima se notou, o portuguez possuia copias, fornecia plenos indicios de que aquella resposta sahira das communicações do parente. Porque este via com desagrado a suspenção da *Terçaria,* que elle considerava quasi uma protecção contra o monarcha, porque se suppunha seguro da estima de sua sogra, a infanta D. Brites, sob cuja guarda vivia em Moura o principe, tão estimado por D. João.[2]

[1] Pina, cap. 8, pag. 27.

[2] «Creendo *que o penhor dellas (Tercerias) o segurava de algús receos que tynha, ou mostrava ter d'El-Rey, porque com ellas por respeito do Princepe seu filho estava atado; confiando que emquanto durassem sempre o sosteria em sua honra a Infante Dona Briatiz sua sogra, que parecia terlhe amor com razam.*» Pina, ibid.

A suspeita de negociações occultas foi reforçada, além d'isso, pelo conhecimento de que Fernando e D. Izabel estavam instruidos, plenamente, de todas as incumbencias, secretas e publicas, do embaixador, ainda antes de este deixar Portugal. O duque, porém, sem embargo de então não estar já na côrte nem no conselho do rei, podia receber de tudo conhecimento por seu irmão Alvaro, que gosava, em alto grao, da confiança de D. João e era consultado em todos os assumptos importantes. Comtudo, o rei escondia similhantes descobertas com grande cuidado. Ninguem lograva arrancar-lhe um segredo, mal vez que tivesse nutrido qualquer suspeita e que a razão de Estado o ordenasse.

Em setembro do mesmo anno, enviou o rei o já citado Ruy de Pina á côrte de Castella, que se encontrava em Guadelupe, com a resposta ás communicações dadas ao barão de Alvito, insistindo, com os argumentos mais elucidativos e em nôme da amizade que existia entre as duas côrtes, na transferencia ou suspensão da *Terçaria*. Em respeito a D. Juana, pediu que se não fizessem quaesquer novidades ou maiores restricções, afim de que não parecesse menos solida a paz estabelecida entre elles e principalmente, porém, porque a residencia actual de D. Juana offerecia completa segurança a ambas as partes.

Se não lhes agradasse o consorcio do principe com a infanta D. Isabel, por causa da differença da edade, que reconhecessem, na proposta do casamento de sua filha com o principe, seu desejo de viver com elles em amigaveis relações.

Os soberanos de Castella responderam ao embaixador: Que bem acreditavam que um rei, como seu primo, nada diria que não fôsse a verdade e consoante sua convicção; mas um facto lhes dera testemunho claro dos sentimentos e intentos do autocrata. Em seguida, relataram, muito sensibilisados e offendidos, que se topava preso em Guadelupe um castelhano, Pedro Montesiño, por se encontrar munido de instrucções e cartas do bispo de Lamego, Fernão Gonçalvez de Miranda, outr'ora em Castella, Alonso de Ferrara, castelhano, e Alvaro Lopez, secretario particular do monarcha; cartas que se referiam ao casamento de D. Juana com o rei Febos de Navarra.

Como este facto tocava tão de perto sua amizade, interessando o tractado de paz, reconheceriam seus verdadeiros sentimentos no

castigo que o rei applicasse a estes homens, seus vassallos e que viviam em sua côrte. Primeiro, porém, que tomassem qualquer resolução ácerca de suas propostas, tornava-se necessario que o embaixador apresentasse similhantes duvidas a seu principe. Do proceder d'este dependeria a conducta d'aquelles.

Para corroborar, mostraram ao embaixador Pina as mencionadas missivas, cuja veracidade Montesiño confessara á força de tormentos. Em virtude d'estes factos, que certamente não tinham succedido sem noticia a D. João, bem como por causa das discordias, que ameaçavam tornarem-se mais sérias, entre o rei e a casa de Braganza, desejavam Fernando e D. Isabel tirar sua filha da *Terçaria*. N'um paiz estrangeiro, que alimentava tanta materia para arriscadas dissensões, não existia a segurança necessaria á infanta, até perigava sua vida. Por outro lado, receavam os soberanos de Castella, com a suspensão da *Terçaria*, quebrar a paz que estava garantida com a sua continuança. Suspeitavam que o rei formasse planos hostis logo que visse seu filho em liberdade; queriam, porém, evitar, quanto possivel, uma guerra.

Assim que Pina transmittiu ao rei de Portugal a declaração de Fernando e D. Isabel, formou o imperante immediatamente conselho sobre a causa de Montesiño. Mas os conhecedores do assumpto, que viviam na côrte, não sentiram o castigo que certamente haveriam soffrido, se tivessem obrado sem o conhecimento e vontade do principe. Aos soberanos de Castella não foi dada a mais pequena satisfação. Todavia, o autocrata acalentava a esperança de vêr seu filho em liberdade e enviou, para este fim, seu confessor, o franciscano Antonio, e Ruy de Pina, em 1483, a Madrid, onde folgava a côrte. Apezar de toda a sabedoria e loquacidade que frei Antonio empregou na mira de representar seu senhôr puro e indemne de qualquer fremito de hostilidade, o consentimento dos reis de Castella para a suspensão da *Terçaria* foi uma consequencia mais do seu proprio desejo de verem a filha liberta do que da sua convicção sobre o intento do portuguez. Ao mesmo tempo ficou de nenhum effeito a união, tractada, do principe com a infanta D. Isabel, e resolveu-se casar aquelle com D. Juana, cujo dote se augmentou por estar longe da successão ao throno de Castella.

A alegria de D. João com a noticia de que os soberano

Castella enviariam, depois da paschoa, embaixadores a Portugal, afim de irem buscar a infanta á *Terçaria* e tractarem sobre aquelle consorcio, foi tanto maior quanto mais vivamente desejava vêr a seu lado o filho estremecido, n'aquelle tempo de inquietadoras dissensões no reino.[1]

D. João ainda se encontrava em Almeirim, onde recebera a alegre nova de Castella, quando um mau successo levou a rainha á beira da sepultura. O rei possuiu-se de profunda dôr. Para patentearem seus sentimentos, o duque de Vizeu, seu irmão, que já tinha voltado de Castella, e o duque de Braganza, muitos homens e damas nobres visitaram a rainha. O monarcha mostrou-se bastante satisfeito, especialmente com a visita dos duques, e prestou-lhes todas as honras. Animado do desejo de compôr as desintelligencias e de grangear para seus planos governativos o duque de Braganza, levou-o um dia á capella do palacio, para, n'este sitio sagrado, só na presença de seu capellão-mór, o bispo de Lamego, fallar com elle. Primeiro que tudo, assegurou-lhe que quanto dissesse n'esse santo logar era tão verdadeiro como se lh'o revelasse perante Deus. «Informaram-me, disse para o duque, que vós, contra vosso dever e sem consideração pela vossa honra e probidade, entretinheis intelligencias com Castella. Não sei se hei de dar credito, tantas são as razões que se oppõem, assim em respeito a vós como a mim. Ainda que tivesseis quaesquer intenções n'esse sentido, promptifico-me desde já a esquecer e perdoar tudo.»

Seguidamente, pediu ao duque o de viver com elle em concordia e com aquelle que Deus destinara para herdeiro da corôa, a qual fôra tão generosa para com o duque e seus antepassados. Depois d'elle, era o duque o esteio mais nobre do solio. Lembrou como dividia com elle o patrimonio real e como duas irmãs os uniam tanto. Não obstante, não queria escapar-se á censura, usual, de que costumava acertar novos juizes e funccionarios por causa da sua severidade, e lembrou que um novo rei póde evitar, tão pouco como aquelles, quaesquer queixas no começo do reinado.

Do que o accusavam devia, sobretudo, o duque, dando o exemplo de obediencia e lealdade, supportar o gravame sem rancor, e

[1] Pina, cap. 8. Resende, cap. 35.

tanto mais quanto os motivos das accusações que fazia ao rei, por causa da sua sentença contra seu irmão e da interferencia dos corregedores regios nos seus territorios, não eram tão delictuosos que não participassem do são criterio e da justiça. Se o duque soffresse isto sem excitar o escandalo, tambem o rei corresponderia aos seus desejos, attendendo á sua hierarchia e serviços, sua illustração e submissão. «Recommendou-lhe, finalmente, repetidas vezes, pediu-lhe até o de coadjuvar, em tudo e sempre, com seus conselhos, armas e quaesquer outros meios, o herdeiro ao throno de Portugal.»

— «Senhor! replicou o duque, beijo vossas mãos, como reconhecimento da immensa graça que me tendes concedido em tantas cousas. Para ser breve — sei e reconheço que, de facto, assim é tudo que, como dizeis, vos devo e em que vos tenho que servir. Por isso, vos peço que acrediteis que sempre estarei prompto para viver e morrer por vós. Não contesto que por vós me sinto offendido em algumas cousas, mas entrego-me á esperança de que remediareis isto com provas de favor e distincção. Porque desintelligencias sempre haverá entre senhores e servos; mesmo existem entre pae e filho. As nossas não são de fórma e de tal importancia que diminuam a grande estima e lealdade com que sempre vos obedecerei e servirei, em tudo que seja favoravel á vossa honra e ao bem do vosso reino.»[1]

Com este protesto de fiel submissão, se despediu o duque. No seu regresso, declarou a seus amigos o que se passara, attribuindo o discurso do rei, proferido por um coração reconciliavel mas corajoso, ao medo e ao sentimento de sua fraqueza. Em seguida, se reuniram os duques de Braganza e Vizeu com seus irmãos, em Vimieiro; discutiram as explicações do principe e regozijaram-se de sua favoravel posição porque suppunham que o autocrata sempre os consideraria, por causa de suas intelligencias com os reis de Castella. Segundo as declarações de alguns que assistiram a esta reunião, todos resolveram não permittir a entrada nos seus dominios aos corregedores, oppondo-se, por quaesquer meios que fôssem. Para deliberar sobre as medidas a seguir contra o rei, tiveram o marques de Montemor, o conde de Faro e D. Alvaro algumas reu-

[1] Pina, cap. 9 e 10. Resende, cap. 37 e 38.

niões em um convento, em Evora, onde o marques fallou com muito azedume contra o soberano. Pretendia por qualquer fórma que se lhe recusasse a obediencia e insistiu n'um rompimento formal. Seus irmãos, conde de Faro e Alvaro, fallaram com expressões de lealdade e submissão ao imperante e contradictavam o marques. Declararam-lhe que, se tivesse causas para desobedecer ao rei (o que não tinha), lhe devia entregar primeiramente tudo que d'elle houvesse recebido e abandonar depois o paiz, como outros já haviam feito. Então podia recusar a obediencia ao rei sem cahir em culpa, qual n'ella incorreria se assim não procedesse. Como sua declaração contra o monarcha lhes parecesse fundada e necessaria, convinha que ficasse ao dictame de Alvaro sua fórma e redacção, sem o que não prestariam o assenso. De tudo que se tractara se deu conhecimento ao duque de Braganza, que então se encontrava em Villaviçosa.

Informado d'estas curias e decisões, o rei entendeu, occultando um desgosto, apagar o seu rancor por meio de circumspecta condescendencia e pela clemente generosidade. Desistiu do proposito de enviar os proprios corregedores a seus territorios e fez saber isto a Alvaro, com a expressão de benevolencia e de consideração que parecia exigir a hierarchia d'aquelles nobres senhores. Alvaro, julgando extincto o motivo da discordia, com grande alegria, a todos os participantes, os informou d'este facto.[1] O rei ainda foi mais longe. Cumpriu certos pedidos que o marquês e o conde de Faro já anteriormente haviam exhibido. Assim parecia apagado seu odio; pareciam terminadas suas intelligencias e mensagens.

Todavia o duque continuou em suas combinações, com mais precaução e sigillo. Por aquelle tempo, um mensageiro da rainha

[1] Alvaro, em quem o rei muito confiava, foi sempre leal. Se transmittia a seu irmão, o duque de Braganza, algumas cousas que se tractavam e resolviam em conselho, dava-se isto, como parece, em momentos de familiar colloquio com seu irmão querido; se se referiam a interesses de sua casa, fazia-o com o intento de os salvar, nunca, porém, como o proprio Pina expressamente o affirma, para fins traiçoeiros... «*Nam com emtençam de mal; nem com proposito de desservir a El Rey; mas como a irmão, e tal pessoa, que tanta razam com tanta obrigaçam tynha, pera conservar e ajudar as cousas de seu estado e serviço.*» Pina, cap. 8, pag. 28.

D. Isabel procurou o duque e conferenciou, secretamente, de noite com elle ; de dia ficava escondido em casa do meirinho do grande, que era tambem sabedor do segredo. Para maior segurança, o magnate partiu de Villaviçosa para a Vidigueira, aonde conduziu o negociador. N'esta villa se firmou uma convenção para cujo conhecimento o marques sahiu, de noite, de Alcaçovas para a Vidigueira, acompanhado de seu secretario particular. Este classificou o convenio, em dois pontos, como um delicto contra D. João. Estipulava similhante concordia que os reis de Castella instassem com o soberano portuguez para que entregasse a *Excelente Señora* ao duque de Braganza ou a um de seus irmãos, afim de que ella cumprisse as determinações da paz em relação a seu traje, seu nôme e deveres. Por meio de outro artigo, diligenciou conseguir que os castelhanos podessem travar relações commerciaes com a Guiné, a troco de um imposto accomodaticio. Pelo tractado de paz, era-lhes defeso o alli negociar, sob pena de grave castigo. Aos portuguezes, porém, permittia-se, satisfazendo os impostos usuaes, commerciar nos paizes da corôa de Castella. Egual regalia tinham os castelhanos a reclamar com objecto da Guiné. Apezar de justa a reclamação, estavam, comtudo, convictos de que D. João, de modo algum, daria seu assentimento. Os reis de Castella, porém, teriam então um pretexto para declarar a guerra a Portugal, e o duque, bem como seus irmãos, preparavam-se para não coadjuvarem o principe, antes para lhe recusarem, pelo contrario, a obediencia e consentirem aos castelhanos a entrada em seus dominios. O convenio foi mettido n'um cofre encerado e entregue ao meirinho do duque, com a determinação de o esconder na occasião de qualquer assalto e de o entregar aos mensageiros da rainha, assim que alcança-se as fronteiras de Portugal.[1]

Entretanto, recebia o rei noticia da continuação das negociações secretas entre o duque e a casa de Castella. Durante a sua estada em Santarem, na quaresma de 1483, descobriu um fidalgo, Gaspar Jusarte, n'uma conversa secreta que teve com o camareiro do rei, em uma moradia de campo, que seu irmão Pero Jusarte, que vivia junto do duque, era empregado por este e, principalmente, pelo

[1] Pina, cap. 10. Resende, cap. 39.

marques em negociações com Castella, taes que visavam contra a pessoa do rei e o reino. Communicou o contheudo das instrucções de seu irmão. Mais tarde, obrigou este a exhibir e apresentar as instrucções ao principe, que ao tempo se encontrava em Avis. As ricas dadivas, que, por isso, recebeu de D. João, não devia Pero, depois de ter estado já duas vezes, com estas mesmas instrucções, em Castella, consideral-as como recompensa pela sua lealdade para com o rei de Portugal. Em breve cumpria ao documento elaborado contra o rei o de servir, na sua mão, como arma de investida contra o auctor.

Durante sua demóra em Santarem, foi o monarcha informado de que o confessor da rainha de Castella, futuro arcebispo de Granada, chegara a Avis para effectuar, na qualidade de embaixador, a suspensão da *Terçaria*. Cheio de jubilo, D. João partiu immediatamente, com sua côrte, para Avis, onde se dissolveu, em 15 de maio de 1483, aquella *Terçaria*, declarando-se livres o principe e a infanta, bem como todos os refens e expatriados, e dando-se por cumpridas quaesquer obrigações reciprocas. No mesmo lance tractaram do consorcio do principe com a segunda filha de Fernando e D. Isabel, bem como das diversas clausulas d'esta união. O lusitano nomeou alguns enviados para receberem o principe em Moura, e dispunha-se a partir para Evora, com a rainha, afim de alli irem esperar o desejado filho. Antes da partida, Pero Jusarte entregou-lhe secretamente as mencionadas instrucções e relatou-lhe muitos pormenores sobre sua missão a Castella. Parece que o autocrata tinha o intento de mandar prender immediatamente o duque ou sitial-o, e redigiu algumas cartas e disposições com o fim de as enviar ás localidades e alcaides das praças fortes do grande senhor, fazendo-as espalhar em todo o reino.

Quando a embaixada de Castella voltou a Portugal, achava-se o duque em Villaviçosa. Mas, como constasse que o rei a receberia em Estremoz, local tão proximo da residencia do duque, partiu este, por decencia e com tino de evitar suspeitas, para Portel. N'esta villa se encontrou com os enviados do rei, em sua viagem para Moura. Não sabendo o que deveria fazer relativamente á pessoa do principe, que devia passar pelo seu territorio, consultou-os e pediu-lhes a opinião. O dever e delicadeza exigiam ir ao encontro do princi-

pe, recebel-o com todas as formulas, em suas terras e acompanhal-os até á residencia real. Por outro lado, receiava cumprir taes preceitos porque não sabia como o monarcha, que não lhe tinha escripto, receberia esta sua conducta. Depois de longa discussão, os emissarios o aconselharam a proceder segundo mandava a delicadeza. Julgavam, considerando o boato das desintelligencias entre elle e o rei, que na hora feliz da recepção o pae jubiloso não manifestaria sua desconfiança para com os que acompanhavam o filho amado e que esqueceria todo o rancôr. O duque acceitou, com jubilo, similhante parecer e manifestou todo o zelo e actividade em viver ao agrado do imperante e que o «animavam, pelo contrario, lealdade e estima.»

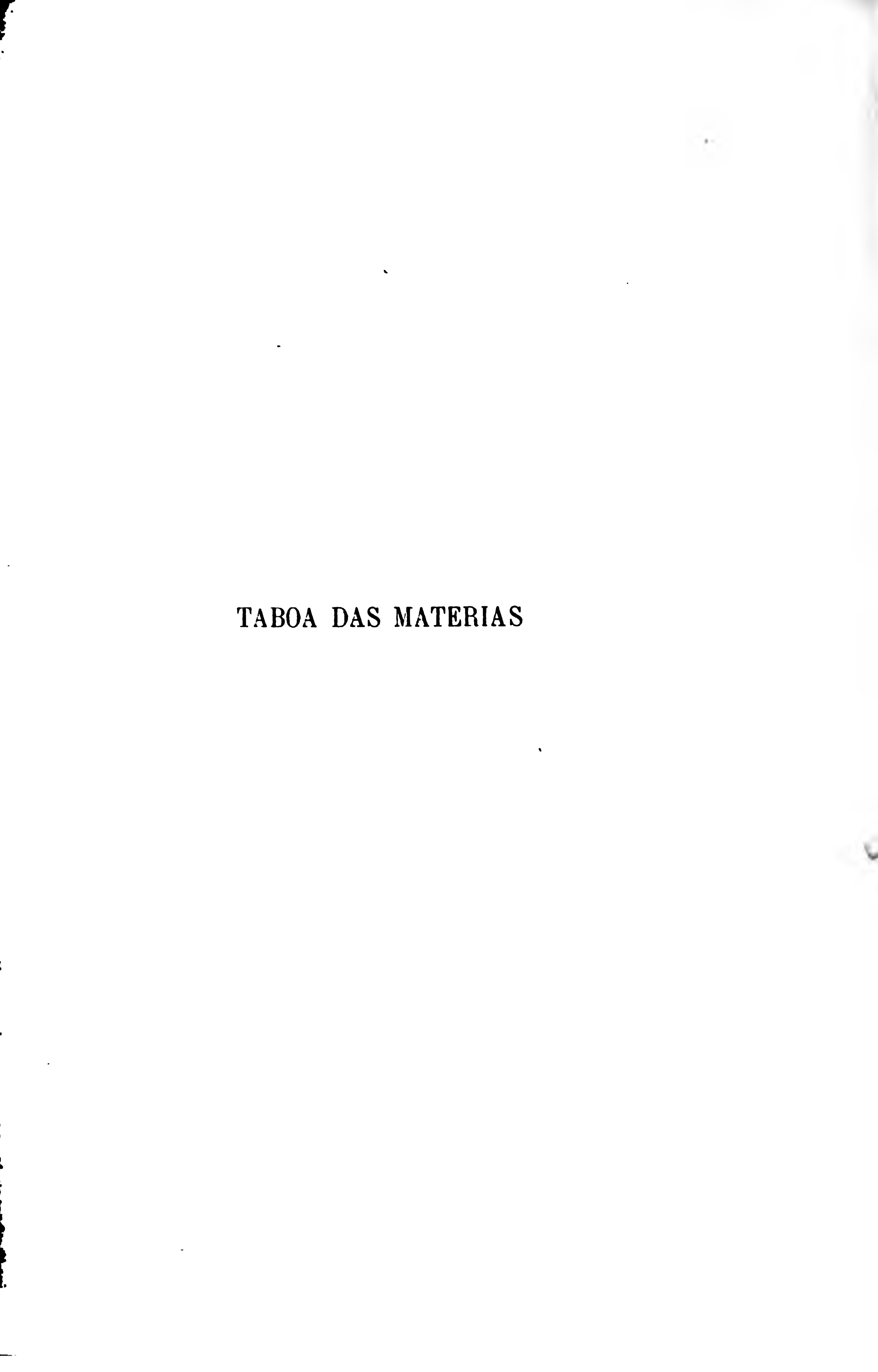
Mas aos legados do rei, conhecedores do seu caracter, suscitaram-se, durante sua viagem, duvidas se teriam aconselhado bem o duque. Para evitar discordias, deram d'este facto conhecimento ao monarcha, por via de mensageiros montados, que giravam no caminho de Evora e Moura. Respondeu o rei, logo, louvando com amavio o proposito do duque e desculpando-se de não lhe ter escripto. Completamente tranquillisado com esta affavel resposta, que lhe mostraram em Moura, o duque poz-se a caminho, desprezando todos os avisos, que lhe davam, em seu trajecto, para não ir a Evora.

....

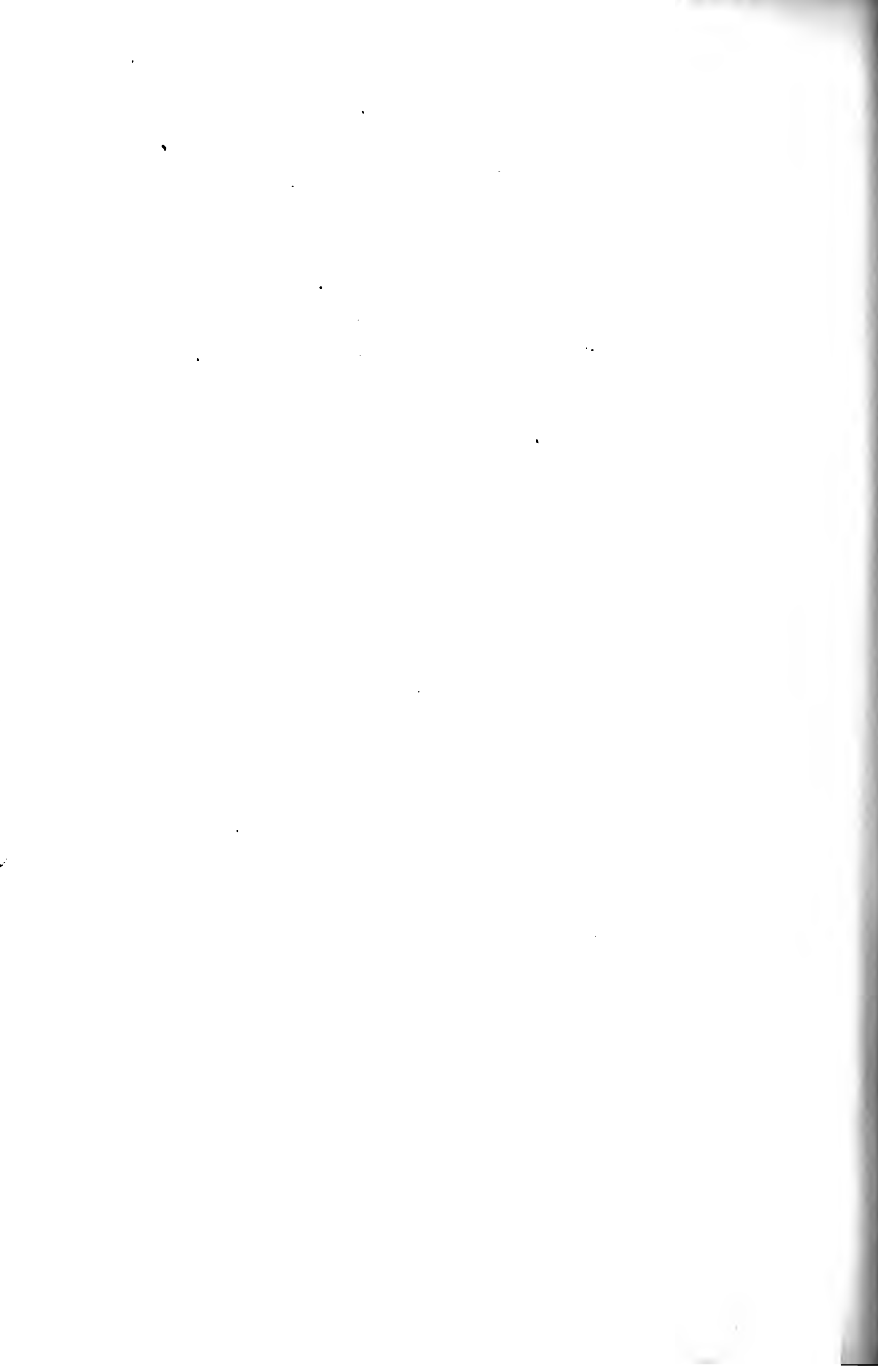
....

....

FIM DO SEGUNDO VOLUME



TABOA DAS MATERIAS



TABOA DAS MATERIAS

SEGUNDO PERIODO [1]

Desde a extincção da legitima linha dos borgonheses até o fim da edade media, ou da morte de D. Fernando ao passamento de D. João II.

(DO ANNO DE 1383 A 1495)

LIVRO I

Desde a morte de D. Fernando até o passamento de D. João I

(DE 1383 A 1433)

CAPITULO I

ÉPOCA DO INTERREGNO E DA REGENCIA ATÉ Á ELEVAÇÃO DE D. JOÃO I AO THRONO

(DE OUTUBRO DE 1383 A MARÇO DE 1385)

---

1) Desde a morte de D. Fernando até á nomeação do mestre da ordem de Aviz para *Defensor* e *Regedor* do reino

(1) A pag. 5, linha 1, onde se lê — PRIMEIRO PERIODO, leia-se — SEGUNDO PERIODO.

PAG.

2) Desde a nomeação do grão-mestre para defensor e regedor do reino até ao exilio da rainha D. Leonor para Castella

3) Desde a expulsão de D. Leonor de Portugal até á elevação do defensor ao throno

CAPITULO II

REINADO DO REI D. JOÃO I

(DE 1385 A 1433)

Elevação de D. João ao throno. Guerra e paz com Castella. Conquista de Ceuta e primeiras descobertas dos portuguezes. Correlações internas e externas do estado. Morte do rei e do seu condestavel.

2) Guerra com Castella; paz

PAG.

CAPITULO IV

REGENCIA DO INFANTE D. PEDRO DURANTE A MENORIDADE DE D. AFFONSO V

(DE 1438 A 1447)

PAG.

CAPITULO V

REINADO DO REI D. AFFONSO V

(DE 1448 A 1481)

Conquistas e descobertas dos portuguezes em Africa. Guerra de D. Affonso com D. Fernando e D. Isabel por causa do throno de Castella. Viagem infeliz do rei a França. Paz entre Castella e Portugal. Fim de D. Affonso.

1) D. Affonso em Africa. Conquistas dos portuguezes na costa septentrional da Africa e descobertas dos mesmos na occidental

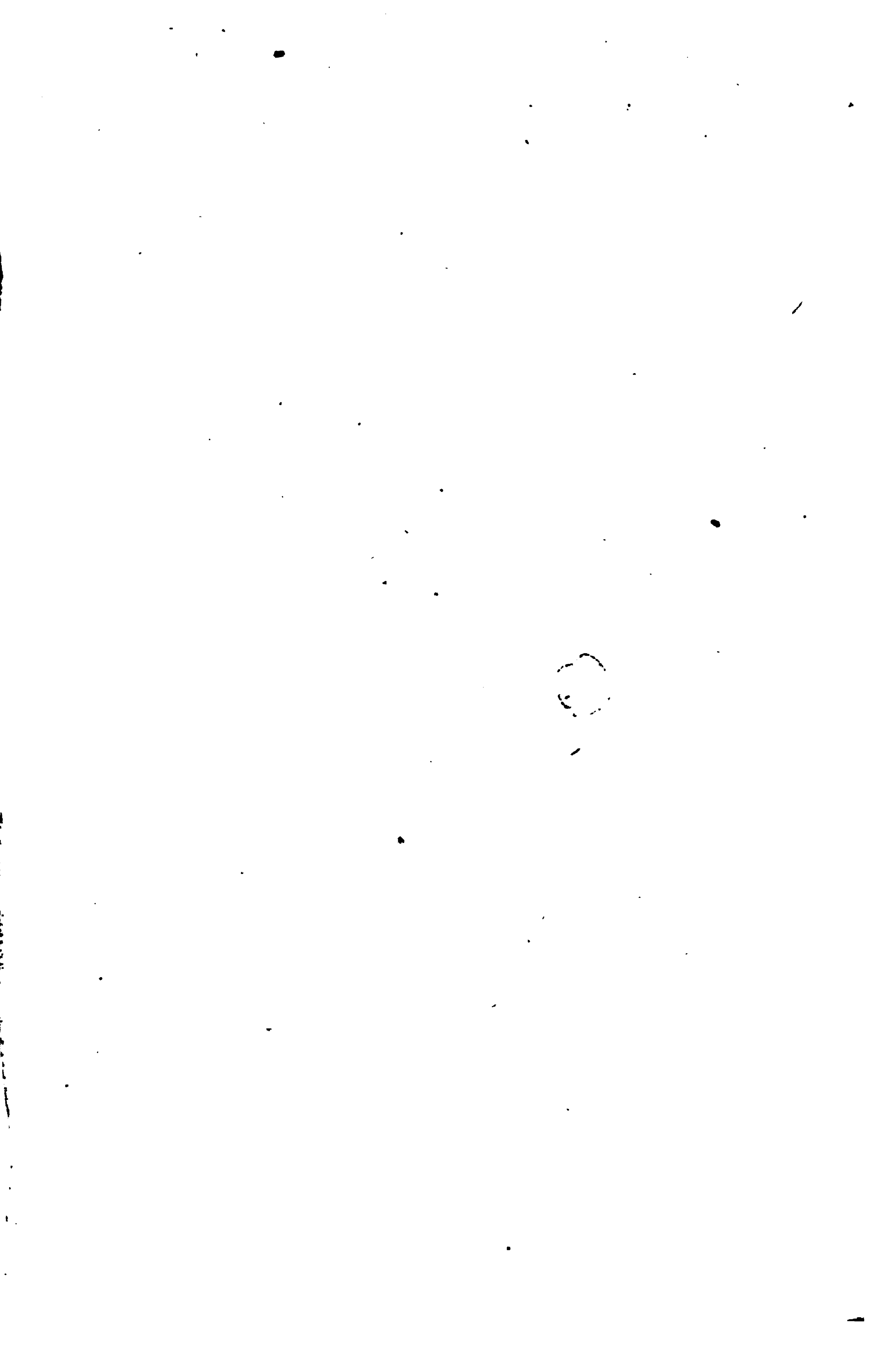
2) O rei D. Affonso em Castella

3) D. Affonso em França; seu fim em Portugal

CAPITULO VI

REINADO DE D. JOÃO II

(DE 1481 A 1495)



OUTRAS OBRAS IMPRESSAS

PELA

Empreza Editora da HISTORIA DE PORTUGAL, de Schæfer

Théorie exacte et Notation finale de la Musique. 1 opusc. oblong. 1903.

Herculano na Allemanha. — Elogio historico de Alexandre Herculano, recitado em Munich na sessão solemne da Real Academia das Sciencias da Baviera, a 28 de Março do 1878, por Johann-Josef-Ignaz von Doellinger, Presidente da mesma Real Academia (Versão directa do allemão). 1 opusc. 1910.

NO PRELO:

Histoire critique de la «Théorie exacte et Notation finale de la Musique». 1 vol.











